00100.109343/2020-62

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXV SUP. B AO Nº 54, QUINTA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 2020

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)
2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)
1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
2º Secretário

Deputado Expedito Netto (PSD-RO)
3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)
1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)
2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ)
3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)
2º - Senador Weverton (PDT-MA)
3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)
4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)
Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)
1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)
2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)
1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)
2º Secretário

Deputado Expedito Netto (PSD-RO)
3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)
2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)
3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)
4º - Deputado Paulão (PT-AL)

DIÁRIO CONGRESSO NACIONAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

---

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Ata da 36ª Reunião, realizada em 29 de outubro de 2020 5

Ata da 37ª Reunião, realizada em 11 de novembro de 2020 74

Ata da 38ª Reunião, realizada em 13 de novembro de 2020 96

Ata da 39ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2020 147

1.2 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 899/2019

Ata da 2ª reunião, realizada em 5 de fevereiro de 2020 194

Ata da 3ª reunião, realizada em 13 de fevereiro de 2020 195

Ata da 4ª reunião, realizada em 13 de fevereiro de 2020 196

Ata da 5ª reunião, realizada em 18 e 19 de fevereiro de 2020 197

1.3 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 898/2019

Ata da 2ª reunião, realizada em 11, 12 e 19 de fevereiro e 3 de março de 2020 208

1.4 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 900/2019

Ata da 4ª reunião, realizada em 18 de fevereiro de 2020 291

1.5 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 902/2019

Ata da 2ª reunião, realizada em 5 de fevereiro de 2020 294

Ata da 3ª reunião, realizada em 12 de fevereiro de 2020 295

Ata da 4ª reunião, realizada em 19 de fevereiro de 2020 296

1.6 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 903/2019

2ª reunião, realizada em 11 de fevereiro de 2020 297

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

1.7 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 905/2019

Ata da 2ª reunião, realizada em 4 de fevereiro de 2020 305

Ata da 3ª reunião, realizada em 5 de fevereiro de 2020 306

Ata da 4ª reunião, realizada em 11 de fevereiro de 2020 307

Ata da 5ª reunião, realizada em 12 de fevereiro de 2020 309

Ata da 6ª reunião, realizada em 13 de fevereiro de 2020 311

Ata da 7ª reunião, realizada em 18 de fevereiro de 2020 312

Ata da 8ª reunião, realizada em 19 de fevereiro de 2020 313

Ata da 9ª reunião, realizada em 4, 10, 11 e 17 de março de 2020 325

1.8 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906/2019

Ata da 2ª reunião, realizada em 10 de março de 2020 449

1.9 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 907/2019

Ata da 2ª reunião, realizada em 18 de fevereiro de 2020 450

Ata da 3ª reunião, realizada em 3 de março de 2020 451

Ata da 4ª reunião, realizada em 10 de março de 2020 452

1.10 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 908/2019

Ata da 2ª reunião, realizada em 5 de fevereiro de 2020 454

Ata da 3ª reunião, realizada em 11 de fevereiro de 2020 455

Ata da 4ª reunião, realizada em 18 de fevereiro de 2020 456

Ata da 5ª reunião, realizada em 3 de março de 2020 457

1.11 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 910/2019

Ata da 2ª reunião, realizada em 5 de fevereiro de 2020 458

Ata da 3ª reunião, realizada em 11 de fevereiro de 2020 459

Ata da 4ª reunião, realizada em 12 de fevereiro de 2020 460

Ata da 5ª reunião, realizada em 18 de fevereiro de 2020 461

Ata da 6ª reunião, realizada em 4 de março de 2020 462

Ata da 7ª reunião, realizada em 11 e 12 de março de 2020 463

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e sete minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Reginaldo Lopes, Felício Laterça, General Peternelli e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros Paula Belmonte e Tasso Jereissati. Deixam de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Reunião de acompanhamento das ações fiscais e da execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao enfrentamento à COVID-19. O convite deriva do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, Art. 2º, § 2º. **Participante:** Paulo Guedes, Ministro da Economia. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 73, de 2020** que : "Requer seja realizada Audiência Pública para debater o Relatóriode Políticas e Programas de Governo (RePP) de 2020 elaborado pelo Tribunal de Contasda União (TCU) com os seguintes convidados: Sr. Paulo Roberto Wiechers Martins, Secretário Geral de Controle Externo; Sr. Junnius Marques Arifa, Coordenador Geral de Controle Externo de Políticas Públicas; Sra. Andréia Rocha Bello de Oliveira, Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico; e Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz, Secretário de Macroavaliação Governamental." **Autoria:** Dep. Francisco Jr.. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/10/29

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo "acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus".

Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo, e que a ordem da fala será dada, primeiro, ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Lideranças poderão ser utilizados após a audiência do convidado.

A presente reunião é uma audiência pública que atende à exigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que prevê reuniões regulares com o Ministério da Economia, com o Ministro Paulo Guedes, para acompanhar as ações fiscais, bem como a execução orçamentária e financeira relacionada à Covid-19.

Nós estamos contando, nesta audiência, com a presença do Ministro Paulo Guedes, que está acompanhado do Waldery, que já é pessoa muito conhecida nossa, Waldery Rodrigues Junior, Secretário Especial de Fazenda; do Dr. Carlos da Costa, que também é muito conhecido de nós todos e Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade; e do Bruno Bianco, Secretário de Previdência e Trabalho.

Então, nós vamos iniciar a nossa audiência pública, passando a palavra para o Ministro.

Mas, antes, Ministro, nos dê só um tempinho para votarmos a ata da reunião passada.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 35ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Parlamentares que a aprovam – a ata já foi distribuída previamente – permaneçam como se encontram. Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário levantem a mão. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Eu tenho um requerimento do nosso querido Relator Francisco Jr. Eu vou lê-lo, mas quero que ele faça a defesa do seu requerimento.

Nós já tínhamos apresentado uma agenda prévia até o dia 16 de dezembro, quando o Ministro Paulo Guedes voltará aqui, em dezembro, para fazer o fechamento do ano, e o Deputado Francisco coloca um requerimento extrapauta. Eu vou ler, passo a palavra para ele, e ele faz a defesa rapidinho. É o Requerimento nº 73, de autoria do Relator, o Deputado Francisco Jr.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 73 , DE 2020

Requer seja realizada Audiência Pública para debater o Relatório de Políticas e Programas de Governo (RePP) de 2020 elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com os seguintes convidados:

- Sr. Paulo Roberto Wiechers Martins, Secretário Geral de Controle Externo;

- Sr. Junnius Marques Arifa, Coordenador Geral de Controle Externo de Políticas Públicas;

- Sra. Andréia Rocha Bello de Oliveira, Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico; e

- Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz, Secretário de Macroavaliação Governamental.

Autoria: Senador Francisco Jr.

Então, eu passo a palavra ao Francisco Jr., para, bem rapidinho, defender esse requerimento para todos. Nós já tínhamos aprovado uma pauta, e o senhor entra com uma proposta de um requerimento extrapauta. Então, eu gostaria que V. Exa. fizesse a defesa.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Para encaminhar.) – Está certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos os Senadores e Deputados e ao Ministro!

Brevemente, eu vou fazer a defesa, que é a seguinte.

Durante todo esse período de combate à pandemia, existiram muitas informações e muitos dados – muitos deles oficiais, muitos conflitantes –, muita *fake news,* e nós vivemos hoje uma guerra de informação e sabemos a importância da qualidade da informação.

Nós vamos lançar um produto, ao final deste trabalho da relatoria, no *site* do Congresso, sobre as informações da Covid, mas fazendo comparações, dando acesso ao cidadão e dando o máximo de transparência possível para tudo que foi gasto, mostrando onde foi gasto, como está essa realidade. É uma discussão que quero fazer sobre dados, sobre a transparência dos dados no Brasil e a responsabilidade disso. Há pessoas que até hoje não acreditam nem que o vírus exista. Outras dizem que algumas coisas são exagero; outras, não.

Com esses nomes que foram citados, nós estamos convidando alguém do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, alguém da editoria de um grande jornal, alguém da Transparência Brasil, uma ONG de informação. Por fim, nós vamos chamar também algum Estado da Federação que tenha feito uma boa apresentação dos dados, que tenha dado boa transparência.

Nós sabemos que existem muitas denúncias, existe muita *fake news*, existe muita situação como essa. Então, nós queremos convidar o cidadão a fazer uma discussão sobre a importância da transparência da informação. Não basta ter informação, nós temos que ter informação de qualidade, fundamentada. E é essa a discussão que nós queremos fazer.

Então, eu pedi ao Senador Confúcio para, passadas as eleições, no final da segunda quinzena de novembro, no início de dezembro, a gente fazer uma reunião extra para fazer essa discussão com as ONGs de transparência, com a imprensa e com os órgãos de informação oficiais, para discutir sobre os dados da pandemia e do sistema de informação, do sistema de transparência no Brasil. É essa a intenção.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está em votação o requerimento extrapauta de autoria do Deputado Francisco Jr.

Os Parlamentares presentes que estiverem de acordo com a proposição do nosso Exmo. Deputado Francisco Jr. permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Francisco, está todo mundo de acordo.

Então, está aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Ministro Paulo Guedes. Eu passo a palavra a V. Exa. para fazer a sua exposição não só para nós, mas para os internautas, para o Brasil todo, para a imprensa nacional, que deve estar antenada nas suas palavras. Então, eu passo a palavra para V. Exa. Nós não vamos controlar o tempo. Vamos deixar aí... A gente vai controlando... O senhor tem aí... Nós sempre oferecemos de 27 a 30 minutos, mas o senhor tem o tempo livre.

Então, com a palavra o Exmo. Sr. Ministro da Economia, Paulo Guedes.

Muito obrigado.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Confúcio.

Tem sido um prazer vir aqui regularmente, alternando com a minha equipe, justamente com o objetivo a que se referiu agora o Deputado Francisco Jr., que é exatamente a transparência dos dados, dos números, do que foi feito, com uma prestação de contas ao povo brasileiro sobre como nós estamos lidando com a crise.

Nós todos sabemos que o programa do Governo era um programa de agenda de reformas estruturantes. Nosso diagnóstico sempre foi o de que, no Brasil, que é um País riquíssimo em recursos naturais e que gasta muito anualmente, o Governo gasta muito e gasta mal, exatamente porque o modelo econômico é equivocado. É um modelo que nos conduz à ineficiência, ao uso inadequado de recursos públicos, com empréstimos a campeões nacionais, com privilégios que nós tínhamos com o uso de recursos públicos, com subsídios generalizados para quem não precisa, com pagamento de juros excessivos por endividamento em bola de neve. Isso não é culpa de um indivíduo, de dois indivíduos ou de um partido. Isso, na verdade, é uma concepção obsoleta e equivocada de como melhor utilizar os recursos do País.

Então, o nosso diagnóstico era exatamente que tínhamos que fazer uma transição, que está incompleta. O Brasil teve muito sucesso na sua transição política, de um regime politicamente fechado, com uma democracia resiliente, vibrante, dinâmica, mas não teve o mesmo sucesso em fazer a transição de seu regime econômico, de um regime dirigista, de planejamento central, com concentração excessiva de recursos no topo da pirâmide, quando, na verdade, a modernidade exige exatamente o contrário, que seja uma economia de mercado, moderna, dinâmica e que a ação do Estado esteja justamente focalizada nos mais frágeis, nos mais vulneráveis, e seja executada de forma descentralizada. Daí a valorização da Federação brasileira, do pacto federativo, com os recursos na ponta com o povo, exatamente para saúde, saneamento, segurança pública, educação.

Essa transição nossa de modelo está incompleta, segue incompleta. Nós celebramos o êxito de vários Governos anteriores em se encaminharem ou pelo menos fazerem a tentativa – a própria Constituição de 1988 faz claramente essa tentativa – de descentralizar os recursos para exatamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprir melhor as suas atribuições. Então, trata-se de descentralizar atribuições, ou seja, obrigações, deveres e também os recursos, para melhor execução dessa transformação do Estado brasileiro.

Nós estávamos exatamente nesse movimento. Derrubamos a relação dívida/PIB logo no primeiro ano. Acabamos com o paraíso dos rentistas, com juros de 2%. A inflação está também um pouco em torno de 2%, é de 2% e pouco. Criamos o que nós chamamos de aprofundamento dos horizontes de investimento. Começamos a trazer recursos privados para áreas básicas como saneamento – o Senado acabou de aprovar saneamento e esgoto, aliás, o Congresso acabou de aprovar saneamento e esgoto. E tivemos, logo em sequência, os leilões lá em Maceió, o primeiro leilão de Maceió – 2% já são quase 20% do orçamento da cidade. Então, em vez de o Governo agora tocar uma área que nós acompanhamos também ao longo dos últimos dez, quinze, vinte anos... O que aconteceu é que as tarifas de água e esgoto subiam todo ano, às vezes acima da inflação, os salários também subiam, mas os investimentos em água e esgoto caíam todo ano em termos reais.

Então, há esse modelo de Governo centralizado, de planejamento central. Nós nos referimos ao "mais Brasília" nesse sentido, com mais recursos aqui em vez de nas mãos exatamente dos Estados e Municípios. O Congresso está aqui representando o povo brasileiro, coloca todo mundo aqui, para que esses recursos desçam e atendam à população brasileira.

Então, esse modelo econômico equivocado acabou justamente causando problemas legais, jurídicos, fortes até para a classe política brasileira, na opinião pública, com as alegações justamente de corrupção, e, por outro lado, a estagnação econômica. O Brasil, que já foi o maior polo de atração de gente no mundo – a primeira maior colônia de japoneses, a segunda maior colônia de italianos fora da Itália, a terceira maior colônia de alemães –, agora perde habitantes, as pessoas vão embora para fora, os jovens, buscar a vida em outros países porque o Brasil parou de crescer e tem um desemprego em massa. Então, essa tarefa de transformação não é de um governo, não é de uma pessoa, é exatamente de um Presidente determinado por um lado, de um Congresso reformista e de um bom programa econômico que nos permita completar essa transição. Nós estamos, portanto, numa transição incompleta.

Estávamos nesse processo, em excelente relacionamento com o Congresso, com o Parlamento, e com o Supremo: o Supremo aprovando justamente as condições, definindo as condições para a mudança, para as privatizações que eram necessárias, e o Congresso aprovando, como aprovou, a sessão onerosa, que já era um movimento inicial de descentralização de recursos para Estados e Municípios, com total apoio nosso – foi iniciativa nossa, inclusive, algo que estava parado há oito anos no Congresso. Da mesma forma, acertamos a Lei Kandir, que estava parada também há anos, há décadas, mais de década.

Nós sempre demostramos inequivocamente esse apreço ao Congresso reformista, essa confiança na capacidade de implementação dessas reformas que o Congresso teria e finalmente no apoio a essa direção. Trabalhamos juntos, reduzindo os privilégios na reforma da seguridade social, e acabamos com o paraíso dos rentistas, botando os juros bastante baixos, porque mudamos o *mix* de política econômica: em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

vez de descontrole sobre gastos, tentando frear só com o Banco Central, que botava os juros na estratosfera, fizemos o contrário, quer dizer, fomos direto nos gastos públicos, travando os gastos públicos e desalavancando os bancos públicos – fizemos isso também, desalavancando o BNDES, fazendo a Caixa pagar os instrumentos híbridos, desalavancando mesmo bancos como o Banco do Nordeste –, e todos contribuíram para o pagamento com a União. Ao contrário das expectativas, que eram de que nós só íamos estabilizar a relação dívida-PIB no quarto ano do nosso Governo – os economistas todos diziam que não ia ser possível estabilizar essa dívida –, nós derrubamos a dívida no primeiro ano: caiu de 36,5 para 35,8.

Então, no nosso primeiro ano, nós começamos a entregar a reforma da previdência, que era uma promessa e o gasto principal, que crescia explosivamente. Quanto ao segundo grande gasto, que era o rentismo, nós derrubamos fulminantemente também os juros e desalavancamos a União, como percentagem do PIB. A terceira grande despesa, que eram os salários, nós mantivemos o salário do funcionalismo público, não é? No primeiro ano nós mantivemos. No Governo anterior, o Governo Temer, logo no início, apesar de todos os seus méritos, a primeira medida foi dar um aumento generalizado de salários, e, quando tentou fazer a reforma da previdência no final, já não conseguiu, já era tarde, não tinha mais o capital político para fazer. Nós fizemos exatamente o contrário: começamos com a reforma da previdência e não demos aumento de salário.

No segundo ano, que foi esse ano agora, da mesma forma, mantivemos o funcionalismo, porque estamos perdendo milhões de empregos, empresas fechando, uma crise econômica aparentemente incontornável, não é? Quando começou o ano, era um ambiente de pânico, de total perspectiva de descontrole – social, inclusive. Então, não fazia o menor sentido falar em aumento de salários. E nós insistimos com isso mesmo em meio à confusão.

Quando soltamos os recursos para Estados e Municípios, reafirmamos a crença no federalismo, mais uma vez. Fomos testados várias vezes: na sessão onerosa; testados agora de novo no enfrentamento do coronavírus. Descentralizamos os recursos em altíssima velocidade, exatamente para... E mérito também de governos anteriores, quando colocaram o SUS, que é uma rede descentralizada de prestação de serviço e assistência de saúde. Justamente jogamos os recursos para mobilizar essa rede. E esses recursos chegaram à ponta. E, durante essa conversa com os Governadores, exigimos, por outro lado, que essas despesas temporárias com a saúde não fossem transformadas em despesas permanentes com salários – o dinheiro da saúde não podia virar um dinheiro de aumento de salário generalizado para Estados e Municípios –, protegendo as finanças de Estados e Municípios. Nós poderíamos não falar nada, só deixar o Governo Federal sem dar os aumentos e deixar para lá os Estados e Municípios. Nós só tivemos o custo político de tomar essa iniciativa. O Presidente teve que vetar uma decisão prévia tomada, e isso é um custo político enorme. Foi um custo político para mim, um custo político para o Presidente, mas era a nossa missão, era o nosso dever proteger as finanças de Estados e Municípios, em vez de permitir que pressões...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu usei até essa expressão à época: você não pode distribuir as medalhas antes da guerra. A guerra vai começar, está começando, e você já está dando medalha para todo mundo? Não vai sobrar munição; você vai gastar em medalha o que era para ter feito em munição contra o coronavírus. Então, nós mantivemos sempre esse norte e, ao mesmo tempo, cumprimos a determinação do Presidente que é: vamos fazer o maior esforço, porque nenhum brasileiro pode ficar pra trás; vamos proteger vidas e empregos.

Bom, nós temos sido submetidos justamente a essa avaliação também internacional. Eu disse que o Brasil ia surpreender o mundo, porque tinha um Congresso reformista, que já havia surpreendido o mundo no ano anterior. Indo a essas reuniões e a esses fóruns internacionais, havia um ambiente de descrença, primeiro, com a democracia brasileira; uma descrença na democracia brasileira, exatamente por causa da sucessão de escândalos de um lado, porque tinha muita corrupção; aí do outro lado teoricamente estaria chegando um governo que não tinha apreço pela democracia, que seria populista... Então, havia uma atitude de descrença em relação à democracia brasileira. E eu, nos fóruns internacionais, sempre disse o seguinte: o Brasil vai surpreender o mundo; a nossa democracia é resiliente, é vibrante, funciona, está fazendo as reformas estruturadas.

E, no primeiro ano, então, enquanto milhões de pessoas na França, nas ruas, impediam a reforma da previdência, no Brasil milhões de pessoas nas ruas e o Congresso aprovaram a reforma da previdência. Então, foi com enorme orgulho que eu voltei a Davos este ano dizendo: "Eu disse que o Brasil iria surpreender".

Logo depois começa a pandemia. Nós já tínhamos encaminhado o pacto federativo para o Senado em três versões, justamente construindo a quatro mãos, com o Presidente Davi Alcolumbre – nós combinamos: vamos fazer a coisa bem compartilhada para que os principais partidos possam se debruçar sobre a reforma e, finalmente, patrocinar as medidas que forem aprovadas. Então, encaminhamos uma primeira versão do emergencial para o Podemos, ao Senador Oriovisto; a segunda versão para o PSD, que é a PEC dos fundos, ao Senador Otto Alencar, da Bahia; e, finalmente, a terceira versão, que era a versão ampla do pacto, ao Senador Márcio Bittar. Encaminhamos isso para o Senado e iríamos encaminhar a administrativa para a Câmara dos Deputados, como combinado. Há sempre gente a favor, gente contra, também no Executivo. Eu sempre digo que o *downtime* das reformas é a política. Então, a reforma administrativa estava pronta, mas a política dizia que o *timing* não era aquele. Então, estava havendo uma demora nessa entrega da reforma administrativa pela política, não pelo plano em si. E é natural isso, há momentos que são mais convenientes ou menos convenientes.

Por exemplo, nós estamos há duas, três, quatro semanas de uma eleição. Seria um momento interessante para falar agora sobre uma privatização em particular ou sobre... Não é um momento interessante. Estão todos concentrados agora em mobilização de bases, em eleições em nível municipal. Então, eu compreendo que às vezes o *timing* escorrega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naquela ocasião escorregou. A administrativa estava escorregando, e com a tributária realmente eu tive problemas, porque é de conhecimento amplo que eu gostaria de fazer uma desoneração e, para isso, eu precisaria recorrer a uma nova base tributária, substituindo impostos antigos, mas, àquela época, havia quase que uma interdição à discussão desse imposto. Então, eu também estava desarmado ali, perdi, inclusive, o meu Secretário da Receita Federal e tive que refazer todo o programa tributário. Fomos atingidos já em pleno entendimento.

O Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, sempre nos apoiou, e, havendo uma divergência ou outra, foi o que nós acabamos combinando: se tivermos uma divergência, vamos discutir isso no final, vamos trabalhar nossas convergências primeiro. Então, ele sempre apoiou a reforma previdenciária, está a favor das reformas, subscreve o pacto federativo, subscreve a tributária, subscreve e tem até propostas avançadas também para a reforma administrativa. Então, nós temos um perfeito entendimento, apesar das diferenças de opinião às vezes, que são exacerbadas ou exageradas um pouco pelos temperamentos pessoais, mas, na verdade, todos estão lutando pelo País.

Tudo já combinado, vem o coronavírus e nos atinge. Bom, no coronavírus, nós fizemos, como já foi falado aqui várias vezes, quase meio trilhão – quatrocentos, quinhentos bilhões –, que eram diferimento de impostos, antecipação de benefícios, empréstimos, redução de compulsórios, iniciativas de vários tipos, antes de nós termos uma emenda constitucional nos permitindo agir ainda com mais decisão.

Assim que chegou a permissão constitucional, nós lançamos os programas mais bem-sucedidos. Fazendo agora uma avaliação do combate ao coronavírus, um programa extraordinariamente bem-sucedido foi o auxílio emergencial – hoje todos nós sabemos – para evitar uma convulsão social justamente entre os mais vulneráveis, que ficariam expostos nessa crise. Esse auxílio emergencial conseguiu isso.

Da mesma forma, tivemos que manter os sinais vitais da economia brasileira preservados, porque, em algum ponto, no futuro, essa economia terá que voltar, e os sinais vitais terão que estar preservados. Uma coisa é você dar um apagão na economia, e ela não ter capacidade de recuperação; a outra coisa é você, como um urso hibernando, manter todos os sinais vitais preservados – ele só está em modo de economia e de energia, está economizando energia. Quando ele sai da caverna, quando acaba o inverno, sai faminto e sai com energia, porque ele preservou as energias. Nós conseguimos fazer a mesma coisa. Com o auxílio emergencial, nós protegemos 38 milhões de brasileiros, os mais vulneráveis justamente, que ficaram completamente sem acesso ao seu ganha-pão diário: a faxineira que ia de apartamento em apartamento limpando; o jardineiro; os restaurantes, os bares, que ficaram fechados; e as pessoas que prestam serviço informal – 38 milhões de brasileiros informais.

E isto nos chamou a atenção também, esse desemprego em massa, e tornou ainda mais importante a agenda de desoneração, porque é uma desatenção, é uma insensibilidade, é uma desconsideração ao brasileiro comum, que é justamente o que é discriminado no mercado de trabalho formal... Se você pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

dar um emprego a alguém por um salário mínimo, que é R$1 mil, acaba custando R$2 mil reais para a empresa: é muito para quem paga; é pouco para quem recebe. E, na hora de empregar alguém, discrimina-se exatamente o jovem da periferia, que não sabe, não aprendeu várias línguas, nunca viajou para fora, e aí você dá o emprego inicial justamente para um jovem de classe média alta que fala várias línguas e tal. Já que você tem que pagar aquele salário mínimo, em vez de pagar para o desassistido, você paga para o sujeito que você acha que é mais produtivo, que tem, justamente, uma maior bagagem cultural. Isso é perpetuar as desigualdades, é novamente uma forma de privilegiar justamente os mais abastados. Então, isso nos convenceu de que nós temos que trabalhar essa pauta de desoneração com profundidade.

Mas preservamos e com o auxílio realmente decisivo do Congresso, porque quem formulou a medida e desenhou foi a economia – eu sei quem sentou e escreveu –, agora, quem ampliou a base e ampliou também o valor foi um trabalho com o Congresso, com todo mérito. Eu não poderia lançar um auxílio emergencial acima do Bolsa Família. Seria um desrespeito a quem está no Bolsa Família. Por que alguém que está no programa social do Governo vai receber menos do que alguém que acabou de receber uma ajuda agora, acabou de entrar? Quer dizer, alguém que era uma faxineira e, de repente, perdeu o seu sustento, vai receber mais? Não! Os brasileiros são iguais. A ajuda é igual para todo mundo.

Então, eu botei justamente naquele nível inicial em que estava o Bolsa Família, sabendo e consciente de que esse nível seria aumentado. Se foi aumentado muito ou se foi pouco, isso é outra conversa. Mas a verdade é que construímos juntos a solução. E isso é o que eu digo que o mundo não estava preparado para ver, porque diziam que o Brasil era um caos, que a democracia brasileira era frágil, que estava sob ameaça, muita gente aqui, dentro do País, falava com a imprensa lá fora, dizendo que no Brasil estava havendo muito caos, que o Brasil estava desgovernado, que a democracia brasileira estava sob risco, prestando um desserviço ao País – um desserviço! –, botando a política acima dos brasileiros – botando a política acima dos brasileiros! E eu dizia lá fora, toda vez que era questionado, o seguinte: o Brasil vai surpreender o mundo. E o Brasil surpreendeu de novo, porque em meio ao caos, que foi a pandemia chegando, o Brasil trabalhou organizadamente – a Câmara, o Senado, o Supremo, o Executivo. Trabalhamos juntos e estamos atravessando a crise.

Estendemos esse lençol, essa camada de proteção social até o final do ano. A doença está descendo, a economia está voltando, e está voltando em V, a criação de empregos está se dando a um ritmo bastante impressionante. Eu mesmo achava que iria ser um V tipo Nike, tipo *swoosh*, que é como eles dizem aí fora, em que a queda é rápida, a primeira perna do V é rápida, fulminante, depois volta devagar, inclinado, vai subindo lentamente, como se fosse o V da Nike. Pois bem, o que está acontecendo é um V que é V mesmo! Nós estamos realmente criando empregos em um ritmo muito rápido.

Hoje à tarde deveremos ter o resultado do Caged. Espero que se confirme novamente esse ritmo de criação. O do mês passado foi muito impressionante, foram 250 mil empregos. Então, vejam bem, nós perdemos 900 mil empregos em abril, o que foi realmente o fundo do poço. Em maio perdemos duzentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

e tantos mil, 300 mil, fomos para 1,2 milhão de postos de trabalho perdidos. Em junho perdemos 100 mil, foi para 1,3 milhão. Em julho, 20 mil. Em agosto, já criamos acho que cento e poucos mil. Depois, em setembro, 250 mil. Então, o Brasil está voltando. Nós estamos com um saldo aí, dependendo do número que sai hoje à tarde, de pouco mais de 0,5 milhão e menos que 1 milhão, entre 500 mil e 1 milhão de empregos perdidos na pandemia nesse ponto. Esse é um número impressionante, porque o Brasil tinha 33 milhões de pessoas no mercado formal, CLT, e nós assinamos 18 milhões de contratos de preservação de empregos para quase 11 milhões de trabalhadores, ou seja, um terço da mão de obra formal teve seus empregos preservados. Então, em vez de ter 11 milhões a mais de desempregados – nós já tínhamos 12 milhões, 13 milhões, 14 milhões –, nós vamos para 11 milhões a mais, quer dizer, era um terço, eram 33% de desemprego formal só no mercado formal.

Nós conseguimos impedir essa tragédia. Eu diria agora, já a título de contribuição aqui, da nossa avaliação que estamos fazendo do Covid, com esses números em detalhe, segundo a sugestão do Deputado Francisco Jr., que nós saudamos como muito boa, de aprofundarmos a análise dos números – nós vamos analisar isso tudo, minha equipe vai fornecer no detalhe cada um desses números –, que essa visão mais ampla do que está acontecendo nos impressiona no bom sentido. O que acontece é que, em vez de 33% quase de desemprego nos 11 milhões de brasileiros por aí, nós conseguimos preservar esses 11 milhões de empregos, e são 18 milhões de contratos porque nós estendemos os contratos. Então, alguém que ficou três meses sob cobertura foi lá e renovou o contrato. Então, o mesmo desempregado – um desses 11 milhões – renovou o seu emprego, o seu contrato mais uma vez, e é possível até que esses contratos cheguem a 20 milhões, porque, como é um pouco mais de 20 milhões de pessoas que seriam demitidas, preservaram o seu emprego e vamos aumentar, então, esses contratos, protegendo o mesmo trabalhador.

O interessante disso é que, nesse mesmo período, o mercado de trabalho mais flexível do mundo, que é o americano, demitiu 30 milhões de pessoas, e o brasileiro demitiu 1 milhão. É bastante impressionante isso, porque, de novo, eu digo, que nós surpreendemos o mundo. O programa de preservação de empregos foi muito bem-sucedido. O programa de assistência social e de preservação das vidas dos brasileiros mais vulneráveis – que foi justamente o auxílio emergencial – também foi muito bem-sucedido, porque 67 milhões de brasileiros receberam esses recursos e vão receber até dezembro deste ano, o que movimentou a economia, voltando em "v", como está acontecendo. Possivelmente já se começa a permitir que esses trabalhadores informais consigam de novo reiniciar as suas atividades, da mesma forma os que estavam sob proteção de assistência social devem ter uma aterrissagem suave do programa de assistência social, que pode ser um Bolsa Família, se nós lidarmos bem com o problema do teto e lidarmos bem com o problema das fontes de uma forma fiscalmente responsável, ou com a volta do Bolsa Família... O que nós não vamos fazer é uma irresponsabilidade fiscal. Então, nós não vamos também usar o que seria uma desonestidade com a população brasileira, enganar a população brasileira dizendo: "Vamos continuar dando dinheiro para todo mundo, porque a doença...". Não. Se a doença está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indo embora, nós vamos ter que ir reduzindo esses programas sociais, como estamos fazendo, caindo de R$600, voltando para R$300 – reduziu-se para R$300 –, e a base tem que trocar de novo também de indivíduos para famílias, que era o Bolsa Família antigamente. Nós partimos para auxílios individuais; então, na mesma família que tinha de repente duas, três pessoas, que vivia com R$200, cada um passou a receber R$600; então, saíram de R$200 para R$1.800.

Isso é uma situação absolutamente extraordinária e excepcional para a preservação de vidas. Inclusive, os brasileiros, que eram a nossa principal preocupação, preservar vidas e empregos, mas em primeiro lugar, evidentemente, as vidas... Os hospitais estão com espaço, não há ninguém falecendo por falta de ventiladores pulmonares. Nós proibimos as exportações, estimulamos a produção de ventiladores pulmonares, os hospitais todos estão com capacidade ociosa, quer dizer, se erramos, erramos pelo excesso, e nenhum arrependimento por isso, porque, evidentemente, estava em primeiro lugar a saúde dos brasileiros.

Então, esse programa foi muito bem-sucedido, esse do auxílio emergencial, e também foi muito bem-sucedido esse outro programa. E, agora, nas conversas internacionais, tivemos reuniões com o FMI, tivemos reuniões com o Banco Mundial, a posição do Brasil está surgindo como realmente surpreendendo o mundo, porque nós estamos voltando, é uma das economias que está voltando com maior velocidade no mundo. E, no hemisfério ocidental, possivelmente, é a que está voltando com mais velocidade.

Eu vou parando por aqui, nessa primeira apreciação, dizendo que nós estamos com o senso de que, como eu dizia antes, desde o início, o Brasil iria ter uma resposta construtiva, surpreendente, do ponto de vista de funcionamento da nossa democracia. Lá fora esse som está chegando, essa compreensão de que a democracia brasileira não é frágil, efêmera e vulnerável como se considerava e como muitos brasileiros diziam; ao contrário, é resiliente, é funcional, ela deu solução para a crise rapidamente. Inimigos políticos e poderes que se desentendiam se acertaram, demarcaram os seus territórios, emitiram a resposta à crise, e o Brasil está enfrentando a crise com dignidade, com responsabilidade, com esforço e com solidariedade.

Os programas, destacando novamente, mais bem-sucedidos, acredito, foram o auxílio emergencial, que era justamente uma construção que foi conjunta e também o plano de sustentação de empregos que a gente chama de BEm (Benefício Emergencial), as empresas que mantiveram empregos foram muito bem-sucedidas.

Foi muito útil virmos aqui conversar porque escutei muitas críticas também de que o crédito não estava chegando na ponta. Então, continuamos também trabalhando com o Congresso, particularmente com o Senado, nessa dimensão do crédito, e acertamos a mão. O crédito acabou chegando lá com o Pronampe, os Senadores foram muito importantes no desenho final desse programa, e estamos saindo do outro lado dessa primeira grande onda que se abateu sobre nós, que foi a onda da saúde. Estão descendo as mortes diárias, estão funcionando os sistemas descentralizados de saúde e, por outro lado, o sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

centralizado federal de assistência social, que foi o auxílio emergencial, além do sistema descentralizado de saúde, que foi o SUS, tudo funcionando direito. Houve, inclusive, só para finalizar...

Bom, seguramente essa pergunta vai ser feita sobre o SUS, ali na frente a gente conversa sobre isso.

Então, eu ficaria por aqui nessa avaliação inicial, para não estourar o nosso tempo. Fiquei um pouquinho acima dos 30 minutos que foram concedidos; fiquei 32 minutos.

Desculpe, Senador Confúcio. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Ministro Paulo Guedes, que apresentou um relato detalhado, bem otimista, sobre as perspectivas do Brasil de agora para frente.

Agora vamos entrar na participação dos Parlamentares. O primeiro a fazer os seus questionamentos é o Relator, Deputado Francisco Jr., que tem um tempo que varia de oito a dez minutos para fazer as suas indagações.

Então, Deputado Francisco Jr., com a palavra. (*Pausa.*)

Deputado Francisco Jr., pode acionar. (*Pausa.*)

O som está desligado. Libere o som, Francisco, por favor. Seu som está fechado.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Agora que liberaram para mim, Presidente. Obrigado. Cumprimento todos vocês, cumprimento o Ministro, parabenizando-o pelo trabalho, pelos esforços.

Muito bem. Ministro, em vários lugares do mundo a gente já percebe a questão da segunda onda da Covid-19. O Brasil vem enfrentando bem, e a primeira onda está perdendo força. Aparentemente, teremos o reforço da vacinação a partir de janeiro ou fevereiro. Pode ser que leve um pouco mais de tempo. Nesse contexto de transição que nós estamos, um momento em que os profissionais da saúde já dominam um pouco mais essa doença, as consequências desse vírus, e o Poder Público também já tem um pouco mais de controle, mas nós estamos nessa virada da primeira onda para a segunda onda.

Então, nesse contexto eu pergunto: do ponto de vista econômico, nosso País tem condições de manter as políticas de combate aos efeitos da pandemia atualmente em vigor, considerando que haja uma segunda onda? Se sim, qual o limite que a nossa economia aguenta com esse tipo de política? No ritmo que nós estamos, se nós tivermos que retomar, qual é o nosso limite, e, portanto, quais os cuidados que precisamos ter?

Como é feita, na prática, a troca de informação entre o Ministério da Economia e o Ministério da Saúde com relação às perspectivas de uma segunda onda de infecções da pandemia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos bem afinados no aspecto saúde e no aspecto econômico? Quais são as informações trocadas e como elas são utilizadas? Quem no Ministério da Economia tem sido responsável por esse contato?

Outra pergunta, outro assunto em que eu quero entrar: com relação a esse momento de pandemia, tem sido falado sobre a importância que o Sistema Único de Saúde seja fortalecido.

O acesso universal ao serviço do SUS certamente tem sido imprescindível para reduzir o sofrimento de muitos brasileiros que adoeceram e que ainda vão adoecer com a Covid-19, bem como com outras doenças. Assim, evidenciou-se mais ainda o valor de um acesso amplo e indiscriminado às ações e serviços da saúde.

Por outro lado, um recente decreto do Poder Executivo Federal abriu a discussão sobre a possibilidade da privatização das unidades básicas de saúde, porta de entrada do SUS.

São locais onde atualmente, por exemplo, é realizado o primeiro atendimento para os casos de infecção pelo coronavírus. O senhor poderia falar um pouco sobre as argumentações que envolveram a edição do Decreto nº 10.530, de 2020?

Nós sabemos que ele já foi revogado, mas eu gostaria de conhecer a visão, o ponto de vista do Governo, de forma especial, no aspecto econômico, na edição desse decreto.

Com relação à conjuntura macroeconômica e às reformas necessárias para a retomada do crescimento, pergunto o seguinte: o Ministério da Economia e os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal aparentemente estão engajados na mesma agenda de aprovação de reformas estruturantes para o País – o senhor mesmo já fez esse comentário aqui hoje. Trata-se de uma ação necessária que enfrenta opositores poderosos. Diante desse contexto, de que forma o Congresso Nacional poderia contribuir ainda mais para a aprovação das reformas estruturantes e qual a ordem de importância que o senhor daria a essas reformas? Qual a ordem em que precisamos dialogar com a sociedade para fazê-las... Nós temos aí reforma administrativa, tributária, vários marcos importantes em tramitação. Qual a ordem que o senhor imagina?

Por fim, dados de inflação já indicam forte pressão inflacionária. O IGPM da Fundação Getúlio Vargas foi de 4,34% em setembro e atingiu 17,9% em 12 meses; o IPCA está um pouco mais comportado, mas já demonstra sinais de pressão inflacionária. Diante desse contexto, pergunto: tecnicamente, de que forma essa elevadíssima inflação medida pelo IGPM da Fundação Getúlio Vargas já é reflexo da deterioração fiscal que o País está vivenciando? Até que ponto as políticas expansionistas que alguns economistas estão propondo neste momento de crise não estão trocando um pouco de crescimento de curto prazo por uma perda maior de crescimento econômico de longo prazo? E, por fim, será que o baixo crescimento observado nos últimos anos já não é um sintoma do endividamento extremamente elevado do nosso País?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que o senhor comentasse isso que pontuei. No mais, eu o parabenizo. Sempre sou uma pessoa otimista e esperançosa e acredito que nós vamos retomar rapidamente o nosso crescimento.

Algumas outras considerações vou deixar para o final da minha fala.

Muito obrigado, Ministro; obrigado, Presidente.

Era o que eu tinha para perguntar no momento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Francisco Jr.

Com a palavra, para responder, o nosso Ministro Paulo Guedes.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Deputado Francisco Jr., se as perguntas fossem tão decisivas como as suas perguntas... Se a nossa pauta de Governo, com mídia, se em vez de guerras narrativas, essa confusão que se estabeleceu no País, se nós tivéssemos a objetividade das suas perguntas e essa profundidade, ao mesmo tempo... Você pode ser objetivo, simples e ao mesmo tempo profundo ou pode ser prolixo, enrolado e absolutamente irrelevante. Então, você fez uma pauta extraordinária, eu tenho enorme prazer em abordar cada um dos seus pontos.

Primeiro, a segunda onda. Está perdendo força, realmente é um fato, estamos furando do outro lado, mas a solução só quando tivermos a vacina, exatamente como foi apontado pelo Deputado. Estão falando em janeiro, fevereiro, mas a verdade é que nós só estaremos livres desse pesadelo quando a vacina surgir. Enquanto isso, nós continuamos vulneráveis e ameaçados.

Daí decorrem suas duas outras excelentes colocações – excelentes colocações! Condições econômicas, podemos sustentar o ritmo? Vamos conseguir manter? Vejam, prudentemente, eu lancei R$200 para o auxílio emergencial logo no início, por duas razões. A primeira razão: eu não podia fazer um ultraje a quem já recebe assistência social. Como é que alguém do Nordeste iria aceitar se, a partir de amanhã, alguém, só porque vive no Sul e ganha R$600, R$800 não confirmados, porque é um mercado informal de sobrevivência... Ele chega e se autodeclara como ambulante que ganha R$800. Por que ele vai receber R$800 agora se há alguém, um irmão brasileiro, nordestino, pobre, ganhando R$200? Então, eu tinha que colocar R$200. E pensando também: e se essa crise durar dois anos? A gente aguenta, a gente tem fôlego. Com R$200, R$250, R$300, nós conseguimos estender esse cobertor por mais tempo.

Então, dado o grau de incerteza que havia naquele momento, eu, por uma condicionante ética, que é você não poder pagar mais a alguém que está em necessidade se você paga ao outro esses R$200... Então, coloque igual. Agora, esteja flexível para subir um pouco. O que controla essa velocidade ou esse alcance? É justamente o seu ritmo fiscal: você tem fôlego fiscal para ir até onde? A sua pergunta é excelente, excepcional. E eu digo o seguinte: nós temos fôlego para seguir até o fim do ano, como calibramos. Dali para a frente é um ponto de interrogação. Se não trabalharmos as reformas, teremos, de novo, um enorme desafio no ano que vem, se voltar uma segunda onda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se vier uma segunda onda, o que eu tenho dito é o seguinte: acredite na democracia brasileira. Ela dará a resposta. Nós teremos uma ação tão fulminante e decisiva como tivemos. O que nós não podemos é, por falta de honestidade com nossos contemporâneos, por falta de responsabilidade com os nossos filhos e netos, futuras gerações, em vez de enfrentarmos os reais desafios orçamentários, usar essa desculpa para estender tudo isso como se não houvesse amanhã. Com isso, para isso, não contem comigo. Contem comigo para uma resposta correta politicamente, responsável com as futuras gerações.

Então, evidentemente, se vier uma segunda onda, nós vamos trabalhar da mesma forma, tão decisiva quanto foi a primeira. Vamos ter que reagir, vamos corrigir erros ou excessos que tenhamos cometido no primeiro enfrentamento, mas eu confio na democracia brasileira, inclusive pelo aprendizado que tivemos.

É evidente que essas condições particularíssimas de pandemia que nós enfrentamos juntos têm que ser uma cláusula do novo pacto federativo. O que acontece se amanhã subir o nível do mar? Oitenta por cento da população brasileira vive na costa, e nós vamos ver milhões de brasileiros fugindo para as montanhas, em São Paulo, tentando subir de Santos para a cidade de São Paulo; no Rio, cariocas, niteroienses, todo mundo tentando subir para Petrópolis, Teresópolis, milhões de pessoas, estradas engarrafadas. Como vai ser isso, se houver um desastre ambiental? Como vai ser isso, se houver uma calamidade, um "Covid-26"? Como nós vamos enfrentar isso? Então, nós precisamos ter uma cláusula de calamidade pública que justamente crie esse sistema de exceção para episódios em que precisemos preservar a vida e o emprego de brasileiros. Mas nós não podemos covardemente, por desfaçatez, por omissão de enfrentar os verdadeiros problemas brasileiros com o orçamento... Porque nós temos uma história longa de problemas orçamentários. Daí a nossa proposta de desvincular, desindexar, desobrigar as despesas, devolver os orçamentos públicos à decisão política, à classe política.

Como é que a população brasileira está protegida? Se receber 1% ou 2% de correção inflacionária para a saúde, ou tomando a decisão política de enfrentar a saúde, como fizemos este ano? Como a educação brasileira está protegida? Se receber uma correção monetária instantânea, que é um fóssil do passado de hiperinflação brasileira? É simplesmente indexando, ou na verdade, aprovando como aprovou o Fundeb, aumentando 130% o recurso para a educação?

Agora, há que haver a responsabilidade de dizer de onde vem o dinheiro. De onde vem o dinheiro? Há que aprovar todo ano um orçamento. Em vez de ser vítima de um orçamento de dinheiro carimbado, 96% do dinheiro é carimbado. A classe política olha para aquilo e diz, "ah, não sei o que houve." Sabemos o que há. Devemos tomar a decisão de onde colocar. A essência da política é a decisão de alocar os recursos públicos, para onde vai o dinheiro, de onde vem e para onde vai. Nós não podemos, por um passado de hiperinflação, esconder-nos através de cláusulas automáticas que inviabilizam a política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diminuíram a política aos olhos da população brasileira. Ninguém é responsável pelo orçamento, não é culpa de ninguém, está tudo carimbado, 180 fundos com dinheiro carimbado. Os piratas privados já morreram, o burocrata corrupto já morreu, o político já se aposentou, e ninguém é responsável por aquele fundo. Para onde vai aquele dinheiro, de onde veio? Então esse reexame que o pacto federativo propõe é incontornável.

Bom, então esse ritmo é um ponto de interrogação. O que nós podemos dizer é o seguinte: estamos lá, quase no limite. Já chegamos a 100% do PIB. A dívida está lá em cima.

Mas não tenham dúvida: daremos uma resposta igualmente decisiva e encontraremos os recursos. Entramos numa economia de guerra. É como se a guerra, em vez de durar um ano, durasse dois ou três anos. É economia de guerra. Vamos entrar!

Mas não é o plano A. Não é o que vemos no momento. O que vemos no momento é a doença descendo, é a economia voltando, o auxílio emergencial aterrissando suavemente, veio de 600 para 300. Agora, de 300, volta para a base família, em vez de base indivíduo.

E vamos também atacar justamente o problema do desemprego em massa. Temos que pensar em emprego e renda. O grande desafio. Emprego, tem que piscar a palavra desoneração, desoneração, desoneração. E renda, tem que piscar a palavra Bolsa Família, Renda Brasil, retomada dos empregos, que também trazem a renda. Essa é a nossa... Você veja, a sua pergunta foi perfeita, ritmo e fôlego.

A pergunta seguinte: nossa interação com a saúde. Excelente pergunta também, porque eu tive uma decepção muito grande quando ouvi dizer do depoimento de um ex-Ministro da Saúde, que teve total apoio e interlocução minha, desde o primeiro dia, e o Congresso é testemunha. No primeiro dia em que tomamos conhecimento da crise, nós estávamos no Congresso. Eu fui a pedido do Presidente da República ao Congresso, representando o Presidente, ao lado do ex-Ministro da Saúde. E o ex-Ministro, então, anunciou que a Organização Mundial da Saúde declarou o estado de pandemia.

Naquele momento, um Senador e um Deputado da oposição, quando nós falamos que íamos precisar de recursos, naquele momento, um Senador da oposição e um Deputado da oposição disseram: é uma vergonha a gente ficar brigando aqui por dinheiro político para financiamento, emenda parlamentar, quando na verdade nós precisamos enfrentar a saúde.

Eu, na mesma hora, estendi a mão a dois opositores e falei: estamos juntos. Vamos pegar esses R$5 bilhões e é o início da guerra, nós vamos pulverizar esse coronavírus. Foi uma palavra de exortação. Eu nunca fiz um cálculo de que iria custar R$5 bilhões o combate ao coronavírus.

Isso foi uma coisa ridícula, um negócio que foi como se eu tivesse feito um cálculo de que iria custar R$5 bilhões. R$5 bilhões era o dinheiro que estava na mesa e eu apanhei imediatamente e entreguei para o Ministro da Saúde. Ele já saiu da reunião com R$5 bilhões, graças ao Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali começou de novo a parceria a funcionar. O Congresso apoiou ali na hora. É isso mesmo, vamos todo mundo. Todo mundo aplaudiu. E o Ministro da Saúde já saiu da reunião me parabenizando, me agradecendo porque os primeiros R$5 bilhões já foram transferidos naquele momento, imediatamente, para o Ministério da Saúde.

Uma semana depois, R$200 bilhões de recolhimento compulsório. Na primeira semana foram R$100 bilhões, R$120, R$130. Na segunda semana o Banco Central já baixou mais R$65. Foram R$200 bilhões. A Caixa Econômica Federal lançou R$100 bilhões em duas, três semanas, e o BNDES mais R$50.

Então, nós imediatamente, antes mesmo de o Congresso nos dar a emenda constitucional da PEC de guerra, nós já tínhamos liberado lá R$200 em compulsório, mais R$100 da Caixa Econômica Federal, mais R$50 do BNDES. Então, já tinha ali R$350 bilhões girando.

Aí, fizemos imediatamente o diferimento de impostos e a antecipação de benefícios. Abono, pensões, décimo terceiro de pensões e aposentadorias, puxamos tudo também imediatamente. Eram mais R$150 bilhões. Então, chegamos a R$500 bilhões antes de um movimento que nos autorizasse. E aí veio a autorização.

Então, durante esse período, eu mobilizei a Receita Federal para impedir as exportações de ventiladores pulmonares, porque o ex-Ministro da Saúde tinha dito: olha, o ponto de estrangulamento vai ser o ventilador pulmonar, os brasileiros vão morrer por falta de ventilador.

Imediatamente organizamos uma equipe. O meu secretário especial de competitividade e produtividade, o Carlos Costa, que está conosco nessa reunião, imediatamente foi designado para ver quem produz isso no Brasil. Ele achou quatro empresas. Uma inclusive estava em estado de recuperação judicial. Achamos essas empresas. As empresas passaram de 250 para 1.500. Em dois, três meses, a produção multiplicou por seis.

Impedimos a exportação de máquinas e equipamentos, baixei todas as tarifas de importação de 150 produtos médico-hospitalares. Quer dizer, fizemos uma atuação. E eu empurrava o dinheiro e várias vezes o ex-Ministro dizia para mim: "Não manda mais dinheiro, porque eu não consigo processar. Eu tenho um desafio logístico. Eu não estou conseguindo processar."

Estou ainda sendo ouvido?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estou ouvindo, sim.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Então posso terminar? Vou tentar terminar, porque a pauta do Deputado Francisco Jr. foi a pauta para uma tarde inteira. Foi impressionante como ele, com algumas poucas perguntas, deu o roteiro inteiro, ele deu o roteiro inteiro da crise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Então, se eu tivesse que dizer o nosso relacionamento com a saúde... Eu botei o meu Secretário-Geral, que é o Guaranys, à disposição do Ministro da Saúde; ou seja, ele trabalhava por dentro do Ministério para empurrar dinheiro, para acertar as transferências. Fizemos transferência fundo a fundo – do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Estados e Municípios; fizemos transferência para o Sistema Único de Assistência Social, fizemos transferências através do SUS; fizemos transferências através de Estados e Municípios. Quer dizer: eu coloquei o meu Secretário-Geral para fazer todo esse trabalho interno. E aí vem o Ministro da Saúde e diz: "Ah eu acho que ele não deu muita importância à crise." Quer dizer, é um animador de televisão, é um animador de televisão, um inconsequente de falar algo como isso. Nós estávamos trabalhando de manhã, de tarde e de noite para aliviar a crise.

E aí eu entendi a diferença de capacidade logística, quando chegou o novo Ministro. A chegada dele foi com uma ligação do Governador de São Paulo para mim, dizendo o seguinte: "Olha, estão reclamando porque o Rio de Janeiro recebeu 100 aparelhos, 100 ventiladores, e São Paulo recebeu zero ontem." Aí eu falei: Olha, vou ligar para o Ministro agora. Não estou sabendo disso e vou conversar também com o Presidente." Liguei para o Presidente: "Presidente, o Governador de São Paulo está ligando aqui e reclamando de coisa assim. Eu mal conheço o novo Ministro. Posso ligar para ele? Posso passar a reclamação?" E o Presidente: "Naturalmente, é claro, pô! Aqui não tem esse troço, não. Vamos embora e liga para ele é já! Não precisa nem perder tempo, pode ligar direto." Eu liguei para o Pazzuello. Eu me apresentei, falei com ele e disse: "Olha, está acontecendo essa reclamação." Na mesma hora o Pazzuello falou: "Olha, vou tomar conhecimento e te volto daqui a pouco." Ele voltou vinte minutos depois e falou: "Olha, eu já entendi tudo. O Nelson Teich é do Rio de Janeiro. Ele chegou aqui e mandou imediatamente os cem, porque ele está muito familiarizado com a situação do Rio e mandou imediatamente. Mas eu vou ver o que aconteceu com São Paulo aqui." Aí virou e falou assim: "Pode anunciar para o Governador Dória que eu estou mandando 200 ventiladores pulmonares para ele, hoje ainda!" Essa foi a diferença; ou seja, a logística começou a funcionar, desentupiu tudo. Em vez de animação de televisão, começou a ter a entrega, a entrega. Entendeu? Então, naquele momento ali, era decisiva a entrega. Nós precisávamos da entrega, da entrega do equipamento.

Eu recebi ligação de ministros, de embaixada de fora: "O que houve, porque tinha um material que estava sendo enviado?" E: "Olha, infelizmente, é estado de emergência no Brasil, e material, como o pagamento não foi feito ainda, esse material está aqui na Receita Federal e vai ter que ser usado aqui no Brasil mesmo."

Então, nós tomamos medidas em todas as direções: em produção de máquina, em produção de equipamento, parar a exportação, reduzir as tarifas de produtos médico-hospitalares, para depois receber uma condenação de um ex-Ministro, dizendo "Porque, ah, faltou apoio." Vocês me desculpem a reação, mas é uma injustiça tremenda, uma irresponsabilidade, uma falta de... O único atrito que eu havia tido com esse Ministro, particularmente, foi que justamente ele colocou em risco.... Eu, quando tenho um atrito com um ministro, e que quase vai a público, é porque eu acho que há uma ameaça ao Brasil. O que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

aconteceu? Foi proposto, por um ministro, segurar os preços dos bens, dos produtos, dos medicamentos. Ia faltar tudo, ia faltar tudo. Nós já vivemos isso. Nós vivemos isso no Plano Cruzado. A Venezuela está vivendo isso hoje. Tentaram fazer isso com alimentos também recentemente. Começaram a falar em tabelar preços. Isso é uma maluquice! Vai sumir tudo! Só os ricos vão ter acesso aos remédios.

Então, eu tive uma altercação forte com ele e disse: "Olha, tabelamento de jeito nenhum; eu prefiro dar um subsídio, aumentar auxílio emergencial". Aumente o auxílio emergencial. Dá mais dinheiro ainda; mas deixe os preços livres, senão o remédio vai desaparecer das prateleiras.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Ministro.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Desculpem-me. A pauta do Senador foi tão abrangente que eu não vou esquecer e vou abordar os tópicos em perguntas dos outros...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – ... o SUS, a privatização, as reformas estruturantes, a inflação. Isso aqui é uma pauta para um dia inteiro – é uma pauta para o dia inteiro. Mas eu vou voltar. Nenhuma pergunta sua vai ficar sem resposta, Deputado. Eu vou, a pretexto de outros que certamente vão fazer perguntas paralelas, correlatas, voltar aos seus temas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito, Ministro.

Nós vamos fazer, de agora em diante, blocos de três Parlamentares. Cada Parlamentar – agora nós vamos ter mais cuidado com o tempo – terá três minutos para apresentar suas perguntas, e o Ministro terá o tempo de acordo com... A abrangência da pergunta é que vai dosar o tempo do Sr. Ministro.

Então, esse primeiro bloco será composto pela Senadora Eliziane Gama, Deputado Felício Laterça e do Deputado Luiz Carlos Motta, de São Paulo.

O Deputado Felício deu uma saidinha. Não sei se ele já retornou. Se ele não chegar, não retornar a tempo, entra o Deputado baiano Cacá Leão.

Então, com a palavra a Senadora Eliziane Gama, pelo tempo de três minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente Confúcio. Queria cumprimentá-lo, cumprimentar o Francisco Jr., nosso Relator, e cumprimentar também o Ministro da Economia; aliás, até parabenizá-lo, porque ele tem sido muito diligente em relação à sua participação aqui na nossa Comissão.

Ministro, eu inicio falando... Eu quero até pedir-lhe desculpas, porque não vi as perguntas do Relator. Não sei se vou repetir algumas delas. Se repetir, eu me darei por atendida, a partir das suas respostas já feitas. Primeiramente, sobre a questão do último decreto do Presidente Jair Bolsonaro em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

relação à saúde pública, portanto trazendo a possibilidade de privatização através da parceria público-privada, em relação às UBSs. Nós temos alguns exemplos em todo o mundo. Aqui do lado, por exemplo, o Chile, onde a saúde pública é totalmente desastrosa. Nos Estados Unidos agora, inclusive, no processo eleitoral, esse foi um debate que tomou uma projeção importante por conta da necessidade da discussão da universalização da saúde. Nós temos no Brasil o SUS, que é uma conquista realmente histórica.

A minha pergunta é: o Ministério da Economia acompanhou de fato esse decreto, e, ao mesmo tempo, também o Governo vai insistir nessa tese, já que houve a suspensão do decreto por parte do Presidente, mas ele continuou fazendo a defesa e, portanto, a possibilidade até de retomar esse decreto em outro momento? O Governo insiste de fato com essa tese, Ministro?

A minha segunda pergunta é referente à questão da vacina. A gente tem visto aí uma verdadeira polêmica em torno desta vacina por haver, na verdade, a participação da China, inclusive um ponto específico aqui é a participação brasileira de forma muito intensa através do Butantan. A minha pergunta para o senhor é: a questão da vacina é uma questão econômica, é uma questão política ou é uma questão científica? Qual é a visão do Governo em relação à questão da vacina?

A minha outra pergunta é referente à questão do orçamento. A gente sabe que há hoje um endividamento público brasileiro. A gente está vivendo várias ações para o enfrentamento da Covid. Já há um debate, por exemplo, da possibilidade de corte orçamentário da ordem de R$40 bilhões para o ano que vem. Haverá de fato esse corte, Ministro? E como a equipe econômica está trabalhando hoje em relação a esse corte orçamentário?

Mais uma pergunta: nós tivemos agora a entrevista do Abilio no *Valor Econômico*, em que ele colocou o seguinte: o Brasil está barato, mas, ao mesmo tempo, também está faltando estabilidade. O investidor internacional está sendo afugentado porque não há uma confiança em relação ao Brasil. E a gente agora vê um debate, uma defesa do Governo na possibilidade de criação de novos impostos. O Brasil vai insistir na criação de novos impostos?

E, para finalizar, Presidente Confúcio, só mais dez segundinhos.

Dezessete setores, Ministro, estão muito preocupados hoje com o debate acerca da derrubada do veto. A gente vê que há uma postergação da parte do Governo em relação à derrubada, em se colocar em votação a derrubada do veto em relação à desoneração. Como está a posição do Governo? E por que o Governo realmente não resolve logo isso e dá uma resposta satisfatória ao nosso País, sobretudo ao setor que é fundamental para a geração de emprego e renda?

E grandes fortunas, Ministro. A gente...

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Dá mais um tempinho. Deixe-a concluir, por favor.

Continue, Senadora, continue!

Libera o som, Lenita, para a Senadora, por favor.

Pode falar, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Só mais dez segundos, meu Presidente. Muito obrigada.

O Governo está batendo a cabeça, Ministro, em relação à fonte, a recursos para os programas sociais. A gente faz a defesa da taxação de grandes fortunas, do aumento da taxação de transferência, portanto, de fortuna e também da taxação de lucros e dividendos; ou seja, nós temos, sim, um espaço grande para buscar recurso para o financiamento de programas sociais. Por que o Governo não coloca isso na sua reforma tributária? Por que o Governo não defende isso, já que vai sair de quem tem muito para transferirmos para quem tem pouco? E a gente tem um aumento significativo hoje no Brasil da desigualdade social. Precisamos equiparar para poder dar um pouco mais de isonomia à nossa sociedade brasileira.

Muito obrigada, Presidente Confúcio. Obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Eu indago se o Deputado Felício Laterça já retornou. (*Pausa.*)

Ainda não.

Então, vamos passar para o Deputado Luiz Carlos Motta, São Paulo.

Deputado Luiz Carlos Motta, por favor.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) – Bom dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia!

Está com a palavra, nobre Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Cumprimento o senhor, cumprimento também a Senadora Vice-Presidente, cumprimento o nosso Relator, o Deputado Francisco Jr., na pessoa de quem cumprimento todos os demais Parlamentares que fazem parte desta Comissão. Meu cumprimento especial ao nosso Ministro Paulo Guedes. E digo, Ministro, que é sempre um prazer estar com o senhor e poder reiterar as minhas melhores considerações pelo seu empenho e pelo seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

trabalho à frente do Ministério da Economia. Tenho certeza de que o Governo encontrará o caminho certo para a retomada do crescimento econômico, logicamente com emprego e renda para a nossa população.

Reforço ao senhor que, como representante da classe trabalhadora, tenho visto de perto as apreensões dos nossos trabalhadores no que diz respeito à manutenção e à geração de empregos no nosso País. Como o senhor já disse, na sua explanação, a preocupação principal do Governo nesta pandemia, logicamente, é proteger as vidas, mas há também um pensamento especial com relação aos empregos.

Por isso, pergunto: além dos esforços que já estão sendo realizados pelo Governo nesse sentido, como o senhor também já falou, o Ministério conta com novos programas para a geração de empregos formais e também com a abertura de frentes de trabalho, mesmo que temporárias, acompanhadas por cursos de qualificação e capacitação para, com isso, aumentar a empregabilidade?

Acho que é esta minha pergunta, Sr. Presidente e Sr. Ministro.

Obrigado pela sua atenção e, mais uma vez, receba meus cumprimentos pelo trabalho e pela maneira como o senhor vem conduzindo o Ministério da Economia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Luiz Carlos Motta.

Passo a palavra ao Deputado Cacá Leão.

Deputado Cacá. (*Pausa.*)

Deputado Cacá Leão, meu bom baiano.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Para interpelar.) – Meu querido Presidente, Senador Confúcio Moura, quero cumprimentar, na sua pessoa, os demais Senadores que fazem parte desta Comissão, quero cumprimentar o Relator, Deputado Francisco Jr., e parabenizá-lo pelo trabalho e pelo que tem feito à frente da relatoria desta Comissão e quero cumprimentar o Ministro Paulo Guedes e sua equipe do Ministério da Economia – vejo aqui, na sala, o Secretário Carlos da Costa, o Secretário Waldery, o Secretário Bruno Bianco e o Bruno Travassos – e dizer, Ministro Paulo Guedes, que eu gosto muito de ouvir o senhor. O senhor é sempre otimista, e eu também sou. Eu acho que a gente precisa entender... Eu acho que o Brasil deu um exemplo para o mundo na questão do enfrentamento a esta pandemia. Nós montamos um programa social em tempo recorde, com um auxílio emergencial de R$600,00. Enquanto um país do Primeiro Mundo, um país tido como o mais desenvolvido do mundo, que é os Estados Unidos, pagava com cheque, nós criamos um aplicativo, fizemos o formato e, aos trancos e barrancos, conseguimos fazer com que esses recursos chegassem a quem mais precisava.

Concordo com a fala de V. Exa. quando fala da questão da logística da saúde também. Acho que faltou, inclusive, uma coordenação e um ordenamento. Não é possível que o Brasil não soubesse, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

dezembro ou em janeiro, vendo o que já estava acontecendo na China, que isso não fosse chegar aqui e que a logística da saúde que a gente não se preparasse para enfrentar essa questão.

A Senadora Eliziane Gama também acabou adiantando um dos temas sobre o qual eu gostaria de perguntar, Ministro. Eu queria ouvir do senhor o que o senhor acha do Renda Brasil e qual seria a sua fonte de financiamento.

No mais, deixo o resto do tempo para que o senhor responda as perguntas do Relator Francisco Jr., que, tenho certeza absoluta, agradaram a todos os membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Cacá Leão.

Vamos passar a palavra ao nosso Ministro Paulo Guedes para responder à Senadora Eliziane Gama, ao Deputado Luiz Carlos Motta e ao Deputado Cacá Leão.

Com a palavra V. Exa. Pode falar, Ministro, por favor. **O SR. PAULO GUEDES** (Para expor.) – Parece até que nós realmente ensaiamos esta conversa nossa. A colaboração é tão profícua, que a Senadora Eliziane Gama fez exatamente a próxima pergunta, do SUS, exatamente o quarto ponto colocado pelo Deputado Francisco. Então, ela engata exatamente na questão deixada pelo Deputado Francisco Jr., que é a seguinte: o SUS. Ora, o SUS mostrou a decisiva importância de termos um sistema descentralizado de acesso universal à saúde, ao serviço de saúde. Ele mostrou, durante a crise, porque ele é decisivo, porque foi um passo acertado a criação dessa ferramenta poderosa, que é um sistema descentralizado de atendimento de saúde.

Então, é evidente que... Aí, você pergunta sobre o decreto, o que nós pensamos, se queremos privatizar o SUS. Seria um contrassenso você falar em privatizar o SUS. O SUS é uma rede descentralizada de atendimento de saúde pública, ponto. Está lá.

Esse decreto aparentemente veio da área de PPI. Era uma área que, inclusive, estava sob coordenação da Casa Civil, passou para a Economia. A Secretária Martha Seillier é uma pessoa competente, séria, trabalhadora, não é uma das pessoas que eu trouxe de fora, para privatizar o sistema, para atacar o sistema de saúde brasileiro, zero. Funcionária pública, por iniciativa dela, deve ter ido lá no Ministério do Pazuello conversar com ele, devem ter se entendido sobre isso.

Eu tomo dezenas de decisões diárias. Chegam as decisões aqui para mim: "Olha, existe um decreto assim – assim, assim. O senhor pode..." Ontem – está aqui o Bianco conosco, está aqui o Waldery –, ontem, duas ou três decisões foram tomadas assim. O Bianco chega: "Ministro, eu preciso fazer isso assim – assim – e tal. Posso? O senhor está de acordo?" "Eu estou de acordo. O.k. Segue". "Ah, está de acordo".

Então, aparentemente, um mês atrás, com a pandemia ainda forte, isso já estaria assinado. Aí, foi para o Palácio. Aí, a mesma coisa, o Palácio examina e tal. Aí, um mês, 30 dias depois, sai a autorização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o seguinte: aparentemente, havia mais de quatro mil unidades básicas de saúde que iniciaram a construção e não estavam conseguindo terminar por falta de recursos. E, da mesma forma, 168, aparentemente, que eles chamam de Unidade de Pronto Atendimento. Estava tudo isso paralisado. No meio de uma epidemia e você sem a capacidade de atendimento.

Então, isso deve ter sido uma dessas dez decisões que a gente toma por dia, em que chegam aqui e falam assim: "Olha, Ministro...", porque, as coisas que são decisivas, vão para o Congresso, são reformas, são examinadas. Se fosse uma privatização do SUS, tinha que ter ido para o Congresso. Aí, o Supremo opina se é um caso de subsidiária ou não. Não é nada desse tipo. Não foi absolutamente nada desse tipo.

Foi simplesmente o seguinte: existe muita gente que poderia. Justamente, como acabou o paraíso dos rentistas, ninguém mais consegue viver de renda com esse juro baixo, está cheio de capital privado disponível, aí, eles vêm, se oferecem e falam: "Olha, vamos fazer uma PPI, vamos fazer uma parceria público-privada. A gente pode terminar as obras e, então, vocês não gastam com obra, não gastam com equipamento, a gente bota isso tudo à disposição e vocês, simplesmente, dão um cheque em consulta, como se fosse um *voucher*-saúde. E, aí, a pessoa vai ser atendida e tal. É melhor do que não ter."

Então, possivelmente, foi esse o curso natural e até para mim foi um susto ontem. De manhã, "publicada a emenda de não sei quê...". Aí, de noite, "Presidente rejeita", "O Congresso..." Eu falo: Deus do céu! O que é isso? Aí, fui tomar conhecimento: é, realmente, uma decisão de lá de trás, que, aparentemente... Por isso que eu garanto que jamais esteve sob análise falar em privatizar SUS, seria uma insanidade falar disso. O que acontece é o seguinte: podemos ajudar mais? Há forma de botar o capital privado ajudando a saúde brasileira? E não foi uma pergunta sequer feita por mim, porque nós já temos trabalho suficiente: temos que fazer saneamento, setor elétrico, vamos preservar as áreas críticas. Você sabe quais são as funções críticas de governo: saúde, educação, saneamento... Então vamos fazer o que o setor privado puder fazer: setor elétrico, saneamento, petróleo, vamos fazer o que pode fazer.

Então, não entrou na nossa consideração invadir a área de saúde para privatizar, jamais. Foi uma medida que foi tomada, de iniciativa da área de parceria público-privada, PPI, por funcionária pública de carreira, em Brasília há mais de dez anos, trabalhou no Governo Temer, está aí há muito tempo, trabalhou para o Governo Dilma, trabalhou para o PT, pessoa totalmente insuspeita de qualquer... "Ah, está alinhada à economia de mercado, quer transformar o Brasil num grande..." – não há nada disso. Isso é essa guerra ideológica de narrativas que tanto prejudica o País. Na verdade, foi uma iniciativa da Martha, que chega e fala assim: "Olha, podemos fazer isso assim, assim?" "Pode, vamos seguir. Se vamos botar em funcionamento 4.500 Unidades Básicas de Saúde e mais 168 Unidades de Pronto Atendimento com capital privado, fica muito mais barato para nós. Em vez de gastar R$1 bilhão, R$2 bilhões, R$3 bilhões, R$4 bilhões fazendo a obra física, a gente gasta R$1 bilhão, R$2 bilhões, R$3 bilhões, R$4 bilhões em atendimento, pagando as consultas, para suplementar o setor público."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Então, eu deixo bem esclarecido isso, e agradeço muito a oportunidade da Senadora Eliziane Gama, e é essa a explicação. Tanto que acaba você prejudicando a população brasileira, porque a narrativa é tão violenta: "Querem privatizar, acabar com o acesso universal!". Quem é maluco de acabar com o acesso universal? A luta é ao contrário: como é que a gente aumenta o acesso universal, como é que a gente dá um *voucher* à saúde, um *voucher* à educação, para que as pessoas possam procurar escolas; porque o setor público, sozinho, não tem a capacidade financeira de atender a todo mundo. Então, eu agradeço muito à Senadora Eliziane pela questão, e digo isso.

Quanto à vacina, eu sempre me limito a falar do que eu entendo. Então, por exemplo, de saúde eu entendo pouquíssimo. Você vê até que, aparentemente, a minha Secretária Especial foi tentar estender a mão para ajudar a saúde e já cortaram a mão dela em três minutos. Já virou logo: "Tentou privatizar o SUS!", e já cortaram a mão da Secretária. É por isso que eu não me aventuro muito em assuntos assim. Então, eu dar parecer sobre qual é uma vacina boa, uma vacina ruim, eu não tenho a menor ideia, isso é um problema de saúde, tem que ser uma manifestação do Ministro da Saúde. "Ah, mas o Ministro da Saúde não entende de saúde, porque o negócio dele é logística". Então, ele vai ter que se aconselhar com um conselho de gente de saúde para dizer qual é a melhor vacina.

Eu acho que está havendo, de novo, uma politização de um tema que é o seguinte: uma coisa são as iniciativas. Aparentemente nós fizemos iniciativas com vacina russa, vacina chinesa, vacina do Reino Unido também – da Inglaterra –, vacina americana, há vacina de todo tipo. Então, aparentemente o Brasil andou fazendo associações. O Brasil é uma Federação: o Governo de São Paulo fez uma associação do Butantan com a China, o Governo Federal fez uma associação, botou dinheiro na vacina com a Inglaterra e com os Estados Unidos, então há vacina de todo tipo, há recurso para todo lado. Nós queremos salvar a vida dos brasileiros. A manifestação especificamente sobre qual a melhor vacina é uma questão da saúde.

Por outro lado, o Governador de um Estado que faz um convênio sobre uma vacina e, antes que haja aprovação pela Anvisa, antes que seja testada, quer vender isso para o Governo Federal, eu acho que também aí... Eu, como... Aí, entra na matéria de dinheiro, e de dinheiro eu falo o seguinte: nós já mandamos bastante dinheiro para São Paulo, tomara que São Paulo encomende, pague a vacina e vacine a sua população. Ele não pode... Pede dinheiro para fazer vacina, agora pede dinheiro para eu pagar, para mandar para São Paulo de novo. Já mandamos dinheiro de saúde para São Paulo, ele já tomou as providências dele.

E, finalmente, quanto a tomar ou não a vacina, eu sou um liberal, eu acredito que a vacina é uma decisão voluntária de cada um, se o sujeito preferir ficar trancado em casa seis anos, não trabalhar e não tomar vacina nenhuma, não ter contado nem com a mulher, nem com o filho, com ninguém, se ele resolver ficar trancado e não tomar a vacina é problema dele, ele é livre para fazer... Se ele quiser sair e tomar três vacinas ele toma. Ele tem que conversar com o médico dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho que dize que eu não tenho habilidade para responder essa sua pergunta, Senadora, eu só posso fazer essas reflexões rápidas.

A outra questão, o endividamento, nós vamos tratar um pouco à frente; ambiente de negócios nós vamos tratar um pouco à frente também, com esse negócio de novos impostos. Eu só posso declarar o que sempre declarei, que é o seguinte: este Governo não vai aumentar imposto, não é um Governo... Nós somos um Governo liberal-democrata, nós tivemos dez, oito governos sociais-democratas e todo mundo aumentou impostos. Os militares também aumentaram impostos no final do governo deles, nos dois últimos mandatos.

Nós somos liberais-democratas, nós não queremos aumentar impostos, os impostos já chegaram a 36% do PIB, é alto demais, o Governo gasta 45% do PIB, isso é coisa de governo social-democrata. Então, não adianta virar para um liberal-democrata e dizer assim: "O senhor vai montar novos impostos?" Não. "O senhor vai aumentar impostos?" Não. "Ah, mas estão falando que o senhor quer criar um novo imposto?" Só se for para substituir oito outros impostos e só se for por uma causa muito nobre, desoneração, para criar emprego e renda para os brasileiros.

Então, é o que eu posso dizer no momento sobre impostos.

Desoneração de 17 setores. Eu prefiro desonerar todos, por que só 17 por um ano? Só porque eles têm um *lobby* forte em Brasília? Eu prefiro desonerar todos para sempre em vez de só alguns por um ano.

"Agora, o senhor é contra a desoneração etc.?" Não, eu estou publicamente dizendo que eu sou a favor de tentar justamente desonerar para todos e para sempre, em vez de só para 17 por mais um ano. Isso acaba se convertendo em um jogo de má política. Alguns setores privilegiados conseguem a desoneração... Ora, se a desoneração é tão importante para esses setores por que não será para os demais?

Deputado Luiz Carlos Motta, muito obrigado pelas gentis referências. Estou 100% de acordo quanto à importância de criar empregos formais. E quanto às frentes de trabalho, capacitação e treinamento, estamos de acordo e estamos tentando elaborar algo nessa linha, sim. Muito obrigado pela sugestão, ela está perfeitamente alinhada com um dos programas que estamos tentando criar de frente de trabalho.

E, finalmente, o Deputado Cacá Leão. Muito obrigado, Deputado Cacá Leão. Eu me lembro da nossa primeira conversa ainda na reforma da previdência lá no Congresso, onde o senhor, com todo respeito, me deu uma prensa boa, me apertou bem, fez perguntas inteligentes, construtivas, e foi um prazer interagir e responder naquela ocasião, como o é agora.

O Renda Brasil, que nós estamos pensando e que elaboramos, já é um programa justamente quase que de celebração conjunta porque lá, em Chicago, na Universidade de Chicago, o Prof. Milton Friedman dizia que a forma mais rápida, imediata e correta de ajudar o pobre é com o dinheiro na veia, é na veia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dá o dinheiro para o pobre, porque, se você criar um banco, que vai transferir recurso para um grupo de trabalho, que, por sua vez, vai transferir para um Estado, que depois vai levar para um Município, que depois... Até a coisa acontecer, já se perderam na burocracia 90% dos recursos, ou na corrupção. Então, dê o dinheiro na veia.

Ora, a ideia do Renda Brasil era fazer um produto evolucionário, inclusive celebrando a inclusão social que foi feita pela social democracia brasileira nos últimos dez, quinze, vinte anos. O que é bom a gente tem que manter, melhorar e aperfeiçoar. Então, lá atrás, o Senador Suplicy, quando falava de renda básica universal e tal, até uma vez ou outra, quando nos encontrávamos, falávamos sobre isso: "Olha, quem diria o Senador Suplicy e o PT junto com Milton Friedman bancando transferência de renda". Não há nada mais construtivo do que esse tipo de relacionamento, porque isso é a favor do Brasil.

Então, nós estávamos desenhando um Renda Brasil, que é um produto evolucionário. Primeiro, o PT juntou o Bolsa Escola com o vale-transporte e com o vale-gás e criou um produto evolucionário superior, melhor, dando dinheiro na veia, que foi o Bolsa Família, que foi um belíssimo programa social e, meritoriamente, deu muitos votos e muito protagonismo ao PT por muitos anos. E nós estamos desenhando um produto evolucionário porque, no nosso programa de trabalho, ele não tinha nada a ver com ajuda emergencial, ele está no programa de trabalho do Presidente Bolsonaro. Na campanha presidencial, estava lá a criação da renda básica de cidadania consolidando esses produtos.

Então, quando se falou agora de aterrissagem, de sair do Auxílio Emergencial – o Auxílio Emergencial estava em R$600, caiu para R$300 –, ele ia descer mais um pouco, suavemente, e aterrissar num novo aeroporto, que seria o Renda Brasil. E aí, você começa a esbarrar justamente: tem problema de teto, tem problema de fonte, tem problema que é justamente essa falta de capacidade nossa de lidar com o Orçamento, enfrentar o Orçamento, pegar o Orçamento, "descarimbar" o dinheiro e decidir: "Sim, esse dinheiro vai para o Renda Brasil ou vai pra cá ou vai pra lá". Então, nós temos que ter essa coragem de "descarimbar" esse Orçamento. E a decisão vai ser inclusive generosa, vai ser o seguinte: "Eu acho que a educação não pode perder o recurso". Ótimo. Então, em vez de falar que está indexado, todo ano os senhores vão dar um aumento igual à inflação para a educação. Passa a ser um ato inclusive de inteligência política, em vez de ser um ato inconsequente, desinformado, sem saber nem o que está fazendo, não passou nem pela mão da classe política e pode ser que ela resolva realocar os recursos e falar: "Olha, vamos botar mais agora na educação básica, agora vamos botar mais na educação de treinamento e capacitação técnica". É essência da política essa decisão todo ano. E nós, ao contrário, dedicamos o ano inteiro à guerra de narrativa, à guerra destrutiva, em vez de uma construção de um País melhor.

Então, nós estávamos indo nesta direção: conversando com o Renda Brasil como um produto evolucionário. Vamos consolidar vários programas que já existem e criar uma nova camada, um passo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

um pouco acima de evolução. Esse era o Renda Brasil. Ele não envolvia criação de novos impostos. Ele não envolvia tirar dinheiro da saúde para passar para cá. Eram totalmente dissociados.

Uma coisa, de um lado, era a criação do Renda Brasil, para uma aterrissagem suave do programa de auxílio emergencial, que, na verdade, é um animal de outra espécie – ele é um animal de outra espécie. O Renda Brasil é um produto já trabalhado há mais de ano. Há um ano e meio, dois anos, está todo o mundo trabalhando nisso. Era um programa de natureza diferente. Ele seria um local onde aterrissaria o que foi o auxílio emergencial. Voltamos, então, à base família, premiamos mérito escolar. Até por isso houve a sugestão de botar o Fundeb também lá, porque é mais uma forma de você dizer: olha, estamos juntos pela educação brasileira, vamos premiar as famílias, vamos deixá-los receber recursos adicionais para poderem escolher uma creche onde botar os filhos etc. Então, era um trabalho um pouco mais elaborado.

De outro lado, nós estamos analisando o orçamento, a desindexação, a desvinculação e a desobrigação. Aí começaram a pegar itens do orçamento – itens do orçamento – e dizer: olha, estão tirando dinheiro das pessoas pobres para botar nos mais pobres ainda. Não era essa a conexão. Mas tudo bem. É da política, a gente entende, e eu aprecio.

Muito obrigado, Deputado Cacá Leão, também por seu espírito construtivo e de brasileiro de verdade, que quer fazer um País melhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Ministro Paulo Guedes.

Consulto se o nosso Deputado Felício Laterça já retornou. Ele avisou que sairia e voltaria.

Não, não é?

Então, vamos assim: o próximo bloco será composto pelo Senador Izalci Lucas, pelo Senador Wellington Fagundes e pelo Deputado de Minas Gerais Reginaldo Lopes;

Então, com a palavra o Senador Izalci Lucas pelo tempo de três minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, quando se fala depois dessa turma toda, não sobra nada para a gente.

De qualquer forma, eu queria que o Ministro falasse alguma coisa para nós, até porque está na pauta para votar semana que vem, sobre os efeitos da aprovação do projeto de lei que dá garantia à autonomia formal do Banco Central. Disso, a gente precisa saber, porque vamos votar na semana que vem.

Outra pergunta, Ministro: com relação à questão das micro e pequenas empresas, o senhor sabe que a maioria das pequenas empresas não tem garantia e, consequentemente, tem dificuldade de crédito. Aí vieram o Pronampe e uma série de programas que aprovamos. Há possibilidade de se implementar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

programa permanente de financiamento para as pequenas e micro empresas? Teria alguma informação dessas empresas, principalmente as menores, se realmente encontraram esse crédito neste ano? Acho que, por mais que a gente tenha colocado, não houve a contrapartida dos bancos. Então, virou um fundo financeiro e não garantidor. V. Exa. tem uma noção de quantos por cento foram atendidas?

Agora, a minha área, Ministro, é ciência, tecnologia e educação. Neste orçamento de 2021, o orçamento da ciência e tecnologia foi para R$8 milhões. Houve uma redução de 31% em relação ao ano passado, quando já era muito pequeno. Eu vejo que a solução para sair da crise está na ciência, tecnologia, inovação e pesquisa.

Saiu hoje um decreto mesmo – o Carlos da Costa está aí e deve falar sobre isto – sobre a Política Nacional de Inovação. Mas inovação acontece nas empresas. E, no decreto, não se fala nada com relação a isso, não há metas, não há recurso, não há a participação do setor empresarial. Quem faz inovação é a empresa. Então, eu queria também que se falasse um pouquinho sobre isso.

Com relação à renda mínima, já foi colocado aí, mas, de uma forma mais concreta, como a gente vai ter que obedecer ao teto de gastos – eu acho que é fundamental essa questão da âncora fiscal –, vai ter que reduzir despesa, não tem jeito. Quais foram as escolhas. então? Seria essa da ciência e tecnologia e há mais algumas? Eu queria que o senhor apontasse, para viabilizar esse programa da renda mínima, de onde o Governo está pensando em tirar esse recurso. Houve aquele primeiro momento da questão dos precatórios que o Marcio Bittar chegou a levantar e depois houve o recuo. Já há uma definição com relação à renda mínima e de onde viria esse recurso?

O resto o pessoal já perguntou, Senador Confúcio. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Na próxima, vou ser o primeiro inscrito. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Agora eu passo a palavra ao nosso muito dileto e muito trabalhador Senador Wellington Fagundes, lá de Mato Grosso, que não para de andar pelo Pantanal e pelas aldeias indígenas, não é, Wellington? (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Nós temos uma população muito grande, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois é.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Eu quero saudar aqui com muita satisfação o nosso Presidente Senador Confúcio Moura, saudar também o Ministro Paulo Guedes e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

dizer que realmente toda a angústia que vivemos no começo, com o objetivo principal que é o de salvar vidas até hoje, mas, claro, com as diferenças regionais muito grandes no Brasil... E o Ministro já colocou a importância de todos esses programas, que foi fazer chegarem os recursos à ponta.

Ministro, a gente tem uma certa rigidez também da assessoria pedindo para que a gente siga o *script* aqui. Eu vou tentar entrar na mesma linha dizendo que existe um provérbio muito conhecido, com o qual eu sempre comungo, que diz que, junto à crise, existe sempre a oportunidade de mudar, resta aproveitar ou não. E eu acho que é esse ponto que V. Exa. tem tentado mostrar ao Brasil e poderá ainda continuar nessa linha. A crise da saúde pública que o Brasil ainda enfrenta por causa do novo coronavírus creio que nos remete a essa condição, porque temos aí a possibilidade de segunda onda. Por mais difícil que seja, temos uma oportunidade de mudar, sim, e quero crer que vamos mudar, claro, com objetivo para melhor.

Ministro, nesse contexto de se encontrar na crise as soluções, uma das medidas essenciais foi a construção do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, de origem nesta Casa, e de outros, com muita discussão. Por ele, foram transferidos, em quatro parcelas, um total de R$119,8 bilhões a todos os Estados e ao Distrito Federal também. Tudo isso para o combate ao coronavírus, à Covid.

Na condição de Vice-Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Municípios, eu quero aqui testemunhar que participamos de inúmeras reuniões, debatendo cada ponto de interesse dos Estados e Municípios, inclusive no âmbito do Ministério da Economia e em várias reuniões de que V. Exa. participou.

A exemplo do auxílio emergencial destinado a trabalhadores informais, autônomos, microempreendedores individuais e desempregados que enfrentam os efeitos econômicos provocados pela pandemia da Covid, eu diria, Ministro Paulo Guedes, que esse programa de ajuda aos Estados e Municípios foi a salvação de muitos entes federados, que saíram do caos para a condição de sobreviventes, pois construiu seguramente o mais efetivo encaminhamento de um desejo manifestado pelo próprio Governo, que é o de fazer "mais Brasil e menos Brasília" – apesar de que, nesse "menos Brasília", Brasília também está sendo contemplada em todos os programas, ou seja, quando se fala em "menos Brasília", eu creio que o objetivo é o de se falar menos ali a Esplanada, os ministérios. Nenhum ato governamental de que me recordo transferiu mais recursos para o interior do Brasil do que esse programa.

Então, Ministro, aqui nós temos ainda a necessidade, dentro dessa linha do que já foi o início do seu raciocínio, no caso, para Mato Grosso, que é um Estado exportador... O senhor sabe que nós estamos ainda na pendência de cumprir aquele acordo junto ao Supremo Tribunal Federal, de 100% dos Governadores, que é a transferência do fundo de compensação das exportações. Eu sou autor do PLP 133, que faz exatamente a regulamentação desse acordo. Quando foi à votação, não foi possível votar porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

havia lá o Fundo Social. Eu gostaria do testemunho de V. Exa. sobre se realmente a equipe econômica já concorda em tirar desse acordo o Fundo Social, porque nós já conversamos com o Presidente Davi e queremos votar isso, se possível, na semana que vem – e, claro, o testemunho de V. Exa. é extremamente importante.

Além disso, Srs. Presidente e Ministro, eu quero aqui dizer que esses recursos que foram transferidos para os Municípios e para os Estados, além de terem esse efeito de resolver muitos problemas, também, claro, circularam e fizeram com que nós pudéssemos gerar empregos indiretos também, não só os empregos diretos. Eu gostaria de perguntar ao Ministro – é claro que isso teve que mudar a política econômica inicial do Governo – se hoje a perspectiva que S. Exa. tem para esse enfrentamento é inclusive de uma segunda onda. Como está exatamente o planejamento da economia? Porque o que a gente mais fala é que no Brasil nós não temos tradição de planejamento, ou seja, não temos às vezes uma política de Estado, mas muito mais uma política de governo. E aí há uma reclamação, inclusive do setor empresarial, porque os contratos não são honrados, porque mudam os governos... Então, a grande preocupação na retomada da economia, que é a geração de empregos, é exatamente sobre os investimentos de longo prazo. O Brasil hoje tem condições jurídicas de dar essa segurança?

Então, basicamente é isso, Ministro.

Mas quero dizer que, claro, nós somos otimistas, acreditamos e queremos ajudar o Governo, sem dúvida nenhuma – tanto é que, em tudo que veio de matérias para o Congresso Nacional, nós votamos.

Senador Confúcio, eu só queria fazer um esclarecimento, aqui, final.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Um ministro do Supremo disse que esta Comissão é que faz a distribuição dos recursos. (*Risos.*)

Então, eu gostaria que V. Exa., como Presidente da Comissão, esclarecesse isso para o Brasil, porque o nosso papel não é esse. O nosso papel é exatamente o de fiscalizar. Eu gostaria que V. Exa. pudesse fazer essa análise e explicar isso para o Brasil.

E, ainda finalizando, Ministro, nós continuamos com muitas obras inacabadas. O que o Governo pensa – qual é o pensamento? – para que a gente possa não ter tanto desperdício de recursos e concluir tantos milhares de obras inacabadas pelo Brasil?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Eu passo a palavra para o Deputado Reginaldo Lopes. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não estou vendo o Reginaldo na sala. Deputado Reginaldo... (*Pausa.*)

Não está. Vamos passar para a frente.

O Felício também ainda não chegou.

Vamos passar para o Senador Esperidião Amin. Senador Esperidião Amin, por gentileza. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

O Senador Esperidião Amin está ali, está presente. (*Pausa.*)

Liberem o som do Senador Esperidião Amin, por favor. (*Pausa.*)

O Senador Esperidião deve ter dado uma saidinha, não está me ouvindo.

Eu vou passar à frente. Já a gente volta a ele.

Vou passar a palavra para o Deputado General Peternelli. (*Pausa.*)

Deputado General Peternelli. (*Pausa.*)

Será que todo o pessoal foi almoçar?

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) – Estou aqui!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ah, está aí!

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) – Voltou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Isso. Pode falar, meu General.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) – Senador Confúcio, Presidente desta importante Comissão... (*Falha no áudio.*)

Está entrando um áudio... Agora, saiu.

Eu gostaria... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está havendo um áudio paralelo. Por favor, vamos bloquear esses sons paralelos.

Pode falar, Deputado General Peternelli.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Eu gostaria de cumprimentar na sua pessoa e na do Francisco Jr. todos os Parlamentares; e cumprimentar o Ministro Paulo Guedes e a equipe, como o Waldery, os Brunos e o Carlos, que estão participando da atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de parabenizar, mais uma vez, Ministro, o Ministério da Economia nesta pandemia pelo auxílio emergencial, pela manutenção dos empregos, pelo apoio às empresas e por preservar vidas.

Não há dúvida de que gastar adequadamente o recurso público é fundamental. Então, eu sempre bato pela reforma tributária. Acho que muitos estão cansados de me ver comentando sobre ela, sobre as partes, mas, falando da desoneração, Ministro, a pergunta: para que ela seja efetiva, não seria interessante diminuir o capital circulante das notas grandes, como as de 50, 100 e 200?

Outra pergunta, Senador. Eu gostaria de falar mais sobre isto, mas eu vou colocar uma reflexão para nós Parlamentares. Eu vejo que, em muitas cidades, na educação, que é fundamental, muitas creches o Prefeito terceirizou. É um local privado, é uma escolinha privada em que os pais avaliam periodicamente aquela escola; e, se houver aprovação, a prefeitura paga por aquele aluno. Com isso, ela economiza na construção daquela creche, daquela escolinha e em toda a estrutura de ter que contratar pessoal para ela. Aí fica a reflexão para nós: se isso é bom para a educação e está sendo válido para muitos Prefeitos, como isso que o Ministro Paulo Guedes colocou, por que também não aplicar essa mesma metodologia da creche, da primeira infância, do ensino fundamental também para as UBS? Com isso daí, o Município não ia aplicar recurso, o Município não teria a preocupação de contratar, e aquela pessoa, pelo atendimento básico de saúde, seria remunerada pelo SUS. Então, é uma reflexão para todos nós. Não podemos fechar nenhuma das ideias.

E isso que é bom para a educação, que é o Estado pagar para que aquela criança e aquele jovem possam estudar nos ensinos infantil, fundamental e básico e na universidade, também é válido para a saúde.

Parabéns, Ministro!

Parabéns, Presidente Confúcio!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado General Peternelli.

Agora passo a palavra ao nosso Ministro Paulo Guedes, para ele responder aos Senadores Izalci e Wellington Fagundes e ao Deputado General Peternelli.

O Ministro Paulo Guedes está com a palavra.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Do Senador Izalci, a primeira pergunta é sobre a autonomia do Banco Central, qual a importância. Isso é sonho que há mais de 30, 40 anos eu tenho, por exemplo. Eu defendo isso há 40 anos. Eu tinha colocado isso em um programa econômico do Guilherme Afif, que era um candidato liberal e democrata, em 1989, na primeira eleição direta. E a razão é muito simples: despolitizar a moeda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Banco Central tem como meta criar a estabilidade do poder de compra da moeda nacional, a força da moeda nacional. Milhões de pessoas poupam, têm suas aposentadorias, têm seus salários, tudo determinado naquela moeda. Se você perde o controle do poder de compra da moeda e se começa a haver inflação, vêm todas essas disfunções financeiras que nós temos há 30, 40 anos. Nós temos todas essas doenças, de juros altos e de indexadores que bloqueiam o orçamento, a classe política não consegue votar o uso dos recursos porque 96% estão carimbados, e tudo isso ocorre pela falta exatamente da estabilidade do poder de compra da moeda.

Então, desde lá de trás, 30, 40 anos atrás, nós tínhamos de ter atacado a estabilidade da moeda, que é justamente ter um Banco Central autônomo, e, por outro lado, o controle fiscal, submetendo todos esses gastos ao escrutínio da classe política, que vota aumento aqui... Quando ganha determinado partido ou candidato, ele aumenta o gasto aqui, tributa mais ali; o outro já prefere tributar menos e, então, tem de cortar o gasto em outro lugar. Isso é a essência da política.

Então, eu acho que a autonomia do Banco Central é um capítulo decisivo da história brasileira. Ele foi inaugurado, no início do regime militar, exatamente como Banco Central autônomo, independente. Houve um colapso da inflação, e o Brasil teve anos de crescimento exatamente graças a essa... Com a inflação baixa, os juros são baixos, a construção civil investe, os investimentos privados acontecem, os trabalhadores não perdem poder de compra, não precisam fazer greve, não precisam exigir reposição salarial. São tão extensos os benefícios, que nisso nós já estamos atrasados!

Então, eu acho que há três coisas... Haverá uma janela de oportunidade na próxima semana, porque vão estar no Congresso, particularmente no Senado, três coisas decisivas que não têm custo político. Uma coisa é aprovar aumento de imposto, um corte ou o Renda Brasil, que é baixo ou que é alto, essas brigas que existem. Agora, a autonomia do Banco Central é coisa bastante técnica, é parte do aperfeiçoamento institucional do País. A Alemanha tem, os Estados Unidos têm, os países avançados têm, e o Brasil vai ter também um Banco Central autônomo, ou seja, ele não poderá ser manipulado pelo Ministro da Fazenda.

Se eu, por exemplo, quiser afetar os juros, botar os juros artificialmente baixos, dizendo "bote aí, vamos dar um empurrão, vamos dar um artifício na economia, vamos anabolizar a economia"...Isso já foi feito no Brasil por vários governos anteriores. Houve um Governo que queimou US$30 bilhões, US$40 bilhões para se reeleger, para ser reeleito, um Governo que, aliás, patrocinou a emenda de reeleição, que foi uma coisa que mudou a história da democracia brasileira. E queimou US$30 bilhões, US$40 bilhões para ser reeleito, depois explodiu o câmbio, e começaram de novo os juros altos, tudo outra vez. Já houve Governo que, da mesma forma, manipulou os juros para conseguir a reeleição, que derrubou juro artificialmente para conseguir a reeleição.

Então, essa manipulação de ferramentas, na verdade, tem que garantir o bem-estar da população brasileira, têm que garantir o poder de compra da moeda, o poder de compra das aposentadorias, para se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

poder viver sem um regime com dinheiro carimbado. Tudo isso tem a ver com esse aperfeiçoamento institucional de autonomia do Banco Central.

E, da mesma forma, está também no Senado a Lei de Falências. Ora, houve uma enorme mortandade de empresas. Esta crise fulminou milhares de pequenas e médias empresas. Nós temos que ajudar essas empresas a se levantarem, a se reerguerem, a voltarem a criar emprego. A Lei de Falências está lá, é algo que estava igual ao saneamento, que estava há dois, três, quatro anos aí; a Lei de Falências está aí também sendo aperfeiçoada há dois, três, quatro anos. Eu peguei os melhores especialistas brasileiros. O Aloísio Araújo, que já estava trabalhando nisso antes, é o único economista brasileiro que pertence à Academia Nacional de Ciências norte-americana, é o único economista brasileiro que é reconhecido como parte da grande academia de inteligência norte-americana. Ele está comigo desde o início do Governo ajudando, trabalhando em várias frentes, trabalhando no Renda Brasil, trabalhando na educação, trabalhando na proposta que fizemos de adaptação e aproveitamento do Fundeb para ser parte do Renda Brasil. Ele está trabalhando na Lei de Falências, ele era o eixo dessa Lei de Falências. Então, isso também pode ser aprovado pelo Senado.

E, finalmente, há o gás natural, matéria que está também no Senado. Isso é o choque da energia barata. Já há empresa comprando energia, para os próximos 20, 25 anos, a um preço 30%, 40% abaixo do que era o preço no início do Governo. Eu não vou dizer o nome da empresa aqui só para não fazer propaganda indevida, mas ela já está comprando energia 30%, 40% mais barata, está financiando justamente a instalação privada de gasodutos. Em vez de o Governo brasileiro ter que gastar dinheiro fazendo gasoduto, não, o Governo brasileiro tem que gastar dinheiro é justamente na saúde, no saneamento, na educação, na transferência de renda básica, em vez de ficar fazendo peças que o próprio setor privado pode fazer – não precisa ser o setor público.

Então, há muitas coisas nas quais o Senado pode ajudar que estão na pauta para os próximos dez dias e são decisivas. Imagine eu poder ir, lá fora, aos fóruns internacionais e dizer sobre o que aconteceu: durante a pandemia, nós aprovamos o Banco Central autônomo, nós fizemos o pacto federativo, nós fizemos tudo isso, a reforma administrativa está encaminhada. Então, tudo isso pode avançar e está aí. E eu espero e confio, não só espero, eu confio que o Senado vai fazer a entrega. Eu confio nisso!

A outra observação foi sobre as microempresas e o Pronampe. De novo, o Senado nos ajudou muito. O Pronampe é uma criatura híbrida também. O Senado botou lá suas mãos, suas digitais, ajudou muito particularmente o Pronampe, que é quando o dinheiro finalmente chegou lá embaixo, chegou ao povo.

Estou perfeitamente de acordo com o Senador Izalci. Temos que tentar criar justamente o Fundo Garantidor, porque foi isso que acabou desentupindo o canal, com a ideia de se dar garantia, só que agora ele foi criado como um fundo temporário, e nós estamos examinando. É claro que, da análise de tudo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

está acontecendo agora, nós vamos fazer uma evolução institucional: no que estiver funcionando bem e merecer, nós vamos, então, tentar expandir a utilização.

Nós já tínhamos o FGO e o FGI, nós tínhamos uma porção de fundos conceitualmente disponíveis e subutilizados. Então, de repente, é melhor, em vez de ficar com fundos que são subutilizados... Isso está dentro daquela nossa conversa toda de reavaliar os fundos existentes. Nós temos 180 fundos. Aí descobrimos que, de repente, um pequeno Fundo Garantidor de Créditos resolveria isso. Mas aí eu preciso que o Senado me ajude a desativar os outros, porque aí a gente pega esse dinheiro que estava inútil, parado em outros fundos, e joga para cá, senão a gente vai criar 190, 200, 230, 240 fundos e instabilidade fiscal, juros altos; começa toda a instabilidade brasileira de novo. Eu preciso desse apoio do Senado. E o Senado, justamente na PEC dos fundos, está reestudando exatamente esses fundos. Então, é uma criatura que está com o Senado: dentro da PEC dos fundos, a gente vai lá, elimina 10, 15, 20 fundos inúteis e cria uma criatura nova, mais forte, mais robusta, que mostrou que é mais útil.

Essa é a essência da política, essa avaliação, e a economia está pronta para fazer essa avaliação. Chama-se lá fora de *spending review*. Vamos reavaliar esses gastos, esses fundos, esses recursos e vamos alocar cada vez melhor isso. Isso é feito todo ano, não é feito uma vez na vida. Todo ano a gente se reúne. Por isso eu queria, e estava no pacto federativo, o Conselho Fiscal da República. Todo ano se reúne, conversa sobre isso, aperfeiçoa os programas.

Então, muito obrigado por ter levantado essa pauta. Vamos caminhar juntos nisso.

Finalmente, há o crescimento. O futuro é tecnologia, o futuro é educação. Educação é o que qualifica o capital humano, que é a mão de obra, que é o povo brasileiro. Além de dar um significado de vida diferente, além de proporcionar uma existência mais ampla, mais generosa, além disso tudo, o conhecimento é que é a fonte da riqueza das nações, da competitividade das empresas e da produtividade dos indivíduos. Então, realmente o futuro está em tecnologia, está em educação, é isso mesmo. E nós não estamos resolvendo nem o presente, nós estamos ainda com problema de gerar emprego, enquanto o futuro está ali na frente.

Agora, nós temos algumas perspectivas importantes também. O Brasil é o terceiro mercado digital do mundo, terceiro ou quarto maior mercado digital, é a terceira maior democracia digital e o quarto maior mercado digital do mundo. Isso quer dizer que nós podemos não perder a revolução industrial digital. Nós perdemos a primeira Revolução Industrial, nós chegamos bem atrasados. Então, agora vamos mergulhar nesse futuro digital, porque aí estará a solução, na tecnologia. Nós digitalizamos 64 milhões de brasileiros, nós elegemos um Presidente porque somos a terceira maior democracia digital do mundo. Foi na base justamente de redes sociais que o Presidente foi eleito também. Então o Brasil tem um futuro interessantíssimo pela frente nesse espaço digital, e isso está ligado à ciência e tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, curiosamente, sabem quem corta o dinheiro de ciência e tecnologia? É o passado. Quando um ministro chega e fala "olha, eu quero mais tantos bilhões para fazer uma obra, para fazer isso ou fazer aquilo", o dinheiro é remanejado, o dinheiro é dado para fazer uma construção qualquer e é cortado de ciência e tecnologia. Quem corta não é o Ministro da Economia; quem corta é o outro ministério gastador. Quando há um ministério gastador, há um ministério vítima do outro lado; um é gastador, o outro é vítima. Então, toda vez que um ministro sai batendo no peito e falando "eu vou fazer mais isso, vou fazer aquilo" e sai prometendo uma porção de coisa, ele está tirando dinheiro de outro, ele está tirando dinheiro de outro ministro. Entendeu?

E isso tem a ver também... Aí eu passo imediatamente para a observação seguinte, já do nosso Senador Wellington Fagundes, quando ele, perfeitamente, corretamente, interpreta o espírito do "mais Brasil, menos Brasília". Brasília é onde se pensa o Brasil. Agora, a execução do Brasil está nos Estados e Municípios, com os Deputados, os Congressistas, os Senadores, os Prefeitos, os Vereadores, os Governadores. No Brasil, a execução dos programas públicos é descentralizada, mas Brasília pensa o Brasil. Então, é perfeitamente o que ele disse. Quando um ministro diz "mais Brasil, menos Brasília"... Na verdade, no programa do Presidente Bolsonaro, era exatamente este o sentido: menos Esplanada e mais Brasil. É menos ministro andando com saco de dinheiro na mão, prometendo uma porção de coisa para todo mundo, pensando na próxima eleição dele, ministro, e não no povo brasileiro! Então, está todo mundo doido para sair com dinheiro na mão por aí prometendo favor para os outros, quando, na verdade, o Presidente, desde a campanha, diz: "Eu quero ver o dinheiro na ponta, eu quero ver o dinheiro onde o povo está, lá embaixo, onde o povo vive, não aqui na Esplanada. Aqui na Esplanada, é outra conversa!".

Então, é exatamente esse o sentido da nossa observação. E é por isso que, às vezes, o Ministério da Tecnologia não tem dinheiro, porque alguém andou prometendo fazer outras coisas por aí. Um gasta mais, tira dinheiro de outros.

Da mesma forma, o Senador Wellington lê também perfeitamente o que eu acho e o que o Presidente acha também, que é o seguinte: a crise é uma oportunidade de criar soluções, e aí entram as reformas. Eu vou terminar falando da prioridade delas. Eu só falei agora que há três que estarão à nossa mão em dez dias, como Banco Central autônomo e Lei de Falências, que são superoportunas. Não existe a preocupação de que a inflação vai subir agora? Precisamos de um Banco Central autônomo. Não existe a preocupação de que a quebra das empresas e o desemprego em massa estão nos ameaçando? Vem aí a Lei de Falências. Então, são duas coisas que estão à nossa mão a dez dias de voto. Sonhos de 40 anos de ter uma moeda estável estão a dez dias da votação, e, da mesma forma, é a Lei de Falências. Há milhões de pessoas desempregadas. Vamos ajudar essas empresas a se levantarem e a criarem esses empregos. Quanto à desoneração, é a mesma coisa. Vamos tornar fácil e barato criar empregos no Brasil. Está tudo aí na nossa frente. Agora, nós temos que ter a coragem de votar corretamente.

Quanto a esse funcionamento, também concordo com o Senador Wellington. Foi um ano terrível, um ano de pandemia! Mas nós tivemos a sensação de que, no nosso pior momento, que foi essa crise, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivemos também a nossa melhor hora como brasileiros. Trabalhamos juntos, apesar de todo o barulho, da confusão, da pancadaria. A verdade é que nós produzimos soluções, em nome dos brasileiros, e atendemos aos brasileiros. Os hospitais estão com vagas e estão com os ventiladores automáticos; a população recebeu os recursos e sobreviveu; a economia manteve os sinais vitais; o Congresso funcionou, todo mundo votando quase todo dia, e havia voto, voto, voto. Agora, claro, tem que haver uma pausa, porque foram para os votos locais, mas ainda assim... Imaginem se um sonho de 40 anos, que é manter o poder de compra da população brasileira... Isso está ligado, justamente, a você tornar possíveis aquelas políticas e recuperar os orçamentos, porque hoje os orçamentos estão carimbados exatamente porque tivemos que indexar tudo diante daquele passado vergonhoso de hiperinflação. Então, nós acabamos tendo que carimbar. Nós ficamos 20, 30 anos com inflação alta, com juros altos, com muitos impostos; o Brasil parou de crescer. E agora isso está na nossa mão, a inflação ainda é baixa, está em torno de 2%. Nós vamos esperar ela voltar para 10% para darmos autonomia para o Banco Central? Está na nossa mão isso!

A lei de falências, a mesma coisa, e o gás natural é um bônus. Ele já foi aprovado pela Câmara, está no Senado. Basta aprovar isso. E começou o choque da energia barata também. Isso não tem custo político, é só coisa boa. É só coisa boa! É gastar bem o tempo, é votar, como os senhores têm feito: se reúnem, votam e transformam o Brasil.

Então, finalmente, a última observação – General Peternelli, agradeço muito.

General Peternelli, cadê aquela sua pranchetazinha que o senhor levanta sempre? O senhor tem aquela pranchetazinha que o senhor levanta: "É um imposto. Vamos fazer!". O senhor não desistiu daquela prancheta não, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode responder, General Peternelli.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Eu fico animado quando eu o vejo lá, sempre nos exortando a simplificar os impostos. Nós estamos tentando cumprir, nós estamos tentando sair de 50 para 15; depois, de 15 para 3. Quem sabe um dia a gente chega nesse imposto! Estamos tentando. E nós achamos, particularmente, que isso que o senhor sempre defendeu é a chave da desoneração. É a chave da desoneração!

Nós estamos indo agora para outro patamar, está vindo aí a infovia digital, está vindo o PIX aí. Ele vai permitir essas transferências ocorrerem em velocidade fulminante. Nós não dependemos... Todo mundo dizendo: "ah, é a nova CPMF", isso e aquilo. Ao contrário: isso aí não precisa nem do banco, já vai direto a transferência; não tem nada a ver com CPMF, que era imposto, em cima de banco, não tem nada a ver. Então, as pessoas nem entenderam. Há um futuro digital chegando. O Brasil é a terceira ou a quarta maior economia digital do mundo. Nós vamos ter que ter o imposto digital mesmo. Aí você fala:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querem aumentar imposto? Não! Nós vamos diminuir os outros, nós vamos simplificar os outros, nós vamos desonerar a mão de obra. Nós estamos indo para um futuro melhor.

Então, muito obrigado, General Peternelli, por fazer essa referência à reforma tributária.

Em relação ao lobo-guará, nós estamos juntos. Esse lobo-guará aí, essa nota grande, foi inventada porque nós tínhamos um problema logístico: pagar as pessoas. As pessoas mais simples não tinham as ferramentas digitais. Então, nós tínhamos que dar o dinheiro físico, e o dinheiro estava ficando entesourado. Você dava o auxílio emergencial, e aquilo ficava travado numa comunidade, não saía de lá. As pessoas estavam sobrevivendo com aquele dinheiro ali, o dinheiro foi ficando entesourado. Então, nós tivemos que criar uma nota mais alta na contramão da direção do mundo, que está indo para notas mais baixas para acabar, justamente, com o crime, que se financia através dessas notas altas, para acabar com a corrupção. Então, está vindo o PIX aí justamente para as transferências digitais. O futuro é de menos dinheiro na mão e notas mais simples. Então, ali no futuro, vai acabar o lobo-guará, vai acabar a nota de 200, a de 100, isso tudo vai diminuir brutalmente.

O senhor está perfeitamente certo em chamar a atenção para isso. Isso aí foi... Da mesma forma que nós tivemos o auxílio emergencial, nós tivemos o lobo-guará – tivemos que pedir ajuda para o lobo-guará – para o dinheiro poder circular, mas, já, já, graças a Deus, com o Brasil voltando, a doença indo embora, o lobo-guará vai se aposentar também, vai ter uma carreira curta, e o auxílio emergencial também, se Deus quiser, vai ser desnecessário ali na frente.

Então, muito obrigado pelas suas observações e parabéns também por chamar atenção, pelo menos, para o intuito desse decreto, que jamais revelaria uma tentativa de privatizar o SUS – nada disso! –, e sim como uma parceria público-privada, da mesma forma que já ajuda em educação, poderia ajudar na saúde, etc. Nós vamos estar sempre dispostos a trabalhar juntos para ampliar. Se for mal compreendido, se não foi entendido e quiserem mais tempo para pensar, com o que eu até concordo, para que seja algo de maior porte... Tudo o que tiver maior porte tem que passar pelo Congresso. Sobre alguma coisa que, aqui, a Secretaria de PPI tenha aprovado, tudo bem, tentamos tomar uma decisão boa e ajudar. Não foi bem compreendida? O decreto nasceu às dez da manhã e morreu às sete da tarde. Acabou. Pronto. Não se discute, porque, se vai causar perturbação para o Congresso brasileiro, a gente tira do ar. O Presidente foi fulminante. Ele falou: "Olha, eu não vou criar algo que vai criar um tumulto danado, em véspera de eleição. As pessoas não vão entender nada". Isso aí é uma tolice, ninguém pensou em fazer a privatização do SUS. Então, o Presidente, corretamente do ponto de vista político, falou: "Olha, tira do ar. As pessoas não estão entendendo nada. Vamos conversar sobre isso, de outra forma, mais profundamente e num contexto diferente".

É isso. Muito obrigado, viu?!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atendendo ao pedido do Senador Wellington Fagundes, eu quero dizer que houve realmente uma manifestação de um ministro do Supremo sobre o caso que aconteceu, infelizmente, com um Senador que era suplente da nossa Comissão e que teve um envolvimento desagradável... É certo que um ministro abordou que o Senador fazia parte da nossa Comissão e liberava dinheiro para ele mesmo. Isso, felizmente, não é verdadeiro, não procede, porque o nosso decreto legislativo não nos dá essa competência, de jeito nenhum! Esta nota que eu faço, aqui, agora, esta explicação é para a imprensa brasileira. Nossa função é acompanhar a situação fiscal, a execução orçamentária e financeira e medidas relacionadas à emergência em saúde pública. É só isso. E há outros itens também relacionados à eficiência do gasto, à criação de créditos e também ao trabalho de socorro às pessoas e assistência à saúde dos necessitados. Essa é a função nossa, é assessorar nisso.

Então, a nota, as palavras, naquele momento, foram improcedentes, não nos dizem respeito. Nós não liberamos dinheiro, não temos influência em liberação de recursos para Estados e Municípios.

Feita essa explicação, a pedido do Senador Wellington Fagundes, vamos dar seguimento.

Eu chamo agora o novo trio, os novos três inscritos, nesta ordem: Deputado Felício Laterça, Senador Esperidião Amin e Deputado Mauro Benevides Filho. Está inscrito, ainda, o Reginaldo Lopes, mas não está presente. Então, vamos dar a palavra ao Deputado do Rio de Janeiro, Felício Laterça.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Bom dia, Senador Confúcio. Mais uma vez, bom dia, Francisco Jr., nosso Relator. Bom dia, Ministro.

Como o Senador gosta de asseverar, estamos numa caminhada e avançando juntos aqui com o nosso candidato, viu, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Não perde tempo, não é, Felício? Não perde tempo.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Aqui, como aprendi na Polícia Federal, a gente corre, late e fareja, Senador. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Eu vou fazer algumas considerações e vou pedir, desde já, vênia ao Ministro porque acompanhei a exposição toda dele e também as perguntas e as respostas do Ministro ao nosso Relator Francisco Jr., e eu tenho uma pergunta que parece que demos um Ctrl+C e Ctrl+V – viu, Francisco? –, mas vou recolocar minha pergunta, Ministro Paulo Guedes, e o senhor fica à vontade para reprisar a questão.

Ministro, nós nos encontramos em algumas oportunidades nesta Comissão, sendo a última no início de setembro. Desde então temos visto uma certa estabilização da pandemia no País e uma melhora de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns indicadores econômicos, como as projeções referentes à redução da queda do PIB. Contudo, no contexto internacional, sobretudo na Europa, já se fala em uma segunda onda da pandemia, com as sinalizações de novos *lockdowns* em algumas regiões.

No Brasil, já houve um expressivo gasto público para mitigar os efeitos sanitários e econômicos da pandemia. Ademais, cumpre lembrar que nossa situação fiscal está longe de ser confortável, tendo um crescimento expressivo da dívida pública como consequência de contínuos déficits fiscais, em particular, no atual exercício.

Isto dito, faço as seguintes colocações, Ministro Paulo Guedes: primeiro, uma eventual segunda onda da pandemia no Brasil poderá ter como consequência o alongamento da situação de calamidade pública. Com isso, o cumprimento das metas fiscais ficaria mais uma vez afastado, abrindo espaço para novas despesas ou mesmo para a prorrogação de políticas já em curso, como aquelas para apoio aos vulneráveis, preservação do emprego e renda, apoio aos entes subnacionais, reforço às ações de saúde e apoios setoriais. Contudo, nossa situação fiscal já está significativamente mais deteriorada do que antes da pandemia: o endividamento público aumentou significativamente, o colchão da dívida diminuiu e os prazos médios de vencimento das obrigações foram reduzidos. Ademais, encontram-se praticamente lotadas no momento alternativas de *funding*, como o retorno de recursos do BNDES ou mesmo a apropriação dos resultados do Banco Central.

Assim, questiono: quais os riscos à sustentabilidade fiscal de, numa eventual segunda onda da pandemia, serem realizados gastos públicos acelerados como os que fizemos recentemente no País? E qual seria o espaço fiscal para a realização de gastos públicos no contexto de um alongamento da pandemia ou mesmo de uma segunda onda?

Segunda pergunta. A pressão por despesas diversas, nos mais diferentes contextos, somada ao descontrole fiscal de gestões passadas – vou precisar de prorrogação, meu Senador Confúcio – culminaram em um cenário desafiador de contínuos déficits fiscais e aumento da dívida pública. Iniciativas para o controle dos gastos foram tomadas mais recentemente, como o teto dos gastos e a reforma da previdência. Contudo, a pandemia mudou todo o contexto, aumentando ainda mais a pressão por gastos públicos, além de tirar nosso foco e tempo, imprescindíveis às discussões e aprovações de reformas, como a tributária, que foi muito bem citada pelo nosso colega Peternelli. No momento, o nosso teto de gastos encontra-se pressionado e ainda não conseguimos avançar em importantes pautas para tornar nosso Estado mais eficiente. Assim, pergunto: qual será a possível reação dos mercados em uma eventual flexibilização do teto de gastos? Há alguma alternativa ao teto que funcione como âncora fiscal, visto que, de certo modo, já driblamos a regra de ouro e mesmo as metas fiscais?

E a terceira e última colocação. Temos visto no Brasil um cenário macroeconômico complexo, composto por dívida alta, Selic baixa, real desvalorizado e déficits fiscais contínuos, por exemplo. Mais recentemente há sinais inclusive de alguma pressão inflacionária, ainda que leve. Segundo o Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Central sinalizou ontem, manteve-se a Selic em 2% no estrutural até o momento. Ademais, mesmo com o dólar alto, não temos visto investimentos virem para o Brasil, o que parece sinalizar falta de confiança por parte dos investidores. Assim, há alguma possibilidade de reversão desse cenário em direção ao crescimento sustentável que não passe pelas reformas?

Maia sinalizou que a prioridade deveria ser a PEC emergencial, mas parece não haver consenso. Assim, dentre as pautas que tramitam no Congresso, qual deveria ser a prioridade para a retomada da sustentabilidade fiscal?

Muito obrigado.

Obrigado pela prorrogação, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Por nada, Deputado Felício Laterça.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin, brilhante Senador de Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC. Para interpelar.) – Bom dia a todos.

Acompanhamos aí as palavras sempre animadoras para todos nós do nosso Ministro Paulo Guedes. Eu me congratulo com ele.

Quero só ajudar numa narrativa.

A reunião que o senhor mencionou, com a presença do ex-Ministro da Saúde, foi no dia 11 de março – 11 de março –, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, quando o senhor colocou, diante do repto de que precisava de 5 bilhões, "está aqui" – eu sou testemunha disso. E a presteza da frase foi a presteza do fato, ou seja, efetivamente os recursos foram disponibilizados plenamente. Infelizmente, na mesma época, o Ministério da Saúde prometeu que importaria 15 mil respiradores, o que certamente nos pouparia de muitas CPIs que estão acontecendo pelo Brasil afora. Infelizmente, essa logística não funcionou, e nós já apuramos isso aqui, no âmbito desta Comissão, quando o Gen. Braga Netto veio prestar contas da sua atividade. Portanto, eu estou concordando com o Ministro falou, não estou discordando; estou referendando e dando a circunstância, o momento em que isso aconteceu.

Segundo, eu aproveito para que o Ministro assimile o grande vetor que nós temos para construir a segunda barra do "V": reindustrialização inteligente, ou seja, nós temos que criar condições para que o Brasil tenha processos produtivos, cadeias, *clusters* que dependam menos do exterior. Até a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

indústria têxtil hoje está resfolegando no morro por falta de matéria-prima, e nós temos indústria têxtil no Brasil desde o século XVIII.

Finalmente – quero ainda ajudar o meu amigo Confúcio –, o que o Ministro do Supremo falou foi o seguinte: que esta Comissão tem a responsabilidade de alocar recursos. Não tem. A nossa Comissão acompanha e procura impulsionar ações.

E, nesse sentido, quero concluir para dizer o seguinte: Ministro, mande abrir a porta para chegar ao microempreendedor individual e ao micro e pequeno empresário; facilite a vida das OSCIPs, ou seja, dos bancos de empreendedores, das sociedades de garantia solidária e das organizações cooperativas de crédito. Nós temos carradas de razões e várias reuniões feitas aqui para consolidar isso.

Finalmente, fico contente se houver a votação do veto da desoneração das folhas – já que não dá para desonerar todas – destes 17 setores. Eu tenho certeza de que o Ministro não vai censurar o voto dos Senadores, não vai dizer que estamos fazendo alguma maldade e está, portanto, com a sua pregação coerente, feita hoje aqui, nos liberando para derrubar o veto que impede a desoneração da folha de pagamento desses 17 setores.

Peço que o Ministro convalide esse meu entendimento para que não haja dúvidas. Eu estou liberado, abençoado pelo Ministro para derrubar o veto à desoneração da folha desses 17 setores, o que deve acontecer no dia 4 de novembro próximo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu passo a palavra ao Deputado Mauro Benevides Filho.

Deputado Mauro, não estou vendo...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Opa!

Com a palavra...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Que alegria!

Que alegria mais uma vez estar aqui sob sua liderança, obviamente ao lado também do Relator, o nosso companheiro, Deputado Francisco Jr. Quero abraçar todos os Senadores e Deputados aqui presentes, o Ministro Paulo Guedes e toda a sua equipe que, neste instante, nos esclarece todas essas questões. Quero mandar um abraço ao Carlos da Costa, com quem ainda vou fazer um dueto, ao Bruno Bianco, ao Waldery, ao Travassos. Quero mandar um abraço, Ministro, para o seu companheiro, o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretário do Tesouro, Bruno Funchal, que está lá no comando, no controle, e ao seu amigo, meu professor, o nosso professor, Luiz Araújo, que, com certeza, está preocupado inclusive com a regulamentação do Fundeb, o que é importante.

A minha primeira palavra é para dizer que espero, na próxima terça-feira, se desobstruir a pauta da Câmara, que possamos aprovar o PLP 137, de minha autoria, que não é a PEC dos fundos, porque não trata de novo ordenamento dos fundos, mas desvincula 177 bilhões dos 255 que vão lhe entregar. Eu sei que o senhor não está precisando de dinheiro, mas 177 bilhões vão ajudá-lo no manejo do seu caixa, de tal forma que, nós esperamos, acabado esse bloqueio de pauta, a gente possa, Câmara e Congresso Nacional, entregar-lhe 177 bilhões, ainda agora em novembro, para que o senhor termine o ano um pouco mais folgado.

Mas o meu primeiro ponto é o seguinte: há um erro na condução do Banco Central, e eu preciso trocar ideias lá, seja com a Diretoria de Política Monetária, com a Dipom ou com a Dipec. Há um erro na condução do Banco Central para mudar a operação compromissada.

O Brasil tem hoje 22% do PIB em operações compromissadas, isso compromete o seu endividamento no setor público, isso não existe no mundo, Ministro Paulo Guedes – no mundo! O mais alto que temos é 9%, 8%. Há alguma coisa errada na condução do regime de metas de inflação, e a gente precisa olhar para isso com mais acuidade.

O Brasil é atípico em relação à independência do Banco Central, porque o Banco Central não tem título próprio para fazer política monetária; ele o faz com títulos do tesouro. O Banco Central tem a conta do Governo Federal lá dentro, isso tem que ser separado. Então, precisamos ter cuidado nessa questão, porque tecnicamente isso precisa ser explicado. E terceiro: Banco Central independente tem que retirar, tem que criar uma agência de fiscalização de banco. Não pode ficar dentro do Banco Central a fiscalização e a definição dos juros para o sistema.

Então, temos que ter essa cautela, e – eu pondero –, muito mais rapidamente, precisamos aprovar, sim, os depósitos voluntários, porque isso com certeza mexe melhor na contabilidade do endividamento do setor público e iguala ao que os outros países fazem, porque a gente compara laranja com banana quando a gente está comparando relação dívida-PIB em relação a vários países, porque aqui a operação compromissada e contabilizada como dívida pública.

Minha pergunta é a seguinte: primeiro: como é que o senhor vê essa solução fiscal nos próximos três anos? Vamos ter endividamento da relação dívida-PIB crescendo nesses próximos três anos ou há alguma possibilidade de melhorar a receita, diminuir desonerações, aumentar primário ou diminuir o déficit para que a gente possa, pelo menos, vislumbrar isso até 2023 ou 2024? Estou muito preocupado com essa questão aqui no Brasil. Essa é a primeira pergunta.

Segundo: vamos mexer no curto prazo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria só mais uns 30 segundos, Sr. Presidente.

Segundo ponto: quando é que vamos mexer nas desonerações fiscais? Isso é importante. Não dá para o Governo continuar com R$330 bilhões de gasto tributário, mais R$74 bilhões de gasto financeiro. Precisa de pelo menos 10%. Eu sei que R$40 bilhões pode ser pouco para o Ministro por ano, mas é muita grana. Como ele gosta de falar em dez anos, são R$400 bilhões que podem ser urgentemente...

Inclusive, Ministro e equipe, eu fui designado recentemente para ser o Relator do Plano Mansueto. Lá, por exemplo – estou dando um acocho lá – vão exigir que os Estados cortem 10% por ano, durante três anos, de seus incentivos fiscais, para ver se sobra dinheiro para ele fazer outras coisas que não somente dar aumento de gasto de pessoal.

Então, acho que chegou a hora de o Governo também buscar essa solução, diminuindo desonerações tributárias.

Por último, o senhor aumentou o seu caixa de 790 bilhões para 1,06 trilhão agora no mês de agosto. Isso foi o dinheiro que Banco Central lhe transferiu?

Essa é a última pergunta.

Obrigado, Ministro! Obrigado, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Mauro Benevides Filho. É muito bom ouvir um especialista – muito bom!

Eu falei aqui, que, quando terminar o nosso mandato nesta Comissão, eu, que sou médico – médico de roça – vou sair economista, só de ouvir vocês. Muito obrigado!

Então, eu vou passar a palavra ao nosso Ministro, para responder Deputado Felício Laterça, Esperidião Amin e Mauro Benevides.

Com a palavra o Sr. Ministro Paulo Guedes.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Deputado Felício Laterça, também sempre consistente, com particular interesse nessa área fiscal, endividamento público. Lembro-me das intervenções anteriores, sempre na mesma linha. Eu acho espetacular a preocupação com a parte fiscal: o que vai acontecer, como estão andando as reformas, vem inflação ou não, qual é o regime... Todas as observações são muito pertinentes, e as perguntas.

Para essa segunda onda, temos fôlego fiscal? Como vai ficar o endividamento público? Agora o nosso Deputado Benevides também... Eu vou elaborar um pouco mais na trajetória da dívida nessa última pergunta dele, que é um pouco mais técnica e falo um pouco mais lá, mas vou ficar na segunda onda. Volta uma segunda onda de saúde, temos fôlego fiscal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso plano "a", eu repito, é que a doença está descendo, a economia está voltando e nós vamos olhar para o ano que vem com uma perspectiva diferente. Temos plano "b"? Temos, mas não se fala de plano "b" quando você quer reforçar o plano "a". Nós precisamos de reformas, temos que avançar exatamente para abrirmos espaço até para o plano "b", se precisarmos lá na frente, mas temos que fazer o trabalho mais forte agora.

Estou vendo países como a Austrália, países que fizeram um trabalho de transformação estrutural antes, que estão atravessando isso com certo espaço fiscal. O Brasil não tinha espaço fiscal; o Brasil só tinha espaço monetário, porque a inflação estava descendo, dava para ir descendo junto, mas não tínhamos espaço fiscal. E houve uma prova de confiança do mercado, dos investidores, justamente nessa colaboração e nessa solidez da democracia brasileira, porque, do ponto de vista fiscal, nós já estávamos numa situação complexa, e o mercado, em vez de demonstrar desconfiança, os juros estourarem, o câmbio explodir, o mercado foi absorvendo devagar o nosso esforço e esperando, e só começou certa turbulência quando começou uma conversa exatamente de furar teto, de gastar mais, de estender auxílio. Quando nós mesmos começamos a descredenciar a nossa resposta séria à crise, os mercados começaram a ficar inseguros, houve inclusive fogo amigo dentro do próprio Governo.

Então, a verdade é que nós temos que manter o plano "a", vamos para o plano "a". Se uma segunda onda chegar, se e quando ela chegar, nós já temos o plano "b", mas nós não temos que falar nisso porque não é hora de falar nisso, inclusive porque não há a situação configurada como tal. Então, é quase uma insistência pessimista, suicida, de automutilação. O Brasil está saindo do buraco: os indicadores de energia elétrica; os recursos de tributação do ICMS caíram muito menos do que o previsto; o PIB, que ia cair 9,5%, 10% – já tinha banco no Brasil dizendo que ia ser bem acima de 10% –, está vindo abaixo da metade, que é 4,5%, 5%. Então, nós temos que ter essa perspectiva, nós estamos com um país a construir pela frente, seguindo sua transformação. Nós temos que parar de nos automutilar em narrativas menores, narrativas oportunistas. Claro, se vier essa segunda onda lá na frente, o nosso fôlego fiscal estará substancialmente mais curto, teremos que aprofundar as medidas, mas não é o que estamos vendo agora; estamos vendo o contrário: uma consolidação da retomada, o Brasil voltando devagar.

E a confiança, e as reformas, e a ordem? Aí a colaboração também do nosso Deputado Felício Laterça, ele até diz: "Parece até que nós ensaiamos, porque eu não estava participando, mas vou perguntar coisa que talvez já tenha sido perguntada". É a oportunidade ideal para responder.

O Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, disse que a PEC emergencial é a mais importante. Perfeitamente, porque aí nós estamos falando exatamente da recuperação dos orçamentos públicos pela classe política, estamos falando do teto, em vez de ficar tentando falar em furar teto, etc., nós estamos falando de travar o piso, vamos travar as despesas, vamos devolver a decisão sobre essas despesas para a classe política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a PEC emergencial realmente é a primeira, a mais importante, e ela estava lá desde novembro do ano passado. Em novembro do ano passado ou janeiro deste ano, nós entramos com a PEC do pacto federativo lá – versão ampla, versão restrita, emergencial, versão de PEC dos fundos, nós botamos lá. Infelizmente, o Covid nos atingiu a todos, e nós não tivemos tempo de aprovar. Então, agora, nós estamos constrangidos a emergencialmente aprovar uma PEC emergencial, porque estamos constrangidos, porque não tivemos tempo, que foi usado justamente no combate à pandemia. Então, eu estou confiante de que nós vamos retomar isso. Há esse interlúdio, esse *intermezzo,* exatamente porque estamos enfrentando as eleições locais, que são igualmente importantes, mas a verdade é que, nesse intervalo, nesse *intermezzo,* podemos aprovar Lei de Falências, podemos aprovar Banco Central autônomo. Está tudo aí engatilhado.

E esse ambiente de confiança no País realmente está associado às reformas. Enquanto as reformas não estiverem bem definidas e implantadas, vai haver esse relativo ambiente de insegurança. Estamos fazendo as reformas de marcos regulatórios também, petróleo... Isso tudo está na pauta. Temos que seguir, está tudo já no Congresso: setor elétrico, gás natural, cabotagem. Isso tudo está encaminhado. E a nossa velocidade de resposta, de retomada do crescimento – transformar essa camada de consumo, de proteção social que nós emitimos, transformar isso em geração de emprego e renda, do outro lado, e disparar ondas de investimento – depende exatamente disto que nós estamos falando aqui agora: aprovar e acelerar as reformas.

Então, nós temos um caminho pela frente, e não sabemos ainda qual será, no sentido de que, se vier a segunda onda, nós vamos ter que trocar de canal de novo, já com um aprendizado de tudo o que fizemos, uma cláusula de calamidade pública, por exemplo, dentro do pacto federativo. Aí, não precisamos nem de muita reunião, é só virar o canal: decretado, estendido o estado de calamidade pública – vira o canal. Agora, virar esse canal por irresponsabilidade, por covardia, por falta de compromisso com as futuras gerações, tentando fugir da principal missão de um político, que é decidir sobre orçamento e uso de recursos públicos, isso nós não podemos fazer. Então, nós vamos estar com essa chave pronta para ser virada, já dentro do pacto federativo, mas nós não podemos evadir a seguinte questão: por enquanto, não há segunda onda no Brasil; pelo contrário, há a primeira onda indo embora, e nós atravessando-a, e a economia voltando.

Bom, pergunta também o nosso Deputado Felício Laterça: e a inflação? Está voltando, não está voltando? O índice tinha sido quatro e pouco, agora caiu para três e pouco; quer dizer, quando você vê, é uma bolha. O auxílio emergencial foi a R$600: todo mundo comprando material de construção, todo mundo entrando nos supermercados e comprando mais. Os alimentos subiram mais, alguns subiram bastante, mas a inflação de alimentos ficou um pouco acima de 10%, transitoriamente. Isso é uma mudança de preços relativos. Foi um reflexo justamente dessa camada de proteção social que nós inserimos. Se havia uma família, três pessoas, que vivia com R$200 de Bolsa Família, e cada um deles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

recebeu R$600, eles foram de R$200 para R$1.800, é claro – nós sabemos, nosso Deputado Benevides sabe disso – que a propensão marginal a consumir marginal a consumir das rendas mais baixas é 100%.

Por isso que a solução de dinheiro na veia, dinheiro no bolso do pobre, direto, é a melhor solução, seja no emergencial, que foi o auxílio emergencial, seja também no longo prazo, que é o Bolsa Família, que seria o Renda Brasil etc. É o dinheiro bater lá embaixo, direto, direto, sem intermediação, sem passar por esses 180 fundos, esses bancos regionais públicos, tudo isso, que é muito bom, é muito importante, porém, menos efetivo do que a transferência direta de renda. Então a transferência direta de renda é que é realmente a melhor solução.

Então é natural que com essa capacidade de consumo sendo exercida, alguns preços subam mais rápido. É o outro lado da moeda. De um lado, essas classes desprotegidas estão recebendo. A massa salarial subiu nesses segmentos mais baixos, subiu, e o consumo subiu, e os preços subiram.

Agora, o que a gente tem que fazer? Esses preços são, na verdade, sinais de informação para o campo, e o campo já vai aumentar a produção. Vamos ter uma supersafra de novo ano que vem. Já vem aí o arroz, já vem aí o feijão, já vem tudo de novo para acalmar os preços novamente. Vem a soja, vem tudo outra vez para acalmar os preços novamente. Alguns são preços internacionais, como a soja, mas de qualquer forma, o que vai acontecer é uma realocação na direção de derrubar esses preços de novo.

Então nós estamos relativamente seguros de que o fenômeno que está acontecendo aí... E por isso que é importante a sinalização, olha, temos um Banco Central autônomo, ele não vai acomodar repasses, ele está aí para garantir o poder de compra dos salários da população brasileira. Isso é importante. Isso é um sinal importante, de que não é uma bolha transitória de preços, que vai virar inflação permanente, porque nós temos um Banco Central atento.

Então, do ponto de vista de reformas estruturantes, sim, Deputado Felício Laterça, primeiro a PEC emergencial.

Depois estamos preocupados com o desemprego. Eu vou falar isso quando chegarmos lá à questão que foi colocada. Eu entro, agora, pelo nosso Senador Esperidião Amin. A última pergunta dele foi exatamente essa sobre desoneração, se isso é tão importante quanto etc.

Mas é muito esclarecedor o depoimento do nosso Senador Esperidião Amin. Primeiro, realmente quanto ao 11 de março. A Comissão, exatamente na Comissão de Justiça, estávamos lá numa reunião, quando foi transmitida a conversa da pandemia, e nós então nos apossamos daqueles cinco bilhões, que eram objeto de uma disputa política, e aquilo então foi capturado para imediatamente ser colocado no nosso combate ao coronavírus.

Depois o Senador fala também que eu preciso assimilar um vetor, que eu estou muito comprometido com esse esforço de assimilação, que é o da reindustrialização inteligente. O choque de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

energia barata, o câmbio no lugar certo, em vez daquele câmbio de 1,80 ou 2,00, sobrevalorizado, destruindo a indústria têxtil brasileira, destruindo a indústria moveleira brasileira, quer dizer, móveis, têxteis, sapatos, tudo que nós fazíamos no Brasil, os brasileiros foram transferindo suas fábricas para a China, para depois trazer de volta para o Brasil. Coisas que poderiam estar sendo feitas aqui. A própria mineração. O minério de ferro sai lá das Minas Gerais, vai lá para o Sul, para o Rio Grande do Sul, lá para a Gerdau, vai para o porto e chega ao Nordeste 40% mais caro do que o minério de ferro que sai pelo Porto de Santos, vai para a China, vira aço e chega no Nordeste 40% mais barato. Isso é um absurdo! E isso é por causa do nosso problema de falta de logística. E aí entra a cabotagem.

Então, a reindustrialização brasileira inteligente, usando os insumos... O Brasil é farto em matéria-prima. Nós não precisamos ficar exportando matéria-prima para reimportar um industrializado. Então, nós precisamos justamente dar o nosso choque de energia barata, o nosso choque de logística e de infraestrutura baratas, de portos baratos.

Estamos falando justamente de privatizações que vamos fazer também no Porto de Santos, por exemplo. Estamos falando justamente do choque de energia barata com a aprovação do gás natural, que já está aí no Senado. Estamos falando também de transportes mais baratos quando esse próprio gás natural alimentar a nossa cadeia de caminhoneiros, que não precisa ficar só no petróleo.

Então, tudo isso é uma configuração de um País que quer se reindustrializar, que não vai sobrevalorizar o câmbio, que não vai tributar excessivamente as atividades empresariais; de um País que quer estender o crédito e não mais a juros de dois, três dígitos. Um absurdo! O Brasil precisa estar em um dígito sólido, é juros de um dígito sólido, em vez de juros de dois dígitos, que é um absurdo. E nós convivemos com isso por décadas.

Então, nós temos que mostrar essa decisão, essa capacidade de articulação para fazer as reformas e criarmos um ambiente melhor. E aí, dentro também dessa esfera de reformas de que o nosso Senador reafirma a importância, estamos 100% de acordo.

Ele fala das associações de cooperação de crédito, ele fala dessas organizações que estão sendo feitas em cima de novas tecnologias. Nós vamos escapar desse cartel bancário de 200 milhões de trouxas que estão sempre na mão de quatro bancos, quatro empreiteiras, quatro transportadoras. Tudo no Brasil tem quatro. Quando tem muito, tem meia dúzia. Isso é um absurdo. Isso é falta de competição.

O segredo da reconstrução da Alemanha no pós-guerra foi justamente a quebra dos cartéis. Não quebrar no sentido físico e econômico porque ninguém quer quebrar ninguém. É simplesmente o crescimento futuro ser melhor distribuído.

Vocês tomem o livro *Prosperidade através da competição*, Ludwig Erhard. Logo depois do capitalismo de estado do Estado Nacional Socialista do Hitler, que usou o capitalismo de estado para produzir uma industrialização acelerada da Alemanha, entra o Ludwig Erhard, um liberal democrata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fustigado pela social-democracia durante todos os seus dez anos de esforço, ele descreve isso tudo no livro. Como ele era mal interpretado, atacado, como é que não entendiam o que ele queria fazer e como é que ele teve o sucesso justamente em promover a prosperidade através da competição.

Porque, aí sim, passam a ser milhões de empresas lutando e competindo para servir os 200 milhões de brasileiros, em vez de explorar 200 milhões de brasileiros, inclusive legislando em causa própria aqui em Brasília, fazendo *lobby* aqui em Brasília e capturando orçamentos públicos, subsídios para empresas campeãs, regimes especiais de mercado, regimes especiais tributários. Como diz o nosso Senador, quando eu entrar agora no nosso Deputado Mauro Benevides, vamos estar juntos também para tirar esses subsídios e tirar esses regimes especiais.

Aliás, tivemos plataformas até meio semelhantes quando falamos de previdência. Chegamos próximos, pelo menos mais próximos do que os outros candidatos quando falávamos de previdência, quando falávamos desses regimes especiais tributários também. Então, nós vamos ter que revisitar isso.

Mas nesse ponto específico, do nosso Senador Esperidião Amin, dos agentes financeiros, a maior revolução que está vindo aí é no mercado financeiro mesmo. Já está acontecendo. É uma revolução silenciosa também. A competição já está aumentando. As Fintech's estão entrando, o PIX já é uma infovia para essas transferências de recursos.

Então, aquele cartório, onde você estava prisioneiro, em que você faz uma transferência, faz um TED, paga 2%, e o banco não reclama, quando você fala em fazer o digitex, aí o banco, na mesma hora, vem correndo, através da Febraban, que é o cartório institucionalizado dos bancos...É a Febraban que é paga para isso. Não está fazendo nada errado, está fazendo tudo certo, está fazendo tudo certinho: financia até programa de estudo de Ministro gastador para ver se enfraquece o Ministro que defende acabar com esse privilegiozinho, com esse cartoriozinho. A Febraban financia até estudo de outros Ministérios que não têm nada a ver com a atividade dela. Ela financia justamente no *lobby* de um enfraquecimento de um Ministro que está segurando a barra, que não quer deixar esse cartório prosperar.

Então, a Febraban é uma casa de *lobby*. É muito honrado, muito justo o *lobby*, mas precisa estar escrito na testa: "L*obby* bancário", que é para todo mundo entender do que se trata, inclusive financiando estudos que não têm nada a ver com a atividade de defesa das transações bancárias. É importante também falar isso; financiando Ministro gastador para ver se fura teto, para ver se derruba o outro lado. Então, tem que falar a verdade. Como diz o nosso Presidente, a verdade nos libertará. Então, vamos sempre em busca da verdade.

Inclusive a respeito desse imposto, esse imposto não...E aí entro no seu último assunto, nosso Senador Esperidião Amin, quando fala que eu estou a favor da desoneração, disso e daquilo. Eu, sim, sou a favor da desoneração, com responsabilidade fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui obrigado, muito contra o meu desejo de desonerar; a área econômica foi recomendada, pela Procuradoria–Geral da Fazenda Nacional, a sugerir um veto presidencial, justamente a essa desoneração setorial, por uma razão. Aprovar gastos, sem dizer como vão pagar, é um privilégio do Senado, da Câmara, não é do Ministério e é crime de responsabilidade fiscal.

Então, nós temos que sustentar o nosso parecer, que é: aprovar isso, sem dizer de onde vem o dinheiro, pelo menos no tocante a nós, não aprovamos. Nós votamos pelo veto, nós recomendamos o veto ao Presidente, sabendo que, em questão de mérito, nós gostaríamos de ter um resultado interessante, mas, por responsabilidade fiscal, não podemos apoiar.

Por isso que nós achávamos justamente que, talvez com a criação desse imposto alternativo, nós desoneraríamos todos e para sempre e por mais tempo. Esse era o nosso tratamento recomendado. Só que tanto *lobby* foi feito, tanta coisa foi criticada, tanta interdição aconteceu que eu cheguei até... De uma forma simplesmente, digamos assim, pacificadora, principalmente em véspera de eleições, eu cheguei a dizer: "Eu desisto desse imposto aí. Fica todo mundo calmo. Não tem mais imposto, não tem desoneração. A gente vive aí com esses 30, 40 milhões de desempregados, como sempre vivemos".

Nós sempre os ignoramos. Não é isso? Eles estão aí há muitos anos, há muitas décadas. Nós nunca os vimos. Fingimos que não os vimos. Os economistas recebem os seus em dividendos, recebem de PJ, pessoa jurídica. Então, eles não sofrem esse impacto. Quem sofre são justamente os mais vulneráveis, são os que não têm o *lobby* para virem e pedirem a desoneração deles aqui em Brasília. São os que não foram... Ninguém captura orçamento nenhum em benefício deles. Eles só receberam agora por um milagre da natureza, que foi essa tragédia, essa pandemia. E aí se lembraram deles e querem esquecer rapidamente essa desoneração. Então, quem sabe eu tenho que parar de falar desse imposto mesmo. Inclusive, estamos em véspera de eleição, e quero declarar o seguinte: Considere esse imposto morto, extinto. Quando ele foi falado a primeira vez, caiu o secretário da Receita. Agora estamos em plena campanha eleitoral e ninguém quer discutir esse troço. O Ministro da Economia vai falar disso? Esquece! Esse imposto não existe!

Agora, você apoia a desoneração sem fonte, sem dizer de onde vem o dinheiro? Ora, esse privilégio é do Congresso, de fazer esse tipo de... Eu não posso apoiar. Eu quero saber de onde vem o dinheiro. Esse mesmo Congresso que vai aprovar o Fundeb e que vai aprovar a desoneração, vai entregar a desindexação, a desvinculação e a desobrigação dos gastos, ou não? Vai deixar o dinheiro todo carimbado e vai empurrar essa conta para as futuras gerações? Então, essa resposta quem tem é só o Congresso. Eu sou só uma ferramenta empurrada de um lado para o outro. Às vezes alguém quer uma coisa, às vezes alguém não quer uma coisa, empurra para cá, empurra para lá. A minha missão é falar a verdade, porque a verdade nos libertará.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ministro Paulo Guedes, é o seguinte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES – Deixe-me só terminar o ... Ah, acabei, acabei!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Falta responder ao Mauro Benevides.

O SR. PAULO GUEDES – Ah, desculpe! Isso! O Mauro, o Mauro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Fala só um pouquinho. Dá uma descansadinha. O senhor vai responder ao Mauro Benevides. Mas eu queria, para não perder duas mulheres brilhantes que estão na lista e que vão fazer algumas perguntas, que depois o senhor respondesse ao Mauro Benevides. E agora a Zenaide e a Paula Belmonte.

Então, o senhor pode tomar um pouquinho de água, dar uma respiradinha enquanto eu passo a palavra para a Senadora Zenaide Maia, e, a seguir, para a Deputada Paula Belmonte. Aí nós encerramos a série de Parlamentares inscritos. Logo depois, o Deputado Francisco Jr. fará o encerramento. E nós fecharemos a nossa audiência desta manhã; manhã e já tarde.

Senadora Zenaide Maia com a palavra, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, Sr. Ministro Paulo Guedes, eu já ouvi tantas perguntas que já me senti contemplada na maioria delas. Mas eu queria reafirmar uma da Senadora Eliziane Gama, em que ela perguntou: " Diante dessa crise, de tanta falta de recursos, como o senhor tem mostrado aí, por que, na reforma tributária, não há interesse do Governo de taxar lucros e dividendos de grandes fortunas?

Mas, Sr. Ministro, o senhor ficou pasmo quando elaborou, no seu Ministério, junto com a sua assessora, o Decreto 10.230, que privatizava as Unidades Básicas de Saúde. O senhor reconheceu e disse que não tem conhecimento de saúde. E eu, como o nosso Presidente Confúcio, sou médica de formação em universidade federal.

Eu queria dizer ao senhor que a reação poderia ser maior – 160 milhões de brasileiros (*Falha no áudio.*)

... Eu estou me permitindo dizer ao senhor porque eu já fui secretária (*Falha no áudio.*)

... o senhor acha que, passando para a iniciativa privada, que visa ao lucro, que tem que ter lucro... Eu queria dizer ao senhor que os próprios planos de saúde não fazem a Medicina preventiva. E chamando a atenção de que a maioria desses brasileiros que chegaram a 60, 70, 80 anos devem ao SUS, porque quando eu ouço alguém dizer que não deve – tuberculose, sarampo, difteria... Para poder chegar à idade que estamos hoje, precisamos do SUS. O SUS tem a Anvisa, que não é a unidade básica, como o senhor está dizendo, mas, como se fala tanto em privatização neste Governo, quando foi publicado esse decreto, é claro que a população brasileira... O SUS não é uma entidade só de quem é pobre e precisa dele. O SUS é uma entidade de todos nós. Ninguém faz um transplante... Quem carrega o órgão para ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

transplantado? O SUS, Sr. Ministro. Então, o senhor tem que ter mais cuidado com sua assessoria quando vier com essa proposta. Isso não resolve! Em plena pandemia, eu não entendo, porque, se não fosse o SUS... Nós estamos hoje com 158,5 mil mortes de brasileiros e brasileiras e, se não fosse o SUS...

E digo mais para o senhor: a saúde básica é que mede uma eficiência da saúde de um país, porque, se ela funcionar – e o Estado brasileiro tem que investir na saúde básica –, menos de 5% chegarão ao hospital, porque, se forem atendidas corretamente na saúde básica, com vacinação, com as doenças crônicas, essas pessoas não vão precisar da saúde de média e alta complexidade.

Então, esse decreto, é claro que a população como um todo se revoltou. É aquela mãe de família. Um governo que diz que defende a família tem que defender uma saúde pública de qualidade na base principalmente.

Era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Eu passo a palavra para a Deputada Paula Belmonte.

Eu não estou vendo a Paula na tela. Está aí, Deputada Paula, aqui de Brasília? Deputada Paula Belmonte?

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF) – Senador, eu estou sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ah, está bom.

Com a palavra.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – É porque demoraram um pouco para abrir o áudio.

Eu quero, inicialmente, desejar um bom dia para todos, uma boa tarde. Para nós é bom dia, não é? Porque nós não almoçamos ainda. Quero dizer que sempre é uma alegria estar aqui, agradecer a sua condução, Senador, que tem feito uma diferença para o Brasil. Essa conversa, essa harmonia que é desejada na Constituição Federal, a harmonia entre os Poderes é fundamental. E esta Comissão tem este objetivo de trazer a clareza, trazer a transparência e trazer para uma mesa, como disse aqui, pessoas pensando, muitas das vezes, diferente, mas trazendo com respeito uma conversa sincera para que a gente possa acertar, porque eu acredito que o nosso objetivo comum é a sociedade brasileira, é a população, e, como bem disse o Ministro Paulo Guedes, principalmente a população que não é vista há muitos anos. Nós estamos falando aí de 12 milhões de empregos informais... Informais, não, mas para os quais não havia postos de trabalho e para os quais houve um incremento desse número; mas nós tivemos um auxílio emergencial que atendeu milhões de pessoas, mais de 40 milhões de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é a situação do nosso Brasil. Nós temos que gerar emprego, e, por isso, mais uma vez, eu vejo que, para a gente conseguir realmente diminuir nossa desigualdade social, é preciso realmente incentivar a produção, o setor produtivo.

Nesse sentido, Ministro Paulo Guedes, para mim, é sempre uma grande alegria, é sempre uma honra estar aqui com o senhor. Eu sou uma admiradora do trabalho do senhor, do Secretário Carlos Costa, acompanho, e acredito que, dentro da possibilidade, vocês estão realmente, com tantas burocracias, mostrando que é possível uma corrente com mais empoderamento da própria sociedade e com uma máquina pública mais ágil e mais eficiente.

Nesse sentido, eu pergunto em relação à reforma administrativa. Nós temos a reforma tributária, que está um pouco paralisada e que é necessária para o Brasil, mas não adianta aí mudarmos a forma de desburocratização tributária se nós tivermos e continuarmos com um país como um elefante que não consegue se movimentar. O SUS é um grande exemplo, como disse aqui a Senadora Zenaide. Foi fundamental essa ramificação, nos Estados, nos Municípios, foi fundamental para o sucesso da cura de milhares de pessoas neste momento de pandemia, mas nós sabemos que também é algo que precisamos melhorar a sua gestão, porque tem muito desvio ainda. E precisamos trazer essa transparência, principalmente com dinheiro do recurso do contribuinte, e temos a reforma administrativa.

Então, eu estou querendo saber como o Ministério da Economia está agindo e como ele está se posicionando em relação à reforma administrativa, porque eu sei que o senhor apresentou isso no final do ano passado e houve uma paralisação, e agora nós estamos nesse debate novamente.

E outro setor que é muito importante nós estarmos trazendo para que as pessoas possam ter cada vez mais postos de trabalho é o da construção civil. A construção civil movimenta a economia de pessoas que não têm capacidade intelectual a até pessoas que têm capacidade intelectual. Ela movimenta o Brasil. E, graças a Deus, neste momento de pandemia, o medo que as próprias empresas de matéria-prima tinham de um retrocesso houve...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Senador, eu quero pedir licença só por alguns minutos para o senhor porque esse setor está sendo altamente atingido pela falta de matéria-prima, e nós estamos falando aqui de milhares e milhares de empregos. Então, eu estou querendo conversar uns minutos a mais só para que eu possa colocar.

Hoje, nós temos falta de matéria-prima de aço, nós temos falta de matéria-prima de PVC, e temos uma burocracia muito grande para a importação desses produtos, porque o Brasil sempre teve uma posição de proteção interna, mas, neste momento, nós estamos sabendo que esses produtos, estando aqui, com certeza, haverá um incremento na economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero entender como é a posição do senhor para desoneração da importação desses produtos tão essenciais para a construção civil do País.

Fica aqui, mais uma vez, meu apoio a esta Comissão e fica aqui registrado também, mais uma vez, o apoio ao trabalho feito pelo Ministério da Economia.

Muito grata, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputada Paula Belmonte.

Ministro Paulo Guedes, eu vou fazer o seguinte: nós estamos com três Parlamentares para V. Exa. responder e eu vou já fazer o fechamento com o Francisco, o nosso Relator. O Relator já fará os questionamentos finais, o senhor os responde em bloco – na ordem, o Mauro Benevides Filho, depois, veio a Zenaide Maia, Paula Belmonte e o Francisco Jr. – e eu faço aqui breves considerações sobre o nome dos internautas que mandaram perguntas. A gente fecha nossa audiência pública logo após a sua explanação.

Então, Deputado Francisco Jr., para seus questionamentos finais e considerações.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Ministro, eu não sei se nós teremos oportunidade nesta Comissão de nos encontrar mais vezes, eu acho que essa é a sua última participação, então, quero agradecer a presteza com que o senhor nos atendeu...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ele volta, Francisco, em 14...

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Ele volta?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Em 14 de dezembro.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Ah, então, eu vou deixar para agradecer em 14 de dezembro, Ministro, senão, o senhor já se desobriga.

Mês que vem teremos o Waldery, então. Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Bem, vamos lá.

Apenas duas colocações finais, Ministro, com relação às reformas econômicas que estão em uso, que estão em processo e eu sempre gosto de dar um destaque muito grande para o pós-pandemia. Nós temos que olhar para frente e vencer esta pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Sobre isso, o economista José Alexandre Scheinkman, certamente, um dos mais sólidos economistas brasileiros, defende que o Brasil tem um problema crônico de produtividade. Em média, um trabalhador brasileiro produz várias vezes menos do que um americano ou coreano. Nesse contexto, por que isso acontece e de que forma as reformas que estão sendo apresentadas no Congresso Nacional vão ajudar nesse sentido?

O Senador Espiridião Amin falou muito da questão até da matéria-prima e, na mesma linha, eu quero falar sobre a qualidade do nosso trabalhador, a relação do trabalhador com as nossas empresas, com a produtividade e as condições dele mesmo de produtividade, de produção. Qual é essa relação de baixa produtividade para a nossa economia e o nível de educação? Até que ponto não deveríamos ser mais ambiciosos com relação às despesas de educação ou mesmo com relação às estratégias e metodologias? Na sua opinião, Ministro, o que nós não estamos fazendo ou o que nós estamos fazendo errado para melhorar a nossa produtividade, já que há investimento? Esse investimento é pouco? A gente precisa ser mais ousado? Estamos investindo de modo errado? Mas o que acontece que, ao final do nosso ciclo, nós não temos uma mão de obra qualificada ou, pelo menos, competitiva com esses outros grandes centros?

E, nesse final agora, eu queria retomar apenas este aspecto, aproveitando e pegando embalo aí nos comentários feitos pelo Senador Izalci e pelo Senador Espiridião Amin.

Obrigado, Presidente.

Parabéns, Ministro, mais uma vez!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Francisco Jr.

Então, temos a participação de muitos internautas. Não dá para responder a todos, infelizmente, o tempo está bem avançado. Registro Jezer Leal, de Mato Grosso do Sul; Celso Neves, de São Paulo; João Silva Neto, do Rio de Janeiro; José Sawinski Junior, do Estado de Santa Catarina. E, observando os questionamentos, todos eles já foram respondidos pelo Sr. Ministro.

Eu creio que todos os internautas ficaram satisfeitos com as respostas do Ministro Paulo Guedes.

Então, agora nós vamos passar para o Ministro Paulo Guedes, para fazer as respostas. Na sequência, aqui ficou ainda em *stand-by*: Mauro Benevides, Zenaide Maia, Paula Belmonte e Francisco Jr.

Com a palavra o Sr. Ministro, e, após essas respostas, nós daremos por encerrada a nossa audiência pública.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Eu tinha levantado a mão naquele último minuto lá, em que eu estava falando, só para dizer o seguinte: o imposto está morto. Ele está morto, ele não existe. Então, como ele não tem fonte – e é até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por isso que eu estava respondendo ao Senador Esperidião Amin –, tendo dado um parecer de que, enquanto não houver a fonte, não aparecer esse dinheiro, eu não posso aprovar a desoneração, do meu ponto de vista o imposto está morto. Não há imposto nenhum, não há desoneração, não há como fazer. Do meu ponto de vista, não é? Inclusive o Presidente, toda vez que o assunto se levanta, justamente fala: "Olha, ou há uma coisa certa, segura, e está feito, ou não existe esse imposto". Então, em campanha eleitoral toda hora há isso, não é? Então você fala assim: "Olha, esse imposto aí, eu estava justamente pensando em desoneração". "Olha lá, o Ministro quer botar um imposto novo, quer criar um imposto, vai aumentar imposto!". Então, olha, não há imposto nenhum. Consequência disso também, não posso apoiar, sem esse recurso, nenhuma desoneração.

Segundo: do ponto de vista também político, eu sempre disse que quem faz o *timing* das reformas é a política, e a política agora está parada, então também é um uso político indevido: "Ah ele quer privatizar o SUS, quer privatizar o SUS!". Também é uma ação política que – tudo bem, é compreendida como uma ação política, mas, da mesma forma, eu, quando falar com Senadora Zenaide Maia, repito essa linha.

Então, vamos entrar primeiro no Senador Mauro Benevides. O Senador tem feito um trabalho extraordinariamente importante, e eu tenho até conversado com a nossa equipe, para estar inteiramente à disposição do Senador. Eles têm afinidade até do ponto de vista de onde nasceram, não é? Mansueto, Waldery, todo mundo que vem do Ceará, que tem uma grande tradição de boa gestão fiscal. Então, eles, quando se encontram aqui, celebram, eu até aprecio muito esse trabalho conjunto e agradeço. Trabalho muito profícuo do Senador Mauro Benevides, realmente nos permitindo consolidar esses recursos aí, os R$177 bilhões, que ele oferece, com a medida que ele sugeriu, e nossa equipe está colaborando também. Eu agradeço.

Com o Senador Mauro Benevides, durante a campanha, nós nos encontramos várias vezes, o Deputado Mauro Benevides, tivemos convergência em alguns temas, divergências em outros, é normal, mas sempre com uma atitude muito construtiva: é técnico, é bem-intencionado, é capaz, trabalha com muita seriedade, e eu vejo com muita alegria essa colaboração da nossa equipe com ele, e agradeço a ele também essa colaboração conosco.

Concordo com a observação de que essa operação compromissada é a nossa jabuticaba. Tecnicamente, o Banco Central tem que esterilizar esses movimentos de câmbio que vêm: quanto mais flexível for o câmbio, menos você precisa de operações de estabilização; quanto mais forte for sua moeda, conversível, etc., menos você precisa desses jabutis.

Mas hoje é uma forma, a operação compromissada é uma forma justamente de permitir instantâneas operações de esterilização em nome do Tesouro. Então, fica uma transferência de recursos para cá e para lá o tempo inteiro; essa compromissada, na verdade, é uma dívida do Tesouro porque o Banco Central não tem a sua própria ferramenta de trabalho, que seria o título de emissão própria. O Banco Central autônomo, levando também essa ferramenta, nos ajudaria a aperfeiçoar o instrumento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fala também de depósitos voluntários. Nos Estados Unidos, ou mesmo na Europa... O interessante na Europa é que, hoje, como não existe esse depósito voluntário no Banco Central, como existe justamente essa ferramenta, esse jabuti das compromissadas, o que acontece é que a dívida é do Tesouro. Então, a gente é obrigado a pagar quando às vezes a conveniência do banco... O banco, em vez de fazer o empréstimo, fica com o dinheiro encostado, rendendo o que o título do Tesouro rende, quando na verdade na Europa há bancos centrais que cobram do sistema bancário: "Se você, em vez de emprestar, quiser depositar comigo você tem que me dar 1% ou 2%".

Quer dizer, a Alemanha botou juro negativo, a Suíça botou juro negativo. Então, essa possibilidade de depósito voluntário é muito boa, porque ela dá ao Banco Central uma certa independência nesse sentido também. "Olha, você não emprestou o dinheiro. No final do dia, quer encostar o dinheiro aqui por um, dois dias, um mês, o tempo que for com segurança?" Lá na Europa o Banco Central diz: "Você tem que me pagar por esse privilégio. Eu não vou ficar te pagando, remunerando, se você em vez de emprestar quer encostar o dinheiro aqui". Quer "viver de renda", entre aspas.

Então, é interessante, nós temos que ir nessa direção do Banco Central autônomo, que realmente não precisa dessas operações compromissadas, e que tem seus próprios títulos para fazer essa ferramenta de curto prazo, às vezes, na base diária de recursos de um lado para outro.

Bom, o Senador pergunta também sobre transferência de caixa, se há uma transferência. O Senador conhece essa ferramenta, foi criada já – não fomos nós que a criamos, criada lá atrás –, pela qual o Tesouro transfere resultados, o Banco Central transfere resultados para o Tesouro, quando ele tem um superávit grande e o Tesouro estiver com problemas de rolagem de dívida ou dívida excessiva ou condições de liquidez que ameacem a liquidez do mercado.

Como o coronavírus veio forte, nós criamos muita dívida muito rapidamente, na tentativa de atenuar isso e permitir... Porque os leilões duplicaram, às vezes triplicaram de tamanho e encurtaram a frequência, num momento em que, justamente por as reformas não estarem avançando na velocidade necessária ou desejável em função dessa doença, o coronavírus, as reformas acabaram se atrasando um pouco, e aí as necessidades de rolagem de dívida se acumularam muito e, às vezes, você vai ter que girar duas, três, quatro, cinco vezes o que você girava.

Num momento como esse, há uma pressão sobre os juros. Então, em vez de você fazer essa pressão, é melhor o Tesouro, então, receber algumas transferências e, com essas transferências, ele tira o pé do acelerador, não precisa rolar tanta dívida em tão curto espaço de tempo.

Então, nós já estamos programando, inclusive, para o período do ano que vem, os primeiros quatro meses, quando não há uma rolagem mais forte, nós já estamos nos programando para isso, justamente para não ficarmos numa situação de dificuldade em que tenhamos que pagar qualquer juro, o juro que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado queira. Nós já estamos nos preparando exatamente para fazermos uma rolagem mais suave, mais tranquila da dívida.

Agora, evidentemente, nada como as reformas. O pacto federativo sendo aprovado, na mesma hora, a curva de juros desce e, ao mesmo tempo, desentorta, porque ela subiu e se inclinou. Juros longos estão mais altos. Então, nós estamos fazendo a rolagem mais curta, o período, está tendo um encurtamento de prazo da dívida. Não é nada ainda que nos ameace, está longe ainda de ameaçar, mas são sinais desagradáveis, e o que os mercados estão enviando para nós é justamente pedindo atenção às reformas.

O Senador também pergunta sobre subsídios e atacar os incentivos fiscais. Isso está um pouco ligado também à reforma tributária, porque, quando você tem impostos muito altos, o sistema todo fica disfuncional. Quem tem *lobby* vem a Brasília e consegue ser desonerado. Então, nós sabemos os setores que conseguem desoneração. Porque o imposto é muito alto, eles vêm aqui e se desoneram. E quem tem poder econômico... Quem tem poder político vem aqui e se desonera e quem tem poder econômico entra na indústria de contencioso e aí começam advogados e escritórios de advocacia. O empresário, às vezes, deve R$10 bilhões para o Governo, ele prefere pagar R$2 bilhões. É causa comum R$2 bilhões, empresas grandes com causas de R$1 bilhão, R$2 bilhões, R$3 bilhões. Então, ele prefere pagar R$100 milhões ou R$200 milhões para o escritório de advocacia, e aí o contencioso chega a R$3,5 trilhões. Quer dizer, então, que, quando você tem desonerações de R$300 bilhões, isso significa que tem gente com cacife político para conseguir R$300 bilhões de desoneração e, quando tem um contencioso de R$3 trilhões, quer dizer que tem gente com cacife econômico para preferir pagar ao escritório de advocacia do que pagar ao Governo. Isso quer dizer que os impostos estão fora de lugar. Se os impostos forem mais baixos, todo mundo pagava, tinha menos contencioso e tinha menos desoneração. Então, esse é o nosso norte. É por aí que nós tentamos trabalhar.

Quanto à preocupação com o déficit primário e com os gastos tributários, tudo isso, claro, é a nossa rota, é o nosso dia a dia, temos essa preocupação. Agora, sabemos que o déficit primário este ano, particularmente, foi inchado. Nós queremos é que ele colapse o ano que vem. Ele justamente saiu... Nós tínhamos conseguido reduzi-lo de 2% para 1,1%, 1,2%, ele saltou de volta para 11%, 12%. Nós queremos que ele colapse de novo para 2%, onde estava antes de a pandemia começar, entre 1% e 2%. Nós vamos tentar fazer o maior esforço possível e, toda vez que eu falo que nós vamos fazer o maior esforço possível, aí vem aquela narrativa – digamos assim – pouco gentil, para não usar uma palavra diferente – não é? –, que é dizer: "Ah ele prometeu". Nós prometemos o melhor esforço possível. Aí vem uma pandemia, as reformas atrasam, não cumprem. Quem controla o *timing* das reformas é a política. "Ah o Ministro prometeu e não entregou. Ele é o Ministro que promete e não entrega". Quer dizer, só quem está aqui em Brasília e conhece a nossa luta diária é que consegue compreender o que está acontecendo, em vez dessa narrativa pouco compreensiva e destrutiva, às vezes: "Ah ele promete e não entrega, ele promete e não entrega". Eu não vou descredenciar a democracia brasileira se a democracia brasileira tem seu custo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transição de funcionamento, que é normal. Você pode pensar um plano econômico e você o faz em pouco tempo. Agora, a execução leva bastante mais tempo, e é normal, e é compreensivo.

Bom, então, em relação à dívida/PIB, a última observação do nosso Deputado Mauro Benevides, nós não nos conformamos com esse nível de dívida/PIB. Nós vamos derrubá-la de novo, Deputado. Nós derrubamos no primeiro ano e nós vamos derrubar de novo. Como nós vamos derrubar isso? É o *balance sheet repair*.

Não tem jeito, senhores. A atitude, normalmente, de quem se acomodava com a situação era justamente "paga um juro bastante alto", "vai rolando isso aí", "vai causando esse endividamento em bola de neve" e "deixa esse pepino aí para as futuras gerações". Não é a nossa atitude. Nós achamos que não é razoável esse nível de dívida/PIB. Tem de cair fortemente. Nós estávamos começando a derrubar. Quer dizer – antes que usem o gerúndio –, nós derrubamos. Nós derrubamos. Ela saiu de 76,5% para 75,8%. Estava descendo e ia continuar descendo. A pandemia veio, deu um empurrão nisso, jogou isso para quase 100% do PIB.

Pois nós vamos derrubar de novo. Nós vamos derrubar de novo, seguindo os mesmos métodos. Nós vamos desinvestir. Nós vamos privatizar. O Banco Central, enquanto estiver fazendo transferências, continua fazendo transferências. Nós vamos desalavancar os bancos públicos. E nós vamos derrubar a dívida/PIB de novo, com mais energia, com mais ímpeto, com mais determinação.

"Ah, mas ele prometeu que ia privatizar, não privatizou".

Agora, entrando justamente na nossa Senadora Zenaide Maia, nós não estamos preocupados e nem fizemos nenhum avanço para privatizar o SUS. Eu digo de novo: seria um contrassenso, seria uma falta de bom senso. Foi uma rede que nos atendeu e nos serviu, descentralizada de atendimento de serviço público, funcionou bem, jogamos recursos. Queremos melhorar. Se pudermos ajudar, ajudamos. Se os recursos privados puderem ajudar, melhor, a construir, a fazer o financiamento. Se não puderem, seja por preconceito, seja por decisão, seja por incompreensão política, não há problema. Os recursos vão para outro lado. Eles vão para fazer o saneamento, vão fazer outra coisa. Não há problema.

"Ah, mas e o Governo? Vai ter mais recurso?". Pois não, Senadora. Aprove o reempoderamento da classe política nacional para ela assumir o orçamento público. Aprove isso, e vai haver recurso para a direção que a maioria do Congresso decidir.

O que não pode é: já está sem dinheiro, aí você oferece uma ajuda, quer dar um dinheiro. "Não, querem privatizar".

Não, não, não, não. Na mesma hora, está revogado o decreto. Fique tranquila, ninguém vai encostar nisso. Pode ficar absolutamente tranquila. Não era parte do nosso programa isso aí. Nunca falamos isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, gostaríamos que as privatizações que nós... Somos um Governo liberal-democrata. Temos direito. O Supremo nos deu o direito de vender subsidiárias e nos deu o direito de encaminhar propostas de privatização. Não pode ser interditado esse debate. Não é razoável para um Governo que é liberal, que quer privatizar. Já acabou metade do Governo, dois anos, e nós não conseguimos. Não é razoável.

Nós tínhamos feito, inclusive, acordos com a nossa base. O Governo agora tem uma base de sustentação política e tinha combinado de avançar em quatro grandes privatizações: Correios, Porto de Santos, contratos de petróleo de uma estatal, que conseguiu impedir a extração de petróleo do País por seis ou sete anos. Estava parada aí a cessão onerosa. Muita corrupção envolvida na Petrobras, muita corrupção nos Correios, muita corrupção na Caixa Econômica Federal. E, curiosamente, nós não conseguimos privatizar nada.

O que é isso? O que será isso? É uma indagação que eu deixo no ar.

Nós queremos encaminhar. Eu acho que agora nós vamos conseguir encaminhar. E isso é importante para retomar o crescimento, para retomar o investimento. Nós precisamos de investimento em saneamento. Alagoas fez, lá em Maceió, o primeiro leilão do pós-saneamento, água e saneamento, 2 bilhões; 20% do orçamento da cidade está liberado agora – pode fazer educação, pode fazer obras públicas, pode fazer outras coisas, está liberado. O setor privado já botou 2 bilhões, 20% do orçamento da cidade, e já vai botar mais 2,5 bilhões, compromisso assumido, de investimento em água e saneamento. Quem pode ser contra isso? Quem pode ser contra isso?

Nós queremos mudar os marcos regulatórios. Qual é o plano do Governo Bolsonaro? O plano é simples: nós estamos numa transição para uma economia de mercado. Não olhem para cá esperando ver um grande e superministro do planejamento dizendo para todo mundo o que vai ter que fazer. Não é isso. Vocês estão com saudades do tempo do regime militar, que tinha um grande ministro do planejamento planejando o futuro do Brasil? É isso?

Nós estamos indo em direção justamente a uma economia de mercado com uma ação social pública descentralizada do Estado. O programa é este: uma transformação do Estado brasileiro, em setor elétrico, cabotagem, saneamento, infraestrutura, logística, reindustrialização. Tudo isso é um horizonte enorme de investimento privado. Acabou o paraíso do rentista; o capital que quer ganhar dinheiro agora tem que trabalhar para o País, tem que investir em cabotagem, saneamento, saúde, educação, no que for.

Se educação não quiser esse dinheiro, ou saúde não quiser esse dinheiro, ou o SUS não quiser esse dinheiro, não tem problema nenhum, ninguém vai perturbar. Não fizemos nenhum voto de privatização de saúde, de SUS. Ao contrário, elogiamos o sistema SUS durante toda a pandemia. Então, transformar isso em narrativa política para fazer ataque político é um exercício menor da política – é um exercício menor –, tanto que durou seis horas. Não foi por que houve passeata, houve nada disso, não; foi porque o Presidente sabe que o nosso programa está na direção de uma economia de mercado. Mas ninguém nunca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

falou em privatizar saúde, SUS. Ninguém nunca falou. Isso aí foi iniciativa de uma secretaria de PPI falando assim: "Podemos ajudar com parcerias privadas?". A resposta é não, obrigado, tchau. Vamos ajudar outro pessoal em outro lugar. Pode ficar tranquila a Senadora Zenaide.

Deputada Paula Belmonte, muito obrigado pela ajuda de sempre, muito obrigado pela cooperação com transparência, que foi o que a Deputada elogiou, o que nós estamos tentando fazer aqui sempre no melhor clima de convivência.

Eu admiro e gosto também das perguntas da Senadora Zenaide – quero deixar bem claro. O que eu recrimino é tentar criar fatos – não foi ela que criou – quando você, numa secretaria particular nossa, estende uma ajuda, dizendo assim: "Precisam de parcerias público-privadas? Querem ajuda?". "Não, não queremos, vai dar um mal-estar." Acabou, pronto; em dois minutos, acabou. Então, obrigado, Senadora Zenaide, por nos dar a oportunidade de esclarecer isso.

Da mesma forma, como na desoneração: "Não queremos esse imposto. Não pode haver esse imposto". O.k., não posso propor desoneração, não há recurso, não há como desonerar. Obrigado. Acabou a colaboração.

A bola quem tem é a classe política. É ela que decide, é o Presidente, é o Congresso, é o Senado, particularmente esta Comissão Mista, fazendo justamente a avaliação do que nós estamos fazendo. Então, eu sou sempre, como digo, uma ferramenta a serviço de tentar melhorar. Agora, tenho noção do que o Presidente, a eleição do Presidente representou. Ela representou uma mudança em relação ao modelo antigo, cheio de empresas estatais que não investem e viraram focos de corrupção. Isto é muito claro para todo mundo que veio aqui: todo mundo sabe que a missão é a transformação do Estado, não é simplesmente substituir onde havia uma porção de aparelhamento político de um lado e botar uma porção de aparelhamento político de outro. Não foi essa a missão. A missão é outra: é transformar o Estado brasileiro.

A Deputada Paula Belmonte, então, pergunta primeiro sobre a reforma administrativa. Deputada, essa reforma, na forma como está encaminhada, preserva todos os direitos – todos os direitos! – do funcionalismo público atual e desenha um futuro diferente em que há muito mais espaço para a meritocracia, há uma maior amplitude entre os salários de admissão e justamente os salários de maturidade, de "senioridade". A pessoa que já foi aprovada, em vez de ganhar... Ela faz um exame público, um concurso público aos 22 anos e ganha estabilidade pelo resto da vida, independentemente de atender bem ou não a população? Não, tem que passar por testes de avaliação. É um servidor público, não é uma autoridade – não é uma jovem autoridade! Passou num concurso público e virou jovem autoridade, cheia de privilégios, cheia de direitos, e não deve satisfação para ninguém? Que história é essa? É um jovem servidor público: vai servir bastante antes de adquirir a estabilidade e vai ser avaliado pelos pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não atingimos nenhum servidor público atual; ao contrário, eles vão ser a referência, eles é que vão dizer: "Olha, precisa-se de oito anos antes de ganhar a estabilidade aqui". O primeiro salário é mais baixo, é parecido com o do setor privado. Que negócio é este de o seu primeiro salário ser oito vezes o que ganharia no setor privado? Recém-formado, passou num concurso público... Se vai para o setor privado, às vezes vai ganhar o salário mínimo. Passou num concurso público aqui, garoto esperto, já vai ganhar R$20 mil porque foi trabalhar logo num determinado Poder que paga muito bem? Ué, que negócio é esse? Então, vamos revalorizar os atuais servidores públicos, vamos revalorizá-los. Eles vão dar os parâmetros: depois de quantos anos se ganha a estabilidade; depois de quantos anos se têm os aumentos; como é que é essa carreira. Não pode alguém, em três, quatro, cinco anos, já chegar ao topo da carreira. Está cheio de gente jovem em volta de mim que já está no topo da carreira. Isso está errado. Que motivação tem uma pessoa dessas para continuar servindo o País? Puro patriotismo, porque financeiramente está cheio de gente que chegou depois e já ganhou. Então, há vários graduados daqui – eu perdi grandes colaboradores aqui – que preferiram ir embora do serviço público porque não tiveram o tratamento devido na maturidade, justamente quando eles são mais necessários.

Então, fizemos essa reforma. O cálculo é que ela nos permita uma economia de R$300 bilhões ao longo de dez anos. Isso é uma subestimativa, isso é se a reposição for em torno de 70% – se 100 funcionários se aposentarem e nós então contratarmos 70. Eu acho que o número dessa reforma pode ser maior, porque a taxa de reposição, à medida que nós estamos digitalizando os serviços... Vou dar um exemplo, o INSS: praticamente todos os serviços do INSS hoje podem ser feitos digitalmente. Então, o que está acontecendo? A prova de vida, em que a pessoa tinha que ser transportada fisicamente, doente de um hospital, em outra cidade, tudo isso vai acabar. É tudo agora digital.

Então, além de a qualidade do serviço público melhorar muito, além disso, você vai ter também um aumento de produtividade enorme – um tema que nós vamos entrar na outra questão. A produção está aumentando brutalmente apesar de haver um decréscimo... Foi a primeira vez que houve uma queda na folha de pagamentos do Governo brasileiro, do Executivo. Houve uma queda na folha de pagamentos. Por quê? Porque muita gente se aposentou – e nós não mexemos com ninguém, não atrapalhamos ninguém –, e contratamos menos. Houve uma queda na folha de pagamentos. Isso significa aumento de produtividade. A produção aumentou bastante. E muito mais, porque nós tivemos, inclusive, a pandemia, com muita gente trabalhando direto... A turma em volta de mim aqui é de manhã, de tarde, de noite, sem sábado e domingo, durante toda a pandemia. Agora é que eles estão começando a folgar no domingo – no sábado e no domingo, alguns, e no domingo, a maioria, pois, no sábado, ainda há muita gente trabalhando também 24 horas, ou seja, à disposição, em que, a qualquer momento, pode ser chamado e é chamado e trabalha.

Com essa reforma administrativa, nós temos boas expectativas. Ela é moderada, ela não é radical. Como tudo que nós tentamos fazer, é trabalhando o futuro; nós não estamos indo remexer o passado, nós estamos trabalhando o futuro para um futuro melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, a outra observação da nossa Deputada foi sobre emprego e construção civil. Nós temos realmente um reconhecimento a fazer com o que foi a construção civil. Durante toda a crise, ela contratou gente. Ela manteve protocolos que serviram de referência. Eu fiz várias reuniões com Prefeitos, porque os Prefeitos estavam compartilhando a experiência, e a construção civil estava compartilhando a experiência também com os Prefeitos. E foi algo realmente gratificante de se ver. Os Prefeitos diziam: "Eu estou precisando disso, disso, disso". Aí a gente fazia descentralização dos recursos, os recursos chegavam à prefeitura; aí vinha a construção civil e falava assim: "Mas fala isso para o Prefeito". Eu falava: "Não, não sou eu que vou falar, vocês é que vão falar com os Prefeitos". Aí fazíamos a reunião com os Prefeitos, em que o pessoal da construção civil dava os parâmetros. Houve um momento em que eles tinham criado 5 mil empregos adicionais e tinham sofrido nove mortes. Depois de dois, três, quatro meses de pandemia, nove mortes no canteiro de obras – nove mortes! É porque eles testavam todo dia fazendo testes de temperatura – obviamente, todo dia, era temperatura. A cada dez dias ou quinze dias, era o teste do Covid. Eram muitos trabalhadores simples, muita gente simples, e eles ensinavam como deviam se comportar em casa: lavar a mão, não tocar, usar máscara... Isso acabou tendo um baixíssimo... O menor índice de incidência e de fatalidade foi o do setor de construção civil, com eles contratando gente o tempo inteiro. E eles continuam em *boom*, a construção civil brasileira está em *boom*, está em regime de *boom*. Os empréstimos da Caixa Econômica de dois meses atrás, três meses atrás foram recordes históricos, mês após mês. O Brasil há 50 anos não via juros de um dígito. Então, o setor está criando emprego, está avançando, criou mais de 15 mil empregos durante esta pandemia, está avançando. Seguem as vendas, segue a produção, seguem os protocolos de retorno seguro ao trabalho. É um trabalho extraordinário! Então, eu quero registrar isso e agradecer à Deputada Paula Belmonte por chamar atenção para isso. É fato!

E aí vêm duas preocupações que eles têm, só para encerrar as observações da Deputada. Uma é justamente com a matéria-prima, o custo da matéria-prima que começa a subir, que é um fenômeno também um pouco semelhante ao que aconteceu com a arroz, com o óleo de soja, com isso tudo. Na hora em que o auxílio emergencial entrou e manteve os sinais vitais de funcionamento e até aumentou o impulso dessa camada de consumo, os preços começaram a subir. A mesma coisa está acontecendo com a construção civil; a família que recebia R$200, que mantinha praticamente três, quatro pessoas vivendo com R$200 do Bolsa Família, e de repente está ganhando R$1,8 mil, porque cada um deles está ganhando R$600, não só está comendo melhor e indo ao supermercado como também está terminando a casa, construindo o muro, terminando o telhado que faltava na casa. Começaram a comprar material de construção, o que está correto, muito certo. Estão aproveitando esses meses extraordinários e que são excepcionais no sentido de que eles estão em casa e, ao mesmo tempo, estão com mais recursos; eles não só estão comendo melhor como eles também estão melhorando a casa deles, comprando materiais de construção. Então, começou um *boom* de compra de material de construção. O setor da construção civil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está seguindo acelerado porque os juros estão baixos, há crédito farto, e, ao mesmo tempo, as pessoas também começaram a comprar material de construção. Então, houve um *boom* do setor, e os preços subiram. Agora, esses preços justamente vão trazer mais produção de todos esses insumos, tudo isso vai começar a entrar e do que não entrar nós vamos derrubar a tarifa de importação.

Então, o meu grupo de competitividade e de produtividade já está trabalhando com o meu grupo de assuntos internacionais, de comércio; já estamos estudando quais as tarifas de importação que vão descer, porque nós justamente queremos facilitar a retomada do crescimento. Então, é o seguinte: se faltar, se preços começarem a subir... Começou a subir demais o preço do arroz? Zero tarifa de arroz. Vai começar a subir soja, óleo de soja? Zero tarifa de importação. Então, nós queremos retomar o crescimento e não vamos deixar isso... Desde que nós liberamos, reduzimos a tarifa de importação do arroz, ele travou. Estava subindo em disparada e travou; está lá parado agora. Está alto, mas travou. E agora o próprio consumo... A safra vem aí em mais dois, três meses. Começa a entrar o ano novo, vem a safra do arroz de volta, e ele vai começar a ceder de novo. E tudo bem.

Então, estamos atentos a isso. Eu agradeço à Deputada. Estamos de olho nas tarifas de importação, estamos de olho na produção, mas estamos, sobretudo, celebrando a retomada da economia e, particularmente, agradecendo a esse setor, que não parou, não acusou o golpe e atravessou a crise em alta velocidade.

Finalmente as observações do nosso Deputado Francisco Jr., que deixou também o desafio da produtividade. Foi a grande observação final dele o desafio da produtividade. A importância da educação... Pessoal, quando a gente falar em crescimento de longo prazo, não tem nada a ver com essas ferramentas que nós estamos comentando aqui de curto prazo – tarifa de importação aqui, segura o preço do arroz ali, dá o auxílio emergencial aqui. Quando a gente fala de longo prazo, o que nós estamos realmente dizendo é o seguinte: o segredo da riqueza das nações, o segredo da competitividade das empresas e o segredo e a chave da produtividade do indivíduo são educação e tecnologia. Quando a mão de obra recebe essa camada de educação, a produtividade dispara, é o segredo. Esta foi a reconstrução da Alemanha: a produtividade, o fenômeno de produtividade, é educação, é competitividade... Não é só educação, não, é o que a gente chama de capital intangível do país, o capital social, o intangível, ele é qualitativo. Por exemplo: você pode ter um capital sob a forma de estádio de futebol, é muito bom. Milhares de pessoas vão lá e se divertem todo fim de semana, é uma indústria espetacular. Você vê que cria riqueza, jovens artistas, bons jogadores de futebol conseguem escapar da miséria. É muito bom tudo isso, mas é um tipo de capital, é cimento; fazer estado de futebol é fazer cimento, bota cimento, tijolo, ferro, aço etc. Agora, quando você bota um pouquinho de tecnologia em cima, aí surgem os grandes fenômenos de enriquecimento, não só de indivíduos, feito um Bill Gates, um Steve Jobs; não só o cara vira bilionário, mas ele transforma a vida de bilhões de pessoas no mundo inteiro. Ele faz um fenômeno de produtividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que nós teríamos funcionado se essa pandemia tivesse chegado 20 anos atrás, se nós não tivéssemos essas ferramentas de comunicação que nós temos hoje de conversar, como estamos conversando, de fazer os diagnósticos como fazemos com nossas equipes por teleconferência, de fazer os votos como o Congresso vota por teleconferência? O que seria de nós se essa pandemia tivesse chegado antes de a tecnologia digital ter chegado a nós? Então, a diferença é abissal, é como a descoberta do fogo. Na produtividade do homem, depois da descoberta do fogo, o que aconteceu? Entende? O real segredo da riqueza, do enriquecimento, do escape à miséria é este: a produtividade. É isso que vai transformar. E isso vem por um trabalho duro, consistente, anos, anos e anos.

E não adianta xingar o nosso Governo: "Ah, o Governo Bolsonaro não está prestando atenção na educação". Houve 30 anos de Governo social-democrata e o Brasil está lá embaixo no Pisa – está lá embaixo. Agora, também vamos falar mal da educação brasileira? Não. Houve uma universalização. Se ela não conseguiu ter a qualidade que devia ter tido, pelo menos ela está tentando universalizar, fazendo o melhor esforço possível. Então, nós temos que parar de nos apedrejar, temos que começar a ver os nossos méritos e ver onde é que nós podemos construir melhor.

Então, esse esforço de aumentar a produtividade tem que estar justamente concentrado nos dois fenômenos que fazem isso acontecer que são justamente a qualidade do capital... Por exemplo, a tecnologia modificando o capital físico, e a educação modificando o capital humano, um aumenta a produtividade do outro, e os dois juntos aumentam a produtividade um do outro também. Agora há algo que está na nossa mão e é chave. Eu deixo aqui uma referência de alguns Prêmios Nobéis que escreveram esse livrinho – um deles é Prêmio Nobel, o outro não –, que é o *Barreiras ao Enriquecimento* – o livro se chama *Barriers to Riches* –, que diz: olha, tão importante quanto a produtividade, a competitividade, a tecnologia e a educação são as práticas que nós temos.

Por exemplo, alguns países conseguiram produzir milagres econômicos, cresceram três, quatro, cinco, seis anos seguidos, 5%, 6%, 7% ao ano. Foram milagres! O Brasil mesmo teve um período de milagre lá atrás assim, simplesmente mudando práticas. Se você simplifica impostos, reduz as barreiras burocráticas, melhora a logística, abre mercados para competição, simplifica a legislação, se você fizer essas coisas que já estão disponíveis, que o mundo inteiro já tem, que o mundo inteiro já usa... Mas o Brasil, não; o Brasil vai na tomada de três pinos, o Brasil inventa o jeito dele de fazer a coisa. Aí depois ninguém consegue usar o aparelho direito, tem que comprar de um fornecedor só, começa aquele jogo de sempre, de benefícios e privilégios, em vez de fazer o jogo do bom senso.

Então, leiam esse livro. Esse livrinho tem 100 páginas no máximo, 80 páginas, *Barreiras ao Enriquecimento*. Eu acho que é do Prescott ou do Wallace, um desses Prêmios Nobel aí, dizendo: "Olha, de forma muito simples, simplesmente copiando outros países, adotando as práticas mais simples, você pode botar um país para crescer 5%, 6%, fazer um milagre, durante seis, sete anos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O País está, tecnicamente – nós economistas dizemos –, dentro da possibilidade de produção. Ele tem uma fronteira de possibilidade de produção. O Brasil podia estar... Justamente esta é a observação: o trabalhador brasileiro podia estar com a produtividade 30%, 40%, duas vezes maior, três vezes maior, mas nós estamos dentro da barreira de possibilidade de produção. Nós botamos tanta restrição, e, inclusive, a oneração de folha de salários é uma delas. Quando você impede 40 milhões de brasileiros de se aproximarem do capital... Há o capital, há a tecnologia, mas o homem simples brasileiro não consegue entrar no circuito, não consegue ser incluído por causa desses impostos cruéis, contra a mão de obra. Então, 40 milhões de brasileiros têm uma produtividade baixíssima, e, do dia para a noite, eles podem ter uma produtividade de 50%, ou o dobro ou três vezes maior, se vocês permitirem que eles consigam chegar ao emprego, removendo essa barreira ao enriquecimento, que são essas distorções, esses impostos cruéis, absurdos, ineficientes, que têm todos os defeitos que são imputados ao imposto digital. Eles são cumulativos, são regressivos, são discriminatórios, eles têm tudo isso. Os *lobbies* não deixam a população enxergar isso, mas o Congresso enxerga isso.

Obrigado, Senadores, pelo trabalho. Muito obrigado pela oportunidade. Essa reunião que a gente tem, regular, é uma fonte de inspiração para mim, pela qualidade das perguntas, pelo apoio que eu recebo dos senhores, de cada um dos senhores, que eu vejo também lá no Congresso, quando a gente leva uma proposta para ser aprovada. Então, eu agradeço muito o apoio que os senhores têm dado e esta oportunidade de prestar contas.

Muito obrigado, Senador Confúcio.

Muito obrigado, Deputado Francisco Jr.

Muito obrigado a todos os presentes. Alguns já são até amigos pessoais. Um – eu vou falar até o seguinte – está me devendo um vinho. Eu fiz uma entrega para ele antes de ele me fazer a entrega, numa aposta que nós fizemos. Não vou registrar quem é, mas ele já se registrou.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ministro Paulo Guedes, queremos agradecer a participação de V. Exa. nesta audiência extremamente didática, eloquente, explicativa. Não ficaram perguntas sem respostas.

O Senador Izalci gostaria de fazer um complemento, mas o tempo urge, e já passamos de todos os nossos limites.

Mas, devido à sua vibração, vibrante manifestação hoje, com detalhamentos pormenorizados sobre a economia e o Brasil do momento, contemporâneo, a gente quer agradecer. Nós já temos 3 horas e 52 minutos de audiência pública. Agradeço a V. Exa. por essa disposição e esse vigor. V. Exa. começou respondendo em um tom e terminou no mesmo tom. Eu tenho a certeza de que todos os Parlamentares, todos os telespectadores e internautas que participaram ficaram muito satisfeitos com o seu brilhantismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a sua rapidez de explicação e com o seu conhecimento muito grande sobre o terreno em que o senhor trabalha. Então, estou muito agradecido a V. Exa.

Nada mais havendo a tratar nesta manhã/tarde, agradeço a presença de V. Exa. e dos demais acompanhantes, Waldery, Carlos da Costa, Bruno Bianco.

Agradeço a participação dos internautas no e-Cidadania e o trabalho da nossa Comissão, da taquigrafia, da TV Senado, que veiculou esta audiência para todo o Brasil. Todo esse material, as perguntas e as respostas estão disponíveis a todo o povo brasileiro na hora em que quiser. Basta acessar o YouTube, basta acessar a TV Senado, que a nossa Comissão está lá na íntegra, com suas palavras. Se quiser fazer cortes e buscas das respostas, as explicações estão todas gravadas e guardadas.

Muito obrigado a todos, aos Parlamentares, enfim, a todos. Estou muito agradecido.

Boa tarde a todos!

Muito obrigado.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Fico agradecido.

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e nove minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Francisco Jr., Felício Laterça e General Peternelli, e ainda do Senador não membro Tasso Jereissati. Deixam de comparecer os Parlamentares Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Cacá Leão, Luiz Carlos Motta e Reginaldo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento Nº 74, de 2020** que : "Convida o Senhor André Pepitone da Nóbrega, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, a comparecer a esta Comissão." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 75 , de 2020** que : "Convida o Sr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e ao Senhor Dimas Tadeu Covas, Diretor do Instituto Butantan, para esclarecimentos sobre a suspensão dos estudos clínicos sobre a vacina Coronavac." **Autoria:** Sen. Zenaide Maia e Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento Nº 76, de 2020** que : "Convida o Sr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para esclarecimentos sobre a suspensão dos estudos clínicos com a vacina Coronavac." **Autoria:** Sen. Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento Nº 77, de 2020** que : "Convida o Sr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e ao Senhor Dimas Tadeu Covas, Diretor do Instituto Butantan, para esclarecimentos sobre a suspensão dos estudos clínicos sobre a vacina Coronavac." **Autoria:** Sen. Izalci Lucas, Sen. Esperidião Amin, Sen. Zenaide Maia, Sen. Confúcio Moura e Dep. Felício Laterça. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/11/11

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Inicialmente, esclareço que o uso da palavra – todos os senhores já sabem, a reunião é remota – será feito de acordo com a ordem de inscrição, através da função "levantar a mão".

Antes de iniciar, eu coloco em votação...

Nós temos quórum para votação? (*Pausa.*)

Vou saltar aqui. Falta um só Parlamentar para dar o quórum.

O Wellington entrou, acho que já dá – muito obrigado, Wellington Fagundes! –, acho que já temos... (*Pausa.*)

Precisamos de mais um. Já ligamos para todo mundo aqui, até para o Ceará.

Muito bem, vamos continuar.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos. Vamos apresentar os requerimentos, depois eu os coloco em discussão, até que posamos votar.

O primeiro requerimento, item 1:

ITEM 1

REQ 074/20 CN-COVID19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convida o Senhor André Pepitone da Nóbrega, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, a comparecer a esta Comissão.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

É sobre a dramática situação que vive o Estado do Amapá. Mais do que justo, uma coisa que interfere em tudo, inclusive na saúde pública, em absolutamente tudo.

Anotem este item 1, do Randolfe, sobre a convocação do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Sr. André Pepitone da Nóbrega.

Segundo requerimento subscrito.

ITEM 2

Requerimento Nº , de 2020

Convite ao Sr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e ao Senhor Dimas Tadeu Covas, Diretor do Instituto Butantan, para esclarecimentos sobre a suspensão dos estudos clínicos sobre a vacina Coronavac.

Autoria: Senadora Zenaide Maia e outros

Autoria de Randolfe Rodrigues, Zenaide Maia e outros Parlamentares.

O item 3 convida o mesmo Antonio Barra Torres, Diretor da Anvisa.

ITEM 3

Requerimento Nº , de 2020

Convite ao Sr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para esclarecimentos sobre a suspensão dos estudos clínicos com a vacina Coronavac.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

Esse é do Rogério Carvalho. Só convida Antonio Barra Torres; ele não o coloca no confronto com o Dimas Covas, lá do Butantan.

O quarto item da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

Requerimento Nº , de 2020

Convite ao Sr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e ao Senhor Dimas Tadeu Covas, Diretor do Instituto Butantan, para esclarecimentos sobre a suspensão dos estudos clínicos sobre a vacina Coronavac.

Autoria: Senador Esperidião Amin e outros

É de minha autoria e mais: Esperidião Amin, Zenaide, Deputado Felício Laterça, do nosso Relator Francisco Jr., do Izalci e de vários outros Parlamentares que subscreveram, mas aqui todos são assemelhados; termina que nós todos estamos assinando.

Passemos agora à discussão dos requerimentos.

Eu não sei como dar a ordem de fala aqui do pessoal. Por favor.

Vamos fazer o seguinte: vamos passar a palavra para o Francisco Jr., para ele primeiro fazer as considerações sobre o assunto. Depois nós vamos passando para todos os que estão com as mãos levantadas: o Felício, o Izalci, o Peternelli, o Esperidião Amin, e assim vamos tocando. E à Zenaide.

Muito obrigado, Zenaide. Bem-vinda! Bem-vinda!

Vamos lá, então.

Deputado Francisco Jr., nosso querido Relator, para discutir os requerimentos.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu vou ser muito breve. É apenas para parabenizar pela iniciativa desses requerimentos. Eu acho o seguinte: esta Comissão até agora tem cumprido um papel importante no sentido de dar transparência para o que acontece, mas acredito que nos falta agora, e nós vamos caminhar para isso, partindo para essa fase já de estar preparando o relatório – eu quero pedir o apoio e dar liberdade a todos para participarmos e fazermos isso juntos –, o aspecto da Comissão, de buscarmos juntos, com todos os órgãos, o Executivo, de todas as formas, com todos os envolvidos com essa pandemia, além da transparência, além do bom debate, do debate respeitoso que estamos fazendo aqui, começar a objetivar as ações necessárias, o que pode acontecer. Então, nós precisamos ir nos preparando para esse relatório final, que nós vamos aprovar, todos nós, e apresentar esses pontos de forma muito objetiva com relação ao prejuízo, amenizar, mitigar os prejuízos para a sociedade brasileira.

E, de forma muito específica, com relação ao que nós estamos discutindo aqui hoje, tanto nesse aspecto de energia, que entrou aqui agora, mas também no das vacinas, nós precisamos de muita clareza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acerca do que está acontecendo, de como estão sendo esses investimentos, quais são os pontos, os gargalos que estão acontecendo, para conseguirmos desamarrar isso e dar a nossa contribuição.

Todos nós estamos envolvidos, com certeza, neste momento político do Brasil, por isso as dificuldades até da presença aqui. Esta Comissão sempre foi muito atuante, mas, neste momento, agora, todos estamos envolvidos, o que também é importante. Agora, essas centenas de Prefeitos que serão eleitos e esses milhares de Vereadores que serão eleitos vão cumprir esse papel e nós temos que alimentá-los de informação e dar as condições necessárias para a gente dar os rumos corretos naquilo que precisa acontecer. Essa pandemia foi um primeiro desafio; o pós-pandemia que é o desafio verdadeiro, dar sequência à vida, continuar à frente.

Então, parabenizo pelo requerimento. Espero que a gente tenha condição de contribuir, a partir do que a gente ouvir na sexta-feira, para essa situação. Eu estou me inteirando agora. Eu, realmente, com toda essa confusão em que nós estamos, cada um no seu Estado, agora é que vou começar a tomar pé da situação. Também estou curioso para nós entendermos o que está acontecendo nesses Estados e também toda essa situação da vacina, sobre a qual já fizemos uma grande discussão aqui e que é muito importante.

Eu agradeço por ter me passado a palavra, mas prefiro fazer mais esta observação sobre o nosso papel aqui agora. Acredito que agora nós temos que ter um cuidado muito grande, para apontarmos, de forma muito precisa, o que precisa acontecer e, do ponto de vista de fiscalização, fazermos as advertências necessárias para que nada disso volte a se repetir, a fim de que o povo sofra pelo menos um pouco menos daqui para frente, porque o grau de sofrimento da população brasileira está no limite, e, de forma especial, o que está acontecendo com relação à energia não pode se repetir. Nós precisamos criar as condições para que isso não aconteça mais.

No mais, eu parabenizo o Senador pela convocação da Comissão. Por mais que tenha sido difícil, ela é necessária. Parabenizo todos que subscreveram, solicitaram e fizeram esse requerimento. Do meu lado aqui, sou extremamente a favor de toda essa discussão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Com a palavra... Todos aqui inscritos são também subscritores dos requerimentos. Então, eu daria a palavra para os inscritos, mas todos nós subscrevemos todos os requerimentos. Então, eu vou chamar na ordem de inscrição.

Com a palavra o nosso Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Senador Confúcio, eu só gostaria de cumprimentar a todos, especialmente a Senadora Zenaide, que eu não consigo ver aqui na tela...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ela está aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Não, eu não consigo ver e, por isso, não vou falar tão bem, porque a presença dela, a figura dela me inspira. Inspira-me bondade, sentimentos bons. Eu sou um fã. Só não quero ser cliente dela. Mas sou um fã da Zenaide, pelo seu espírito, e de todos os companheiros, os quais eu já saudei, com exceção do Felício.

Eu só quero dizer o seguinte: assinei, voto a favor, e até respeito a ordem de prioridade que foi convocada.

Na semana passada, sexta-feira, eu me dirigi a um dos dirigentes da Aneel, que passou aqui por Florianópolis, na comitiva do Presidente Bolsonaro, e disse que isso que está acontecendo lá é uma coisa que tem que ser apurada até o fim, porque eu tinha ouvido que o transformador em *backup*, quer dizer, o terceiro transformador, estava há seis meses em manutenção, e ele me corrigiu. O dirigente da Aneel, Deputado Francisco, me corrigiu: "Não, não faz seis meses; faz onze meses que ele está em manutenção". Quer dizer: quando se tem um pneu estepe, um socorro, que está inativo há onze meses, alguma negligência houve, não é? E se isso está sendo operado pela iniciativa privada, Senador Confúcio, isso me faz lembrar um adágio que talvez conforte um pouco o nosso Ministro Paulo Guedes por não ter privatizado nada. Olha, monopólio público é muito ruim, mas você tem pelo menos a quem xingar. O monopólio privado, com agência reguladora que não funcione com eficiência, é muito mais despótico, porque geralmente a cabeça pensante e quem manda no dinheiro mora longe. Então, isso é uma advertência para que nós fortaleçamos o sistema de regulação não só na energia elétrica, mas no geral.

Finalmente, subscrevi o seu requerimento, Senador Confúcio, porque eu não quero demonizar nem o que A falou, nem o que B falou sobre a vacina – agora falando sobre a vacina. Mas eu acho que esta Comissão tem a responsabilidade e a autoridade para convocar tanto a Anvisa quanto o Butantan para aqui termos uma confrontação de ideias e de informações, o que hoje a sociedade brasileira não tem, porque o grau de politização... Ninguém aqui é ingênuo para achar que só um lado é que está politizando. Vamos com calma, assim não! Que está havendo politização e exagero, sim. Mas não venham dizer que é o mocinho contra o bandido, que é o bom contra o mal. Está havendo politização, sim, e, como toda a politização radical, de ambas as partes. E eu acho que esta Comissão tem o dever e tem a autoridade, Senador Confúcio, mais do que nunca, neste caso, para convocar, porque tanto os Estados quanto a própria União tiveram, com parecer desta Comissão... Nós não alocamos recursos, mas nós temos a responsabilidade de acompanhar a boa execução e o melhor resultado possível para a sociedade.

Então, eu só deploro que, tanto num caso quanto no outro, as partes não estejam aqui: o Diretor-Geral da Aneel, o Pepitone; o Dr. Barra, da Anvisa; e o Dr. Covas, do Instituto Butantan. Deploro que não seja hoje, mas peço que seja o mais rapidamente possível, porque eu espero que pelo menos o caso da vacina seja resolvido ainda hoje, se Deus quiser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Senador Izalci Lucas, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, primeiro, quero parabenizar a iniciativa imediata da convocação de todos aqueles que estão nos requerimentos – em primeiro lugar, a Aneel. Acho que é um momento de reflexão. Por exemplo, aqui, no Distrito Federal, estamos em processo de privatização da CEB Distribuidora, e é lamentável, na Capital da República, que uma empresa estratégica totalmente viável, totalmente viável... É evidente que falta gestão nas instituições públicas, ainda estamos numa fase analógica, muitas vezes, mas é um momento de reflexão no sentido de se realmente nós devemos privatizar essas instituições estratégicas.

Todas as capitais dos países desenvolvidos que privatizaram foram agora estatizadas, porque realmente não tem sentido isso.

Imagine uma empresa como essa do Amapá participar de um leilão, ganhá-lo e administrar a nossa cidade, a Capital da República, que não tem sequer outras alternativas. A gente pode ficar num apagão geral na Capital da República. Então, é hora de a gente refletir um pouco sobre isto: se a solução não seria melhorar a gestão em vez de privatizar. Eu sou liberal, acho que temos que privatizar muita coisa, mas hoje, sinceramente, em algumas áreas estratégicas, eu tenho minhas dúvidas.

Agora, é lamentável o que vem ocorrendo com relação à vacina. Não quero aqui tomar partido do meu partido do Doria, em São Paulo. Não é isso. Eu acho que vacina... Eu sou o Presidente da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Inovação e Pesquisa. Ciência não tem partido, não tem cor, não pode sofrer o que está sofrendo.

O Instituto Butantan tem 126 anos! Ele distribui hoje 80% da vacina H1N1, que é produzida pelo Butantan. E o Butantan não é do Doria, o Butantan é do povo brasileiro, apesar de a sede estar em São Paulo, mas poderia estar aqui em Brasília. Então, não dá, realmente, para fazer o que fizeram.

Eu lamento muito a posição da Anvisa, sinceramente. Nós que sabatinamos há pouco a diretoria da Anvisa... Eu acho que eles foram negligentes e politizaram, porque a informação chegou à Anvisa na sexta-feira, e o Butantan soube pela imprensa. Eu acho que tanto o Judiciário quanto alguns órgãos, como a agência, por exemplo, nesse caso, deveriam primeiro – no caso da Justiça – se manifestar nos autos. Hoje, não: abriu a porta da geladeira, todo mundo quer falar, acha que é câmera, não é? Então, é lamentável esse episódio.

As pessoas já estão desconfiadas da vacina, porque normalmente uma vacina é aprovada depois de quatro, seis anos, e essas vacinas estão sendo e serão aprovadas num tempo recorde, o que trará, com certeza, muita, mas muita dúvida nos pacientes, nas pessoas, exatamente porque o que vale no Brasil não é o fato, é a versão, e a versão que se coloca hoje é essa aí, que traz muita dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero parabenizar V. Exa., parabenizar a todos aqueles que subscreveram esses requerimentos e acho que nós temos a obrigação de realmente esclarecer a população. Há muita gente acompanhando a nossa reunião do Covid.

Quero mais uma vez parabenizar V. Exa. pela condução desta Comissão. Acho que nós vamos ter que avançar, Senador Confúcio, porque o que está acontecendo também nos Estados com relação ao Covid, aos recursos do Covid, são coisas absurdas. Aqui na Capital o primeiro escalão da saúde está todo preso. Milhões e milhões, aliás, mais de 1 bilhão foi transferido aqui para o DF, como para vários Estados, e ninguém presta conta, ninguém quer participar de nada. Então, acho que a gente vai precisar.

Eu consegui – e agradeço aos colegas – a aprovação de requerimento de auditoria do Tribunal de Contas dos recursos repassados pela União, mas o Tribunal de Contas, muitas vezes, quando consegue o resultado, já não tem mais como recuperar o recurso, muitas vezes já está até prescrito lá, essas coisas. Então, acho que nós vamos ter que tomar algumas atitudes em relação a alguns Estados e Municípios que receberam recursos do Covid.

Mais uma vez, parabenizo V. Exa.

Vamos marcar, priorizar essa reunião. Eu acho que pode ser a próxima, na sexta-feira, não sei quando, mas o mais rápido possível, porque a população precisa conhecer um pouco mais essa utilização da vacina como questão ideológica, partidária e eleitoral.

Era isso. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Izalci.

Concordamos perfeitamente com as suas observações sobre os requerimentos e com seu comentário sobre os recursos destinados aos Estados, que estão contidos lá, sobre os quais a nossa Comissão deverá se pronunciar de maneira enérgica, antecipada, propositiva e rápida. Isso é uma necessidade premente, há um estoque muito grande de dinheiro nos Estados e Municípios.

Com a palavra o Deputado Federal Felício Laterça.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para discutir.) – Bom dia, Senador Confúcio, meu Presidente. Quero cumprimentar também o nosso Relator, que já fez suas considerações, e todos os demais colegas Senadores e Deputados.

Mais uma vez, quero parabenizá-lo, Senador, pelo seu gesto rápido, e os colegas que apresentaram requerimentos de suma importância para a questão que estamos tratando.

Eu vi a preocupação dos que falaram antes de mim, dos que me antecederam, o Senador Esperidião Amin, o Senador Izalci, o senhor mesmo, ao fazer uma série de colocações. Como se já não bastasse a pandemia, por exemplo, vem essa crise de energia no nosso Estado do Amapá, algo muito sério, muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

preocupante. No Brasil parece que nós estamos ainda em 1970, Senador, como o senhor disse, quando começaram as crises no seu Estado de Rondônia. É lamentável ver isso tudo, o atraso que o Brasil continua ainda vivenciando, sérias questões. Quando o Senador Esperidião Amin falou da privatização – e o Ministro Paulo Guedes tem um sentimento ruim por não ter acontecido –, eu acho que há coisas mais importantes. Eu também quero frisar que sou do PSL (Partido Social Liberal), partido que prega mais que muitos o liberalismo, e a gente precisa de fato avançar. Agora, a gente tem outras questões no Brasil: precisamos de reformas estruturantes – a reforma tributária ainda não aconteceu, e tantas reformas importantes –; precisamos da segurança jurídica. O Senador Izalci falou, há pouco, sobre a questão dos recursos. A gente já sabe: dos recursos que foram para o Covid, há uma montanha de dinheiro desviado. Houve muitas pessoas, inclusive – e a gente lamenta isso –, que não tinham o direito de solicitar o auxílio, como, por exemplo, militares, servidores públicos, pessoas contratadas, candidatos a Vereadores com patrimônio, mas que foram lá e pediram o auxílio emergencial, fazendo como se fosse uma brincadeira. A questão é muito séria no Brasil. A gente precisa, de fato, mudar a cultura do brasileiro.

E aí existe a questão da vacina. Eu queria parabenizar o senhor pelo requerimento, que eu subscrevi, e dizer da importância disso. Como a gente precisa tratar isso com a devida seriedade, sem politização? Estão brincando com a saúde e estão brincando com a cabeça das pessoas, é o que mais me preocupa. Há um monte de gente apavorada, dizendo: "Não, eu não vou tomar vacina!". É inaceitável ver isso.

Então, a gente precisa mesmo, com esta Comissão, com a força que esta Comissão tem, chamar todos, debater isso e tentar, Presidente Confúcio, transmitir isso para a população, não só pela TV Senado, mas fazendo com que toda a mídia replique isso, de uma forma clara, cristalina. A gente precisa resolver os problemas, que não são poucos.

Quero parabenizar a todos por estarem aqui, mais uma vez, juntos – esse é o nosso dever –, e vamos seguir em frente.

E o meu voto – já sabe, não é?: vamos aprovar os requerimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Felício Laterça.

Senador Wellington Fagundes – o rei de Rondonópolis, do Estado inteiro de Mato Grosso, que produz soja demais –, com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Fale, fale, Wellington!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para discutir.) – Muito obrigado, meu Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero concordar também com o Deputado Felício. Hoje, no Brasil, nós vivemos uma situação, realmente, de falta de compreensão e falta de humanismo de muitos, porque, quando alguém que não precisa desse recurso toma o recurso, está o tirando de alguém que precisa. E esses R$600 são fundamentais para a sobrevivência de muitos. Então, quando nós aprovamos isso, foi exatamente para buscar fazer com que aqueles que precisam tivessem condição de sobrevivência.

Nós vivemos hoje, Sr. Presidente, a questão do Pantanal Mato-Grossense, onde há os ribeirinhos, os quilombolas, os indígenas, enfim, pessoas que, às vezes, não têm nem como ir à cidade e não têm acesso nem para ir receber. E vemos – como eu vi esta semana – um mato-grossense que tem casa própria, tem uma frota de cinco caminhões e está recebendo o recurso de R$600. Realmente, eu acho que o País tem que fazer tudo para melhorar essa fiscalização.

E, por falar em Covid, Sr. Presidente – e o objetivo principal nosso, desta Comissão, aqui, é o de salvar vidas, além, é claro, de ter a responsabilidade de buscar a retomada econômica para salvar o emprego –, eu quero aqui registrar – permita-me poder até ler a matéria –, com muito pesar, que tivemos ontem o falecimento de um companheiro nosso comum, ex-Deputado Estadual, ex-Secretário de Estado, ex-Deputado Federal, que foi diretor do Dnit, o Ricardo Santa Cecília Corrêa. Eu tenho certeza de que V. Exa. conviveu também com ele como Deputado Federal.

Eu fui acometido pela Covid concomitantemente com ele. Felizmente, Deus me deu essa possibilidade de uma recuperação rápida, mas o Ricardo Corrêa ficou mais de 30 dias numa UTI em São Paulo e, infelizmente, veio a óbito ontem. Por isso, eu queria aqui, até para não me emocionar muito, ler uma matéria.

> Morto pela Covid-19, ex-Deputado era consultor, conselheiro de políticos e estrategista eleitoral.
> A figura apaziguadora, de diálogo e sempre com uma mensagem de afeto e de alto astral agora dá espaço para a saudade. A morte do ex-Deputado Federal e estadual Ricardo José Santa Cecília Corrêa, por conta da Covid-19, deixa a política de MT órfã de um homem [...] [que entendia muito dos meandros da nossa política e que convivia com todos nós com tanta educação, com tanta harmonia, com tanta fidalguia – acho que é uma palavra importante de se colocar].

Então, Ricardo Santa Cecília era essa figura humana, pai de família, amigo de todos, um homem que era conciliador acima de tudo. Por isso, eu quero dizer:

> Ricardo, ou simplesmente Santa Cecília para os mais íntimos, deixou um legado [...] de como preservar amizades no meio político, que na maioria das vezes é melindroso. [Todos nós sabemos disso.]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ex-Deputado Federal Adilton Sachetti também, a maioria dos Deputados, todos nós, Deputados Estaduais, cada um está fazendo a sua nota. E eu lamentei nesta nota porque hoje eu perdi um grande companheiro de vida, não só da política. De todos os meus amigos, ele sempre foi uma pessoa também muito ligada à minha família.

> Além de tudo, o Deputado [...] [Federal] era um líder nato, que carregava consigo uma simpatia fácil, uma marca registrada [que ele levou, por generosidade, a todas as suas causas].

Eu quero aqui dizer que todos nós mato-grossenses estamos enlutados e que Ricardo Santa Cecília merece ser homenageado por todos nós. Por isso, eu apresentei, Sr. Presidente, na data de hoje, um projeto de lei que eu gostaria de ter a oportunidade de ler. É o projeto que denomina Rodovia Ricardo Corrêa o trecho da BR-158 no Mato Grosso.

> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º O trecho da rodovia BR-158 localizado entre os quilômetros 568 ao 803 [...]

Esse trecho liga Água Boa, onde será construído o terminal da ferrovia FICO, a Ferrovia da Integração, que vai sair lá de Mara Rosa, em Goiás, interligando Mato Grosso... Desce de Água Boa e se estende até Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Aragarças, na divisa do Mato Grosso com Goiás. Por isso, então, nossa pretensão é que ela passe a ser denominada Rodovia Ricardo Corrêa.

Como justificativa, eu tenho a honra de submeter à elevada apreciação do Senado Federal e do Congresso Nacional um projeto de lei expondo sobre a denominação de "Ricardo José Santa Cecília Corrêa", ou simplesmente "Ricardo Corrêa", o mencionado trecho da BR-158. Trata-se de justa homenagem a um dos políticos de Mato Grosso, falecido nesse 10 de novembro de 2020, que mais defendeu a democracia. Nos tempos mais agudos, foi praticamente fiel ao diálogo e voz em favor da liberdade de escolha.

Ricardo Corrêa nasceu em Uberlândia, em 7 de março de 1942, filho de José Corrêa e de Lídia Santa Cecília Corrêa. Em 1975, ele filiou-se à Aliança Renovadora Nacional, a antiga Arena, iniciando sua trajetória política. Formado em Direito pela Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, de Goiás, elegeu-se Deputado Estadual em Mato Grosso, em 1978. Após o fim do bipartidarismo, em novembro de 1979, e a consequente reorganização partidária, ele ingressou no Partido Democrático Social (PDS). Entre 1981 e 1993, ocupou a 1ª Vice-Presidência da Assembleia Legislativa. Tornou-se Secretário da Indústria, Comércio e Turismo do Governo Júlio Campos. Deixou a secretaria em 1994 e ocupou a de Obras e Serviço Público do Estado de Mato Grosso. Em 1986, tornou-se Diretor Financeiro da Telecomunicações de Mato Grosso S.A. Ainda neste ano, filiou-se ao meu partido, o Partido Liberal. Daí para a frente, até ontem, ele estava vivo e era um companheiro de partido.

De estilo apaziguador e principalmente intenso no diálogo, Ricardo era um grande estudioso e se transformou em um dos maiores entusiastas dessa rodovia, por entender que a BR-158 se transformaria,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

ao lado da BR-163, em um dos principais corredores de escoamento da nossa produção de grãos no Brasil. Lutou de forma metódica e articulada pela implantação e pela conservação da BR como caminho para induzir o desenvolvimento econômico da região, por propiciar condições de conectar a rodovia com hidrovia e ferrovia, fato que se evidencia neste momento.

Como Deputado Federal integrou a 1ª Vice-Presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, através da qual implementou várias ações em favor da pavimentação desse trecho rodoviário. Depois, como Diretor de Planejamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), prosseguiu no trabalho que entendia ser fundamental para Mato Grosso e para o Brasil, ajudando na construção de outras BRs em nosso Estado.

Como forma de homenagear e imortalizar Ricardo José Santa Cecília Corrêa, ante o exposto, acreditamos que é de extrema relevância o presente projeto de lei, razão pela qual venho clamar aos nobres pares que o aprovem em todos os seus termos.

Sala das sessões, Wellington Fagundes.

É isso, Sr. Presidente Confúcio.

Eu agradeço muito a paciência e a tolerância de V. Exa., mas realmente estou muito emocionado, porque o Ricardo era um grande companheiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estou observando, Senador Wellington, a sua emoção. Por certo, esse ilustre mato-grossense é merecedor de todas essas referências elogiosas que V. Exa. tece sobre a vida dele e que vão amparar sobremaneira os seus familiares, que, logicamente, receberão essa mensagem tão elogiosa e tão grata.

Continuando o nosso debate, especificamente sobre os requerimentos, eu passo a palavra... A sequência é a seguinte: Senadora Eliziane Gama, Deputado Federal Peternelli, Deputada Zenaide e Senador Randolfe. A gente fecha, vota e encerra a nossa reunião. Então, para não demorar muito – eu até pensei que fosse bem mais rápido o tempo, mas todo mundo está com bastante argumento –, a Senadora Eliziane Gama está com a palavra, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Presidente Confúcio, eu quero cumprimentá-lo e quero cumprimentar todos os colegas, na verdade, já parabenizando-o pela iniciativa desta reunião com esses requerimentos, muito fundamentais neste momento.

Trouxe-me muita indignação o que nós presenciamos nos últimos dias, sobretudo o Chefe maior do Executivo Federal, o Presidente da República, comemorar a suspensão de um estudo que é a maior expectativa hoje do mundo. Nós temos mais de 1,2 milhão de pessoas que vieram a óbito em todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo; no Brasil, são mais de 162 mil pessoas. Milhões de famílias em todo o mundo aguardam a efetividade e, portanto, o início da vacinação em massa. E, aqui, no Brasil, os estudos estavam caminhando, e, de repente, nós temos aí uma suspensão que não era esperada e, sobretudo, uma comemoração. É algo que nos traz revolta e indignação.

Eu quero dizer ao senhor que eu acho fundamental hoje a aprovação desses requerimentos, que têm o meu apoio incondicional. É muito bom a gente lembrar algumas questões.

Primeiro, a Anvisa é uma agência. Uma agência, na norma, tem autonomia e, portanto, não pode se submeter a nenhum ato do ponto de vista político, mas, sobretudo, do ponto de vista técnico. É claro que, havendo a necessidade da suspensão de um estudo por precaução, tem que ocorrer a suspensão, mas, quando há recomendações outras e quando há, de forma comprovada, uma avaliação de não vinculação de algum tipo de óbice, essa continuidade precisa, de fato, acontecer, sob pena de que a agência não estaria agindo do ponto de vista técnico, mas, sim, do ponto de vista político e ideológico. Isso realmente nós não podemos admitir.

É bom lembrar também que hoje o Conep, que é o conselho nacional que trata da questão ética, já deu recomendação outra, uma recomendação diferenciada, ou seja, os estudos realmente precisam continuar. Se a Anvisa segura e não atende, por exemplo, ao que o conselho diz, a gente vê aí que há notadamente uma postura ideológica, uma postura política e não uma postura técnica, contrariando o anseio da população brasileira e contrariando a ciência, o que nós não podemos aceitar.

Eu vejo que esta Comissão, Presidente, tem assumido uma posição muito importante nesta pandemia. Ela tem feito jus ao caráter da sua formação inicial, ao seu objetivo principal, que é o acompanhamento de todas as ações neste período de pandemia. V. Exa., como nosso Presidente, tem agido de forma extremamente diligente, de forma extremamente coerente e muito democrática. A reunião hoje, de forma extraordinária, para a aprovação desses requerimentos, é exatamente a prova disso.

Nós precisamos ouvir imediatamente a Anvisa e o Instituto Butantan, nós precisamos entender, de fato, o que ocorreu, e, a partir disso, a Comissão, esta Comissão vai fazer os encaminhamentos necessários, porque a Constituição Federal é clara: em havendo um estado de calamidade pública, como nós estamos vivenciando no Brasil, nós precisamos de ter o acompanhamento por esta Comissão. É o que diz também os Regimentos do Congresso Nacional.

Portanto, eu queria parabenizá-lo. Eu apoio incondicionalmente a aprovação desses requerimentos.

Quero cumprimentar o meu colega Wellington Fagundes e me solidarizar com ele. A gente o vê carregado de emoção pela perda que ele vive agora. Portanto, os nossos cumprimentos!

Por fim, Presidente, eu quero fazer um registro. Aqui, no Estado do Maranhão, aconteceu ontem, esta semana, algo inaceitável. No Município chamado Coroatá, um dos Municípios de médio porte do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Estado do Maranhão, um pastor evangélico estava em uma atividade rotineira que acontece em todo o Brasil. Na Região Nordeste, isto é muito mais intenso: o líder evangélico vai, às vezes, para uma praça, para uma feira, para o canto de uma rua e lá começa, na verdade, a fazer a evangelização, prega a palavra, lê a Bíblia sagrada, ora em público. Era uma atividade de evangelismo absolutamente normal. Não havia aglomeração, não havia nada. O pastor fazia essa atividade externa com um membro de uma igreja, uma irmã, que também estava cantando. Ocorre que a juíza dessa cidade, de forma arbitrária, contrariando, na verdade, a liberdade de expressão e a liberdade religiosa do nosso País, mandou prender o líder religioso, o líder evangélico, um pastor da igreja Assembleia de Deus aqui no Estado do Maranhão.

Portanto, quero informar que nós encaminhamos agora para o Conselho Nacional de Justiça o pedido de abertura de um processo disciplinar contra essa juíza, porque ela precisa respeitar a liberdade de expressão, respeitar o culto, respeitar as comunidades evangélicas de todo o Brasil. A ofensa dela não foi contra o pastor; a ofensa dela foi contra o povo evangélico brasileiro, a população evangélica nacional. Isso não se pode fazer com nenhum líder religioso, seja evangélico, seja católico, seja de religião afro, seja de qualquer tipo de manifestação religiosa. O Estado é laico, há liberdade religiosa, e cada um pode fazer a sua manifestação.

Então, eu queria deixar aqui o meu repúdio, a minha indignação e o meu registro do encaminhamento do pedido de abertura de processo disciplinar contra essa juíza da cidade de Coroatá, no Estado do Maranhão.

Presidente, muito obrigada mais uma vez. Parabéns ao senhor pela condução desta Comissão e pela iniciativa desta reunião! Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Eliziane.

Com a palavra o Deputado General Peternelli.

Eu faço uma correção: na minha leitura da ordem, eu falei Deputada Zenaide, e é Senadora Zenaide Maia. Desculpe-me.

O Deputado Federal General Peternelli está com a palavra.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para discutir.) – Presidente Confúcio, Senadores e Deputados presentes, equipe técnica que sempre auxilia muito bem as nossas atividades, foram muitos os assuntos. Senador, eu gostaria de falar, inicialmente, sobre o requerimento do Amapá, que é muito válido.

É hora também de nós termos como reflexão o aspecto estratégico da energia elétrica. É importante que nós tenhamos fontes energéticas distintas. O Brasil tem uma capacidade eólica, uma capacidade solar, mas tem toda a sua estrutura na parte de energia hidrelétrica. Muitas vezes, nós restringimos as capacidades das hidrelétricas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de comentar que, como a água doce será um problema para o mundo no futuro, quanto maior o reservatório de água doce que o Brasil tiver – o Brasil já é muito bem servido nesse aspecto –, melhor será. As hidrelétricas, além de produzirem energia limpa, permitem o acúmulo de água doce e ainda permitem que se regule o fluxo de água nos períodos de seca, permitindo aos ribeirinhos terem uma qualidade adequada.

Então, o Amapá tem muitas estruturas. São muito importantes esses aspectos.

No que se refere à privatização, eu sou uma pessoa favorável a esse aspecto. É hora de acionar judicialmente a empresa e de fazê-la responder por todo o transtorno que tem causado à população do Amapá.

Algumas coisas em energia são semelhantes ao que ocorre numa rede de computadores. Primeiro, na malha elétrica brasileira, se um ponto é interrompido, a energia tem que chegar por outros pontos. Quanto maior a malha, mais se garante a energia. E, a exemplo dos computadores, você não pode colocar todos os transformadores ou toda a estrutura em um único ponto, porque, se aquele ponto tem problema, ele vai gerar um apagão geral. Então, era necessário que o Amapá tivesse essa estrutura de energia de várias fontes, mas que ela chegasse por vários linhões, para que usasse a sua capacidade de energia através das hidrelétricas ao máximo, porque isso é positivo.

Desejo ao Amapá que tenha um pronto restabelecimento, mas é hora de reflexão, de verificar que nós temos Estados em que a energia, o linhão não chega àquele Estado, a energia vem de outro país. E isso é muito importante. Então, o Amapá foi o primeiro assunto.

Quanto à Anvisa e ao Butantan, o nosso foco, Senador, o meu foco e o da Comissão, é exatamente o mesmo: o primeiro pensamento é o bem comum da população brasileira. Isso deve ditar todas as atividades. Além da população brasileira – somos cientes de que os institutos brasileiros, como Butantan e Fiocruz, exportam vacinas –, é muito importante nós pensarmos também até na população sul-americana. Lembro que a exportação é um aspecto econômico.

Senador, eu acredito... O senhor convocou a reunião para sexta-feira, mas espero que essa solução ocorra antes de sexta-feira. É necessária uma solução imediata e esclarecedora para a população brasileira. O Butantan, como já foi citado pelo Senador, é um grande produtor de vacinas para o nosso País, talvez seja o instituto que mais produz vacinas para as nossas atividades.

Por falar em vacina, assunto que já foi abordado, o Brasil é uma referência mundial em cobertura vacinal, e deve permanecer assim. A discussão sobre tomar ou não a vacina do Covid está levando a que outras vacinas que são essenciais na primeira infância não estejam atingindo a meta. Já comentei que a própria TV Câmara e a TV Senado devem trabalhar para estimular a vacinação, em especial na primeira infância, para que nós não tenhamos o retorno de doenças que são muito prejudiciais ao nosso País. Nós temos que ter uma prevenção extrema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Por falar em prevenção, Senador, estimulado por muitos vídeos veiculados também na internet sobre o Teste do Pezinho do SUS, que hoje plota 6 doenças, entrei com um projeto para que esse teste possa ser ampliado – o Teste do Pezinho pode plotar até 50 doenças. Então, se nós trabalharmos na atividade preventiva, como é o caso da vacina, como é o caso do Teste do Pezinho, nós teremos menos problemas no futuro.

O Senador também falou sobre os recursos. Gostaria de solicitar apoio, por nós termos aí o nosso Relator, que tem apoiado bastante, ao projeto de lei que fala do Siafi nacional. É necessário que todos os cidadãos brasileiros, e nós em especial, o Congresso, que fiscaliza a atividade do Executivo, tenham o Siafi nacional. Hoje o Ministério da Saúde coloca recurso para um Estado, mas esse recurso, quando entra no sistema do Estado, não é mais enxergado; quando entra no sistema de uma prefeitura, não é mais enxergado. Aí vai ficar por conta do tribunal de contas respectivo, mas não poderia ser assim. O Siafi deveria ser nacional, de modo que o Estado e o Município vejam entrar o recurso federal, vejam entrar o recurso estadual e o municipal e possam verificar como esses recursos são gastos. Hoje o Ministério da Saúde não sabe se aquele recurso que ele mandou para uma cidade ou para um Estado foi empenhado ou não. Então nós temos aí uma oportunidade ímpar, através da Comissão, de estimular que esse projeto de lei do Siafi nacional seja implantado para dar a transparência que nós desejamos aos recursos públicos.

Senador, me solidarizo também com o Senador Wellington pela perda.

Uma coisa que todos nós comentamos – para concluir – é que, nesse período de pandemia, nós não temos que buscar nada que não produza união. Unidos nós vamos vencer o Covid, e este tem que ser o nosso foco: a população brasileira.

Muito obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado e parabéns, General Peternelli, pela sua coerência.

Com a palavra a nossa infectologista, que tem bastante conhecimento e substância para falar do assunto: Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente Confúcio, colegas Deputado e Senadores, eu quero parabenizar também, é oportuno. E eu estava lembrando que esta Comissão tem uma função, porque eu acho que a gente não vai ficar, nem que mude o nome: nós temos que convencer o Estado brasileiro de cuidar da saúde do nosso povo e da saúde das nossas micro e pequenas empresas, que aqui geram emprego e renda – principalmente elas –, do jeito que o Estado brasileiro está cuidando da saúde dos bancos. O meu sonho é esse.

Sobre este assunto, esta questão, eu queria parabenizar Esperidião Amin: privatizar, por privatizar. Nada contra pactuação público-privada, mas eu, particularmente, acho que nosso setor energético não era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para ser privatizado. Precisamos de mais fiscalização sobre essas agências também, privatizadas ou não, porque, no fim, convenhamos, quando o privado falha, vem para o público, gente. Nesse apagão no Amapá, a cobrança é em cima do Ministério, é em cima do Presidente da República, é em cima do Senado e da Câmara. Eu cito aqui o exemplo da Vale, com aqueles desastres ambientais. No fim, se o Governo Federal não destinar verbas, não alocar bombeiros, as instituições privadas com lucros exorbitantes – a maioria mora no exterior – não resolvem.

Sobre a questão dessa vacina, cuja notícia é de ontem ou antes de ontem, eu vou dizer a vocês que doeu, porque eu conheço a história e a importância do Instituto Butantan, como também da Fiocruz, como também do Instituto Evandro Chagas. Nós temos os melhores virologistas do mundo. E o que doeu ali, gente, foi porque ali era como se questionassem a credibilidade do Instituto Butantan, no que eu não acredito. Tudo bem, eu acho que isso não é para ser politizado, não tem nada a ver.

Agora, também chamo atenção, não é aqui que é contra ou não: não acredito que a gente vá ter a sensibilidade do Presidente da República em relação à Covid. Na verdade, ele é indiferente. E nós não podemos condená-lo por isso nem também a liberdade de expressão dele. Aquilo que ele disse ali, que tinha um ganho, é falta de respeito com mais de 163 mil brasileiros que foram a óbito pela Covid, é questionar a importância das vacinas.

Como o General Peternelli falou, nós temos o calendário de vacina gratuito mais completo do mundo, gente. E devemos muito ao Instituto Butantan.

É claro que a gente tem que se unir e encontrar soluções. E sabe o que que eu pensei, Senador Confúcio? Quem tinha que convidá-los ou intimá-los é esta Comissão, porque, por exemplo, o cargo comissionado do Diretor-Presidente da Anvisa é do Presidente da República, ele quem indica, mas somos nós quem fazemos a arguição, somos nós que damos o aval, então ele tem que vir se explicar e o Instituto Butantan também.

Não vamos esperar essa perda da indiferença, da falta de sensibilidade e, talvez, de trato que o Presidente da República tem em relação a isso aí. Ele incentiva a tudo: a não usar máscara, a aglomerar, ou seja, não respeita a ciência. Nós vamos ter que lidar com isso e encontrar soluções.

Então, parabéns, Confúcio e todos os colegas aqui, e quero dizer o seguinte: nós temos que trabalhar muito.

Para finalizar, precisamos convencer o Estado brasileiro a cuidar da saúde do povo, da saúde de nossas micro e pequenas empresas como ele cuida da saúde dos bancos, do setor financeiro.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O último inscrito é o Senador Randolfe Rodrigues, autor de dois requerimentos.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para encaminhar.) – Senador Confúcio, Presidente desta Comissão, o meu muito obrigado por ter pautado os requerimentos.

Eu queria aproveitar e agradecer a solidariedade de todos os colegas desta Comissão ao que estamos vivendo aqui no Amapá.

Presidente, como o senhor percebeu, eu atrasei para entrar nesta reunião com requerimentos de minha autoria. A razão do atraso é que nós não estávamos conseguindo conexão, porque, neste momento, eu estou com energia onde estou aqui na minha residência, mas parte da cidade não está. Na madrugada, eu fiquei sem energia aqui.

Eu não sei expressar só com palavras o drama que todos nós amapaenses estamos sentindo, Presidente, que estamos sofrendo, que estamos vivendo.

Vejam, imaginem as senhoras e os senhores alguém ficar quatro dias sem energia. Imaginem mais: ficar quatro dias sem água. Imaginem, além de quatro dias sem energia e quatro dias sem água, começar a ter fila para tudo, fila para abastecer o seu carro no posto de combustível, fila para tirar dinheiro nos caixas eletrônicos porque não há possibilidade mais do uso do cartão eletrônico por conta da ausência de energia, ausência de bens de primeira necessidade nas prateleiras dos supermercados, reajustes indiscriminados de preços. Muito sempre se falou do caos que se vivia ou que se vive na Venezuela: se existe um caos, é o que vive o Amapá neste momento, Presidente.

Nós passamos quatro dias sem nada de fornecimento de energia e os amapaenses estão nesse momento há nove, há nove dias em regime de racionamento. De anteontem para hoje, nós tivemos mais de 80 manifestações de rua com o povo indignado pelo Estado. Hoje, pela manhã, eu recebo informações absurdas de que manifestantes estão sendo presos. Imaginem se não há o direito de manifestação para quem está sem água em sua casa, para crianças que se abraçam a uma garrafa de água potável como se fosse a última coisa para ter na vida.

É isso que nós estamos vivendo e a que estamos assistindo aqui no Amapá! Ninguém, no Brasil, Sr. Presidente – e eu falo isto com o resto de conexão que tenho, eu falo aqui com os senhores com o pouco de energia que estou conseguindo nesta hora –, ninguém no Brasil tem dimensão do que os amapaenses estão sofrendo. Permitam-me, a única coisa que não quero é politizar esse drama nosso, eu quero que se resolva. Não é razoável o Governo Federal, o Presidente da República não ter dado uma resposta concreta, não ter vindo aqui. Não é razoável. Vejam, pelo nosso requerimento de convocação do Presidente da Anvisa quero agradecer... Perdoem-me, do Presidente da Aneel – da Anvisa também, mas, neste caso, da Aneel. Quero agradecer a esta Comissão a compreensão da necessidade de convocá-lo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta Comissão, de convidá-lo a esta Comissão. Nosso requerimento de convocação/convite para ele é porque é importante também entender o contexto daqui do Amapá. Nós estávamos na crescente de uma segunda onda da pandemia. Desde o começo do apagão, nós não conseguimos registrar o aumento do número de casos. Ontem, recebi a informação de que no Hospital de Oiapoque, no norte do Estado, a UTI já está lotada. A pandemia passou a ser parceira indispensável do caos e da tragédia da falta de energia.

Presidente, nós estamos convidando, convocando o Presidente da Aneel para estar aqui por uma razão especial: o que aconteceu aqui não foi culposo, foi doloso – foi doloso! Não é somente ter deixado uma empresa privada sucateada, já falida, cuidando do sistema de energia elétrica de 800 mil pessoas, é mais grave que isso: é não ter fiscalizado. Não pode. Eu queria agradecer o depoimento de solidariedade do meu querido amigo Esperidião Amin, mas o Sr. Presidente da Aneel não pode falar como se não tivesse nada a ver com isso. O fato de ele – do Presidente da Aneel, da Aneel – ficar um ano sem fiscalizar a ausência de um transformador no parque de distribuição não é aceitável, não é compreensível. O que aconteceu aqui é criminoso. Em qualquer outro país democrático, com leis, esse cidadão estaria preso – estaria preso. Todo aparato, está na lei, é claro, a responsabilidade da fiscalização das concessões públicas é do Estado. Não é só entregar para a iniciativa privada, não, tem que fiscalizar. Como é que o Operador Nacional do Sistema Elétrico e a Aneel não fiscalizaram isso? A omissão dolosa, criminosa por parte dos diretores da Aneel, em qualquer outro lugar, os levaria à prisão. A gente está sendo condescendente, querendo que ele só venha a esta Comissão, pelo menos – só venha a esta Comissão.

Não há explicação razoável para o que estamos vivendo. Pior, o Presidente da República fala como se fosse uma dádiva dos céus que talvez, daqui a cinco ou seis dias, haja energia. Pelo amor de Deus, são nove dias aqui com as pessoas sofrendo! Quase 1 milhão de pessoas sofrendo há nove dias – nove dias! E ele diz, com a maior tranquilidade, que, até o fim de semana, está resolvido.

Outra coisa, Presidente, aqui, na minha casa, queimou geladeira. Mas não há problema comigo, não há problema. O problema são as pessoas humildes da periferia da cidade, que não vão ter mais geladeira, que não têm televisão, que não têm mais eletrodoméstico nenhum, porque queimaram, e não vão ter dinheiro para repor. O problema é a Dona Maria, lá do Bairro Novo Horizonte, que perdeu todos os viveres que tinha, toda a manutenção que tinha na sua geladeira para a semana, e agora está passando fome porque não tem nem dinheiro para comprar. O problema é esse. O problema é o comerciante do MiniBox da esquina, que perdeu todo o faturamento dos dois meses e pergunta quem vai pagar por isso. E é esta a pergunta que cada amapaense está fazendo: quem vai pagar por isso?

Há um monte de ações de indenizações, e eu espero... Eu agradeço a solidariedade dos colegas e utilizo o espaço desta Comissão para apelar para todas as instituições democráticas brasileiras para que nos ajudem a responder esta pergunta: quem vai pagar pelo sofrimento que os amapaenses estão aqui tendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, desculpe-me o excesso. Quem está falando é alguém que está vivendo aqui o apagão, que passou parte da noite em claro, que está vivendo o sofrimento aqui dos meus conterrâneos. E, como vários conterrâneos meus, não considero, não podemos tolerar e considerar o que estamos vivendo aqui como algo normal.

O outro requerimento de convocação, o convite ao Presidente da Anvisa, é pelas razões já aqui apresentadas, Presidente. Eu queria só acrescentar uma informação sobre a convocação, o convite ao Presidente da Anvisa. Matéria do *The Telegraph* do dia de hoje diz que o Reino Unido, a Grã-Bretanha pode começar sua vacinação dia 1º de dezembro – dia 1º de dezembro! – e com três vacinas. Olha, Presidente, a gente está mal. Nós estamos mal e muito atrasados. A gente fica no meio de uma briga política. Se nós não começarmos... A mortalidade pelo coronavírus pode começar a diminuir na Grã-Bretanha a partir da vacinação. E aqui a gente mistura vacinação com briga política. É lamentável!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Randolfe. Hoje foi um dia, com esta reunião deliberativa, profundamente emocionante. Os discursos, sem nenhuma exceção, foram muito emotivos, e ela fechou com o seu discurso. Tenha no seu coração, do povo do Amapá, que nós somos uma Federação. Quando um Estado sofre, todos nós sofremos, mesmo os mais distantes, os mais bem abastecidos. A sua dor é a nossa dor também, pode crer nisso.

Agora, eu fico com uma imensa dúvida aqui, na minha cabeça, de como nós vamos conduzir os dois requerimentos. Há o seu requerimento exclusivo, já subscrito por outros companheiros, para convocar a Agência de Energia Elétrica, a Aneel; e há a convocação também da Anvisa e do Butantan. Todos os dois são urgentes! Ambos são urgentes. Estou aqui confabulando comigo mesmo se dá para a gente fazer essa audiência pública em dois tempos, como se fosse um jogo de futebol, na sexta-feira. Todos os dois casos são urgentes. Só terei que ser um pouco mais rigoroso com os tempos. A gente abriria uma e, logo a seguir, a outra, num tempo bem restrito. Assim, nós vamos pegar o embalo, porque nós teremos a eleição aí, logo depois. Teria que ser num embalo só. Não dá para deixar o assunto do Amapá para a semana que vem. Não vejo possibilidade. Até para o Randolfe repetir esse discurso e nós todos nos solidarizarmos com ele.

Então, eu queria fazer assim... Eu acho que, se colocar a palavra de volta, vai ser muito difícil para a gente controlar aqui. Eu vou tomar essa deliberação comigo mesmo aqui. Já decidi: vamos fazer uma audiência só, sexta-feira. Primeiro tempo, uma, que é essa da Anvisa, sobre as vacinas, com tempo determinado, enxuto; e, logo a seguir, entra o outro. Aí nós já matamos, numa só pancada, os dois temas urgentes no Brasil, que afligem, indiferentemente, a todos nós.

Então, eu vou organizar aqui, vou ligar para todos os membros e fazer uma reunião compacta. Vocês não reparem como eu vou conduzir, mas tenho que fazer na sexta-feira as duas, como se fosse um jogo de bola: primeiro tempo e segundo tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu coloco essa minha proposição aqui em votação simbólica – eu vou olhar, só pela telinha, as manifestações dos companheiros presentes.

Todos estão de acordo com essa proposição? Há como fazer a audiência pública em dois tempos, na sexta-feira? Porque os assuntos são inadiáveis...

Aqueles que estiverem de acordo com a minha proposta se expressem com o levantar das mãos aí para que eu possa decidir. (*Pausa.*)

Ou melhor, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, está aprovada.

Vamos agora à aprovação da Ata da 36ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Congressistas participantes que estiverem de acordo com a Ata da 36ª Reunião permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Eu vou colocar em bloco os quatro requerimentos. O primeiro, do Senador Randolfe, sobre a convocação da Agência Nacional de Energia Elétrica, e os outros todos convidando a Anvisa e o Butantan: o 75, o do Randolfe Rodrigues e da Senadora Zenaide Maia; o 76, que é também do Rogério Carvalho; e o 77, que é de muitos autores, e eu me incluo entre eles. Eu subscrevo a todos, não é?

Então, estão aí esses requerimentos, e eu vou colocá-los em votação em globo.

Os Senadores que estiverem de acordo com os requerimentos lidos anteriormente, agora, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados.

Muito bem, não havendo mais nada a tratar...

Esta reunião, para mim, foi extremamente emocionante. Francamente, essa passou dos limites do meu próprio coração, viu? Muito emocionante. A partir mesmo da leitura do projeto de lei do Wellington Fagundes. Tudo foi emocionante!

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos os companheiros e declaro encerrada a presente reunião.

Muitíssimo obrigado a todos. Muito obrigado e até sexta-feira.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2020, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia treze de novembro de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Luiz Carlos Motta, Reginaldo Lopes, Felício Laterça e General Peternelli, e ainda do Senador não membro Tasso Jereissati. Deixam de comparecer os Parlamentares Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Cacá Leão e Francisco Jr.. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Prestar esclarecimentos sobre os estudos clínicos, em seres humanos, relacionados à vacina Coronavac. (Atendimento aos REQs. nºs. 75, 76 e 77/2020). **Participantes:** Antonio Barra Torres, Diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); e Dimas Tadeu Covas, Diretor do Instituto Butantan. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/11/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, com o objetivo de acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência em saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

O uso da palavra será dado aos Parlamentares de acordo com a inscrição, que é feita, no aplicativo, pela função "levantar a mão". O tempo de fala será, primeiro, concedido ao Relator; em seguida, aos titulares, suplentes e aos não membros.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade deste debate, as eventuais questões de ordem e o tempo de Lideranças ficarão para o final da audiência.

Nós temos número regimental para a aprovar a ata? (*Pausa.*)

Vamos saltar a ata.

Muito bem, esta audiência pública é promovida em atendimento aos Requerimentos nº 75, 76 e 77, de 2020, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, do Presidente desta Comissão, subscritos pelos Senadores Zenaide Maia, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Deputado Felício Laterça e Deputado Federal General Peternelli.

A audiência destina-se ao debate sobre o andamento dos estudos clínicos da vacina CoronaVac em seres humanos e conta com a participação do Sr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e do Dr. Dimas Tadeu Covas, Diretor do Instituto Butantan.

Muito bem, então nós vamos fazer o seguinte: vamos conceder a cada um dos palestrantes, nossos convidados, o tempo de 20 minutos – se terminarem antes, não há problema –, para eles apresentarem informações sobre os assuntos que foram objeto da manifestação da mídia nacional, das manifestações de Congressistas e também sobre um desconforto nas pessoas e nos governos, Governadores e Prefeitos também, muitos ficaram indignados.

Então, eles poderão discorrer pelo tempo de 20 minutos. Primeiro eu vou passar a palavra para o Dr. Antonio Barra Torres, da Anvisa, e logo a seguir para o Dr. Dimas Tadeu Covas. São 20 minutos para cada um, com uma tolerância a mais ou a menos, a critério da necessidade e da veemência do tema.

Com a palavra o Dr. Antonio Barra Torres, pelo tempo de 20 minutos. O senhor pode usar a palavra, Dr. Antonio, digno Presidente da Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não estou vendo o Dr. Antonio.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Senador, estamos só abrindo aqui a tela.

Bom dia, Senador. Agradeço muito por esse gentil convite. Em sua pessoa cumprimento todas as demais autoridades Parlamentares presentes, Senadores, cumprimento o Dr. Dimas Covas, Diretor do Instituto Butantan, e demais presentes.

Eu gostaria primeiramente de declarar o meu apoio incondicional ao povo brasileiro e à saúde do povo brasileiro. A missão institucional da agência é identificar ameaças à saúde do cidadão, buscar a defesa da saúde do cidadão na sua esfera de atuação, é claro, sem invadir a esfera de atuação de outras instituições. Gostaria também rapidamente de prestar minha integral solidariedade à família do voluntário testador que apresentou o evento adverso grave e não esperado, que tem sido discutido, debatido nos últimos dias. Reitero o compromisso de confidencialidade para com essa família, indo até o ponto que podemos ir, infelizmente, lamentando que essa mesma confidencialidade, nos últimos dias, tenha sido desconsiderada, desvalorizada, expondo, portanto, essa família e esse voluntário testador. É uma prática com que, por ofício, nós da agência não podemos compactuar.

Agradeço, mais uma vez, Senadores e Senadoras presentes. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O Dr. Antonio Barra Torres usou um curto espaço de tempo e deixou disponível mais tempo para as perguntas. Agora eu gostaria de ouvir o Dr. Dimas Covas, Diretor do Instituto Butantan.

Agradeço muito a presença dos dois para atender a esse convite da nossa Comissão, cheia de ansiedade e também provocada, nós fomos provocados. Eu quero que o Dr. Antonio Barra Torres e o Dr. Dimas entendam que fomos provocados por requerimentos extraordinários, que vieram na sexta-feira, e nós tivemos que tomar uma decisão. Os requerimentos foram aprovados e felicito V. Exas. por nos terem atendido por convite. Foi um ato muito importante para nós e a Comissão está muito envaidecida. Agradeço muito ao Governo de São Paulo, porque o Dr. Dimas tinha uma reunião agora, neste momento, uma reunião de secretários de Estado de São Paulo, e o nosso Governador Doria o liberou para que aqui comparecesse. Nós ficamos extremamente honrados.

Com a palavra o Dr. Dimas, pelo tempo de 20 minutos.

Muito obrigado.

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

É uma satisfação estar aqui com os senhores mais uma vez. Ao Contra-Almirante Barra Torres a minha saudação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As notícias desses dias passados obviamente causaram uma grande revolução, vamos dizer assim, na mídia, com a construção de muitas versões. E muitas dessas versões, obviamente, carregadas de tintas políticas.

Eu começo por aqui, Senador. O Butantan é um instituto ligado diretamente à Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, mas ele é um instituto do Brasil. O Butantan é, nas últimas duas décadas, o maior fornecedor de vacinas de soros do nosso Ministério da Saúde. É o único cliente do Butantan o nosso Ministério da Saúde.

A história do Butantan é de serviço à saúde pública. A qualidade dos produtos que o Instituto Butantan disponibiliza é conhecida por todos. Neste ano, um a cada três brasileiros tomou uma vacina contra gripe produzida no Butantan. Portanto, o Butantan tem esse histórico não só de produção de vacinas, mas também de 100% dos soros antivenenos, antitoxinas que são entregues ao povo brasileiro. Não existe outro fornecedor neste momento de soros antivenenos e antitoxinas.

É um instituto de pesquisa, de desenvolvimento, de formulação de novas abordagens, de novos produtos. E assim tem sido com a vacina contra o coronavírus. O Butantan desde o primeiro momento, no começo do ano, já estava à procura de desenvolver uma vacina. O Butantan tem desenvolvimentos próprios e tem esse acordo de desenvolvimento com a empresa Sinovac, uma empresa chinesa.

É um acordo amplo. Neste momento, ele está focado na vacina contra o coronavírus, mas é um acordo que envolve, inclusive, a possibilidade de complementação de portfólio – troca de experiência e complementação de portfólio. Felizmente, no momento em que apareceu esta pandemia, essa parceria com a Sinovac se mostrou muito útil, porque eles tinham lá uma vacina já desenvolvida previamente contra outro coronavírus, o coronavírus SARS. Isso permitiu que rapidamente eles adaptassem para o SARS-CoV-2, que é o coronavírus da pandemia atual. Isso colocou essa vacina muito rapidamente em testes – testes na Fase I, na Fase II –, que foram realizados lá na China. E aí nós iniciamos, aqui, no Brasil, o teste da Fase III, que é o que tem o maior número de voluntários. Hoje nós já temos mais de 18 mil vacinações, mais de 10 mil voluntários vacinados, e isso progride, devendo chegar a 13 mil voluntários nessa fase. Na sequência, vamos iniciar com a vacinação em alguns subgrupos, como de idosos, gestantes e crianças.

Então, essa vacina é uma vacina que já foi usada lá na China – há mais de 70 mil pessoas lá na China já vacinadas, mais de 18 mil vacinações feitas aqui no Brasil – e que tem demonstrado um perfil de segurança em comparação com as demais vacinas em desenvolvimento. Dados já publicados na literatura, de Fase I, de Fase II principalmente, mostram que, de todas elas, é a que tem o melhor perfil de segurança, e isso por razões até da tecnologia usada: é uma vacina baseada em vírus inativado. O vírus é produzido, depois é morto, inativado, e são os pedaços do vírus que compõem a vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses estudos clínicos conduzidos pelo Butantan – o Butantan é o patrocinador –, neste momento, são realizados em 16 centros clínicos, cada um deles ligado a um hospital universitário e regulado pelos seus comitês de éticas, e cada pesquisador principal teve o seu projeto aprovado no comitê de ética local e posteriormente aprovado pela Conep. E o Butantan, como patrocinador, é quem faz o relacionamento com a Anvisa, a quem submete a solicitação do estudo e toda a documentação posterior para a obtenção do registro do estudo. E aí envolve tanto os resultados do estudo clínico, da eficácia do estudo clínico, como das condições produtivas.

A produção dessa vacina será feita em dois momentos: receberemos, já, agora, a partir do dia 20, as primeiras partidas de vacinas produzidas na China, com um volume total de 6 milhões, e também devemos começar ainda a produzir, em novembro, aqui, no Butantan, nas linhas de formulação de base do Butantan, outros 40 milhões de doses, chegando aí, no final de dezembro, meados de janeiro, a 46 milhões de doses. Nesse processo de certificação das linhas produtivas, ocorre sempre a certificação da Anvisa – as linhas do Butantan já são certificadas –, e posteriormente a Anvisa deverá fazer a visita para a certificação na China – eu sei que isso acontece na semana que vem.

Com relação aos estudos clínicos, o estudo clínico tem dois componentes de controle: um é o componente ético, que, como eu mencionei, é organizado pelos comitês éticos locais e pela Conep, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, e quem faz a ligação direta é o centro de pesquisa com esses comitês e com a Conep. Além disso, também mandam todos os dados, principalmente os dados de segurança, para o patrocinador, que é o Butantan, e ele sim, o Butantan, encaminha esses dados à Anvisa.

Então, nessa situação em particular, o que ocorreu foi um evento adverso considerado grave, um óbito. Lembro que evento é diferente de reação adversa: já por definição, reação adversa é aquela que tem ligação clara, temporal e fisiopatológica com a vacina, e evento adverso é aquele que não tem essa ligação, seja temporal ou fisiopatológica. Então, foi um evento adverso grave, no caso um óbito, e a investigação realizada pelo centro de pesquisa indicou que não tinha relação com a vacina – daí o fato de ele ser um evento. Os dados desse evento foram submetidos imediatamente – isso ocorreu no dia 30 – aos comitês de ética, tanto locais como, posteriormente, à Conep, foram analisados e não viram ali nenhuma gravidade, no sentido de promover a interrupção do estudo.

Essas confusões foram encaminhadas, então, ao Butantan, que teve um prazo de sete dias para comunicar isso à Anvisa, o que foi feito dentro desse prazo. Nós encaminhamos a notificação no dia 6 de novembro, e, por algum motivo, essa notificação encontrou dificuldades no sistema da Anvisa, que estava aparentemente fora do ar, por um problema, inclusive, de invasão. O fato é que, no dia 9, nós recebemos, mais ou menos às 3h da tarde, um comunicado da Anvisa, solicitando que todas as notificações de reações adversas ocorridas desde o dia 30 fossem encaminhadas, exatamente por essa dificuldade que existia lá, dando um prazo de um dia para que o Butantan encaminhasse essas notificações. Nós começamos, então, a reunir essas notificações e, no mesmo dia, dia 9, por volta de 6 da tarde, recebemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

um segundo ofício da Anvisa, dizendo que, sim, o ofício de solicitação dava um prazo de 24 horas, mas, se houvesse já a disponibilidade dos documentos, que eles fossem encaminhados. Isso aconteceu, mais ou menos, às 18h04 da noite – 18h13, se não me engano. Mas o fato é que, alguns minutos depois, nós já encaminhamos a documentação à Anvisa e ficamos aguardando.

Eram umas 8h47 da noite, quando os membros que compõem a equipe técnica do estudo no Butantan receberam um convite para uma reunião no dia 10, às 9h da manhã, uma reunião emergencial, para tratar de assuntos relacionados às notificações. E, aí, não recebemos mais nenhuma comunicação naquele momento, via *e-mail*, e, um pouco mais tarde, fomos – aí, sim – surpreendidos pela notícia – eu, particularmente, fui surpreendido pela notícia, porque estava na bancada da TV Cultura – de que o estudo clínico havia sido suspenso, dada aí a gravidade do efeito adverso.

Bom, esses foram os fatos.

No dia 10, de manhã, aconteceu a reunião. A equipe técnica do ministério pediu esclarecimentos adicionais, que foram fornecidos, em relação ao óbito. E, no decorrer do dia, foi manifestada aí a necessidade do parecer do comitê de controle internacional, que também foi feito – foi ofertado ainda no dia 10 –, e, felizmente, por uma agilidade muito grande da Anvisa – eu sou muito grato à Anvisa por essa agilidade, pela compreensão –, os estudos foram retomados.

E os estudos prosseguem... Quer dizer, essa interrupção temporária não teve nenhum efeito prático sobre a condução dos estudos, e, na realidade, os efeitos maiores foram os efeitos políticos decorrentes da forma como isso aconteceu e do momento em que isso aconteceu.

Eu asseguro aos senhores que o evento, hoje sabidamente conhecido... E é importante usar aqui os dados relativos à pessoa, ao candidato: eles não foram fornecidos, em nenhum momento, nem pelo centro do estudo clínico, nem pelo Butantan, que têm absoluta aderência à confidencialidade. Não foram ofertados em nenhum dos dois – nem pelo centro de pesquisa em que o evento aconteceu, que foi o centro do HC de São Paulo, nem pelo Butantan –, e esses dados acabaram sendo ofertados na imprensa, mas não houve relação com quebra da confidencialidade, porque nós sabemos da grande responsabilidade que todos nós temos na manutenção tanto da confidencialidade como da ética, da relação ética que nós temos com os candidatos vacinais.

É isso, Senador Confúcio. Eu acho que isso é um resumo muito objetivo dos fatos.

Eu não faço nenhum julgamento de valor. Não me cabe fazer julgamento de valor. Durante todo esse momento, eu tenho ressaltado que o assunto deve ser um assunto técnico, um assunto que diga respeito ao estudo clínico, à sua segurança, à segurança da vacina e ao compromisso que todos nós devemos ter com a saúde do povo brasileiro. A minha preocupação maior é trazer essa vacina para uso o mais rapidamente possível, porque nós temos aí, neste momento, ainda 400, 500, 600 pessoas morrendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo dia, e um dia com vacina faz muita diferença. E, pelo andar da carruagem, pela evolução da pandemia, mais do que nunca essa vacina será necessária e necessária o mais rapidamente possível.

Eu agradeço, Senador. Eu acho que são essas as minhas considerações, dentro do prazo rigoroso de 20 minutos que o senhor me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Dimas, pela sua exposição.

Na nossa regimentalidade aqui, da reunião, a palavra é dada, em primeiro lugar, ao Relator, e ele dirige perguntas aos dois convidados. E, depois das respostas, a gente passa para os inscritos.

Dê-me aí o nome dos inscritos até agora. (*Pausa.*)

Nós temos inscritos até agora o Deputado Felício Laterça, Rio de Janeiro; Senador Wellington Fagundes, do Estado do Mato Grosso; o Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal; Senadora Zenaide Maia, Senador Esperidião Amin e Senador Tasso Jereissati. Até o momento, são essas autoridades, Senadores e Deputados, inscritas. Vão chegando mais e nós vamos abrindo.

O Deputado Francisco Jr., que é o nosso Relator, por motivos da campanha eleitoral em Goiânia, da qual ele faz parte, não pôde comparecer aqui hoje. Ele me passou as perguntas por escrito. Os senhores não entendam que essas perguntas são de minha lavra. Eu vou ler como ele escreveu e vou direcionar aos senhores.

Então, eu vou ler as perguntas do nosso Relator. Vou fazer o mais rapidamente possível.

Primeiro, as perguntas são dirigidas ao Dr. Antonio Barra Torres e, a seguir, serão ao Dr. Dimas Covas. Anotem mais ou menos a sequência das perguntas, para as respostas.

Ele fez uma introdução:

> Inicialmente, eu gostaria de agradecer a presença de todos os convidados nesta audiência da Comissão.
> Estamos vivendo um momento de ansiedade generalizada por uma vacina que traga boa proteção contra a Covid-19. São muitas informações sobre os tipos de vacinas e muitas predições do início da imunização em massa, mas ainda não está claro quando começaremos as campanhas de vacinação. Além disso, recentemente, houve a interrupção dos testes de uma das vacinas, em razão do falecimento de uma pessoa que participava das pesquisas.
> Nesse contexto, tenho as seguintes perguntas:

As perguntas são do Deputado Francisco Jr. Vamos lá! A primeira é dirigida ao Dr. Antonio Barra Torres:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

> Vivemos, em todo o mundo, um clima de polarização ideológica, que fere a confiança das pessoas nas instituições e dificulta o diálogo e a busca de soluções. Neste contexto, uma comunicação institucional desenvolvida ajuda a reduzir tensões e a restaurar a normalidade com mais rapidez.
> Outro aspecto relevante é a governança das decisões institucionais e dos canais de comunicação com os órgãos regulados para a troca de informações. Quanto mais precisa e tempestiva for a informação, para a tomada de decisão, melhores serão as decisões tomadas. Neste contexto, como V. Sa., Dr. Antonio Barra Torres, avalia tanto a comunicação institucional da Anvisa quanto a estrutura de governança da tomada de decisão, especificamente no evento da suspensão dos testes da vacina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eminente Senador...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sim?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O senhor gostaria que o senhor fosse perguntando e eu fosse respondendo uma a uma ou o senhor prefere ler tudo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Não. Eu vou fazê-las, e o senhor vai anotando-as aí. Ao final, o senhor responde.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Está bem. Desculpe-me. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, está bem.

E ele continua – o Deputado Francisco Jr.: "Acredito que os méritos da governança atual já foram defendidos por V. Sa. e por seus subordinados, os diretores. Mas será que a experiência em questão traz alguma lição quanto à tomada de decisão? Será que, mesmo sendo árbitro da partida, como V. Sa. citou em alguns momentos, não teria sido prudente a agência ter buscado maiores informações sobre os eventos, antes de tomar uma decisão, que acabou sendo revertida?".

Essa é a primeira pergunta dele. Ele fez uma pergunta grande. O senhor depois a desmembra e responde.

A segunda, Dr. Antonio Barra:

> Uma grande preocupação de todas as pessoas é que as decisões sejam tomadas tecnicamente, de forma imparcial, sem vieses ideológicos. Nesse sentido, eu gostaria de ouvir de V. Sa. sua opinião sobre a existência de interferências políticas no posicionamento da agência, conforme tem sido anunciado pela mídia.
> Por fim [ele se dirige ao senhor], estamos em fase de muitas dúvidas quanto à eficácia de uma vacina. Gestores têm sugerido, inclusive, a possibilidade de que uma vacina, mesmo após a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> aprovação da Anvisa, cause anomalias ou deixe sequelas. Como o senhor avalia a atuação do Governo Federal quanto à conscientização sobre a importância da imunização contra a Covid-19?

Aí ele encerra as suas perguntas.

O senhor não precisa responder agora. Vou dar até uma pausinha para o senhor organizar as respostas.

E eu já passo para o Dr. Dimas Covas as perguntas do Deputado Francisco Jr., Relator desta Comissão.

> Dr. Dimas, aparentemente estamos caminhando para algumas opções da vacina contra a Covid-19 já para o começo do próximo ano. A instituição que V. Sa. comanda está envolvida na pesquisa e na produção de um grupo de vacinas que poderá ajudar a população do nosso País a se livrar desse vírus e poder voltar à normalidade. Nesse sentido, quantas vacinas são necessárias, em um primeiro momento, para termos o suficiente em nível de imunização? Quantas aplicações para haver imunização em massa? [Primeira pergunta, Dr. Dimas.]
> [Segunda pergunta] Qual é a real capacidade do Butantan para produzir esse número de vacinas?
> [Terceira pergunta] Existe algum movimento para importar vacinas que possam complementar a imunização da nossa população?

E ele continua:

> V. Sa. poderia nos relatar como está sendo realizada a cooperação técnica do Butantan com as outras instituições de pesquisas atualmente envolvidas no desenvolvimento da vacina contra a Covid-19. V. Sa. pode nos assegurar que está havendo uma cooperação técnica de alto nível entre as instituições e que os recursos envolvidos e as descobertas estão sendo adequadamente compartilhadas entre vocês?

Ele continua:

> A CoronaVac também está sendo testada em outros países. Quais as informações o senhor já tem sobre os resultados dos estudos clínicos em outros grupos populacionais? Já é possível estimar, em um tempo mínimo, que sejam mantidos níveis suficientes de anticorpos? Por que a CoronaVac ainda não faz parte do portfólio da Covax Facility – é inglês, eu me enrolo todo –, instrumento de acesso global das vacinas?

Encerra:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

> Supondo que a vacina que está sendo estudada pelo Butantan venha realmente a ser disponibilizada para a sociedade, como isso impactará o instituto do ponto de vista financeiro? Será que esse trabalho impactará no instituto do ponto de vista financeiro? Qual o preço estimado para cada vacina? Quanto de *royalties* deverá ser pago – se é que será pago? Qual é o custo da vacina?

Essas são as perguntas – longas, não é? – do nosso Relator Francisco Jr.

Vamos fazer o seguinte – ele perguntou uma extensão maior –: eu vou pedir a V. Sas., pois acho que ele abrangeu quase tudo aqui, que respondam a ele, o Francisco Jr., ao povo brasileiro e à nossa Comissão, num tempo de oito minutos cada um.

O primeiro a responder é o Dr. Antonio Barra.

Por gentileza, o senhor está com a palavra.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Estamos com o som perfeito, Srs. Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeitamente, Sr. Antonio. Estamos ouvindo muito bem. O senhor pode falar.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Perfeito.

Primeiramente, as minhas desculpas aos eminentes Deputados que estão aqui presentes e que eu não citei na minha alocução inicial. Agora é que eu estou vendo a lista aqui do lado. A dificuldade que o eminente Senador Confúcio declara com o inglês eu tenho com sistemas digitais. Então, agora é que eu vi que há uma lista aqui do lado e peço desculpas. Foi por isso que não os citei.

Algumas considerações breves.

A visita às instalações chinesas, tanto a da AstraZeneca quanto a da Sinovac, não acontece na semana que vem. Os nossos servidores partiram hoje em uma viagem longa: terão que ficar um período de 14 dias de quarentena em solo chinês para que, então, possam desenvolver suas atividades de inspeção, que estão previstas para o mês de dezembro. Portanto, embora os nomes das duas facilidades fabris sejam nomes chineses, um, na verdade, atenderá à AstraZeneca e o outro atenderá à Sinovac.

O Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) tem atividades relacionadas à ética. A atribuição das decisões científicas em relação aos protocolos vacinais é desta agência nacional.

O sistema digital que ficou fora do ar – o que, aliás, foi amplamente noticiado pela imprensa desde o dia 5 – não foi da Anvisa. Houve um ataque *hacker*, considerado o maior ataque *hacker* da história do País até a presente data, que acometeu diversas instituições aqui no Distrito Federal, entre elas o Ministério da Saúde, cujo sistema digital também nos atende.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às perguntas objetivas, comungo integralmente e agradeço a pergunta do eminente Deputado. A informação deve ser precisa; deve ser fundamentalmente precisa e no momento em que ela tem que ocorrer.

Questões de governança e tomada de decisão. É importante frisar que a decisão da interrupção dos testes não foi deste Diretor-Presidente, não foi da Diretora Alessandra Bastos Soares, Diretora da Segunda Diretoria, que tem em seu organograma, não subordinado, o comitê interno, a comissão interna da Anvisa formada de 18 especialistas – eu tenho aqui a lista de todos eles. Foi esse grupo que tomou essa decisão, e ele toma essas decisões de maneira soberana, autônoma, para manter toda a questão técnica na área técnica. Há decisões outras que vão para o colegiado – sim, os senhores têm visto –, as resoluções de diretoria colegiada. Essas vão à votação. As decisões técnicas, como, por exemplo, inclusive, o registro que será ou não será – vai depender – concedido às quatro vacinas que estão em desenvolvimento no Brasil, esse procedimento vai emanar dessas áreas técnicas; não passará nem pela Diretora Alessandra, para que ela diga "sim" ou "não", nem pelo Presidente Antonio Barra para dizer "sim" ou "não". É uma decisão de que nós somos, como diretores, participados de que ocorreu ou de que não ocorreu.

Uma outra questão: não há subordinados na Anvisa. Eu tinha subordinados na Marinha, onde trabalhei por 32 anos. Aqui na Anvisa não há subordinados. Aqui há um organograma, e, dentro desse organograma, é claro, há níveis de decisão que se sobrepõem, mas, por exemplo, na questão concreta, na questão deste objeto, foi uma decisão técnica, na qual tanto a Diretora Alessandra quanto eu fomos participados de que essa decisão havia acontecido.

Seria prudente buscar mais informações? Sim – "seria", não –, foi prudente buscar mais informações. Eu diria que foi essencial buscar mais informações. Só que as informações têm que ser buscadas com quem tem, no contrato, no papel, a competência para fazê-lo e essa entidade chama-se Comitê Independente Internacional, que não foi acionado quando nós tivemos a necessidade de interromper os testes. Ele só veio a ser acionado e emite o seu posicionamento no dia 11. Tão logo soubemos disso – e eu digo nós porque essas pessoas do comitê técnico têm o meu apoio, como também tem o da Diretora Alessandra, mas não a nossa interferência; por isso, digo na primeira pessoa do plural –, quando esse documento se tornou disponível, conforme já foi muito bem noticiado, a anuência para prosseguir foi dada. Então, essa questão da comunicação é realmente importante. Não entendo que deva haver ajustes, a comunicação é boa, está bem-feita, apenas houve um documento determinante, um documento essencial que trazia uma informação determinante que faltou no primeiro momento.

Prosseguindo ainda nas respostas ao eminente Deputado. Interferência política na agência, são duas palavras: não há!

A terceira pergunta, quanto à questão das anomalias e sequelas de fato. O eminente Deputado deve estar se referindo a efeitos tardios. O trabalho da Anvisa não cessará, não vai parar – e já temos declarado isso à imprensa – quando o registro for concedido. Concedeu o registro, iniciou a campanha de vacinação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

acabou o trabalho da Anvisa? Não, não é assim! Esse trabalho será a médio e longo prazos e com acompanhamento. Existem profissionais especializados nesse sentido que farão esse acompanhamento para verificar, sim, aqueles tais efeitos que serão extremamente improváveis, que serão extremamente raros, que dificilmente vão acontecer, mas, em nenhum lugar do mundo uma agência reguladora liquida a sua fatura com a concessão do registro. É um vínculo, é um elo que vai se manter durante um longo tempo. É claro que o instituto desenvolvedor também vai acompanhar, a comunidade científica mundial toda vai acompanhar, porque as vacinas desenvolvidas no Brasil não são um fenômeno de atendimento para o Brasil exclusivamente, é claro que há a possibilidade de expandir para o mundo todo.

Quanto a avaliações nossas que possamos fazer de posturas do Governo, quer seja do Governo Federal ou de qualquer Governo estadual, não é atribuição da Anvisa fazê-lo e nós não faremos comentários a esse respeito, de o que tem este ou aquele Governo declarado ou promulgado em relação a essa questão. A condução da política nacional de imunização é do Ministério da Saúde, certamente esse ministério terá opiniões para fornecer.

Eu gostaria, para encerrar e ficar dentro do meu tempo, de citar que dos dezoito integrantes da comissão interna da Anvisa, essa tal que falei, que tem autonomia para tomar essas decisões, nós temos três integrantes com o nível de doutorado e todos os quinze restantes têm o nível de mestrado ou especialização. O tempo médio, em que pese muitos terem 15 anos de casa... Aliás, eu vejo aqui na minha planilha que 80% tem mais de 15 anos de casa, são, portanto, pessoas com grande experiência e são essas pessoas que determinaram, na noite de segunda-feira, a interrupção, haja vista a falta de documento essencial. E não adiantava um telefonema, conforme se quer colocar, para o instituto desenvolvedor, porque o instituto desenvolvedor não é o comitê independente, ele é parte interessada. E dizer "parte interessada" não é nenhuma crítica maldosa, não é nada disso. É apenas um termo em atividade regulatória. Ele é desenvolvedor. O laboratório também é parte interessada.

Por isso mesmo, no Planeta Terra, no mundo todo, no desenvolvimento vacinal, existe o Comitê Independente Internacional. Daí o nome: independente. Ele emite as suas considerações porque ele não é parte interessada. Ele não tem ninguém do laboratório. Ele não tem ninguém do instituto desenvolvedor. Ele não tem ninguém do órgão regulador.

Muito obrigado, eminentes Senadores e Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Dr. Antonio Barra. Agradecido.

Passo a palavra ao Dr. Dimas Covas.

Inclusive, o senhor pode responder ao Deputado Francisco. E, se o senhor desejar, pode fazer alguma contestação ao nosso convidado Dr. Antonio Barra, da Anvisa. Pode ficar bem à vontade. Se o senhor quiser se ater apenas às perguntas do Deputado Francisco, tudo bem. Fica a seu critério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Sa.

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para expor.) – Muito bem.

Eu começo, então, fazendo só um esclarecimento ao eminente par.

O centro de pesquisa não é parte interessada na vacina. O centro de pesquisa conduz uma pesquisa no interesse da ciência. Sempre o interessado é o patrocinador. O Butantan, sim, é um centro interessado. Mas os centros de pesquisa são escolhidos exatamente para serem independentes e responderem às questões científicas. E os centros de pesquisa são controlados eticamente. Isso significa que não se podem submeter os candidatos a nenhum tipo de risco.

Então, a avaliação do comportamento do estudo nos centros de pesquisa é eminentemente da ética médica. Certo?

A relação do Butantan com a Anvisa, sim. É do interesse do Butantan o registro da vacina.

E, aí, há uma separação nítida de competências. A Anvisa deve, sim, regular, a qualidade da pesquisa, a qualidade dos procedimentos que estão sendo feitos e não, na minha opinião, interferir nas características da segurança relacionadas ao centro de pesquisa em si. Isso não é, de forma alguma, nem relacionado à Anvisa.

Portanto, quando há uma manifestação clara do centro de pesquisa de que o evento não tem relação com o produto, essa informação é relevante e deve, sim, ser considerada pela Anvisa.

Nesse caso, houve dúvidas. Havendo dúvidas, existe a disponibilidade integral de todos os participantes de esclarecer essa dúvida.

Eu não estou colocando aqui se deveria ter sido ou não deveria ter sido interrompido. Acho que até faz parte dos estudos clínicos interrupções temporárias na ocorrência de dúvida. O que eu simplesmente mencionei aqui foi o fato de que a interrupção foi anunciada ao Butantan pela imprensa. E isso, obviamente, não é a melhor forma de fazer. Ou até que se fizesse, mas que se anunciasse isso antes ao Butantan para que não fôssemos pegos desprevenidos. Acabou-se criando uma situação até desnecessária, um conflito desnecessário em decorrência disso.

Com relação às perguntas, o Deputado pergunta, primeiro, em relação à vacina: quantas vacinas seriam necessárias e quais seriam os grupos prioritários, se é que existem? Os grupos prioritários para vacinação são aqueles submetidos, num primeiro momento, a maior risco; são os que vão pegar a infecção com mais frequência e que têm maior risco de desenvolver a doença na sua forma mais grave, que, nesse momento, são os profissionais de saúde e as pessoas idosas, as pessoas que têm comorbidades. Isso deve girar, no Brasil, em torno de 30 milhões de pessoas. Considerando que as vacinas que estão aí são de duas doses, nós estamos falando que, num primeiro momento, haveria necessidade de 60 milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

de doses para fazer essa cobertura vacinal. Para a população do Brasil, para se atingir a chamada imunidade de rebanho, isso preconizaria uma vacinação de pelo menos 80% da população com uma vacina que tenha uma eficácia acima de 50%. E 80% da população representariam 180 milhões de pessoas. Portanto, duas doses seriam 360 milhões de pessoas. É isso que nós temos que fazer em termos de vacinação prioritária no Brasil, o quanto antes. Obviamente, será necessário mais de uma vacina, mais de um produtor de vacina, porque nem todos terão a condição de fornecer 360 milhões de vacinas rapidamente.

O Butantan tem, nesse momento, já em curso 46 milhões de doses, ofertou ao Ministério da Saúde oficialmente até 100 milhões de doses a serem integralizadas até maio e ficou à disposição para atender se houver demanda adicional. Oferecemos 46 milhões. Houve aí um acordo preliminar com o ministério, que demonstrou interesse – esperamos que esse interesse ainda permaneça –, mas estamos aptos a fornecer até 100 milhões de doses até maio e, adicionalmente, se for do interesse do ministério, doses adicionais. Obviamente que outras vacinas de outras companhias já estão aí também no horizonte e precisam ser incorporadas.

O Butantan coopera com várias outras organizações de pesquisa. Inicialmente, antes desse acordo de desenvolvimento com a Sinovac, nós mantivemos conversas com várias companhias. Mantivemos, inclusive, acordos iniciais com a Universidade de Oxford, com parceiros tradicionais do Butantan que também desenvolvem vacinas como a Sanofi, a GSK e a própria Merck, e temos outras vacinas em desenvolvimento. Além dessa, temos mais duas vacinas em desenvolvimento: uma feita em parceria com o Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos, no sentido de produzir uma vacina em ovos, que é uma grande especialidade do Butantan, uma vacina que está na fase pré-clínica, e outros desenvolvimentos que ainda estão na fase experimental.

Então, há, sim, esse compartilhamento de informações com outros grandes produtores. O Butantan é um grande produtor mundial de vacinas. Está inserido nesse mundo. Inclusive, hoje, ele ocupa uma diretoria do DCVMN, que é uma organização internacional que agrega os produtores de vacina dos países em desenvolvimento – até o ano passado, o Butantan ocupava a Vice-Presidência. Houve eleição, e o Butantan hoje ocupa uma das diretorias.

Esta vacina, a CoronaVac – outra pergunta –, já tem sido usada na China, como eu mencionei, para profissionais de saúde, profissionais de segurança pública, profissionais do corpo de relações exteriores, já com dados muito robustos em termos de utilização.

Outros grupos populacionais serão abordados em termos de estudo. Aqui no Brasil, nós, brevemente, temos planejado um estudo de imunidade em idosos, em mulheres grávidas e em crianças. Lá na China, esses estudos já foram realizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação aos níveis de anticorpos, essa vacina tem uma indução de anticorpos muito boa; quer dizer, após a segunda dose, ela apresentou percentual de indução adequado de resposta imunológica em mais de 98% das pessoas vacinadas, portanto um bom perfil de indução, inclusive com anticorpos neutralizantes.

Outra pergunta: por que o Butantan não faz parte, por que a vacina não faz parte da Covax? Na realidade, o Butantan faz parte da Covax, o Butantan foi escolhido pela Covax para ser um produtor. Então, nós estamos, nesse momento, discutindo qual será a vacina que o Butantan vai produzir para a Covax. É possível que, inclusive, venha a ser a CoronaVac. A CoronaVac, num primeiro momento, não foi incluída na Covax, porque a própria China naquele momento não tinha ainda feito a sua adesão e porque a capacidade de produção e de entrega para a Covax é limitada.

A última pergunta diz respeito à qual será o impacto financeiro da vacina para o Butantan se houver ou não a participação do ministério? Obviamente que, se o ministério não adquirir a vacina, o impacto será imenso, teremos que procurar outros mecanismos de financiamento. O custo da vacina já ofertado publicamente ao ministério é de US$10,30, e, nessa participação, os *royalties* da Sinovac variam em relação ao volume; podem variar de 5% a 10% na dependência dos volumes que forem produzidos.

Acho que são essas as respostas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Dr. Dimas. Muito obrigado.

Muito bem, de agora em diante, nós vamos formar tanto para o Antonio Barra quanto para o Dr. Dimas. Podem pegar uma caneta e papel. Vamos fazer blocos de três Parlamentares. Cada um terá três minutos para fazer suas perguntas, e, de acordo com as perguntas, eu vou estipular o tempo das respostas. Então, é importante pegarem o nome do Parlamentar para depois os senhores dirigirem a resposta a ele.

O primeiro bloco é composto pelo Deputado Felício Laterça, Wellington Fagundes e Izalci Lucas.

Com a palavra o Deputado Felício Laterça.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não.

Eu não estou vendo quem está falando.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sou eu, Antonio Barra. A câmara está desligada?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não, Doutor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Se o senhor me permite, eu posso tecer algum comentário breve a respeito do que foi recentemente colocado pelo nosso eminente Dr. Dimas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O senhor precisa de quanto tempo?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Acho que não mais do que 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não, está com a palavra.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Muito obrigado.

É importante dizer que a Anvisa, quando decidiu, na noite de segunda, pela interrupção dos testes – e eu quero dizer isso ao seu grupo técnico interno independente –, foi oficiado ao Butantan. Então, se o Butantan soube pela imprensa, realmente é uma questão que precisamos registrar, porque o ofício foi enviado, e essa nota só foi para o nosso portal 40 minutos depois. Por quê? Porque nós temos que fazer assim. Nós mantemos uma comunicação aberta com a população que acessa o nosso portal, bem como com a imprensa. Então, não sei por que motivos o instituto soube pela imprensa. O nosso ofício foi enviado, e a imprensa só soube disso 40 minutos depois, quando foi para o nosso portal. É nosso dever manter esse canal de transparência sempre aberto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Antonio Barra.

Então, com a palavra o Deputado Felício Laterça, do Rio de Janeiro, pelo tempo de três minutos. (*Pausa.*)

Ele sempre está por aí. Ele dá uma voltinha na cidade, mas sempre está presente.

Felício? (*Pausa.*)

Bem, como o Felício deve estar dando uma voltinha lá em Campos dos Goytacazes, eu vou passar para o segundo, que é o Senador Wellington Fagundes.

Senador Wellington Fagundes, pelo tempo de três minutos. (*Pausa.*)

Ligue o seu som, Wellington, por favor. Está travado o seu som. Dá um tapinha nele.

Isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PL - MT) – Está o.k. agora? Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Wellington, só uma palavrinha.

O Senador Randolfe Rodrigues, devido ao apagão lá do Amapá, está sem condição de acesso à internet. Ele é o autor do requerimento e pede desculpa. Ele está tentando, viu, gente? O Randolfe Rodrigues está justificando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode continuar, Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Confúcio Moura. Primeiro, quero parabenizá-lo pela sempre capacidade excelente de condução. Quero cumprimentar o Dr. Antonio Barra Torres, da Anvisa, o Dr. Dimas Tadeu e todos os companheiros Senadores e Deputados que estão nesta reunião.

Sr. Presidente, inicialmente, esta audiência tem este objetivo de discutir como a ciência tem atuado no produto final mais esperado pelo mundo que é a vacina – que pode nos livrar desse terrível mal que se abateu sobre a humanidade – contra o coronavírus, que retirou de nós a convivência de milhões de vidas. Por isso, Sr. Presidente, precisamos, sim, de uma vacina eficiente, que funcione e que salve vidas. Simplesmente isso. Nós não podemos entrar em debates ideológicos e muito menos políticos, de interesses eleitorais. A humanidade está angustiada e, claro, agradece por uma decisão o mais rápido possível.

E, como médico veterinário – nesse sentido, inclusive, eu quero dizer e quero reafirmar a minha fé na ciência, que, ao longo do tempo, sempre soube dar respostas aos momentos mais difíceis enfrentados pela humanidade –, eu quero dizer, Sr. Presidente: a ciência salva vidas; a ideologia limita o homem.

Então, eu vou fazer algumas perguntas diretamente aqui e tentar ser rápido.

Primeiro, houve, de fato, o ataque de *hackers*? Já está confirmado que sim. E quais são esses ataques de *hackers* que prejudicaram os processos no âmbito da Anvisa?

Considerando que se divulgou na imprensa que o evento adverso grave reportado, um provável suicídio, não teria relação aparente com a aplicação da vacina, a comunicação de fato à população não deveria ter sido realizada somente após concluída a apuração do caso?

As apurações referentes ao evento adverso em questão não deveriam ser mantidas no âmbito administrativo até que se concluísse a investigação do caso? O Dr. Antonio Barra falou que a Anvisa tem a obrigação de comunicar, mas eu insisto na preocupação com o tempo e a hora dessa comunicação.

Na opinião dos senhores, a forma como a Anvisa comunicou o evento à população foi correta ou intempestiva? Por que motivos?

O paciente que teve o evento adverso grave recebeu a vacina ou foi placebo?

No âmbito do estudo clínico em questão, quais serão os procedimentos a serem tomados a partir do caso do paciente que foi a óbito ou já se concluiu tratar-se de situação não relacionada à CoronaVac?

Há relatos de suicídios envolvendo participantes de estudos clínicos para o desenvolvimento de outras vacinas como a Covid-19?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na opinião dos senhores, esse episódio pode contribuir para gerar resistência da população à CoronaVac e a outras vacinas também já disponibilizadas no Programa Nacional de Imunização, o PNI, reforçando as ações do chamado movimento antivacinas, em que, infelizmente, os *fake news* já tem atuado?

Em caso afirmativo, como reverter a eventual desconfiança da população em relação à confiabilidade das vacinas e dos estudos clínicos que as envolvem?

Aí, Sr. Presidente, terminando, eu gostaria apenas de dizer também que ontem foi o Dia Nacional do Pantanal, e eu quero agradecer a esta Comissão, que já nos ajudou inclusive nas questões da Covid-19, na atuação do Pantanal, na questão indígena. Quero aqui também aproveitar e pedir a toda a comunidade... Nós temos que nos debruçar também... Agora, após as queimadas, o Pantanal começa a brotar, mas ainda temos muito o que fazer.

Ontem, por exemplo, nos chegou uma sugestão simples: por que não fazer um programa de distribuição de sementes dentro do Pantanal, sementes de árvores frutíferas? O que nós podemos fazer neste momento... E aí a nossa preocupação, como Presidente desta Comissão Especial, porque nós estamos falando de vida, e a Covid também está no Pantanal, junto com os pantaneiros, com os ribeirinhos, enfim. Claro que, principalmente numa área como Mato Grosso e a Amazônia, cuidar de vacina, além de fabricá-la, disponibilizar isso para a população será um grande desafio.

E eu faço esta pergunta também: além da produção da vacina, nosso País já está planejando como seria essa vacinação em massa? Essa pergunta eu acho que é mais para a Anvisa, mas também ao Instituto Butantan... Só para resumir, o Butantan, hoje, está totalmente à vontade, firme nas ações que tanto o Governo Federal quanto os Governos dos Estados estão fazendo para que a gente tenha, acima de tudo, vacina confiável, principalmente produção da vacina e ainda mais o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no próprio País. O Butantan é um instituto referência; a Anvisa faz o seu papel de agência reguladora e fiscalizadora. Há alguma divergência hoje na ação entre essas duas instituições?

Sr. Presidente, era isso que eu gostaria de perguntar, mas quero dizer que, nesta semana, a imprensa nos procurou muito para saber se haveria esta audiência e se nós hoje conseguiríamos fazer um esclarecimento por parte da Anvisa e do Butantan. E eu tenho certeza de que, após esta reunião, nós o faremos, pois esse é o papel da nossa Comissão.

Por isso, mais uma vez, eu quero parabenizar o Presidente Confúcio e todos os membros, porque nós, em momento algum, procuramos politizar a ação da Comissão. Ao contrário, estamos procurando – e V. Exa., como Presidente, e o Relator –, com toda a serenidade, esclarecer o Brasil, fiscalizar e fazer com que os recursos públicos cheguem de verdade para salvar vidas, que é o nosso principal objetivo nesta Comissão. Por isso, eu o parabenizo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos já às vésperas da eleição e, mais do que nunca, é um momento de civismo e um momento de demonstrarmos ao eleitor brasileiro, à população que, mesmo neste momento de pandemia, precisamos dar respostas de civismo e, principalmente, procurando escolher os melhores para o Brasil, Vereadores e Prefeitos, e, no caso de Mato Grosso, onde temos uma eleição extemporânea, um Senador da República. Então, está muito mais difícil.

Assim, eu quero deixar aqui um abraço e parabenizá-lo, Presidente Confúcio, mais uma vez, por, mesmo em vésperas de uma eleição, V. Exa. promover o desafio de fazer uma reunião como esta para esclarecer a população.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes, do produtivo Estado de Mato Grosso.

Agora, eu chamo o Felício Laterça.

Retornou?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Voltei.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Olá, Felício!

Com a palavra o querido Deputado Felício.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Eu saúdo o senhor – e o saúdo de verdade –, porque, em tempos de pandemia, temos de saudar o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É verdade. Fique à vontade.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Quero parabenizar o senhor, como foi feito agora; quero parabenizar o nosso Relator e todos os nossos colegas Parlamentares que estamos preocupados, e muito, com tudo que vem acontecendo em nosso País.

Quero agradecer a presença dos convidados: o Sr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Anvisa, e o Sr. Dimas Tadeu Covas, Diretor do Instituto Butantã.

Sr. Presidente, como o senhor sabe, agora que estamos na reta final de campanha, não podemos descuidar, mas nós, que, como sempre, não faltamos a nenhuma reunião, não iríamos faltar agora. Estamos aqui agora em Macaé, prestigiando o nosso candidato a Prefeito.

Vamos lá!

Recentemente, há não muito mais que um mês, discutimos nesta Comissão a estratégia para operacionalizar a vacinação contra a Covid-19, bem como a evolução das vacinas, prazos, necessidades e possibilidades de imunização dos brasileiros. À época, havia muita esperança e poucas certezas, dado que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

nenhuma vacina havia ainda concluído a fase 3 de testes. Hoje, contudo, com as boas notícias acerca do alto índice de eficácia da vacina da Pfizer, veiculados no início desta semana, bem como da evolução das demais vacinas, já se vislumbra no horizonte uma solução mais concreta para a pandemia.

Nesse contexto, eu pergunto – e essa primeira pergunta vai para o Sr. Antonio Barra Torres, da Anvisa: conforme o marco legal, à Anvisa compete normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde, além de acompanhar e coordenar as ações estaduais, distrital e municipais de vigilância sanitária, prestando, inclusive, cooperação técnica e financeira aos demais entes da Federação. Nesse sentido, questiono: como se dá o apoio técnico da Anvisa aos entes da Federação, bem como as ações de fiscalização, em particular no contexto da pandemia? Quais são os protocolos relacionais ao desenvolvimento de medicamentos, em particular as vacinas, observados pela Anvisa e aplicados às entidades reguladas?

A segunda pergunta vai para o Sr. Dimas Tadeu Covas, do Instituto Butantã: conforme relatos, o Instituto Butantã recebeu informação do falecimento de um voluntário nos testes da Coronavac no dia 6 de novembro, embora o falecimento tenha ocorrido no dia 29 de outubro. Conforme o protocolo, eventos adversos devem ser comunicados em até 24 horas após a instituição tomar conhecimento de sua ocorrência. Por qual motivo houve um lapso de cerca de oito dias entre o falecimento do voluntário e a informação do fato ao Butantan? Com qual frequência o Instituto consulta seus voluntários? Qual é o protocolo seguido pelo Butantan junto aos voluntários da vacina, no âmbito da frequência de contato e troca de informações?

E a terceira e última pergunta vai para os nossos dois convidados: para grande parte de nossa população, o momento é de muitas incertezas, com diversos ruídos acerca de tratamento de saúde, da eficácia ou de eventuais efeitos colaterais de medicamentos diversos, como as vacinas. Nesse sentido, é dever das autoridades transmitir segurança e tranquilidade para a população, diretamente ou por meio da imprensa. Vimos recentemente, com a interrupção temporária dos testes da vacina da Sinovac, que é a CoronaVac, que muitos ruídos foram gerados, em particular na imprensa. A Anvisa, contudo, informou que a suspensão se deu por conta de questões de fundo técnico, em específico, informações que foram consideradas insuficientes e incompletas para garantir a segurança da vacina.

Então, questiono: qual é o protocolo de comunicação entre o regulador e o regulado em situações como essa? No caso de informações insuficientes e incompletas, a orientação é pela suspensão de imediato, como foi feito? Ou faz-se um novo contato com a instituição regulada, de modo a prestar maiores esclarecimentos? Qual foi exatamente a informação enviada pelo Instituto Butantan à Anvisa? O que exatamente deixou de ser informado, de modo a motivar a suspensão temporária do desenvolvimento da vacina?

Senador Confúcio, é essa a minha participação nesta data de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado Felício Laterça, muito obrigado.

E para completar o meu bloco de três, eu passo a palavra para o Senador Izalci Lucas, Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro quero parabenizar V. Exa. pelo convite da Anvisa e do Instituto Butantan. Eu queria pedir a V. Exa. paciência, porque, além de membro da Covid, eu também sou Presidente da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação. Eu acho que a gente não pode perder este momento de esclarecer uma série de coisas de interesse da população, principalmente da área de pesquisa. Então, eu vou pedir a V. Exa. um tempinho a mais, se for possível. Eu vou, inclusive, começar a perguntar fora do *script*, em função das respostas que foram dadas.

Eu gostaria de perguntar ao nosso querido almirante Antonio Barra, primeiro: o procedimento pela interrupção foi feito por uma comissão, como foi dito. Então, eu pergunto: isso é uma votação? Se foi uma votação, qual foi o placar disso, ou foi por unanimidade? Segundo: quem comunicou ao Presidente da República sobre o fato, e a que hora? Ou ele viu isso pela internet? Há uma campanha, Presidente, no mundo, contra a vacinação, o que nos preocupa muito, basta ver aí a volta do sarampo, acontecendo novamente paralisia infantil, e outras doenças que estão voltando. Essas ações políticas, com relação a esse fato em questão, da questão da obrigatoriedade ou não, pode constituir um caos no País, e retornarem essas doenças que já estavam controladas. Nós temos agora uma sabatina no Congresso, novamente de mais um diretor da Anvisa, que é um almirante – aliás, é um militar; não sei se é almirante, mas é militar. Qual é o melhor perfil para esses cargos da Anvisa? Não seria mais prudente, mais eficiente a indicação de pesquisadores ou alguém mais voltado para a área de saúde?

Agora, vou entrar nas perguntas normais e, depois, nos esclarecimentos, Presidente.

Nessa mesma linha, fomentar esse descrédito, esse alarmismo desnecessário a troco de quê? Isso não prejudica a população? Não seria mais justo, mais ético, mais compreensível ligar ou marcar uma reunião para tratar disso? Por que gerar esse clima de desconfiança na população? É uma coisa muito séria para ser tratada burocraticamente.

Não seria praxe pedir mais esclarecimentos ao Butantan antes de decidir suspender, uma vez que o Instituto já havia informado que o evento adverso havia sido analisado e não tinha relação com a vacina? Faltou bom senso para a Anvisa ao decidir suspender os testes sem antes esclarecer o fato com o Instituto Butantan? Se claramente não estivesse relacionado à vacina um evento desse tipo não precisaria levar à suspensão dos testes, correto? Se não tem relação não deveria ser suspenso.

A distância entre a aplicação da vacina no voluntário e a morte – foram 25 dias – também não seria um indicativo para descartar qualquer interação com o fármaco? A Conep não adotou uma atitude mais adequada diante da suspeição e desconfiança a que a sociedade brasileira seria submetida?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Pergunto ainda: a divulgação açodada não decorreu do anúncio por questões políticas? A argumentação da Anvisa foi a de que paralisou os testes clínicos sobre a vacina porque não recebeu informações completas. Faltou clareza nas informações passadas pelo Instituto para a Anvisa? Na avaliação de V. Sa. a questão foi mesmo falta de informação?

Quando a Anvisa solicitou informações do Instituto Butantan sobre o caso? V. Sa. recebeu comunicado da Anvisa informando que os testes seriam suspensos? O instituto comunicou à Anvisa que não havia relação entre o evento adverso e a vacina? Informou que não havia relação causal entre eles?

Se o Comitê de Ética em Pesquisa do hospital, o Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e até o Comitê Internacional Independente de segurança da pesquisa não viram razão para interromper os testes, por que a Anisa demorou a retirar a suspensão? Qual a justificativa? Essas instituições não têm ou não merecem credibilidade?

Qual é o impacto dessa decisão para os estudos sobre a vacina? Essa suspensão, da forma como foi conduzida, não compromete a credibilidade dos estudos, assim como da vacina, junto à população?

Presidente, só mais um... É só um esclarecimento. Eu posso até falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Izalci, é o seguinte: eu vou lhe conceder o tempo do Relator no final. Você pode utilizar. Pode anotar...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu tenho mais um aspecto de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Aí eles respondem e, depois, no final, cedo a você o tempo do Relator, porque ele não está presente.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Correto. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem. Vamos adiante.

Então, nós fechamos o bloco do Deputado Felício Laterça, do Senador Wellington Fagundes e do Senador Izalci Lucas.

Como são muitas perguntas, vamos fazer o seguinte: cada um teve cerca de três minutos para falar; eu vou deixar oito minutos para cada debatedor, cada convidado nosso responder aos três. Então, a objetividade para nós é muito importante, devido a termos outros inscritos também.

Então, com a palavra o Dr. Antonio Barra Torres, da Anvisa. Por favor, com a palavra. (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Voltamos agora? Melhor? Desculpe. Desculpe, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Senador Wellington Fagundes. Primeiramente, Senador, também é um momento de grande alegria ver as chuvas voltando ao nosso querido Pantanal.

O senhor indaga se houve de fato um ataque *hacker*. Esse ataque *hacker*, eminente Senador, foi noticiado amplamente no dia 5 passado, por praticamente todos os canais informativos do Brasil. E há também as notícias de que esse foi o maior ataque *hacker* sofrido pelo País nesses tempos já, é claro, de mídia digital, de mídia cibernética.

E, de fato, os sistemas da Anvisa são dependentes dos sistemas do Ministério da Saúde, que sofreu consequentemente esse ataque. É por aí que os canais de comunicação, nos casos de vacinas e de eventos adversos, são noticiados.

V. Exa. cita também que a imprensa aborda prováveis detalhamentos do evento adverso grave não esperado que aconteceu. Reitero o meu lamento mais profundo quanto a isso. Esse vazamento não vem – reitero: não vem –, pelo menos deste Diretor-Presidente nem da Dra. Alessandra, tampouco dos integrantes da comissão que lida com esses casos aqui, porque nós temos responsabilidade objetiva, na medida em que há um protocolo de anuência ao desenvolvimento vacinal. E esse entendimento é de múltiplas partes. Ele envolve tanto o laboratório, envolve o instituto desenvolvedor e envolve a agência reguladora.

Vamos recordar que, num outro vazamento lamentável, em relação à vacina da AstraZeneca, nós tivemos empresas de notícia na televisão divulgando a foto, a profissão, vídeos, tudo isso de um voluntário que infelizmente teve também um evento adverso grave não esperado. Portanto, somos formalmente contra qualquer tipo de vazamento e não compactuamos com isso.

Se a comunicação foi correta ou foi intempestiva. A comunicação se deu dentro do prazo previsto. O Instituto Butantã envia no dia 6. Só que o dia 6 era o dia em que realmente o sistema digital não estava funcionando. E a Anvisa toma conhecimento disso, depois do dia 6, através de uma fala de integrantes do Ministério da Saúde, que teria tido acesso a esse tipo de informação – eu, realmente, não tenho aqui, de memória, maiores detalhes –, o que motivou a nossa indagação ao Butantan por ofício. Foi uma indagação, inclusive, bastante ampla. E aí, então, o Butantan reenviou o documento que enviou no dia 6, ele reenvia novamente, já na segunda-feira. E, tendo em vista não haver ali a documentação do Comitê Internacional Independente, a decisão da comissão interna da Anvisa foi pela interrupção dos testes, conforme já foi citado.

V. Exa. pergunta se recebeu vacina ou placebo. Essa informação é uma informação a que certamente a comissão interna da agência terá ou teve já acesso, mas este Diretor-Presidente, por exemplo, não tem a necessidade de conhecer isso. As informações que envolvem sigilo são tratadas com dois aspectos basicamente: primeiro, a credencial de segurança, ou seja, a autoridade que toma conhecimento tem credencial de segurança para conhecer? No caso, como Diretor-Presidente, eu teria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

essa credencial de segurança. Agora, eu tenho necessidade de conhecer? Não, não tenho. O comitê é independente, justamente para ser blindado de qualquer tipo de eventual influência. Então, quanto à pergunta que V. Exa. faz, eu não tenho a resposta.

O que será feito daqui para frente? Nós entendemos na agência que esse evento – o evento em si, e não todo esse corolário que está à volta do evento – foi um evento de rotina. Esse evento aconteceu em outros protocolos vacinais. Tivemos interrupções, aliás, longas, comparadas com este, é claro, de seis dias na AstraZeneca e de mais de seis dias na Janssen. Então, neste, houve uma interrupção de apenas poucas horas, muito menor do que os outros dois. Então, não creio que sejam necessários mais ajustes. Já respondo, então, a pergunta do que será feito daqui frente.

V. Exa. pergunta se há relato de outro suicídio. Não do meu conhecimento. Quanto a se esse episódio vai gerar resistência na população, o que eu entendo que pode gerar resistência na população, eminente Senador, é não tratar a rotina como rotina; é tratar a rotina como caso especial. Interrupção em protocolo vacinal é rotina, não é caso especial. Aconteceu com a AstraZeneca, aconteceu com a Janssen, agora aconteceu com a Sinovac. E vamos lembrar que, na da Sinovac, houve o menor intervalo das três. Então, se isso, na verdade, tivesse sido tratado, desde o princípio, como um fato do desenvolvimento vacinal – portanto, um fato rotineiro e ligado exclusivamente à área técnica –, nós não estaríamos agora tendo essa conversa aqui com os eminentes Senadores e a população não estaria preocupada com tudo que está acontecendo.

Eu acho que realmente tratar aquilo que é rotina como excepcionalidade pode gerar problemas, sim. Então, fazemos, desde já, um depoimento à nossa população, que agora nos assiste: confie nos institutos desenvolvedores, confie na Fiocruz, confie no Butantan, confie nos laboratórios que estão fazendo o desenvolvimento da Janssen Johnson & Johnson, da Pfizer e Biontech, e confie na Anvisa! Isso é um evento de rotina. Não foi o primeiro; poderá não ser o último.

Foi dito também que... Quanto à pergunta se o País já planeja a vacinação em massa, essa ação é do Ministério da Saúde; não da Anvisa.

Agradeço as perguntas do eminente Senador, eminente Deputado Felício Laterça. V. Exa. citou um dos protocolos em desenvolvimento. Veja, eminente Deputado, por mais nobre que seja a missão da regulação da saúde – de fato, é a mais nobre que pode existir, eu acho que aos olhos de Deus, cuidar da saúde dos seres humanos –, temos também uma regulação de mercado. E veja que um desses protocolos vacinais, fruto de uma notícia que se veiculou essa semana – e, detalhe, uma notícia ainda de fase intermediária de desenvolvimento –, gerou, em único dia, a comercialização de U$5,8 milhões de ações dessa única desenvolvedora.

Então, veja como é delicado, como é influenciadora qualquer coisa que se diga, de positivo ou de negativo, sobre qualquer empresa. Temos que lembrar que essas empresas não estão doando essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

vacinas, que não é de graça. Não é uma ação humanitária; é uma ação comercial, é uma ação que é regida por regras rígidas de mercado, sem dúvida nenhuma.

Mais uma vez, reitero: o evento ocorrido foi um evento de rotina. Infelizmente, todo esse corolário que, é claro, precisa ser esclarecido... E agradeço aqui o trabalho deste egrégio comitê do Senado. É importante o esclarecimento. Por nós, esperamos que o esclarecimento vá às últimas consequências. É fundamental, justamente para fortalecer – não para enfraquecer –, para fortalecer todos os quatro protocolos vacinais, neste País, haja vista que três já sofreram interrupções.

Quais os protocolos de acompanhamento? Os protocolos de acompanhamento, eminente Senador, são protocolos de médio e longo prazos. Eles não terminam somente aqui com os estudos clínicos fase 3. É importante frisar que nenhuma das quatro concluiu os estudos clínicos fase 3. Ele irá para a fase de registro e irá, depois que as vacinas estiverem incluídas, pelo Ministério da Saúde, no Programa Nacional de Imunizações.

A última colocação que V. Exa. fez, quanto à questão de suspender de imediato ou fazer novo contato, já respondi na minha locução inicial. Podemos fazer 50 contatos, não há nenhum problema. O problema é que o Instituto Butantan não é o Comitê Internacional Independente; são entidades diferentes. Tanto é que, quando o documento do Comitê Internacional Independente chega, os estudos são retomados. Então, a questão da comunicação não é se ela foi feita, quantas vezes foi feita; a questão é com quem ela teria que ter sido feita. E reitero que, tão logo o posicionamento do Comitê Independente chegou, os estudos foram retomados (*Falha no áudio.*)

Agora, respondendo ao eminente Senador Izalci Lucas, que, aliás, esteve conosco aqui já na visita do Governador João Doria à Anvisa. Agradeço as perguntas de V. Exa. V. Exa. perguntou se esse comitê interno, se essa comissão interna da Anvisa trabalha com regime de votação; se foi por unanimidade e, se não foi, qual foi o escore. Eminente Senador, não é por votação. Esses 18 integrantes, com titulação acadêmica da mais elevada, têm o entendimento final. E esse entendimento final não se dá por votação; ele é participado ao quadro de diretores da agência.

V. Exa. pergunta sobre o aviso ao Presidente da República. Presumo que, como a agência tem a obrigação da transparência, de colocar no seu portal, e assim o fez... Tanto que isso logo ganhou a imprensa e levou a essa compreensão errônea de o Instituto Butantan ser notificado. Na verdade, o ofício da Anvisa antecede essa mobilização da imprensa. Houve 40 minutos de defasagem entre o ofício enviado ao Butantan e a colocação no nosso portal. Depois que se colocou no portal, a informação é pública, qualquer um pode acessar.

V. Exa. citou que eventualmente o próximo indicado para a Anvisa seria um almirante. Parece-me que não, parece-me que se trata de um oficial egresso do Exército brasileiro no posto, na patente de tenente-coronel. Quanto às atribuições para a indicação. Na medida em que a Anvisa não indica ninguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

para esse cargo, certamente são atribuições que devem estar da posse dos indicadores ou daqueles que indicam. A mensagem é sempre uma mensagem presidencial ao Senado para que este submeta à sabatina, conforme, aliás, aconteceu comigo por duas vezes.

V. Exa. perguntou quanto a ligar ou reunir. É a mesma questão, eminente Senador Izalci. Ligar ou reunir, para o Comitê Internacional talvez; para o Instituto Butantan não havia, regimentalmente falando, nenhuma necessidade ou nenhum efeito positivo poderia trazer, porque a informação que faltava foi fornecida pelo Comitê Internacional Independente, no dia 11, e não pelo Butantan, na segunda-feira, à noite; perdão, no dia 10; perdão, dia 10. Então, não se trata, eminentemente, de nada contra o Instituto Butantan – não é isso –, é que ele não teria essa informação; portanto, não a tem, o que gerou a interrupção dos estudos na noite de segunda-feira.

V. Exa. afirma que já havia informado o Instituto Butantan à Anvisa – não é? –, o Butantan teria informado à Anvisa que não havia relação alguma. A informação recebida, eminente Senador, relata um evento adverso grave – ainda pelo compromisso com o sigilo, eu não confirmo nem nego que tenha sido o que a imprensa está noticiando; eu tenho que me manter apegado a esse grau de sigilo –, mas não trazia maiores informações. Daí, o estudo foi, temporariamente – é importante frisar –, temporariamente, interrompido.

É importante também lembrar que a Anvisa tem uma obrigação de isonomia com os demais protocolos vacinais. Citamos aí não só a nobreza da questão da defesa da saúde do ser humano, mas a questão do mercado também. Então, nós temos que tratar os quatro protocolos, se estão sendo desenvolvidos no Brasil ou se não estão sendo desenvolvidos no Brasil, da mesma maneira: com isonomia.

Existem reuniões, sim, que foram citadas. São reuniões desse mesmo grupo interno da agência formado por técnicos e das quais nenhum diretor participa, nem eu, nem a Dra. Alessandra, nem diretor algum. Essas reuniões ocorrem – dúvidas são tiradas – e elas são rotineiras; eventualmente, pode ocorrer alguma extraordinária, como aconteceu recentemente. Agora, finda essa reunião e quando há submissão documental, essa submissão documental tem de ser precisa e tem de ser completa, e ela foi, no caso concreto, imprecisa e incompleta. Reitero: quando se deu a completude da informação, os testes foram rapidamente retomados.

Quanto à questão de comprometer a credibilidade, ao contrário – ao contrário! –, não compromete; está tudo às claras, está tudo colocado às claras. Está noticiado, em todos os jornais, que, neste momento, hoje, e não na segunda-feira à noite, quando os testes foram interrompidos... Está demonstrada uma série de questões, inclusive questões ao arrepio dos compromissos de confidencialidade em que a Anvisa tem que se balizar, mas o entendimento da Anvisa e da responsabilidade desse grupo foi por retomar os testes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito pior seria se esse mesmo tema vazasse – e vamos lamentar que, no Brasil, hoje, infelizmente, o vazamento é uma realidade –, se, lá na frente, com essa vacina já incluída, eventualmente, no Programa Nacional de Imunizações, esse caso fosse levantado. Então, é importante que, à luz da verdade, a clareza seja estabelecida tempestivamente, no momento em que as coisas efetivamente acontecem. Eu não entendo que isso enfraqueça, em absoluto, esse protocolo vacinal. Eu entendo que a permanência da dúvida o poderia ter enfraquecido, mas não o seu esclarecimento. Quem tem medo da verdade? Não devemos temer a verdade. A verdade vem. Agora, ela não tem cronograma político, social, histórico ou cultural para aparecer. Ela tem o seu próprio cronograma e, quando ela aparece, tem que ser enfrentada e enfrentada como um evento de rotina. A população está nos assistindo agora. Reitero: um evento de rotina foi devidamente esclarecido.

Para concluir e me manter dentro do tempo, eu quero me socorrer aqui da declaração do eminente Secretário de Saúde do Estado de São Paulo quando declarou: "'Nada além de aspectos técnicos suspendeu os testes', defende Secretário de Saúde do Estado de São Paulo". Isso está publicado na imprensa. Portanto, para a autoridade máxima da saúde paulista, não houve nenhum outro motivo senão técnico para a interrupção temporária dos testes – a principal autoridade de saúde do Estado de São Paulo, e isso está em todos os canais de imprensa, basta acessar.

Então, se assim é o entendimento dessa autoridade, se assim é o nosso entendimento, quanto ao mais, eminentes Senadores e Deputados Federais que nos conduzem, neste evento extremamente importante aqui no Senado Federal, é darmos a esse evento apenas e tão somente a sua estrita importância: um evento técnico que precisou de esclarecimentos; os esclarecimentos foram regiamente prestados; o estudo foi retomado; os protocolos continuam. Oxalá possa essa vacina integrar o Programa Nacional de Imunizações, bem como as outras três! E que venham também a vacina da Rússia e outras mais! Isso é bom para o nosso País, isso é essencial para o nosso País, isso é essencial para a humanidade.

Agora, não podemos permitir a politização desses eventos, não podemos permitir isso. A agência tem se pautado, até mesmo neste cenário, buscando total isonomia: recebemos com total cordialidade o Sr. Governador do Estado de São Paulo aqui na Anvisa, numa reunião da qual participaram o eminente Senador Izalci Lucas, o eminente Senador Randolfe Rodrigues; temos recebido os eminentes Parlamentares, assim que solicitam – às vezes, não conseguimos receber na mesma data, recebemos em outra data –, de todo e qualquer partido. É a conduta apartidária e republicana e sempre a política desta agência nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Barra.

Muito bem, vamos continuar, agora, passando a palavra para o Dr. Dimas Covas, pelo tempo de até oito minutos, para responder aos três Parlamentares. Fique bem à vontade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para expor.) – O.k. Obrigado, Senador.

Eu estou aqui reunindo algumas informações que estão constando das três indagações.

E aí eu começo aqui por uma questão importante: o Deputado Laterça e o Senador Izalci abordam aqui a questão do fluxo de informações – especificamente, o Deputado Laterça diz em relação aos tempos. É que é importante fazer um esclarecimento. A segurança do estudo clínico, antes de mais nada, é obrigação do centro de pesquisa e do pesquisador principal do centro de pesquisa, que tem aí a obrigação dos seus comitês de ética em pesquisa de acompanhar esse processo. Então, obviamente que, havendo uma reação adversa – não foi o caso aqui; aqui é um evento adverso –, ocorrendo uma reação adversa grave que implique a suspensão de estudo, isto deve ser feito imediatamente pelo pesquisador principal, acionando a comissão de ética, comunicando o patrocinador, que aí, sim, suspende o estudo em todos os centros participantes. Esse é o fluxo, isso foi feito.

O óbito em questão ocorreu no dia 29. E, na sequência, o centro tomou todas as medidas nesse sentido e chegou à conclusão de que não era uma reação, era um evento adverso não relacionado. Essa é a conclusão do centro. E é a partir daí que se disparam todas as demais comunicações.

Isso chega para o setor de farmacovigilância do Butantan, que tem aí sete dias para comunicar à Anvisa. Então, não é atribuição da Anvisa cuidar, em primeiro lugar, da segurança do estudo; é cuidar do processo, se o processo está sendo feito de forma adequada. A obrigação principal da segurança é do pesquisador, é do centro de pesquisa, porque eles estão em contato imediato com o acontecimento. Então, o fato de esse procedimento ter sido adotado nesse caso explica essa cronologia temporal. Imediatamente, as comissões de ética foram acionadas, foram perguntadas em relação à característica do evento, e a conclusão foi de que era um evento não relacionado. Esta conclusão importante foi oferecida à Anvisa: um evento não relacionado, assinado, atestado pelos pesquisadores do centro e pelos comitês de ética, tanto o local como a Conep. O Presidente da Conep se manifestou, inclusive, em relação a isso depois de obter informações adicionais. Então, esse é o aspecto que garante a segurança disso, tanto é que essa comunicação tem sete dias para ser ofertada à Anvisa. A Anvisa pode reavaliar essas informações e, eventualmente, sem dúvida nenhuma, pode ter dúvidas. Agora, a informação está ali. A informação essencial é que o evento era não relacionado e que, portanto, não houve nenhum movimento no sentido de interromper o estudo.

É diferente aqui de uma situação: a AstraZeneca e a Janssen interromperam o estudo por esse mecanismo de que estou falando. Os próprios pesquisadores dos centros da AstraZeneca e da Janssen interromperam os estudos, e, portanto, a Anvisa posteriormente foi comunicada dessa interrupção. Aqui, no caso, não havia motivo para a interrupção. E isso foi comunicado, é exatamente essa a informação que consta e que foi ofertada à Anvisa no tempo preconizado. Aí houve o problema da comunicação interna, do banco de dados, etc., etc., mas não vou me ater a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à comunicação da Anvisa com o Butantan, o Almirante está correto: às 21h04 – da noite – foi postado na caixa postal do estudo um ofício, na caixa postal do estudo no sistema da Anvisa foi postado. Só que eu pergunto: quem é que vai acessar a caixa postal do estudo às 9h04 da noite? Obviamente isso só seria acessado na manhã do dia seguinte, não existe um funcionário de plantão para acessar essa caixa de estudo. Então, houve formalmente? Sim, houve formalmente a postagem. Obviamente esse ofício só seria recebido no outro dia de manhã. E a comunicação das 10h da noite ou 9h30 da noite, no outro dia, na reunião, não teria nenhuma implicação do ponto de vista do estudo. Na manhã seguinte, quando oficialmente foi aberta a caixa postal, observou-se o ofício e determinou-se a parada do estudo. Então, o estudo foi efetivamente parado na manhã do dia 10.

Aí já havia toda a comunicação da imprensa, toda a politização, toda manifestação. Isso aí obviamente não é positivo, obviamente não é positivo; é negativo e tem implicações, sim! Há implicações, inclusive, na compreensão da importância da vacina. Nós estamos vivendo um problema muito grave de vacinação. Termina agora a vacinação da poliomelite e do sarampo com a menor adesão dos últimos anos: a adesão está em torno de 40%, 45%, sendo que o esperado seria acima de 85%. Então, todas as questões relativas à vacina – se toma vacina, se é obrigatória a vacina, se a vacina é segura, se a vacina é chinesa – obviamente têm impacto na população, obviamente têm impacto. Está aí: 40%, 45% de adesão à vacinação da poliomelite, o que, obviamente, é insuficiente. Nós precisamos aumentar essa adesão para acima de 85%, 90% para impedir a volta da poliomelite. Não há dúvida nenhuma de que tem importância, sem dúvida nenhuma.

Há algumas outras colocações do Senador Izalci.

O comitê de ética e o Conep, obviamente, se manifestaram em tempo absolutamente compatível, muito rapidamente em relação a isso. E o comitê internacional... Veja, o comitê internacional é informado pelo Butantan; é o Butantan que informa ao comitê internacional e solicita manifestação do comitê internacional, se achar que é pertinente, se achar que há essa necessidade. Aqui, no caso, foi interpretado que não havia, exatamente pelo fato de não ser um evento relacionado à vacina. Foi solicitado? Sim, foi, porque a própria Anvisa achou que isso seria necessário, mesmo tendo todas as informações – aí, sim, já com um grau de detalhamento muito maior.

Eu tenho a impressão de que são essas as informações, eu tentei resumir.

Obviamente, o Butantan tem um grande compromisso com este estudo. Não há dúvida disso. Neste momento, é o projeto prioritário para o Butantan, porque nós entendemos que um dia de atraso neste processo significa 500, 600 mortes. Se nós introduzirmos essa vacinação, nós vamos prevenir, neste momento, com os dados da epidemiologia do momento, esse tanto de mortes. Portanto, correr com esta vacina é fundamental. Não há dúvida.

Eu consigo me lembrar dessas, Senador Confúcio. Eu acho que eu tentei sintetizar várias perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Justamente, Dr. Dimas e Dr. Barra, a Comissão precisa de documentos. O Relator não está presente, mas ele está fechando o relatório do ano todo, de março para cá. Essa troca de documentos e de informações que houve a partir de segunda-feira passada ou um pouco antes, as respostas, as chegadas, os horários, tanto a Anvisa quanto o Butantan nós gostaríamos que remetessem à Comissão. Se algum desses documentos for de caráter sigiloso, com privacidade extrema, nós temos meios no Senado de guardar documentos sigilosos, sem dar nenhuma publicidade.

Eu vou formalizar esses expedientes, mas vocês já os podem ir preparando para nos enviar. Não são muitos, apenas essas trocas de informação: "Fiz isso, fiz aquilo; fiz isso, fiz aquilo". E os mandem para cá, que eu vou repassar tudo isso ao nosso querido Relator Francisco Jr.

Muito obrigado.

Vamos dar prosseguimento.

Nós temos praticamente, estamos bem adiantados já... O próximo bloco é composto pelo Deputado Reginaldo Lopes, lá de Minas Gerais – eu não estou vendo o Reginaldo na tela, mas ele tinha levantado a mão –, pelo Senador Esperidião Amin e pela Senadora Zenaide Maia. Depois, o outro bloco, que será pequenininho, será composto pelo Senador Tasso Jereissati, com algumas argumentações do Senador Izalci.

A gente fecha a nossa audiência com algumas perguntas também dos internautas que estão aqui. Há muitas perguntas. Vou resumi-las e passar para os senhores num pingue-pongue, bem rapidinho.

Chamo agora, no terceiro bloco, o Deputado mineiro Reginaldo Lopes. (*Pausa.*)

Eu não estou vendo o Reginaldo na tela. Ele se inscreveu... Eu acho que ele não está, não está. Se ele retornar, a gente o chama de novo.

Vamos em frente.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Sr. Presidente, eu quero fazer justiça. Eu tenho a impressão de que a Senadora Zenaide Maia se inscreveu antes de mim – não sei se ela está aí. Se ela não estiver, eu vou usar o meu tempo, mas, até em respeito às mulheres e em respeito a quem me parece que se inscreveu...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está na tela da sala, Senadora Zenaide? Eu não a estou vendo também. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Então, eu vou falar e vai ser muito rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Fique à vontade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Primeiro, eu creio que esta reunião deve servir a um objetivo que é o atual, ou seja, a vacina. Não é uma questão de rotina, a vacina é uma necessidade crucial para o nosso País e para o mundo. Então, eu queria aproveitar o dia de hoje. O Izalci e o Senador Tasso Jereissati, todos os dias, consultam aquele calendário do Sagrado Coração de Jesus, como eu faço. Hoje é o Dia Mundial da Gentileza. A gentileza é fundamental para que haja cooperação. Então, independentemente das circunstâncias políticas – e elas existem, e não existe intriga política sem que os dois lados contribuam para ela –, eu acho que nós deveríamos, neste caso, apelar para a cooperação e para que as rotinas contenham a gentileza necessária pela prioridade que nós todos temos em relação à vacina.

Concordo com a reflexão do Dr. Dimas. Nós estamos vivendo um momento de contestação à vacina, e o caso da poliomielite é um exemplo. O meu Estado foi pioneiro na universalização da poliomielite entre 1979 e 1981 – foi o pioneiro no Brasil. Albert Sabin esteve aqui – há uma avenida, aqui, em Florianópolis, com o nome dele. E nós mal passamos de 50% de vacinação. Então, há um movimento muito sério de contestação.

Qualquer turbulência, seja pelo horário... E aí chamo a atenção de ambos, do Dr. Barra e do Dr. Dimas. Se foi às 18h04, como afirma o Barra, ou às 21h04 que houve a comunicação no dia 9 de novembro, vale a pena se certificar disso. Há uma contradição de horário: 18h04 afirma o Dr. Antonio e 21h04 na caixa postal é o que afirma o Sr. Dimas. Mas isso é irrelevante. Eu acho que tem de haver cooperação, porque o Brasil exige isso. E aqui, que é a Casa da política, nós temos que fazer esse apelo suprapartidário.

Segundo: acho também que, do dia 29/10 até o dia 10 de novembro... E eu não sei de quando é o laudo do Instituto Geral de Perícias, que, creio, Dr. Dimas, tem em São Paulo a mesma autonomia que tem no meu Estado; o IGP não é subordinado a alguma outra autoridade que não a perícia propriamente dita. Aqui em Santa Catarina, ele é uma entidade autônoma; não é um poder autônomo, mas é uma entidade autônoma. Afinal, o laudo que disse qual foi a *causa mortis* é do dia 29, como foi anunciado, ou é do dia 9 de novembro à noite? Essa é outra dúvida.

Agora, eu quero fazer um apelo em favor da cooperação, porque a vacina é prioridade.

E quero aproveitar a oportunidade, Presidente, para deixar aqui um voto de louvor, o primeiro que eu faço, ao Ministro da Economia. Quando ele declarou ontem que, se houver segunda onda, o auxílio emergencial e o decreto de calamidade serão reeditados, ele não traz, com isso, insegurança para a sociedade brasileira, como algumas lideranças políticas disseram, mas ele traz segurança. Eu quero deixar consignado o meu voto de louvor ao Ministro Paulo Guedes – e eu já o censurei em outras ocasiões –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

porque a sua declaração de que, se houver segunda onda, decreto de calamidade e auxílio emergencial serão reeditados não traz insegurança; pelo contrário, traz segurança política e social para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Reginaldo Lopes voltou à sala? (*Pausa.*)

Não, acho que não voltou.

A Senadora Zenaide Maia está aí agora, retornou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Eu queria dar o meu lugar para ela, mas não deixaram.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ela dá umas saidinhas, pedindo voto para o Prefeito dela em Mossoró! (*Risos.*)

Com a palavra, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Estou aqui em Natal mesmo, Presidente.

Eu quero parabenizar o senhor por conduzir isto aí, pois este é um assunto muito importante.

E eu queria chamar atenção para o seguinte: a gente vem vendo desinvestimento, como falou o Senador Izalci, em ciência, tecnologia e inovação neste País, e, nesse desinvestimento, entram justamente Instituto Butantan, Fiocruz, Evandro Chagas. Isso é um fato, apesar de essas instituições terem o reconhecimento mundial.

Cumprimento o Dr. Dimas Covas e o nosso Almirante, Dr. Antonio Barra, e digo o seguinte: não foi o Congresso Nacional nem foi a população que politizaram. O senhor disse que não é para politizar. Quem na verdade politizou foi o Presidente da República, porque o que chamou a atenção foi ele declarar publicamente a suspensão desses estudos como uma vitória dele. Se a gente for analisar, é isso aí. A gente viu que existe divergência de hora, de prazo do Instituto Butantan e da Anvisa. Então, é difícil acreditar nisso.

Como o Esperidião Amin, eu acredito que a gente tem que correr. Isso não é um protocolo de rotina, são mais de 163 mil óbitos, e poderão ser muito mais, porque o mundo todo está vendo isso.

Também, quando o governante máximo do País resolve dizer que é só para se vacinar quem quer, depois de anos em que se vem tentando convencer a vacinar, porque a gente sabe que há milhares de patologias, de doenças por que você morre porque não tem uma vacina, quando você tem vacina, como mostrou o Esperidião Amin, para a poliomielite... Então, quando alguém que tem credibilidade com uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

grande parte da população, como o Presidente da República, dá a entender com essas frases, eu acho que, para ter essa gentileza gerando gentileza, as pessoas que são mais próximas do dirigente máximo deste País têm que tomar uma providência e deixar de lado, porque quem politizou, com certeza, Dr. Antonio Barra, não tenho dúvida que... Se tivesse suspendido os estudos, como foram suspensos os outros, e não houvesse nenhum comentário desse tipo de pessoa que tem influência na população, eleita pelo povo, não tinha havido essa conotação.

Então, eu digo o seguinte: a vacina é essencial, não podemos deixar ficar insensível. Eu não tenho dúvida de que, se a gente não conseguir essa vacina, está aí a maior potência do mundo, os Estados Unidos da América, com o dinheiro do mundo todinho, com quase 250 mil óbitos, e com as condições sanitárias e de poder aquisitivo bem maiores do que a gente de sobrevivência.

Foi politizado, é politizado e não é o Congresso Nacional que politizou, não, e muito menos a população em geral. Agora, quem cria essa desconfiança, tirando a credibilidade de instituições como a Anvisa, como o Instituto Butantan, isso é imperdoável.

Não tenho nem o que perguntar, porque, na verdade, os meus colegas que me antecederam responderam. Agora, claramente, em instituições sérias, com reconhecimento mundial, de excelentes cientistas, como temos no Brasil, no Instituto Butantan, na Fiocruz, quando o Estado brasileiro deixa de investir, é claro que o mundo, que tem conhecimento da capacidade dessas instituições, vem investir, e graças a Deus que temos isso, cada vacina, e tem que haver imparcialidade nessa questão, isonomia com os protocolos.

Como o Senador Esperidião falou sabiamente, isso aqui não é uma coisa de rotina; isso aqui é vida, é urgência, é vida. Se a gente correr contra o tempo, a gente vai fazer viver centenas de pessoas que vão morrer de morte evitável, se a gente correr atrás disso.

Obrigada, meu amigo Confúcio, que inspira todos nós, e vamos dizer: vacine, gente. Feliz de quem não tem a doença porque a vacina evitou. Já há tantas que a gente não sabe, nem em epidemiologia.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora, que é médica infectologista e fala com propriedade e segurança. É do ramo, professora, Zenaide Maia.

Então, na ausência do Deputado Reginaldo Lopes, que não está na tela, eu chamo o Senador Tasso Jereissati.

Senador Tasso Jereissati, com a palavra. (*Pausa.*)

Senador Tasso...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco/PSDB - CE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB - CE. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, obrigado. Parabéns pela condução, pela iniciativa e pela condução de mestre, que V. Exa. é, nesta discussão e nesta Comissão.

Eu gostaria de colocar aqui primeiro, se V. Exa. permite, uma observação para meu querido amigo Senador Esperidião: não vai partir de mim nenhuma hipótese de falta de gentileza ou de politização. O meu problema hoje em relação ao coronavírus não é político, não pode ser político, não é partidário, pode ser até pessoal, porque, como eu sou idoso de alto risco, estou preocupado enormemente com o vírus. No entanto, o meu partido, neste momento, são as vidas humanas que podem ser salvas pela ciência.

O que está acontecendo, de fato, são alguns problemas de responsabilidade na motivação e mobilização da opinião pública de um modo geral, não só no Brasil, mas no mundo inteiro – nos Estados Unidos, nós estamos vendo isso também. Como V. Exa. mesmo levantou, nós temos um recorde negativo de pessoas que compareceram à campanha de vacinação da poliomielite e sarampo recentemente. Agora, por quê? Vamos lá: existe uma campanha mundial contra a vacinação, de desacreditar vacinas de uma maneira geral, e isso é muito forte aqui no Brasil. Então, qualquer autoridade de saúde tem que ter uma responsabilidade muito grande para que esta campanha não se afirme diante da maioria da opinião pública – o que pode acontecer.

A atitude, a meu ver, com todo o respeito pelo Presidente Barra, precipitada da Anvisa tem algumas consequências muito sérias. E não pode ser colocado como rotina; não é uma rotina, como bem disse a Senadora Zenaide, não é uma rotina. O mundo inteiro está preocupado e focado só nisso, com reflexos na educação, na economia, em tudo que é possível. Então, tem que ser levado com muito cuidado, com muita atenção e muita responsabilidade.

A iniciativa da Anvisa trouxe dúvidas quanto às vacinas, que estão sendo colocadas todo dia pelas redes sociais, lembrando que especificamente o próprio Presidente, que de uma maneira ou de outra, indicou V. Sa., tem falado que não precisa de vacina obrigatória. De outro lado, trouxe dúvidas quanto à CoronaVac. É claro que as colocou! Eu vejo muita gente já perguntando... E não a chamam de CoronaVac, mas de "vacina chinesa", como o Presidente tem falado com certo desdém.

Trouxe dúvida quanto a uma das maiores e mais importantes instituições brasileiras, que é o Butantan, assim como a Fiocruz e tantas outras neste Brasil, tão carente de instituições de alta reputação e credibilidade mundial – o Butantan é uma delas. É evidente que trouxe isso! Independentemente de quem seja o Governador de São Paulo, todos nós temos respeito e usamos produtos fabricados e desenvolvidos pelo Butantan.

E colocou em dúvida a credibilidade da própria Anvisa. Com todos esses movimentos que foram feitos, hoje muita gente está com dúvida sobre o que a Anvisa quer – V. Sa. acha que não, mas é o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

está acontecendo, esse é um fato – da própria Anvisa. No momento em que a Anvisa suspende os estudos, e o Presidente, no momento seguinte, comemora a suspensão dos estudos e da morte, é evidente que se passa uma politização, que está clara, que é evidente. Isso pode se dar até à revelia de V. Sa., e acredito que assim seja. Mas aconteceu isso.

Isso é fortalecido, e eu gostaria até que V. Sa. esclarecesse... Ontem, na televisão – foi o que eu recebi aqui agora –, também não... Aparentemente, isso é verdade. Desculpe-me se não for verdade, eu peço desculpas antecipadas. Apareceu no vídeo V. Sa., sem máscara, no auge da pandemia, cumprimentando, do lado do Presidente... Isso se deu antes de V. Sa. ser da Anvisa; não sei em que área V. Sa. estava. Mas estava sem máscara, com o Presidente, no meio da multidão, cumprimentando todos, dando-lhes a mão, no auge da pandemia. Isso repercute também em quem não acredita na ciência, porque a ciência já estava divulgando fortemente, mais do que nunca, a necessidade de máscara, a necessidade de distanciamento social etc.

Então, eu queria apelar a V. Sa. que não levasse essas questões de maneira tão burocrática, porque é evidente que, com um pouquinho menos de má vontade e de preocupação com qualquer aspecto político e ideológico, seria possível fazer uma consulta, mesmo pessoalmente. Se o problema era só a falta de informações, precisava dizer: "Faltam informações". Assim, isso tudo não teria acontecido. V. Sa. está à frente de uma das agências mais importantes do País, se não a mais importante. Se está se importando com as consequências do que diz, do que faz e do que acontece, isso é muito mais importante do que determinada rotina a ser seguida.

Essa era a colocação que eu queria fazer, dizendo, mais uma vez, que peço perdão se fui mais contundente – de maneira nenhuma eu quero deixar de ser gentil –, se fui mais contundente do que o Senador Esperidião gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem!

Nós concluímos, com as palavras do Senador Tasso Jereissati, o terceiro bloco, que foi composto pelo Senador Esperidião, pela Senadora Zenaide e pelo Senador Tasso Jereissati.

Entrou agora, para a nossa felicidade, em nossa sala, o Senador Randolfe, que estava impedido de entrar por questões de lá do seu Estado, o Estado do Amapá. Com esse apagão, ele ficou de fora.

Então, nós vamos fazer o seguinte: eu vou acrescentar aqui, para o Randolfe não ficar sozinho, sem bloco. Ele entra aqui, agora, e o Izalci faz o fechamento.

Então, Senador Randolfe com a palavra, por gentileza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente, pela gentileza, até pela sua condescendência e dois demais colegas, porque, veja, eu tive dificuldades enormes para entrar nesta reunião. Nós estamos em regime de racionamento aqui, no Amapá, a conexão é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

totalmente instável, e eu falo com os senhores sem a garantia de que vou conseguir – e logo peço desculpas ao Almirante se não conseguir – ouvir as respostas, porque a minha conexão está indo e voltando devido à instabilidade da energia aqui.

Mas eu queria só fazer coro com o que os colegas aqui relataram. Almirante, a nossa preocupação... Eu estive com o senhor, como o senhor relatou ainda há pouco... Queria agradecer a forma como fomos recebidos, tanto eu quanto o Governador Dória e o Presidente do Instituto Butantan. Eu fiquei bem impressionado na visita do encontro que tive com V. Exa. V. Exa., militar que é, eu até assinalei, quando estive com o senhor, que considero que o senhor, como militar, está diante da maior tarefa de sua vida, que é a tarefa em que se recorre a salvar vidas. Então, a preocupação de todos nós, desta Comissão, Almirante, é só uma: o quanto antes tivermos a vacina, nós teremos brasileiros que deixarão de morrer, a economia voltará, e nós estabilizaremos todas as circunstâncias.

Portanto, só quero reiterar o que foi dito por todos os demais. A vacina não pode ter conotação política, não tem. Ainda bem que a Anvisa, logo nessa semana, retomou os testes. Eu exulto que assim seja e que avance em relação a isso. Eu quero destacar: não importa qual seja a vacina; a ciência nos diz que os testes em relação à CoronaVac estão mais avançados. Se a ciência e a informação nos falam isso, me parece que é a única coisa que nos pode balizar neste momento.

Eu me preocupo – e aqui quero fazer algo que não costumo, que é antecipar voto em relação a indicados das agências reguladoras – com a recente indicação do Presidente da República de mais um membro para a Diretoria da Anvisa, que é a do Sr. Luiz Kormann. Nada em relação, não só somente... A crítica poderia ser a ausência de experiência dele na área de saúde, mas, enfim, não tendo experiência, mas tendo uma convicção em relação à ciência, a Anvisa está completa de bons técnicos, que podem ajudar.

O que me preocupa, em especial, são as manifestações do Sr. Luiz Kormann; as manifestações feitas pelo Sr. Luiz Kormann, pelo que já foi apurado, nas redes sociais e as manifestações públicas dele. Ele fica fazendo postagem ressaltando os absurdos idiotas que aquele senhor chamado Luciano Hang fica reproduzindo por aí, em relação à vacina, em relação à pandemia do coronavírus. Esse senhor, no início do ano, disse, de forma cruel, que não havia pessoas sendo sepultadas nas sepulturas de Manaus, quando Manaus vivia, em abril e maio, a maior tragédia de sua história, com centenas de mortos por dia por conta da pandemia. O Sr. Luiz Kormann compartilhou mensagens de empresários que atacam pessoalmente o Governador de São Paulo, que atacam a reputação do Instituto Butantan. V. Exa., Almirante, deve reconhecer: o Instituto Butantan é um motivo de orgulho para todos nós brasileiros; 120 anos como instituição de saúde. Não é à toa o convênio com a empresa farmacêutica chinesa: é porque a empresa farmacêutica chinesa compreendeu o Instituto Butantan como instituição balizada para fazer a distribuição da vacina para toda a América Latina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aproveitar e me antecipar: não vejo condições nenhumas de esse Sr. Luiz Kormann assumir algum posto, diferentemente de V. Exa. Não vejo condições de esse Sr. Luiz Kormann assumir posto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária. No que depender do meu voto, e eu acho que no que depender do voto também dos demais colegas, não é possível nós avalizarmos a indicação para uma agência técnica de tanto fundamento científico, como a Anvisa, de alguém que é contra a ciência! É incompatível indicar alguém que é contra a ciência para uma agência técnica e científica como a Anvisa. Mas isso vai ser uma decisão do Senado. E eu conclamo os colegas Senadores a avaliarem o perfil desse senhor, que me parece totalmente incompatível para assumir qualquer posto, principalmente no momento em que nós precisamos da vacina. Nós não podemos colocar ao seu lado aí, Almirante Barra, no momento em que os brasileiros mais precisam de vacina, alguém que é contra a vacina. É incompatível! Seríamos nós que não estaríamos à altura da função pública que desempenhamos e das nossas atribuições.

Então, eu gostaria só de ressaltar, assinalar isso e fazer um apelo a V. Exa. Eu acho que nós temos que trabalhar juntos, tanto esta Comissão como V. Exa. Nós esperamos o melhor. Repito: V. Exa. está diante da maior tarefa de sua vida; o senhor e os técnicos da Anvisa. Não importa qual seja a vacina. Aliás, o senhor há de concordar comigo: se nós tivermos uma, duas, três, quatro vacinas agora, melhor, porque nós vamos ter mais diversidade.

Então, eu exulto V. Exa. Mais do que fazer qualquer pergunta, faço um apelo para nós avançarmos.

V. Exa. e os técnicos da Anvisa nos disseram, quando ali estive, o seguinte: o tempo será o melhor tempo. Eu acho – permita-me completar – que, pelo que estamos vivendo no Brasil, o ideal é que o tempo seja o melhor tempo e o menor tempo possível para nós podermos superar este momento. Este momento tem sido muito doloroso, este ano de 2020 foi trágico para a vida de todos nós.

Então, eu apelo a V. Exa.: o tempo tem que ser... Completo o que V. Exa. nos relatou: o tempo tem que ser o melhor tempo, no menor tempo possível, para nós superarmos esse capítulo difícil da história nacional.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Assim, nós concluímos o bloco.

Vou passar, dando oito minutos, porque dois Parlamentares não fizeram perguntas, fizeram comentários. Então, ficaram basicamente dois perguntadores.

Então, passo a palavra ao Dr. Antonio Barra, para responder aos Parlamentares neste bloco – neste blocão de quatro, não é?

Fique bem à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode liberar o seu microfone, Dr. Barra, por favor.

O microfone do senhor...

Libere o microfone. Está sem voz. Não estamos ouvindo.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Agora está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Agora está ótimo.

Obrigado.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – É a prova cabal, perante o Senado, do quanto quão pré-histórico eu sou em recursos digitais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quem exige uma resposta a esse problema todo da pandemia e vacinal é o mundo, é o mundo que exige. Estamos aqui no Brasil, uma pedra desse mosaico chamado mundo, mas a exigência é absolutamente mundial.

Eu fico feliz com a declaração da eminente Senadora Zenaide: não podemos politizar. Mas, infelizmente, já politizaram. É nesse sentido que eu preciso voltar a algo que falei agora há pouco e que foi bastante criticado pelos eminentes Senadores Tasso Jereissati e Zenaide.

Refiro-me que rotina não é procedimento vacinal. Para comprovar o que digo, basta que requeiram todas as entrevistas que já dei até hoje sobre o tema – e olha que não foram poucas. Eu tenho dito que o mundo está aprendendo, o mundo científico está aprendendo com esses fatos que estão na nossa lida diária, porque são fatos novos. Nunca tivemos uma pandemia dessa proporção em tempos de globalização, em tempos de velocidade de avião a jato. Portanto, rotina? Nada tem de rotina aí. O que disse que é uma rotina para a comissão interna de nossa agência, e essa rotina está prevista em resolução de diretoria colegiada, é um fluxograma de decisões. Isto é que é rotina.

Vacina não é rotina, 160 mil mortos não é rotina, e não foi isso que eu disse. Eu disse que rotina é tomar decisões, como esse grupo tomou, grupo esse do qual não faz parte nem este Diretor, nem a Diretora Alessandra Bastos Soares, justamente para que esse grupo tenha a tranquilidade e a autonomia científica que ele precisa ter, sem receber influência nenhuma. Fosse a Dra. Alessandra ou eu as pessoas mais politizadas do Planeta, nós não teríamos autoridade sobre esse grupo. Nós temos autoridade em outras questões que são votadas e, mesmo assim, autoridade de voto. O meu voto é um quinto dos votos. Para eu conseguir que alguém me acompanhe, eu tenho que convencer essa pessoa com o meu voto. Então, não há poder absoluto dentro da agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E reitero: as decisões foco da atenção do Senado Federal na reunião de hoje, decisões de um grupo de 18 servidores de nível superior, com a mais alta titulação acadêmica e com experiência dentro desta agência, a maioria com mais de 15 anos, são decisões – mais uma vez – nas quais os diretores não têm o poder de interferir.

A Anvisa não deseja, não quer e passa longe de qualquer tipo de politização a respeito desta questão e de qualquer outra. É a mesma Anvisa que atuou na liberação dos testes rápidos; é a mesma Anvisa que atuou na liberação dos respiradores; é a mesma Anvisa que atuou nos insumos para que as pessoas fossem entubadas em UTIs. É a mesma. Não mudou absolutamente nada, não houve troca de corpo técnico... Alguns diretores substitutos entraram, é bem verdade, mas é a mesma agência que fez essa atuação. Ela não foi acometida de nenhuma alteração drástica na sua conduta em relação a este fato que estamos tratando.

O exercício da gentileza... E eu agradeço aqui ao eminente Senador Randolfe Rodrigues, que a citou, e ele próprio qualificou como gentil a forma como recebemos todos aqui, que não é um favor, é o nosso dever. E, como eu honro meu pai e minha mãe, que assim me ensinaram, eu procuro manter essa mesma gentileza.

Agradeço a referência do eminente Senador Esperidião Amin do dia da gentileza.

Entendo que ela sempre deva ser exercida, mas o exercício dessa gentileza, no tempo em que ela tiver de ser exercida, não pode ensejar que nem mais um cidadão brasileiro tenha um evento adverso grave, a partir do momento em que esta Agência toma conhecimento da ocorrência de um evento adverso grave e sem maior detalhamento, o que se deixará por muito claro tão logo o eminente Presidente Confúcio, o Senador Confúcio, solicite, requeira para nós os documentos, que já estão sendo prontificados, como ele mesmo muito apropriadamente já apontou, para que toda esta questão seja encerrada com análise documental.

Eu peço que os eminentes Srs. Senadores e Parlamentares nos ajudem a manter essa questão política completamente fora do que está aqui dentro. Nós não temos controle do que se passa do lado de fora da agência nem temos tempo a perder com isso, mas não é razoável que, neste momento, pairem dúvidas sobre a lisura da agência nesse sentido, principalmente do seu corpo técnico.

Se há alguma razão, se há alguma necessidade de que essas dúvidas pairem sobre a minha pessoa ou de qualquer outro diretor, que assim seja, mas não sobre o corpo técnico da agência, porque o corpo técnico continua. Os diretores passam; o corpo técnico continua. E essa decisão foi uma decisão técnica, reitero, já reconhecida pela autoridade máxima da saúde do Estado de São Paulo, o Sr. Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, que declarou à imprensa: motivos técnicos levaram à interrupção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero pontuar que as interrupções do protocolo da AstraZeneca e da Jansen não se deveram, nenhuma das duas, a evento adverso grave da magnitude do evento que ocorreu em relação a esse protocolo.

Não restava ao decisor, que não fui eu nem a Dra. Alessandra, nenhuma outra conduta, na noite de segunda-feira, diante de informações incompletas – e os senhores vão constatar -, informações que passam longe do campo da certeza, outra atitude a não ser imediatamente parar o processo, sob risco de que outro cidadão testador fosse acometido do mesmo problema. Recairia sobre esses decisores, sobre esse corpo técnico, a culpa por qualquer outro evento adverso grave, que poderia ocorrer ao cabo de horas. Então, a atitude foi tomada no momento em que deveria ter sido tomada pelo corpo técnico interno da Agência. É muito importante frisar isso.

Eu não vou me alongar. Eu agradeço muito todas essas perguntas muito importantes que nos permitiram clarear alguns pontos. Claro, os outros serão clareados através da oferta documental, da resposta documental que daremos à demanda do eminente Senador Confúcio.

Com relação à questão da burocracia... Burocracia é abjeta. Qualquer coisa que retardasse ou evitasse que mais um outro advento desses ocorresse, que resposta daria esse corpo técnico à família de um outro testador, se sofresse outro testador de um problema que para nós não estava esclarecido na noite de segunda – vamos repetir isso *ad nauseam:* não estava esclarecido na noite de segunda –, ao indagarem à agência se a agência sabia que algum evento semelhante aconteceu? Sabia, e nada fez? Não: nada fez.

Julgamos que informações incompletas pudessem ser aceitas. Não é aceitável, senhores. Não é razoável. E volto a dizer – e volto a dizer: os protocolos precisam, sim, estar como estão, com tudo esclarecido, como já foram esclarecidos, e os testes retomados. E vamos prosseguir acompanhando, trabalhando ao lado, cada um no seu ramo de atividade, tanto com o Instituto Butantan, quanto a Fiocruz, quanto a Janssen e Phizer BioNTech.

E, por último, Senador Randolfe, a frase "no melhor e no menor tempo" é minha. Basta constatar aí na imprensa também. Eu tenho dito isto: "É no menor e no melhor". Buscamos o menor, mas tem que ser no melhor tempo, naquele que nos permita garantir tudo aquilo que temos a obrigação legal de garantir.

Agradeço as colocações de V. Exa. quanto à indicação que citou para a Anvisa. Eu vou aqui repetir uma frase que ouvi aqui hoje, tomei conhecimento pela imprensa, e, certamente, o Senado Federal saberá como lidar com as indicações, como lidou com as indicações de todos os diretores, aprovando ou não aprovando, através do voto dos eminentes Senadores.

Gostaria de terminar apenas dizendo ao Senador Randolfe Rodrigues, que esteve aqui conosco na Anvisa, quando recebemos a comitiva do Estado de São Paulo... Não conhecia pessoalmente o eminente Senador. Eu o conheci naquele dia. E hoje vejo aqui, fruto de sua manifestação: não me enganei na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

avaliação que fiz, na percepção que tive da magnitude de sua pessoa. Muito obrigado pelas suas considerações.

Sr. Presidente, encerro por aqui minhas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Antonio Barra.

Eu passo a palavra para o Dr. Dimas, Dimas Covas, por um tempo de até oito minutos, Dr. Dimas.

Nós temos dois Parlamentares que fizeram perguntas.

Com a palavra o Dr. Dimas.

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para expor.) – Senador, eu tenho a impressão de que o que eu vou dizer é exatamente o resumo do que disseram aqui o Senador Esperidião, a Senadora Zenaide e o Senador Tasso.

Nós vivemos tempos excepcionais, tempos de urgência, tempos de calamidade pública, e nada melhor do que o bom senso em favor da vida nesse momento. Nós temos que ter bom senso. Temos que olhar a realidade com olhos da objetividade, do interesse público, e o Butantan é o maior interessado na segurança dessa vacina, é o maior interessado na segurança do instituto. Os centros clínicos são os maiores interessados e, obviamente, não deixaremos nenhum evento, nenhuma reação adversa que seja suficiente para interromper ou causar alguma dificuldade sem que haja esclarecimento. Nunca deixaremos sem esclarecimento adequado. Os centros clínicos são os maiores interessados e, obviamente, não deixaremos nenhum evento, nenhuma reação adversa, que seja suficiente para interromper ou causar alguma dificuldade, sem que haja esclarecimento. Nunca deixaremos sem esclarecimento adequado.

Mas eu volto a dizer: neste momento, é muito importante o bom senso. Precisamos ter um bom senso em favor da vida, porque os tempos de urgência necessitam.

Acho que é esse o meu comentário.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

Muito obrigado, Dr. Dimas.

Vou aproveitar um momentinho administrativo aqui da nossa reunião.

Havendo número regimental, submeto à aprovação a Ata da 37ª Reunião, solicitando aos parlamentares presentes a aprovação e a dispensa da leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovada a Ata da sessão passada.

Está inscrito o frequente, assíduo e atuante Deputado General Peternelli, mas eu vou fazer as perguntas dos internautas. Essa é uma questão de respeito àqueles que estão ligados à TV Senado e à TV Câmara agora.

Eu queria que tanto o Dr. Barra Torres, como o Dr. Dimas anotassem os nomes.

Esta aqui é de Jezer Leal, do Mato Grosso do Sul. Esta pergunta vai para o Dr. Dimas: "Quais foram os métodos utilizados nos testes?". Ele pergunta isso. É uma pergunta dos internautas. Então entenda que é da população.

A segunda pergunta vem de Marco Aurélio e de Bianca Lopes, do Estado de Rondônia, os dois. Deveriam estar até os dois juntos. Esta eu vou perguntar... Vai ser tudo para o Dr. Dimas mesmo: "Como confiar em uma vacina desenvolvida e testada tão rápido, se todas as vacinas levam dez anos em tempo de testagem? A população estará segura sem o tempo necessário?". Entendam que é uma pergunta que veio do povo

Geisa da Silva, do Distrito Federal – eu vou fazer essa pergunta para o Dr. Antonio Barra: "Existe a possibilidade de os testes serem feitos em pessoas comuns e não apenas em profissionais de saúde?". Ela pergunta. O senhor responda como desejar à Geisa.

Por fim, Célia Miranda e Bianca Lopes, também lá de Rondônia. Bianca fez a pergunta em cima e aqui embaixo de novo. A pergunta vai para os dois: "Os senhores terão coragem de tomar a vacina que os senhores liberarem?".

Essas são as indagações dos internautas.

Bem, eu passo a palavra para o General Peternelli pelo tempo de três minutos.

Fique bem à vontade, General. (*Pausa.*)

Pode liberar o som do senhor. O meu está liberado aqui. Está travado o seu som ainda.

Aí, pronto. Pode falar. Agora deu.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Senador Confúcio, demais Parlamentares, Antonio Barra, Dimas Covas, a manifestação é muito rápida. É só para dizer que, depois de ouvi-los, a intenção é a mesma desta Comissão, que é o bem da população brasileira. Todos nós temos que estar irmanados nesse foco, porque muitas vezes se pergunta sobre a vacina, e muitos antecipam votos. Eu vou antecipar o contexto da vacina. Eu vou tomar a primeira vacina que a Anvisa aprovar. Eu confio plenamente no trabalho da Anvisa e vou tomar, como paulista, se tiver aqui mais próximo... Se for

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

a do Butantan, eu tenho plena convicção e confiança de tomar uma vacina que o Butantan e a Anvisa chancelarem.

Muito obrigado, Senador Confúcio. Vamos em frente, irmanados, para vencer o Covid. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, meu Deputado General Peternelli, pela sua participação, em nossa Comissão, hoje, extraordinária.

Bem, agora eu passo a palavra, para o fechamento das nossas indagações, ao Senador Izalci, porque ficaram faltando alguns questionamentos, e ele gostaria de complementar.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Libere o som, Izalci. Está travado ainda, sem som.

Quem libera o som dele? (*Pausa.*)

Pronto. O.k.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu vou fazer aqui algumas perguntas, aproveitando a audiência desta Comissão, que é muito grande. E a gente precisa, realmente, fortalecer a confiança nas vacinas. Esse é o objetivo das minhas perguntas, principalmente para o Dr. Dimas.

Mas, antes disso... É lógico que aqui não é nenhuma CPI, nenhuma indagação. Eu tenho o maior respeito e admiração pelo Presidente Antonio Barra até porque nós estivemos lá com ele, fui muito bem recebido, tive uma excelente impressão não só lá, mas na sabatina, mas, com mania de auditor, e participei de todas as CPIs até hoje, eu vou fazer uma pergunta – se puder respondê-la, ótimo; se não, não se preocupe –, porque uma das coisas que o PSDB fez de melhor no seu Governo foi o Plano Real, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a criação das agências. Eu acho que agência independente é fundamental para o País em qualquer área, não é só a Anvisa, mas todas as agências.

Eu vou fazer uma pergunta aqui. Desculpe-me até se estou exagerando, mas eu gostaria de saber, Presidente, se, nesse período que V. Sa. tomou conhecimento da decisão, que, se não me falha a memória, foi na segunda, nesse período ou depois da postagem ou até um pouquinho antes da postagem, se houve uma conversa de V. Sa. com o Presidente, se o senhor ligou ou ele ligou, nesse período? Esta é uma pergunta que eu quero fazer só para eu realmente valorizar cada vez mais as agências.

Dr. Dimas, é importante responder para dar confiança para todo mundo: como é que se estabeleceu essa parceria da empresa farmacêutica chinesa Sinovac Biotech e o Governo de São Paulo para a produção do CoronaVac no Butantan? Como se estabeleceu essa parceria? Por que o Butantan foi o laboratório escolhido? Em que fase está a testagem da vacina e quais são os resultados obtidos até agora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Quando se espera que a vacina esteja pronta para ser aplicada na população? Quantas doses de vacina se pretende produzir anualmente? E qual é o esquema de vacinação previsto?

Ainda ao Dr. Dimas. No *site* do Butantan na internet há a informação: "O Instituto Butantan não recruta voluntários diretamente. Os interessados devem procurar o centro de pesquisa mais próximo". Pergunto: quais são os requisitos para ser elegível como voluntário para o teste do CoronaVac no Brasil? Como foram arregimentados esses voluntários? Qual é o suporte de saúde física e também mental que está sendo oferecido para esses voluntários? O Butantan sofre ou sofreu pressões políticas para acelerar a produção do CoronaVac?

Essas são as perguntas ao Dr. Dimas.

Dr. Antonio Barra, V. Sa. disse, afirmou, recentemente, que "não somos parceiros; somos árbitros da vacina". Eu pergunto: como se justifica esse posicionamento da Anvisa num contexto do Sistema Único de Saúde voltado para a instituição pública, que é o caso do Instituto Butantan, na qual todos os seus produtos, se não me engano, seis vacinas e treze soros, são destinados ao Ministério da Saúde, que os distribui para o Sistema Único de Saúde?

Quais são os papéis da Anvisa, do Comitê Internacional Independente e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa no acompanhamento e desenvolvimento do CoronaVac?

E, para finalizar, entre os valores da Anvisa, a gente destaca a transparência e o diálogo. Pergunto: existe algum diálogo institucional entre a Anvisa e o Butantan ou apenas uma comunicação do tipo burocrático? Pergunto isso.

E, por último, a Anvisa tem por finalidade também institucional promover e proteger a saúde da população. Além disso, tem a sua autonomia institucional preservada por lei. Nesse sentido, qual é o posicionamento da agência em relação à obrigatoriedade da vacina?

E, por último, o Presidente da República sintetizou como morte, invalidez ou anomalia o conceito de evento adverso grave aplicado pela Anvisa no caso da suspensão do estudo da CoronaVac. Qual é a definição científica de evento adverso grave?

São essas, Presidente, as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Muito bem. Estamos chegando ao final da nossa audiência e, de antemão, quero agradecer a presença de todos os Parlamentares, do Senador Tasso Jereissati, que entrou nesta audiência para nos prestigiar; quero agradecer ao atendimento do nosso convite pelo Dr. Antonio Barra e pelo Dr. Dimas Covas. Eu, inclusive, expliquei aqui no início as dificuldades de ambos em relação às suas agendas, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

eles abriram as suas agendas, cancelando compromissos para nos atender e prestar esses esclarecimentos ao Congresso Nacional e também à população brasileira. Foi excelente!

Eu passo a palavra agora, então, ao Dr. Antonio Barra, que já pode responder e já fazer as suas considerações finais, uma vez que já estamos na fase de encerramento desta nossa audiência.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eminentes Senadores; obrigado, Dr. Dimas Covas e eminentes Deputados que nos acompanham, bem como a todos aqueles e aquelas que estão nos assistindo pelos canais de mídia eletrônica.

Primeiramente, respondendo à pergunta que entendi que foi para mim, Sr. Presidente, dos internautas Marco Aurélio e Bianca...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Exatamente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Perfeito.

A pergunta é basicamente como confiar em uma vacina ou em qualquer vacina que tenha um prazo de desenvolvimento inferior a dez anos, já que este – e não vou usar a palavra "rotina", mas "prazo normal" – é o prazo normal de desenvolvimento em tempos não pandêmicos.

Sr. Marco Aurélio e Sra. Bianca, de fato, é uma excelente pergunta. Os senhores estão muito bem informados. Em tempos de não pandemia, esse prazo é de dez anos ou até mais.

O que acontece nesta situação que vivemos agora – e fiquem bastante tranquilos de que não se trata o menor e o melhor tempo apenas aqui no Brasil, mas no mundo todo, assim nos Estados Unidos, na Alemanha, na França, na Inglaterra, em todos os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, – é que determinadas plataformas vacinais, ou seja, vacinas em desenvolvimento que já estavam em uma fase mais adiantada puderam ter os seus princípios básicos ajustados para o novo coronavírus. Então, isso fez com que se ganhasse bastante tempo, isso permitiu que a comunidade científica internacional pudesse ter expectativas em prazos, é claro, bem menores. Realmente, seria difícil de entender, se se leva dez anos, como é que estamos trabalhando aí com poucos meses, já que a pandemia está decretada há poucos meses?

Mas a motivação básica é essa. Eu tenho certeza de que o Dr. Dimas Covas, do alto da sua grande experiência como cientista, muito melhor do que eu até, poderá complementar, se assim o desejar, essa resposta.

A Sra. Geisa pergunta se existe a possibilidade de os testes serem feitos em pessoas que não sejam profissionais de saúde. Olha, existe, desses quatro protocolos em desenvolvimento, uma prioridade de testar a vacina – e é compreensível que assim seja feito – com testadores que estejam com chance de ter contato com o vírus, justamente para que possa ser feita essa verificação. Mas isso não é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

estanqueidade 100%, porque existem protocolos que têm, de fato, pessoas não necessariamente envolvidas com atividades de saúde, mas numa proporção menor, de fato.

E as Sras. Célia e Bianca: "O senhor tem coragem de tomar a vacina que liberar?" Sra. Célia e Sra. Bianca, eu rezo a Deus que ele mantenha em mim a coragem todos os dias para continuar dando o meu trabalho e a minha contribuição aqui na agência diante dos mares revoltos que nós estamos enfrentando. Eu sou marinheiro, então marinheiro não diz que a situação está difícil, diz que o mar está revolto. Eu acho que essa é a coragem maior que eu tenho de ter e confesso que eu estou usando dela não no seu limite máximo, mas está perto. Portanto, sobre a coragem para tomar a vacina a que a própria Anvisa, onde eu trabalho, der a sua chancela – que venha dos institutos Fiocruz, Butantan, Pfizer, Janssen, Johnson & Johnson, ou a vacina russa, ou qualquer outra que tenha registro feito na Anvisa –, a resposta é um estrondoso sim. Já tive a doença, já tive a Covid-19, saí dela com uma taxa de defesa considerada até bastante alta na época, mas, como eu tenho outras preocupações no dia a dia, vou deixar isso para os cientistas e humildemente seguirei a orientação deles. Se, no final, o entendimento for de quem já teve pode se vacinar, estarei me vacinando, sem nenhum problema. Seria realmente uma grande incoerência minha se assim não fosse. Com 56 anos, não é a hora de eu começar a ser incoerente.

Ao General Peternelli, agradeço a confiança depositada e manifesta por V. Exa. não só na Anvisa, como também no trabalho do Instituto Butantan, e, já nas minhas considerações finais antecipadas, digo que nada arranha a confiança nesse instituto, no seu diretor, nas suas equipes técnicas. É um instituto com mais de 120 anos de vida, de bons serviços prestados à humanidade, não só ao Brasil. Entendo que tivemos, sim, um evento que precisou ser esclarecido, foi esclarecido e, mais uma vez, reitero as palavras do Sr. Secretário de Saúde de São Paulo: um evento técnico já resolvido, já superado, e o protocolo segue em frente.

O eminente Senador Izalci Lucas, a quem agradeço também às referências elogiosas. Mais uma vez, eminente Senador, recebê-los é a nossa obrigação, porque não sou eu, pessoalmente; eu tenho essa característica, mas eu sou aqui um servidor público no exercício do seu cargo, e é meu dever receber bem a quem quer que seja, que tenha tempo de vir aqui à agência conhecer o nosso trabalho – agora, durante a pandemia, é mais difícil. Espero que isso tudo passe, e àqueles que queiram vir aqui conhecer um pouco melhor, é um trabalho muito difícil, muito hermético. Qualquer um que for hoje a uma livraria aqui no Distrito Federal não vai achar nenhum livro sobre regulação; talvez ache um ou dois, numa livraria técnica, mas é um tema muito difícil que gera muita incompreensão, e, às vezes, nessa incompreensão, gera a formação de conceitos equivocados. Mas agradeço sua gentil referência.

Qual é o posicionamento da agência sobre a obrigatoriedade ou não de protocolos vacinais? Eminente Senador, já existem situações em que, se não há vacinação, outros eventos não acontecem. Eu quero lembrar aqui a questão do Certificado Internacional de Vacinação para o viajante: quem não tem determinada vacina simplesmente não entra em outro país. Não estou nem falando em época de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

pandemia, não. Vamos falar da vacina da febre amarela, que é necessária e faz parte do Certificado Internacional de Vacinação. Então, essa é uma questão que já existe. Recentemente, foi apontado que os integrantes da atividade militar têm a obrigatoriedade de ter um cronograma vacinal respeitado.

Agora, é fato também, eminente Senador Izalci Lucas, que as políticas de vacinação são do escopo e da alçada do Ministério da Saúde. Então, eu me apego a tudo aquilo que venho dizendo: qualquer comentário que extrapole o quadrado da Anvisa será, aí sim, motivo de crítica e motivo de politização. Então, esse é um processo decisório de outro órgão que não da Anvisa, é do Ministério da Saúde.

Como opinião pessoal, e não institucional, eu acredito no que estamos fazendo agora. O Senado Federal busca ter clareza no seu conceito sobre o que aconteceu. Estamos aqui, o Dr. Dimas e eu, prestando os nossos esclarecimentos, a população nos assiste, e esperamos que forme, sim, o seu convencimento da importância de se vacinar, e não só essa... Foi muito bem colocado: os índices preocupantes de adesividade da vacinação antipólio. É importante vacinar, não devemos colocar nenhuma dúvida. O trabalho é feito por instituições centenárias, instituições sérias. Então, população, venha se vacinar, no caso da Covid-19, assim que possível.

No evento que aconteceu, eu posso até ter sido mal entendido. Eu disse que foi rotina. Não foi rotina o desenvolvimento vacinal. A rotina nossa é, em caso de dúvida, interromper para esclarecer. A interrupção foi feita; os decisores, aquelas pessoas que decidem sobre isso – não sou eu, não é a Diretora Alessandra – tiveram as informações enviadas pelo Instituto Butantan, as informações emanadas pelo Comitê Internacional Independente, e esse fato está superado. O protocolo prossegue.

O eminente Senador também me pergunta quais são os eventos adversos graves. Então, eu tenho aqui em minhas mãos, Senador Izalci Lucas, uma resolução de diretoria colegiada desta agência. Ela não é nova, é datada do ano de 2015, publicada no Diário Oficial em 2015; teve uma instrução normativa complementar em 2017 e elenca eventos adversos graves: o óbito; a ameaça à vida; a incapacidade ou invalidez persistente ou significativa; a que exige a internação hospitalar ou prolonga uma internação, também é um advento adverso grave; uma anomalia congênita ou um defeito de nascimento também o é; qualquer suspeita de transmissão de agente infeccioso por meio de um medicamento também é e, na última alínea, que é a alínea "golf", é um enquadramento bastante amplo, que é evento clinicamente significante. Então, digamos, essa alínea seria aquela que, de posse das informações obtidas pelo grupo decisor, se entender por enquadrar aqui, poderá enquadrar como evento adverso grave.

E aí o senhor não perguntou, mas eu vou lhe acrescentar que existe uma subclassificação, que são aqueles eventos esperados e os inesperados. O evento de que tratamos aqui foi um evento adverso grave do tipo inesperado. Ou seja, os cientistas que idealizaram, que construíram todo esse regramento, tentaram ver: "o que pode ser esperado?" E fizeram uma lista. O que não está nessa lista é inesperado. E, portanto, aquilo que é inesperado precisa ser esclarecido até a alma, até a minúcia. Foi exatamente o que aconteceu nesse evento, um evento adverso grave inesperado, e, portanto, tinha que ser esclarecido. Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

quem? Por quem de direito. E precisava ser reportado a nós. E assim que o foi, os estudos tiveram a segurança de ser retomados.

Sr. Presidente, eu agradeço, em nome da Anvisa, em nome do grupo independente, da comissão independente de técnicos da Anvisa, foco direto de todos esses acontecimentos, em nome da Diretora Alessandra Soares, titular da Diretoria nº 2, e em meu próprio nome, a oportunidade concedida pelo Senado Federal para prestar esses esclarecimentos. Estamos à disposição. Assim que chegar aqui o documento de V. Exa. requisitando os documentos, eles serão enviados.

Eminentes Senadores, Srs. Deputados e Deputadas, Sra. Senadora, Sr. Diretor Dimas Covas, muito obrigado e o meu boa tarde. Já estamos no horário da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Antonio Barra Torres.

Eu passo a palavra para o Dr. Dimas Covas, para suas respostas e considerações finais.

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para expor.) – Bem, Senador, eu acho que, das perguntas dos ouvintes, só me restou uma pergunta, a da Sra. Célia, se eu teria coragem de tomar a vacina. Na realidade, eu fui o primeiro voluntário da vacina. Eu me submeti e não fui aprovado, pela questão de que eu não estava incluído no grupo de até 60 anos. Eu tenho mais de 60 anos. Mas eu vou tomar agora, quando abrir o grupo de estudo em idosos, que prevê a análise da resposta imunológica. Isso abre agora nas próximas semanas, e eu já estou candidatado a participar desse estudo, tomando a vacina.

Com relação a algumas perguntas do Senador Izalci, como foi feita essa parceria Butantan com Sinovac, o Butantan já tem participado, na sua história, dos organismos internacionais e principalmente dessa associação que eu mencionei, que se chama DCVMN, que é uma associação dos produtores de vacinas dos países em desenvolvimento. O Butantan, até o ano passado, era Vice-Presidente dessa associação, e agora ele ocupa uma das diretorias. São 40 produtores. Entre esses produtores, vários produtores da China, da Índia, da Europa, da América, a Sinovac é um desses associados.

Então, nós já tínhamos um relacionamento anterior com a Sinovac, porque os nossos produtos são muito assemelhados. Nós produzimos gripe, eles produzem gripe; nós produzimos hepatite, eles produzem hepatite.

E, desde o ano passado, nós estávamos discutindo uma aproximação maior em virtude daquela missão que o nosso Governador fez na China. Eu particularmente fui à China na missão do Governador e visitei vários dos produtores chineses de vacina, com os quais nós assinamos protocolos de entendimento. A Sinovac foi um desses laboratórios. A equipe técnica do Butantan visitou, no ano passado, a Sinovac, e a Sinovac visitou o Butantan no ano passado. Ainda nem se falava, nem se cogitava uma pandemia. E calhou de que, quando veio a epidemia, a Sinovac já tinha uma vacina pronta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo inclusive à pergunta anterior da Geisa, por que tão rápido? Porque uma vacina já tinha sido desenvolvida contra um coronavírus, que era o coronavírus que determinou a Sars, que é uma epidemia de síndrome respiratória aguda grave lá na China, e que depois se disseminou para a Ásia, entre 2011, 2012 e 2013. Então, ela já tinha essa vacina em desenvolvimento, que estava em uma fase bem avançada, chegando na fase do estudo clínico I, e aí foi possível então a incorporação desse novo coronavírus, que é o Sars-CoV 2, e rapidamente ter a vacina pronta. Então, isso tudo foi propício.

A tecnologia usada pela Sinovac é a mesma tecnologia usada pelo Butantan. Isso também ajudou muito nessa cooperação. E outro é a própria característica da vacina. É uma vacina de vírus inativado, que é muito apropriado em resposta às situações como essa que estamos vivendo agora.

É uma vacina que tem um longo histórico de segurança porque existem muitas vacinas já feitas com essa tecnologia. O Butantan aqui produz a sua vacina da gripe com base nessa tecnologia, a sua vacina da raiva com base nessa tecnologia. Portanto, nós temos muito experiência. Então, tudo isso foi o que permitiu esse acordo e rapidamente chegarmos ao estágio em que nós estamos.

O estado atual do estudo clínico. O estudo clínico já tem mais de 10 mil voluntários incluídos com mais de 18 mil vacinações já feitas porque a vacina é em duas doses. Lá na China, já são mais de 70 mil pessoas vacinadas. E esse conjunto de dados já permite concluir com relação à segurança dessa vacina. É uma vacina que tem uma incidência de reações adversas muito baixa, entre as menores das vacinas que estão em uso, muito assemelhada à vacina da gripe. Portanto, nós já temos dados suficientes para afirmar em relação à segurança dessa vacina.

O estudo clínico nesse momento está limitado aos profissionais de saúde porque são os profissionais mais expostos e, portanto, aqueles que poderão dar uma resposta mais rápida em termos de eficácia dessa vacina – e esse é o objetivo. Mas, na sequência, existirão outros grupos: o grupo de idosos, como eu acabei de mencionar; grávidas; e crianças, que também é um grupo já previsto em termos de estudo clínico.

Por que foram escolhidos esses 16 centros? São centros de estudos clínicos já habilitados pelo Butantan, já participaram de outros estudos clínicos do Butantan, como, por exemplo, o da vacina da dengue. São centros certificados internacionalmente: eles têm que ter um corpo técnico treinado e têm que ter as instalações adequadas para serem centros de estudos clínicos.

E, por fim, se houve alguma pressão do Butantan em relação a essa vacina. De forma alguma. O Butantan fez todas essas parcerias, todos esses acordos. E, quando eles já estavam todos já firmados, prontos, é que nosso Governador foi informado. E aí vem acontecendo, de fato, essa atenção maior a essa vacina, dada essa questão da politização. Não fosse isso, seria mais uma vacina normal em desenvolvimento, como tantas outras que estão acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Butantan não tem nenhuma pressão política do nosso Governo. Ao contrário, a pressão a que respondemos é a pressão da urgência. Nós temos a responsabilidade de fazer essa vacina, de trazer essa vacina o mais rapidamente possível, porque nós entendemos perfeitamente a gravidade do momento.

E, para terminar, o nosso relacionamento com a Anvisa sempre foi excelente, sempre num nível técnico dos mais elevados, sempre no sentido de promover a melhoria dos nossos serviços, do atendimento das exigências da Anvisa em termos de medidas regulatórias. Sempre houve uma cooperação muito grande. E isso vai continuar acontecendo, porque a Anvisa é uma agência de Estado, não é uma agência de governo; é uma agência que foi feita para atender os interesses da população brasileira, e não do governo A, do governo B, do governo C, ou do governo que estiver de plantão. Esse é o nosso entendimento. Eu já manifestei isso publicamente.

Agradeço à Anvisa, neste momento, a presteza com que houve a retomada dos estudos clínicos. Acredito que o episódio deva servir, exatamente, para que a gente fique alerta para não permitir o que foi mencionado: que instituições tão sérias e tão comprometidas possam ser, neste momento, questionadas por questões menores, que são do interesse político imediato. Nós estamos aqui a longo prazo; nós somos instituições – Butantan e Anvisa – que vão permanecer. Nós, como dirigentes dessas instituições, tenho certeza, temos o compromisso de manter essas instituições no mais elevado nível e com o cumprimento de seus objetivos da forma mais elevada e adequada aos interesses da nossa população.

Agradeço muito esta oportunidade. Já estive antes presente nesta Comissão. Agradeço ao Senador Confúcio. Tenho absoluta certeza de que nós precisamos, neste momento, de um entendimento público amplo para podermos enfrentar essa pandemia. Essa pandemia só será vencida se nós tivermos o mínimo de união, o mínimo de esforço coordenado, no sentido de vencê-la, porque ela ainda vai durar um certo tempo e corremos o risco, inclusive, de uma exacerbação. Então, nós temos, sem dúvida nenhuma... O Congresso, as instituições públicas, os órgãos reguladores, neste momento, têm que atuar em absoluta coordenação, porque ainda vai ser exigido muito de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Muito obrigado a todos os presentes.

Creio que os autores dos requerimentos ficaram satisfeitos com as apresentações, com os debates, com as perguntas esclarecedoras que foram feitas aos dois convidados.

Quero agradecer – já falei antes – ao Dr. Antonio Barra Torres pela cordialidade, por abrir mão de sua agenda, hoje cheia. Da mesma forma, ao Dr. Dimas Tadeu Covas.

Não tendo mais nada a declarar nem a tratar, encerro a presente reunião, deixando o meu abraço e uma boa-tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito agradecido.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e oito minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao Coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas, Lucas Barreto, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Cacá Leão, Francisco Jr., Felício Laterça, General Peternelli e Mauro Benevides Filho, e ainda da Deputada não membro Paula Belmonte. Deixam de comparecer os Parlamentares Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Luiz Carlos Motta e Reginaldo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Prestar esclarecimentos sobre o apagão no Amapá, a falha no sistema de reserva e providências tomadas para regularizar o fornecimento de eletricidade no estado. (Atendimento ao REQ. nº. 74/2020). **Participante:** André Pepitone da Nóbrega, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao Coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/11/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião desta Comissão – é uma reunião excepcional –, Extraordinária, aprovada por requerimento na semana passada.

Esta Comissão foi criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, cujo objetivo é acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência em saúde pública de importância internacional.

Por esse enunciado, a gente já vê que em nossa Comissão cabe tudo. É muito importante esta audiência pública, devido não só ao apagão, mas a suas consequências na área da saúde pública do Estado do Amapá. Todo o povo brasileiro está assistindo sistematicamente pela imprensa nacional ao grau de sofrimento do povo amapaense.

Esclareço que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, registrado através da plataforma pela função "levantar a mão". E já há vários de mãos levantadas.

O tempo de fala será, primeiro, concedido ao Relator, o Deputado Francisco Jr., seguido dos titulares, suplentes e Parlamentares não membros da Comissão.

As questões de ordem e tempo destinados à Liderança poderão ser utilizados após a audiência.

Não temos número regimental para aprovar a ata da sessão passada. Vamos deixar essa parte em branco.

O Senador Randolfe aborda, no início, a questão da oportunidade de réplica e tréplica. Até hoje nós não utilizamos essa possibilidade, mas, se a gente abre para um, tem que abrir para todos e ficaria restrita a esta única audiência pública aqui hoje. Então, antes de definir e falar em réplica e tréplica, eu quero consultar os presentes. Assim, como o Senador Randolfe pede direito de réplicas e, consequentemente, a Aneel vai querer também a tréplica, a gente vai dar um tempo menor para essas réplicas e para essas tréplicas.

Mas, antes de tomar esta decisão, eu quero consultar os presentes. Vou anunciar agora: os Parlamentares presentes que estiverem de acordo com a proposição do Senador Randolfe de haver direito a réplica e tréplica permaneçam como se encontram – direito para todos. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Então, vamos em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta audiência destina-se ao debate sobre as causas que levaram ao apagão no Estado do Amapá, a falha no sistema de reserva e as providências tomadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para o restabelecimento da normalidade do fornecimento de eletricidade ao Estado, e conta com a participação do Sr. André Pepitone da Nóbrega, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Nós vamos iniciar agora, concedendo ao Dr. André um tempo que vai oscilar entre 20 minutos e 25 minutos.

Então, eu passo, neste momento, a palavra a V. Exa. Fique à vontade para as apresentações.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio, Presidente aqui da Comissão da Covid. Saúdo V. Exa.

Cumprimento o Relator, o Deputado Francisco Jr. Saúdo os Parlamentares presentes: Senador Esperidião Amin, Senador Izalci, Senador Lucas Barreto, Senador Randolfe Rodrigues, que é o autor do Requerimento nº 74, de 2020, aprovado nesta Comissão. Cumprimento também o Deputado General Peternelli, o Deputado Felício Laterça e todos aqui presentes.

Acho que esta reunião vai ser uma oportunidade para que a gente possa esclarecer diversos episódios que estão acontecendo no Amapá. Mas, antes de tudo, Presidente Confúcio, eu gostaria de dizer que, antes de uma questão técnica, nós estamos diante de uma questão social. E a Aneel está com uma equipe atuando em Macapá desde os primeiros momentos, desde as primeiras horas do *blackout*. Todas as medidas que estão sendo tomadas pelo setor elétrico brasileiro visam promover de pronto – esse é o nosso objetivo agora – o restabelecimento de suprimento de energia no Estado do Amapá.

Quero deixar claro aqui que a prioridade nossa é resolver o problema das pessoas. Reconhecemos que muitos consumidores estão, há mais de uma semana, sem suprimento de energia, e nós entendemos o quanto é frustrante e desgastante tentar sobreviver à rotina, no dia a dia, sem energia elétrica. Eu quero que todos saibam que o setor elétrico trabalha de maneira intensa, rápida e segura para conseguir restabelecer a energia e atingir o nosso compromisso, que é ter 100% do restabelecimento o mais rápido possível. E, ao longo desta semana, teremos eventos importantes para que isso seja alcançado.

Nós nos solidarizamos com todo o povo do Amapá, que está passando por essa dificuldade desde a semana passada, desde o dia 3 de novembro. E a preocupação de todos nós, é claro, é restabelecer a normalidade no suprimento do Estado, entendendo também que atuamos para que as causas desse episódio sejam devidamente levantadas, analisadas, comprovadas, permitindo, então, a partir da sua correta identificação, que as medidas corretivas apropriadas sejam implantadas. Vamos atuar com todo rigor e responsabilidade, buscando a responsabilidade dos atores envolvidos. Não vamos apurar somente a causa da falta do serviço de energia no Amapá e apresentar as medidas corretivas, mas também vamos apurar responsabilidades e aplicar punições. Entendemos que essa situação é completamente inaceitável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos todos 100% comprometidos com ações para restabelecer o suprimento de energia do Amapá. O momento mostra que a população da Região Norte, que sempre se viu excluída, precisa ter certeza de que é Brasil. E, por isso, todos os nossos olhos e ações se voltam para o Amapá. Não descansaremos até que o povo amapaense tenha restabelecida a totalidade do suprimento de energia elétrica, que as responsabilidades dessa interrupção sejam devidamente apuradas e que as penalidades sejam devidamente aplicadas.

Presidente Confúcio, vou pedir permissão a V. Exa. para projetar uma apresentação, uma rápida apresentação, para servir aqui de guia da nossa exposição.

Não sei se todos podem acompanhar a minha apresentação, que está projetada. Eu indago, Presidente: a apresentação está projetada?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Por favor, pode continuar. Está excelente. Pode continuar.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – Obrigado.

Então, no primeiro momento, eu gostaria de explicar aqui a governança do setor elétrico nacional.

Nós temos a Presidência da República, o Congresso Nacional e o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O CNPE é um órgão de assessoramento direto ao Presidente da República, e sua principal atribuição é justamente a formulação... A principal atribuição, então, do CNPE é a formulação de políticas e diretrizes de energia que assegurem o suprimento de insumos energéticos para todo o País.

Nós temos o Ministério de Minas e Energia, que é o órgão do Governo Federal responsável pela condução da política energética no nosso País.

Nós temos o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico brasileiro (CMSE), que é um órgão coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e que foi criado para acompanhar e avaliar a continuidade e a segurança do suprimento em todo o Território nacional. Esse comitê é integrado por todas as entidades do setor elétrico, inclusive pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Suas principais atribuições consistem no acompanhamento do desenvolvimento das atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização, na avaliação das condições de abastecimento e atendimento no País, na realização periódica de análises integradas de segurança do abastecimento, entre outras atribuições.

Nós temos a Agência Nacional de Energia Elétrica, e cabe a ela regular e fiscalizar a produção, a transmissão, a distribuição e a comercialização de energia elétrica.

Nós temos o ONS, que é o órgão responsável por operar, supervisionar e controlar a geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional e que tem por principal objetivo o atendimento dos requisitos da carga, a otimização de custo e a garantia da confiabilidade do sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

E nós temos a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que é o órgão do Ministério de Minas e Energia ao qual cabe fazer o planejamento do setor elétrico brasileiro.

Então, essa é a governança setorial, Excelências.

Vamos aqui aos atores envolvidos na perturbação do Amapá.

Nós temos o Ministério de Minas e Energia, que traça as diretrizes e promove o planejamento do setor por meio da EPE; nós temos a Aneel, que regula e fiscaliza o setor; nós temos o Operador Nacional do Sistema, que coordena a operação do sistema seguindo regras aprovadas aqui pela agência, que são os procedimentos de operação; nós temos a concessionária de distribuição local, que distribui a energia – recebe a energia em alta tensão nessa subestação de Macapá, transforma essa energia na baixa tensão e injeta na rede da CEA para levar energia aos amapaenses; nós temos a Eletrobras, que foi designada pelo CMSE – eu tive oportunidade de acabar de falar da sua atribuição –, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, por meio da Portaria 406, para contratar essa geração emergencial para atender o Amapá enquanto as condições da subestação não sejam restabelecidas. Então, a Eletronorte está autorizada a contratar 150 megawatts, já contratou 60 megawatts e esses 60 megas já estão desembarcando em Macapá na manhã de hoje. Nós temos 20 megas contratados da Oliveira, nós temos 25 megas contratados da Sol Energy, nós temos 20 megas da Aggreko que já estão em Macapá, desembarcando no Porto de Santana na manhã de hoje. E nós temos a LMTE, que era a concessionária que explora a subestação onde houve a intercorrência.

Excelências, o setor elétrico brasileiro possui números superlativos. Nós atendemos 85 milhões de consumidores, temos 105 distribuidoras de energia. Como a CEA, que é uma distribuidora, nós temos 105: 53 detentoras de concessão e 52 detentoras de permissão. As permissionárias, por si sós, atendem áreas menores, e isso é muito comum na região do Senador Amin, a Região Sul do Brasil, ali no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná. Temos uma capacidade instalada de 173 mil megawatts, temos 9.960 usinas gerando energia para atender à carga do Brasil, todas essas 9.960 usinas sob fiscalização direta da Agência Nacional de Energia Elétrica. Nós temos 158 mil quilômetros de linhas de transmissão e temos um incremento de potência de quase 4 mil megawatts para atender a carga no País.

A Agência Nacional de Energia Elétrica, desde a sua criação, já propiciou ao Brasil praticamente R$850 bilhões de investimentos para fomentar a infraestrutura deste País, com a construção de usinas hidrelétricas, com a construção de linhas de transmissão, de subestação e também com ampliações na rede de distribuição de energia para levar energia a todos os brasileiros. Hoje, dos serviços públicos concedidos, o de energia elétrica é o mais universalizado, alcançando 99,8% de nossa população, mas nós vamos atingir, até 2025, 100%.

A Agência Nacional de Energia Elétrica foi objeto de declaração das duas maiores agências de classificação de risco do mundo agora, no final de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, da Standard & Poor's e, segundo, da Moody's – são as duas agências mundiais de classificação de risco –, dizendo que a atuação da Aneel promove um ambiente seguro, estável, de respeito a contratos, então há um ambiente favorável a investimentos no Brasil. E isso é importante, pois nós temos um volume de leilões grandiosos para serem realizados, nós temos infraestruturas a serem feitas, como mais linhas, mais subestações, mais usinas, e precisamos de investimentos privados para suportar o crescimento da infraestrutura em nosso País.

A Agência Nacional de Energia Elétrica também estruturou agora, no auge da pandemia, em parceria com o Governo Federal, uma operação de mercado que envolveu R$15,3 bilhões para atender às demandas do setor elétrico. Essa operação de mercado estruturada permitiu um alívio nas tarifas, um amortecimento de 8,5% da Distribuidora Brasil. Claro que, de distribuidora a distribuidora, esse número pode ser um pouco maior ou um pouco menor, mas a Distribuidora Brasil foi aliviada em 8,5% num momento de crise, num momento em que o mundo se depara com um cenário sem precedentes, em que as pessoas estão afetadas, muitos perderam os empregos. Então, foi um ato de grande importância a gente conseguir não ter maiores variações na tarifa.

A agência trabalha, Excelências, com uma fiscalização que chamamos responsiva. Então, nós temos três estágios de fiscalização que a Aneel pratica. A Aneel fiscaliza continuamente a prestação de serviços por meio de pontos de controle preventivos. A fiscalização do Sistema Interligado Nacional das mais de 9 mil usinas, das mais de 100 distribuidoras de energia, dos mais de 158 mil quilômetros de linhas de transmissão, acontece de maneira responsiva, atuando por pontos de controle preventivos. Então, a fiscalização do Sistema Interligado Nacional é composta pela execução de três etapas.

A primeira etapa é o monitoramento das atividades. No monitoramento, nós utilizamos inteligência analítica para identificar indícios de prestação inadequada do serviço por qualquer concessionário. Identificados os indícios, esses são encaminhados, então, para um segundo nível de investigação, que nós denominamos de análise. É uma atuação com os agentes.

Nesse segundo nível de investigação, na análise, a fiscalização atua na identificação de pontos de melhoria para que haja a regularização célere dos problemas identificados pelos agentes. Nessa etapa de análise são selecionadas as instalações e as respectivas transmissoras que serão convocadas para reuniões aqui na Aneel. Nessas reuniões, espera-se que as transmissoras apresentem diagnóstico de todos os desligamentos ocorridos e correspondente proposta de plano de resultados para que isso não aconteça mais. Após a análise e o aceite dessas propostas de plano de resultados, então, a Aneel acompanha mensalmente o cumprimento desse plano.

Não havendo resposta, nós avançamos para o terceiro nível de fiscalização, que é a ação fiscalizadora de fato, que é a atuação *in loco* da Aneel. Esse é o terceiro nível, podendo então ensejar aplicações de sanções administrativas tais como advertência e multa. Cada não conformidade identificada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ter multa de 2% do faturamento da empresa. E nos cabe também, em última instância, intervir na concessão, nos termos da Lei 12.767, o que poderá culminar na extinção da concessão.

Vejam que o sistema de transmissão nacional é dotado de 1.418 linhas. Temos 158 mil quilômetros de linhas, temos 409 subestações e 384.000 MVA em capacidade de transformação.

Vejam só, Excelências, a gente acompanha utilizando as melhores práticas mundiais. Vou fazer aqui uma analogia. Imaginem uma rede de farmácias em que eu tenho 1,5 mil lojas. Eu vou acompanhar o desempenho dessas minhas 1,5 mil lojas por meio de indicadores: quem bateu a meta diária, qual está com o nível de funcionários adequado trabalhando. Então, para aquelas que destoam desses indicadores, a gente passa para uma segunda fase, fazendo uma ação *in loco*.

A gente plotou aqui, para possibilitar que tenham a dimensão da pujança do sistema interligado nacional, a nossa rede de transmissão sobre a Europa, que praticamente envolve a Europa inteira. O Brasil tem dimensão continental. Nós vamos de Lisboa a praticamente Estocolmo, abrangendo toda a extensão do território europeu – isso só na transmissão. Além disso, temos mais de 9 mil usinas geradoras e mais de 100 distribuidoras que precisamos fiscalizar. Para atuar nessa medida, adotamos as melhores práticas internacionais.

Permita-me, Presidente Confúcio, rapidamente, só para que tenham a dimensão, mostrar para os senhores o projeto que foi ligar Tucuruí a Manaus, onde temos um ramal que sai de Jurupari para Macapá. Foi um projeto sensacional da engenharia nacional. Nesse projeto, vencemos um grande desafio que era interligar a margem esquerda do Rio Amazonas ao Sistema Interligado Nacional, dando pujança e segurança ao atendimento. O projeto de engenharia é desafiador. Nós atravessamos o Rio Amazonas no seu trecho mais curto e, diante da grandeza, da imensidão do Rio Amazonas, nesse trecho mais curto, estamos falando em 2,130km. Então, isso fez com que, na travessia da torre a que chega a linha na Subestação Macapá, tenhamos uma torre de praticamente 300m de altura, uma torre do tamanho da Torre Eiffel, que está em Paris, na França. Para atravessar os canais, a torre é de 150m de altura, e, ao longo da floresta, a torre tem 70m de altura, porque as linhas, de acordo com as recomendações ambientais, deveriam ir acima das árvores. A Região Amazônica – da qual eu sou muito familiar, pois passei a minha infância na Região Amazônica, todo o meu período de infância e adolescência vivenciei no Município de Presidente Figueiredo, no interior do Estado do Amazonas –, então, a árvore mais alta da Amazônia é a castanheira, de 50m. Então, nós temos torres de 70m para que elas possam passar acima do topo da castanheira. E aqui eu apresento a foto da linha passando em cima das árvores mais altas e aqui a foto da torre que atravessa o Rio Amazonas. Isso é um grande desafio da engenharia nacional, uma torre que tem a dimensão da Torre Eiffel.

Voltando aqui à nossa fiscalização, como disse, nós adotamos esse modelo de fiscalização responsiva por indicadores. Esse modelo está alinhado com as melhores práticas nacionais e internacionais, tendo como referência a Receita Federal, o Banco Central e a OCDE (Organização para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que recomenda esse tipo de fiscalização. Quem adota, algumas entidades: a Oxygen, uma entidade de grande responsabilidade na Inglaterra, e o Department for Business, Energy and Industrial Strategy, da Inglaterra também adota. Ou seja, as instalações do setor elétrico são fiscalizadas 100% do tempo.

Excelências, no atual momento, a Aneel está sendo submetida a um processo inovador da OCDE que se denomina *peer review*. Nesse processo, os países da OCDE, que é um fórum de países comprometidos com a democracia e com a economia de mercado próspera, transparente e aberta a investimento, nós estamos nos submetendo a uma análise crítica da OCDE, buscando as melhores práticas internacionais de regulação e estamos agora sendo escrutinados sob o olhar atento de *experts* canadenses, suecos e alemães.

Trago a S. Exas. o resultado dessa fiscalização. Estamos aqui com um gráfico em que aponto mensalmente o número de intercorrências com corte de carga no Brasil. Então, a gente tem um gráfico mês a mês, que vai de janeiro de 2014 até setembro de 2020. V. Exas. podem observar que até 2016 nós estávamos num crescente de intercorrências e, quando chegamos ao final de 2016, quando adotamos essa fiscalização responsiva recomendada pela OCDE, vemos total inversão de tendência, em que conseguimos reduzir em 54% o desligamento com corte de carga mensal do País. Então, V. Exas. podem observar que de 2017 em diante a inclinação da reta mudou e o cenário agora nos é bem favorável no sentido de que estamos fazendo a coisa certa, estamos diminuindo o corte de carga no nosso robusto Sistema Interligado Nacional.

Trazendo agora a nossa fiscalização responsiva ao caso da LMTE, que é a concessionária que opera a instalação em Macapá, a gente pode observar que a instalação é fiscalizada desde seu primeiro momento. Então, todas as instalações da LMTE – que é composta por quatro subestações e seis linhas – estão fiscalizadas. Ela passou para o segundo nível de fiscalização por problemas que ocorreram na subestação Oriximiná e o plano de resultado não resolveu. Então, nesse sentido, nós tivemos também problemas na subestação Oriximiná. Então, fizemos uma fiscalização *in loco*. Estivemos em Oriximiná entre 19 e 21 de fevereiro de 2019 e, devido ao baixo desempenho do compensador estático da subestação Oriximiná, com falhas na prestação do serviço, a empresa recebeu então uma multa de R$460 mil, que já foi paga. Essa multa teve efetividade e já foi devidamente recolhida.

Esse eslaide, Excelências, apresenta o acompanhamento de indicadores nas quatro subestações da LMTE. Então, acompanha Oriximiná, Jurupari, Laranjal e Macapá. Macapá está com os dados mais à direita do nosso gráfico. Cada pontinho desse no gráfico significa o ano de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. Nós só tivemos intercorrência na subestação de Macapá no ano de 2020, no dia 3 de novembro, quando, dos dois transformadores que estavam prestando serviço, um foi totalmente avariado e virou sucata, e o outro foi afetado, mas conseguimos restabelecer o serviço. É uma máquina que pesa mais de 100 toneladas, que tem 47 mil litros de óleo naftênico, um óleo isolante que, com o acidente da noite de 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

de novembro, foi contaminado com acetileno. Esse óleo precisou ser limpo para que a instalação voltasse a funcionar, o que só veio a ocorrer na madrugada de sexta-feira para sábado, do dia 6 para o dia 7.

E, agora, sobre as causas do blecaute. O blecaute é como se fosse um desastre aéreo, ou seja, ele não acontece apenas por uma falha, nós temos diversas intercorrências que levam ao blecaute. O setor elétrico tem parametrizado a apuração disso. Estamos, no atual momento, seguindo aqui o nosso fluxograma. Então, o primeiro ato é convocar uma reunião para análise da perturbação; o segundo ato é a realização dessa reunião. E, no caso da subestação Macapá, que é explorada pela LMTE, a reunião para análise da perturbação ocorreu na segunda-feira, dia 9 de novembro.

Excelência, me foi colocado aqui que tenho 15 segundos. Eu peço a permissão do Presidente da Comissão, se tiver anuência dos demais Senadores, eu preciso de mais, tenho poucos eslaides, eu poderia concluir aqui a exposição?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeitamente, pode continuar, por favor.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Então, nós já realizamos a reunião para análise da perturbação. É em cima desse relatório, Excelência, que se denomina RAP (Relatório de Análise da Perturbação), que todas as ações serão tomadas do ponto de vista de imputar responsabilidades. Então, nós estamos agora, conforme esse fluxograma, atuando na confecção desse relatório.

A próxima etapa é a elaboração de uma minuta do relatório de análise da perturbação. Estamos, neste momento, no dia de hoje, vivenciando essa etapa. Essa minuta está sendo confeccionada por todos os atores envolvidos. Então, participam o ministério; o Operador Nacional do Sistema; a concessionária LMTE; a Aneel; a Eletronorte, que está na localidade; a concessionária CEA, que sofreu as consequências. Então, todos os atores participam dessa etapa.

Uma vez concluída essa minuta, ela vai circular com todos os atores para comentários e, aí sim, nós teremos a edição do relatório de análise de perturbação, que, de acordo com o fluxo formal, tem 25 dias úteis, desde a reunião do dia 9, mas, como nós estamos atuando de forma célere, esse prazo será encurtado. Acredito que, nos próximos dez dias, nós teremos então o relatório de análise de perturbação, que é o documento que vai apontar tudo o que aconteceu no caso da solicitação do Amapá.

Estamos vivendo hoje enfrentando as consequências desse acontecimento. Agora vamos apurar, com toda a precisão que o caso exige, o que foi que ocasionou essa perturbação. E feito isso, então, ato seguinte, diante desse relatório, é a Aneel monta toda a estratégia, então, para exercer mais uma etapa da sua fiscalização, o que está ocorrendo desde sempre. Então, seriam as ações decorrentes desse relatório.

Esse é o fluxograma que seguimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso da operação do sistema, a Aneel estabelece os procedimentos de rede que são propostos pelo operador, debatidos com toda a sociedade, com todos os agentes, passa por audiência pública, o documento é aprovado... Então, o Operador Nacional do Sistema opera o sistema seguindo esses procedimentos e atua sob supervisão e coordenação e controle do Sistema Interligado Nacional, e a concessionária também opera e tem o dever de reportar todo acontecimento para o sistema, por meio de comunicação própria.

E, já também perto do fim, o direito dos consumidores.

Há vários direitos dos consumidores envolvidos num caso como este, mas, do ponto de vista da regulação, nós estamos garantindo aqui que todos os consumidores que tiverem equipamentos queimados diante dessa ocorrência, ocasionado por falta de alimentação de energia, serão ressarcidos dentro do setor elétrico.

Agora, do ponto de vista da lei, seguindo a lei, nós temos que buscar no Judiciário outros danos que não estão abrangidos do ponto de vista administrativo, que são os danos morais, lucros cessantes e danos emergentes. Isso pode ser feito por meio de uma ação civil pública.

Então, já concluindo, nós temos aqui uma edição desse relatório de análise de perturbação. A Aneel vai exercer os próximos passos da fiscalização, e isso pode ter como consequência três medidas. A primeira medida é uma multa por cada não conformidade identificada na empresa concessionária que atinja o teto de 2% de sua receita. Estamos falando aqui de R$2 bilhões. Por cada não conformidade identificada, terá uma multa de 2% da receita da empresa de R$2 bilhões. Isso vai ser feito pela agência. Atuamos, assim, com toda a segurança, observando o contraditório e a ampla defesa.

Por isso, a fiscalização também pode nos dar elementos para uma caducidade e uma intervenção na concessão e também pode nos dar elementos para municiar Ministério Público Federal e atuar, aliado com o Ministério Público Federal, numa ação civil pública de reparação de danos.

Hoje, diversos geradores estão sendo deslocados para Macapá, e óleo precisa ser deslocado para fazer esses geradores funcionarem. A Secretaria de Gás e Petróleo do Ministério e o nosso Secretário, José Mauro estão plenamente envolvidos nessa logística, para disponibilizar o óleo para atender a essas máquinas. Isso tem um custo, e o sistema nacional tem sua regra de atuação. Uma vez identificado esse custo, mediante uma ação civil pública, poderemos buscar a indenização desse custo para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional.

E, por fim, como disse, estamos aqui com o amparo da lei. O art. 3º do inciso X da Lei 9.427 nos dá a prerrogativa de aplicar a penalidade, e a penalidade é por cada não conformidade injustificada. Nós temos a Lei 12.767, que nos dá a prerrogativa de recomendar a extinção da concessão. Claro, isso tudo é feito observando o rito judicial, porque uma agência reguladora é a casa da lei. Aqui a gente cumpre lei, cumpre contrato. Diante dessa postura, fomos reconhecidos pelas duas maiores agências de risco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

mundiais. Então, vai haver ampla defesa, vai haver contraditório, mas o processo vai seguir. E, pela terceira alternativa, conforme pudemos pontuar, com o amparo da Lei 7.347, de 1985, os custos com a geração dessa energia termoelétrica podem ser ressarcidos ao sistema por meio de uma ação civil pública.

Bom, Presidente Confúcio, Excelências que aqui nos acompanham, eu acho que essa seria uma abordagem inicial para permitir o debate aqui nesta importante Comissão, que traz à tona um tema tão sensível para os brasileiros e um drama que o Amapá vive, que, como disse, é uma situação inaceitável.

Obrigado, Excelência. Retorno a palavra a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. André, pela sua exposição.

Havendo número regimental, eu submeto a aprovação da Ata da 38ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Antes de iniciarmos os debates, eu quero fazer uma pequena explicação.

Esta audiência foi definida para sexta-feira passada. Eu mesmo, devido à data da eleição no Brasil inteiro, que seria dia 15, domingo, resolvi fazer em duas etapas. Fizemos aquela primeira na sexta-feira, e esta sobre o Amapá deixamos para hoje, entendendo que já teria passado o período eleitoral, mas o Tribunal Regional e o Tribunal Superior Eleitoral definiram o seu adiamento. Então, eu gostaria muito que nossa audiência pública aqui hoje ficasse restrita ao tema apensado e notificado no requerimento, que é o debate sobre o apagão e as suas consequências, principalmente, na área da saúde pública, da Covid-19. Então, essa é a explicação que eu gostaria de fazer a todos.

Vejo também que esta audiência pública é muito importante para o Estado do Amapá. Ela é muito importante. É a única Comissão, até o momento, funcionando no Congresso Nacional. Nós somos a expressão do Congresso Nacional neste momento. Então, que fique bem claro ao povo do Amapá, que, através desta Comissão, nós estamos nos expressando, abrindo espaço para um debate, para a informação da imprensa local, das autoridades locais e do povo do Amapá.

Assim dito, eu quero explicar que nós temos até agora oito inscritos. Com a aprovação da fala, da réplica e da tréplica, esse tempo pode ser mais esticado, e a audiência demorar. E vão entrar outros Parlamentares. Já está combinado que eles vão entrar depois e vamos terminar com umas dez, doze inscrições.

Mas vamos em frente. Eu passo a palavra... A ordem é a seguinte: o Deputado Francisco Jr., como Relator; o autor do requerimento, Senador Randolfe, é o segundo; depois temos Felício Laterça, Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Rio de Janeiro; e Senador Izalci Lucas – vamos fazer depois em blocos –, Senador Esperidião Amin, General Peternelli, Lucas Barreto e Zenaide Maia. Essa é a ordem aqui pelo levantar de mãos.

Vamos iniciar.

Com a palavra o Relator Francisco Jr.

Vamos colocar um tempo, Deputado Francisco, de seis minutos. Se o senhor quiser uma réplica, a gente vai conceder a V. Exa. Fique à vontade, está com a palavra.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, na pessoa de quem cumprimento todos os colegas Senadores e Deputados que estão presentes e até os ausentes também, porque, se não estão presentes com um tema tão importante, com certeza é porque não puderam.

Cumprimento também o Dr. André Pepitone da Nóbrega, que é Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica e tem aqui essa responsabilidade tão complicada nesse momento.

Quero cumprimentar, solidarizando-me, todas as vítimas do Amapá. Permitam-me chamá-las de vítimas, porque eu não consigo encontrar outra forma de imaginar uma situação dessa em pleno século XXI, em que a gente tem tantas formas, tantas fontes de energia, e um colapso dessa forma eu confesso pensar que era inimaginável. Mas quero me solidarizar com eles, num momento em que já sofrem tanto, em que têm tanta dificuldade, tanto problema, e estão em uma situação dessa de falta de energia.

E ficaria até a pergunta. O senhor fez uma boa explanação da ação da agência, mas como, em pleno século XXI, um Estado sofre uma pane elétrica e fica dias sem energia elétrica? O que está sendo feito para mitigar esse tipo de situação, imaginando um país inteiro, um país continental? Onde mais isso está correndo risco de acontecer? Como prevenir, como prever, o que fazer?

O senhor fez toda uma explanação pertinente, mas nos deixa inseguros se aquilo que está sendo feito somente e até então é suficiente para prevenir, para prever outros episódios como esse Brasil afora.

Com relação à empresa responsável pelo incidente, o senhor fez uma explicação, com base na lei, com relação à punição: até 2% de multa, podendo inclusive até caducar a concessão. Tudo bem, nós entendemos isso. Mas é possível fazer mais? Por exemplo, eu vi a questão dos prejuízos gerados muito vinculada à Justiça. Administrativamente, não nós não temos nenhuma oportunidade de favorecer as vítimas?

Porque a pessoa, além do prejuízo, ainda terá que buscar a Justiça, e há a morosidade da Justiça, a interpretação. Além de todos os prejuízos e de toda a situação administrativa, administrativamente não há nenhuma porta? Porque a multa, de alguma forma, favorece o Estado. Excelente! Mas, e a população? E a vítima? O que podemos fazer por eles? Há algo administrativo que, em caráter excepcional que seja, nós podermos buscar de alguma forma?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em um contexto de pandemia, onde há dezenas ou centenas de pessoas internadas nos hospitais, que tipo de redundância no fornecimento de energia existe para esses hospitais? A Aneel prevê algum mecanismo de proteção no fornecimento de energia elétrica para essas instituições?

E aí, quando eu falo das vítimas, eu gostaria de dar um destaque para o setor da saúde. Está sendo tratado de forma diferenciada pelo momento da pandemia que estamos vivendo? Em todas essas alternativas que a Aneel está buscando soluções – há esses geradores que o senhor explicou até um pouquinho antes de começar a reunião; o senhor estava falando de quantos watts estão sendo adquiridos – está sendo feita uma reserva específica para a área da saúde? Há uma preocupação do Estado com isso? Vocês têm um cálculo de quantos óbitos, quantas complicações derivaram dessa falta de energia nos hospitais? Porque, se a gente imagina, no caso da Covid mesmo... Mas aí existem todas as outras doenças porque as pessoas não pararam de adoecer de outras coisas também. Mas e quem estava em uma UTI, quem precisava de uma hemodiálise, quem fazia algum tipo de tratamento que necessitava de um equipamento que precisa de energia? Como está sendo pensado isso para que essas pessoas possam ter ao menos o seu sofrimento amenizado ou ter uma luzinha de esperança de que isso não possa acontecer de novo?

E, por fim, Diretor, em Goiás, houve recentemente um grande embate com a Enel, que é a nossa concessionária. O senhor acompanhou isso bastante de perto, houve um sofrimento muito grande, um prejuízo imenso ao Estado. Tem melhorado aos poucos. Tem melhorado, a gente reconhece o esforço da empresa no sentido de fazer os investimentos, só que está longe de ser na velocidade que seria necessária. Por isso, eu pergunto, qual o tamanho do problema que o senhor avalia em nível nacional? Quanto investimento deve ser necessário para fazer tanto na geração quanto na distribuição de energia no Brasil e de onde se pode prever a vinda desse recurso? Vocês têm um cálculo de quanto precisa investir no Brasil para o País desenvolver? Porque sem energia não há que se pensar em levar indústrias para o centro, para o norte; sem energia não há como a gente fazer essa avaliação e investir nesse desenvolvimento.

Agora, o que está sendo investido na energia e de onde há previsão para vir esses recursos? Qual o prazo para isso? Vocês têm a conta de como ficaríamos na próxima década, por exemplo, diante de tudo isso? Nesse momento de pós-pandemia, no qual nós vamos ter que ter um grande investimento para recuperar o País, o quanto disso deve ser destinado à energia?

Presidente, procurando ser bastante objetivo, eram essas as minhas perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Francisco Jr.

Eu passo a palavra ao Dr. André Pepitone pelo tempo de três minutos, Dr. André, para o senhor responder ao nosso Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está com a palavra.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – Caro Presidente, de fato, nós estamos diante de uma pane elétrica no Amapá e, como disse, nos solidarizamos com toda a população. Tenho certeza de que o setor elétrico brasileiro está totalmente dedicado a restabelecer o serviço de energia no Amapá o mais rápido possível.

Agora, Deputado Francisco Jr., Relator aqui da Comissão, nenhum sistema elétrico é infalível, nenhum sistema elétrico é imune a intercorrências. O que nós não podemos aceitar – e não vamos, em hipótese alguma, aceitar – é negligência. Somente o Relatório de Análise de Perturbação vai nos dar os elementos para apurar a correta causa desse episódio, mas digo a V. Exa. que, em pleno século XXI, agora, em 19 de julho de 2019, nos Estados Unidos da América, Estado de Michigan, 800 mil consumidores, 1,5 milhão de pessoas ficaram sem energia por seis dias, e isso num país de Primeiro Mundo, num Estado próspero dos Estados Unidos da América que é o estado de Michigan; nós tivemos, em 2012, no nordeste dos Estados Unidos, em Nova York, a capital do mundo, o centro financeiro do mundo, um blecaute que afetou 8 milhões de consumidores, atingiu 16 milhões de pessoas, que ficaram 48 horas sem energia no centro financeiro do mundo; nós tivemos agora, também em 2012, ainda nesta década, na Índia, um blecaute que, do ponto de vista de afetação, foi o maior blecaute do mundo: afetou 620 milhões de pessoas, 9% da população mundial, com 48 horas sem energia.

Então, eu não quero, de maneira alguma, justificar o que está acontecendo no Amapá, porque não tem justificativa, é inaceitável, e a frustração nossa é grande diante desse episódio, mas quero contextualizar a situação e dizer a V. Exa. que nenhum sistema elétrico é imune a intercorrência, nenhum sistema elétrico é infalível. Agora, nós temos toda a estrutura do setor, nós temos o planejamento do setor, nós temos...

O nosso setor elétrico é planejado para assegurar a continuidade do suprimento com a saída forçada de alguns equipamentos – no Amapá, nós tínhamos três transformadores e nós temos a Usina Coaracy Nunes –; os equipamentos do setor elétrico são projetados com elevada confiabilidade. Portanto, a falha de... Nós tínhamos três transformadores no Amapá. A falha de mais de um transformador seria um evento totalmente improvável do ponto de vista da engenharia, mas é uma realidade, aconteceu e, contra fatos, não há argumento.

Então, nós temos que tomar – e já tomamos – as providências para reavaliar o planejamento do atendimento ao Estado do Amapá com total segurança. Agora, como disse, equipamentos não são à prova de negligência, e é aqui que a fiscalização da Aneel vai atuar, nós não vamos tolerar essa negligência. Agora, poderíamos estar, em um outro momento, tratando especificamente desses pontos, quando estivermos de posse do Relatório de Análise de Perturbação. E já me disponibilizo, Presidente, diante desta Comissão a voltar aqui, de posse do Relatório de Análise de Perturbação (RAP), para que possamos, então, com base em fatos concretos, devidamente apurados, partir para uma outra abordagem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

já com a assertiva do que aconteceu em Macapá, no Estado do Amapá, mas, enquanto a gente não tem esse relatório, eu não tenho como falar a V. Exas., seria uma leviandade de minha parte apontar aqui as causas. Agora, assim como todo brasileiro é técnico de futebol, todo mundo entende um pouco do setor elétrico. Então, nós temos aqui diversas análises, possibilidades e versões do que tecnicamente aconteceu, mas, para falar como Diretor-Geral da Aneel a uma Comissão do Senado Federal, eu preciso falar com a total segurança que o Relatório de Análise de Perturbação vai me conferir.

Sobre a questão da empresa responsável, Deputado Francisco, tenha a certeza de que nós vamos tomar todas as medidas que estiverem ao nosso alcance; como disse, com os atores do setor, todas as medidas administrativas ao nosso alcance serão tomadas. Então, do ponto de vista da regulação da Aneel, as medidas que podemos tomar de imediato são aquelas que já apresentamos. Entretanto, há outras medidas para as quais, diante do nosso sistema e diante da forma como atuamos, obedecendo estritamente a legislação, obedecendo estritamente a legalidade, a gente vai precisar do amparo e do suporte de lei para atuar no Judiciário. Fica aqui até uma possibilidade de aprimoramento nesse sentido, em função desse caso do Amapá, de apurar, aprimorar o sistema legal para deixar esse direcionamento de maneira mais objetiva para, num caso como o que estamos vivendo, termos celeridade, e não termos que nos submeter ao tempo do Judiciário.

Agora, a questão de favorecer o consumidor é algo que pode ser analisado. No sistema elétrico, nós temos hoje o reconhecimento da fatura de energia daqueles consumidores mais carentes, para os quais a gente tem aquele programa da tarifa social – aqueles consumidores que estão inscritos em programa social do Governo têm desconto na fatura de energia. Poderíamos pensar em algo similar neste momento crítico que o Amapá vive, mas dependemos aqui de legislação. A agência é um órgão que executa a legislação, mas nós podemos também opinar, ser propositivos, e poderia ser até iniciativa desta Comissão uma ação nesse sentido de buscar alguma medida, a exemplo da tarifa social, para os consumidores afetados no Amapá. A receita da empresa é algo...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Dr. André. O senhor pode complementar mais para a frente, mas vamos dar andamento aos nossos trabalhos, porque não posso perder o controle do tempo da nossa audiência.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – O senhor me dá um minuto para concluir, Excelência?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO) – Eu vou ter réplica e tréplica, não, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Mas você pediu? Quando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixa eu explicar direitinho: o Parlamentar fala normalmente três minutos. Como há o pedido do Senador Randolfe deferido por todos, a réplica é de dois minutos, e a tréplica, se for conveniente, de mais dois minutos – três, dois, dois. No caso do Relator, quando o Parlamentar não precisar de réplica e tréplica, ele não fala nada, mas, antes, já pede logo réplica e já entra logo com a réplica, e a gente controla os dois minutos.

Então V. Exa. precisa de tempo para a réplica, não é, Deputado?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO) – Bem, eu só peço que ele possa fazer o comentário sobre a saúde, aliás, sobre as duas coisas que estão faltando: saúde e investimentos. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ótimo.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – Exatamente, Deputado Francisco. Eu pedi esse um minuto para fazer esses dois comentários.

Primeiro, na saúde, nós temos os principais hospitais do Estado do Amapá, como o Hospital de Clínicas, o Hospital de Emergência, entre outros, que estão desde o primeiro momento atuando. Foram deslocados geradores de pequeno porte para atender esses hospitais e geradores de pequeno porte para atender o centro de distribuição de água, que é um cuidado que temos que ter com a população, que não pode ficar carente de água. A Defesa Civil Nacional se mobilizou e, no mesmo dia da intercorrência em Macapá, nós estávamos com o líder máximo da Defesa Civil Nacional em Macapá, cuidando dessas ações junto com o Governador Waldez Góes, o Governador do Estado. Então, tenha certeza, Deputado Francisco, de que essas ações foram tomadas e estão em pleno andamento.

E sobre a outra questão, a questão da Enel Goiás. Na agência, diante também da dificuldade que tivemos no início do ano com a Enel Goiás e com um plano emergencial de atendimento ao serviço, tínhamos reunião mensal. Toda última semana do mês, a equipe da Aneel e a equipe da Enel Goiás – e não era a equipe técnica; eram os técnicos e a alta gerência da Enel – estavam aqui na Agência Nacional de Energia Elétrica – isso num mês –; no outro mês, lá no Estado de Goiás. Nós estabelecemos metas, trabalhamos de maneira pesada, com objetivos e metas, e acompanhamos a execução dessas metas que foram estabelecidas em parceria com o Governo do Estado, com o Governador Caiado e o seu Secretário Adriano, que atuou intensamente nesse processo.

Feito esse trabalho, hoje temos outra realidade em Goiás. Conseguimos melhorar substancialmente o atendimento, algo que foi reconhecido pelo próprio Governador do Estado recentemente em manifestação pública, Deputado Francisco.

Devolvo, então, a palavra a V. Exa. Seriam esses os meus comentários.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posso passar à frente, Deputado Francisco?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Pode, mas, em momento oportuno, eu peço que ele comente sobre um plano de investimento nacional – não era bem sobre Goiás que eu estava perguntando; era em nível nacional – para nós pensarmos, inclusive, isso com relação ao Orçamento. Em que nós precisamos reforçar o Orçamento nessa área?

Mas, muito bem. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Senador Randolfe Rodrigues, autor do requerimento, V. Exa. terá quatro minutos por ser o autor do requerimento. Se V. Exa. precisar de réplica e tréplica, eu já falei: dois e dois.

Com a palavra V. Exa., Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente.

Eu quero agradecer a V. Exa. e a esta Comissão pela atenção e, de fato, pela solidariedade com o sofrimento que nós estamos vivendo aqui no Amapá.

Sr. André Pepitone, permita-me, na preliminar, dizer uma coisa: o maior blecaute do mundo não é o da Índia nem o das 48 horas de Nova York; o maior blecaute do mundo está acontecendo aqui no Amapá. São 15 dias! Quinze dias: 4 em que não houve nada de energia aqui para nós e outros tantos em que estamos em regime de racionamento. Permita-me, Sr. André, dizer que não condiz com a verdade esta informação de que, no dia seguinte ao apagão, já tinha ocorrido o restabelecimento de água. Até o dia de hoje, as pessoas aqui em Macapá não tiveram o restabelecimento de água potável.

O Deputado Francisco Jr. fez uma pergunta, fez um questionamento que eu considero muito importante aqui: a relação que isso tem com o aumento da pandemia da Covid-19. Ontem eu entrei em contato com o diretor do Hospital Universitário, onde estão internados pacientes da Covid-19. As informações dão conta de 44 casos e quase 90% da UTI do Hospital Universitário já totalmente ocupados. Nós ficamos quatro dias sem fornecimento de água nenhum! Imagine: como as pessoas sem fornecimento de água vão ter acesso à higiene básica, que é pré-requisito para impedir a disseminação da pandemia? Nos últimos dias houve aumento de casos de diarreia e de vômito nas unidades básicas de saúde de Macapá. E isso foi porque as pessoas, não tendo água, vão atrás da água dos córregos, vão atrás de lugares onde há água.

Então, me permita, Sr. André: eu agradeço a sua solidariedade, mas a sua solidariedade é à distância. O senhor deve ter vindo aqui por uma hora e ter voltado no avião da Força Aérea, mas o senhor não tem a dimensão do que os amapaenses aqui estão sofrendo. Eu considero muito importante... Deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

ser interessante a Standard & Poor's e as agências internacionais reconhecerem a Aneel, mas isso não tem importância nenhuma para os mais de 800 mil amapaenses que neste momento estão sem energia, sem água, diante do colapso do sistema de abastecimento em geral. Para essas pessoas concretas, de nada adianta a nota que a Aneel tem com essas agências reguladoras.

O senhor fala em amortecimento de tarifas. Pois bem, eu lhe digo: o nosso Estado, como eu acredito que o senhor deve saber, é um Estado exportador de energia elétrica. Nós estamos neste momento gerando mil megawatts de energia elétrica para o Brasil todo, e temos a mais alta tarifa de energia elétrica, ou uma das mais altas tarifas de energia elétrica, do País. Amortecimento da tarifa de energia elétrica não tem tido efeito aqui para o Amapá.

Eu queria, fazendo essa preliminar, Sr. Pepitone, ir diretamente para as perguntas. Eu considero fundamental ouvir a resposta de V. Sa.

A primeira delas: quando foi realizada e qual foi o resultado da última fiscalização econômico-financeira sobre a concessão da LMTE? Na época, a Isolux, a LMTE ou a Gemini, seja lá que raio for a concessionária que conquistou o leilão, assinou o contrato de concessão com a Aneel. Afinal, quem é que controla a Isolux, a Gemini, a LMTE? A Aneel concordou com a transferência de titularidade? Em quais termos concordou com a transferência dessa titularidade?

Segundo: quando foi realizado e qual foi o resultado da última fiscalização do serviço de transmissão da LMTE? Por que a Aneel e o ONS, há quase um ano... É importante que se diga isto para esta Comissão e para todos os brasileiros que estão nos ouvindo: desde novembro, o que aconteceu? V. Sa., Sr. Pepitone, comparou o que acontece no sistema elétrico com um acidente aéreo.

(*Interrupção do som.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Só concluindo, Sr. Presidente.

Permita-me dizer: nesse caso, o piloto levou a aeronave na direção do morro. Há um ano se sabia que não existia um plano B, que um transformador estava em manutenção. Quais foram as providências do ONS e da Aneel?

Concluindo, o senhor poderia me informar sobre o ofício assinado pelo Diretor Técnico da empresa LMTE, o Sr. Evandro Cavalcanti, que foi comunicado à Aneel no dia 7 de abril último? O senhor poderia nos dar informações sobre se teve acesso a esse ofício? E quais foram as providências?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Dr. André Pepitone...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, tenho o direito de réplica.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está certo, eu vou conceder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tem entre três e quatro minutos. Acho que o senhor deve se ater às perguntas do Senador, deve responder a ele. Depois há réplica e tréplica. O senhor vai anotando, para não se perder.

Com a palavra V. Exa., André Pepitone.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Saúdo o Senador Randolfe.

Compreendo, Senador, imensamente a indignação em que V. Exa. se encontra diante dessa situação que estamos vivenciando no Estado do Amapá. Mas estamos atuando para resolver essa questão.

Excelência, primeiro, eu só gostaria de fazer uma contextualização. O incidente no Amapá aconteceu em um momento de grande chuva, na noite do dia 3 de novembro, numa terça-feira. Na quarta-feira à tarde, eu, pessoalmente, Diretor-Geral da Aneel, estava em Macapá. Ao meu lado, estava o Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da Aneel. Estávamos nós dois acompanhando a delegação do Ministro de Estado de Minas e Energia, o Ministro Bento Albuquerque. Em menos de 24 horas dessa ocorrência, o Ministro estava presente no Estado.

Excelência, não fiquei por uma hora no Estado do Amapá. Lá cheguei na quarta-feira à tarde, dormi em Macapá de quarta para quinta-feira, vivenciei os desafios locais do que é passar uma noite em um Estado do Norte. Como eu lhe disse, fui criado e vivi minha infância e adolescência no Município de Presidente Figueiredo, que, em questões físicas, não guarda muita diferença para Macapá, pois está no meio da Floresta Amazônica, com muito calor. Vivenciei todos os desafios de uma noite sem luz, com as pessoas com preocupação em relação à geladeira que estava sem funcionar. Mas nós estávamos lá.

A Aneel é o pai da criança, digamos assim. Nós gerimos a fiscalização no País, temos essa atribuição legal, somos responsáveis por fiscalizar o setor. E, diante disso, fomos a Macapá para tomar já as providências, para, em um primeiro momento, verificar o ocorrido *in loco*. Estivemos na subestação. Tivemos reunião com o Governador Waldez Góes, tivemos reunião com a Defesa Civil, ou seja, tomamos todas as ações para restabelecer o serviço.

E foi nesse dia de quarta-feira que já comandamos o encaminhamento imediato a Macapá das máquinas purificadoras de óleo, pois tínhamos 47 mil litros de óleo contaminados com acetileno na subestação de Macapá. Esse óleo limpo poderia fazer com que o tráfego que foi avariado fosse restabelecido, fruto da troca da bucha de outros equipamentos que estavam na subestação naquele momento, no almoxarifado. Então, isso foi trocado rapidamente. Entretanto, o grande desafio para restabelecer aquela subestação e permitir que o Amapá voltasse a dispor de 150MW de energia era o óleo, os 47 mil litros de óleo contaminados. Para limpar esse óleo, eu precisava da máquina que limpa esse óleo e do tempo, pois esse processo dura mais de dez horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Então, comandamos ações para buscar isso no Estado, em Belém e em São Luís, com todo o apoio das Centrais Elétricas do Norte do Brasil. O Presidente da empresa, o Parucker, e o seu Diretor Pardauil estão aí em Macapá *full time*. O Diretor Pardauil está *full time* em Macapá com essas ações. Então, tomamos essas ações, e foi o que permitiu a gente restabelecer o serviço na madrugada de sexta-feira para sábado.

Sexta-feira, então, voltamos a Brasília em assessoramento e apoio ao Ministro Bento. Tratamos aqui de toda a logística com a Força Aérea Brasileira para buscar geradores onde havia – a maioria deles localizada em Manaus –, para justamente atender a essa preocupação de atendimento de água e de hospital.

No sábado, Senador Randolfe, estava de volta a Macapá. Passei o sábado e o domingo em Macapá. Então, veja, dos cinco dias de ocorrência, em quatro dias eu estava pessoalmente em Macapá. Só não estava na sexta-feira porque estava em Brasília buscando gestões para buscar imediata resposta a essa situação de Macapá. No sábado, nós estivemos novamente na subestação.

Domingo de manhã, nós fomos a Laranjal do Jari, no sul do Estado, a 270km de Macapá, justamente para ver as ações para levar o transformador de Laranjal do Jari para Macapá.

Então, estamos agora com duas frentes de atuação. A primeira frente, digamos assim a 001, é restabelecer a energia. Como vamos fazer isso da maneira mais rápida? Levando o gerador. O gerador hoje já está no Porto de Santana.

Estruturação 2, para resolver essa questão de maneira agora estrutural, é levar o transformador para subestação de Macapá. Agora, esse transformador é uma peça que pesa mais de 100 toneladas, ou seja, eu tenho que desmontar, transportar e montar em Macapá. Então, o sistema interligado identificou que o transformador mais próximo que atendia as demandas lá da subestação de Macapá era o que estava em Laranjal do Jari. Então, fui com o Ministro de Estado, o nosso Almirante Bento, a Laranjal do Jari, onde estivemos iniciando as atividades da empresa LMTE de desmontar esse gerador. Fomos acompanhar *in loco* a desmontagem desse gerador para levar o transporte para Macapá. Ontem mesmo esse gerador já começou o transporte via fluvial para Macapá.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Dr. André.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O Senador Randolfe tem direito a uma réplica. Então, ele vai fazer a réplica e, se não forem atendidas as suas perguntas, ele vai complementar, o senhor complementa, e ainda terá também uma tréplica.

Então, com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Permita-me, Sr. André, mas vir aqui é obrigação mínima. Mínima! Sofrer o que qualquer amapaense está sofrendo nesses dias, principalmente os mais pobres, não tem paralelo. Acho que é inadequada qualquer tipo de comparação.

Veja, o senhor está falando do reparo de uma situação que não deveria ter ocorrido, e a responsabilidade de não ocorrer era sua, era da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica, é de toda a direção da Aneel. Era sua a responsabilidade de que não ocorresse o que está ocorrendo. O senhor não respondeu às perguntas.

Eu quero só concluir, Sr. Presidente. Veja, o Sr. André não respondeu à pergunta que eu fiz, mas pode deixar que vou relatar para ele. No dia 7 de abril o Sr. Evandro Cavalcanti, Diretor da LMTE, encaminhou um ofício para a Aneel, para o Operador Nacional do Sistema, dizendo o seguinte: que eventuais impactos da pandemia na prestação de serviços públicos poderiam afetar as obras de andamento e a prestação do serviço de operação e manutenção sob responsabilidade da LMTE.

Diz mais ele ainda no ofício... A LMTE, nesse ofício, dizia ainda o seguinte: notificar preocupação e resguardar o direito da concessionária em relação a possíveis efeitos, inclusive penalidades ou redução de receitas, decorrentes de eventos que não sejam possíveis evitar ou impedir e que causem eventuais falhas e/ou atrasos na prestação do serviço público.

Sabem de quando é isso? É do dia 7 de abril esse ofício à Aneel! A LMTE, em nome da pandemia, se retirando das responsabilidades da tragédia que viria a acontecer sete meses depois. Os senhores receberam esse ofício no dia 7 de abril. Os debates... A reparação dos danos, a esta altura, é o mínimo. A reparação dos danos é o mínimo! A questão é a seguinte: não deveria ter ocorrido. Havia um transformador parado desde novembro. Havia um transformador parado, desde novembro, e não houve uma atuação, seja da Aneel, seja do Operador Nacional do Sistema.

Sr. Presidente, se há uma homenagem que eu tenho que fazer aqui é aos trabalhadores da Eletronorte, aos trabalhadores da Companhia de Eletricidade do Amapá. São esses, os trabalhadores do sistema Eletrobras, que estão dia e noite – esses, sim – buscando o restabelecimento da energia. Quanto à Aneel, a responsabilidade era impedir que ocorresse, e falhou.

E é por isso que nós temos, Sr. André – já concluo... Foi por isso que eu peticionei na Justiça, e aguardo como um vigia espera pela aurora, pelo afastamento da atual diretoria da Aneel até que essas investigações ocorram. O que ocorreu aqui não foi culposo, foi doloso e omissivo por parte de V. Exas.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra... Sim?

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – André.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ah, sim...

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – ... de me deter a todos os pontos levantados pelo Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Espere aí, Dr. André. Só um minutinho.

Então, o senhor anotou as perguntas, os questionamentos. O senhor tem dois minutos para responder.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Presidente, o Senador Randolfe falou sobre tarifa e fez três perguntas a que eu gostaria de me deter. Agora, em segundos, eu tenho dificuldade. Eu gostaria, se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É o seguinte: o senhor tem dois minutos; se o Senador quiser fazer uma tréplica, o senhor também terá dois minutos. É porque há muita gente...

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – Eu quero me deter, primeiro, à terceira pergunta do Senador Randolfe, que foi sobre o ofício encaminhado pela concessionária, no dia 9 de junho, que o Senador tão bem relatou. Recebemos esse ofício, e não o recebemos apenas da LMTE. No dia 17 de março, Presidente, o País estava assolado pela pandemia do Covid, então diversas transmissoras fizeram, encaminharam para a agência um ofício nesse mesmo sentido.

Sabem como é que a Agência Nacional de Energia Elétrica se comportou? No dia 9 de junho, por meio do Ofício Circular nº 1, de 2020, assinado pelos superintendentes envolvidos com transmissão – Superintendentes da Fiscalização de Transmissão, da Regulação de Transmissão e da Concessão de Transmissão –, os nossos três superintendentes disseram que as transmissoras têm apresentado à Aneel, inclusive a LMTE, dificuldades de ações tomadas com vistas a remediar as consequências de uma eventual impossibilidade do cumprimento de obrigações e citam diversas dificuldades com relação a essas instalações. E sabem o que a Aneel responde? A Aneel reconhece a complexidade do momento que o País vive, porém, não autoriza nenhuma flexibilização em cumprimento de obrigação, devendo essas empresas cumprir estritamente o que está estabelecido no contrato de concessão que lhe outorga o serviço público; e devem responder à fiscalização da Aneel, sem tolerância nenhuma. Foi essa, Senador, a resposta que foi dada ao ofício – tenho o ofício aqui e posso encaminhá-lo a V. Exa.

Outro ponto é sobre a tarifa de energia, Senador. A CEA paga a tarifa de energia mais barata ou uma das mais baratas do Brasil. A média do megawatt no Brasil é de R$576, a média da Região Norte é de R$617, isso devido a serem Estados muito extensos que precisam de muitos ativos para atenderem à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

demanda da população. Sabe quanto é a tarifa de energia da CEA? É de R$537 o megawatt-hora, ou seja, a média está muito abaixo da média do Norte, abaixo da...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu consulto o Senador Randolfe se ele deseja a tréplica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, rapidamente, o Sr. André deve estar falando sobre outra região, porque eu posso encaminhar para ele – e faço questão de encaminhar – uma relação de tarifas de energia elétrica de diferentes amapaenses que são pelo menos o dobro disso que ele está relatando.

Agora, o que vem ao caso é o seguinte: eu queria saber quando foi a fiscalização *in loco* da Aneel aqui. Não respondeu... Não resolveu o problema mandar o ofício de volta para a LMTE. Se a LMTE, a concessionária, mandou um ofício – e a data correta é 7 de abril, peço para o senhor pedir para a sua secretária; o ofício é do dia 7 de abril, enviado pela LMTE – no dia 7 de abril que dizia que ela ia ter dificuldades, por conta da pandemia, de dar conta de eventuais falhas, tinha que ter havido uma averiguação *in loco*! Ora, se o senhor acaba de admitir que tinha conhecimento disso e não foi tomada a providência, continuando o transformador reserva sem ser restabelecido, era previsto o caos que ia acontecer! Era previsto que, em qualquer incidente, ia ocorrer isso! O senhor fez a comparação com um acidente aéreo. Se é acidente aéreo, nesse caso, o piloto e o copiloto levaram a aeronave na direção do morro, para que lá explodisse! O senhor acaba de confirmar o que nós estávamos questionando. O senhor respondeu por um ofício. Não houve fiscalização *in loco*. Não vieram aqui checar e dizer: "LMTE, vocês têm um prazo de 24 horas ou 48 horas ou 15 dias para arranjar um raio de um transformador novo!". Não ocorreu isso! E aí nós estamos há 15 dias entre apagão total, colapso no sistema de abastecimento de água e racionamento!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Dr. André, o senhor tem o tempo de dois minutos para fechar as respostas ao Senador Randolfe, improrrogável. Eu não controlo aqui o tempo, eu estou aqui na minha residência, e quem controla o tempo é a Comissão no Senado. Então, não repare no rigor do tempo. O senhor tem dois minutos para fazer suas últimas respostas ao Senador Randolfe. Com a palavra V. Exa.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – É só para concluir o assunto da tarifa, Sr. Presidente. Então, dos sete Estados da Região Norte do Brasil, se a gente fizer um *ranking* de tarifas, a CEA é a que apresenta a menor tarifa entre os sete Estados do Norte do Brasil.

Voltando à questão que o Senador Randolfe colocou sobre a realização de fiscalização econômico-financeira da titularidade da LMTE, Senador Randolfe, nós tivemos, de fato, devido a problemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

financeiros que a empresa teve, a Isolux, nós tivemos uma troca societária na LMTE, mas essa troca aconteceu num segundo nível da sociedade.

Hoje, o sócio capitalista é o Fundo Apollo, que tem a gestão da Pefin, com 20%, e o Fundo Starboard e o Power Fip, que tem como gestora o Fundo Starboard, com 75%. Então, eles constituíram a Gemini, que hoje, então, é a titular da concessão. E a Gemini tem 85% da concessão da Linhas de Macapá, que tem a subestação de Macapá, e 15% é da Sudam. Então, essa é a composição societária. E essa alteração aconteceu no dia 9 de novembro de 2019, quando a Aneel anuiu à transferência do controle societário, excelência.

E a Aneel, para anuir à transferência do controle societário indireto, pois aconteceu no segundo nível, mesmo assim, a agência exige uma série de informações, dentre as quais, a agência exige que a empresa deve manter, no mínimo, a atual capacidade técnica da delegatária de implementar as melhorias. Então, a gente analisa a capacidade técnica da empresa de também operar a concessão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Dr. André, agora vai mudar um pouco a conformação das perguntas, das indagações dos Parlamentares. Bloco de três. Quero que o senhor pegue uma caneta e um papel para anotar o nome do Parlamentar e as perguntas de cada um, para depois o senhor não perder o foco.

Então, agora, no primeiro bloco: Deputado Felício Laterça, Senador Izalci Lucas e Wellington Fagundes. Eu também estou enrolado aqui da seguinte maneira: o Felício vai entrar agora e vai falar os seus três minutos, se ele precisar de réplica, vamos completar, aí vem Felício, Izalci e Wellington. Quem precisar de réplica, avisa e entra logo depois do terceiro. E assim nós vamos fazendo. Desculpem-me, é uma coisa nova para eu administrar neste momento.

Com a palavra um Deputado muito assíduo na nossa Comissão, que é o Deputado Felício Laterça. Muito obrigado, com a palavra esse vascaíno roxo. Não precisa humilhar a gente desse jeito, não é, Felício? (*Risos.*) (*Pausa.*)

É o seu som. Libere o som do Felício, por favor, pessoal da Comissão lá no Senado. Liberem o som do Deputado Felício, por favor. (*Pausa.*)

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Ativado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pronto. O.k.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Saudações vascaínas, Presidente Confúcio. (*Risos.*)

Vamos lá, não está fácil, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o senhor efusivamente mais uma vez. Estamos presentes em todas, é muito importante nossa participação nesta Comissão. Cumprimento nosso Relator, os demais Parlamentares e o Sr. André Pepitone da Nóbrega, Diretor-Geral da Aneel. Parabenizo o Senador Randolfe pela iniciativa desse requerimento. Realmente, em tempos de pandemia, mais uma calamidade dessa não tem sido fácil, imagino o que está passando o povo do Amapá. Quando falo povo do Amapá, quero só fazer um registro de que conheço bem aquela terra também. Estive em Macapá quando então delegado da Polícia Federal, quando comandei, no Piauí, de 2008 a 2010. Estive lá algumas vezes pelo Conselho de Segurança Pública do Meio Norte e, por coincidência, era Governador o Waldez Góes. Então, conheço aquela terra maravilhosa, abençoada e tão importante para o nosso País.

Vamos lá.

Nós nos encontramos, há cerca de oito meses, em estado de calamidade pública decorrente de uma pandemia sanitária. Nessa situação, as ações públicas e particulares de saúde se mostram significativamente mais necessárias para a garantia da ordem social.

O Amapá, ao contrário de muitos Estados brasileiros, possui algumas particularidades que aumentam ainda mais sua importância no âmbito nacional. É um Estado fronteiriço, importante para a segurança nacional e uma das portas de entrada para a Região Amazônica. Nesse contexto, requer plenas condições de infraestrutura energética e de logística, dentre outras, para contribuir para a defesa do País e, sobretudo, para o bem-estar dos brasileiros que lá residem. Contudo, o fornecimento de energia elétrica está comprometido há cerca de duas semanas, prejudicando a vida de milhares de pessoas, bem como o nosso País. Assim, considerando a pandemia e a falta de energia, os brasileiros do Amapá vivem uma catástrofe dentro de outra.

Nesse contexto, eu pergunto: um, a Aneel, agência reguladora do setor elétrico, tem como uma de suas competências a de gerir os contratos de concessão e de permissão do serviço público de energia elétrica, de concessão de uso de bem público, bem como de fiscalizar, diretamente ou mediante convênio com órgãos estaduais, as concessões, as permissões e a prestação do serviço de energia elétrica. Nesse contexto e sabendo que uma série de problemas advém do apagão dessa magnitude, como a perda de medicamentos que precisam de refrigeração, a fragilização da segurança alimentar das pessoas, a inoperância de hospitais e até do setor de transporte, e considerando que infelizmente apenas há possibilidade de recuperarmos questões de natureza material, quais têm sido as providências da Aneel para que a população do Amapá seja ressarcida pelos danos causados?

Dois, conforme amplamente veiculado na imprensa, o apagão foi resultado de um incêndio nos transformadores de uma subestação de distribuição de energia que se encontrava em regime de concessão para uma empresa espanhola, a Isolux, por meio da Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE). Ainda conforme relatos de imprensa, a Isolux apresentou uma série de problemas financeiros, entrando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, em processo de recuperação judicial, e, ao final do ano passado, repassou a LMTE a um terceiro, a Gemini Energy. Vi até que o senhor comentou há pouco sobre isso.

Presidente, só para finalizar, deixe-me complementar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Nisso pergunto: na condição de reguladora, como a Aneel acompanha esse processo de transferência de titularidade da concessão? Houve anuência da Aneel na transferência da concessão da Isolux para a Gemini? Por qual razão uma medida de contingência para um caso como esse não foi colocada em prática? Como tem sido conduzido pela agência o processo de apuração de responsabilidades e aplicação de penalidades?

E a terceira e última pergunta: passamos por um momento difícil não apenas na questão sanitária, mas também no tocante à eficiência dos serviços públicos. Nesse sentido, uma série de ações tem sido conduzida pelo Governo e pelo Congresso para aprimorar os serviços à sociedade. Nisso eu destaco: um, a modernização regulatória de diversos setores, como o saneamento básico; dois, as privatizações, entre as quais a da própria Eletrobras, que está em discussão já faz algum tempo. Contudo, um problema dessa magnitude abre espaço para que alguns setores possam questionar as privatizações e mesmo outras formas de concessão para o setor privado, como as parcerias público-privadas. Assim, qual o entendimento da Aneel acerca do risco de que problemas dessa magnitude ocorram em outras regiões do País? O que deve ser aprimorado no setor regulatório para evitarmos que situações como essa voltem a ocorrer? Há alguma diferenciação entre os setores público e privado que sinalize que um é mais eficiente do que outro na gestão do setor elétrico?

Minha participação é essa, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Felício Laterça.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas, Distrito Federal.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Oba...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu estou participando aqui da reunião de Líderes e está na minha pauta. Eu queria que V. Exa. trocasse com o Lucas, o Lucas fala no meu lugar, depois eu falo no lugar dele.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bom. Combinado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Lucas Barreto. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Combinado. Combinado.

Passo a palavra para o Senador Lucas Barreto.

Senador Lucas Barreto, pode entrar.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Pode liberar o microfone, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está liberado já.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Randolfe, meu colega aqui do Amapá, pelo requerimento, pela audiência no momento que nós vivemos, não só a pandemia como o apagão.

Aqui eu ouvi atentamente o Dr. André Pepitone, todos nós vimos que ele ficou a tartamudear. O senhor, Dr. André, o senhor veio aqui há 14 dias; o senhor precisa vir hoje para sentir e para ver as consequências do apagão.

Então, eu quero começar falando que esse parque da Eletronorte, que foi desativado porque a Aneel partiu do pressuposto... Aqui nós tínhamos um parque de vários geradores que garantiam a energia. Ele foi desativado pelo pressuposto de que a empresa concessionária havia cumprido as cláusulas do contrato de concessão e de que tinha uma estrutura de *backup* para uma situação como a que ocorreu. Se a Aneel tivesse exercido o seu papel, além de regular tarifas, não estaríamos passando por isso agora.

Então, eu quero também registrar aqui que sou testemunha do empenho do Senador Davi neste caso, pois estamos há muitos dias, todos nós Senadores, buscando soluções factíveis. E temos avançado: há investigações em andamento que apontarão os responsáveis e há órgãos para isso, como o Ministério Público Federal, e há, evidentemente, uma grande parcela de responsabilidade da Aneel, e isso vai ser mostrado na investigação.

Então, eu quero fazer as perguntas, mas espero que o senhor as responda. Não faça como fez com o Senador Randolfe, quando respondeu pela metade ou quase não respondeu.

Foi noticiado amplamente pela imprensa que as despesas com o apagão, aí incluídos o custo de combustível que será utilizado nas termoelétricas, serão ressarcidas pelos amapaenses. Dito isso, pergunto ao senhor se a Aneel cogitou, em algum momento, transferir a conta da sua omissão na fiscalização do serviço, que somente ocorreu em razão das falhas na execução do contrato de concessão que há muito existiram, já que a perícia não indicou qualquer causa natural para o incêndio e que, ainda que se tratasse de um evento natural, não havia equipamento sobressalente nem alternativa para a solução de um problema como o que aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo: partindo do pressuposto de que o senhor já tenha se debruçado sobre as causas do apagão no Amapá e analisado todas as circunstâncias que envolvem as atividades da Aneel, que, de alguma forma, diante da omissão, contribuiu para o caos que ainda estamos vivendo, gostaria de saber sobre a existência de fiscalizações, principalmente problemas elencados e providências tomadas pela Aneel, a existência de multas impostas à empresa, os responsáveis pelas fiscalizações não realizadas e sobre a existência de alguma ordem, designação para fazê-las. Que providências o senhor tomou em relação a isso?

Desde o ano de 2007, divulga-se que a Isolux tentava vender seus ativos no Brasil, que reiteradamente vinha descumprindo contratos, seja no Amapá ou em outros Estados, com os 686km de linha de transmissão nos Estados do Pará e Rondônia. A Aneel era sabedora dessa situação e, ao que parece, concordou, digamos assim, com a terceirização das atividades do Amapá para o grupo Gemini. O que a Aneel fez efetivamente para cumprir sua função fiscalizadora nesse caso? O senhor reconhece a responsabilidade da Aneel pela omissão? E, se o senhor reconhece, sabendo que o Estado, em sentido amplo, age através de seus agentes, quem é ou quem são os responsáveis?

Nos dias, Dr. André...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Senador Lucas, o senhor tem – daqui a pouco, guarde aí – réplica e tréplica.

Então, vamos passar a palavra para o Senador Wellington Fagundes.

Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Wellington Fagundes...

Será que ele está na reunião de Líderes?

Wellington Fagundes... (*Pausa.*)

Ele estava aí. Agora mesmo eu o vi.

Bem, então, o Wellington não estando – ele deve ter dado uma saidinha –, eu passo a palavra para o Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Esperidião Amin...

Libere o som do Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Presidente, você está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estou ouvindo bem. Pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Presidente, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sim, Senador Esperidião. Estou ouvindo bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O.k. Ouvindo bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Primeiro, eu quero cumprimentar, na pessoa do Senador Lucas Barreto, com quem eu tenho me correspondido, todos os nossos companheiros, colegas, pares, Senadores e Deputados, enfim, a população do Amapá, neste momento de tragédia social, como o próprio Dr. Pepitone ponderou.

Eu não posso pretender ser o maior defensor da causa do Amapá, mas eu quero oferecer aqui um subsídio muito importante para o Congresso e para os defensores diretos, eu sou um defensor complementar, da causa do povo do Amapá.

Primeiro, eu quero pedir, como já pedi ao Presidente da nossa Comissão, que bote reparo no texto do artigo publicado no Estadão de ontem, página B-11, que fala sobre o apagão do Amapá. Segundo, eu quero traçar aqui um paralelo entre o apagão do Amapá e o apagão da Ilha de Santa Catarina em 2003.

General Peternelli, preste atenção! Em 2003, no dia 29 de outubro – olha bem a época, na mesma época do ano –, a Ilha de Santa Catarina, com 135.432 contas de luz, perdeu a energia elétrica. Quanto à causa do acidente não há controvérsia: foi a equipe de manutenção da concessionária, que é considerada a melhor do Brasil, a Celesc, estatal, primeira empresa brasileira, Felício Laterça, não pública que conseguiu o grau de governança corporativa nível 2 na Bolsa de Valores, que tem tudo que se quer em matéria de *compliance*.

Então, causa sem questão, responsabilidade da concessionária. Cinquenta e cinco horas – não são 12 dias ou 13 dias, como é o caso do Amapá. Apurar responsabilidade, que é o que se precisa fazer, sanar o problema em primeiro lugar, isso nós já abordamos. Mas o que eu quero abordar, como diria, o Odorico Paraguaçu é o "prafrentemente".

Primeiro, medidas corretivas. Aqui elas não foram tomadas completamente ainda, ou seja, 17 anos depois, nós ainda vivemos insegurança no abastecimento.

E, finalmente, o mais grave... Eu peço mais um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – O mais grave: nenhum consumidor foi indenizado. Dezessete anos depois, sequer a empresa pagou multa! Então, os senhores imaginem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aparato, a selvageria em que nós vivemos! Falar em privatização com essa regulação efetiva que nós temos? Porque no papel é uma coisa; eu quero saber é na prática. O sujeito que perdeu dez peixes na geladeira não foi indenizado. Zero! Nenhum dos 135 mil.

Tenho conhecimento de que houve ações individuais, mas que são dezenas, e, naturalmente, se uma grande empresa constituir o advogado, ela terá grande chance de ter sucesso. Eu estou falando do direito da sociedade!

Não estou apenas protestando contra a Aneel; eu estou protestando contra todos nós. O aparato de defesa do consumidor, seja aqui na ilha de Santa Catarina, seja no Amapá, não é confiável. E, por isso, a solidariedade que nos une tem que ser transformada em medidas efetivas, medidas que representem para o cidadão mais segurança...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

Muito bem, então, agora com a palavra o Dr. André Pepitone, para responder ao Deputado Felício Laterça, ao Senador Lucas Barreto e ao Senador Esperidião Amin.

A gente vai conceder para V. Exa., Dr. Pepitone, um tempo equivalente entre seis e sete minutos. Se o senhor precisar de mais um minuto, eu concedo. Então, V. Exa. está com a palavra.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – Obrigado, Presidente Confúcio.

Vamos aqui, então, nos deter neste bloco respondendo ao Deputado Felício Laterça. Posso fazer uma resposta em bloco sobre os temas relevantes que foram tratados aqui pelos três Parlamentares.

O primeiro ponto é a fiscalização da Aneel. Então, Excelência, eu vou me permitir colocar que a Aneel fiscaliza todo o setor elétrico nacional. É nossa responsabilidade. Nós somos o pai da criança, ou seja – permita–me aqui fazer uma analogia – sou responsável pela educação do filho, mas o filho vai à escola. Quando esse filho está na escola, ele está ali naquele momento sob orientação dos professores. E o pai acompanha a sua educação na escola, olhando os boletins. No caso da LMTE, da Subestação de Macapá, que está em operação desde 2015, eu posso fazer uma analogia: o filho tirou 10 em Matemática, 10 em História, 10 em Geografia; então, a percepção que temos é que o filho está fazendo um bom trabalho. E temos o relatório diário também de atuação na escola, que é feito pelos professores. Então, ali está a concessionária, está o Operador Nacional do Sistema, que está à frente da operação, e a concessionária também obedecendo às regras e aos procedimentos de rede.

A agência fiscaliza todo o setor, como tive oportunidade de apresentar à Comissão no tempo que me foi destinado à exposição, que tem dimensões continentais, dotando sistema de transmissão. V. Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

puderam constatar que está tratando de uma Europa inteira, e, além disso, eu tenho mais de 9 mil usinas de geração de energia e tenho mais de 100 concessionárias de distribuição, e a Aneel fiscaliza todas as instalações a todo o tempo, adotando práticas mundialmente consagradas. Nós estamos aqui adotando uma prática reconhecida pela OCDE, que é a fiscalização responsiva, que é a fiscalização contínua do ativo e da prestação de serviço por meio de pontos de controle preventivos. A gente pode observar que essa prática agregou valor e melhorou substancialmente as intercorrências no sistema. Nós reduzimos em 53% o que acontecia até 2017 e de 2017 até 2020. É uma prática que se revela exitosa.

Agora, como disse, nenhum sistema é imune à intercorrência, nenhum sistema é infalível. O que nós não podemos tolerar – e não vamos tolerar – é negligência! Agora, como já fiz e faço novamente, Presidente Confúcio, coloco-me inteiramente à disposição desta Comissão para aqui voltar oportunamente para o momento em que, de posse do relatório de análise de falhas e transgressões, a gente possa avançar aqui na extensão das ações que deverão ser tomadas já sabendo quem são os responsáveis.

A fiscalização atua por monitoramento e temos três etapas: o monitoramento, a análise e a ação fiscalizadora. No caso da LMTE, que é detentora de quatro subestações, nós realizamos a fiscalização *in loco*, na Subestação de Oriximiná, e inclusive aplicamos uma penalidade na Subestação Oriximiná. Ela foi alvo de um auto de infração e a empresa já recolheu a penalidade aplicada. Quero mostrar que a fiscalização foi exercida, houve a penalização e houve o pagamento pela empresa, porque, em muitos setores, esse pagamento não ocorre. Aqui, no setor elétrico, a gente tem conseguido um êxito muito grande nesse sentido.

O processo de transferência da empresa nós já tivemos oportunidade de detalhar, mas o farei novamente. Esse processo ocorreu no segundo nível da estrutura societária, ou seja, a análise que a Aneel faz da transferência do controle societário é realizada de acordo com uma norma da agência, uma resolução de 2012, a Resolução 484. Essa norma, para ser estabelecida, foi fruto de debates com a sociedade, com os agentes e com audiências públicas. Batemos o martelo, estão lá as diretrizes, e essas diretrizes devem ser seguidas. A Resolução 484, da Aneel, estabelece, de forma objetiva, uma lista de documentos que o pretenso controlador necessita juntar e comprovar: tem que comprovar sua capacidade econômica e financeira, comprovar sua idoneidade jurídica e fiscal, bem como comprovar sua capacidade técnica. Esse processo aconteceu – nós temos os áudios aqui –, está à disposição da Comissão, ou de qualquer órgão de controle, para que possa avaliar, mas a Aneel realiza essa análise documental para fins do atendimento dessa norma.

E, considerando que a empresa atendeu a norma e conseguiu demonstrar, na instrução processual, todas essas exigências, inclusive que teria a capacidade técnica daquela que já explorava, foi feita, em segundo nível, essa anuência prévia, que aconteceu, por um ato da Aneel, com o Despacho 3.108, de 2019, em que foi anuída a transferência do controle societário da Isolux Participações S.A., que detinha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

então, a participação majoritária na LMTE. Não foi o controlador direto, mas, sim, o controlador indireto, que está um nível acima.

Uma preocupação que temos é com toda essa discussão que foi levantada, de maneira muito contundente, pelo Senador Esperidião Amin, pelo Senador Lucas Barreto e também pelo Deputado Felício Laterça, que é essa questão do trato com o consumidor, como é que vai ficar, quem vai reparar essa indenização para o consumidor. A agência tem limitação legal; a agência não pode tudo. A agência tem que seguir a competência que nos foi estabelecida pela Lei 9.427. E, de acordo com essa lei, ficamos no âmbito da esfera administrativa; há algumas ações que devem ir para a esfera judicial. Entretanto, a Procuradoria...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. André.

Vamos agora...

Eu consulto o Deputado Felício Laterça se senhor precisa de tempo para réplica. (*Pausa.*)

Deputado Felício Laterça...

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Só uma consideração, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito, pode falar.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Na verdade, Sr. André, o senhor fez uma analogia, mas, então, vou deixar só uma mensagem com relação a sua analogia: olho, no aluno, que é o pai, responsável, e olho na escola, porque há algum problema aí! Eu acho que estão fraudando o boletim. O senhor falou só em dez, que tirou dez, dez, dez, e o Amapá, por exemplo, está cheio de problemas, tanto que há recuperação judicial, etc., etc. Então, fica só essa mensagem, para haver mais uma atenção com relação aos critérios que estão sendo feitos, para ver se também não está havendo burla, porque aí é até caso de se judicializar. É só essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Felício Laterça.

Senador Lucas Barreto, o senhor precisa de tempo para réplica? (*Pausa.*)

Senador Lucas Barreto? (*Pausa.*)

Pois não, com a palavra V. Exa. (*Pausa.*)

Pode usar a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para interpelar.) – Eu concordo com o Deputado, quando diz que, quanto a essas notas dez, é aquele boletim em que o professor é bem amigo, não é? Tira zero, e ele diz: "Não, vamos dar dez; coloque um aqui na frente".

Sr. André, nos dias 24 e 26 de abril deste ano – lembrando que o senhor não respondeu a nenhuma pergunta minha –, a Aneel promoveu o VI Encontro Nacional dos Fiscais de Distribuição (Enafid). Em uma das palestras, foi apresentado um relatório – a que eu tenho certeza de que o senhor não teve acesso – do monitoramento conjunto realizado nos dias 28 e 29 de março de 2020, cujas conclusões a que se chegou foram as seguintes: falta de interação entre a Aneel e as agências, falta de compartilhamento de dados, falta de coordenação entre regulação, fiscalização e ouvidoria, os dados da empresa não são confiáveis nem tempestivos, regulação ineficiente, sinal regulatório equivocado, excesso de instrumento e falta de punição, mais atenção à empresa e menos ao consumidor, falta clareza e coordenação nos projetos, falta sinergia, assimetria de informação e dados inconsistentes. Os dados: os dados das empresas não são confiáveis, falta de interação com a Aneel e agências estaduais.

E é possível dizer, com base em tudo isso, o que aconteceu no Amapá diante da inoperância do órgão de regulação e fiscalização. Era previsível, e a Aneel concorreu para os problemas que aconteceram.

E quero, para finalizar, Presidente, agradecer ao Presidente Bolsonaro por ter mobilizado o Exército, a Marinha e a Eletronorte. Agradeço aos funcionários da CEA também e da Eletronorte, que estavam 24 horas por dia trabalhando para amenizar esse sofrimento tão grande que temos aqui, no Amapá. Lembrando que o nosso Estado é produtor. Na hora da construção das energias, não fizeram...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Só um pouquinho, Senador Lucas. O senhor vai voltar daqui a pouquinho.

Eu consulto o Senador Esperidião Ami se o senhor precisa de Réplica. (*Pausa.*)

Senador Esperidião? Não estou vendo o Esperidião na tela. Senador Esperidião? (*Pausa.*)

Bem, então, com a palavra o Dr. André Pepitone, para responder às perguntas do Senador Lucas Barreto e o questionamento final do Deputado Felício Laterça. O senhor tem o tempo de quatro minutos para essa resposta.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Só reafirmo aqui que o setor elétrico é planejado para assegurar a continuidade do suprimento de energia elétrica no sistema, mesmo com a indisponibilidade em algum equipamento. Então, esse é o planejamento que seguimos, e foi executado um planejamento para atender com segurança o Estado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amapá. Diante do fato, é óbvio, nós já iniciamos aqui os estudos para aprimorar o atendimento ao Estado do Amapá.

Eu não tenho dúvidas e concordo plenamente com o Senador Lucas: nós temos, no Amapá, duas usinas grandes; temos a Usina de Coaracy Nunes, depois... Perdão. Temos a Usina de Cachoeira Caldeirão, que é da EDP, um grupo português, depois nós temos a Usina de Coaracy Nunes, que é operada pela Eletronorte e, na sequência, na cascata, temos a Usina de Ferreira Gomes, que é de um grupo português, a EDP. A energia de Caldeirão e Ferreira Gomes escoa em 230 e já vai para o linhão, enquanto a geração de Coaracy Nunes entra no sistema 69 da CEA. Se hoje a energia de Coaracy, de Cachoeira Caldeirão e de Ferreira Gomes pudesse ser injetada na CEA por uma outra subestação, o Estado não estaria vivenciando essa situação, e é um aprimoramento que precisamos fazer no planejamento.

Então, já está em estudo a melhor forma e a menos onerosa, porque toda segurança tem um custo associado. Então, quanto maior a segurança, também maior é o custo; temos que ver o que é o menos oneroso para o consumidor, e uma das alternativas que está sendo cogitada nesta análise é essa possibilidade.

Mas, diante do episódio do Amapá, a Aneel já tomou algumas providências.

Nós soltamos aqui, de imediato, um ofício da Fiscalização da Geração, Ofício 670, pelo fato de que, quando houve o deslocamento de carga, a Usina Coaracy Nunes não entrou de imediato respondendo ao sistema; houve um atraso na sua geração para o sistema, e isso está sendo apurado pela agência.

Nós soltamos também o Memorando 45, de 10 de novembro, da Diretoria:

> Em razão da ocorrência da subestação de Macapá III, determinamos à Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão que instaure processo administrativo com o propósito de regulamentar procedimentos relativos à comunicação de ocorrências graves e indisponibilidades prolongadas no Sistema Interligado Nacional.

Isso já foi, inclusive, incluído na Agenda Regulatória da Aneel 2021/2022 para que situações como essa não voltem a ocorrer. É um aprendizado que extraímos desse episódio. É um aprimoramento que estamos sempre abertos a fazer em prol de aumentar a segurança e a robustez do nosso sistema.

Tivemos o Memorando 46, de 2020, da Diretoria da Aneel, que se reporta à Resolução Normativa 729 e determina a suspensão imediata do pagamento base referente à função de transmissão quando decorridos 30 dias sem operação de uma instalação.

Editamos também o Ofício 297, da Diretoria da Aneel, sob demanda do ONS, em que se determina uma verdadeira varredura no Sistema Interligado Nacional – a preocupação levantada aqui por V. Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

para a segurança do sistema – para identificar se existe algum ponto do sistema numa situação de suprimento como estava a de Macapá.

Lembro bem que nós temos três transformadores lá de 150 – somam 450 – e nós temos a Usina de Coaracy com mais 65. Então, passamos dos 500 para atender uma carga de 270. Então, tínhamos segurança, mas vamos fazer o que podemos chamar de devassa no Sistema Interligado Nacional para avaliar se...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Dr. André, o senhor deu as respostas. O Deputado Felício Laterça já está satisfeito.

O Esperidião está ausente.

Eu consulto o Lucas se ele tem alguma consideração a mais para fazer.

Lucas Barreto. (*Pausa.*)

Senador Lucas Barreto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Quem está falando? Eu não estou vendo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Eu gostaria...

Presidente, é o Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ah, sim! Esperidião, eu vou passar aqui para o Lucas, que já está falando, e logo depois você fala.

Senador Lucas Barreto, pode falar.

Senador Lucas Barreto, por favor libere o som.

Perfeito! Pode falar, Lucas. O som está liberado.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para interpelar.) – Sr. André, sobre esse pagamento que o senhor falou da Hidrelétrica Coaracy Nunes ou da Cachoeira Caldeirão ou Santo Antônio, a redução do... (*Falha no áudio.*)

...não teria que ter sido feita pelo menos uma construção na hidrelétrica. Nós só temos o Linhão. O senhor veja o seguinte. A Paredão, que foi construída com dinheiro do povo amapaense, que foi quem... Assim que a Eletronorte foi criada, a partir da hidrelétrica de Paredão, a nossa hidrelétrica foi construída com *royalties* do manganês, do povo amapaense. Então, é possível, sim, que haja a determinação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aneel para que essas empresas façam o barramento para que a gente nunca mais tenha esse problema, que é o que dará segurança ao nosso sistema.

Fora isso, a Eletronorte tem que manter esse parque gerador como *backup* também. O senhor fala que nós temos três transformadores de 150MW... Não tem três, só tem um, porque um está desmontado para ir embora e o outro pegou fogo. Nós conseguimos salvar um, que não está com a carga toda. Não está com a carga porque nós estamos tentando proteger esse transformador, porque, se ele der problema, é o caos total. Hoje de manhã, graças a Deus, conseguiram reiniciar uma turbina da usina de Paredão, mas já tínhamos perdido 20MW. Então, conseguiram reiniciar e há uma em manutenção. Que se acelere essa manutenção e que se mantenha esse parque gerador aqui na subestação de Santana para que a gente o tenha como reserva, porque acidentes e inoperância sempre acontecem. Então, nós queremos essa garantia energética para o Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Lucas Barreto.

O Esperidião pediu a palavra, mas eu não estou vendo o mestre Esperidião. Cadê ele? Esperidião Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Aqui! Estou aqui, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não, pode falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, é só para justificar: eu me ausentei porque tive que participar, em determinado momento, da reunião de Líderes, onde fui falar sobre um assunto que, de alguma forma, afeta o Congresso, que é a questão de totalização de votos centralizada no TSE, assunto alheio ao nosso tópico.

O que eu gostaria era de reforçar o nosso empenho, Presidente, em aprimorar os dispositivos legais. A própria Aneel: eu acho que deveria fazer um balanço.

Veja bem, se o Governo tem como prioridade aumentar o quociente de privatização – o Ministro Paulo Guedes, inclusive, já manifestou a sua frustração por não ter podido privatizar a Eletrobras –, eu acho que esse tempo que nós estamos – entre aspas – "perdendo", segundo o Ministro Paulo Guedes, deve ser aproveitado, investido em aprimorar a segurança, tanto a segurança do suprimento, que foi o cerne da apresentação do Diretor-Geral Pepitone, quanto o direito do cidadão. Nós temos Código de Defesa do Consumidor há 30 anos, temos várias leis criadas para isso.

Na prática, eu dou o caso da ilha de Santa Catarina e transporto isso para outros casos de intempéries, calamidades públicas. E esse caso do Amapá, Senador Lucas Barreto...

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode continuar, Senador, por favor. V. Exa. tem mais um minuto. Pode continuar, Senador Esperidião, V. Exa. tem mais um minuto, pode falar. (*Pausa.*)

Aguarde um pouquinho.

Está sem som. Ative o som aí, Esperidião, por favor.

O som está desaparecido. Espere. Está sem som.

Pessoal do Senado, por favor, socorram aqui. Socorram, gente!

Espere aí, Esperidião. Espere, espere, espere.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Estou tendo dificuldade aqui...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito. Pode recomeçar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – É só um apelo final que eu gostaria de deixar aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Faça de novo. Senador Esperidião, nós não ouvimos o seu apelo final. Esperidião, nós não ouvimos o seu apelo final. Por favor, Esperidião, repita.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Só queria deixar como recado final nesta minha participação a necessidade de nós reforçarmos o nosso empenho para dar segurança social. Se há o objetivo do Governo de ampliar a privatização, e eu concordo – se é o objetivo do Governo, e o Governo não disse outra coisa na campanha eleitoral –, nós temos que fortalecer a regulação e a fiscalização. Para quê? Para que o cidadão tenha as suas defesas efetivamente funcionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Dr. André, temos vários Parlamentares ainda para falar. Nós temos o Izalci Lucas, que saiu – não sei se já retornou –,nós temos o General Peternelli, a Zenaide e a Deputada Paula Belmonte. Então, o senhor tem dois minutos para responder ao Lucas Barreto e ao Esperidião Amin, por favor.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – Presidente, eu vou ser breve.

Permita-me responder ao Senador Lucas Barreto. Ele tem toda razão, porque eu não falei nem do Enafid, nem da Usina Coaracy Nunes, que é Paredão, como o Senador colocou. Peço que V. Exa. me conceda um tempo que me permita trazer as informações ao Senador Lucas Barreto, Senador que, desde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os primeiros momentos, está atuando de maneira firme nesse caso. Como disse, tive a oportunidade de estar ao lado dele na subestação de Macapá fazendo uma inspeção no transformador avariado.

Mas, primeiro, Presidente, eu gostaria de agradecer ao Senador Esperidião Amin a oportunidade que ele apresenta de avançar na legislação.

Coloco, Senador Esperidião Amin, à disposição de V. Exa. e à disposição, Presidente Confúcio, da Comissão da Covid-19 a Agência Nacional de Energia Elétrica, junto com a nossa Procuradoria-Geral, que é um órgão da AGU, para avaliar ações e fazer a propositura de aperfeiçoamento na legislação que diz respeito a esse cuidado, a esse zelo que temos que ter com o consumidor em situações como as que foram enfrentadas lá em 2003 em Santa Catarina, como bem historiou o Senador Amin. Só que lá, diferentemente do Amapá, houve uma intercorrência na distribuidora local, na Celesc. Aqui no Amapá, não; a CEA não tem relação nenhuma com a causa. Pelo contrário, até o Presidente da CEA é um funcionário do setor elétrico de grande respeitabilidade, Dr. Marcos Nascimento. Presidente Confúcio, ele assumiu a presidência da CEA na manhã do dia 3 de novembro, já deparando o desafio. Acredito que gerir essa crise deva estar sendo um dos maiores desafios da sua vida, porque o problema foi plantado, mas quem está colhendo, na realidade, é o presidente da CEA, aquele que está no dia a dia ali, na lida com os consumidores.

Então, é isso, Senador Amin. A Aneel está à sua disposição. Vemos com muitos bons olhos a oportunidade de poder propor e construir um avanço, um aprimoramento na legislação.

Senador Lucas Barreto: Enafid. O Enafid é um evento que a Aneel promove todo ano.

(*Interrupção do som.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – E aqui eu já espero contar com a boa vontade do Senador Confúcio de me deixar explicar o Enafid Paredão – eu peço mais dois minutos, Senador.

O Enafid é um encontro que a Aneel promove com as agências reguladoras estaduais. Então, naqueles Estados em que há agências estaduais com as mesmas características da Aneel... (*Falha no áudio.*)

Temos hoje convênios no Brasil, no Enafid, em que a Aneel se une com as agências estaduais para nivelar a fiscalização. O Brasil é muito grande, então, por meio da descentralização, a Aneel leva a fiscalização para perto do consumidor. Assim, com a agência estadual, a gente fala a linguagem do consumidor local. Portanto, essa gestão que está à frente da Aneel acredita plenamente na descentralização. É um momento em que a gente padroniza os atos das campanhas de fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu só chamo a atenção para o fato de que, por um comando legal, as agências estaduais não têm competência para atuar em instalações de transmissão de energia, elas atuam só na distribuição. (*Falha no áudio.*)

Então, eu não conheço esse documento de que o senhor está falando. Pedi à minha equipe técnica para correr atrás disso, mas as agências estaduais não têm competência de transmissão. De acordo com o comando legal, isso é uma competência exclusiva da Aneel, que não pode ser delegada.

E sobre a Usina de Paredão, que hoje se chama Coaracy Nunes – no Amapá, ela é conhecida como Paredão, acho que é um nome antigo que foi dado a ela. Ela foi desativada ano passado a pedido da própria...

Perdão, eu não estou falando de Coaracy Nunes não, estou falando da Usina de Santana. Deixe-me corrigir aqui.

A Usina de Santana é uma usina termoelétrica que foi desativada no passado a pedido do próprio sistema pelo fato de ser uma usina cara para o sistema, uma usina que onera, uma usina que não tem benefícios para o consumidor, porque ela era pouco usada e tinha um custo caríssimo. Então, ela foi desativada e a sua outorga, de fato, foi revogada, considerando as condições de planejamento e de operação do setor elétrico. Hoje, então, ela está fora do sistema em função disso, tendo em vista que o Amapá está sendo atendido com a energia... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Consulto se o Senador Izalci Lucas está na sala. (*Pausa.*)

Senador Izalci. (*Pausa.*)

Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, eu estou na sala.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Eu estou na sala, estou acompanhando.

Agora, de fato, as perguntas que eu ia fazer o André já respondeu satisfatoriamente, principalmente quando ele disse que não há ainda o diagnóstico, que o levantamento só será feito a partir de hoje, eu acho, quando ele vai saber as consequências, o que aconteceu etc. Então, a resposta seria em função disso. Eu prefiro passar a palavra para os meus colegas que estão aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar também o André pela competência. Conheço o André e o trabalho dele há muito tempo. É um especialista, uma pessoa que entende muito disso.

André, a única preocupação que eu tenho, como foi falado por alguns Senadores e Deputados na reunião de Líderes, é que, em Brasília, a energia é estratégica, pois é a Capital da República. Imagine se acontece em Brasília o que aconteceu em Macapá, no Amapá! Esta é a Capital do País. Você falou que, também em Nova York, isso ocorreu por 48 horas. Mas, no DF, em determinadas coisas a gente tem que repensar. Foi falado agora na reunião de Líderes sobre a Eletrobras. Então, a gente vai ter de ter muito cuidado com essa generalização de privatização. Eu só queria levantar isso aqui.

Depois vou pegar com o André... Depois que fizerem as análises dos acontecimentos e das consequências todas, eu vou pedir uma cópia, André, desse trabalho.

Mas vou abrir mão... Já até se esgotou o meu tempo, que é muito curto, Senador Confúcio.

Um abraço para todos aí! Parabéns a todos! Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Izalci.

O Wellington Fagundes, eu não o estou vendo. Vamos adiante!

Com a palavra o Deputado General Peternelli, por favor.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Senador Confúcio, boa tarde!

Quero cumprimentar também todos os Parlamentares que participam da reunião.

Quero cumprimentar o André Pepitone pela explanação inicial, muito elucidativa para as pessoas, para os cidadãos brasileiros, para que possam compreender como ocorre a gestão no sistema de energia elétrica.

Eu gostaria de ressaltar, Senador, a importância de nós pegarmos o exemplo do Amapá e verificarmos como a questão da energia elétrica é estratégica. O sistema brasileiro, como já foi dito pelo próprio André, tem como principal característica essa interligação. Realmente, isso não deveria ter ocorrido.

Nós também não podemos esquecer de que o investimento em energia elétrica deve ser permanente. Nós temos que, cada vez mais, aumentar a área da energia solar, da energia eólica, das hidrelétricas, pois se produz energia limpa e ainda se armazena água, que será um dos problemas no futuro.

Não podemos esquecer que nós temos muito gás. Que ele também seja utilizado nesse contexto!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejo que, hoje, as placas solares podem substituir determinado telhado de uma casa popular. Uma placa – elas são conectadas – pode permitir uma usina de energia elétrica...

Dentro desse foco, eu gostaria de concluir dizendo que o nosso foco é o cidadão brasileiro. Nós temos de coletar todos os ensinamentos. O André já falou das ações necessárias.

Eu gostaria de concluir: quero saber se em termos de legislação tem que ser operada alguma coisa para evitar que problemas como esse possam ocorrer, sempre...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Muito obrigado, General Peternelli. O senhor terá direito à réplica, já, já.

Senadora Zenaide Maia. Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

Liberem o som da Senadora Zenaide.

Está liberado, Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PROS - RN. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, Dr. André, eu fiquei ouvindo tudo, e o que me chamou a atenção foi o que o Senador Lucas Barreto – que é do Estado que está tendo esse apagão, essa calamidade pública – e o Senador Esperidião Amin falaram. O que a gente vê é o seguinte: o povo brasileiro constrói, como o Senador Lucas disse, seu patrimônio energético; há a privatização; e na hora em que há a calamidade pública, mesmo que isso seja privatizado e que essa empresa, concessionária, que está recebendo o dinheiro dos consumidores, na hora da calamidade pública, dependendo do que for, é chamado Exército, Marinha, todos, ou seja, o serviço público é acatado. Isso não é só no setor elétrico. A gente vê na Vale. Na hora H, são o Congresso Nacional, o Governo Federal e as Forças Armadas que têm que socorrer. Ninguém pensa...

O que eu quero dizer aqui é o seguinte: o que a gente precisa é não permitir privatização de nenhum setor essencial e estratégico deste País sem a gente aprimorar a legislação vigente, aumentando o poder de regulamentação e fiscalização das agências. Gente, de tudo que eu ouvi aqui, isso é o que é claro. Eu, particularmente, acho que o poder e a soberania de um país dependem muito do seu poder energético. Então, tem que se pensar muito. Não tenho nada contra a política do Governo atual. Como foi falado pelo Esperidião Amin, foi uma promessa de campanha a privatização, mas cabe ao Congresso Nacional rever e aprimorar essa legislação, porque no fim a cobrança é nos Parlamentares e é nos governantes. Isso termina aqui no nosso colo e quem tem que socorrer é o Estado brasileiro, mesmo que...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Já, já, Zenaide, você vai ter direito de concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Deputada Federal de Brasília Paula Belmonte. Deputada Paula Belmonte.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Olá! Bom dia a todos!

Praticamente, eu sou a derradeira, a última a fazer intervenção, e me sinto totalmente contemplada com as indignações de uma situação da população. Nós estamos vendo hoje a população sem água, a população sem atendimento.

Eu tenho conversado com algumas pessoas que estão lá no Amapá, que dizem que saem na rua e a população pede água. Água! É algo assim estarrecedor, e muito triste para nós, como Parlamentares, como disse aqui a Senadora Zenaide, que somos representantes do povo e ouvimos essa reclamação. E é muito importante que a gente dê uma resposta à altura, inclusive a empresa. Por quê? Porque eu sou a favor da privatização. Eu vejo que a privatização é algo fundamental. E nós não podemos deixar que uma situação dessas, que é uma situação seriíssima, atinja uma agenda tão importante para o desenvolvimento do País. Isso é algo em que nós precisamos refletir muito, porque não podemos colocar que em toda privatização acontece isso que aconteceu no Amapá. É de uma imensa responsabilidade. Mas é uma imensa responsabilidade nós também não privatizarmos empresas que são causadoras, muitas das vezes, de excesso de corrupção no nosso País. Se fosse por essa visão, nós não teríamos empresas, porque, infelizmente, as empresas foram alvo de roubalheira.

Então, Senador, eu quero dizer mais uma vez: muito grata pela excelente participação e por sua voz ativa nesta Comissão. E foi muito rápida a resposta à nossa sociedade, mas precisamos, sim, melhorar o sistema de privatização e fazer com que pague quem tem que pagar, porque o preço é alto, mas...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Obrigado, Deputada Paula Belmonte, também sempre assídua em nossa Comissão. Quero agradecer-lhe – ela não é membro da nossa Comissão, mas está aqui frequentemente, semanalmente, enriquecendo com suas observações liberais. É importantíssima a sua opinião, Deputada Paula.

Agora, eu consulto o General Peternelli: V. Exa. precisa de um tempo para uma réplica?

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) – Senador, eu me sinto contemplado na atividade. A Paula também colocou muito bem esses aspectos da privatização, dos quais eu compartilho. Sinto-me contemplado, Senador.

Muito obrigado. Vamos produzir efeitos necessários para as atividades.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Senadora Zenaide, ficou faltando uma palavrinha sua para concluir. A senhora quer fazer a conclusão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN) – Eu não sei o que faltou, mas eu não perguntei, eu só constatei pelo que eu estou ouvindo aqui.

E gostaria de dizer que não tenho nada contra essas pactuações público-privadas. Agora, acho que está provado, com esses desastres naturais, ou melhor, com os que não são naturais, como o da Vale e como agora, no Amapá, com esse povo todo, que não adianta a gente discutir só relatório. São pessoas que não têm nem água para beber, que não têm energia, que estão em hospitais correndo risco de vida. Quero dizer, afirmar: precisamos aprimorar – por tudo que vi do Dr. André, que eu quero parabenizar –; para poder privatizar setor estratégico, precisamos, está provado, aprimorar a legislação, aumentando a regulamentação e regras de fiscalização.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Bem, Dr. André, agora o senhor vai responder. Vamos encerrar... (*Pausa.*)

Dr. André, nós vamos agora fazer uma leitura de três perguntas dos internautas. O senhor anote aí o nome deles e já responda a todos: ao General Peternelli, à Zenaide Maia e à Paula Belmonte. O senhor já responda tudo e faça as suas considerações finais. Estamos chegando ao final, encerrando a nossa audiência pública, muito concorrida.

Eu vou fazer três perguntas diretas – o senhor pode anotar o nome dos internautas.

Jezer Leal, de Mato Grosso do Sul, pergunta: "Qual(is) a(s) causa(s) e solução(ões) apontada(s) pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) para o apagão?". Só as causas. Essa é a pergunta do Jezer Leal.

A segunda pergunta é de Geisa Nascimento, que é daqui, de Brasília, do Distrito Federal. A pergunta é: "O que o Governo Federal tem feito para agilizar o restabelecimento do fornecimento de energia na região?". Se o senhor já explicou, tudo bem, mas essa é a pergunta da Geisa.

Há muitas perguntas, mas eu vou fazer só três, agradecendo a todos os internautas, principalmente do Amapá.

Wiverton Soares, do Estado do Ceará, pergunta: "Quais serão as medidas para retomar a energia?". A segunda pergunta dele: "Em que datas serão implantadas estas?" – que será restabelecida ou reimplantada a energia. Terceira pergunta dele: "Poderão ser acompanhadas em algum portal?" – a evolução deste processo.

O senhor está com a palavra para fazer o seu encerramento, para responder a todos e para responder aos internautas. Logo depois, nós encerraremos a nossa audiência. Com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – Obrigado, Excelência.

Primeiro, eu gostaria de agradecer imensamente as gentis palavras a mim deferidas pelo Senador daqui, do Distrito Federal, Izalci Lucas.

E digo ao Senador que as causas desse blecaute do Amapá estão sendo apuradas dentro das regras do setor elétrico brasileiro. Isso está muito bem normatizado. Nós estamos, no atual momento, na elaboração da minuta do relatório de análise de pertubação. Essa minuta passará por comentários e, então, será editada formalmente. Acredito que essa etapa seja nos próximos dez dias. E, assim como V. Exa. pediu, solicitou, encaminharei a V. Exa., ao Presidente desta Comissão, o Senador Confúcio, ao Relator, o nosso Deputado Francisco, e ao autor do requerimento, o Senador Randolfe, Senador do Amapá, que é o Estado afetado por esta situação, a minuta, o documento formal, o relatório de análise das perturbações. Acho que isso vai levar, então, aos encaminhamentos do próximo passo.

General Peternelli, Senadora Zenaide Maia e Deputada Paula Belmonte, o setor elétrico brasileiro precisa de investimentos para que a gente possa avançar com as demandas do setor. Precisamos construir linhas de transmissão, precisamos construir subestações para aumentar a confiabilidade e precisamos construir usinas, porque o setor tem uma demanda de praticamente 5 mil ou 6 mil megawatts todo ano, que precisam ser instalados para atender à demanda de energia. Nós só conseguiremos atender à necessidade do setor diante de um ambiente em que imperem a transparência, a previsibilidade e o respeito a contratos. Isso é fundamental.

Então, atuando com transparência, com previsibilidade e respeito aos contratos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) cria um ambiente favorável a investimento no País. Isso é reconhecido agora, em 2019, pelas duas maiores agências mundiais de classificação de risco, a Standard & Poor's e a Moody's, que reconheceram isso mundialmente. Isso é importante porque, por exemplo, vou citar a V. Exas. a necessidade de investimento no setor até dezembro de 2022. Nós precisamos de investimentos em geração e transmissão de energia de R$88 bilhões, que precisam ser investidos. Esse investimento vai gerar ao País 626 mil empregos diretos e o recurso para ser investido para atender a demanda da transmissão e da geração é privado. Então, nós precisamos ter esse ambiente sólido para agregar recursos, para que possamos avançar com a nossa infraestrutura.

E a grande contribuição do setor elétrico brasileiro para essa nossa agenda de crescimento econômico tão bem capitaneada pelo nosso Presidente Bolsonaro e pelo Ministro Paulo Guedes é o leilão de transmissão que vamos realizar no dia 17 de dezembro. E aqui, Excelência, Presidente Confúcio, já convido V. Exa., de público, e o convite é extensivo a todos os membros da Comissão do Covid, para participar da sessão presencial do leilão que vamos realizar em São Paulo, no dia 17 de dezembro, leilão que vai permitir investimentos de R$7,4 bilhões no País, com a geração de mais de 15,4 mil empregos diretos. Essa é a contribuição do setor elétrico para a nossa agenda de crescimento, para a nossa agenda virtuosa e para virar essa página da crise do Covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para encerrar, digo a V. Exas. que esse episódio do Amapá vai nos permitir, uma vez com o relatório de análise de perturbação em mãos, num primeiro momento, apurar todas as responsabilidades e aplicar as punições, mas vamos também aprimorar o setor – como disse, fiz a analogia aqui de um desastre aéreo –, vamos aprimorar para que eventos como esse nunca mais aconteçam no setor. Mas, como disse, nenhum sistema é infalível.

Para encerrar, eu gostaria de responder às perguntas do nosso Jezer Leal, do Mato Grosso do Sul, que está acompanhando a audiência e quer saber as causas. Como disse, meu caro amigo Jezer, as causas não são da CEA, a companhia energética do Amapá não tem responsabilidade sobre as causas desse episódio. Isso aconteceu no ambiente da transmissão e eu só poderei falar aqui com V. Exas. e apresentar as causas de posse desse relatório de análise de perturbação. Então, no momento, a gente não tem como falar – nesta reunião – das causas. Mas nos próximos dez dias, de posse...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Aguarde um momentinho.

Pode continuar, Dr. André. Pode continuar. Libere seu som.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

A Geisa Nascimento, nossa colega do Distrito Federal, quer saber quando a energia será restabelecida no Amapá. Nós tivemos um momento crítico, da madrugada de terça-feira para a quarta-feira, quando aconteceu o incidente, do dia 3 para o dia 4, em que os dois transformadores saíram e a usina de Coaracy Nunes, em Paredão, também teve problema para voltar. Então, tivemos um período muito crítico entre a madrugada da quarta-feira até a madrugada de sexta para sábado. A partir daquele momento, a energia começou a ser restabelecida.

Hoje nós estamos atendendo praticamente 75%, 80% do Estado do Amapá; 20% ainda não, mas isso não significa que 20% dos consumidores ficam sem energia o tempo todo. Está sendo feito um rodízio com critérios estabelecidos pela CEA, a distribuidora local. A gente está atuando para reverter esse cenário, e isso começa a se reverter a partir de amanhã, quando os geradores que estão sendo deslocados Brasil afora chegam a Macapá, o que está sendo feito com amplo apoio da Força Aérea Brasileira. E aqui quero estender também nossos agradecimentos à Força Aérea Brasileira pelo fato de ter buscado geradores em Manaus, ter buscado o equipamento de tratamento do óleo do transformador, que voltou a funcionar no sábado passado, lá em São Luís, lá em Belém.

Presidente Confúcio, é uma verdadeira operação de guerra que está em total andamento para restabelecer a energia do Amapá. Estamos com 80% do Estado restabelecido, mas não descansaremos enquanto não alcançarmos 100%, e isso já está prestes a acontecer. Os geradores já chegaram e já foram contratados (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... da Eletronorte. Então, no decorrer desta semana, até sábado ou domingo, a situação do Amapá será outra diante de todo esse trabalho do Governo Federal, ou seja, esse trabalho do setor elétrico brasileiro que está sendo feito.

Ao nosso...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bem, eu quero agradecer a todos os Parlamentares...

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Excelência, posso só responder ao nosso telespectador do Ceará Wiverton Soares?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – Obrigado por deferir, Excelência.

O Wiverton Soares pergunta quando vai ser restabelecido – eu acabei de responder para a Geisa Nascimento, aqui do DF – e sobre o acompanhamento das medidas. Wiverton, nós estamos dando total transparência às medidas que estão sendo tomadas, tanto no *site* do Ministério de Minas e Energia, mme.gov.br, ou no *site* da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), aneel.gov.br, com dois "e". Todas essas informações estão relacionadas lá e há atualização constante. Então, você pode acompanhar todas as medidas que estão sendo tomadas nesse esforço conjunto do setor elétrico, envolvendo diversos atores, para que a gente consiga restabelecer a energia elétrica no Estado do Amapá.

Para finalizar, Excelência, eu quero agradecer a oportunidade que tive de estar aqui nesta Comissão, respondendo a questionamentos de S. Exas., podendo contextualizar o que está acontecendo no Amapá, que, como disse, é inadmissível. Estamos tomando todas as providências para reverter esse cenário.

Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Muito bem, quero agradecer a participação de todos os Parlamentares membros e não membros, igualmente importantes, e justificar a participação da nossa Comissão Covid no apagão elétrico justamente devido às consequências na saúde do povo do Estado do Amapá, na superlotação dos leitos de UTI, nas mortes que vieram em decorrência eventual por causa do apagão.

A Comissão se justifica, porque nós temos uma vigência até dia 31 de dezembro, e o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, através desta Comissão, também expressam a solidariedade ao povo do Amapá. Não poderíamos cruzar os braços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero agradecer o requerimento do Randolfe e do Lucas Barreto, os dois Senadores do Estado do Amapá que foram os dois debatedores com mais consistência, devido a serem justamente daquele Estado. Eles foram bem veementes. Eu acredito que a população tenha ficado satisfeita com a participação dos dois Senadores.

Também registro a impossibilidade de o Senador Davi Alcolumbre estar presente, por estar tocando a pauta do Congresso Nacional, junto com os Líderes, mas delegou ao Senador Lucas Barreto todo esse debate, que realmente tem consistência, e ao Senador Randolfe também.

Então, dessa forma, não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença honrosa do Dr. André Pepitone da Nóbrega, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, agradeço aos cidadãos que participaram encaminhando perguntas pelo e-Cidadania, pela TV Senado e por outros meios de redes sociais.

Muito obrigado a todos, uma boa-tarde, e nossa audiência pública está encerrada. Muito agradecido. Obrigado. Boa tarde.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 899, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Luiz Pastore, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 899, de 2019 com a presença dos Parlamentares Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Major Olimpio, Randolfe Rodrigues, Jean Paul Prates, Rodrigo Pacheco, Mário Negromonte Jr., Alceu Moreira, Afonso Florence, Felício Laterça, Marco Bertaiolli, Luizão Goulart, Alexandre Leite, Pr. Marco Feliciano, João Roma, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Dário Berger, Marcos do Val, Angelo Coronel, Irajá, Luis Carlos Heinze, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Arolde de Oliveira e Capitão Wagner. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Acir Gurgacz, Otto Alencar, Omar Aziz, Jaques Wagner, Alvaro Dias, Hercílio Coelho Diniz, Carlos Zarattini, Eduardo Bolsonaro, Wellington Roberto, Tadeu Alencar, Carlos Sampaio, Félix Mendonça Júnior e Glaustin Fokus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho e Requerimentos. **Resultado:** Aprovados os Requerimentos nº 1, da Senadora Soraya Thronicke, e nº 2 (Plano de Trabalho), do Deputado Marco Bertaiolli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e nove minutos. É aprovada a Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Luiz Pastore

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 899, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 899, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quatorze minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Luiz Pastore, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 899, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Izalci Lucas, Fred Costa, Marco Bertaiolli, Nelsinho Trad, Flávio Bolsonaro e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Parlamentares Luiz do Carmo, Daniella Ribeiro, Soraya Thronicke, Acir Gurgacz, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Omar Aziz, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco, Alvaro Dias, Mário Negromonte Jr., Hercílio Coelho Diniz, Carlos Zarattini, Eduardo Bolsonaro, Wellington Roberto, Tadeu Alencar, Luizão Goulart, Lucas Redecker, Alexandre Leite, Félix Mendonça Júnior, Pr. Marco Feliciano, Alexis Fonteyne e Glaustin Fokus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 899, de 2019. **Participantes:** Adriana Gomes Rêgo, Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF; Felipe Aguiar, Assessor Jurídico do Ministério da Economia; Cristiano Neuenschawander Lins de Morais, Procurador-Geral de Gestão da Dívida Ativa da União e FGTS; Fábio Munhoz, Procurador Federal; Vanir Fridriczewski, Diretor do Departamento de Patrimônio e Probidade da Procuradoria Geral da União; Sandro de Vargas Serpa, Subsecretário de Tributação e Contencioso da Receita Federal. Mauro Silva, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - UNAFISCO. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Luiz Pastore

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 899, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 899, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Luiz Pastore e Marco Bertaiolli, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 899, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Fred Costa, Felício Laterça, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Nelsinho Trad e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Parlamentares Luiz do Carmo, Daniella Ribeiro, Acir Gurgacz, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Omar Aziz, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco, Alvaro Dias, Mário Negromonte Jr., Hercílio Coelho Diniz, Carlos Zarattini, Eduardo Bolsonaro, Wellington Roberto, Tadeu Alencar, Luizão Goulart, Lucas Redecker, Alexandre Leite, Félix Mendonça Júnior, Pr. Marco Feliciano e Glaustin Fokus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 899, de 2019. **Participantes:** Gustavo do Amaral Martins, Advogado Especialista da CNI; Bruno Murat, Advogado da Divisão Jurídica da CNC; Wander José Soares Pereira, Gerente Adjunto de Capitalização e Serviços Financeiros do SEBRAE; Eduardo Maneira, Presidente da Comissão Especial de Direito Tributário do Conselho Federal da OAB; Helcio Honda, Diretor do Departamento Jurídico da FIESP; Roberto Mateus Ordine, 1º Vice-Presidente da FACESP. Alexandre Papini, Assessor Jurídico da CNT. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Luiz Pastore

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 899, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 899, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 18 E 19 DE FEVEREIRO DE 2020, NO SENADO FEDERAL.

Às dezesseis horas do dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Luiz Pastore, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 899, de 2019 com a presença dos Parlamentares Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Eliziane Gama, Jorginho Mello, Eduardo Girão, Alceu Moreira, Fred Costa, Coronel Tadeu, Marco Bertaiolli, Marcelo Ramos, Tadeu Alencar, Elias Vaz, Luizão Goulart, João Campos, Lucas Redecker, Alexandre Leite, Mauro Benevides Filho, Pr. Marco Feliciano, Osires Damaso, Paulo Paim, Carlos Chiodini, Chico Rodrigues, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Túlio Gadêlha, Felício Laterça, Bia Kicis, Telmário Mota, Dário Berger, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Mecias de Jesus, Luis Miranda, Luis Carlos Heinze, Paulo Azi e Delegado Pablo. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Acir Gurgacz, Otto Alencar, Omar Aziz, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco, Alvaro Dias, Mário Negromonte Jr., Hercílio Coelho Diniz, Carlos Zarattini, Eduardo Bolsonaro, Wellington Roberto e Glaustin Fokus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Lido o Relatório e concedida vista da matéria. Às dezesseis horas e dezessete minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte. Em dezenove de fevereiro de 2020, às treze horas e dezessete minutos, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Medida Provisória n° 899, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Marco Bertaiolli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** É aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória no 899, de 2019; II - pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória no 899, de 2019; III - pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das emendas apresentadas; IV - pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória no 899, de 2019; V - pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das Emendas nos 1, 2, 9, 17, 21, 22, 26, 28 a 31, 34, 35, 65, 76, 83, 84, 132, 133, 137, 154 a 157, 188 a 192, 196, 209, 217 e 219, e pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária das demais; VI - no mérito, pela aprovação, da Medida Provisória no 899, de 2019, e pela aprovação, total ou parcial, das Emendas nos 4, 6 a 8, 11, 13, 16, 18, 19, 20, 27, 32, 38, 40, 47, 50, 52, 54, 57, 59, 68, 70, 72, 73, 75, 77, 81, 86, 89, 92, 94, 97, 101, 104, 109, 111, 119, 125, 128, 129, 131, 135, 139, 140, 149, 153, 165, 170, 171, 172, 175, 176, 194, 195, 199, 200, 201, 206, 210, 215 e 220, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das demais emendas apresentadas. A presidência submete à Comissão a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e das anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e um minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Luiz Pastore

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 899, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo nos links abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/18

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Resolução da Medida Provisória 899, de 2019.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a matéria.

Passo com o Relator.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, o relatório emitido na Medida Provisória 899 já se encontra à disposição, através dos meios eletrônicos, para consulta de todos os interessados e para conhecimento.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Sim.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem.) – Uma hora atrás eu tentei acessar esse relatório e não consegui ler. Isso foi disponibilizado agora?

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – Acabou de ser protocolizado...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Ah!

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – ... e aí está disponibilizado, mas eu posso já fornecer para o senhor a cópia...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Por favor.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – ... tanto escrita quanto a cópia digitalizada.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Nós vamos ter um prazo para analisar? Qual é o pensamento da Presidência e da relatoria?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Nós vamos dar vista, para que o senhor possa, e vamos voltar amanhã.

Vamos suspender a reunião e voltar amanhã.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Pronto, se for possível. Não quero atrapalhar o trâmite – é uma matéria de extrema relevância para quem foi Secretário da Fazenda como eu –, mas é importante a gente ver o produto final, e amanhã, com certeza, nós teremos condições de poder fazer a votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Mas aí...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Há algum problema para a Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Não, mas é exatamente isso que nós vamos fazer.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Ah, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – É assim que nós vamos proceder, exatamente como o senhor sugeriu – já era a nossa ideia.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – *Show*, o.k.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – Presidente, vamos então proferir a leitura do voto, para que não haja dúvida, e a vista coletiva será concedida.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Está perfeito.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Há mais alguém que deseja vista?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Por ofício, eu posso dar vista coletiva, então o senhor terá direito ao relatório imediatamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – O senhor vai receber já. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP. Como Relator.) – Sr. Presidente, passo, então, à leitura resumida do voto do Relator.

Face ao exposto, o voto é:

I – pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória 899, de 2019.

II – pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 899;

III – pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das emendas apresentadas e acolhidas;

IV – pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória 899;

V – pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das Emendas nº 1, 2, 5, 9, 17, 21, 22, 26 a 31, 34, 35, 65, 76, 78, 83, 84, 132 a 134, 137, 154 a 157, 188 a 193, 196, 207, 209, 217 e 219, e pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária das demais;

VI - no mérito, pela aprovação, da Medida Provisória 899, de 2019, e pela aprovação, total ou parcial, das Emendas nºs 4, 6 a 8, 11, 13, 16, 18, 19, 20, 32, 38, 40, 47, 50, 52, 54, 57, 59, 68, 70, 72, 73, 75, 81, 86, 89, 92, 94, 97, 101, 104, 109, 111, 119, 125, 128, 129, 131, 135, 136, 139, 140, 149, 153, 165, 170, 171, 172, 175, 176, 199, 200, 201, 206, 210, 215 e 220, na forma do projeto de lei de conversão em anexo, e pela rejeição das demais emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Nos termos do art. 132, art. 1º, do Regimento Interno do Senado, fica concedida vista coletiva da matéria.

Declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 19, às 14h30.

Gostaria de avisar que nós temos que dar 24 horas. Se nós tivermos acordo, poderemos fazer às 14h30, senão, deveremos começar amanhã às 16h. Depende dos senhores.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, não é possível colocar isso para o período da manhã, não? Porque possivelmente não haverá ninguém amanhã à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Nós não temos tempo. Se ela...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Quando vence a MP?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Não é problema de vencer a MP. Nós temos que estar dia 5, no Plenário, votando na Câmara, senão ela vence.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Nós temos que estar dia 5 na Câmara. É o prazo regimental da Câmara.

O SR. OSIRES DAMASO (PSC - TO. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Não se pode votar dia 3?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Não dá tempo.

Nós fizemos... Existe um esforço aqui fantástico do Relator...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – É que hoje só eu estava aqui...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Eu respeito. Nós fizemos duas audiências públicas – fizemos audiência ontem, fizemos audiência hoje de manhã –, seminário na semana passada, pela premência que efetivamente nós tínhamos. Nós demos as oportunidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E o senhor tem razão: esse prazo é muito pouco. Mas é o que nós temos, é o que sobrou. Nós fomos empossados aqui um dia antes de terminar o período de férias, de recesso, então...

Só quero saber se o senhor concorda em ser às 14h30?

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem.) – O senhor vai suspender esta reunião, ou vai convocar outra para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Não; vou suspender.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Não, mas aí, se suspender, amanhã vai ser com o quórum de hoje. Não vai ter ninguém. Então, regimentalmente, isso não é interessante para a Casa e para a medida provisória, até porque somente hoje foi apresentado o relatório.

Suspender significa que o senhor vai voltar com o painel amanhã. Pelo menos é o que eu entendo; posso estar enganado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Eu entendo, mas regimentalmente eu posso suspender. Então, estou suspendendo pela premência que nós temos.

Amanhã nós estaremos prontos aqui para discutir.

O SR. OSIRES DAMASO (PSC - TO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Sim, senhor.

Deputado Damaso, pode falar.

O SR. OSIRES DAMASO (PSC - TO. Pela ordem.) – Ela tem que estar em Plenário dia 5. Dia 5 vai dar numa quinta-feira, na semana depois do Carnaval. Por que não retornamos essa reunião na terça-feira do dia 3?

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Estará todo mundo aqui.

O SR. OSIRES DAMASO (PSC - TO) – Estará todo mundo presente, e com certeza haverá tempo hábil para poder analisar-se o parecer e, assim, todos votarem com tranquilidade.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. *Fora do microfone*.) – E atende a preocupação de V. Exa. de votar dia 5.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, posso fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Por favor.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP. Como Relator.) – Uma sugestão, Srs. Deputados.

A nossa preocupação toda é com o exíguo tempo que nós temos para que a gente não perca essa medida provisória. É uma medida provisória excepcional.

Eu posso me colocar, como Relator, se o senhor assim entender e os outros Deputados, hoje, absolutamente o dia inteiro, à disposição para que a gente verifique artigo por artigo, emenda por emenda, estudemos juntos o que for necessário e, até amanhã, no prazo regimental, a gente possa fazer algum voto complementar, possa fazer alguma alteração.

Se ela não estiver votada amanhã, a gente não consegue votá-la no Plenário da Câmara na primeira semana de março, para que ela cumpra aquele prazo regimental de 15 dias no Senado.

Infelizmente, não é nem o Presidente, nem o Relator; nós fomos atropelados pelo recesso e pelo exíguo tempo que nós temos.

Sr. Deputado, este plano de trabalho...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – Só para completar.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – Este plano de trabalho, com este calendário, foi aprovado há duas semanas na nossa primeira reunião. Então essas datas todas de seminário, de reuniões técnicas, da leitura do relatório e da reunião marcada para a aprovação, nós não marcamos hoje, elas já foram marcadas já há duas semanas, na abertura dos trabalhos. Então, nós estamos cumprindo o plano de trabalho que foi apresentado e que foi aprovado naquela ocasião por unanimidade.

Mas independentemente disso, Deputado, eu me coloco à sua disposição hoje para nós ficarmos aqui e analisarmos todos os itens, apenas para que não percamos o período de validade dessa medida provisória.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem.) – Deputado, se V. Exa. me permitir, várias entidades desejam saber o que foi o relatório. Essas entidades têm assessorias. E menos de 24 horas para poder ler? Eu pondero...

Outra coisa, cumpriremos o calendário que V. Exa. deseja, ou seja, votar no dia 5, e eu, inclusive, tenho interesse em votar no dia 5. Agora, menos de 24 horas...

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – Reitero aqui, Deputado, por favor, a sua aquiescência, o seu bom senso para nos ajudar. Estou à disposição hoje. O relatório está à disposição. Dia 3 ou dia 4 provavelmente nós tenhamos sessões do Congresso para votar os vetos que estão apensados. Nós não vamos ter sessão. Se nós não votarmos isso antes do dia 5, nós não vamos cumprir o prazo. Apenas para que a gente não corra nenhum risco.

E esse plano de trabalho, como eu disse, foi aprovado. Então, eu estou aqui com toda a boa vontade me colocando à disposição. O relatório já está protocolado. Inclusive, na semana passada, nós fizemos um seminário aqui na quinta-feira, que começou às 9h da manhã e terminou às 5h da tarde, ouvindo todas as entidades que...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Mas várias das emendas, pelo que estão me dizendo, foram acatadas, Sr. Relator. A gente precisa ver.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – Não. As emendas que não foram acatadas foram aquelas que não encontraram amparo legal. Todas as demais, aliás, mais de 50% delas, foram.

Então, eu estou me colocando à disposição é para que a gente possa deixar esta reunião em aberto. Possamos tentar votar amanhã para não perdermos, e hoje nós vamos discutir o dia inteiro cada um dos pontos que o senhor desejar e outros Deputados. Aliás, há uns dez Deputados aqui querendo discutir alguns pontos, e nós temos até amanhã para fazê-lo. Apenas para que a gente não perca o prazo regimental.

Se o senhor puder nos ajudar no prazo, o restante a gente resolve aqui conversando.

O SR. OSIRES DAMASO (PSC - TO. Pela ordem.) – Deputado, eu entendo V. Exa., mas eu não vejo prejuízo nenhum em deixar para o dia 3. Sessão do Congresso nunca acontece pela manhã, sempre à tarde. Nós temos aqui uma reunião da Comissão no dia 3, às 9h da manhã: com certeza vai dar tempo, tranquilo, para todos analisarem o parecer.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – Mas nós não vamos ter sessão da Câmara à tarde, Deputado. Vamos ter sessão do Congresso.

O SR. OSIRES DAMASO (PSC - TO) – Sim, mas nós precisamos de prazo na Comissão até dia 3 pela manhã. O prazo que existe aqui da sessão da Câmara é dia 5, na quinta-feira.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – Sim, se o senhor deixar para o último dia e tiver qualquer problema na sessão, nós perdemos a medida provisória?

O SR. OSIRES DAMASO (PSC - TO) – Vocês estão apostando que na semana do dia 3 ao dia 5 não vai haver sessão na Câmara?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – Se houver, porque nós vamos ter sessão do Congresso...

O SR. OSIRES DAMASO (PSC - TO) – O que nós estamos pedindo é uma sessão aqui da Comissão no dia 3 pela manhã.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – Deputado, nós já fizemos aqui pelo menos umas cinco audiências, umas cinco dessas. Vários Deputados que estavam interessados...

O SR. OSIRES DAMASO (PSC - TO) – Sim, mas o relatório não estava pronto, Deputado. Estava-se discutindo a matéria.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – Sim, mas vários Deputados que estavam interessados estiveram aqui e aprovaram esse plano de trabalho.

Agora, nós estamos colocando em risco perder a medida provisória. Se eu puder contar com a sua compreensão, eu estou à disposição. Fico aqui o dia inteiro. Vamos analisar uma por uma. Nós temos até amanhã para analisar todas elas.

O SR. OSIRES DAMASO (PSC - TO) – Eu sou totalmente favorável à matéria...

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – Veja bem. Eu estou garantindo ao senhor que nenhuma emenda será totalmente acatada ou rejeitada sem a sua aquiescência hoje. Vamos lê-las juntos. Eu fico aqui hoje, nós vamos ler juntos. Se nós deixarmos para o dia 3, nós temos sessão do Congresso. Se não entra na pauta da Câmara, nós perdemos a matéria no dia 4. Não é correto a gente perder uma matéria dessa importância por causa de tempo.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Eu tenho um meio termo aqui. V. Exa. pode suspender pelo menos por meia hora, enquanto a gente vê aqui exatamente o que o senhor acatou ou não acatou. Podemos aguardar aqui todos nós ainda aqui agora? Nessa meia hora? V. Exa. pode nos dar essa oportunidade?

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – Claro que podemos. Só que daqui a pouquinho começa a sessão do Senado; a nossa sessão vai ser interrompida e nós vamos perder a sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Eu proponho diferente: nós podemos, regimentalmente, suspender a reunião, de acordo com o art. 108. Eu não estou fazendo isso em respeito aos senhores. Então, o que eu proponho? Vamos fazer assim e, se houver qualquer coisa, se houver qualquer problema, eu me comprometo, como Presidente, a amanhã entrarmos em uma reunião e seguirmos o que nós planejamos. É a única coisa que eu peço aos senhores.

Eu garanto que, por consenso, amanhã, nós vamos fazer o que os senhores desejarem em uma discussão, só que eu não quero fugir do programa. E, por favor, eu não gostaria de fazer isso à revelia dos senhores. Seria muito indelicado da minha parte. Eu pediria realmente dos senhores que tenham muita compreensão e acreditem que aqui existe uma boa vontade.

Eu queria dizer para os senhores o seguinte: até hoje nós não tivemos nenhum problema, não tivermos ninguém contra isso. Então, quer dizer, acreditem que tudo que está sendo escrito aqui foi feito de consenso, num trabalho muito rápido, pelo nosso Relator, o Deputado Marco. Portanto, eu pediria que os senhores me deixem suspender a sessão. Acreditem que nós vamos discutir essas matérias à exaustão, a noite inteira, enquanto os senhores quiserem.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Obrigado.

Então, declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para amanhã, às 14h; amanhã às 14h30.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Tenho convicção de que amanhã, às 16h, não terá mais ninguém aqui. Eu ponderaria pelo menos que V. Exa. iniciasse os trabalhos o mais cedo possível.

Eu já fiz MP às 13h aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Espera um pouquinho: marco agora às 14h30 e, em 5 minutos, eu volto atrás e remarco para 13h. Só vou consultar aqui... Zero óbice por isso.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP) – Estou de acordo, Sr. Presidente.

(*Iniciada às 16 horas e 02 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 19 minutos.*)

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Boa tarde.

Declaro reaberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 899, de 2019.

A Presidência comunica que, no dia 18 de fevereiro, o Deputado Marco Bertaiolli procedeu à leitura de seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se em seguida a reunião.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Marco Bertaiolli, para as suas considerações.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, uma boa tarde a todos.

Nós estamos apresentando o relatório final da Medida Provisória 899, uma medida provisória de uma importância imensa para o Brasil, mas que também tem a necessidade dos seus aperfeiçoamentos e entendimentos de todos os atores envolvidos nesse processo, tanto do Fisco do Governo quanto dos contribuintes brasileiros.

Posteriormente à divulgação e à leitura do relatório no dia de ontem, 18 de fevereiro, e à concessão de vista coletiva pelo Presidente desta Comissão, Senador Luiz Pastore, nós estamos aqui analisando alguns pontos que ainda podem ser alterados como, por exemplo, a inclusão do §6º no art. 11 deste PLV, na forma complementar às Emendas 194 e 195, um levantamento feito ontem pelo Deputado Mauro Benevides.

Estamos trabalhando e analisando a supressão do inciso III, do §4º do art. 11 deste PLV. É uma errata em relação ao que foi publicado ontem. Na concessão do prazo especial de 120 meses para micro e pequenas empresas, foram também incluídas as empresas em recuperação judicial, e não era esse o objetivo. Então, essa já foi corrigida ontem mesmo.

Estamos aqui acolhendo a Emenda 77 de forma integral, que também é uma solicitação do Deputado Mauro Benevides, de forma a explicitar melhor o conceito de o que é o valor originário, o valor principal.

E, no nosso entendimento, por solicitação também de Deputados, como o Deputado Alexandre Leite, que está aqui, nós estamos não dando a incompatibilidade de algumas emendas para que elas possam ser mais bem discutidas pelo Plenário desta Câmara, como, por exemplo, as Emendas 27, 78, 134, 193 e 207.

No mais, Sr. Presidente, pela presença dos Deputados, em respeito a todos, eu sugeriria que nós suspendêssemos a sessão por 30 minutos, por uma hora, Cel. Tadeu, para que nós pudéssemos dirimir as dúvidas entre os Deputados, porque o nosso objetivo é, primeiro, não perder esta medida provisória, que ela seja aprovada hoje e que a gente possa, na semana que vem, votar no Plenário da Casa porque a medida é muito importante para o Brasil; e, segundo, poder atender, dentro do possível, aos desejos, aos anseios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

todos os Parlamentares que estão acompanhando essa votação. Em função dessas duas necessidades, urgência e compreensão com o pleito correto de diversos Deputados, eu sugeriria, Presidente, que nós suspendêssemos por uma hora, dirimíssemos aqui algumas dúvidas e já imprimíssemos o relatório final para que ele pudesse ser aprovado na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Está aceita a sua sugestão.

Declaro suspensa a presente reunião por até uma hora. Vamos ver se em até uma hora nós conseguimos acertar tudo.

Obrigado.

(Reaberta às 13 horas e 17 minutos, a reunião é suspensa às 13 horas e 20 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. Bloco/MDB - ES) – Declaro reaberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 899, de 2019.

Passo a palavra ao Relator, Marco Bertaiolli, para as suas considerações finais.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

A complementação do nosso voto já está disponibilizada nos computadores e nas redes do Senado Federal, mas, como destaque, gostaríamos de registrar o seguinte: complementação do voto, um resumo.

Posteriormente à divulgação e à leitura do relatório na reunião de ontem, 18 de fevereiro de 2020, e à concessão de vista coletiva pelo Presidente desta Comissão Mista, Senador Luiz Pastore, elenco abaixo os pontos alterados neste PLV, que passam a constar agora da complementação do nosso voto ora disponibilizado.

Incluímos no §6º do art. 11 do PLV, de forma a contemplar as Emendas 194 e 195.

Suprimimos o inciso III do §4º do art. 11 do PLV, nos termos da errata que já foi disponibilizada no dia de ontem.

Acolhemos a Emenda de nº 77 de forma integral no PLV, de forma a explicitar melhor o conceito de valor originário, valor principal.

Alteramos o nosso entendimento a respeito da compatibilidade das Emendas nºs 5, 27, 78, 134, 193 e 207.

Adequamos a redação do inciso I do §4º do art. 11, para explicitarmos a possibilidade de entidades filantrópicas – explicitamente as Santas Casas de Misericórdia e as sociedades cooperativas – também gozarem dos benefícios de redução de até 70% do crédito e do pagamento da dívida com o parcelamento especial em até 120 meses.

No caso do parcelamento especial de 120 meses, três categorias foram incluídas: as micro e pequenas empresas optantes ou não pelo Simples, porque nós temos um projeto em paralelo tramitando na Casa; as instituições educacionais para atendermos a educação brasileira; e as santas casas para atendermos a saúde brasileira.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer só um registro de agradecimento ao senhor, como Presidente desta Comissão, pela dedicação, pelo trabalho, pelo entendimento e por todas as dificuldades elencadas; agradecer ao Governo, na pessoa do nosso assessor do Ministério da Economia, o Rogério, que está aqui conosco, que foi incansável junto com o Cristiano, da Procuradoria-Geral, para que nós pudéssemos esclarecer, dirimir as dúvidas, fazer um entendimento absolutamente adequado de tudo em que nós estamos trabalhando nessa medida que eu considero muito importante para a recuperação fiscal do Brasil, não só para que o Brasil recupere o seu crédito e possa investir, mas principalmente para que nós possamos dar condições de as empresas brasileiras saudarem aquilo que devem e voltarem a produzir,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

trabalhar, gerar empregos, que é o que nós esperamos das nossas empresas, dar condições de que o Fisco brasileiro não seja uma instituição lá longe, distante, fechada, enclausurada, mas que o Fisco seja uma relação cotidiana com o contribuinte brasileiro e que possa entender a especificidade de cada empresa do nosso País e, dentro dessa especificidade, ter uma transação de pagamento dos seus débitos fiscais de acordo com a especificidade dessa empresa. O que nós estamos buscando é dar o poder para que a Procuradoria-Geral do Brasil possa negociar caso a caso com as empresas brasileiras, o que hoje era impossível, proibido ou inadequado.

Enfim, quero agradecer a toda a assessoria aqui do Senado, na pessoa do Rodrigo, junto com toda a equipe, e agradecer especialmente aos consultores da Câmara, na pessoa do Murilo, que nos ajudou aqui na redação final, e também a toda a assessoria do meu partido, o PSD, na pessoa da Hadassah, da Cecília, que trabalharam incansavelmente para que esta redação pudesse ser contemplada e todos pudessem ser ouvidos.

Perdoem-me se eu estou aqui deixando de agradecer, mas sintam-se, por favor, todos agradecidos, reconhecidos por esse trabalho bastante hercúleo.

Agora, nós temos, Presidente, uma nova etapa bastante difícil que é vencermos os prazos e, na próxima semana, depois do Carnaval, aprovarmos essa medida no Plenário da Câmara para que ela possa ser encaminhada ao Senado, aprovada até o dia 25 de março e possa se transformar numa lei brasileira, a lei do contribuinte legal, uma lei que estabelece um novo paradigma na relação do Fisco com o contribuinte.

Esperamos, dessa forma, colocar o nosso relatório em discussão e votação, sabendo que nós estamos contribuindo para que o País seja um País mais livre, mais democrático, de relacionamento melhor entre as suas instituições e aqueles que produzem, que são as empresas brasileiras.

Senador Luiz Pastore, foi um orgulho trabalhar com o senhor nesta Comissão.

Muito obrigado pela confiança.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Caro Marco Bertaiolli, a única pessoa que faltou ser elogiada mesmo foi V. Exa, que fez um trabalho hercúleo, de uma qualidade ímpar, conversando com todos os segmentos da sociedade, expondo ideias... No final, nesses últimos dois dias, eu sei o trabalho que V. Exa. fez.

Esse trabalho também, eu tinha... Como o senhor já agradeceu a todos, eu precisava dizer que nós temos um trio aqui, e esse trio não pode se desfazer: o Ronaldo, o Cris e o senhor.

Parabéns a todos que trabalharam nesta Comissão e fizeram um trabalho, um movimento tão excelente! Parabéns a vocês todos!

Agora, eu vou abrir a discussão, se o senhor me permite, inclusive está aqui o Deputado Alexandre Leite. O senhor tem alguma coisa para falar? (*Pausa.*)

Não havendo mais nada a falar, sem mais o que queiram discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão.

Antes do encerramento dos trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(*Iniciada às 16 horas e 02 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 19 minutos do dia 18/02/2020. Reaberta às 13 horas e 17 minutos, a reunião é suspensa às 13 horas e 20 minutos do dia 19/02/2020. Reaberta às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 30 minutos do dia 19/02/2020.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 898, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 11, 12 E 19 DE FEVEREIRO DE 2020 E 03 DE MARÇO DE 2020, NO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia onze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Deputado Camilo Capiberibe, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 898, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura, Ciro Nogueira, Antonio Anastasia, Soraya Thronicke, Major Olimpio, Weverton, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Eliziane Gama, Arolde de Oliveira, Paulo Albuquerque, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Rodrigo Pacheco, Eduardo Girão, Cacá Leão, Patrus Ananias, Eduardo Bolsonaro, Antonio Brito, Marcelo Ramos, Elias Vaz, Eduardo Barbosa, André Figueiredo, Mauro Benevides Filho, Capitão Wagner, Delegado Pablo, Carlos Chiodini, Pedro Lupion, Esperidião Amin, Fred Costa, Eduardo Braide, Flávio Bolsonaro, Túlio Gadêlha, Tasso Jereissati, Bia Kicis, Hugo Leal, Aline Sleutjes, Luiz Pastore, Luiz do Carmo, Jorge Kajuru, Luizianne Lins, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Léo Moraes, Sanderson, Julio Cesar Ribeiro, Dário Berger, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Luis Miranda, Darcísio Perondi, Irajá, Izalci Lucas, Luis Carlos Heinze, Rogério Peninha Mendonça e Paulo Azi. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Omar Aziz, Filipe Barros, Gildenemyr, Silas Câmara, Diego Garcia e Toninho Wandscheer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Medida Provisória n° 898, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre o pagamento do benefício financeiro relativo ao mês de dezembro de 2019 como abono natalino." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista. Lido o relatório do senador Randolfe Rodrigues. Concedida vista coletiva da matéria. A Reunião é suspensa às quinze horas e vinte e sete minutos e a reabertura agendada para o dia 12 de fevereiro de 2020. Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Deputado Camilo Capiberibe, a reunião é reaberta. Lida Errata ao Relatório apresentada pelo Relator. Apresentados os Requerimentos nºs 1 e 2, de votação nominal e de adiamento da votação; e os Requerimentos nºs 3 a 13, de destaque e votação em globo. Encerrada a discussão. A Reunião é suspensa às dezessete horas e a reabertura agendada para o dia 18 de fevereiro de 2020. Ficam prejudicados os requerimentos nºs 1 e 2. Adiada a reabertura para o dia dezenove de fevereiro. Às quinze horas e um minuto do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Deputado Camilo Capiberibe, a reunião é reaberta. Apresentados os Requerimentos nºs 14 e 15, de votação nominal e adiamento da votação. Prejudicado o Requerimento nº 14, de votação nominal do adiamento de votação, por falta de quórum na verificação de votação. A reunião é suspensa às dezesseis horas e cinquenta e três minutos e a reabertura agendada para o dia 3 de março de 2020. Fica prejudicado o Requerimento nº 15. Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia três de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Deputado Camilo Capiberibe, é reaberta a reunião. Apresentados os Requerimentos nº 16, de adiamento de votação por 48 horas; nº 17, de votação nominal do requerimento nº 16; nº 18, de votação nominal do requerimento de votação em globo dos destaques; e nº 19, de votação nominal do Relatório. Rejeitado o Requerimento nº 17. Solicitada a verificação de votação. Procedida a chamada nominal, votam "Sim" 0 (zero) parlamentares; votam "Não" 14 (quatorze) parlamentares. O Requerimento nº 17 é rejeitado. Rejeitados os Requerimentos nºs 16 e 18. Aprovados os Requerimentos nºs 3 e 4, de votação em globo dos destaques. Rejeitados, em globo, os Requerimentos nºs 5 a 13, de destaque. Rejeitado o Requerimento nº 19. Aprovado o Relatório do Senador Randolfe Rodrigues, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela presença dos pressupostos constitucionais e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 898, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, sendo aprovadas as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 12, 13, 19, 20, 21, 22, 26, 28, 31, 33, 34, 37 e 41; aprovadas parcialmente as Emendas nºs 8, 15, 16, 23, 25, 30, 32, 35; e rejeitadas as Emendas nºs 7, 9, 10, 11, 14, 17,18, 24, 27, 29, 36, 38, 39 e 40, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. Aprovada a ata da 2ª Reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quinze minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado CAMILO CAPIBERIBE

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 898, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo nos links abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/11

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/12

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/19

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 898, de 2019.

Cumprimentando todos os Parlamentares presentes, que aqui nos dão este quórum regimental tão importante, eu passo a palavra, neste momento, ao Relator, Senador Randolfe Rodrigues, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Camilo. Quero cumprimentar os Deputados Eduardo Barbosa e Patrus Ananias, que completam o quórum para que possa assim ser feita a leitura deste relatório desta medida provisória, passando diretamente à leitura.

Vem ao exame desta Comissão Mista a Medida Provisória nº 898, de 2019, que altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre o pagamento do benefício financeiro relativo ao mês de dezembro de 2019 como abono natalino, composta por dois artigos.

O art. 1º da medida provisória acrescenta o art. 2º-B à Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para estabelecer que, no mês de dezembro do ano de 2019, o benefício financeiro do programa seja pago em dobro. A ementa da MPV menciona tratar-se de uma forma de abono natalino.

Conforme seu art. 2º, as disposições da MPV nº 898, de 2019, já estão em vigor desde a sua publicação.

A MPV nº 898, de 2019, foi encaminhada ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 527, de 2019. A MPV é acompanhada da Exposição de Motivos Interministerial nº 00072/2019, subscrita pelos Ministros de Estado da Cidadania e da Economia.

Na exposição de motivos, são apontadas, além do mérito da matéria, razões com o intuito de justificar a urgência desta MPV:

> No mérito, a criação do referido abono vai ao encontro da necessidade de transferir mais recursos às famílias beneficiárias do Bolsa Família, tendo em vista o aumento de preço de alguns itens que fazem parte da cesta de consumo dessas famílias ao longo do último ano, como é o caso do gás de cozinha. Ademais, sinaliza, tanto para as famílias beneficiárias quanto para o conjunto da sociedade brasileira, que o programa é visto pela atual administração como uma política de Estado, cuja permanência atende a necessidades estruturais decorrentes do atual estágio de desenvolvimento econômico da sociedade brasileira. Dessa forma, sua existência não decorre do desejo de um determinado governo, mas, sim, da determinação do Estado e da sociedade em enfrentar o desafio da superação gradual da pobreza. [...]
>
> Trata-se de uma medida de caráter urgente, tendo em vista que será necessário aditivo contratual com a Caixa Econômica Federal, agente operador do Programa Bolsa Família, para desenvolvimento de solução sistêmica de implementação do pagamento. Dessa maneira, o Ministério da Cidadania observa que a publicação de medida provisória do abono natalino deve ocorrer o quanto antes, satisfazendo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

> assim, o interregno necessário para o cumprimento das etapas de elaboração sistêmica e implantação da medida.

Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 41 emendas perante esta Comissão Mista.

Este é o relatório.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 62, §9º, da Constituição da República, emitir parecer sobre o ato normativo em questão, anteriormente à apreciação pelo Plenário de cada uma das duas Casas do Congresso Nacional.

Conforme a Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, o parecer abordará os aspectos constitucionais, a adequação orçamentária e o mérito da matéria.

Da admissibilidade – requisitos de urgência e relevância.

Inicialmente, vê-se que a norma não trata de nenhuma das matérias arroladas na lista de vedações à edição de medida provisória de que trata o art. 62, §1º, da Constituição da República.

Ademais, a MPV atende aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência previstos no *caput* do art. 62 da Constituição Federal, conforme sua exposição de motivos, em particular os pontos que destacamos no relatório acima.

Devemos sublinhar também que a MPV não afronta materialmente a Constituição Federal, e sua tramitação atendeu aos requisitos regimentais.

Evidenciam-se, portanto, presentes os requisitos de constitucionalidade e juridicidade da MPV, na forma como foi publicada.

Da adequação financeira e orçamentária.

Acerca da adequação financeira e orçamentária, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, nos termos do art. 19, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, emitiu a Nota Técnica nº 33, de 2019, por meio da qual conclui que "não […] foi possível, pela ausência de informações, verificar a compatibilidade da MPV 898/2019 com as metas fiscais definidas para o corrente exercício financeiro, e com os limites impostos pelo Novo Regime Fiscal".

Mais ainda, segundo a Nota Técnica, verificou-se o não atendimento de preceitos legais estabelecidos tanto pela LRF quanto pela LDO. Isso porque a exposição de motivos estima que: "[...] deverão ser adicionados R$2,58 bilhões reais na ação 8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza [...]".

No entanto, não estava claro de onde seriam transferidos os recursos. Portanto, mesmo quando do envio da MPV, o próprio Governo deixou de cumprir as exigências constitucionais e legais impostas pelo Novo Regime Fiscal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 e de 2020. Mesmo assim, determinou o pagamento do abono do Bolsa Família em dezembro de 2019.

Como será visto em seguida, acatamos parte das emendas encaminhadas pelos nobres Parlamentares. Nesse sentido, conscientes da necessidade da apresentação de estimativa do impacto para o ano em vigor e os dois subsequentes, para compensar a despesa obrigatória de caráter continuado advinda do acatamento das emendas, adotamos sugestão do Deputado Marcelo Ramos e propomos a alteração de uma norma que, atualmente, beneficia a camada mais rica da população brasileira. Trata-se da tributação, por meio do Imposto sobre a Renda, das aplicações em Fundos de Investimentos Fechados, incidente sobre os rendimentos auferidos em aplicações deste tipo de fundo de investimento em participação, que não sejam considerados entidades de investimento, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Segundo relatório da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), apesar de ter registrado resgate líquido de R$51 bilhões em dezembro, a indústria de fundos de investimentos encerra 2019 com captação líquida de R$191,6 bilhões, mais do que o dobro registrado no ano anterior.

No caso dos fundos de investimentos, a presente proposta tem por objetivo reduzir as distorções existentes entre as aplicações em fundos de investimento e aumentar a arrecadação federal por meio da tributação dos rendimentos acumulados pelas carteiras de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio fechado, os quais se caracterizam pelo pequeno número de cotistas e forte planejamento tributário.

A nova regra a ser estabelecida define a incidência na fase anterior à amortização ou ao resgate na medida em que os rendimentos são auferidos, tal como ocorre nos fundos de investimento abertos. Estabelece ainda, para as aplicações efetuadas nesses fundos, em relação aos fatos geradores seguintes, regra de apuração e recolhimento semestral, além das regras para as hipóteses de amortização de cotas e resgate de cotas.

Cumpre ressaltar que há em curso o PL 10.638, de 2018, de autoria do Poder Executivo, cuja Exposição de Motivos mostra estimativa de arrecadação de R$10.720.000.000,00 (dez bilhões e setecentos e vinte milhões de reais) acumulados até 31 de maio de 2018 nos fundos de investimentos fechados. Portanto, é recurso mais que necessário para garantir o pagamento permanente do benefício do décimo terceiro do Bolsa Família, assim como estendê-lo para o Benefício de Prestação Continuada.

Outra fonte de recursos a ser destacada é a prevista na Emenda Constitucional 103/2019 (reforma da previdência), cuja redação final contempla, em seu art. 32, a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável aos bancos. De acordo com o art. 36 da mesma emenda constitucional, a medida entra em vigor a partir de 1º março de 2020. A taxa de 20% vigorou entre 2016 e 2018. Essa alíquota adicional deve gerar um ganho de receita de R$5 bilhões para o Governo em 2020.

Cumpre destacar ainda que, segundo dados do Tesouro Nacional, em dezembro de 2019, o balanço do Resultado Fiscal do Governo Federal (Programado X Realizado) apresentou um empoçamento de recursos que totalizou R$17,4 bilhões. Ainda, a receita total cresceu 6,1% em termos reais (R$95,6 bilhões) em 2019.

Portanto, diante do exposto, cumprimos os art. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não obstante o nosso esforço em cumprir o papel técnico de estimativa orçamentária e combatendo a desigualdade social, em um País em que se gastam bilhões com fundos e verbas de baixa relevância para o cidadão, certo é que eventual rejeição ou veto da presente medida, em razão da fonte de custeio indicada, irá de encontro a um dos fundamentos da República, qual seja a dignidade da pessoa humana.

Por fim, deve-se ressaltar o objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, consoante o art. 3º, inciso III, da Constituição Federal. Por isso, constitui competência comum de todos os entes federados combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos, conforme o art. 23, inciso X, da Constituição.

Do mérito.

Atendendo ao prazo regimental, encerrado em 22 de outubro de 2019, foram apresentadas perante esta Comissão Mista 41 emendas, que podem ser assim agrupadas... No relatório, nós organizamos quatro grupos de emendas.

Passo, diretamente, à análise, por economia processual da leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Permanência do pagamento da 13ª parcela do Bolsa Família nos anos subsequentes.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que atende famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, identificadas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Atualmente, são elegíveis ao Programa Bolsa Família as famílias que tenham:

1) cadastros atualizados nos últimos 24 meses; e

2) renda mensal por pessoa de até R$89 ou renda mensal por pessoa de R$89,01 a R$178, desde que possuam crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos em sua composição.

No mês de dezembro de 2019, existiam cerca de 28 milhões de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, o que corresponde a aproximadamente 76 milhões de pessoas cadastradas. Todavia, o Programa Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de dezembro de 2019, cerca de 13 milhões de famílias, que receberam benefícios com valor médio de R$191,77. O valor total transferido pelo Governo Federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R$2,5 bilhões no mês.

O intuito da medida provisória é conceder o equivalente ao décimo terceiro salário, no mês de dezembro de 2019, aos beneficiários do Bolsa Família. Todavia, não há no texto nenhuma referência ao pagamento do benefício nos próximos anos.

Em relação ao mérito, consideramos que os dispositivos da MPV nº 898, de 2019, estão de acordo com os seus objetivos na medida em que se dobra o valor da parcela dos benefícios do Programa Bolsa Família em dezembro de 2019.

O escopo da referida MPV é meritório. Entendemos que, de fato, para as famílias beneficiárias, o recebimento de uma renda a mais é necessário. Contudo, percebe-se que a restrição somente ao mês de dezembro do ano de 2019 engessa o benefício e, de certa forma, não se harmoniza com a finalidade da MP. Assim, não julgamos coerente esse abono ocorrer somente em 2019, como se fosse uma benesse esporádica de um governante. Ele deve ser transformado em uma política de Estado contínua, assim como os Ministros da Cidadania e da Economia já categorizaram o próprio Programa Bolsa Família, na exposição de motivos da MPV, como uma verdadeira política de Estado. Para ser política de Estado, obviamente, não pode ser benesse eventual de um ano, tem que ser caracterizado como permanente.

Há, inclusive, um efeito positivo na economia nacional com a injeção desses recursos. Estudos diversos, como o dos pesquisadores Daiana Silva e Joaquim Ferreira Filho, com o título "Impactos dos Programas de Transferência de Renda Benefício de Prestação Continuada e Bolsa Família sobre a Economia Brasileira: uma análise de equilíbrio geral", mostram que o Bolsa Família aumenta o consumo real das famílias, em especial as mais pobres, impulsionando, consequentemente, o crescimento da economia. A própria Exposição de Motivos dos Ministérios da Economia e da Cidadania assim assinalam.

Cabe destacar ainda o alerta da matéria da revista The Economist do dia 30 de janeiro de 2020 para a diminuição do Programa Bolsa Família no último ano. Se, em anos anteriores, mais de 275 mil famílias eram cadastradas por mês, em 2019, diminui-se a entrada para menos de 2,5 mil famílias por mês. Ano passado, o número de famílias atendidas pelo Bolsa Família recuou de 14,3 milhões, em maio de 2019, para 13,1 milhões, em dezembro. Houve também o cancelamento do benefício para mais de 1 milhão de famílias. A lista de espera para receber o benefício varia entre 500 mil e 1 milhão de famílias, dado este que provavelmente está subestimado em função da diminuição do esforço de cadastramento de famílias potencialmente elegíveis.

Exclusão do rendimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Há algumas emendas que foram apresentas. De acordo com diálogo com o Governo, nós acatamos, em nosso relatório, somente a permanência do Bolsa Família, conforme já destacamos, e a extensão do décimo terceiro ao Benefício de Prestação Continuada.

O Benefício de Prestação Continuada é um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que apresentem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, apresentem dificuldades para a participação e interação plena na sociedade. Para a concessão desse benefício, é exigido que a renda familiar mensal seja de até um quarto de salário mínimo por pessoa.

Com base em dados do Portal da Transparência, há cerca de 4,8 milhões de beneficiários no BPC. De acordo com o orçamento previsto para 2020, cerca de R$60,2 bilhões serão destinados ao BPC. Segundo Nota Técnica nº 5, de 2020, do Ministério da Cidadania, é possível projetar que o impacto financeiro no Orçamento de 2020 para garantir o pagamento do abono natalino seria de aproximadamente R$4,8 bilhões. Como já demonstrado financeiramente, não haveria empecilho para a implementação do abono natalino permanentemente aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada.

O BPC tem por objetivo principal amparar pessoas à margem da sociedade e que não podem prover seu sustento. Assim, ao conceder o décimo terceiro aos beneficiários do BPC, a emenda visa a corrigir essa desigualdade para garantir a isonomia entre esses beneficiários e os demais do INSS, que já recebem a renda extra no mês de dezembro de cada ano.

Voto.

Vota-se pela presença dos pressupostos constitucionais e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 898, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, sendo: aprovadas as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 12, 13, 19, 20, 21, 22, 26, 28, 31, 33, 34, 37 e 41; aprovadas parcialmente as Emendas nºs 8, 15, 16, 23, 25, 30, 32, 35; e rejeitadas as Emendas nºs 7, 9, 10, 11, 14, 17,18, 24, 27, 29, 36, 38, 39 e 40, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado.

No projeto de lei de conversão, assim apontamos:

> Art. 1º. Esta Lei disciplina a cobrança e o recolhimento do imposto sobre a renda incidente sobre rendimentos de aplicações em fundos de investimento fechados e em fundos de investimento em participações, altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre o abono natalino, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o abono natalino, e altera a Lei nº 11.312, de 2006.

Esse *caput* foi feito a partir da sugestão dada, repito – faço questão assim de registrar –, pelo nobre Deputado Marcelo Ramos.

> Art. 2º. A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte alteração:
> "Art. 2º-B A parcela de benefício financeiro de que trata o art. 2º relativa ao mês de dezembro será paga em dobro."
> Art. 3º. A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte alteração:
> "Art. 20
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

§13º Os beneficiários de que trata o *caput* fazem jus a um abono natalino, em valor igual a um salário mínimo."

Art. 4º. Para fins de incidência do imposto sobre a renda na fonte, consideram-se pagos ou creditados a cotistas de fundos de investimento ou de fundos de investimento em cotas, quando constituídos sob a forma de condomínio fechado, os rendimentos correspondentes à diferença positiva entre o valor patrimonial da cota em 31 de maio de 2021, incluídos os rendimentos apropriados a cada cotista, e o custo de aquisição ajustado pelas amortizações ocorridas.

Seguem-se a este art. 4º cinco parágrafos.

Art. 5º. A partir de 1º de junho de 2021, a incidência do imposto sobre a renda na fonte sobre rendimentos auferidos por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, decorrentes de aplicações em fundos de investimento ou em fundos de investimento em cotas, quando constituídos sob a forma de condomínio fechado, ocorrerá no último dia útil dos meses de maio e de novembro de cada ano-calendário, no ato da distribuição de rendimentos, amortização de cotas ou resgate de cotas em decorrência do término do prazo de duração ou do encerramento do fundo, se ocorridos em data anterior.

Seguem-se cinco parágrafos a este artigo.

Art. 6º. Na hipótese de cisão, incorporação, fusão ou transformação de fundo de investimento fechado, serão considerados pagos ou creditados aos cotistas, a partir de 1º de janeiro de 2021, os rendimentos correspondentes à diferença positiva entre o valor patrimonial da cota na data do evento, incluído o valor dos rendimentos apropriados a cada cotista, e o custo de aquisição ajustado pelas amortizações [...].

[...]

Art. 7º. Continuarão a ser tributados, na forma estabelecida em legislação específica, os seguintes fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio fechado, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

[...]

Art. 8º. O regime de tributação previsto no art. 2º ao art. 4º não se aplica aos rendimentos ou aos ganhos líquidos auferidos em aplicações de titularidade das pessoas jurídicas referidas no inciso I [...].

Art. 9º. A Lei nº 11.312, de 2006, passa a vigorar [...] [sob nova redação]:

[...]

Art. 10. Fica sujeito à tributação aplicável às pessoas jurídicas o fundo de investimento em participações não qualificado como entidade de investimento de acordo com as normas estabelecidas pela CVM.

[...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

> Art. 11. Os rendimentos e os ganhos auferidos pelos fundos de investimento em participações não qualificados como entidades de investimento, nos termos do disposto no art. 2º da Lei nº 11.312, de 2006, que não tenham sido distribuídos aos cotistas até 2 de janeiro de 2021, ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de quinze por cento e serão considerados pagos ou creditados aos seus cotistas em janeiro de 2021. [...]

Para completar, nós incluímos dois artigos, para não haver, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nenhum risco de ferir a PEC do Teto dos Gastos e de não ferir também a Lei de Responsabilidade Fiscal:

> Art. 12. O pagamento dos benefícios relacionados nos arts. 2º e 3º para o ano de 2020 está condicionado à compatibilização com os limites estabelecidos no art. 107 do ADCT, através da aprovação de crédito suplementar pelo Congresso Nacional.
> Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eu queria, Sr. Presidente, destacar duas questões. O texto primeiro desta medida provisória veio tratando somente, única e exclusivamente, sobre o pagamento do abono salarial relativo ao ano de 2019. Não tratava esta medida provisória, no seu texto primeiro, Deputado Patrus, do pagamento permanente do benefício da Bolsa. Segundo, existe uma reivindicação mais do que justa dos beneficiários, daqueles que recebem o Benefício de Prestação Continuada, de também serem incorporados nesta medida provisória.

Inauguramos um debate, que teve vários capítulos. Ainda hoje pela manhã, eu, o Deputado Camilo e o Deputado Marcelo Ramos estivemos no Palácio do Planalto com o Governo, porque estava sendo questionada a fonte para o pagamento desses recursos. Ao mesmo tempo, questiona-se encontrar a fonte, para essa fonte não ferir os princípios de responsabilidade fiscal do Estado brasileiro e não ferir a emenda constitucional do teto dos gastos.

Pois bem, nesse aspecto, já citei isto algumas vezes e quero, mais uma vez, Deputado Marcelo, agradecer enormemente a sua contribuição.

O Deputado Marcelo trouxe para cá a sugestão de um projeto que tramita na Câmara dos Deputados, que já tinha sido objeto de uma medida provisória apresentada anteriormente pelo Presidente Michel Temer, que estabelece a tributação do Imposto de Renda de 15% dos fundos de investimento fechado, que são fundos de investimento constituídos sob forma de condomínio fechado, que se caracterizam pelo pequeno número de cotistas, o chamado "fundo come-cotas". Esse projeto tramita na Câmara dos Deputados. Segundo dados diferentes, isso pode render R$10 bilhões a R$10,5 bilhões, ou seja, é mais do que as contas indicam que é o necessário para o pagamento, todo ano, do décimo terceiro do Bolsa Família e do décimo terceiro do Benefício de Prestação Continuada.

Para, inclusive, termos um entendimento nesse sentido, nós não acatamos nenhuma das outras emendas. Acatei somente estas duas emendas: a permanência do pagamento do abono salarial todo ano do Bolsa Família e o pagamento do BPC.

Esse é o caminho que estamos buscando, inclusive mediando com o Governo, para que esse direito seja assegurado aos mais pobres.

A sugestão encaminhada pelo Deputado Marcelo Ramos, parece-me, cumpriu um princípio da República Federativa do Brasil e o papel deste Parlamento. Nós estamos tributando os mais ricos, os que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

mais têm – há uma pequena minoria de ricos brasileiros –, para pagar as milhões de famílias que recebem o Bolsa Família e recebem o Benefício de Prestação Continuada.

Para que não reste nenhuma dúvida do ponto de vista da responsabilidade fiscal, de que esta Comissão está tratando, esta Relatoria e essa Presidência incluímos um artigo, também por sugestão do Deputado Marcelo, para que o pagamento fique vinculado à compatibilização com os limites do art. 107, através da aprovação de crédito suplementar pelo Congresso Nacional, para que não haja nenhum risco de que o que nós aqui estamos fazendo descumpra a emenda constitucional do teto dos gastos.

Acredito, Sr. Presidente, que, dessa forma, esta Comissão, com as contribuições que aqui destacamos, age responsavelmente do ponto de vista fiscal, mas também fazendo justiça para que milhões de brasileiros, em um momento em que a pobreza se aprofunda no País, possam ter direito ao recebimento, todo ano, do décimo terceiro de abono salarial, tanto para as famílias do programa Bolsa Família como para as famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (MDB - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão de vista coletiva, até porque realmente é um relatório muito extenso, para que, pelo menos, tenhamos um prazo até amanhã para votação.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Eu sugeriria que nós pudéssemos abrir a discussão da matéria, não fechar a discussão. Apenas poderíamos abrir a discussão antes da concessão de vista, para que nós pudéssemos já aproveitar... Nós estamos há várias reuniões tentando debater o relatório. Nós conseguimos lê-lo aqui.

Inclusive, faço um agradecimento público aos membros da Comissão que estão aqui presentes: Capitão Wagner, que tem dado presença em todas as nossas reuniões; Deputado Elias Vaz; Deputado Peninha, que é Vice-Líder do Governo e que está aqui; Deputado Marcelo Ramos, que, além da sua presença, trouxe valiosas contribuições para que pudéssemos vencer dificuldades na implantação dessa política; Deputado Carlos Zarattini; Deputado Patrus Ananias; Deputado Afonso Florence; Deputado Eduardo Barbosa. Espero não ter esquecido nenhum Deputado. E agradeço a todos os Senadores, pois nós temos tido aqui quórum cheio de Senadores. Tínhamos problemas com a Câmara.

Então, o meu apelo é que possamos promover esse debate, sem fechar a discussão.

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (MDB - SC) – Sr. Presidente, eu insisto no pedido de vista, que tem prioridade, até porque, evidentemente, nós temos de analisar melhor esse relatório, para podermos ter argumentos para até mesmo, se for o caso, defender ou contrariar algumas colocações.

Então, eu insisto que nós devemos, antes da discussão da matéria, ter vista dessa matéria para podermos ter melhores condições de discuti-la.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Deputado, eu não posso conceder vista para o senhor porque o senhor não é membro da Comissão.

Então, nesse sentido, nós não podemos conceder o pedido de vista.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, rapidamente, sem prejuízo das demais falas, quero parabenizar o senhor, no comando desta Comissão, e o Senador Randolfe, na relatoria, por terem encaminhado um projeto que realmente atende às questões fundamentais do País: o combate à miséria, o combate à fome, o combate a uma desigualdade que vem aumentando no País.

Então, esse projeto é meritório, é fundamental para o nosso desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu quero parabenizar e dizer que a Bancada do PT vai continuar fazendo todo o esforço para que este projeto seja aprovado tanto nesta Comissão como no Plenário.

Quero, por fim, esclarecer que muitos têm me cobrado na internet a presença aqui. Eu quero dizer que a nossa Bancada fez uma troca. Eu saí, e entrou o Deputado Patrus Ananias, ex-Ministro do Desenvolvimento Social, que é professor da matéria, que foi uma das pessoas, aliás, que comandou a implantação do Bolsa Família, que é o pai do Bolsa Família.

Então, eu era o reserva e dei a vaga para o titular, e nossa Bancada está muito bem representada aqui.

Muito obrigado.

Parabéns a vocês!

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito obrigado, Deputado Carlos Zarattini.

Eu quero cumprimentar o senhor pelo trabalho, apenas esclarecendo que, pela ordem de inscrições, nós temos o Deputado Elias Vaz inscrito para participar das discussões.

Com a palavra o Deputado Marcelo Ramos.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Pela ordem.) – Deputado Camilo, quero apenas fazer uma ponderação. Nós não temos quórum para votação na Câmara. Conversei com o Senador Randolfe e, até por uma questão de a gente tentar pactuar e seguir nesse esforço de tentar um acordo, eu vou pedir vista, mas não me oponho de ouvir o Deputado que está inscrito e até admitir algumas opiniões, desde que fique o compromisso de V. Exa. de que a vista será concedida e de que não será feita a votação ainda que complete o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nos nem temos quórum, Deputado, para fazer a votação. Nós não estamos na fase de votação.

Não era a intenção desta Presidência encaminhar uma votação sem quórum porque isso não seria regimental.

Eu vou conceder vista, mas sem prejuízo de nós abrirmos a discussão.

Neste momento, a vista...

O SR. PATRUS ANANIAS (PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Com a palavra o Deputado Patrus.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Eu até peço também a palavra depois.

O SR. PATRUS ANANIAS (PT - MG. Pela ordem.) – Primeiro, eu vou também pedir vista, respeitando os encaminhamentos feitos, mas quero só aproveitar aqui esta oportunidade para prestar minhas homenagens ao Presidente desta Comissão, Deputado Camilo Capiberibe; ao Relator, Senador Randolfe; a todos os demais Parlamentares representantes do Senado e da Câmara dos Deputados que a integram.

Quero dizer do meu prazer de estar aqui e agradeço a maneira respeitosa e, mais do que respeitosa, afetuosa com que fui recebido hoje aqui.

Muito obrigado.

Reitero o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Deputado Patrus, o senhor é muito bem-vindo. A sua história na construção de políticas sociais aqui engrandece esta Comissão.

Eu quero, então, iniciar a discussão, dizendo que vou conceder vista coletiva por 24 horas, para que todos possam ter a oportunidade de se apropriar do texto do Relator.

Parabenizo o Relator pelo seu relatório, pelo seu voto, consistente, enfrentando todas as questões que foram colocadas pelos atores com quem houve um debate até agora, em particular o Governo. Houve essa reunião, hoje de manhã, no Palácio do Planalto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, o senhor teve, no seu voto, a capacidade de dirimir as dúvidas e apontar soluções sem que nós tivéssemos que infringir nenhuma norma. Então, o senhor está de parabéns por isso.

Eu concedo, agora, a palavra para discussão ao Deputado Elias Vaz, do PSB, de Goiás.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Para discutir.) – Presidente, inicialmente, eu gostaria de parabenizar V. Exa. não só pela condução dos trabalhos, mas também pela demonstração de comprometimento com a luta dos trabalhadores neste País, acima de tudo dos trabalhadores que são vítimas principalmente da desigualdade social no nosso País, que estão na base da pirâmide. Então, eu quero saudar V. Exa. por esse comprometimento.

Lamento que claramente o Governo tenta esvaziar a discussão, já por várias reuniões, na verdade, para que não seja aprovada uma conquista importante para esses trabalhadores.

Também quero aqui saudar e cumprimentar o Senador Randolfe pelo relatório. É um relatório que coloca claramente uma opção. Quando a gente vai discutir problema fiscal, a gente tem de ter uma opção diante de uma sociedade tão desigual como a nossa. É verdade que todo mundo, Senador Randolfe, quando a gente fala que há desigualdade, concorda, acha que está errado, mas, quando a gente vai tomar alguma medida concreta, aí a coisa pega. Aí parece que a coisa não vai, principalmente quando mexe com banqueiro. É impressionante isso! Dizem que o mercado fica nervoso. Tem até sentimento esse mercado. É impressionante esse negócio! Nervoso, a gente tem de ficar com a desigualdade, com a miséria!

Eu quero, aqui, resgatar os argumentos utilizados pelo Senador Randolfe. Os argumentos que são utilizados para que haja o décimo terceiro para o Bolsa Família são idênticos, acrescentando que a dificuldade de mobilidade social, inclusive sobre aqueles que recebem o BPC, ainda é maior. Então, justifica-se ainda mais haver esse benefício.

Então eu quero aqui saudar e dizer que acho que é uma oportunidade para esta Casa começar a escrever uma nova história para o País, dizer que realmente quer mudanças. Chega de desigualdade! Esses trabalhadores que estão na base da pirâmide merecem ter uma vida digna. E quem tem condições de pagar essa conta, de forma muito sábia e muito justa, como o Senador Randolfe colocou, tem de onde tirar. Tem de se tirar de quem tem. É isso que precisa ser feito. Nós precisamos ter coragem de fazer isso. Aliás, muitos discutem reformas, mas, quando se vai discutir a questão tributária, Senador Randolfe, parece que é uma dificuldade. A única coisa que parece que tem consenso aqui é simplificar, é simplificar a desigualdade, a injustiça, porque, mais do que isso, sempre há uma dificuldade.

Então quero parabenizá-lo, porque V. Exa., na verdade, dá o rumo que nós temos de adotar para realmente fazer justiça.

Então nós queremos dizer que o PSB defende essa posição, porque nós entendemos que estamos aqui para defender trabalhador, não para defender banqueiro, não!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós é que agradecemos a intervenção do Deputado Elias Vaz, abalizado, da nossa Bancada do PSB do Estado de Goiás.

Neste momento, eu passo a palavra ao Deputado Marcelo Ramos, que tem um trabalho... Ele não é Relator, não é Presidente, mas fez um trabalho fundamental para que nós conseguíssemos destravar... Ele fez um trabalho fundamental no relatório para buscar caminhos para a solução dessa questão tão importante.

Deputado Marcelo Ramos, do PL, do Amazonas, o senhor tem a palavra.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Para discutir.) – Exmo. Sr. Deputado Camilo Capiberibe, Presidente desta Comissão, e Senador Randolfe Rodrigues, eu acho que, acima de tudo, é preciso reconhecer o protagonismo de V. Exas. nesse tema, porque mantiveram acesa esta chama de tomar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

medida tão fundamental para o combate à desigualdade no nosso País. Então eu quero, primeiro, saudar pelo esforço V. Exas., no entendimento de que o pagamento do abono para o Bolsa Família não pode ser uma medida pontual no ano de 2019. Ela precisa ser uma política permanente. E a extensão disso para o BPC, o Benefício de Prestação Continuada, que é o benefício recebido por idosos e deficientes de baixa renda, também é um instrumento fundamental de combate às desigualdades e à pobreza extrema no nosso País.

Quero registrar que, quando em diálogo com o Senador Randolfe e com o Deputado Camilo, ao ser apresentada a mim a ideia da compensação através da taxação de lucros e dividendos, ponderei não de forma contrária à taxação de lucros e dividendos, a que sou absolutamente a favor, mas ponderei que a taxação de lucros e dividendos precisa ser aprovada num mecanismo de redução da taxação sobre folha de pagamento e sobre o consumo. O Brasil tem uma carga... Do total da receita tributária do Brasil, 50% incidem sobre o consumo, enquanto a média na OCDE é de 30%. Isso torna o nosso sistema absurdamente regressivo, em que os mais pobres comprometem mais da sua renda com o pagamento de tributo do que os mais ricos.

Eu sugeri, como alternativa a essa fonte de financiamento, uma matéria que até hoje não foi regulamentada, o que é um absurdo. Em 2017, foi estabelecida no Brasil a legislação do come-cotas dos fundos abertos. Fundos abertos são os fundos dos pequenos investidores. O que significa isso, Deputado Capitão Wagner? Isso significa que, para os pequenos investidores, a cada seis meses, incide Imposto de Renda sobre a atualização do rendimento do investimento que ele faz no fundo aberto. No entanto, os fundos fechados, que são os fundos dos multimilionários brasileiros, não têm a mesma cobrança. O ex-Presidente Temer, ainda em 2018, encaminhou uma medida provisória estabelecendo essa cobrança. Essa medida provisória caducou, ele encaminhou um projeto de lei, e esse projeto de lei dormita na Comissão de Finanças e Tributação desta Casa.

Eu penso que estabelecer o come-cotas dos fundos exclusivos como fonte de financiamento, como fonte compensatória, já que não pode haver vinculação de imposto a uma despesa específica, mas como fonte compensatória dessa nova despesa, é algo fundamental, e eu explico. Primeiro, é algo fundamental do ponto de vista do ambiente de negócios no Brasil. Quando você taxa lucros e dividendos – eu sei que o Senador Randolfe colocou isso na expectativa de que o Governo apresentasse uma alternativa de financiamento –, você taxa o grande empresário e o pequeno empresário e, acima de tudo, você taxa uma atividade produtiva. Quando você estabelece o Imposto de Renda sobre rendimentos de fundos fechados ou de fundos exclusivos, você taxa capital especulativo, taxa capital que está na renda fixa, sem nenhuma atividade produtiva. E, mais do que isso, você injeta na veia do Estado brasileiro um mecanismo de combate às desigualdades, porque você passa a cobrar tributo dos multimilionários que deveriam pagar como pagam os pequenos investidores e transfere essa renda para os setores mais sensíveis da sociedade, notadamente aqueles que recebem o Bolsa Família e os idosos e deficientes de baixa renda que recebem o BPC.

Então, quero saudar, pelo esforço de construção de diálogo, o Senador Randolfe e dizer também que a ressalva colocada ao final do texto atende perfeitamente à preocupação do Governo Federal, quando em diálogo conosco hoje pela manhã, ao estabelecer que o pagamento fica condicionado à aprovação de crédito suplementar, para que não haja o rompimento do teto de gastos definido pela Constituição Federal.

Então, quero saudar pelo esforço V. Exa. e registrar o quanto essa medida pode ser importante para o Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Todos as homenagens a V. Exa.! As sugestões foram suas, eu apenas as acatei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Agradeço ao Deputado Marcelo Ramos por toda a sua contribuição até aqui. Essa luta ainda não acabou, ela está começando.

Neste momento, eu passo a palavra para o Deputado Capitão Wagner, do Ceará.

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria inicialmente parabenizar V. Exa. e parabenizar o nosso Relator, o Senador Randolfe Rodrigues, que, de forma muito habilidosa, tiraram uma carta da manga, que foi o apoio e a articulação do Deputado Marcelo Ramos. Não à toa o Deputado Marcelo Ramos tem assumido missões no Congresso em que há extrema necessidade de conhecimento técnico e de articulação. Então, eu quero parabenizar aqui o Deputado Marcelo Ramos pela articulação, pela capacidade técnica que ele demonstra em todas as missões que ele tem desempenhado aqui na Casa – isso só nos dá uma alegria muito grande.

Havia uma expectativa muito negativa em relação à MP. Já havia gente contando com essa MP caducando, já havia gente contando que ela nem sairia da Comissão, e, a partir dessa articulação feita por esses três grandes Parlamentares, a gente vê uma esperança surgir de algo que eu tenho que referendar, que foi criado pela equipe econômica do Governo. Eu queria parabenizar a equipe, que se comprometeu em campanha em criar, Deputado Marcelo, o décimo terceiro para o Bolsa Família e que viabilizou isso em 2019.

Viu a dificuldade, Senador Randolfe, para permanecer com isso em 2020, mas, a partir do diálogo, a partir dessas várias cabeças pensantes, encontra-se um denominador comum. A gente espera, de fato, que essa demanda, que é justa, para de fato dividir renda neste País com quem mais precisa, seja efetivada.

Então, fico muito feliz em ter comparecido aqui a todas as reuniões que foram convocadas pela Comissão para não só dar a nossa presença, mas para também ter o orgulho de votar a favor dessa medida provisória e do relatório do Senador Randolfe.

Parabéns a todos!

Que Deus nos abençoe com a aprovação da matéria!

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito obrigado, Capitão Wagner, pelo seu apoio necessário e fundamental nesta Comissão, por tudo que o senhor falou, das dificuldades que nós tivemos que enfrentar para a instalação, para conseguir trabalhar.

Neste momento, não havendo mais quem queira discutir, nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da matéria.

Declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 12 de fevereiro, amanhã, às 14h30.

Está suspensa a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 27 minutos.*)

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 898, de 2019.

A Presidência comunica que, no dia 11 de fevereiro, o Senador Randolfe Rodrigues procedeu à leitura de seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se em seguida a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Passo a palavra ao Relator, Senador Randolfe Rodrigues, para suas considerações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Como Relator.) – Presidente, feita a leitura do relatório, só quero fazer considerar uma pequena errata na p. 20 do relatório.

Na verdade, não se trata de um novo relatório, só uma pequena errata, fazendo um ajuste no relatório lido ontem.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito bem. Acolhida a errata, nós passamos nesse momento à discussão da matéria.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi, Vice-Líder do Governo.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS) – Como Vice-Líder do Governo, que tempo eu terei?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – O senhor tem a palavra por até 15 minutos, Deputado.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS. Para discutir.) – Boa tarde a todos, senhores e senhoras, nobre Presidente, nobre Relator.

Essa medida provisória foi criada ano passado com o fim claro de pagar o décimo terceiro para Bolsa Família. Impôs-se uma medida provisória porque precisava viabilizar recursos orçamentários para que isso acontecesse e estava em cima. Aí, permitiu-se, sim, que fosse cumprida uma promessa do Sr. Presidente da República de dar o décimo terceiro do Bolsa Família.

O ilustre Senador Randolfe Rodrigues, brilhante Senador da República, jovem Senador, recebeu esta relatoria e optou por ampliar o benefício, fazendo a Bolsa Família como definitiva, e incluiu o benefício continuado. Se o País estivesse sem déficit fiscal e recém saindo de uma crise econômica sem precedentes, poder-se-ia olhar com carinho a proposta dele.

A proposta dele terá o impacto no benefício continuado este ano de quase R$5 bilhões. A Consultoria do Senado consultada ou Consultoria da Câmara consultada vão ver que no Orçamento deste ano esse recurso de R$4,7 bilhões não existe. Não existe.

Na reforma da previdência, nós já discutíamos a questão do benefício continuado porque muitos assegurados, a maioria, não conseguem completar o tempo para se aposentar. Então, faltando três, quatro, cinco anos para completar 60 ou 65, ele deixa de contribuir, acerta com o patrão, para receber o benefício continuado.

Então, isso é um outro problema gravíssimo, sob o ponto de vista fiscal. Eu acredito que o Senador tenha consultado os consultores da área fiscal do Senado. Vai aumentar o número de assegurados para se aposentarem com idade mínima porque, inclusive, haverá o décimo terceiro. Então, vai ser um estímulo maior para aumentar o benefício continuado de pessoas que poderiam continuar trabalhando e se aposentar normalmente, sem o benefício continuado.

É justo? Sim. Não vamos dizer que é não justo. Mas, assim, cabe no orçamento fiscal da União? Somando o BPC, Srs. Senadores, Srs. Deputados e também todas as lideranças do benefício continuado que aqui estão, sejam bem-vindos. É importante. Eu sempre considerei que a sociedade precisa vir cada vez mais aqui dentro e manifestar-se. Sejam bem-vindos. Mas é importante saber os números, realmente os números.

Soma os R$4,7 bilhões do Abono Natalino que custaria, se passar, que eu considero uma bomba fiscal do Senador Randolfe, uma bomba fiscal. Aliás, ele sempre fez oposição a todas as reformas para retirar o País da crise fiscal. Então, eu respeito. Ele não tem consciência de que isso aqui é uma bomba fiscal. Ele não teve antes, nas outras reformas, também respeito. São R$4,7 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Do Bolsa Família, ele retirou o reajuste ontem e hoje, para amenizar a bomba fiscal, se ele não tirasse R$1,1 bilhão, a bomba fiscal seria R$8,3 bilhões. Bolsa família e benefício continuado, R$8,3 bilhões. Ele retirou R$1,1, então a bomba fiscal do Sr. Relator: R$7,2 bilhões. Olha, para nós conseguirmos aumentar um pouco o orçamento da saúde, este ano não aumentamos esse valor no orçamento da saúde, que atende 200 milhões de brasileiros.

O orçamento fiscal votado não comporta nem remanejamento. A reforma do teto dos gastos, por sinal eu fui Relator, diz o seguinte: qualquer despesa precisa ter fonte. Então, essa despesa que ele está criando não tem fonte no Orçamento deste ano. Vou repetir. Deputado Marcelo: não tem fonte, não tem fonte. Aí o Senador Randolfe poderá dizer: "Não, mas tem a tributação de dividendos." Tem que passar pela Casa, pelo Senado, tem que passar pela Câmara. Há enormes dificuldades. O Governo até pensa, mas nós não podemos criar essa bomba fiscal presumindo que haverá, já para este ano, tributação de dividendos. A tributação foi a forma encontrada, pelo Relator, para viabilizar as medidas. Segundo o estudo da Consultoria de Orçamento do Senado, a alteração já poderia aumentar a arrecadação deste ano em R$90 a R$124 bilhões. Queria que o consultor viesse aqui e explicasse.

É muito difícil! O País tem uma ojeriza, e com razão. Apesar da tributação que existe, dividendo é uma alternativa, mas não existe, não existe. Não está no Orçamento deste ano, não está. E se não passar dividendo? E se o Governo não encaminhar um outro projeto e não passar aqui? E é difícil passar. Nessa hora se mobilizam todas as forças do capital brasileiro para que isso não passe. Então, não há nenhuma garantia de que isso aqui possa passar, nenhuma. Aí permanece a bolsa fiscal. "Não, mas aí pode remover!" O teto dos gastos não tem esse dinheiro. Vai estar na lei, mas não tem o financeiro. "Não, mas daí nós vamos remanejar." Remanejar de onde? Queridos Senadores, queridas Deputadas, queridos Deputados, de onde? Da saúde? O Orçamento é estrangulado com previdência e assistência social, que chega aí em torno de 80%. De cada R$100 que o Governo arrecada, 80% já estão carimbados e 20% vão para outras medidas. Agora, com o empoderamento do Legislativo ficou mais duro ainda. Tirar da saúde? Vai pior o orçamento. Tirar da educação? Nem pode tirar, disso também não pode tirar. Vai para o País se tirarem das despesas discricionárias. E assim que se chamam? Das não obrigatórias. São discricionárias?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS) – Discricionárias.

Então, isso aqui é justo, mas não tem orçamento. É uma bomba fiscal. Daria uma alegria, sim, mas é uma bomba fiscal sem precedente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS) – Realmente sem precedente.

Os Senadores, este Congresso precisa refletir seriamente. Digo isso com absoluta sinceridade também para todas as lideranças do benefício continuado. O Governo retirou a alteração do BPC no ano passado, ouvindo as lideranças. Foi uma vitória do movimento. Havia uma forte tendência de modificações. E até era preciso modificar algumas coisas. O próprio movimento acha que tem senões dentro do BPC. O próprio movimento acha e dizia para a gente, no ano passado, na reforma.

Já passei do limite?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP. *Fora do microfone.*) – Não. Tem dois minutos ainda.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) – Com essa bomba fiscal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Não vou apelar ao Deputado Camilo e ao Senador porque são Deputados de oposição. Eles acham, com todo o respeito, que o dinheiro é fácil, que o dinheiro cai do céu, que nós não estamos num déficit fiscal terrível. Os Governos anteriores, da Dilma e do Lula, achavam que o dinheiro caia do céu, por isso nós paramos de crescer, nos afundamos. Agora, criar mais isso aqui? Nós temos que sair do déficit primário para sobrarem recursos até para avançar na área social. Então, nós temos que não aumentar a despesa para diminuir o déficit e demonstrar para o País inteiro, para os investidores, que o Governo poderá honrar a sua dívida interna, honrar as viúvas da Caixa, os funcionários, através dos fundos de pensão, que financiam a dívida do Governo, os empresários que poupam. A dívida interna não é só financiada pelos ricos, mas por pequenos poupadores. O Governo já tomou uma medida: baixou a taxa Selic, os juros estão baixos, os rentistas estão tirando das letras do Tesouro, estão investindo na Bolsa para gerar empregos.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Para concluir, Deputado.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) – Está no fim? Já encerrou?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Já.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) – Mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Já passou o seu minuto, mas eu concedo ao senhor, em nome do Governo, para que possa encerrar.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) – O quadro fiscal ainda é sério, o quadro fiscal ainda é dramático. Nós estamos nos recuperando economicamente. Nós não podemos, neste momento... Nós temos que ter, neste momento, responsabilidade fiscal, coerência fiscal. E vamos trabalhar em todas as outras reformas. Tenho certeza de que os dois Parlamentares lá na mesa não vão acompanhar, mas nós temos consciência fiscal. Faço um apelo: não podemos acompanhar isso aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Eu que agradeço a participação do Governo, que foi muito esperada nos dias de trabalho desta Comissão. Finalmente o Governo aparece hoje para se posicionar contrário ao relatório.

Mas eu gostaria de alertar para uma questão, Deputado Perondi. Não se trata de ser oposição ou Governo. Entre as cinco emendas que propõem a criação do décimo terceiro do BPC tem lá, pelo menos uma, que é de um Deputado da base do Governo. Então, se para alguém aqui é para ser apontado o dedo, não é para nós Deputados que estamos aqui ou para o Senador Randolfe, da oposição. Quem propôs essa emenda que foi acolhida, com muita justiça, não foi a oposição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Estude as emendas que propuseram o décimo terceiro para depois fazer esse tipo de argumentação.

Vou passar a palavra ao Senador Randolfe, que quer fazer alguns esclarecimentos sobre o seu relatório, e depois nós retomaremos as falas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Camilo.

Até em consideração e em respeito ao Deputado Darcísio Perondi, caríssimo Deputado, até para esclarecimento a V. Exa., permita-me aqui fazer uma atualização das informações sobre o nosso relatório.

Primeiro, nós, desde o início, quando fomos designados para a relatoria dessa medida provisória, fizemos questão de atuar com a responsabilidade devida, nem como Governo nem como a oposição, pensando em duas coisas: no Brasil e para quem se destina essa medida provisória editada pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro. Essa medida provisória se destina aos mais pobres, e nós reconhecemos isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quero reiterar: chega a ser paradoxal o Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro propor uma medida provisória e querer depois que essa medida provisória caduque. Nós estamos aqui ajudando o Governo, querendo que a minha provisória seja aprovada.

Então, em primeiro lugar, nós abrimos diálogo com os técnicos do Governo, desde o primeiro dia de instalação dessa Medida Provisória, Deputado Camilo, me lembre, nos finais de dezembro. Concordamos e fizemos acordo com o Governo naquele momento...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – No dia 17 de dezembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... no dia 17 de dezembro fizemos acordo em não ler o relatório ali e fazer a leitura do relatório dia 4 de fevereiro, porque acreditamos na promessa do Governo em diálogo conosco para, dentro dos parâmetros de responsabilidade fiscal, ser construído um relatório comum.

Foi apresentada a essa medida provisória uma centena de emendas. Nós rejeitamos todas principalmente para dialogar com o Governo, para não ter nenhum relatório irresponsável. Resumimos o nosso relatório a duas questões que consideramos, meu caríssimo Deputado Darcísio, com todo respeito que tenho por V. Exa., que consideramos fundamentais.

A primeira, para ajudar o Presidente Jair Messias Bolsonaro a cumprir sua promessa de campanha: tornar a bolsa permanente, e não só benesse de um ano, para ajudar o Presidente.

A segunda, estender esse benefício para as famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada, somente. Repito, rejeitamos centenas de emendas, ou melhor, uma centena de medidas para acatar somente essas duas.

Aí se pergunta: "Qual a fonte?" De fato, como nós não ouvimos do Governo nenhuma orientação sobre fonte... Porque nos causa espanto, Deputados Camilo, Deputado Marcelo, Deputado Elias, Deputado Patrus, todos aqui, nos causa espanto o Governo não ter nos dado uma fonte, porque aí me vem uma pergunta: com qual fonte pagou, então, em dezembro? De onde tirou? Se não tem fonte para pagar todo ano, com qual fonte foi pago em dezembro último? É uma pergunta inevitável que vem.

Então, a medida provisória foi feia para caducar? Eu não acredito que o Governo tenha esse grau de crueldade com os mais pobres, fazer essa medida somente para caducar. Eu não acredito, eu me recuso a acreditar nesse grau de crueldade, e por isso eu ainda tenho confiança, até o último instante, no dia 4 de março, que o Governo dará quórum para nós mandarmos essa medida provisória para a Câmara dos Deputados.

Começamos, então. Se não tínhamos resposta do Governo sobre a fonte, começamos a fazer exercício de fontes, Deputado Patrus, para encontrar, para garantir. Surgiu a ideia de lucros e dividendos, foi uma agonia danada, Deputado Elias, principalmente no mercado, sobre essa história de lucros e dividendos, e eu fui muito bem alertado por vários colegas que talvez esse não fosse o momento para debatê-la, e eu até aqui, Deputado Marcelo, faço o registro do alerta que V. Exa. nos trouxe naquele momento.

Retiramos a história de lucros e dividendos. Surgiu uma segunda proposta, meu caríssimo Deputado Capitão Wagner, que foi a contribuição social do lucro líquido dos bancos, aprovada na reforma da previdência. Só que técnicos informaram que não sabem onde está esse dinheiro no Orçamento deste ano. Eu não entendi bem isso, como é que aprovamos a reforma previdência e agora não se sabe, mas tudo bem.

Aí, veio a ideia, a belíssima e brilhante ideia de um dos melhores Parlamentares que temos nesta Casa – aliás, ideia não, Deputado Darcísio Perondi, lembrança – da parte do Deputado Marcelo Ramos. Lembrança porque a ideia, Deputado Darcísio, foi do Governo do Presidente Michel Temer, do qual V. Exa. era o Líder, e competente Líder, do Governo Michel Temer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E o Governo de Michel Temer, sob sua liderança, mandou aqui para o Congresso Nacional uma medida provisória instituindo o recolhimento semestral do Imposto de Renda para fundos fechados, o chamado Fundo de Investimentos em Participações, o chamado fundo come-cotas.

Meu caríssimo Deputado, eu sei das divergências que tenho com V. Exa. e quero aqui dizer que V. Exa. foi um competente Líder do Governo do Presidente Michel Temer, e foi V. Exa. que, como Líder do Governo Michel Temer, defendeu essa medida provisória.

Aí, essa medida provisória caducou, Deputado Darcísio, naquela época. O Governo do Presidente Michel Temer, liderado por V. Exa. na Câmara, encaminhou como um projeto de lei, que está lá na Câmara dos Deputados. Então, tenho que agradecer a ideia a V. Exa., Deputado Darcísio, e ao Governo do Presidente Michel Temer. A fonte, o senhor me pergunta, é a fonte que o Presidente Michel Temer e V. Exa. nos trouxeram. Não é a taxação de lucros e dividendos, é a fonte de V. Exa., que está na Câmara.

Aí, se pergunta o seguinte, Deputado Darcísio, veja: "Mas não se pode fazer isso, não se pode aprovar porque ferirá o teto de gastos e a Lei de Responsabilidade Fiscal." Aí, Deputado Marcelo, a sugestão foi de V. Exa. e eu acatei aqui no relatório, está no art. 12 do relatório: "O pagamento dos benefícios relacionados nos arts. 2º e 3º para o ano de 2020 está condicionado à compatibilização com os limites estabelecidos no art. 107 do ADCT, através da aprovação de crédito suplementar pelo Congresso [...]."

Isso não ferirá o teto de gastos, não ferirá princípios da responsabilidade fiscal, porque, para implementar, dependerá de um PLN para aprovação de crédito suplementar. Mas aí vem o terceiro argumento, que eu sei que os técnicos do Governo devem estar levantando e já levantaram aqui, que é o seguinte: "Mas fere o princípio da anterioridade." Calma, há uma súmula do Supremo Tribunal Federal que fala da anterioridade. Permitam-me lê-la: "Questiona-se quanto a alteração das datas de pagamento do imposto sobre a renda de rendimentos de aplicações em fundos de investimentos ou em fundos de investimento em cotas, quando constituídos sob a forma de condomínio fechado, violaria o princípio da anterioridade."

Continua. "No que toca ao questionamento, é necessário indicar que o chamado princípio da anterioridade previsto no art. 150 [...] da Constituição [...]" Sigamos.

Por outro lado, devemos observar o que diz o Supremo Tribunal Federal – o Supremo Tribunal, sabem? –, a Suprema Corte. Olhem o que ela diz: "Sobre a alteração da data de pagamento de tributos, conforme a Súmula vinculante nº 50, temos que a norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade". Não se sujeita ao princípio da anterioridade.

Bom, estou esperando a próxima desculpa. Espero, anseio, como o vigia anseia pela aurora, pela próxima desculpa a surgir, porque disseram que a primeira delas era que não tinha previsão fiscal, que não tinha a fonte de recursos, que era irresponsável, porque nós não estávamos apontando a fonte de recursos. Apontamos lucros e dividendos. Não deu. Aí veio... Aí eu repito: agradeço ao Presidente Michel Temer, ao Deputado Darcísio Perondi – que, na época, era Líder do Governo Michel Temer –, por, na época, terem trazido o projeto de lei aqui para o Congresso Nacional, apontando uma fonte, que foi lembrada pelo Deputado Marcelo Ramos. Trouxemos a fonte.

Aí, disseram o seguinte: "Bom, mas tem a fonte, tem a fonte, mas precisaria da previsão no Orçamento fiscal". Colocamos no art. 12 do nosso relatório, aqui, que só será aplicado o reajuste após a aprovação de crédito suplementar, o que dirime as dúvidas de teto fiscal e as dúvidas relativas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Aí surgiu a outra, o princípio da anterioridade. Está aqui a súmula do Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Só crueldade, Presidente. Só crueldade justifica nós não aprovarmos isso na medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito obrigado pelos esclarecimentos. Acho que ficou bastante claro para todos o esforço que tem sido feito não apenas pelo Relator, pelo Presidente, mas por todos os Parlamentares que têm estado assíduos aqui, nesta Comissão.

Vamos prosseguir com a discussão, porque ela é extremamente importante para que a sociedade possa compreender o que está em jogo aqui, nesta Comissão Especial, passando a palavra para o Deputado Federal Patrus Ananias.

O senhor tem até 15 minutos, Deputado.

O SR. PATRUS ANANIAS (PT - MG. Para discutir.) – Eu quero saudar as e os colegas Parlamentares, representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, aqui presentes, na pessoa do Deputado Camilo Capiberibe, Presidente desta Comissão, e do Senador Randolfe Rodrigues, Relator da Comissão.

Eu faço minhas as explicações claras, pedagógicas, contundentes que o Relator aqui apresentou com relação às ponderações que foram colocadas anteriormente.

Mas vou tentar responder, Senador Randolfe, à sua angústia, ao seu anseio pelas novas desculpas. E as desculpas estão muito claras: é o desapreço completo pelos pobres; é o desapreço pelas políticas públicas sociais, que podem fazer do Brasil um País mais justo, mais decente.

Toda boa vontade sempre há na hora de contemplar os ricos, o poder econômico, o capital financeiro, o agronegócio – votamos ontem aqui, na Câmara. Para esses setores sempre há dinheiro, sempre há recursos.

Quando se fala dos pobres, dos beneficiários do Programa Bolsa Família, que nós implementamos no Governo do Presidente Lula... Quando se fala nos beneficiários do BPC... E aqui é bom, inclusive, esclarecer exatamente, porque a exposição anterior deixa claras certas lacunas em relação à compreensão do Benefício de Prestação Continuada, que é um benefício destinado a pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho, e para pessoas a partir dos 65 anos que sejam pobres. E o critério de pobreza do Benefício de Prestação Continuada é muito rigoroso.

Para receber o BPC, o Benefício de Prestação Continuada, o beneficiário deve ter uma renda máxima de até um quarto do salário mínimo. Então, nós estamos falando aqui das pessoas, das famílias mais pobres do Brasil. O Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. Eu me sinto muito ligado, afetivamente, a esses programas.

O Bolsa Família nós implementamos quando fui Ministro do Presidente Lula, à frente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e este Governo acabou com ele: extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Lembrando que nós conseguimos retirar o Brasil do mapa da fome, e agora, infelizmente, por esse desapreço aos pobres, estamos retornando.

E o BPC, o Benefício de Prestação Continuada, foi criado pela Constituição Cidadã, de 5 de outubro de 1988 – que, infelizmente, está sendo desconstituída pelo atual Governo –, e foi regulamentado pela Loas, a Lei Orgânica da Assistência Social, de 1991. Nós regulamentamos e demos uma nova dimensão ao BPC, inclusive garantindo, assim como o Programa Bolsa Família, que os benefícios chegassem efetivamente às pessoas e às famílias dentro dos critérios estabelecidos pela lei.

É importante lembrar aqui que já há o décimo terceiro, a gratificação natalina, para todos os beneficiários da Loas, da Lei Orgânica da Assistência Social. Há o auxílio-acidente, o auxílio-reclusão, o auxílio-doença, a aposentadoria, a pensão... Os beneficiários do BPC são os últimos, e nós os estaríamos colocando também dentro deste quadro, na perspectiva de um mínimo de atenção para essas pessoas, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

um mínimo de compromisso com o direito à vida, consagrando o direito à alimentação, compromisso mínimo com o bem comum e com a justiça social.

Falou-se aqui em bomba fiscal. Toda vez que há benefício aos pobres, é a bomba fiscal. A bomba fiscal nunca aparece quando o dinheiro é para os bancos, quando o dinheiro é para o capital financeiro, para incentivar, entre aspas, "as grandes indústrias, as empresas", para o agronegócio. Mas, sempre que entram em cena os pobres, os excluídos – lembrando a expressão evangélica, "os que têm fome e sede de justiça"... Quando é para eles – pessoas, famílias e comunidades excluídas –, aí é a bomba fiscal.

É claro que nós sabemos que o dinheiro não é fácil. Eu, pessoalmente, tenho uma boa experiência: fui Prefeito de Belo Horizonte – administração exitosa –; fui Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; implantamos o Programa Bolsa Família; consolidamos o Benefício de Prestação Continuada; vinculamos esses programas com as políticas públicas da assistência social, da segurança alimentar...

Tenho plena consciência, Deputado Camilo, Senador Randolfe e colegas Parlamentares que o dinheiro não cai do céu nem brota espontaneamente da terra. O dinheiro vem, sim, da contribuição. O que nós temos que decidir são as prioridades com relação aos recursos públicos. E, na minha percepção, pela minha formação cristã, democrática, de conhecimento profundo da realidade brasileira, desde os Sertões do norte de Minas, de onde venho, eu sei também que é fundamental nós estabelecermos prioridades para aqueles que mais precisam.

O dinheiro público é disputado. O Estado não é neutro. Quando nós falamos, por exemplo, do Estado neoliberal, de que estamos falando agora, do modelo neoliberal, do Estado mínimo, retirar o Estado das políticas sociais, é o modelo deles mesmo: é o Estado mínimo! É colocar tudo nas mãos do setor privado!

É claro que nós queremos o setor privado atuante, trazendo empregos, incorporando novas tecnologias, mas é fundamental lembrarmos que o setor privado, importante para o desenvolvimento do País, não tem a capacidade de pensar o País, de estabelecer projetos para gerações futuras; de pensar o País, estabelecer projetos de curto, médio e longo prazos; de pensar a integração nacional; de pensar a inclusão dos pobres... Isso é tarefa do Estado democrático de direito, esse Estado democrático de direito que, infelizmente, está sendo desconstituído.

Então, quando se fala do Estado mínimo, do Estado neoliberal, que o atual Governo está pondo em prática com o Ministro da Fazenda e outros mais, na verdade não é o Estado mínimo: é o Estado a serviço do setor privado! É o Estado a serviço dos ricos!

O dinheiro público é disputado. Os ricos querem cada vez mais! O poder econômico, as grandes empresas, a classe média, os pequenos e médios empreendedores – que nós respeitamos e queremos estimular cada vez mais –, os profissionais liberais... Querem também a sua fatia no bolo.

Mas nós queremos também incluir, no bolo, aqueles que não têm voz e não têm vez, que são os mais pobres, que são os excluídos, que são exatamente os beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada. Esses nós queremos também que participem do bolo e que possam receber os benefícios, para que se tornem cidadãos e possam trazer também a sua contribuição ao bem comum, ao bem comum nacional.

Aprendi também, já caminhando para a conclusão da nossa reflexão – e eu quero ouvir também aqui os demais colegas Parlamentares –, que não é gasto: é investimento o dinheiro destinado aos pobres. Porque, além dos benefícios relacionados com a educação, com a saúde, com a cultura, o dinheiro destinado aos pobres, Senador Randolfe, como está bem posto na sua compreensão, no seu voto esplêndido...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Na segunda fileira.

Pode continuar, Deputado Patrus.

O SR. PATRUS ANANIAS (PT - MG) – Eu estava dizendo, então, Deputado Camilo, que os recursos destinados aos pobres não representam bomba fiscal. Dinheiro destinado aos pobres não é gasto; é investimento. Porque os pobres passam a ter acesso a serviços e bens necessários à construção da cidadania, e nós queremos uma Pátria brasileira que seja, de fato, a Pátria dos 210 milhões de brasileiros e brasileiras, a Pátria que acolhe os pobres, os beneficiários do BPC e do Bolsa Família, e que garanta a eles o décimo terceiro salário, para que possam celebrar, com dignidade, com seus familiares, os festejos natalinos, que todos nós celebramos; para que eles tenham um mínimo de dignidade nessas comemorações e celebrações relacionadas ao maior acontecimento da história do Ocidente, que é o nascimento d'Aquele que inspira nossas ações públicas, Jesus de Nazaré.

Além disso, o investimento nos pobres garante a esses pobres que eles se tornem também consumidores. Nós vivemos essa experiência no Brasil. As políticas sociais destinadas aos pobres, como Bolsa Família, BPC, e as políticas de apoio à agricultura familiar fazem com que pessoas, famílias e comunidades empobrecidas passem a ter acesso a bens e serviços básicos. Os pobres, comprando mais, aquecem as economias locais, regionais. O comércio, vendendo mais, busca mais também na indústria e na produção agrícola. Então, há um bem-estar geral quando nós cuidamos dos mais pobres.

Só que, no Brasil, infelizmente – aí é o legado da escravidão; é o legado da brutal concentração das terras e das riquezas –, há uma parcela ainda da população brasileira, muito presente no atual Governo, que prefere até mesmo ter mais dificuldades do que possibilitar que os pobres tenham ascensão; do que possibilitar que os pobres possam participar da grande mesa da comunhão nacional; que os pobres...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PATRUS ANANIAS (PT - MG) – ... possam ter acesso aos direitos fundamentais. Essa é a questão que nós estamos debatendo aqui, nesta Comissão.

Eu quero agradecer a atenção dos colegas e vou interromper agora a minha fala, porque eu quero também ouvir e refletir, junto com os colegas Parlamentares aqui presentes, sobre este momento que estamos vivendo aqui, nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós que agradecemos, Deputado Patrus Ananias. O senhor, com toda a experiência que tem na vida pública e na área da assistência social, trabalhando como Prefeito e também como Ministro, contribui muito para este debate.

Eu queria consultar a todos se nós podemos reduzir, de 15 para dez minutos, para que todos possam ser ouvidos. Nós tínhamos poucos Parlamentares, mas nós começamos a ter um quórum ampliado.

Então, eu passo, neste momento, a palavra para o Deputado Marcelo Ramos, para que ele possa fazer uso dela.

Deputado Marcelo, o senhor tem até dez minutos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Não, eu até prefiro falar 15, para dar tempo de chegar o quórum para a votação. (*Palmas.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Para discutir.) – Exmo. Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputados, Senadores, eu quero ser bastante ponderado nesta fala e, ao mesmo, político e técnico.

Primeiro, eu não sou um Deputado de oposição; eu sou um Deputado independente, que tem 95% dos seus votos com o Governo. Então, eu não posso ser acusado de defender uma proposta por ser um Deputado de oposição.

Segundo, eu não sou um Deputado irresponsável, do ponto de vista fiscal, e a constatação disso é que fui Presidente e trabalhei duramente para a aprovação da reforma da previdência. Mas a constatação mais atual disso, Senador, é que, até que se encontrasse uma fonte de custeio para o pagamento do décimo terceiro, eu atendi ao pedido para não dar quórum na Comissão, justamente por ser absolutamente responsável, do ponto de vista fiscal. Mas eu acredito – como acho que todos acreditam – que o Presidente, quando, em campanha, disse que iria pagar décimo terceiro para o Bolsa Família, não disse para o pagamento no ano de 2019, mas disse como estabelecimento do pagamento do décimo terceiro como uma política pública de transferência de renda para os mais humildes.

Considerando o que disse o Presidente e considerando a minha responsabilidade fiscal e a minha divergência pública com a alternativa encontrada, *a priori*, pelo Senador Randolfe, que era taxação de lucros e dividendos – de que eu sou a favor, desde que venha acompanhada de redução na carga tributária sobre a folha de pagamento e sobre o consumo, coisas que nós não poderíamos fazer na medida provisória –, fui buscar outra fonte de financiamento.

Sem fonte de financiamento, eu não estaria aqui, Deputado Camilo. Deputado Perondi, sem fonte de financiamento, eu não estaria aqui, porque eu sou absolutamente responsável, do ponto de vista fiscal. Porque eu acho que não há possibilidade de um Estado que combata a desigualdade se não estiver equilibrado do ponto de vista fiscal; porque sou inimigo dessa falsa contradição entre equilíbrio fiscal e combate à miséria, como se fosse possível combater a miséria com o Estado quebrado e como se fosse possível fazer o inverso; como se não fosse necessária a saúde financeira do Estado para combater as desigualdades.

E, nessa busca por uma fonte de financiamento, voltei a um tema que trato desde o início do meu mandato, que é a cobrança de Imposto de Renda sobre os rendimentos dos fundos fechados.

Quero lembrar, Deputado Patrus, que nós não estamos inventando nada. Essa cobrança já existiu. Os fundos fechados já pagaram Imposto de Renda sobre os dividendos, durante o período de validade da Medida Provisória 806, de 2017, que caducou nesta Casa, Congresso Nacional, mas que gerou efeito durante o período da sua validade. Já pagaram esse tipo de tributo. Infelizmente, a medida provisória caducou.

O Presidente Temer encaminhou um projeto de lei que tramita na Câmara hoje, que é o Projeto de Lei nº 10.638, de 2018, que tem, na sua justificativa... E eu ouvi falar da bomba fiscal de 8,3 ou de 7,2 bilhões, e eu vou demonstrar que o que relatório proposto pelo Senador Randolfe, com as emendas, oferece é uma bomba fiscal ao avesso! É uma bomba fiscal que vai encher de dinheiro o cofre do Governo Federal e que vai ajudar, Deputado Perondi, a combater...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Pense numa oposição boa...

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – ... esta crise fiscal que o Brasil sofre.

E, para fazer isso, para que não reste dúvida, eu vou ler a fundamentação do PL 10.638, no item 5:

> Em cumprimento ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, cabe informar que, no caso dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

> fundos de investimentos (arts. 2º a 9º), segundo estimativa efetuada com base em dados do Banco Central do Brasil, haverá um aumento da arrecadação do Imposto de Renda, em 2019 [quero lembrar que, com relação a esses fundos, de 2019 para cá, dizem que dobraram o valor aplicado neles. Então, o número que está aqui pode ser o dobro. Mas vamos considerar o dado de 2019], na ordem de R$10.720.000.000 (dez bilhões, setecentos e vinte milhões de reais) com a cobrança do imposto devido sobre os rendimentos acumulados até 31 de maio de 2019.

Esse é o dado de 31 de maio de 2019. São R$10,720 bilhões.

Isso significa que, no relatório apresentado, ninguém está propondo aumentar o déficit fiscal do Governo. Pelo contrário: o que está sendo proposto é colocar R$2,4 bilhões a mais na conta do Governo, levando em conta os dados de 2019. Se for verdade que esses fundos dobraram o valor existente neles, nós estaríamos falando em colocar, na conta do Governo, depois de pagar o décimo terceiro do Bolsa Família e do BPC, mais de R$10 bilhões!

Como é que isso pode ser uma proposta irresponsável do ponto de vista fiscal? Efetivamente não é, mas eu concordo com a tese... E eu tinha dúvida sobre a tese da anterioridade e achei que nós deveríamos oferecer uma solução para o ano fiscal de 2020, mas essa dúvida foi retirada pela decisão do Supremo Tribunal Federal, que é incontroversa, inclusive baseada numa súmula vinculante. Então, não é simplesmente uma decisão: é uma decisão baseada numa súmula vinculante.

E acho que a solução oferecida em relação à condicionante, de que só será pago em aprovado o crédito suplementar, para que não ultrapasse o teto de gastos, é mais uma demonstração da absoluta responsabilidade fiscal de quem defende essa tese.

Mas eu quero terminar esta minha fala, Deputados e Senadores, lembrando que um dos maiores problemas do Brasil é a desigualdade. E quero resgatar um texto de um assessor aqui do Senado, o economista Pedro Nery.

Pedro Nery escreveu um artigo, no jornal *O Estado de S. Paulo*, cujo título era *Uganda, aqui*. Esse artigo parte de um estudo que divide o Brasil em cinco pedaços – em cinco pedaços de renda. O quinto pedaço de renda mais baixa do Brasil, que é o pedaço que recebe BPC e Bolsa Família, tem exatamente a mesma população de Uganda e exatamente a mesma renda *per capita* de Uganda. Isso pode não significar nada, mas Uganda tem metade da renda *per capita* do Congo e um terço da renda *per capita* de Bangladesh. Para quem só vive aqui dentro ou na nossa vida de classe média, eu quero avisar que esse país existe! Ele está aqui! Às vezes, a gente não enxerga, mas ele está aqui, no meio de nós. Deveria estar mais vivo nas nossas vidas do que efetivamente está, em especial dos nossos representantes populares, mas esse país existe, Deputado Patrus. E, aí, eu quero terminar esta minha fala, dizendo que, da mesma forma que existem esses 20% de miseráveis no Brasil, existem 20% do quinto de cima. E, dentro desse quinto de cima, existe 1% de multimilionários.

Alguns amigos meus me disseram: "Você está propondo que eu pague outro imposto?". Eu falei: "Fique tranquilo: você não tem dinheiro para aplicar num fundo exclusivo. Fique tranquilo!".

Segundo informações que eu fui buscar junto ao sistema bancário, a aplicação mínima, num fundo exclusivo de renda fixa, é de R$15 milhões. Portanto, para estar num fundo exclusivo, num fundo fechado, você tem que ter R$15 milhões para deixar imobilizado, por curto ou longo prazo – depende do que você quiser ganhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E quero lembrar que quem aplica num fundo aberto, que é um fundo que muitos aqui podem ter e que alguns devem até ter, já paga Imposto de Renda sobre rendimentos. O fundo aberto do pequeno e do médio investidor, a cada seis meses, apura o rendimento e cobra imposto de renda; o fundo do multimilionário só cobra imposto de renda se ele sacar ou amortizar. Isso é a cara do sistema tributário brasileiro: é o Robin Hood às avessas, que tira do pobre para dar para o rico.

E eu quero terminar, fazendo a seguinte pergunta: quem vai pagar essa conta? As pessoas do Brasil que têm condições de mobilizar R$15 milhões. São os que vão pagar essa conta. Quem recebe? A Uganda. A Uganda recebe.

Eu sinceramente acho a argumentação feita pelo Deputado Perondi, por quem eu tenho o mais absoluto respeito, correta, se não houvesse a fonte de financiamento.

O que nós estamos fazendo aqui são duas escolhas. A primeira escolha: se no Brasil multimilionário – não é milionário nem médio, não; é multimilionário! – vai pagar Imposto de Renda, como um servidor público que ganha R$5,5 mil, que paga 27,5% de Imposto de Renda – e no rendimento não são nem 27,5%, mas só 15%... Ou seja, ele ainda vai pagar menos imposto do que o servidor aqui do Senado ou da Câmara paga descontado na fonte, no seu contracheque.

Então, o que nós vamos decidir é se essa pessoa vai pagar e se, na outra ponta, a Uganda, os miseráveis, os pobres, os deficientes e os idosos de baixa renda vão receber.

A minha decisão é votar a favor e fazer esse ajuste de contas com o Brasil, injetando na veia combate à desigualdade, que é um dos maiores problemas do nosso País hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Parabéns, Deputado, pela sua intervenção!

Eu queria passar um dado para todos que acompanham esta reunião: o Banco Itaú informou, nessa segunda-feira, que encerrou 2019 com lucro líquido de R$26,583 bilhões, um crescimento de 6,4% na comparação com o ano anterior. São recordes atrás de recordes, batidos anualmente pelos bancos, enquanto o emprego só cresce no setor informal, na "uberização" da economia. Então, é isso um pouco que está em discussão aqui neste momento.

Parabéns, Deputado Marcelo Ramos, porque o que o senhor colocou com muita clareza, evidenciando o que está no relatório – e há uma coisa que não sei se foi dita de maneira tão clara –: a fonte de financiamento está inteiramente resolvida no relatório – a aprovação do relatório criando o décimo terceiro do Bolsa Família e do BPC –, é a aprovação e a instituição dessa cobrança, que é justa, para financiamento. Então, não existe nenhum tipo de dúvida, a não ser que não se tenha lido o relatório. Só quem pode afirmar isso é quem não leu o relatório. Quem leu o relatório e quem ouviu o relatório como nós ouvimos aqui sabe que existe uma fonte e sabe que existe também uma maneira de resolver o problema do teto.

Com a palavra agora o Deputado Elias Vaz.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Para discutir.) – Presidente, mais uma vez, quero parabenizar V. Exa. pela condução desses trabalhos; também parabenizando o Relator, Senador Randolfe.

Presidente, eu acho uma palavra importante num debate como este a questão da coerência. Acho interessante quando o Governo coloca uma posição e acusa o Relator de estar aí promovendo uma bomba fiscal, que vai, na verdade, gerar um gasto, ignorando inclusive a proposta da fonte que forneceria os recursos necessários. É interessante. O que falar, então, da proposta do Bolsonaro em relação aos combustíveis? Na verdade, o Presidente está dizendo – e faz esse desafio aos Governadores. E o impacto com o que foi arrecadado no ano passado da Cide e do PIS foi da ordem de R$27 bilhões: aí pode? Quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

dizer, carro é mais importante do que gente? É assim? – e sem falar no impacto nos governos estaduais. O Governo de São Paulo, por exemplo, deixaria de arrecadar R$17 bilhões. Quem é que não tem responsabilidade fiscal? Quem é? Então, vamos discutir isso. Queria ver o que as Lideranças do Governo aqui vão falar sobre isso, sobre a questão de responsabilidade fiscal, porque não é a oposição que está pautando essa discussão, não. Quem está pautando essa discussão chama-se Presidente da República, Jair Bolsonaro. É ele quem está pautando essa discussão. Então, vamos colocar aqui, vamos fazer essa discussão. Aliás, essa discussão fiscal é uma discussão muito importante mesmo para o povo brasileiro, muito importante. Agora, nós precisamos saber que caminho que adotaremos para resolver esse problema.

Eu tenho acordo com o Deputado Perondi, porque ele fala que nós temos um problema fiscal sério – e é sério mesmo –, que precisa ser resolvido, até porque, via de regra, Senador Randolfe, quem paga o pato, quando o dinheiro vai ficando escasso, é o povo mais pobre. Estamos aqui discutindo o problema que envolve a população mais pobre. Então, é esse o problema. Realmente queremos o Estado sem problema fiscal, mas vamos discutir números. No ano passado, tivemos uma renúncia de R$390 bilhões. Aliás, por exemplo, hoje mesmo saiu uma matéria dizendo que as empresas que produzem agrotóxico foram beneficiadas, ano passado, com R$10 bilhões – R$10 bilhões! – de renúncia fiscal, quer dizer, o Governo promovendo o envenenamento das pessoas. Aí você vai ver: a agricultura orgânica não tem esse tipo de incentivo, não; mas, para envenenar, existe. É a coisa mais interessante, é uma contradição. Então, nós podemos discutir aqui só uma situação. São R$10 bilhões que beneficiam grandes empresas que fornecem esses produtos para o agronegócio. Aí pode continuar. Aí, vão várias empresas: Coca-Cola tem benefício fiscal. Qual a necessidade de haver benefício fiscal para a Coca-Cola no Brasil? Então, são grandes empresas que são amigas do rei, porque o Brasil é assim: a classe média, o trabalhador, na hora do consumo, paga muito imposto – muito mesmo –, mas para um grupo aí parece que não existe esse problema, inclusive os bancos, como V. Exa. tem colocado: ano a ano... Hoje há uma outra matéria dizendo que os bancos fecharam mais de 400 agências, piorando o seu serviço, demitiram milhares de trabalhadores, quer dizer, vão aumentar mais ainda o lucro. Estão falando: "Ah, crise". Para banco não há crise, mas estão demitindo, e aí mais filas dentro dos bancos; só visam a questão de lucro, lucro, lucro e não pagam imposto como outros setores da economia pagam. Então, o debate dessas situações nós temos que enfrentar.

Aqui, na minha opinião, nós estamos enfrentando uma questão de núcleo, uma questão central de qual deve ser o comportamento do Estado brasileiro: se o Estado brasileiro vai continuar sendo um instrumento de ampliação da desigualdade social no País; ou se ele vai, na verdade, reverter essa posição e passar ao contrário, combater essa situação com medidas concretas.

Eu disse isso aqui ontem e vou falar de novo: toda vez em que a gente fala em tomar medidas para beneficiar a população mais pobre, é muito difícil isso, isso é muito difícil, é complicado. Por isso é que a reforma da previdência foi possível ano passado, mas não foi possível a reforma tributária, que é extremamente agressiva no País. E nós não estamos falando nem de questão ideológica, não. É só pegar Estados Unidos, qualquer país capitalista decente, com um mínimo de civilidade: existe um sistema tributário muito mais justo do que o nosso. O nosso sistema tributário é, como disse aqui o Deputado que me antecedeu, na verdade Robin Hood às avessas: promove a desigualdade social, reforça a desigualdade, concentra mais ainda a riqueza na mão de poucos.

Outro dia, estava vendo a questão da contribuição fiscal. A gente vai vendo por renda: cada vez em que vai ganhando mais, vai contribuindo menos percentualmente. Vai chegando a ponto de que quem ganha bilhões não contribui quase nada percentualmente, quando deveria ser o contrário. E é disso que o Senador Randolfe, é disso que o Relator está tratando, dizendo assim: "Nós temos uma crise? Temos. A crise fiscal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

existe. Temos problema social? Temos. Quem é que tem que pagar a conta? Quem tem condições de pagar!". Aí mandam projetos para cá querendo inclusive taxar seguro-desemprego. Há outra medida provisória do Presidente que coloca dessa forma, querendo que quem pague a conta da crise sejam trabalhadores desempregados inclusive. Esse é o caminho que nós vamos adotar para construir um país decente, um país justo?

Chega de falácia. Chega de dizer uma coisa e, na hora em que tem condições de concretamente a gente mudar, trazer na verdade o mínimo – porque isso é mínimo... Nós não estamos dizendo aqui que um décimo terceiro do BPC vai mudar a vida dessas pessoas, como bem disse o Deputado Patrus, que fala com autoridade pelo seu histórico. É apenas para promover o mínimo, um fim de ano decente para essas pessoas, com dignidade. É o mínimo do mínimo, quando na verdade a gente tinha que estar dando passos mais significativos, para mudar estruturalmente a realidade deste País, para que a gente não precisasse mais conviver com esse tipo de situação.

Mas é impressionante: quando toca nos poderosos, realmente as coisas ficam muito difíceis.

Aqui é uma questão de opção. Jeito existe.

Parabenizo o trabalho desta Comissão, parabenizo o Presidente Camilo Capiberibe, parabenizo o Senador Randolfe, que, na verdade, de forma responsável, procurou trazer uma solução, e é uma solução que não está colocando a conta para o Governo pagar, mas colocando para aqueles que estão no topo da pirâmide poderem dar a sua contribuição neste momento para o País.

Parabéns! Nós entendemos que esta é uma oportunidade de o Governo realmente dizer de que lado ele está: se é o dos poderosos ou se é o daqueles que mais necessitam do Estado brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós é que agradecemos pela sua assiduidade aqui nesta Comissão, Deputado, porque o senhor é suplente, mas tem estado aqui e feito questão de travar esse debate, mostrando o seu compromisso com a ampliação da política social.

Eu queria dar um dado de que esses R$8,3 bilhões que estão sendo apontados como uma bomba fiscal na verdade são uma injeção direta de recursos na economia do Brasil, no mês de dezembro. É só você olhar que essas pessoas não vão botar recursos em fundos fechados, porque o piso para começar é de R$15 milhões. Então, são R$8,3 bilhões para melhorar a nossa economia, para gerar emprego no fim de ano. É só fazer esse raciocínio e inverter a lógica de querer dizer que botar dinheiro na mão de quem mais precisa é uma bomba fiscal.

Com a palavra, então, agora o Deputado Capitão Wagner, do Ceará, que é outro Deputado que tem nos apoiado com a sua presença, com seu quórum. Muito obrigado, Deputado.

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu nem vou usar os 15 minutos que estão sendo concedidos, mas eu fiz questão de me posicionar, Senador Eduardo Girão, Senador de primeiro mandato, e Senadora Leila, que está aqui do lado também.

Eu acho que, quando vimos para um debate como este que está sendo realizado aqui de forma técnica e argumentativa, o nosso coração se enche de alegria em estarmos aqui no Parlamento fazendo um debate de alto nível.

Eu queria registrar que talvez a fala do Senador Randolfe e a fala do Deputado Marcelo não tenham poder de convencimento, mas eu acredito que tenham o poder de pelo menos constranger quem não tem argumento para poder derrubar as soluções que aqui foram apresentadas.

A gente espera também – e torce – que não aconteça de, nas redes sociais, a partir de amanhã, dizerem que o Deputado Marcelo está traindo o Governo ou que ele é um inimigo do Bolsonaro, porque não é. Pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

contrário: o Deputado Marcelo tem demonstrado aqui na Casa uma capacidade de dialogar, de argumentar e de agregar que poucos Parlamentares têm. Só aviso que o Deputado Marcelo saiu aqui do lado, mas está: assim que iniciar a votação, ele vem correndo para nos ajudar nessa questão.

A capacidade de buscar soluções foi demonstrada aqui de uma forma, Senador Eduardo Girão, que merece o nosso aplauso. O Senador Randolfe apresentou uma sugestão, que o Governo rebateu de imediato, e vem o Deputado Marcelo com uma solução que é inquestionável – não tem como questionar a solução que foi apresentada aqui pelo Deputado Marcelo.

A gente tem uma matéria em discussão lá na Câmara – vou puxar esse assunto para fazer um paralelo: a gente tem uma matéria lá na Câmara do Deputado David Miranda, que é do PSOL. O Deputado está propondo uma lei para garantir uma série de benefícios para policiais militares, para profissionais de segurança pública, e alguns profissionais de segurança que não entendem qual é a matéria querem que os Deputados votem contra porque é um Deputado do PSOL. Olhem o nível do debate em que se encontra o nosso País: o cidadão que é beneficiado com um projeto que está sendo discutido quer que você vote contra simplesmente porque o Deputado que está apresentando o projeto é um Deputado do PSOL. Eu acho que a gente tem que esquecer a eleição de 2018, eu acho que a gente tem que elevar o debate, afinal de contas, se for para fazer firula, passar aqui quatro anos fazendo firula, quem vai perder é a população brasileira.

Então, teorias da conspiração são criadas todos os dias, e aqui a gente não pode dizer que é só a direita ou só a esquerda que faz isso; recentemente, com a morte daquele ex-capitão do Bope lá na Bahia, se criou a teoria da conspiração que teria sido alguém do Bolsonaro que mandou matar o capitão. Quem matou foi a Polícia Militar da Bahia, que é governada pelo PT: a polícia foi cumprir o mandado de prisão, Senador Eduardo Girão, o criminoso reagiu e a polícia fez o que tinha de fazer. Fez o que tinha de fazer. Então, não há que criar teoria da conspiração; para tudo se cria teoria da conspiração aqui no País.

Então, vamos debater, vamos fazer o debate em relação a esse tema, que atinge, de fato, as várias Ugandas que existem no Brasil – e eu ando muito na periferia de Fortaleza e na periferia de outras cidades brasileiras, porque a minha família mora na periferia de Fortaleza: mora lá no Bom Jardim, lá no Siqueira, em bairros que são na nossa periferia –, e sabemos que isso que foi falado aqui pelo Deputado Marcelo é a realidade nas nossas grandes metrópoles e também do nosso interior. Então é importante que nós, que não somos oposição ao Governo Bolsonaro – eu posso dizer que não sou –, nos posicionemos dizendo que a medida provisória, que é do Governo, encontrou aqui na Casa, Senadora Zenaide, uma solução melhor do que a que o Governo apresentou inicialmente. A Casa encontrou, através do bom debate, da boa discussão, da capacidade de diálogo, uma solução melhor do que a que foi apresentada inicialmente na medida provisória.

Eu acho que, cada vez mais, a sociedade tem cobrado do Congresso Nacional coerência, cada vez mais tem cobrado produtividade, e o Congresso, no ano de 2019, Senador Eduardo Girão, demonstrou uma capacidade de aumentar a sua produtividade, demonstrou uma independência maior – nesse ponto a gente tem que parabenizar o Governo Bolsonaro, porque diminuiu o toma lá dá cá e, por conta disso, o Congresso teve mais autonomia para poder trabalhar –, e a gente está com uma oportunidade ímpar de aprovar uma matéria aqui na Casa que vai atender, sim, à camada menos favorecida da sociedade brasileira, sem gerar problema para os cofres do Governo Federal; pelo contrário, está gerando um superávit. Olha só que notícia maravilhosa que o Deputado Marcelo acabou de nos dar: em vez de gerar despesa para os cofres, vai gerar um superávit, vai gerar um acréscimo na arrecadação do Governo Federal.

Mas, se nós não temos a capacidade de mexer nesse vespeiro, que é cobrar dos mais ricos uma contribuição maior, para diminuir essa desigualdade social, que entreguemos os nossos mandatos. Porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

muitos, na época da campanha, vendem a ideia de proteger os mais pobres e de que vão ocupar os seus mandatos para defender quem de fato precisa, mas quando chegam aqui encontram argumentos para não fazerem isso, para fazer justamente o contrário. Então, que a gente tenha a coerência, que a gente tenha a capacidade de defender e de honrar aquilo com que a gente se comprometeu durante as nossas campanhas.

Eu acho que a argumentação que foi feita aqui, a busca por soluções, a capacidade de diálogo aqui merecem o reconhecimento da sociedade, em todos os sentidos, e eu queria dizer que eu tenho muito orgulho não só em estar presente, como o Presidente da Comissão fez questão de frisar – porque eu sou muito cobrado nas redes sociais em virtude de nós termos essa proximidade com os nossos eleitores –, mas não só em estar presente, mas em vir e debater, e principalmente votar, para que não caduque a medida. A gente sabe que uma das alternativas para que não se vote é tentar protelar a medida provisória, para que ela venha a caducar e não entre em vigor.

Então a gente tem que exigir celeridade. Que a gente possa votar quanto antes essa medida e levá-la para o Plenário, para que a maioria do Congresso, para que todos possam se posicionar, mostrando, eu repito, que o Governo será beneficiado através de uma maior arrecadação, e o maior beneficiado vai ser a sociedade como um todo.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Como Relator.) – Presidente, se V. Exa. me permite, só para completar o dado que apresenta o Capitão Wagner aqui: segundo os cálculos, tornar perene o décimo terceiro da bolsa vai custar R$2,58 bilhões; estender o benefício para as famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada, R$4,8 bilhões; com a forma encontrada aqui, apontada pelo Deputado Marcelo, de tributação, de um tributo que já foi cobrado como já foi dito, que é dos chamados fundos come-cotas, como essa fonte resultará R$10,7 bilhões, Senador Girão, então o Governo sairá dessa medida provisória com um crédito de R$3,32 bilhões, ou seja, tornará perene o décimo terceiro da Bolsa; estende para as famílias receberem o Benefício de Prestação Continuada e ainda sai com R$3,32 bilhões a mais no caixa.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito bem. Eu quero comunicar que nós temos cinco Deputados e quatro Senadores que estão aqui, nós temos o quórum, mas esse é um quórum que nós não tínhamos alcançado até então, e isso é importante – estão presentes, acompanhando, os outros; por exemplo, o Deputado Marcelo está aguardando que nós o chamemos para participar da votação. E infelizmente eu preciso comunicar que nós temos um "*kit* obstrução" colocado na Mesa pelo Governo, então o Governo colocou um *kit* aqui para tentar adiar esta sessão, a apreciação dessa matéria, é, assim, um verdadeiro arsenal de obstruções.

Apenas levantando o que disse o Capitão Wagner, que apelou para que nós façamos o que a população nos elegeu para fazer, que é ter a coragem de apreciar, deliberar, debater e votar as matérias, e não ir se esconder atrás de um "*kit* obstrução". Eu mais tarde vou fazer esse apelo para que nós possamos então apreciar ainda hoje.

Eu passo agora a palavra para o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Presidente, desculpe, só um pouquinho: só para saber, na ordem da inscrição, eu estou... Faltam quantos ainda para chegar...?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – A senhora é a próxima, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Muito obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discutir.) – Seguindo aqui uma sequência, quase.

Mas, Presidente, eu queria cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos, dizer que eu não vou usar o tempo que está ali, porque daqui a pouco vão chamar a Ordem do Dia lá no Congresso Nacional, e eu acho que, se Deus quiser, a gente deve votar hoje, não deve mais protelar essa matéria, porque os cálculos matemáticos já estão feitos, a solução foi encontrada.

Se tiverem que vir aqui na sexta-feira, no sábado ou no domingo, eu tenho certeza de que muitos Deputados e Senadores, por uma causa maior, estão à disposição; ou seja, não vão deixar caducar essa MP.

E eu queria, em primeiro lugar, reconhecer a sensibilidade do Presidente da República por ter encaminhado o décimo terceiro para o Bolsa Família. Achei o movimento interessantíssimo que foi feito, e a gente tem que tirar o chapéu, sim. O Senador Randolfe Rodrigues aprimorou, através do seu relatório, também com muita sensibilidade; ou seja, um trabalho que não é de direita, não é de esquerda, não é de centro; é um trabalho buscando diminuir um pouquinho, Senadora Leila e Senadora Zenaide, um pouquinho só, Deputada Bia Kicis, a desigualdade tremenda e vergonhosa que nós temos no nosso Brasil. Então, temos a honra aqui de ter os Deputados Patrus, com a exposição que fez, e o Capitão Wagner, que também demonstrou de forma muito tranquila o seu posicionamento coerente.

E eu quero dizer uma coisa: não vamos dizer que não tem... A fonte de financiamento está aí, mas nem precisava, Senadora Zenaide. Sabe por quê? Nem precisava. Nada é por acaso. Esta sessão está sendo realizada instantes antes de uma do Congresso Nacional, em que nós vamos ter a derrubada ou a manutenção do veto. E lá o próprio Governo... E eu digo isto de forma tranquila porque eu voto 90% com o Governo aqui dentro, com independência, votei no Presidente Jair Bolsonaro: não entra na minha cabeça – pode ser ingenuidade, pode ser ignorância – o próprio Governo derrubar pela primeira vez... Pela primeira vez recomendar a derrubada do veto do Presidente para ampliar a quantidade de emendas parlamentares em R$30 bilhões – foi feito um acordo ontem para cair para R$17 bilhões –, enquanto nós estamos discutindo aqui para as pessoas pobres R$4,8 bilhões do BPC, que são idosos, que são pessoas com necessidades especiais.

Então, não entra na minha cabeça ter dinheiro para fazer essa barganha política com emendas parlamentares e vir aqui questionar o décimo terceiro salário para BPC com R$4,8 bilhões, em que já foi identificada uma fonte de renda, uma fonte de financiamento de fundo fechado, do qual é óbvio que tem que se cobrar, pois são pessoas que têm muito dinheiro. Por que que não podem colaborar numa questão de fraternidade, como bem colocaram aqui os Deputados que passaram?

Então, eu estou ansioso para votar com muita tranquilidade, com muita consciência. Eu espero, eu ainda tenho a esperança de que seja por unanimidade, pelo bom senso, pela lógica encontrada. Não existem argumentos para se segurar; é o pouco: dar uma contribuição para diminuir essa desigualdade porque o Brasil é um dos países com maior desigualdade do mundo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Eu é que agradeço, Senador Eduardo Girão, pela sua presença e pelas suas palavras que engrandecem este debate.

Com a palavra agora a Deputada Federal Bia Kicis, do PSL, aqui do Distrito Federal. A senhora tem a palavra por até 15 minutos, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para discutir.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator Senador Randolfe, meus nobres pares aqui presentes e todos aqueles que nos ouvem. Quero cumprimentar a plateia, essa audiência incansável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Tenho recebido em meu gabinete várias pessoas que inclusive representam grupos de beneficiários do BPC. Temos tido um bom diálogo. E o que me chama a atenção aqui... Assim como o Deputado Marcelo Ramos, que me antecedeu, fez questão de falar de forma técnica, além da forma política, eu vou manter esse mesmo tom porque tenho apreciado muito o debate que se tem formado aqui.

Em primeiro lugar, eu quero, assim como o Senador Eduardo Girão – aliás, não sei se é parente ou não do meu querido amigo e colega Deputado Girão, que é do Ceará, uma pessoa por quem eu tenho muito apreço –, ressaltar que foi exatamente o Governo Bolsonaro, que alguns atacam aqui de que não cuida dos pobres, de que não quer saber dos pobres, e isso e aquilo, de que só quer favorecer banco, que instituiu o décimo terceiro do Bolsa Família. Isso os Governos que o antecederam – o Governo do Michel Temer, o da Dilma, o do Lula – não fizeram, mas o Governo Bolsonaro fez, e fez porque, com todas as austeridades das medidas, combate à fraude, com a MP do combate à fraude, com a reforma da previdência, com todos os ajustes que vêm sendo feitos, com muita responsabilidade inclusive pela equipe econômica do Ministro Paulo Guedes, e conseguiu encontrar um espaço fiscal dentro daquilo que nós temos hoje: a realidade do teto de gastos. Mas essa medida provisória, por isso mesmo, previu o pagamento desse décimo terceiro apenas para o ano de 2019, não o tornando uma política permanente de Estado porque, para que isso fosse feito, seria necessário que esse espaço fosse mantido nos próximos exercícios.

E aqui eu falo como conhecedora do assunto. Fui Procuradora do Distrito Federal, fui coordenadora da execução fiscal, chefe durante muitos anos da Procuradoria Fiscal, então eu não estou falando de um assunto que eu não conheça. É claro que como cidadã, como Parlamentar representante do povo, dá muito mais alegria a todos nós, a cada um de nós Parlamentares poder fazer uma franca distribuição de verba a todos os necessitados, porque todos nós somos solidários. Eu como cristã sou solidária, prático a solidariedade, mas no âmbito privado. Todavia, como Parlamentar, ter a oportunidade de poder estender essa solidariedade à população em geral e principalmente aos mais necessitados certamente essa seria uma das maiores felicidades de uma Parlamentar.

Mas nós não podemos nos afastar da responsabilidade e de fazermos uma política que seja sólida, que seja uma política responsável e atenta aos ditames constitucionais, porque de nada vale nós concedermos um benefício que daqui a pouco seja declarado inconstitucional, gerando uma frustração muito maior ainda aos beneficiários.

Esses beneficiários são pessoas que nos olham nos olhos, e nós os olhamos nos olhos também. É por isso que nós temos que ter esse cuidado.

Eu não me furto a estar aqui e a explicar as razões pelas quais, pela orientação do Governo e por todo o estudo que eu pude fazer, lamentavelmente, não se torna possível e viável, neste momento, esse incremento na medida provisória, essa extensão do benefício, Senador, porque nós continuamos sujeitos e submetidos ao teto de gastos. E, mesmo que se incremente a receita, não é possível aumentar as despesas se não for por substituição.

Então, para que o Governo, mesmo com esse incremento fabuloso de R$10 bilhões ou R$7 bilhões, que é ótimo – imagina um reforço como esse para as contas do Governo, isso é maravilhoso, nós temos que aplaudir –, lance mão desses bilhões para beneficiar aquelas pessoas merecedoras, sim, carentes, merecedoras do amparo do Governo, o Governo teria que deixar de pagar aposentadorias, teria que selecionar quem deixaria de receber os benefícios que hoje recebe.

Então, infelizmente, a solução não é tão mágica assim e não está alheia a esse tipo de crítica que está sendo feita, sem nenhuma crítica ao Deputado Marcelo Ramos, que buscou uma saída, mas que, infelizmente, também não se apercebeu que a súmula do Supremo, a decisão do Supremo fala no princípio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

da anterioridade. Para o leigo, isso pode não fazer diferença, mas para nós, que somos Parlamentares estudiosos, e para aqueles que são da área jurídica como eu, fica muito clara aqui a falha, o engano, porque a decisão do Supremo refere-se ao princípio da anterioridade. E o Supremo diz que você pode, sim, mudar a data da cobrança, da incidência do tributo. Não haveria problema nenhum. Em vez de isso ser feito na liquidação, isso seria antecipado para todo semestre. O.k., isso não teria problema de vício de inconstitucionalidade. Porém, o que o relatório nos traz aqui é um avanço no prazo. Ele retroage para um período anterior ao que estamos falando, ao que lei entraria em vigor, porque agora o que se faz é tributar o estoque.

Então, as pessoas que investiram nesse fundo, por mais que sejam pessoas que tenham muito dinheiro, isso e aquilo, são investidores que estão investindo no País, que estão investindo na construção civil, que poderiam estar com esse dinheiro fora do País, que poderiam usar esse dinheiro apenas para especular. Mas não! São pessoas que estão investindo e por isso merecem respeito. Não é por que são ricas que não merecem respeito, inclusive merecem o respeito da lei, a proteção e a garantia da irretroatividade.

Portanto, por mais que me doa não poder concordar com essa medida provisória e com o relatório como ficou... Eu fiquei muito satisfeita quando, hoje de manhã, recebi a notícia de que o Deputado Marcelo Ramos havia encontrado uma solução. Eu fiquei muito feliz. Conversei com algumas pessoas da equipe econômica inclusive, mas, quando fomos nos debruçar sobre o texto, vimos esse vício, que, infelizmente, é insuperável porque a medida provisória está retroagindo, está fazendo o imposto ser aplicado sobre um estoque de pessoas que investiram no fundo quando não havia a incidência desse imposto.

Há outra coisa que já é um problema que não atinge tanto as pessoas, os beneficiários, mas, sim, os investidores, que preocupa os investidores: é um fundo que não é líquido. Nós estamos falando de um fundo de imóveis, e não há liquidez. No entanto, terá de ser antecipado. Pela Resolução 3.334, do Bacen, não é possível ao gestor do próprio fundo emprestar dinheiro aos investidores.

Então, Deputado Marcelo, que não estava aqui no início da minha fala, eu quero dizer que elogiei a sua iniciativa. Hoje de manhã, conversei contigo sobre a PEC 199, porque eu estava preocupada com isso. Mas, lamentavelmente – digo isso porque eu adoraria poder participar desse momento feliz de distribuição de décimo terceiro para os beneficiários do BPC, e me comprometi inclusive com as pessoas que me procuraram a lutar por isso no Governo –, nós teremos que encontrar uma saída, que, talvez, venha com a reforma tributária, a que eu quero me dedicar, faço parte da Comissão Especial. Temos de encontrar uma saída para darmos a essas pessoas um décimo terceiro do BPC, do benefício continuado, assim como o Governo encontrou uma saída para, no ano de 2019, conceder esse benefício ao Bolsa Família.

Mas tanto não existe esse espaço, a certeza desse espaço nos próximos exercícios, por este ano e os próximos, que a medida provisória tratou apenas do ano de 2019, quando, com toda a responsabilidade fiscal que compete ao Governo... É muito mais fácil e gostoso ser oposição, não tenha dúvida; você pode propor todas as medidas. Acontece que o Governo e a base do Governo têm de estar atentos. E o Deputado Marcelo é uma pessoa extremamente responsável, não o estou acusando aqui de ser irresponsável, não. Estou dizendo que é muito gostoso poder beneficiar a população, mas a responsabilidade fiscal é inafastável, e o Governo precisa prestar contas disso até para não se ver diante de uma irresponsabilidade, diante de uma pedalada, isso ou aquilo, que poderia levar o Governo a uma situação de irresponsabilidade, a uma situação muito temerária.

É por isso, então, Presidente, que eu venho aqui para falar para as pessoas que nos estão ouvindo. Esta audiência, como eu já falei, é uma audiência motivada, uma audiência incansável, com pessoas que eu tenho recebido do meu gabinete, mas devo dizer que, infelizmente, o relatório traz uma solução bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

construída, mas que padece ainda desses dois problemas. Um deles é o vício da inconstitucionalidade pela retroatividade da lei.

Deputado Marcelo, não se trata aqui da anterioridade – o princípio da anterioridade aqui não seria óbice –, mas, sim, do princípio da irretroatividade. Aí eu vou dizer: não é por que a pessoa é rica e está investindo em fundo de imóvel que ela não deve ser protegida pelos mesmos princípios. Nós vivemos num País democrático, em que a Constituição e seus princípios se aplicam a todas as pessoas, do mais pobre ao mais rico; todos têm que ter as garantias da lei.

É por isso que, lamentavelmente – posso depois ser surpreendida com alguma outra orientação, com alguma coisa –, penso, pelo meu conhecimento jurídico, que o princípio da irretroatividade está sendo vilipendiado por esse relatório. E nós temos a questão, que também é inafastável, do teto de gastos. Esse Congresso passado, do qual eu não fazia parte, mas que eu acompanhava de perto, teve a coragem e a responsabilidade de votar o teto de gastos. Essa medida era importantíssima para que o Governo, qualquer que fosse o Governo, não continuasse a assumir dívidas e mais dívidas, fazendo com que a dívida pública crescesse infinitamente, com prejuízos para todos os cidadãos. E o que nós vemos agora, com esse Governo responsável, atento e solidário do Presidente Bolsonaro, é que os juros estão caindo a patamares que não são vistos há décadas, 4,5% – quando começou o Governo, estavam em mais de 13%.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Por outro lado, eu gostaria de lembrar a este Congresso que eu gostaria que essa mesma preocupação com os mais vulneráveis tivesse sido também observada na medida provisória da carteirinha. Este Governo se preocupou com cada estudante, para que ele pudesse, com um simples aplicativo na mão, baixar a sua carteirinha sem nenhum custo e se libertar das amarras da UNE. Mas, não, este Congresso falhou e não cumpriu com a sua missão de proteger os cidadãos, de proteger os estudantes. E está permitindo que, no dia 16, caduque a medida provisória da carteirinha estudantil.

Eu quero deixar aqui registrada a minha insatisfação e dizer: caros colegas, contem comigo, sempre que for preciso, para, de forma responsável, beneficiarmos os cidadãos brasileiros. Eu vim para cá para isso. Contem comigo! Sejamos generosos, mas sejamos responsáveis.

Muito obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, peço a palavra pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Vamos organizar porque não há mais nenhum Parlamentar inscrito. E, neste momento, nós passaremos para as votações.

Então, eu vou passar a palavra ao Relator, para que ele possa fazer...

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS) – Eu também pediria a palavra para fazer uma contraposição.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – O senhor está inscrito para falar aqui na apreciação do requerimento de adiamento da sessão e de votação nominal. O senhor vai poder usar os seus cinco minutos para isso.

Com a palavra o Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Como Relator.) – Serei bem rápido, Presidente.

É uma explicação que eu julgo também necessária porque eu tenho procurado atuar...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone.*) – Perdão!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Como Relator.) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Não, perfeitamente.

Eu tenho procurado atuar com a responsabilidade necessária em relação a este relatório, em relação a todos os argumentos do ponto de vista fiscal. Repito: tenho sido muito alertado por parte do Deputado Marcelo sobre isso.

Por isso, eu queria só reiterar, com a devida permissão, *data venia*, Deputada Bia, que, no art. 12, preocupados com o teto, nós colocamos um dispositivo estabelecendo o seguinte: "Art. 12. O pagamento dos benefícios relacionados nos arts. 2º e 3º [...] [fica] condicionado à compatibilização com os limites estabelecidos no art. 107 do ADCT, através da aprovação de crédito suplementar pelo Congresso Nacional". Assim, nós estabelecemos esse dispositivo preocupados exatamente com o teto de gastos.

V. Exa. realmente coloca, com a competência que lhe é peculiar, o questionamento de que a Súmula Vinculante 50 não faria a abordagem da chamada tributação do estoque. Pois bem, permita-me aqui fazer a leitura de uma decisão do Supremo Tribunal Federal em um agravo de instrumento, a partir de uma provocação feita pelo Governo do Estado do Paraná. Diz a decisão:

> Constitucional. Tributário. Imposto de Importação. Alíquota. Fato Gerador, C.F., art. 150, III, "a".
> I - Fato gerador do imposto de importação de mercadoria despachada para consumo considera-se ocorrida na data do registro na repartição aduaneira competente, da declaração apresentada pelo importador (art. 23 do Decreto-lei 37/66).
> II - O que a Constituição exige, no art. 150, III, "a", é que a lei que institua ou majore tributos seja anterior ao fato gerador. No caso, o decreto que alterou as alíquotas é anterior ao fato gerador do imposto de importação.
> III - Agravo não provido.

A doutrina considera essa posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal como uma chamada retroatividade imprópria, ou seja, isso está consoante com uma nota técnica informativa assinada pela Consultoria deste Senado Federal, colocando a viabilidade da Súmula 50 ao abarcar o tributo que foi sugerido a esta Comissão pelo eminente Deputado Marcelo Ramos.

Dou o devido esclarecimento a V. Exa. sobre a constitucionalidade do tributo e onde estará amparado no Supremo, na súmula do Supremo Tribunal Federal, já amparada nesse texto que aqui li, que é da lavra de S. Exa. o Ministro Carlos Velloso, numa decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal datada de 1º de julho de 2005 e consubstanciada na nota técnica assinada pela Consultoria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito bem, Senador Randolfe, eminente Relator, que se debruçou com um esforço muito técnico para a construção desse relatório!

Eu quero, antes de encerrar, se não existe mais ninguém que queira discutir...

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Mas o senhor já fez uso da palavra.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS. *Fora do microfone.*) – Eu queria que o Senador repetisse de novo essa questão da retroatividade imprópria, para nós entendermos isso melhor, eu e a Deputada Bia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeitamente, eminente Deputado! É uma decisão que consta em agravo de instrumento relatado por S. Exa. o Ministro Carlos Velloso em julgamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

proferido pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal em 31 de maio de 2005, a partir de uma provocação feita pelo Estado do Paraná. Mais adiante...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Qual era o objeto?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Imposto de importação, alíquota, fato gerador, conforme a Constituição, art. 150.

Permita-me só a leitura do parágrafo posterior, *ipsis litteris*, à repercussão do texto de S. Exa. o Ministro Carlos Velloso, entregue para nós pela Consultoria deste Senado:

> A doutrina considera essa posição adotada pelo STF como acolhedora da retroatividade imprópria, pois deixa de levar em consideração o aspecto material do fato gerador, de modo a valorizar a análise apenas em seu aspecto temporal. Assim como o núcleo do fato gerador já ocorreu (aspecto material), a aplicação da lei posterior à sua ocorrência, embora acarretadora de retroatividade econômica, não desrespeita, sob essa posição, o princípio constitucional da irretroatividade.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Sr. Presidente, o senhor me permite fazer uma sugestão ao Relator?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Certo!

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, vai parecer até excesso de preciosismo, mas eu só quero fazer um esclarecimento: quando o projeto se refere a estoque, ele não está falando de cobrar retroativo. Como a apuração do rendimento é de seis em seis meses, é o estoque de seis meses, sobre o qual incide o Imposto de Renda, porque a apuração não é mensal. Portanto, a incidência tem de ser no estoque – não no estoque para trás –, até porque a incidência do Imposto de Renda não é sobre o valor, nem poderia ser. A incidência do Imposto de Renda não é sobre o valor aplicado no fundo; a incidência do Imposto de Renda é sobre o rendimento gerado em seis meses. Portanto, o estoque que é a referência é o estoque de seis meses.

Pode ser excesso de preciosismo, mas eu acho que V. Exa. pode fazer um ajuste de redação, estabelecendo, quando estoque, o estoque de seis meses do período de apuração do tributo, só para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Como Relator.) – Só por questão de definição...

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – ... deixar claro isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... porque, segundo a súmula do Supremo, Presidente...

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Não pode ser para trás, porque você não tem rendimento para trás; você só tem rendimento para frente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Como Relator.) – Segundo a súmula do Supremo, inclusive por estoque, na tese da súmula do Supremo, isso estaria abarcado, estaria contemplado. Mas, por excesso de preciosismo, eu acato a sugestão de S. Exa. o Deputado Marcelo Ramos, para não restar dúvidas em relação a isso.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Há outra coisa, Sr. Presidente: eu acho que nós não vamos conseguir votar hoje, mas devemos seguir nesse esforço até de diálogo com o Governo e tudo o mais. Agora, isso tem que partir de uma premissa: o Governo quer pagar décimo terceiro, pelo menos para o Bolsa Família, que é o que está verbalizado. Eu concordo que o BPC é uma inovação, mas, pelo Bolsa Família, se o Governo disser "não, eu quero pagar", nós vamos juntos, buscar fonte de financiamento. "Ah, eu quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

pagar o do Bolsa Família, mas não dá para pagar o do BPC." Eu não ouvi aqui o argumento que, para mim, é o mais consistente sobre o BPC. Nem estou dizendo que eu concordo com ele, mas é mais consistente, que é o argumento da previdência, que diz que, com o décimo terceiro do BPC, ele fica – para os idosos, não para os deficientes – muito parecido com a aposentadoria por idade e, portanto, desestimula a contribuição previdenciária.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS. *Fora do microfone.*) – Eu falei, Deputado Marcelo Ramos...

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Ah, desculpe-me! Eu não o ouvi, Deputado Perondi. Desculpe-me! Desculpe-me, Deputado.

Isso se dá em relação ao idoso. Esse impacto não existe sobre o deficiente.

O que eu queria registrar é o seguinte: nós estamos falando aqui de dois tipos de fundo. A Deputada Bia falou de fundos que têm imóveis. Inclusive, pessoas do mercado financeiro me ligaram, preocupadas com isso e tudo o mais.

Há uma parte que são os recursos líquidos aplicados em renda fixa e uma parte que são os chamados fundos familiares. São famílias que integralizam o seu patrimônio inteiro dentro de um fundo. "Ah, quando é a família que integraliza o seu patrimônio dentro de um fundo, não deveria haver cobrança de rendimento!" Eu acho que é um bom debate, porque, muitas vezes, a família integraliza o patrimônio no fundo para não pagar imposto sobre herança e não transferir na ordem sucessória, ou seja, é um monte de atalhos, para não se pagar nada. Infelizmente, o cidadão de classe baixa não tem atalho para não pagar 17% do ICMS no arroz, o cidadão de classe média não tem atalho para não pagar 25% de ICMS e 15% de Cide, PIS e Cofins na gasolina, mas lá em cima há sempre um atalho.

A opção que nós vamos fazer aqui é a seguinte: nós vamos manter esses atalhos ou nós vamos caminhar para uma política tributária justa. Eu acho que ninguém é contra a cobrança disso. Não consigo ver por quê.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito bem!

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Antes de passar à votação, eu gostaria de fazer um apelo, até porque prestei muita atenção à sua fala, Deputada Bia Kicis, e percebi que a senhora, como Vice-Líder do Governo, enfrenta essa frustração de ver uma medida provisória caducar, que é a proposta da carteirinha estudantil. O que nós temos sobre a mesa proposto pelo Governo, que a senhora representa aqui, e pelo Deputado Darcísio Perondi é um *kit* de obstrução que pode levar – nós vamos trabalhar para que isso não aconteça – esta Comissão a ser impedida de fazer o que a senhora quer ver acontecendo em outra Comissão.

Então, eu queria fazer esse apelo para a senhora, como representante do Governo, que retire o *kit* obstrução – a senhora e o Deputado Darcísio Perondi – e seja coerente com aquilo que a senhora acabou de defender dentro desta Comissão. Votemos a matéria e lancemos aos Plenários da Câmara e do Senado a tarefa de votar, de fazer destaques, para, aqui dentro, cada um poder... Como bem disse o Senador Eduardo Girão e o Deputado Capitão Wagner, todos aqui querem ter a oportunidade de mostrar de que lado estão.

Então, eu faço esse apelo, Deputada Bia Kicis: retire esse *kit*...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – ... até porque o *kit* obstrução é uma arma da minoria. A minoria normalmente apresenta um *kit* obstrução, e a maioria... Isso fica até estranho, tratando-se de uma medida de iniciativa do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Mas eu gostaria de ouvi-la, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, eu gostaria de saber se seria possível fazermos um intervalo para podermos nos reunir em uma sala e conversar, para, inclusive, entrar em contato com a equipe do Governo, para ver se é possível fazermos esse avanço.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito bem! Então, eu proponho que nós possamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Eu vou suspender esta reunião. Eu só quero consultar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone.*) – Vamos conversar, vamos falar com a equipe, com o Paulo Guedes, para ver se isso é possível.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Mas vai começar a sessão do Congresso. Tem de ver qual é o melhor encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito bem! Eu vou suspender a reunião por 15 minutos, para que nós possamos tentar dialogar, porque eu acho que esse é o objetivo de todos aqui. Ninguém quer enfrentamento. Nós queremos uma solução que contemple a todos que estão nessa luta.

Muito obrigado.

Então, nós vamos suspender a reunião por 15 minutos.

Vamos encontrar uma sala aqui para dialogar.

(*Suspensa às 16 horas e 28 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 59 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Senhoras e senhores aqui presentes, aqui, agora há pouco, na sala ao lado, nós membros da Comissão – membros da base do Governo, da oposição, independentes, todos – dialogamos, buscando um caminho que permitisse que essa votação acontecesse. Nós decidimos suspender a reunião neste estágio.

Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 898, de 2019.

Retomo o relato: nós decidimos suspender esta reunião, para buscar um acordo que viabilize a votação sem obstrução. O nosso objetivo, o objetivo de todos aqui, é o de nós aprovarmos a medida provisória com os avanços que vieram sugeridos no texto original, sem acenar para o futuro. Então, nós queremos um texto de acordo com o que o Governo propôs, queremos buscar, dentro dos ministérios, um caminho para resolver algumas dúvidas que o Governo ainda tem.

Então, nós vamos fazer esse acordo com o Governo.

Por isso, eu declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 18 de fevereiro, às 14h30.

Está suspensa a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 43 minutos e suspensa às 15 horas e 27 minutos do dia 11/02/2020, a reunião é reaberta às 14 horas e 30 minutos e suspensa às 17 horas do dia 12/02/2020.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 898, de 2019.

A Presidência comunica que, no dia 11 de fevereiro, o Senador Randolfe Rodrigues procedeu à leitura de seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se em seguida a reunião. Reunida novamente, no dia 12 de fevereiro, foi encerrada a discussão.

Antes de passar à votação, a Deputada Bia gostaria – agora há pouco me disse – de... Como foi feita essa... Existe essa expectativa de haver uma posição do Governo, porque estávamos aguardando essas reuniões. Eu vou abrir a possibilidade desse esclarecimento da Deputada Bia, em nome da Vice-Liderança do Governo no Congresso Nacional.

Deputada Bia, por favor.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nobre Relator, Senador Randolfe, meus pares e todas aquelas pessoas que nos ouvem, que estão aqui presentes ou que nos acompanham pelas redes sociais, nós buscamos uma forma de conseguir atender a esse pleito, a esse clamor do décimo terceiro para o Bolsa Família, para que se torne permanente, assim como também ouvimos o clamor daquelas pessoas beneficiárias do BPC.

Entretanto, quando se é Governo não adianta apenas prometer; é preciso encontrar lastro, encontrar uma maneira de fazer qualquer tipo de pagamento, e ela tem que estar prevista no Orçamento, tem que haver condições. E nós sabemos que hoje o Governo está passando ainda por um aperto financeiro muito grande, buscando equilibrar suas contas. Foi feita a reforma da previdência e outras medidas estão sendo feitas para desburocratizar, para incentivar o investimento no País, e tudo isso sem a criação de novos impostos – o que foi também uma promessa do Presidente Bolsonaro.

Então, neste momento, a notícia que nós temos para dar é que o Governo irá introduzir na Lei de Diretrizes Orçamentárias a previsão do décimo terceiro para o Bolsa Família, para que ele se torne uma política de Estado. Portanto, será pago neste ano e será pago nos demais anos. Mas não há como incluir isso no texto da Medida Provisória tecnicamente, porque, por não estar ainda previsto na lei, não seria exequível na medida provisória.

Com relação ao BPC, o Governo não tem condição agora de apresentar uma proposta. Então, serão feitos os estudos para que, posteriormente, o Governo possa apresentar uma proposta que seja responsável, com responsabilidade fiscal, porque o Governo entende que não adianta nada colocar numa lei a previsão de um benefício e depois frustrar as expectativas dos beneficiários, porque o Governo não terá como realizar essa despesa.

Eu agradeço pela oportunidade dessa negociação franca, aberta e muito respeitosa. Estive hoje com o Ministro Onyx, conversei por mais de uma hora no Ministério da Cidadania, mas a única proposta que realmente eu posso trazer aqui, com segurança, é que será pago o décimo terceiro do Bolsa Família, ele será mantido para os próximos anos com previsão legal.

Quero agradecer. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP. Fala da Presidência.) – Muito bem, o Deputado Eduardo Barbosa, não esteve durante a discussão da matéria. Nós não estamos em discussão, mas, em função de ele ser um dos autores das emendas que a instituem, nós vamos prestigiar a iniciativa e conceder a possibilidade de ele se manifestar sobre esse tema.

Deputado Eduardo Barbosa, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Deputado Camilo Capiberibe. Quero agradecer por essa oportunidade de podermos estar aqui, nesta reta final de conclusão desta Comissão especial, e podermos também nos manifestar, principalmente no momento em que o Governo, através da Deputada Bia Kicis, traz um posicionamento claro em relação às dificuldades que apresentou durante os debates sobre o acolhimento, inclusive das emendas da permanência do décimo terceiro, de forma permanente, tanto do Bolsa Família como do BPC.

Mas, antes de fazer essas considerações, eu quero cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues, que se debruçou sobre a matéria – e nós acompanhamos esse processo com a nossa assessoria, que esteve presente durante todo o debate aqui –, e todo o empenho do Senador de buscar dirimir as dificuldades que havia para a execução da proposta, e, ao mesmo tempo, já fazendo um indicativo de uma fonte de receita que já foi testada uma vez e que poderia ser ali uma referência para termos os recursos necessários para manutenção do que está aí previsto na proposta. No entanto, a Deputada Bia, com toda a disponibilidade que demonstrou na negociação com o Governo – sabemos que o papel dela é extremamente difícil, porque não vale apenas a sensibilidade, mas também o enfrentamento, principalmente da equipe econômica para lidar com as questões sociais –, traz aí um aceno positivo por um lado, mas não integralmente, como nós almejávamos e desejávamos.

Eu só quero colocar três raciocínios para mim muito básicos e fundamentais. Quando a gente está diante de um projeto como esse, é o Congresso Nacional, de alguma forma, tentando sinalizar para o Governo e para a sociedade: precisamos ter uma política de distribuição de renda justa no nosso País para a população vulnerável! Então, estamos sinalizando claramente que, cada vez mais, nós temos que ter essa política muito bem definida, inclusive para evitar não só a injustiça social, como também a judicialização que, muitas vezes, acontece nas questões referentes ao BPC.

Quando falamos de BPC, nós temos que pensar também outra coisa: não é uma aposentadoria, é um benefício transitório que foi estabelecido pela Constituição de 88, como emenda popular. E, Patrus, eu fiz parte, enquanto cidadão, colhendo assinatura para a emenda popular. Chegou aqui um milhão de assinaturas, e, naquela época eu estava lá na ponta, como cidadão, como militante já da área, e ali nós tivemos pela primeira vez, numa Constituição, um indicativo claro: olha, a população com deficiência é vulnerável, e ela é vulnerável pela ausência do Estado na sua vida, inclusive não oferecendo a ela educação, não oferecendo a ela programas de habilitação e reabilitação, não oferecendo, por consequência, a inserção no mercado de trabalho. E, por isso, o benefício chega justamente para ser um estímulo para que essa pessoa, enquanto se reabilita, possa ter essa condição de um salário mínimo, para que não haja o desprezo da própria família em relação a essa pessoa, já que muitas vezes, as famílias pobres e miseráveis têm que escolher em qual filho investir, e nunca era no filho com deficiência; investia-se no filho com a melhor capacidade. Então, o Estado coloca ali a mão nessa pessoa dizendo: "Olha, agora ele terá o mínimo para poder realmente alcançar uma cidadania plena". Da mesma forma, foram alcançados os idosos que não tinham nenhuma renda, justamente para poder amenizar a situação desse idoso, que às vezes ficou fora do mercado de trabalho a vida inteira e que hoje se caracteriza por um público que vem das ruas, como morador de rua, dependentes químicos e pessoas sem referência familiar. Então, realmente, nós estamos focando num público extremamente vulnerável.

Quando se fala no impacto do BPC, ele é real, porque ele alcança uma grande maioria de pessoas, e infelizmente o Brasil tem essa mazela – nós queríamos que não tivesse, mas tem essa mazela –, nós estamos identificando também que a única forma de a gente poder, de fato, fazer justiça social a essas pessoas é dar para elas essa garantia plena de que elas podem, inclusive, ter um lugar para morar no final da sua vida e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

ter condição de manter a sua sobrevivência. Porque, se não for pelo BPC, alguém vai pagar: ou é a sociedade, ou é a mendicância, ou é a caridade pública, ou então vai se deixar morrer à míngua. Um país de justiça social não faz essa opção da caridade pública, com todos os valores de uma caridade que todos nós temos que ter como princípio de vida, mas fazendo com que o Estado cumpra.

Então, nós fazemos a defesa de que o décimo terceiro aí também é justo, lembrando que se o Estado atuar com esse público, nem todos precisarão continuar no BPC – nem é a vontade das pessoas com deficiência, porque, se nós falamos em inclusão, nós não queremos sem encosto. A pessoa com deficiência não quer ser um encosto. Agora, o processo de concessão, fiscalização, habilitação e reabilitação, juntas, é que fazem com que o BPC inclusive seja levado às pessoas que de fato necessitam dele.

Por isso que nós fazemos essa defesa da manutenção no texto, e que possa ser apreciado dessa forma. E que os impasses que nós tivermos futuros nós possamos continuar discutindo, tanto na questão da LDO, da lei orçamentária, como também nos processos de inconstitucionalidade, que, no meu entendimento, ainda não fui convencido dessa questão. E podemos até aprofundar essa discussão em um segundo momento, quando isso for avaliado inclusive pelas duas Casas, nos seus Plenários.

Então, eu gostaria de manter a defesa e, dessa forma, tentar fazer a justificativa da proposta que fizemos das emendas e dessa emenda especificamente, para que a gente conserve o que o Relator Randolfe Rodrigues também absorveu com sensibilidade.

E eu agradeço mais uma vez. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós que agradecemos, Deputado. Reconhecemos a sua iniciativa de propor essa emenda, que viabilizou que o Relator pudesse fazer a avaliação e incorporá-la no seu relatório. Também o Relator Randolfe, teve muita sensibilidade, compreendendo todas as questões que o senhor levanta nesse momento.

Veja: nesse momento, nós temos um *kit* obstrução, Deputada Bia Kicis, e nós vamos passar ao enfrentamento dele. Na última reunião, ocasião em que nós tivemos aqui, eu fiz esse apelo para que o Governo retirasse esse *kit*, para que nós pudéssemos passar à análise do mérito do projeto. Por quê? Porque eu acho que é importante.

Nós já temos a posição do Governo. A senhora colocou, de maneira muito clara, que o Governo é contrário ao relatório do Senador Randolfe. No entanto, a discussão da matéria é que vai permitir que todas as partes, os partidos inclusive, não apenas o Governo, porque o Governo tem a sua Liderança aqui, mas os partidos da base e da oposição também têm. E seria justo que todos pudessem se manifestar a esse respeito.

Então, eu queria fazer esse apelo à Deputada Bia Kicis, para que nós pudéssemos seguir com as votações. Se nós pudéssemos retirar esse *kit* obstrução, nós poderíamos deixar para o Plenário da Câmara aprovar o texto principal e deixar para os Plenários da Câmara e do Senado darem a palavra final. Afinal de contas, o Governo terá maioria nos dois Plenários, da mesma forma.

Isso é só um apelo que eu faço. Não havendo acordo, nós vamos passar imediatamente à votação.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, infelizmente, por uma questão até de responsabilidade aqui do papel, não há como abrir mão do *kit* de obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, se V. Exa. permite.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Eu passo a palavra ao Relator, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Como Relator.) – Presidente, eu acho que entramos na fase complementar final da vigência, inclusive, desta Comissão Mista desta medida provisória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esta é a penúltima reunião, na prática. Depois do Carnaval, nós só teremos até o dia 4 de março, para que esta Comissão mista possa concluir o seu trabalho e encaminhar o seu relatório à Câmara para, em tempo hábil, ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Então, esta é a penúltima reunião. Creio que V. Exa., inclusive no cumprimento do seu ofício como Presidente, deverá convocar quantas reuniões forem necessárias, porque é o mister e o ofício de V. Exa. Mas eu queria, chegando até aqui – e como é a fase final é dever de V. Exa., inclusive, submeter à apreciação, tentar a apreciação, tentar colocar em votação o relatório final apresentado por este Relator – que V. Exa. me permitisse fazer dois registros.

O primeiro, Sr. Presidente, é que eu queria aqui agradecer todo o empenho. E falo aqui, Deputada Bia, como alguém que teve já profundas divergências e desencontros com V. Exa. Mas quero aqui agradecer o profundo empenho de V. Exa. para buscar um entendimento. V. Exa. foi até o Governo, não somente uma vez; foi até o Governo várias vezes, estabeleceu a disposição do diálogo. Eu acho que nós estamos em um momento no Brasil – eu sempre reitero isso – em que precisamos muito de diálogo, Senador Girão, precisamos muito de diálogo.

Nesta relatoria, mesmo na posição que tenho, eu procurei separar a função que ocupo, nesta Casa, de Líder da oposição, daquela a que fui designado, como Relator desta medida provisória. Procurei todos os caminhos e mecanismos para chegar ao meio termo. Tentamos o diálogo com o Governo, estivemos à disposição do diálogo com o Governo, desde a instalação dessa medida provisória, em dezembro.

Eu quero aqui registrar, Deputada Bia, que V. Exa. cumpre inclusive o seu papel, como Vice-Líder do Governo e o faz com garbo, com elegância, neste Congresso Nacional, cumpre a função de V. Exa. Não termos chegado a um denominador comum; não é de responsabilidade de V. Exa. – quero aqui fazer questão de testemunhar isso. Mas faço questão de destacar, Presidente, a minha frustração de não termos conseguido um consenso com o Governo, chegar a uma mediação por parte do Governo. Embora, inclusive os técnicos arguam depoimentos, os próprios técnicos do Governo, sobre o esforço que fizemos – eu e V. Exa., Presidente – para chegarmos a um consenso.

O primeiro dos problemas era a fonte dos recursos. Fizemos todos os exercícios de fontes, até ressuscitamos uma já sepultada tributação de lucros e dividendos. Ressuscitamos isso e, como vimos que não era possível, modificamos. Tivemos a belíssima contribuição nesta Comissão Mista do Deputado Marcelo Ramos para trazermos como fonte de financiamento aqui uma fonte, Senador Girão, que já tinha sido encaminhada pelo próprio Executivo: a taxação dos fundos de capital fechado.

A proposta já tinha sido encaminhada como medida provisória, Deputado Patrus, pelo Governo de Michel Temer. Não foi nenhum Governo petista, foi no Governo de Michel Temer, para ficar claro que inclusive a atual equipe econômica disse que é continuação, que a sua linha é continuação econômica da linha econômica anterior. Então, utilizamos essa medida provisória do Governo de Michel Temer, que chegou a arrecadar R$10 bilhões no tempo de sua vigência e depois caducou como medida provisória. Foi encaminhada essa medida provisória e se transformou em projeto de lei – encaminhada ainda pelo Governo do Presidente Michel Temer para esta Casa. O projeto de lei está parado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Mas – repito – essa medida provisória chegou a arrecadar para a União R$10 bilhões.

O custo que se tem aqui apresentado da permanência do Bolsa Família é de R$2,1 bilhões, do décimo terceiro do BPC, que nós nem tratamos como décimo terceiro, tratamos como adicional natalino, abono natalino do BBC, um pouco mais de R$4 bilhões. Então, ambos davam R$6 bilhões, a taxação do fundo daria R$10 bilhões; ou seja, essa MP ainda daria um lucro para o Governo, um saldo para o Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Lamentavelmente, da parte do Governo não tivemos resposta. Eu não sei se foi a não disposição do pagamento do adicional e da permanência ou se foi, por outro lado, a não disposição de manter a posição ainda do Governo Temer de taxação dos fundos de financiamento de capital fechado. Essa é uma pergunta, Senador Girão, que fica aqui. E deste capital fechado que se trata, Senador Girão: nós não estamos falando nem dos grandes; estamos falando dos muito, muito, muito, muito grandes do capital financeiro, é 0,00001%. Não é qualquer empresário que já recebeu no passado essa taxação, não é qualquer empresário, tanto é que discorremos na MP somente como estipular essa taxação como fonte. Não foi possível, não estabelecemos assim um acordo.

Foi solicitado que nós tirássemos, rejeitássemos todas as emendas. Rejeitamos todas as emendas, só incorporamos duas: a da permanência do décimo terceiro do Bolsa e a da permanência do décimo terceiro do BPC ou do adicional natalino ou do abono natalino do BPC. Inclusive, em relação a isso, flexibilizamos. A disposição daqueles que recebem BPC foi tão grande que disseram: podemos discutir uma progressão; ao invés de ser décimo terceiro, ter um abono e o abono ser menor. O Deputado Patrus inclusive diz que o décimo terceiro tem natureza trabalhista; o abono, não. Então, dispusemos inclusive isso. Também não foi possível um acordo em relação a isso.

Só quero fazer, Presidente – e eu agradeço a V. Exa. a disponibilidade –, esse histórico para deixar claro todo o esforço que fizemos para apresentar um relatório que não fosse irresponsável fiscalmente, mas que ao mesmo tempo atendesse aos mais pobres.

Eu quero agradecer a todos desta Comissão pelo esforço. Reitero o agradecimento pelo esforço à Deputada Bia por ter dialogado com o Governo. Há uma promessa do Governo – eu acho que ainda teremos outro espaço desta Comissão – que foi apresentada, que foi estabelecida pela Deputada Bia, mas eu acredito que o momento que nós teríamos seria esta medida provisória. Lamentavelmente, não foi possível avançarmos no diálogo com o Governo.

Concluo dizendo que resta, de fato, uma pergunta, e aí eu acho que é o Governo que vai ter que responder essa pergunta... Se não houver um esforço conjunto de buscar fontes, e veja, se não houver um esforço conjunto de nós compreendermos a dimensão de alguns gravíssimos problemas sociais que estamos enfrentando, nós não encontraremos para eles as soluções.

Eu só lamento, termino... Eu não posso deixar de dizer que – ainda teremos mais uma reunião, Sr. Presidente – eu particularmente tenho um sentimento de frustração por não termos conseguido encontrar um denominador comum.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito obrigado, Senador Randolfe, pelo seu esclarecimento.

Esta Presidência inclusive buscou trabalhar de maneira que pudéssemos chegar a uma resposta. Chegamos hoje, Deputada Bia, e infelizmente não é a resposta que todos esperávamos. No momento em que os percentuais das pessoas em situação de extrema pobreza crescem no Brasil de maneira alarmante, a resposta que a sociedade espera é uma resposta proativa, em particular do Governo, que é quem tem a tarefa de lidar com os problemas da realidade. Não adianta olhar para trás e buscar os culpados para os problemas que nós estamos vivendo no presente. Os problemas do presente são enfrentados por quem está no poder e tem os instrumentos para fazer esse enfrentamento.

Às vezes, no debate político-partidário, as coisas ficam muito turvas porque se diz que lá fizeram assim, agora nós estamos assim. O fato é que quem disputa eleições, como nós disputamos, se coloca na posição de ter que dar respostas. Infelizmente, o que nos parece é que essas respostas não virão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Senador Eduardo Girão, eu já quero lhe dar as boas-vindas e esclarecer que nós vamos fazer a votação e, enquanto estivermos em votação, eu abrirei a palavra para que o senhor e todos que quiserem que estão aqui possam fazer uso da palavra.

Há sobre a mesa requerimento de adiamento da votação da matéria por 48 horas, nos termos do art. 40 do Regimento Comum. Há ainda requerimento para que a votação do adiamento seja feita pelo processo nominal, e não simbólico, de autoria da Deputada Bia Kicis, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.

Vamos votar primeiramente o procedimento de votação.

Nos termos do art. 41 do Regimento Comum, o requerimento não admitirá discussão, podendo ser encaminhado por dois membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de cinco minutos.

Para encaminhar favoravelmente ao requerimento, eu passo neste momento a palavra para a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, serei breve.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa, tanto o Presidente, Deputado Camilo Capiberibe, pela condução dos trabalhos de forma muito delicada, porém firme, de forma a ouvir todos e a buscar incansavelmente o entendimento; da mesma forma, o Senador Randolfe Rodrigues, nobre Relator, que também se mostrou uma pessoa muito afável no diálogo, muito aberto. Infelizmente, nem sempre a gente consegue chegar aonde gostaríamos, mas buscamos esse entendimento.

Exatamente pela impossibilidade de fazer o atendimento da medida provisória nos termos colocados é que eu solicito aqui o adiamento dessa votação pelo prazo de 48 horas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós agradecemos a sua defesa.

Eu passo a palavra para falar contrariamente ao requerimento ao Deputado Patrus Ananias.

O senhor tem cinco minutos, Deputado.

O SR. PATRUS ANANIAS (PT - MG. Para encaminhar.) – Deputado Camilo, Presidente desta Comissão; Senador Randolfe, Relator; quero saudar também os Parlamentares presentes, Deputado Eduardo Barbosa, a quem quero prestar aqui minhas homenagens pela sensibilidade social, pelo compromisso com os pobres, pelas políticas públicas sociais; saudar também a Deputada Bia Kicis, o Senador Eduardo Girão.

Na verdade, nós estamos aqui hoje, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, tratando das pessoas e das famílias mais pobres do Brasil: os beneficiários do Programa Bolsa Família e os beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada) são as pessoas e as famílias mais pobres do Brasil. É deles que nós estamos falando. E é para essas pessoas e para essas famílias que o Governo está regateando recursos – recursos que nós sabemos que existem. O relatório esplêndido do Senador Randolfe Rodrigues, depois alicerçado também pelas belíssimas argumentações feitas pelo Deputado Marcelo Ramos, insuspeito de qualquer postura mais oposicionista, essas manifestações e o relatório deixaram claro de onde poderiam vir os recursos, inclusive das fontes mais abastadas, dos setores mais privilegiados da sociedade brasileira. Vai ficando cada vez mais claro que nós temos hoje um Governo que está exatamente a serviço desses interesses, dos interesses dos mais ricos.

Quando nós discutimos na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, recursos para os mais ricos, isenções, financiamentos, o dinheiro aparece. Agora, o dinheiro não aparece quando nós falamos dos mais pobres, daqueles que recebem o Bolsa Família e o BPC. Queríamos dar a eles essa gratificação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

natalina, que eles, como seres humanos, famílias pobres, mas famílias dignas, pudessem celebrar o Natal, comprar um presente para os filhos, para os netos, para os pais, partilhar uma refeição mais digna, e isso está sendo impossibilitado. Não há recurso para o décimo terceiro, para o adicional, para o abono natalino para as famílias do Bolsa Família e para as pessoas que recebem o benefício de prestação continuada.

Nós sabemos que os recursos destinados aos pobres não são doações, eles retornam para a sociedade, são um investimento. Primeiro, nós estamos possibilitando a essas pessoas que tenham um mínimo de dignidade, o direito à vida, o direito à alimentação, o direito sagrado ao pão nosso de cada dia, o direito do convívio familiar que pressupõe essas condições mínimas, básicas. Nós sabemos também que os pobres, quando recebem o benefício, além de sua dignidade pessoal e familiar, contribuem também, podem comprar um pouco mais. E, comprando um pouco mais, eles aquecem o comércio local, regional nas comunidades mais pobres, nas cidades mais distantes deste nosso grande e querido Brasil. Comprando um pouco mais, os comerciantes compram mais da agricultura, da agropecuária, da indústria; então, aquecem a economia.

Aprendemos com as lições da história que não é o bolo crescer para depois distribuir entre os mais pobres, não!

(*Soa a campainha.*)

O SR. PATRUS ANANIAS (PT - MG) – Aprendemos com as lições da história que é incluir para crescer. As políticas públicas sociais de inclusão, que promovem a justiça social, o direito à vida, o bem comum, também têm um impacto na economia: é o encontro do desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social.

Eu quero, Presidente, colocar que os dados já estão dados, que a discussão já está posta. As conversas com a Deputada Bia, conversas respeitosas, deixaram claro que nós chegamos a um ponto sem saída. Então, não há o que protelar.

Eu queria só concluir, pedindo mais uns dez segundos, lembrando também, já que estamos falando aqui dos benefícios do Bolsa Família e do benefício de prestação continuada e já que está sendo negada aqui hoje a gratificação natalina para essas pessoas, para essas famílias, que nós sabemos que não está faltando dinheiro para os bancos, para os setores mais poderosos da economia, aos quais este Governo vem servindo com tanta lealdade, com tanta fidelidade a esta nova divindade agora que é o deus mercado. Os pobres não participam disso, não é?

Eu quero colocar aqui também – tenho ouvido de novo – que está voltando esta ideia de portas de saída, de que temos que buscar as portas de saída. Eu penso que é um desrespeito. Nós temos que alargar as portas de entrada, portas de entrada para a vida, portas de entrada que se dão através da alimentação saudável, através da saúde, da educação e da moradia digna, condições humanas que possibilitam o desabrochar das possibilidades de cada pessoa, de cada família, de cada comunidade.

Eu quero também aqui externar o meu desagrado quando as pessoas falam, com tanta frequência: "Têm que ensinar a pescar e não dar o peixe", como se uma coisa não dependesse da outra! Como a pessoa pode pescar se não comeu antes o peixe?!

Eu quero aqui deixar claro esse nosso compromisso com essas políticas sociais, o compromisso com a vida, com a construção de uma pátria brasileira a serviço realmente dos 210 milhões de brasileiras e brasileiros, com um olhar, uma atenção especial para os mais pobres, para aqueles que nós devemos trazer para participar do banquete da vida, de que estão sendo excluídos, como nos lembra a lição dos Evangelhos, com o pobre Lázaro em face do banquete permanente dos ricos. Eu quero externar aqui a nossa tristeza em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

face de não estarmos conseguindo dar um passo a mais nessa luta pela justiça e pela inclusão dessas pessoas e dessas famílias, mas nós vamos continuar na boa luta. Vamos continuar fiéis nós todos aqui.

Mais uma vez, eu quero prestar homenagem ao Eduardo, à história dele, ao Senador, e a todos que estamos aqui. Continuaremos o nosso trabalho.

Eu penso, Deputado Capiberibe, Presidente desta Comissão, que tão bem nos conduziu, que nós não temos por que protelar mais os trabalhos. Temos que encerrar. E que cada um aqui assuma a responsabilidade pelos seus atos e omissões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Eu que agradeço a sua participação, a sua contribuição, o senhor que tem uma experiência enorme como Prefeito de Belo Horizonte que foi, como Ministro de Estado também. A sua intervenção é sempre muito qualificada e engrandece esta Comissão.

Vamos colocar em votação o requerimento, Senador, e, quando estivermos votando, eu passarei para o senhor a palavra.

Em votação o requerimento de votação nominal do requerimento de adiamento.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Vamos à segunda matéria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Como foi solicitada a verificação pela Líder do Governo, nós passamos, neste momento, à votação nominal, lembrando que, se não conseguirmos atingir o quórum de votação, a reunião cairá. Foi este o apelo que fizemos: para que isso não acontecesse... A votação, perdão.

Eu passo, neste momento, a palavra ao Senador Eduardo Girão – e a palavra estará franqueada para quem quiser fazer uso dela –, cumprimentando o Senador Jean Paul Prates, que chega à Comissão neste momento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Presidente, Deputado Camilo Capiberibe, nobre Relator, meu amigo irmão, Senador Randolfe Rodrigues.

Neste momento tão importante, em que é muito emblemática esta votação que a gente está vivendo aqui, eu queria cumprimentar os senhores que compõem a Mesa pelo trabalho fantástico que foi feito. Eu sou testemunha. Depois daquela nossa última reunião aqui, quando nós nos sentamos, a Deputada Bia Kicis aqui, também de uma forma...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Quero apenas esclarecer, Senador, que nós estamos com o sistema de votação travado. Vai ser feita nominalmente, de fato, a votação. Não se preocupem, pois votaremos.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – A Deputada Bia Kicis também está de parabéns pela abertura, por buscar o diálogo, por tentar encontrar um consenso neste assunto, que é um assunto delicado – delicado. Embora estejamos neste momento em posições diferentes – e isso faz parte da política –, pensamos 90% parecidos. Neste aspecto, a gente está numa posição diferente. Eu entendo seus argumentos. O Brasil foi recebido praticamente quebrado pelas gestões anteriores. Isto é fato: quebrado! Porém, a gente viu uma solução aqui, que me parece totalmente plausível, encontrada especialmente pelo Senador Randolfe Rodrigues, com a participação dos Deputados, especialmente o Deputado Marcelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Ramos, para a fonte, uma fonte justa, digna de os mais ricos poderem contribuir nesse fundo privado. Além de pagar o abono natalino, a contribuição natalina do BPC, isso também resolve a questão do décimo terceiro do Bolsa Família, uma solução típica de um Parlamento que dialoga e de um Parlamento de alto nível, porque aqui a gente não viu, nesta Comissão, aquele debate radical, de extrema direita, de esquerda. Foi um diálogo bem tranquilo. Pelo menos nas sessões de que eu pude participar, eu vi muita serenidade na busca de soluções.

Para mim ficou claro que a gente tem uma grande oportunidade, Ministro – permita-me chamá-lo assim – Patrus Ananias, que eu já admiro há algum tempo, pela sensibilidade humana, cristã. Mas nós estamos perdendo aqui, pela falta do acordo, a possibilidade de corrigir uma grande distorção no nosso País, um pouquinho dessa desigualdade gigante que nós temos e que envergonha o Brasil. Então, é uma oportunidade ímpar, de ouro, que a gente tem de atender os mais pobres.

Dinheiro: mesmo sabendo da dificuldade do País, eu já falei que se encontrou a questão da fonte. Mas ainda há outro aspecto que está rondando este Congresso Nacional – e a população precisa saber o que está acontecendo, porque a decisão vai ser depois do Carnaval –, que é sobre o Veto nº 52, do Orçamento, que vai ser analisado pelo Congresso Nacional, que vai possibilitar – olhem que loucura, que coisa inimaginável; nunca aconteceu isto – que R$15 bilhões, ou seja, três vezes a diferença aqui, vão para a mão de Parlamentares, sem transparência, da forma como está sendo distribuído, da maneira que quiserem, para engessar definitivamente o Governo Federal. Isso está sendo chamado de chantagem pelo próprio Gen. Augusto Heleno – foi chamado de chantagem, hoje cedo – do Congresso Nacional para com o Governo Federal. Mas o pior é que o Governo Federal está aceitando essa chantagem. Parece-me que está aceitando essa chantagem, porque esse acordão foi feito na noite de ontem. Então, como é que a gente tem uma oportunidade de pegar uma parcela dessa, que vai vir dos mais ricos, do fundo bilionário, fechado – são R$30 milhões, é isso? Para entrar num fundo desse é de R$15 milhões o piso –, para poder fazer essa contribuição e diminuir um pouco a desigualdade... Isso dói, isso dói no coração, mas eu mantenho a esperança de que a gente possa chegar ainda a algum consenso em algum momento, seja aqui, seja na Câmara do Deputados, seja no Plenário do Senado Federal.

Então, eu queria também aproveitar este momento para justificar a ausência de um colega que participou de praticamente todas as reuniões aqui, uma posição firmada também pela concessão do décimo terceiro salário do Bolsa Família e desse abono do BPC, que é o Capitão Wagner, que teve que ir às pressas para o Ceará por um problema que está acontecendo lá de paralisação da Polícia Militar. Ele me pediu que justificasse a ausência dele e que reiterasse seu posicionamento favorável ao relatório do Senador Randolfe Rodrigues, que institui a questão do décimo terceiro do Bolsa Família e o abono natalino para o BPC.

Então, que Deus inspire e abençoe, Senador Jean Prates, que também está aqui. Que a gente possa de alguma forma conseguir, no apagar das luzes, algum acordo, porque é justo, é meritório, e eu acredito que o papel do Parlamento vai fazer uma diferença para se corrigir essa distorção gigantesca que nós temos no País.

Muito obrigado!

Parabéns mais uma vez, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós é que agradecemos, Senador Eduardo Girão.

Esclareço que o sistema está aberto, que todos podem votar. Conseguimos corrigir as falhas técnicas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Presidente, apenas para esclarecer qual é a votação. É relatório ou requerimento? Porque está aparecendo relatório aqui.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – É requerimento. Nós estamos votando o requerimento de adiamento da sessão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – A senhora votou "sim"? Que maravilha! O Governo mudou de posição.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN) – Quem vota "sim" vota o quê, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós estamos votando o requerimento.

Nós vamos fazer o seguinte: nós vamos suspender, porque o sistema está com problema e isso vai trazer problemas para nossa votação. Nós vamos fazer nominal. Eu vou conceder a palavra para a Deputada, mas antes nós vamos fazer a votação. Eu vou ter que fazer a chamada dos Parlamentares, porque infelizmente, na volta, entrou errado aqui, e nós não queremos nenhum erro.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. *Fora do microfone.*) – É o adiamento de...?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Por 48 horas, da votação... Quem é contrário é "não".

Vou fazer a chamada, iniciando pela Câmara dos Deputados. Quando eu chamar o nome... (*Pausa.*)

Senhores e senhora, quando eu chamar o nome, respondam "sim" ou "não".

Eu vou fazer a chamada dos Parlamentares.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN) – "Sim" é o quê e "não" é o quê?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – "Sim" é a favor do adiamento da votação e "não" é contra...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – "Não" é contra o requerimento. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – "Não" é contra o requerimento.

Deputado Arthur Lira. (*Pausa.*)

Ausente.

Deputado Patrus Ananias.

O SR. PATRUS ANANIAS (PT - MG) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Deputado Patrus Ananias, "não".

Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone.*) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Deputada Bia Kicis, "sim".

Deputado Antonio Brito. (*Pausa.*)

Está ausente.

Deputado Gildenemyr. (*Pausa.*)

Ausente.

Eu não voto, sou Presidente, Camilo Capiberibe.

O próximo é o Deputado Silas Câmara. (*Pausa.*)

Ausente.

Deputado Eduardo Barbosa.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Deputado Eduardo Barbosa é "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Deputado Pedro Lupion, Democratas. (*Pausa.*)
Ausente.
Deputado André Figueiredo, PDT. (*Pausa.*)
Ausente.
Deputado Diego Garcia, Podemos. (*Pausa.*)
Ausente.
Deputado Toninho Wandscheer, do PROS. (*Pausa.*)
Ausente.
Agora a chamada dos suplentes.
Deputado Ottaci Nascimento, Solidariedade. (*Pausa.*)
Ausente.
Deputado Afonso Florence, do Partido dos Trabalhadores. (*Pausa.*)
Ausente, mas votou o titular, não é?
Deputado Eduardo Bolsonaro, suplente da Deputada Bia Kicis, já foi votado.
Deputado Diego Andrade. (*Pausa.*)
Ausente.
Deputado Marcelo Ramos. (*Pausa.*)
Ausente.
Deputado Elias Vaz, do PSB, é suplente. (*Pausa.*)
Deputado João Roma, Republicanos. (*Pausa.*)
Ausente.
Deputado Beto Pereira, PSDB. (*Pausa.*)
Ausente.
Deputado Mauro Benevides Filho, PDT. (*Pausa.*)
Ausente.
Pr. Marco Feliciano, Podemos. (*Pausa.*)
Ausente.
Capitão Wagner, PROS. (*Pausa.*)
Fui justificada a ausência pelo Senador Eduardo Girão.
Agora a chamada das Sras. e Srs. Senadores.
Senador Eduardo Braga, PMDB. (*Pausa.*)
Ausente.
Senador Jarbas Vasconcelos, MDB. (*Pausa.*)
Ausente.
Senadora Daniella Ribeiro, PP. (*Pausa.*)
Ausente.
Senador Antonio Anastasia, PSD. (*Pausa.*)
Ausente.
Senadora Soraya Thronicke, PSL. (*Pausa.*)
Ausente.
Senador Weverton, PDT. (*Pausa.*)
Ausente.
Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – É em relação ao requerimento, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Senador Randolfe Rodrigues, "não".

Senador Omar Aziz, PSD. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Arolde de Oliveira, PSD. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Rogério Carvalho, PT. (*Pausa.*)

Ausente.

Senadora Zenaide Maia, PROS. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Rodrigo Pacheco, Democratas. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Eduardo Girão, do Podemos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – O Senador Eduardo Girão vota "não".

Vamos à lista dos suplentes.

Senador Confúcio Moura, MDB. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Marcio Bittar, do MDB. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Ciro Nogueira, PP. (*Pausa.*)

Ausente.

Existe um cargo vago do Bloco Parlamentar PSDB/PSL.

Senador Major Olimpio, PSL. (*Pausa.*)

Ausente.

Senadora Leila Barros, PSB. (*Pausa.*)

Ausente.

Senadora Eliziane Gama, Cidadania. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Paulo Albuquerque, PSD. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Nelsinho Trad, PSD. (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Jean Paul Prates, Partido dos Trabalhadores.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN) – Contra o requerimento, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – O Senador Jean Paul Prates vota "não" ao requerimento.

Senador Telmário Mota, PROS. (*Pausa.*)

Ausente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Senador Jorginho Mello, do PL. (*Pausa.*)

Ausente.

Marcelo Ramos.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Como vota o Senador Marcelo Ramos?

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – O Deputado Marcelo Ramos vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – O Deputado Marcelo Ramos.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – "Não".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Será Senador em breve.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Não tenho idade para isso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Teve uma participação muito maior do que o cargo de Deputado aqui nesta Comissão. Tenha certeza disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Por isso, falei "em breve".

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Senador Alvaro Dias, Podemos. (*Pausa.*)

Ausente.

Nós vamos manter, por mais alguns minutos, aberta a votação para que algum Senador ou Deputado que não tenha conseguido chegar a esta Comissão possa exercer o seu direito a voto.

Eu esclareço, mais uma vez: esta votação foi feita em chamada nominal, porque o sistema está com problema. Não foi uma decisão desta Presidência fazer essa votação dessa maneira. É porque nós tivemos problema técnico, e isso foi necessário.

Como eu tinha me comprometido, eu abro a palavra, neste momento, para a Deputada Bia Kicis; posteriormente, o Deputado Eduardo Barbosa...

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG) – Só uma questão de informação: de quantos Deputados e Senadores nós precisamos para atingir o quórum?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Precisamos de sete de cada.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG) – Sete?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Sete.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG) – E nós temos quantos?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Temos três Deputados, quatro Deputados e três Senadores. Comigo são cinco, mas não voto.

Com a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – O painel registra empate na votação do relatório diante do erro que houve. O que eu percebo é que eu votei a favor do relatório e o Senador Randolfe contra o próprio relatório, porque ficou empatado.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Não. Nós estamos votando o requerimento.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu digo o equívoco que houve levou a essa situação. Parece que terá que se anular aquela...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – É claro que milhões de pessoas gostariam de ter o seu voto favorável ao relatório, Deputada. Sem dúvida nenhuma, a senhora vota a favor da sociedade; no entanto, esta votação não está valendo.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sem dúvida alguma, Presidente, o meu voto é e sempre será a favor da sociedade, mas com muita responsabilidade fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu quero dizer aqui, Senador Eduardo, com toda consideração que tenho a V. Exa., ao Deputado Marcelo Ramos e aos demais Parlamentares também aqui presentes, que lamentavelmente a fonte encontrada – que, a princípio, também me empolgou – esbarra em uma série de problemas, inclusive de inconstitucionalidade. Deputado Marcelo, aquele agravo do Supremo Tribunal Federal que permitiria que fosse feita a taxação dos estoques, aquela decisão foi derrubada depois pelo Plenário e diz que não é possível haver a irretroatividade imprópria.

Além disso, existe um problema maior do que esse, que é a questão do teto de gastos. Mesmo que o Governo passasse a arrecadar 10 bilhões com essa proposta da taxação do fundo privado, dos ricos, esse dinheiro não poderia ser utilizado para pagamento de despesas, porque o teto de gastos somente pode ser corrigido pela inflação, e o Governo ficaria impedido...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... de usar esses valores.

Então, o Governo Bolsonaro é um governo extremamente sensível à população mais carente, como tem demonstrado, inclusive, pelas ações da primeira-dama. Nunca se viu um governo tão atento e tão responsável, que trabalhe com...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... tanto apreço e empenho para os desvalidos.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Vamos garantir a intervenção da Deputada. Por favor, vamos fazer silêncio no recinto.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu realmente gostaria que as pessoas presentes pudessem ouvir essas palavras, porque não é justo – ainda mais quando estamos mantendo um diálogo de tão boa qualidade – que se acuse o Governo de algo que é patentemente falso. A primeira-dama tem se dedicado, todos os dias, àquelas pessoas com deficiência. O Governo tem aberto vários programas para abraçar os deficientes, e é evidente que, se o Presidente Bolsonaro pudesse, sem correr o risco até mesmo de um *impeachment*, conceder o décimo terceiro, o abono que fosse, tanto nesse momento de décimo terceiro, que ele irá fazer, mas por lei própria, colocando na LDO e fazendo uma lei que permita que o décimo terceiro do Bolsa Família se torne uma política de Estado... E eu já saí hoje do ministério, com o Ministro Onyx, com essa garantia de que isso será feito, só que pelos meios próprios, não por essa medida provisória.

Na questão do BPC, do abono do BPC, quer coisa melhor para um governante do que poder, no Natal, colocar um gorro de Papai Noel e distribuir um abono natalino para as pessoas mais necessitadas? Mas aqui, Deputado Patrus Ananias, o senhor acompanhou daqui de dentro – como todos os brasileiros, pudemos acompanhar de fora – o *impeachment* da Presidente Dilma por pedaladas. Então, o Presidente Bolsonaro não pode correr esse risco.

É isto que a população deve entender: é muito bom poder oferecer tudo de melhor para toda a população, mas o governante tem limitações fiscais, financeiras, de responsabilidade. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o teto de gastos impedem, neste momento, que se dê esse benefício, o que seria muito prazeroso a cada um de nós, de mão dadas – Governo, oposição –, todos podermos oferecer esse benefício. Infelizmente, não é uma questão de insensibilidade, Deputado, Senador – não é de insensibilidade –, é de impossibilidade.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós que agradecemos a sua defesa clara de posição do Governo aqui nesta Comissão.

E eu passo agora a palavra para o Deputado Marcelo Ramos, que, como já foi registrado por outros Parlamentares, deu uma contribuição muito grande para viabilizar o relatório do Senador Randolfe, buscando uma fonte que tem todo o potencial de realizar o objetivo que esta Comissão e essa medida provisória têm.

Deputado Marcelo Ramos.

O Deputado Marcelo Ramos vai ter uso da palavra, lembrando que a votação está aberta. Os Parlamentares que foram chamados e não tiveram oportunidade de votar, como foi o caso do Deputado Marcelo Ramos, ainda podem vir aqui ao Plenário 15 do Senado para que possam exercer esse direito.

Deputado Marcelo Ramos, o senhor tem a palavra.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, primeiro, eu quero reafirmar o meu compromisso, o meu mais absoluto compromisso com a responsabilidade fiscal do nosso País. O País não pode fazer caridade com o dinheiro que não tem. Por mais justa que seja a despesa, se você não pode pagá-la, criará um problema se insistir em fazê-lo.

Por isso, atendi todos os pedidos do Governo em relação a essa medida provisória, enquanto não identifiquei uma fonte de financiamento que desse equilíbrio fiscal para a proposta. Identificada a fonte de financiamento, que é um projeto de lei do Executivo, que surgiu, nesta Casa, como uma medida provisória, que produziu efeitos, cobrando come-cotas sobre os fundos exclusivos durante a validade da medida provisória... Portanto, nós não estamos falando de uma inovação que nunca pagaram; foi pago durante a validade da medida provisória.

Eu não consigo ver outra justificativa que não a mais absoluta clareza de que o Governo não quer pagar ou não quer estabelecer, como uma política definida em lei, o pagamento do décimo terceiro do Bolsa Família e um abono para o BPC. Não existia fonte; nós dialogamos, encontramos a fonte, apontamos a fonte. Existia o problema da lei do teto de gastos; o Senador Randolfe colocou um gatilho no relatório, estabelecendo que o pagamento ficaria condicionado à aprovação de crédito suplementar para que a despesa não ultrapassasse o teto de gastos.

Portanto, o Governo ainda tinha um mecanismo para a frente, Deputado Patrus, porque o Governo poderia aprovar a medida provisória e depois não aprovar o PLN, não aprovar a suplementação orçamentária, e não haveria pagamento. Então, o Governo teria um prazo para negociar, para buscar alternativas, mas partindo da vontade política de estabelecer o pagamento do décimo terceiro como uma política permanente.

Portanto, eu quero aqui saudar o esforço da Deputada Bia, que eu acho que merece ser saudado. Efetivamente, a Deputada Bia fez todos os esforços junto ao Governo para tentar encontrar uma saída. O Senador Eduardo me procurou também e fez esforços para encontrar uma saída, mas, efetivamente, fica claro que não há disposição do Governo para estabelecer o décimo terceiro como uma política permanente, definida em lei.

Diante disso, eu lamento duplamente. Eu lamento pelo prejuízo que, porventura, tenham os beneficiários do Bolsa Família e do BPC, mas lamento também por nós não cobrarmos come-cotas dos fundos exclusivos. Deputado Camilo, está aqui um levantamento: em dezembro de 2019 – em dezembro de 2019 –, esses fundos acumulavam R$705 bilhões – bilhões, não são milhões. Esses fundos acumulavam R$705 bilhões em dezembro de 2019, sem pagar imposto de renda sobre os rendimentos semestrais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

enquanto o pequeno fundo de investimento, que qualquer um de nós aqui pode ter, que um pequeno empresário pode ter, que um médio comerciante pode ter, a cada seis meses atualiza e paga o come-cotas.

Então, nós não estamos aqui inviabilizando só o décimo terceiro; nós estamos aqui inviabilizando uma política tributária que enfrentaria o maior problema do nosso sistema tributário, que é a regressividade dele.

Eu acabei de vir da instalação da Comissão Mista que vai tratar da...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Vamos fazer silêncio para que a fala do Deputado possa acontecer.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Eu acabei de vir da Comissão Mista que vai tratar da reforma tributária. E, em todos os debates que faço de reforma tributária, digo que a complexidade do nosso sistema é um problema, é um problema grave, mas não é o principal. O principal problema do nosso sistema é a regressividade. E a regressividade condena, no Brasil, os mais pobres a comprometerem mais da sua renda com o pagamento de tributos do que os mais ricos, e de uma forma covarde, porque ele não sabe nem quanto, nem como, nem quando paga, porque a tributação sobre o consumo no Brasil é toda uma tributação indireta.

Enquanto a OCDE incide a carga tributária em 30% sobre o consumo, o Brasil incide em 50%. A consequência objetiva disso é que dizer que no Brasil se paga muito imposto é uma verdade absoluta para o pobre, para a classe média e para o setor produtivo, e uma mentira absoluta para o setor financeiro e para os multimilionários. Rico no Brasil não pode reclamar de pagar imposto porque rico no Brasil não paga imposto. Quem paga imposto no Brasil é pobre, é a classe média e é o setor produtivo.

Então, nós estamos perdendo a oportunidade de dar uma injeção na veia do combate à desigualdade, porque é injeção na veia no combate à desigualdade você arrecadar tributo com os mais ricos e estabelecer programa de transferência de renda para os mais pobres. Combate à desigualdade nas duas pontas, promove justiça tributária, promove justiça social.

O Brasil nunca teve um ciclo tão longo de crescimento da desigualdade como teve nos últimos anos, e nós estamos perdendo, ao debater esta medida provisória, uma oportunidade histórica de dar um passo de reversão desse crescimento prolongado da desigualdade em nosso País. Eu lamento – como eu disse, sou um Deputado que tem 95% dos votos com o Governo –, mas, nessa matéria, não tenho como acompanhar a orientação do Governo, porque é uma matéria que diz respeito aos interesses maiores do povo brasileiro e ao combate do que é o maior problema do País hoje, que é a profunda desigualdade social que cria um abismo enorme entre os muito ricos e os muito pobres do nosso País.

Estamos perdendo uma oportunidade, o Governo está perdendo uma oportunidade, e eu espero que, se nós não conseguirmos nessa medida provisória, já estou recolhendo, Deputado Patrus, urgência, já tenho a assinatura de vários Líderes para a tramitação em urgência do Projeto de Lei 10.638, de 2018, que trata do imposto de renda dos rendimentos dos fundos exclusivos, e quero crer que a gente vai, se não conseguir na medida provisória, insistir na tratativa dessa matéria para enfrentar essa profunda desigualdade que atormenta o nosso País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós é que agradecemos a sua presença, o seu voto e, mais do que isso, a sua participação proativa aqui nesta Comissão. Saúdo a sua disposição, Deputado Marcelo Ramos, de propor um debate de mudança estrutural do nosso sistema tributário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E registro aqui a presença da Senadora Zenaide Maia. Nós estamos fazendo esta votação, Senadora, desta maneira, por chamada nominal, porque o sistema travou na hora da votação e nós tivemos que adotar essa votação, vamos dizer assim, por chamada. Como a votação está aberta, vou chamar seu nome novamente, Senadora, para que a senhora possa dizer a sua posição.

Nós estamos votando um requerimento que pede a votação nominal do adiamento de votação. Então, "não" é contra o requerimento e "sim" é a favor do requerimento, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN) – Eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – A Senadora Zenaide Maia, do PROS, vota "não".

A palavra está aberta, porque nós vamos manter por mais alguns minutos a votação.

Se a Senadora Zenaide quiser fazer uso da palavra.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia, do PROS.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN) – Sr. Presidente, eu demorei porque eu estava justamente no lançamento da Comissão Mista de Deputados e Senadores para avaliar a reforma tributária.

Como o colega aqui falou, eu digo que é exatamente como ele diz. Eu venho discutindo reforma tributária há mais de dois anos lá na Câmara Federal, e a gente sabe que é exatamente assim. A OCDE, essa organização dos países, tem uma tabela ascendente, crescente. Não é lógico, neste País, Deputado Eduardo, que alguém que ganhe menos de R$2 mil por mês pague imposto de renda; que quem ganhe R$4 mil, menos de R$5 mil, pague 27,5%; e que quem ganhe 100 mil, 200 mil, pague 27,5%.

Dois. Eu queria mostrar aqui para a população entender, porque, quando se fala em tributo, é como ele diz: a maioria não sabe. É tão cruel essa tributação no produto no final do consumo que eu, Zenaide, com o meu salário de Senadora, pago o mesmo imposto da lata de leite ninho que um trabalhador que ganha salário mínimo. Então, é uma reforma necessária. Eu sou da Comissão – são poucas mulheres, são só cinco –, mas eu estou lá e quero dizer que ele estava discutindo e ele tem razão, há outras coisas para se discutir.

E dizer o seguinte: eu acho que a gente deveria votar – com todo respeito a Bia, porque a gente já teve discussões e ela já me ajudou a defender a Defensoria Pública da União, foi importante –, mas por que não estender às pessoas do benefício de prestação continuada, gente? Está na hora de a gente dividir renda com esse povo. Agora mesmo o Presidente Rodrigo Maia e o Alcolumbre estavam dizendo: "Foi tudo tirado dos que ganham menos". Está na hora de tirar algo, esse povo tem que ter menos lucro, gente, não é só lucro.

E eu chamaria a atenção aqui: só no ano passado, Presidente, o Brasil deixou de receber dos grandes fornecedores de agrotóxicos, que são multinacionais neste País – só no ano passado, foram 503 novos agrotóxicos que entraram neste País –, R$14,2 bilhões. Basta dizer que R$16,2 são o que o Governo passa para o Fundeb. Então, com certeza, a gente tem de onde tirar. A gente não pode estar fazendo renúncia fiscal de tributos de empresas multinacionais que tiveram um lucro de 33 bilhões no ano passado. E não poder estender o décimo terceiro às pessoas que ganham o benefício de prestação continuada, que é um salário mínimo e que não pode ultrapassar um quarto de salário mínimo *per capita,* é não querer reconhecer que nós não estamos aqui para jogar à deriva os mais carentes e vulneráveis.

Obrigada Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós que agradecemos.

Eu quero anunciar que já temos o voto de quatro Senadores e de quatro Deputados, totalizando com esta Presidência nove Parlamentares. Estão faltando três Senadores e dois Deputados para atingirmos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

quórum de votação, que permanece aberta. A votação está aberta, então, se os Parlamentares se dirigirem até aqui ainda poderão votar.

E eu queria fazer, já que o Deputado Marcelo Ramos e a Senadora Zenaide Maia trouxeram o debate da reforma tributária, veja que lá na Câmara tramita a proposta do Deputado Baleia Rossi, que é uma proposta necessária, mas ela apenas simplifica o sistema tributário, ela não muda o sistema tributário. O que a senhora, o Deputado Marcelo Ramos e eu defendemos é que haja uma mudança real no nosso sistema tributário. Simplificar, ou seja, mudar tudo para tudo continuar igual na estrutura não vai resolver os problemas do Brasil.

Então, a senhora toca em pontos que são fundamentais. E essa é a oportunidade que esta Comissão tem, é importante lembrar. O relatório do Senador Randolfe, com a contribuição do Deputado Marcelo Ramos, começa um debate fundamental sobre dividir o ônus da implantação das políticas neste País. Então, essa é a questão fundamental que nós estamos tentando colocar em debate.

Infelizmente, em poucas sessões nós tivemos quórum, demorou muito para ser instalada a Comissão, mas, se nós não conseguimos atingir o quórum nesta votação, eu já quero anunciar claramente que nós vamos, em alguns minutos, não sendo atingido, encerrar a votação, suspender a reunião e convocar para o dia 3 de março, que será a véspera da data de nós fazermos ou não o nosso dever de casa.

Acho que a sociedade está acompanhando os trabalhos desta Comissão e vai buscar certamente, procurar os seus Parlamentares para que eles venham e possam então se posicionar para que nós tenhamos uma satisfação. O pior dos mundos seria essa medida provisória caducar sem que esta Casa fizesse o que é o seu dever fazer, apreciar a matéria, encaminhar para os plenários da Câmara e do Senado, para que eles possam dar a palavra final.

Então, o nosso esforço sempre foi esse, claro, aperfeiçoando a medida que veio da iniciativa do Presidente Jair Bolsonaro. A partir do momento em que ela realizou o seu objetivo, que era o pagamento do décimo terceiro, esta Comissão aparentemente não tinha mais razão nenhuma de ser instalada. Essa luta foi do movimento social. Foram eles, homens e mulheres, que pressionaram esta Casa e que conseguiram que esta Comissão fosse instalada. Então, em primeiro lugar, só a instalação desta Comissão já foi uma vitória. No entanto, Senador Randolfe, nós temos aqui – o senhor que é Relator e que se ausentou em função da sua participação na CPI das Fake News –, nós temos quatro Senadores e quatro Deputados votando. O quórum necessário, o que nós ainda estamos aguardando por mais alguns minutos, é de sete Deputados e sete Senadores.

Isso mostra, se nós estamos numa quarta-feira esvaziada aqui no Congresso Nacional, e nós chegamos a este quórum até este momento, isso me dá alguma esperança, na terça-feira, dia 3 de março, que é a primeira sessão cheia após o carnaval, ou mesmo na quarta-feira, nós ainda vamos ter duas oportunidades, porque o prazo final para esta Comissão encaminhar o relatório para a Câmara é dia 4 e, ao que me consta, não existe impedimento de ser feita a votação no dia 4 e ser encaminhada para a Câmara. Pode ser feito.

Então, nós ainda temos duas sessões antes do prazo de funcionamento desta Comissão expirar. Ainda agora o Senador falava, mas nós ainda temos duas sessões, Senador. E nós temos a possibilidade concreta de atingir o quórum. Agora, evidentemente, esse vai ser um esforço grande nosso, da Comissão, e é claro dos partidos, das lideranças e da sociedade civil.

Nós vamos dar exatamente mais 6 minutos e, se não conseguirmos atingir o quórum da votação deste requerimento, nós vamos encerrar a votação.

Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, o nosso voto já está registrado, contrário ao requerimento de obstrução, para que nós votemos logo favoravelmente o nosso relatório, que tem parecer favorável à permanência do décimo terceiro da Bolsa e ao décimo terceiro do benefício da prestação continuada ou, como preferir, da gratificação natalina do benefício da prestação continuada. Então, o voto já está registrado, Sr. Presidente.

Estou tendo que dividir o tempo aqui com a CPMI da Fake News, e eu sou exatamente o próximo a perguntar, a fazer questionamentos. E me parece que nós temos mais cinco ou seis minutos, embora seja preciso mais quatro Srs. e Sras. Deputados e quatro Srs. e Sras. Senadores, acho difícil nós alcançarmos isso, nesses cinco minutos, ainda no dia de hoje. Então, só para registrar, estou à disposição. Estou nas salas ao lado e, caso seja necessário, voltarei para fazer o registro do voto.

Mas eu queria só cumprimentar V. Exa., Presidente, no sentido da determinação que V. Exa. aqui aponta de tentarmos conseguir quórum na próxima reunião, no dia 3, e, se não for possível, na próxima reunião, no dia 4.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN) – É bom...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Certamente nós compreendemos a importância de o Senador poder cumprir as suas atribuições e sabemos que, se for necessário...

Nós temos mais um Senador se dirigindo aqui para votar. Então, nós teremos cinco Senadores. E, no quórum de Deputados, são cinco Deputados aqui, nós precisamos apenas de mais dois Deputados para essa votação poder ser encerrada com um resultado a ser anunciado.

Então, nós temos alguns minutos ainda.

Senadora Zenaide, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN) – Eu queria dizer que está havendo a posse da primeira mulher como Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e alguns Senadores estão vindo.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós podemos aguardar. Nós podemos aguardar. A determinação de encerrar em cinco minutos é apenas em função de imaginar que nós não teríamos mais essa participação. Mas, se nós temos essa possibilidade, nós podemos estender por mais alguns minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Se nós conseguirmos os Deputados, atraí-los para cá, esta Comissão está aberta.

Precisamos de dois Deputados apenas para encerrar a votação.

Apenas também para esclarecer, nós temos aqui 7 votos contrários ao requerimento, até o momento, e 1 voto favorável. São 7 contrários e 1 favorável. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Senadora Leila Barros, bem-vinda, Senadora. É por chamada nominal, Senadora. Senadora, bem-vinda. Nós estamos com um problema no sistema, então estamos fazendo a votação por chamada nominal.

Neste momento, nós estamos votando o requerimento de votação nominal do adiamento de votação. Exatamente. "Não" contra o requerimento; "sim" a favor do requerimento. Como vota a Senadora Leila Barros?

A SRA. LEILA BARROS (PSB - DF) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Senadora Leila Barros, do PSB do Distrito Federal, vota "não". Muito obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Registro a presença do Senador Rogério Carvalho. Os dois Senadores do bloco ao qual pertence o Senador Rogério já votaram, mas é claro que a presença dele fortalece e engrandece os trabalhos desta Comissão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Senador Rogério Carvalho com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente, eu queria primeiro agradecer a V. Exa. pela oportunidade de me manifestar aqui na Comissão que analisa a medida provisória.

Eu tenho visto o esforço tanto de V. Exa. quanto do Relator para garantir que alguns direitos sejam extensivos, já que o BPC é um direito da cidadania, é uma conquista do povo brasileiro. Que possa haver também o décimo terceiro, como todos os brasileiros. Da mesma forma o Bolsa Família e que isso seja algo permanente, que não tenha que se submeter a uma votação todos os anos.

Então, eu queria dizer que o relatório que foi apresentado dialoga não com o que tem feito o Governo do atual Presidente, mas dialoga com as necessidades do povo brasileiro.

Eu queria parabenizar V. Exa. e o Senador Randolfe Rodrigues por essas iniciativas que constam no relatório e dizer que, apesar desse esforço, nós estamos com 1 milhão de famílias na fila para ter acesso ao benefício do Bolsa Família, o que é um problema, porque tem atingido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – ... principalmente as regiões mais pobres do nosso País. A Região Norte e a Região Nordeste são onde se encontra o maior número de famílias esperando para ter acesso ao benefício. E é interessante que aumentou o ingresso no Sul e no Sudeste e diminuiu no Norte e no Nordeste, as regiões mais carentes e mais necessitadas de um programa de complementação de renda como é o Bolsa Família.

Então, eu não sei se é intencional o fato de impedir que as cidades mais pobres... Há 200 cidades consideradas as mais pobres do Brasil que tinham uma entrada de 25, 26 famílias por mês no programa, e hoje entram cinco, seis pessoas – o fluxo de entrada no Bolsa Família.

Portanto, é uma grande iniciativa, mas nós precisamos continuar a nossa batalha diária aqui, dentro desta Casa, apesar de não ter importância nenhuma para o alto escalão do Governo, que diz que o Congresso, ao se posicionar, faz chantagem. Na verdade, é um Governo que não reconhece o papel da representação da sociedade, ou seja, das instituições republicanas que formam o nosso País, que são o Congresso Nacional, o Parlamento, o Legislativo, o próprio Executivo e o Judiciário, ou seja, ele se acha capaz de dar conta de toda a tarefa de governar sozinho, o que é uma atitude pouco democrática ou, eu diria, autoritária. E a gente caminha num sentido autoritário, vista a manifestação do Gen. Heleno de hoje e outras manifestações abusivas por parte do Presidente no que diz respeito às mulheres, no que diz respeito aos negros; na região de V. Exa., no que diz respeito às reservas ambientais, às reservas indígenas, ou seja, todos os povos e todos aqueles que nós retiramos da invisibilidade são alvos de ataque do atual Governo, dos direitos dessas pessoas, ataques do Governo atual.

Portanto, eu diria que V. Exa. e o Senador Randolfe Rodrigues, nessa conjunção com todos os membros desta Comissão, conseguem um feito memorável, que é apresentar um relatório que representa algum avanço, mesmo num Governo como esse.

É por isso que o Parlamento é importante, é por isso que o Parlamento é fundamental para fazer o contraponto e é por isso que a gente não pode deixar que a nossa frágil democracia seja tão atacada e vilipendiada como tem sido nos últimos dias, pelo alto escalão do Governo do atual Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

República, cujo nome não vou citar, porque tem sido muito difícil ver esse senhor, que é o Senhor Presidente da República, se referir a jornalistas, se referir às mulheres, se referir aos mais pobres, se referir, como o Ministro se referiu às domésticas, como sendo um absurdo poder viajar para a Europa, poder viajar para a Disney; chamar servidor público de parasita. Ou seja, nós estamos diante de um quadro bastante grave na República Federativa do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Eu que agradeço.

Eu queria cumprimentar a Senadora Eliziane Gama, que está presente nesta Comissão e que tem também se empenhado. Do bloco da Senadora, já votaram um titular e uma suplente – é isso?

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Dois titulares.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Então, esse bloco está com as suas votações completas. No entanto, a presença da Senadora sinaliza uma disposição de apoiar esta causa tão importante. Então, nós vamos abrir a palavra e daqui a pouco teremos...

Nós vamos abrir para a votação do Senador Nelsinho Trad, porque ele acabou de chegar, e eu já passo a palavra então para a senhora. Nós estamos, Senador, votando o requerimento de votação nominal do adiamento de votação. É um requerimento de obstrução. "Sim" a favor do requerimento, "não" contra o requerimento.

Como vota o Senador Nelsinho Trad?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – O Senador Nelsinho Trad vota "não".

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria muito rapidamente apenas cumprimentar V. Exa. e, de forma muito especial, cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues pela elaboração do relatório. O Senador teve disposição, mesmo sendo o Líder da Oposição nesta Casa, de fazer acordo com o Governo, de reunir em nome da defesa dos mais pobres. Essa é uma medida que foca essencialmente a população mais pobre do Brasil. Nós, inclusive, apresentamos emendas ao relatório, o Senador Randolfe admitiu algumas de nossas emendas, dentre elas a de continuidade desse benefício do décimo terceiro salário para o Bolsa Família.

Não podemos fazer ações, sobretudo quando tratamos de população pobre, apenas paliativas ou pontuais, que sejam condicionadas, por exemplo, a acordos ou coisa parecida. Isso parece algo meio eleitoral ou meio populista. Quando você tem uma ação que é perene, aí, sim, você tem uma política de Estado, você tem uma ação que seja continuada. E o décimo terceiro do Bolsa Família é uma ação importante. É tão importante que não pode ser apenas para um ano, tem que ser uma ação de fato permanente, uma ação perene.

Dentro dessa perspectiva, nós temos o BPC. O Benefício de Prestação Continuada sofreu nos últimos meses uma tentativa brutal de eliminação desde quando nós tivemos, aqui atrás, a proposta de reforma previdenciária na tentativa de reduzir o valor do BPC, chegando, por exemplo, à possibilidade de R$400. Nós centramos aqui de forma muito intensa, conseguimos alterar isso, o Relator admitiu inclusive as nossas colocações, o próprio Governo viu que não havia como e teve que recuar. Então, esse é um benefício também importante, porque ele atinge uma população uma população miserável – esse é o termo que se utiliza para esse tipo de benefício. Então, ele é muito importante também no final do ano, porque, aliás, esse recurso recebido por essas famílias é o recurso que praticamente é utilizado em medicamento, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

transporte, e não é, em nenhum momento, utilizado para atividades de luxo, porque nem há luxo para essas famílias; ao contrário, é de subsistência. Então, é muito importante o décimo terceiro salário.

Hoje, há pouco – não sei se a Senadora Zenaide ainda está aqui – está acontecendo neste momento, Presidente, um julgamento no STF referente à inconstitucionalidade de isenção de imposto para produtos do agrotóxico. Ou seja, essa isenção significa R$15 bilhões.

Então, há disposição para isentar um imposto de um produto danoso para a população, mas não há dinheiro para pagar o décimo terceiro do BPC para uma população realmente pobre.

Como V. Exa. colocou, eu não posso votar porque sou suplente, mas eu queria registrar aqui também a nossa posição, porque já houve reunião demais, já houve debate demais, já houve audiência demais. Agora está na hora de votarmos e esse requerimento não é outra coisa senão protelação para que essa proposta e o relatório do Senador Randolfe realmente não possam ser votados e apreciados aqui em Plenário.

Portanto, a nossa posição seria "não" ao requerimento de adiamento da votação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós que agradecemos, Senadora. Conhecemos o seu compromisso com essa causa. A senhora tem ajudado o funcionamento desta Comissão sempre registrando sua presença e participando dos debates. Então, nós agradecemos o seu empenho.

Eu queria agradecer também o voto do Senador Nelsinho Trad, que agora há pouco veio aqui e registrou sua posição.

Eu vou ler os nomes dos Parlamentares. A propósito, nós temos já seis Senadores e quatro Deputados que votaram, totalizando, com esta Presidência, 11 Parlamentares. Estão faltando um Senador e dois Deputados para atingirmos o quórum de votação. A votação permanece aberta, mas não me parece que esse quadro de votação vai se alterar muito. Então, nós estamos chegando ao final da votação. Vamos ter que encerrar.

Eu vou ler os nomes dos Parlamentares que votaram até agora. Titulares: Senadores Randolfe Rodrigues, da Rede; Zenaide Maia, do PROS; e Eduardo Girão, do Podemos. Suplentes do Senado: Leila Barros, do PSB; Nelsinho Trad, do PSD; Jean Paul Prates, do PT; mas tivemos aqui a presença da Senadora Eliziane Gama, que já não podia mais votar porque a suplente Leila Barros havia votado, e também do Senador Rogério Carvalho – os votos do seu bloco também já haviam sido dados.

Quem são os Senadores que não votaram, se ausentaram desta reunião? São os Senadores Eduardo Braga, do MDB; Jarbas Vasconcelos, do MDB; Daniella Ribeiro, do PP; Antonio Anastasia, do PSD; Soraya Thronicke, do PSL; Omar Aziz, do PSD; Arolde de Oliveira, do PSD, Rodrigo Pacheco, do Democratas. Os suplentes são Confúcio Moura, do MDB; Marcio Bittar, do MDB; Ciro Nogueira, do PP; Major Olimpio, do PSL, lembrando que uma das vagas do bloco do Senado do PSL está vaga; Paulo Albuquerque, do PSD do Amapá; Telmário Mota, do PROS – no entanto, não houve mudança, porque os votos do bloco foram dados; Jorginho Mello, do PL; e Alvaro Dias, do Podemos.

Deputados que votaram: Deputado Patrus Ananias, do PT; Bia Kicis, do PSL; Eduardo Barbosa, do PSDB; Marcelo Ramos, do PL. Este Deputado não vota porque é Presidente desta Comissão.

Deputados ausentes, que não votaram: Deputado Arthur Lira, do PP; Antonio Brito, do PSD; Silas Câmara, do Republicanos; Pedro Lupion, do Democratas; André Figueiredo, do PDT; Diego Garcia, do Podemos; Toninho Wandscheer, todos titulares.

Suplentes que também, por sua ausência, não votaram: Ottaci Nascimento, do Solidariedade; uma das vagas do Bloco MDB/PP/PTB está vaga; suplentes... O PT votou, então, a suplência não faz diferença; o PSL votou, também não faz diferença a ausência, apesar de que o Deputado Eduardo Bolsonaro esteve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

aqui presente, e, então, nós agradecemos a presença dele. E, do bloco dos titulares do PSD, não votaram nem o titular, Antonio Brito, nem o suplente Diego Andrade. João Roma, do Republicanos, também não votou. E Efraim Filho, do Democratas, Mauro Benevides Filho, do PDT, Pr. Marco Feliciano, do Podemos, e Capitão Wagner, do PROS, porque não está aqui, e foi registrada a sua ausência pelo Senador Eduardo Girão... E eu faço questão de registrar, porque ele é um grande apoiador desta causa.

Finalizada a leitura...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Deputado Camilo.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – É rapidamente.

Se o senhor puder dar mais um tempo, a gente está contactando alguns colegas aqui. Está faltando um Senador? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Para o quórum do Senado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Um Senador e um Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Faltam um Senador e dois Deputados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Se o senhor puder dar mais um tempo, para a gente tentar ver se consegue trazê-los à Casa, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Atendendo ao seu pedido, nós vamos dar mais 15 minutos para que esta votação possa ser concluída. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Quero cumprimentar e receber o Senador Antonio Anastasia.

Senador Antonio Anastasia, nós estamos em processo de votação. Estamos votando requerimento de votação nominal do adiamento de votação apresentado pela Liderança do Governo no Congresso Nacional. "Não" é para rejeição do requerimento de obstrução; "sim" é pela aprovação. Como vota?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Senador Antonio Anastasia, do PSD, vota "não".

Temos o quórum de Senadores. Precisamos de dois Deputados Federais para completar o quórum da votação. Temos mais alguns minutos, apenas. (*Pausa.*)

Senhoras e senhores, já temos o voto de sete Senadores, quatro Deputados, totalizando-se, com esta Presidência, 12 Parlamentares.

Estão faltando – nenhum Senador, nós temos quórum completo de Senador – dois Deputados para atingir o quórum de votação, que eu vou encerrar neste momento.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós estamos há uma hora e meia praticamente em votação.

Mas o que eu quero anunciar aqui é o seguinte: o encerramento da votação não é o encerramento desta comissão.

Eu encerro a votação, suspendo a reunião, que será retomada na terça-feira, no dia 3 de março, às 14h30 – e, não havendo quórum para votação, encerrada a votação –, e declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 3 de março, às 14h30.

Então, o que eu quero dizer para os senhores e para as senhoras é que nós temos um quórum de Senadores que votou e temos um potencial de quórum para essa questão ser enfrentada na terça-feira. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

evidentemente vai depender da nossa mobilização, que vai continuar acontecendo. Nós estamos aqui mobilizando, chamando os Parlamentares, para eles virem aqui se posicionar. Eles têm que dizer "sim" ou "não", se não o Congresso Nacional não faz o seu trabalho.

Está mantido o quórum e, na terça-feira, nós vamos retomar, enfrentando. Faltam apenas dois votos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Não cai o quórum. Cai, é encerrada a votação. Nós vamos retomar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – A votação está encerrada. O que não está encerrada é a reunião, que é reaberta com quórum de presença...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Não de votação, evidentemente, se a votação não atingir o quórum.

Esse teremos que votar de novo, no entanto, Senador, com este quórum que nós temos, fica evidente que, num dia de quórum cheio – porque hoje não é um dia de quórum cheio –, nós vamos conseguir vencer a obstrução do Governo e votar o relatório.

Terça-feira, dia 3 de março, às 14h30, aqui no Senado da República.

Muito obrigado, boa tarde e até lá.

Está suspensa a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 27 minutos do dia 11/02/2020. Reaberta às 14 horas e 30 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas do dia 12/02/2020. Reaberta às 15 horas e 01 minuto, a reunião é suspensa às 16 horas e 53 minutos do dia 19/02/2020.*)

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 898, de 2019.

A Presidência comunica que, no dia 11 de fevereiro, o Senador Randolfe Rodrigues procedeu à leitura de seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria.

Reunida a Comissão no dia 12 de fevereiro, a discussão foi encerrada.

Passamos à votação da matéria.

Há sobre a mesa requerimento de adiamento da votação da matéria por 48 horas, nos termos do art. 40 do Regimento Comum.

Há ainda requerimento para que a votação do adiamento seja feita pelo processo nominal e não simbólico.

Vamos votar, primeiramente, o procedimento de votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nos termos do art. 41 do Regimento Comum, o requerimento não admitirá discussão, podendo ser encaminhado por dois membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de cinco minutos.

Não temos Parlamentares inscritos para encaminhar.

Em votação o requerimento de votação nominal dos requerimentos de adiamento.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Solicitada a verificação da votação, nos termos regimentais, vamos proceder à votação pelo processo nominal.

Os que votarem "sim" são favoráveis à votação nominal e também ao adiamento da votação; os que votarem "não" são contrários à votação nominal e também contrários ao adiamento da votação.

Determino a abertura do painel eletrônico.

Os Parlamentares já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Enquanto estamos em votação, eu passo a palavra para a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Presidente, é apenas para indagar quanto tempo V. Exa. vai deixar o painel aberto, tendo em vista que temos sessão do Congresso. É só para saber quanto tempo.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Deputada, nós acabamos de abrir a votação e vamos mantê-la aberta durante o período que for necessário para tentar vencer a obstrução, sem evidentemente nos excedermos. Diferente da última reunião, hoje, nós temos uma pauta grande de votação no Plenário, e, então, não se pode estender de maneira indefinida. Então, nós vamos aqui aguardar, porque os Parlamentares têm vindo aqui e dito que querem ser chamados para votar. Aí nós vamos providenciar isso para vencer a obstrução. (*Pausa.*)

Estamos em votação, neste momento, Deputado, do requerimento de verificação de votação nominal do adiamento. Então, votar "sim" é favorável à votação nominal e também ao adiamento da votação; os que votarem "não" são contrários à votação nominal e também contrários ao adiamento da votação – "não", contra; "sim", a favor.

O senhor tem a palavra.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. Para encaminhar.) – Eduardo Barbosa, "não".

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Não, o senhor pode votar – hoje, desta vez, nós estamos com o sistema funcionando – diretamente no sistema.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Hoje, está funcionando?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Hoje, está. (*Pausa.*)

Eu quero saudar a presença do Senador Ciro Nogueira aqui, na Comissão 898. Obrigado pela sua presença, pelo seu voto. E o Deputado Eduardo Barbosa, que é um dos autores da emenda. (*Pausa.*)

Deputado Patrus, nós estamos em votação aqui, na verificação solicitada pela Deputada Bia Kicis, para verificação da votação nominal do adiamento por 48 horas, da reunião. Os que votam "sim" são favoráveis à votação nominal e ao adiamento. Os que votam "não" são contrários à votação nominal e também contrários ao adiamento da votação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nós temos, além desta, mais seis votações. Seis.

Senador Eduardo Girão, nós estamos votando aqui a verificação solicitada pela Deputada Bia Kicis, Vice-Líder do Governo. Ela pede a verificação da votação de adiamento por 48 horas e que a votação seja nominal. Os que votarem "sim" são favoráveis à votação nominal e também ao adiamento da votação. Os que votarem "não" são contrários à votação nominal e também contrários ao adiamento da votação.

Quero saudar a chegada do Deputado Capitão Wagner. Estamos em votação, Capitão. Estamos votando aqui um requerimento de adiamento da reunião por 48 horas. Foi solicitada a verificação pela Deputada Bia Kicis. Os que votam "sim" são favoráveis à votação nominal e também ao adiamento da votação. Os que votam "não" são contrários à votação nominal e também contrários ao adiamento da votação. (*Pausa.*)

Deputados Marcelo Ramos e Cacá Leão, nós estamos em votação do pedido de adiamento da reunião e verificação nominal solicitado pela Deputada Bia Kicis.

Os que votam "sim" são favoráveis à votação nominal e também ao adiamento da votação. Os que votam "não" são contrários à votação nominal e também contrários ao adiamento da votação. (*Pausa.*) Deputado Mauro Benevides Filho, nós estamos em votação do requerimento de adiamento.

Deputado André Figueiredo, bem-vindo à Comissão. Estamos em votação. "Não": contrário à votação nominal e também contrário ao adiamento da votação. "Sim": favorável à votação nominal e também favorável ao adiamento da votação.

O SR. WEVERTON (Bloco/PDT - MA) – Sr. Presidente, quero fazer um encaminhamento pelo PDT.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Com a palavra o Senador Weverton, do PDT do Maranhão.

O SR. WEVERTON (PDT - MA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de fazer aqui um registro. Eu já votei, mas o PDT se posiciona com o voto "não" ao adiamento da votação.

Eu lamento, porque há algumas semanas nós já sabíamos que era a orientação e é a vontade do Governo que essa medida provisória seja caducada. Primeiro, porque eles entendem que já cumpriu o papel do décimo terceiro do Bolsa Família já no final do ano e que qualquer outro benefício, no caso do BPC, para eles seriam mais recursos e a equipe econômica veio para cima, discordando dessa possibilidade de se criarem mais gastos, porque isso para eles são gastos.

Eu estou fazendo este registro, Senador Randolfe, porque assim como eles falam tanto da nova política e se fala tanto de ser transparente com a sociedade, era mais decente se falar logo a verdade, que o Governo iria fazer esse trabalho para que isso não acontecesse. Por quê? Porque as lideranças, as associações, os sindicatos, toda a sociedade não estaria gastando seu tempo e seu dinheiro pouco para vir para esta Casa fazer papel de besta. É isso que estão fazendo com eles, porque no final da história não vai acontecer, amanhã vence e ficaram simplesmente na sensação de que amanhã os Parlamentares não vieram votar. Coisa nenhuma. Foi trabalho e articulação do Governo para que isso não acontecesse.

Ficava melhor o argumento, até porque já é um grande avanço ter dado certo o décimo terceiro do Bolsa Família. Eu reconheço. Parabéns ao Governo por ter dado. Então digam: "olha, o que nós podíamos dar era isso, não podemos dar mais nada e vamos trabalhar para que não aconteça". Ficava muito mais bonito. Fica a dica para que nas próximas matérias desse nível aproveitem a parte positiva, que é passível de elogio. E o que não dá para fazer, fale a verdade e seja mais claro, porque com certeza não nos ocuparia e não tiraria o tempo de muita gente que está aqui tendo o que fazer e infelizmente está sendo feito de besta.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. ANTONIO BRITO (PSD - BA) – Sr. Presidente, a minha máquina não está funcionando aqui. Meu voto é "não", mas...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Vou pedir para que a assessoria dê um apoio para nós esclarecermos essa questão. Nós temos sete votos computados de Deputados, estamos aguardando o quórum dos Senadores.

Eu passo a palavra, neste momento, para a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, todos os pares aqui presentes, todas as audiências, todos aqueles que nos acompanham, não posso me calar diante das palavras do meu colega, tendo em vista que o Governo Federal tem levado com muita seriedade todas essas questões e principalmente as questões relativas a benefícios, gastos do Governo. O Governo tem trabalhado, desde o primeiro dia, para conter desvios, para conter corrupção, para conter benefícios que são dados a pessoas que não têm direito, para que possa, sim...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sr. Presidente, eu gostaria que a minha palavra fosse respeitada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Vamos garantir a intervenção da Vice-Líder do Governo, Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para encaminhar.) – Felizmente, nós temos conseguido ter um excelente diálogo, trabalhar com muito respeito, o respeito que a gente espera por parte de todos aqueles que estão nos acompanhando.

Simplesmente o Governo tem trabalhado e conseguiu, com um esforço muito grande, encontrar um espaço fiscal, Deputado Cacá Leão, para que pudesse pagar o décimo terceiro do Bolsa Família em dezembro de 2019, iniciativa que não ocorreu em nenhum dos Governos anteriores. Então, o Governo do Presidente Bolsonaro conseguiu inaugurar esse benefício, o décimo terceiro, para aquelas pessoas mais carentes da sociedade, exatamente aquelas pessoas que dependem de uma Bolsa Família. Nós acreditamos, o Governo do Presidente Bolsonaro, que o sucesso de um programa está no número de pessoas que saem dele, e não no número de pessoas que entram. E o Governo vai fazer todo o esforço para atender, dar treinamento, dar assistência para que as pessoas possam se inserir na sociedade e sempre terem bastante dignidade.

Acontece que, ao vir para cá essa medida provisória, que era baseada em um espaço que se encontrou, em uma possibilidade fiscal, o Governo em nenhum momento afirmou que isso era uma política para um ano. Evidentemente, ao inaugurar o décimo terceiro para o Bolsa Família, o Presidente não é nem maluco de deixar de dar o mesmo benefício nos próximos anos, porque isso seria um suicídio eleitoral. Então, é claro que o Presidente tem toda a intenção e o seu Governo, e a sua base, de fazer com que esse benefício se torne, sim, um benefício de Estado, mas com toda a responsabilidade, para que não cometam pedaladas, não cometam nenhuma irresponsabilidade que possa comprometer a lisura do seu Governo.

Lamentavelmente, foi incluído nesse relatório... Eu louvo aqui o trabalho que foi feito, o diálogo que foi mantido, mas eu trouxe aqui uma infinidade de questões técnicas, jurídicas, para apontar a dificuldade de se aprovar esse relatório. Em nenhum momento se desmereceu o trabalho que foi feito, seja pelo Relator, seja pelo Presidente, seja pelo Deputado Marcelo Ramos e todos aqueles que têm contribuído, vindo todos os dias de sessão para cá. Isso não é nenhuma perda de tempo, seja do nosso tempo, ou do contribuinte, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

de dinheiro. Isso é um esforço que estamos fazendo, Deputado, para que possamos chegar a alguma posição, a alguma conclusão possível.

Então, Sr. Presidente, eu repudio essas palavras e quero dizer o seguinte: estamos aqui buscando soluções. Nessa medida provisória, não se tornou possível, mas o Governo está aberto a buscar saídas, a buscar soluções para atender as pessoas que necessitam. Lamentavelmente... (*Pausa.*)

Lamentavelmente, Sr. Presidente – e eu lamento também a falta de educação por parte de certas pessoas que não sabem respeitar o contraditório... Quero dizer que continuaremos buscando soluções, mas lamentavelmente a solução apontada no relatório é materialmente impossível de ser cumprida pelo Governo.

Muito obrigada.

O SR. WEVERTON (Bloco/PDT - MA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Senador Weverton...

Senadores que agora chegaram, "não" rejeita a obstrução, a votação nominal, o adiamento; "sim" é com o Governo, pela obstrução.

Senador Weverton, o senhor tem a palavra.

O SR. WEVERTON (PDT - MA) – Presidente, quero cumprimentar a Deputada Bia, daqui do DF. Quero me apresentar. Prazer, sou Senador Weverton, já fui seu colega lá na Câmara. Compreendo...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WEVERTON (PDT - MA) – O som aqui, Sr. Presidente, por favor. O som.

Eu quero cumprimentar...

Meu som aqui não está saindo. Não está ligado aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (PDT - MA) – Não, já estava ligado, é porque não está é saindo o som mesmo. Som.

Não é possível...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós vamos buscar o som para o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT - MA) – Não é possível que o responsável...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (PDT - MA) – Não é possível que o responsável do som aqui se zangou porque eu fiz uma crítica ao Governo. Aqui é a Casa do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Senador Weverton, só para anunciar que, quando o senhor acabar de falar, a votação será encerrada e nós passaremos...

O SR. WEVERTON (PDT - MA. Para encaminhar.) – Será bem rápido.

Eu quero cumprimentar a Deputada Bia e lhe dizer que a gente compreende o seu papel importante, claro, que você está desempenhando, que você assumiu. Quero lhe dizer que aqui a gente não está, de maneira alguma, desmerecendo o mérito do projeto, que já aconteceu no primeiro ano, que foi esse acesso ao décimo terceiro do Bolsa Família. De maneira alguma! O que eu estou aqui questionando, e todos sabem que nós, quando somos para criticar, criticamos e, quando é para elogiar, elogiamos... O nosso bloco aqui já está dizendo: é o Bloco Independente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, Deputada, aqui o que nós estamos lamentando é porque, desde quando houve essa decisão política do Governo de não se aprovar essa medida provisória – e ela já tem mais de mês –, era para se ter jogado claro com todos que estão aqui. Há gente que eu conheço do meu Estado que gastou o que não tinha para estar aqui nessas sessões na expectativa de ter essa conquista do BPC que não vão ter.

Eu não vou entrar nas perdas que nós tivemos ao longo de todo ano, porque, além de não ser o espaço... Mas, agora mesmo, todos os secretários de assistência social do Brasil estão desesperados, porque não conseguem entrar o segundo semestre com as suas secretarias de assistência social funcionando, porque o recurso hoje disponibilizado pelo Governo não vai ser possível para que se mantenham as ações hoje do SUAS, que está sendo totalmente desmontado. E não foi apenas no Governo Bolsonaro: já vem, em alguns governos ou alguns anos, o SUAS sendo propositadamente desmontado.

Você tem aí a questão do Bolsa Família dos que saíram. Se fosse só saindo, Deputado colega Camilo, era muito importante, porque, se ele está saindo, presume-se o quê? Que ele melhorou de vida e estaria tendo acesso à renda. Mas pelo contrário: muitos estão sendo expulsos do programa. Criaram burocracias a pessoas que hoje ainda precisam, das quais foi tirado de verdade o direito de ter acesso ao Bolsa Família, assim como vários outros programas a que você pode ter acesso. E nós temos casos concretos de pessoas que, por conta dos prazos, por conta da burocracia que foi colocada, acabaram sendo expurgadas desses programas.

Nós não estamos falando aqui que essas pessoas eram corruptas, que essas pessoas desviavam dinheiro. Nesse dinheiro em que se finge ou em que alguma parte é economizada, tem que se ver, colega Deputada, se em parte dele não foi feita injustiça, tirando da mão de beneficiário. É apenas isso.

Este é um momento em que nós vamos atrás. Vai haver aqui audiências, trazendo pessoas concretas, com vídeo, com tudo delas para mostrar: "Isso aqui era uma pessoa corrupta que recebia o programa ou ela foi expurgada por conta da burocracia do sistema que foi ainda mais afunilado?". Então, é importante que a gente faça esse debate com muita tranquilidade, porque aqui nós não vamos discutir...

Primeiro, não sou da tese de que, olhando para o retrovisor, é que vai se resolver o problema. A gente está aqui num momento tão difícil, que agora tem que olhar todo mundo para frente, tanto que, nesta Casa aqui – o Líder da nossa oposição, Senador Randolfe, sabe –, muitas vezes, se o seu Governo andou aqui, foi graças a nós, porque até a base do Governo aqui fazia o papel de oposição. Quantas vezes aqui o Governo não sabia o que queria e deixava as coisas desandadas? E nós ajudamos, ao longo do ano, a fazer com que as pautas andassem, as matérias boas para o Brasil acontecessem, para que não fizéssemos com que essa crise se aprofundasse.

Então, neste momento aqui, a união da Câmara, e do Senado, e da classe política, e da sociedade como um todo é pelo menos para a gente dialogar. O que não dá é o Governo fazer o que faz hoje: cara na frente de igreja e atrás – me desculpem – eles transformam num verdadeiro cabaré.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito bem.

Antes de encerrar a votação – não vou encerrar agora –, eu vou passar a palavra para o Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP - PI. Para encaminhar.) – É rápido, Sr. Presidente.

É só para dizer aqui que eu acho que essa matéria não diz respeito a quem é Governo e a quem é oposição. Essa é uma luta de todas as pessoas de bem deste País. Eu não queria estar no papel da Deputada Bia, porque eu tenho certeza de que – pela voz dela, a gente vê – ela não tem tanta convicção, não. Está constrangida.

Mas, entre ser Governo ou ser oposição, eu fico com os beneficiários do BPC do meu Piauí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito obrigado.

Nós estamos encerrando a votação.

A votação está encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – SIM, 0; NÃO, 14.

Rejeitado o requerimento de votação nominal para o requerimento de adiamento da votação.

Votação simbólica do requerimento de adiamento da votação por 48 horas.

Para encaminhar a favor, Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – A favor do adiamento, não é, Presidente? O encaminhamento é a favor do adiamento, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, prezados colegas, toda a audiência, os nobres colegas têm me dito que o meu papel deve ser um papel difícil de enfrentar, porque estou aqui praticamente sozinha na defesa do Governo, não é? Na verdade, para mim não é difícil enfrentar esse papel, porque eu tenho convicção de que, embora todos nós tenhamos o desejo de poder estender a mão, dar mais um benefício, um décimo terceiro aos brasileiros que são beneficiários do programa... Não tenha dúvida, qualquer pessoa com o espírito de solidariedade tem a vontade de fazer isso, mas nós temos que pensar que existe um impacto no orçamento que pode comprometer as contas do Governo.

Então, nós estamos neste momento vivendo uma situação em que o Parlamento quer retirar 30 bi do orçamento do Executivo, um momento extremamente delicado – eu espero que hoje consigamos manter o Veto 52.

Nós estamos num momento em que o Governo do Presidente Bolsonaro lida com um orçamento extremamente espartano e temos que lembrar que o Governo herdou um país quebrado e que não se pode beneficiar a todos como se gostaria. Uma coisa é o que a gente gostaria de fazer, o que o nosso espírito solidário, o nosso coração gostaria de fazer, mas existe algo que é matemático, que é número, que é objetivo e que não é fluido, porque o orçamento não é fluido, ele não se estende, não se alarga de acordo com a nossa vontade.

Então, por mais que lhes pareça, prezados colegas, difícil o meu papel, eu digo que o cumpro com a dignidade, cumpro com total consciência de que estou fazendo correto, porque sei que o orçamento sofrerá um impacto de 8 bi e que o Governo dificilmente terá como materializar o que nós iremos votar aqui hoje.

Então, podemos sair com uma medida provisória com que muitos poderão se sentir vitoriosos. O Relator, que tanto trabalhou por isso, se sentirá vitorioso, o Deputado Marcelo, que colaborou com a solução, mas infelizmente o meu temor é que o Governo não tenha como honrar com essa medida provisória ou que ela acabe ainda sendo declarada inconstitucional, tendo em vista o vício da retroação que está sendo feita...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... a retroatividade na tributação.

Então, como eu tive a oportunidade de falar hoje mais cedo, o grande problema, como dizia Pedro Malan, é que no Brasil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... até o passado é incerto. Então, uma pessoa que faz um investimento, que resolve investir no País com uma segurança, uma crença numa segurança jurídica é surpreendida com uma lei que vai retroagir para prejudicar aquele que queria investir.

Então, com essas palavras, Sr. Presidente, eu quero deixar registrada aqui – agora como Vice-Líder, não faço mais parte, mas como Vice-Líder – a minha solidariedade aos beneficiários do programa, mas a minha convicção de que essa medida provisória trará problemas de grande dificuldade para o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito obrigado pela sua intervenção.

Os Parlamentares...

Não há nenhum escrito para encaminhar contra.

Os Parlamentares que concordam com o adiamento de votação da matéria queiram se manifestar. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Foram apresentados nove requerimentos de destaque para votação em separado.

A Presidência comunica que a apreciação da matéria dar-se-á da seguinte forma: votaremos, em primeiro lugar, o requerimento de admissibilidade dos destaques; em seguida, o relatório, ressalvados os destaques; e, por último, os destaques cuja admissibilidade tenha sido aprovada.

De acordo com o art. 50 do Regimento Comum, os requerimentos que tratam da admissibilidade dos destaques não serão discutidos nem encaminhados.

Há sobre a mesa requerimento de votação em globo dos requerimentos de destaque apresentados. Há, ainda, requerimento para que a votação do requerimento de votação em globo seja feita pelo processo nominal e não simbólico.

Vamos votar primeiramente o procedimento de votação.

Para encaminhar a favor, Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, não pretendo esgotar todos os minutos, mas pretendo, sim, reafirmar aqui que o Governo Bolsonaro é um governo que governa olhando para toda a sociedade. Não vamos aqui ser hipócritas de dizer que olhamos só para os mais pobres, porque, se queremos cuidar dos mais pobres, temos que cuidar também daquelas pessoas que têm condição de investir no País para abrir postos de trabalho. E é por isso que estamos em outra medida provisória votando também o Contrato Verde e Amarelo, a abertura do microcrédito, é todo um complexo, é todo um sistema para mudar a realidade do nosso País, onde tantos brasileiros estão com tantas mazelas, com tanto sofrimento, tanta dificuldade, à margem da sociedade, à margem de um mínimo de dignidade.

Então, esse Programa Bolsa Família exatamente acolhe aquelas pessoas que não têm a menor condição de se inserir no mercado, de sobreviver por conta própria. É para isso que o Estado deve estender a sua mão e ajudar essas pessoas. Também há os beneficiários do BPC, que recebem um valor muito acima dos beneficiários do Bolsa Família. Enquanto o Bolsa Família tem um valor de R$89, o BPC tem um valor de um salário mínimo. Então, é claro que uma medida que foi feita para beneficiar os beneficiários do Bolsa Família não tem como se aplicar aos beneficiários do BPC, uma vez que se trata de um universo tão distante.

De qualquer forma, Sr. Presidente, eu o cumprimento pela excelência da condução dos trabalhos, o Relator também.

Mais uma vez, manifesto aqui o desejo do Governo de encontrar uma solução que eu mesma propus tantas vezes aqui durante a tentativa de um acordo, de se achar um percentual para uma gratificação para se dar para os beneficiários do BPC, mas se colocar um décimo terceiro, que vai acarretar um impacto de 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

bilhões, após termos aprovado a reforma da previdência, essa solução certamente fará grandes estragos no orçamento. E aqui eu peço aos colegas que repensem a posição, porque aqui não se trata de não querer cuidar das pessoas beneficiárias do BPC, mas, sim, de querer manter o País ereto e possível para que outras pessoas não passem a ser prejudicadas.

Pode ser que no futuro algumas pessoas não recebam aposentadoria, servidores públicos não possam receber os seus salários, porque formou-se um rombo, terá se formado um rombo, um impacto muito grande no orçamento da União.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito obrigado, Sra. Parlamentar.

Os Parlamentares que concordam com o procedimento de votação nominal queiram se manifestar. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Votação simbólica do requerimento de votação em globo da admissibilidade dos destaques apresentados.

Para encaminhar contra, Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para encaminhar.) – Já vou pular essa parte de cumprimentos. (*Risos.*)

Sintam-se todos cumprimentados.

Bom, a questão é que hoje nós temos um outro assunto muito grave para votarmos aqui, daqui a pouco, numa sessão do Congresso, que é o Veto 52. E nós sabemos que, caso o veto não seja mantido, o Executivo realmente ficará à míngua, sem orçamento para cumprir as suas obrigações.

Agora, imagina se, além das obrigações que já estão praticamente todas carimbadas e sem dinheiro, ainda houver um impacto de 8 bilhões para o orçamento?

Então, com essas palavras, eu, mais uma vez, reafirmo e peço aos colegas que estão aqui votando... Sei que a grande maioria que está aqui votando são pessoas que têm um compromisso com essa causa – são médicos, são pessoas que se dedicam a cuidar daquelas pessoas que precisam de assistência e que, por isso, têm um compromisso e não podem sequer deixar de comparecer para votar –, mas gostaria que levassem em consideração o impacto de 8 bi, que pode trazer graves problemas para o orçamento. E todos nós Parlamentares seremos chamados a responder perante a população caso o Governo tenha esse problema de orçamento com a nossa participação ativa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito obrigado, Deputada Bia Kicis.

Os Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Votação em globo dos requerimentos de destaque apresentados à matéria.

Os Parlamentares que concordam com os requerimentos apresentados queiram se manifestar. (*Pausa.*)

Rejeitados em globo.

Há sobre a mesa requerimento de votação nominal do relatório.

Nos termos do art. 41 do Regimento Comum, o requerimento não admitirá a discussão, podendo ser encaminhado por dois membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de cinco minutos.

Para encaminhar a favor, Deputada Bia Kicis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, caso alguém ainda não conhecesse a minha pessoa hoje, eu acho que hoje eu estou me tornando famosa, pelo menos aqui no âmbito desta Comissão.

Eu tenho muito orgulho de fazer parte da base deste Governo, porque este Governo veio para romper com uma realidade, com um sistema cruel, um sistema que tirava do mais pobre para dar para os mais ricos. E a reforma da previdência veio para romper com isso. Com base nessa reforma, este Parlamento ousou fazer a maior reforma da previdência de todos os tempos, este Parlamento deu um recado muito bonito de que tinha compreensão de que estamos vivendo um novo momento na história deste País. E agora somos chamados novamente a dar essa resposta.

Entendo que os meus nobres colegas, imbuídos de um espírito solidário e do envolvimento e compromisso que têm com a matéria, estão deixando de ter uma compreensão mais ampla de que essa medida provisória, se aprovada da forma como posta no relatório do nobre Relator, vai comprometer o Orçamento da União e nós poderemos vir a ter problemas. E depois, quem sabe, nem mesmo o Governo será capaz de honrar com o décimo terceiro do Bolsa Família, nem mesmo será capaz de honrar com vários compromissos já preexistentes.

Quero lembrar também, porque foi dito que o Governo não estava querendo atender a questão previdenciária, tratando de forma diferenciada beneficiários previdenciários, que o BPC não se trata de um benefício previdenciário. Embora tenha entrado na reforma da previdência, é um benefício de assistência, porque aquelas pessoas que recebam o BPC, embora o mereçam, não contribuem para a previdência. Portanto, nós temos que ter muito cuidado, porque, ao concedermos o décimo terceiro para as pessoas que não contribuem da mesma forma que concedemos o décimo terceiro para as que contribuem para o sistema previdenciário, estamos passando um claro recado, uma mensagem para essas pessoas: de que não vale a pena contribuir. Então, além da fuga do capital que é esperado – de R$8 bilhões, R$10 bilhões, como disse o Deputado Marcelo Ramos, como disse o Relator –, que poderá não existir simplesmente porque o investimento daquelas pessoas que fazem investimentos em fundos é um investimento volátil... E, no momento em que você muda a regra do jogo, acena com insegurança jurídica, esses mesmos investidores podem optar por não permanecerem aqui. Então, esses R$10 bilhões não passam de uma expectativa e, além de tudo, não poderão ser usados por conta do teto de gastos. Além disso, nós estamos passando um recado para as pessoas que contribuem: "Não contribuam. Por que contribuir se você pode ter o mesmo benefício sem contribuir?". Portanto, a fuga do capital, a queda da receita da previdência poderá ser ainda maior, agravando esse quadro.

Então, a realidade é que não só não podemos contar com esses R$10 bilhões, como ainda poderemos contar com menos do que se espera, poderemos ter perda de receita e aí serão prejudicados, sim, não só os beneficiários do BPC, porque não adianta querer dar dinheiro se não tem de onde tirar, como poderão ser prejudicados os beneficiários do Bolsa Família. A situação é grave.

Eu entendo que a intenção de todos que aqui estão votando a favor dessa medida provisória é uma intenção nobre, e eu compartilho desse sentimento, porém eu estou aqui com os pés no chão, porque eu faço parte de um Governo que tem que ser responsável. É muito fácil ser oposição. É muito fácil fazer caridade com o chapéu alheio. Só que o chapéu alheio aqui, gente, é o Orçamento da União. E ele tem limite. Nós precisamos continuar trabalhando, conseguindo arrecadar sem aumentar impostos – que é a proposta do Governo, do Ministro Paulo Guedes, do Presidente –, conseguindo continuar nessa política austera de romper com os desvios, com as fraudes, para que, aí sim, aumentando, melhorando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

contribuição, os benefícios possam ser dados de acordo com a possibilidade real; não de acordo com a nossa vontade, o nosso desejo e a nossa fantasia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós que agradecemos a sua defesa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Em votação.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP - PI) – Só para um esclarecimento, até para eu entender um pouco mais: os beneficiários do Bolsa Família contribuem também? A senhora disse que...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – O Bolsa Família é para aquelas pessoas miseráveis, que recebem R$89. O BPC é para as pessoas que não contribuem e recebem um salário mínimo. Então, você não pode comparar...

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP - PI) – A senhora não conhece a vida dessas pessoas.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... você não pode comparar uma pessoa que trabalha, contribui e se aposenta com um salário mínimo...

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP - PI) – A senhora disse que... Eu quero só saber se os beneficiários do Bolsa Família contribuem.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu não disse isso.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Esta Presidência vai encaminhar a votação neste momento.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP - PI) – É a mesma coisa.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não, não é a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós vamos encaminhar a votação.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Você não pode comparar R$89 com R$1.100. São parâmetros totalmente diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Em votação o requerimento de votação nominal do relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Em votação o relatório.

Nos termos do art. 49 do Regimento Comum, o encaminhamento pode ser feito por quatro membros de cada Casa, de preferência de partidos diferentes, pelo prazo máximo de cinco minutos.

Para encaminhar contra o relatório, Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, "água mole em pedra dura tanto bate até que fura."

Esta é a minha esperança: que os colegas aqui compreendam que existe um orçamento; que o Presidente Bolsonaro com o seu Governo fez um esforço e encontrou um espaço fiscal para poder conceder o décimo terceiro do Bolsa Família. Se o Presidente não quisesse olhar para essas pessoas, para os mais desvalidos, para aquelas pessoas que mais sofrem com dificuldade, econômica, sem nenhuma condição material, que vivem abaixo da linha da miséria, ele não teria inaugurado essa política. E eu já disse aqui: outros governos que se dizem tão amigos dos pobres, que querem tomar para si todas as virtudes, que acusam o Governo de não ligar para os pobres – o Governo atual –, essas pessoas jamais se utilizaram dessa política. Então, fica já afastado esse tipo de argumento de que o Governo Bolsonaro não quer cuidar dos mais pobres, daquelas pessoas mais carentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Acontece que um governante tem que governar com responsabilidade e com base na sua capacidade, porque a capacidade de conceder benefício não é ilimitada; é preciso que haja uma fonte. E quem tem que trazer a fonte, indicá-la, é o Executivo; o Legislativo não pode criar despesa. E, além de criar uma despesa, ainda criou uma despesa que recai sobre tributo, ou seja, aumenta a arrecadação. E aí pode se dizer: "Ah, mas é dos ricos", mas os ricos também merecem o respeito e a garantia constitucional da irretroatividade dos tributos. E, nesse caso, a solução que se encontrou passa por fazer retroagir uma incidência tributária. Então, aquele estoque, já havido há vários anos, será afetado por uma tributação. E é daí que se estão buscando os ditos R$10 bilhões, que não virão, porque essa medida já foi refutada outras vezes, porque o próprio Presidente Rodrigo Maia se manifestou no sentido de que o mercado não irá conviver com a insegurança jurídica. Ele irá se comportar de uma forma diferente.

Então, é preciso que a gente tenha equilíbrio emocional, que a gente saiba lidar com a frustração e que a gente saiba que esse nosso desejo nós podemos, sim, realizar, mas buscando uma solução que seja plausível.

Então, aqui, como base do Governo, como alguém que foi buscar solução, que dialogou, que não ficou aqui enrolando os colegas, fingindo que ia fazer uma coisa ou fazer outra... Não! Eu realmente fui, conversei com o Presidente, conversei com o Relator, conversei com vários colegas. Aguardei a mudança da pasta da cidadania, estive com o Ministro Onyx na manhã seguinte da sua posse, exatamente para levar soluções. E voltei com a resposta de que, do jeito que estava proposto, não era possível. E nem com o meu desejo de incluir nessa medida provisória o décimo terceiro para todos os anos do Bolsa Família e um percentual para o BPC, também não era possível, porque havia óbices jurídicos para isso.

Portanto, eu me comprometi a buscar uma solução e continuarei buscando. Caso essa medida provisória venha a sucumbir, seja aqui, seja no Plenário, eu me comprometi – e afirmo aqui perante todos que nos ouvem – a buscar uma solução para o BPC, que não poderá ser 100%, porque nós não podemos tratar quem não contribui para a previdência e vai se aposentar com um salário mínimo da mesma forma que quem contribui e vai se aposentar com um salário mínimo. O Bolsa Família é completamente diferente.

Então, eu me comprometi. E quem me conhece sabe da seriedade do meu trabalho; a Senadora já teve a oportunidade de compartilhar comigo também assento em outras medidas provisórias e sabe que eu nunca me furtei a ir em busca daquilo com o qual me comprometo.

Então, é isso, Sr. Presidente. Eu só quero apenas chamar a atenção...

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Por favor, eu gostaria que a minha voz, o meu espaço aqui fosse preservado.

Eu entendo a ansiedade das pessoas que estão aqui; entendo mais do que a ansiedade, entendo a angústia. Mas eu também tenho uma angústia: de que possamos hoje aprovar algo que, lá na frente, o Supremo Tribunal Federal julgue inconstitucional diante da retroação tributária que se faz, como também pela impossibilidade material.

Isto aqui, olhem: números! Os números não brincam. Isso é sério. Então, tenho realmente essa angústia de que o Governo não possa fazer cumprir aquilo que hoje o Congresso está deliberando nesta Comissão Especial, para sofrimento daqueles que esperam tão ansiosamente por isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito obrigado pela sua intervenção falando em nome do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nós estamos em votação.

Os Parlamentares que concordam com o relatório do Senador Randolfe Rodrigues permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Antes de encerrarmos, eu vou passar a palavra para todos que quiserem dela fazer uso.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu vou abrir a palavra, mas eu queria, primeiro, fazer um agradecimento.

Eu queria agradecer a todos os Parlamentares dos partidos de oposição, em particular do centro, que estiveram aqui garantindo essa votação. Deputada Bia lutou bravamente em nome do Governo, no entanto...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – ... o relatório foi aprovado por unanimidade de votos.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Então, eu preciso registrar esse agradecimento a todos os Parlamentares que estiveram aqui.

Muito obrigado, Deputado Cacá Leão, Senador Ciro Nogueira, Deputado Elias Vaz, Senadora Leila, Senador Girão, Senadora Zenaide, Deputado Eduardo, Deputado Patrus Ananias, Deputado Capitão Wagner – eu espero não me esquecer de nenhum que esteve aqui –, Senador Jean Paul Prates, Antonio Brito, Marcelo Ramos, André Figueiredo, Mauro Benevides, todos que estiveram aqui e todos os Senadores, Antonio Anastasia, Soraya Thronicke...

Quero parabenizar o Relator, Senador Randolfe...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Senador Randolfe, o seu relatório...

Senadora Zenaide, o relatório do Senador Randolfe, incorporando as sugestões que foram feitas pelos Parlamentares, hoje busca construir um cenário muito diferente para o nosso País, onde os muito ricos vão contribuir com o pagamento do benefício para aqueles que mais precisam. Então, eu queria fazer esse agradecimento, registrar, e, neste momento, passar a palavra para a Senadora Zenaide, que quer se manifestar.

Todos os que quiserem fazer uso da palavra poderão fazê-lo.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Pela ordem.) – Eu queria aqui parabenizar o Senador Randolfe, o nosso Presidente, Deputado Camilo Capiberibe, e dizer à nossa Deputada Bia que eu, se fosse Governo, queria uma defensora como Bia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Mas quero dizer o seguinte: não é o benefício de prestação continuada, o décimo terceiro, que vai falir a previdência. Primeiro, não é um salário mínimo. É um salário mínimo, mas a renda *per capita* é um quarto de salário mínimo.

Mas ela me disse um argumento aqui que me chamou a atenção. Sabe o que é que vai continuar diminuindo os recursos, Patrus, da previdência, Presidente? Sabe quem vai continuar diminuindo os recursos? Uma pergunta que não quer calar. Fez-se uma reforma de previdência que não tirou privilégios de ricos, mas há 41 milhões de brasileiros na economia informal. Esse povo não vai contribuir, Randolfe. Temos 13,5 milhões na extrema pobreza. Eles não vão contribuir. Qual vai ser a solução do Governo? Nova reforma da previdência e no serviço público. A Emenda 95 proíbe a contratação de servidor por 20 anos! Quem vai contribuir com a previdência? Não é um benefício, um décimo terceiro de benefício de prestação continuada.

Mas eu tenho uma sugestão: está agendada para hoje, no Supremo, a renúncia fiscal feita pelo Governo para agrotóxicos, Presidente. O *Valor Econômico* mostrou que, apesar de ser uma caixinha de Pandora, só no ano passado, meu amigo Girão, o Governo deixou de arrecadar R$14,2 bilhões, porque não tributa agrotóxicos, porque uma parte das pessoas que recebe o Benefício de Prestação Continuada adquiriram essa deficiência, com certeza pelo uso excessivo de agrotóxicos. Então, tem de onde tirar! Tem de onde tirar, sim, só não pode é tirar dizendo que é um salário mínimo, quando a gente sabe que é um quarto de salário mínimo por família, o que a gente está tentando ampliar.

Então, eu queria dizer aqui que eu fico feliz com uma votação dessas, com todo o respeito. Eu acho que quase ninguém votou contra. Seria votar...

Eu queria chamar a atenção aqui para o lema da Campanha da Fraternidade. Os Parlamentares que vieram aqui viram, sentiram compaixão, e estamos ajudando.

Parabéns, Presidente! Parabéns, Randolfe, Relator! E, se Deus quiser, vocês aí contem conosco aqui, que nós não temos o hábito de deixar à deriva os mais carentes e vulneráveis deste País.

Um forte abraço, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito obrigado, Senadora Zenaide, pelo seu apoio importantíssimo, fundamental para que a gente pudesse, contra muitas forças, botar em votação esse relatório.

Eu quero passar agora a palavra – e saudar a presença – ao Deputado Marcelo Barbosa, que deu uma contribuição inestimável, buscando... Marcelo Ramos! Perdão! Marcelo Ramos.

Eu já falei o seu nome hoje aqui. É que eu misturei, porque eu vou passar a palavra para o Deputado Eduardo Barbosa, autor da emenda. Um dos autores. São vários. Mas ele é um autor da emenda que institui o décimo terceiro para o Benefício de Prestação Continuada. É um estudioso da área e sabe que essa é uma causa justa.

Deputado Marcelo Ramos, bem-vindo mais uma vez – agora, sem errar o seu nome –, parabéns pela contribuição! O senhor foi fundamental para a gente vencer resistências aqui, internamente, dentro do Congresso. A fonte de recursos é legítima, é constitucional... Enfim, muito feliz de recebê-lo.

Com a palavra o Deputado Eduardo Barbosa.

Parabéns pela sua emenda e pela aprovação do relatório hoje.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu acho que toda a emoção já foi traduzida pela fala da Senadora Zenaide, que não é só uma militante de políticas sociais – e tivemos o prazer de ser colega dela na Câmara dos Deputados –, mas que também, como mãe de pessoa com deficiência, compreende exatamente a necessidade das famílias, principalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

as desprovidas de recursos financeiros, para manter o nível de atendimento específico de que seus filhos precisam, tanto no que se refere a cuidados, como medicamentos ou atendimento. Então, a emoção da Zenaide traduz a emoção de todos nós.

Mas eu queria, neste momento, falar apenas duas coisas.

Primeiro, quero cumprimentá-lo pela condução, de uma forma extremamente serena. Você orgulha os seus pais, viu? Fui colega de ambos. Então, sou muito feliz de ter essa nova geração aqui, trazendo para nós, da mesma forma, essa permanência e persistência de trabalhar com políticas sociais. Então, parabéns pela sua condução.

O Senador Randolfe foi um herói, como sempre. Ele, quando pega suas teses, leva até o fim. Ele não esmoreceu nesse processo, mesmo sabendo que são temas árduos e que, de fato, têm impactos financeiros, não é? Mas existem alguns momentos em que nós temos que fazer opção: ou forçamos o Estado a entender quem é a população vulnerável deste País e para ela olhar de forma diferenciada e especial, ou então nós vamos deixar sempre para o final da fila, e outras questões emergenciais passam na frente.

Então, Randolfe, parabéns, Senador, pela sua luta e persistência, com fibra, com serenidade, tranquilidade, com a negociação com o Governo... Isso foi muito importante.

Eu acho que nós tiramos aqui algumas falas da Líder do Governo que são oportunas para o futuro, e não sabemos o que vai acontecer nos dois Plenários... Então, o processo, depois de negociação, continuará.

Mas há uma coisa que eu não posso deixar passar em branco numa reunião como esta, numa Comissão dentro do Senado Federal, porque há conceitos equivocados.

BPC nunca foi aposentadoria, para começar. Então, a gente começar a pensar dessa forma é um equívoco, um equívoco para concedê-lo e para mantê-lo. Na realidade, quem faz jus ao BPC são pessoas que não tiveram acesso a programas de habilitação, de reabilitação e de educação apropriada, que os colocassem em condição de inclusive buscar, pelo seu trabalho, a condição de se manter. Então, os que ficam recebendo BPC, de fato, são aqueles com altos comprometimentos.

E muitas vezes as famílias não têm como prover, mesmo porque, como a Zenaide colocou muito bem, o corte de renda é inferior a um quarto do salário mínimo, o que é um corte injusto. Então, são pessoas na miserabilidade que têm acesso, e são pessoas na miserabilidade em condições de deficiência, com muitos comprometimentos e limitações. Ou o Estado vê dessa forma, ou realmente essas pessoas ficam à míngua, dependendo da caridade pública.

E hoje, Sr. Presidente – eu, que milito na área há 35 anos... Ministro Patrus, a gente que percorre as nossas Minas, e eu percorro o Brasil inteiro pelo movimento a que pertenço, que é o movimento das APAEs –, nós estamos encontrando, a cada dia, pessoas com deficiência com alto comprometimento, sem pai e sem mãe, cuja renda é o BPC... E, quando ele tem essa renda, há algum parente que acolhe; porque, quando ele não tem, há o desprezo. Então, além de assegurar o mínimo social, às vezes ele consegue ter um apoiador, porque ele tem o benefício de prestação continuada.

Então, as famílias miseráveis estão tendo seus filhos totalmente sem referência familiar após a morte dos pais. Então, isso ainda se torna fundamental e mais importante.

Muito obrigado e parabéns para ambos.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós que agradecemos, Deputado, a sua militância, que permitiu aperfeiçoar a medida provisória encaminhada pelo Governo Federal para cá. Foi com as emendas que o Relator, com muita habilidade, construiu esse relatório, acolhendo essas demandas que vieram dos Parlamentares e da sociedade civil. É preciso dizer que, sem a mobilização e a pressão da sociedade civil, nós não teríamos tido sequer a instalação desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, se hoje nós conseguimos votar aqui dentro – e é um passo apenas dessa luta; como o senhor e outros Parlamentares bem lembraram, nós ainda temos o Plenário da Câmara e o do Senado –, isso foi por causa da grande mobilização, que não pode parar; essa mobilização precisa continuar, senão nós não teremos as próximas vitórias, que são determinantes para se concretizar essa luta, que é tão importante, pelas pessoas que mais precisam neste País.

Com a palavra, Deputado Patrus Ananias – Ministro Patrus, um grande militante da área, um grande conhecedor.

O SR. PATRUS ANANIAS (PT - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Deputado Camilo Capiberibe, nosso Presidente. Quero saudá-lo e parabenizá-lo pelo trabalho e saudar também e parabenizar o Senador Randolfe Rodrigues pelo belíssimo relatório.

Faço minhas aqui as palavras da Senadora Zenaide, Presidente da nossa Frente Parlamentar Mista – Senado e Câmara – em Defesa da Soberania Nacional; também as palavras do meu fraterno amigo, batalhador incansável da causa dos pobres, das polícias de assistência, o Deputado Eduardo Barbosa.

E quero prestar aqui também uma homenagem muito verdadeira, de coração, ao Deputado Marcelo Ramos, que teve um papel muito importante nesse processo, com os estudos que fez, as mediações, o diálogo...

Nós estamos hoje aqui, Deputado Marcelo, celebrando a vitória do diálogo, a vitória do consenso.

Eu quero saudar também, com muito respeito, todas as pessoas aqui presentes: militantes e pessoas que recebem o BPC; trabalhadoras e trabalhadores da imprensa, demais colegas Parlamentares.

Eu confesso a minha grande emoção neste momento. São dois programas que fazem parte da minha vida e da minha história: o Programa Bolsa Família nós implantamos e consolidamos quando fui Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Governo do Presidente Lula. Integramos o Bolsa Família com outras políticas públicas, as políticas públicas da assistência social, da segurança alimentar, além das políticas relacionadas com as condicionalidades do programa: a educação e a saúde.

E tenho o orgulho de termos consolidado o BPC, previsto na Constituição do Brasil e na Lei Orgânica da Assistência Social, na Loas. Nós pudemos integrar o BPC com as políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e consolidá-lo.

Então, neste momento, eu fico muito feliz.

E tenho uma convicção, Presidente, Deputado Camilo, colegas Parlamentares. Aprendi, nas minhas experiências na vida pública – como Prefeito de Belo Horizonte, em dois Ministérios que ocupei... –, que o dinheiro não cai do céu mesmo não.

Nós temos que ter um profundo respeito pelo dinheiro público. O dinheiro vem do sofrido bolso do contribuinte mesmo. Nós sabemos disso. Agora, sabemos também que precisamos estabelecer prioridades. E, num país como o Brasil, um país continental como o nosso, um país rico, belíssimo, um país com as potencialidades que o Brasil tem, nós não podemos admitir pessoas vivendo na pobreza extrema e na miséria. Isso não é compatível com as possibilidades nacionais.

Então, nós hoje aqui demos um passo – sofrido passo, conquistado no diálogo, nas mediações... Parabenizo mais uma vez o esplêndido trabalho do Presidente, do Relator e dos demais Parlamentares que aqui se dedicaram. Demos mais um passo nesse sentido.

O que nós queremos, o nosso objetivo é construirmos o Brasil, um país onde todas as pessoas tenham acesso aos bens e serviços básicos da vida; onde todas as pessoas, sem nenhuma discriminação, possam viver com dignidade, acesso aos bens da vida e acesso à comida saudável de cada dia. É o acesso à moradia decente, é o acesso ao trabalho digno, à educação, à saúde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E o pressuposto de todos esses direitos é esse direito fundamental que é a alimentação, que o Bolsa Família e o BPC asseguram a pessoas em situação de extrema vulnerabilidade.

Para receber o BPC, a pessoa tem que ter uma renda inferior a um quarto do salário mínimo. São pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. E, quando nós estabelecemos aqui o décimo terceiro salário, estamos possibilitando que essas pessoas e as suas famílias possam celebrar o Natal com dignidade, possam ter momentos de confraternização familiar ou entre amigos, amigas... Possam ter uma vida, como todos os seres humanos merecem.

Então, eu quero aqui, Presidente, parabenizar, mais uma vez, o trabalho do Relator, Senador Randolfe, e dos demais colegas, enfatizando muito, mais uma vez, o trabalho do Eduardo, fantástico, mas quero enfatizar muito aqui o trabalho do Deputado Marcelo. Não vou esquecer, por exemplo, as conversas que nós tivemos ainda hoje, discutindo o Bolsa Família. Hoje, na parte da manhã, estávamos discutindo o Bolsa Família, que foi o tema do nosso dia aqui. Eu senti o Deputado Marcelo, conversando comigo, com todo o empenho, com relação a este momento aqui, inclusive falando de contatos que ele teria... Não vou dizer aqui quais, para preservar um pouco a coisa, mas ele estava falando de procurar pessoas, conversar com Parlamentares, para que nós tivéssemos assegurado aqui hoje o quórum é pudéssemos dar esse passo fundamental, que, de fato, damos.

Então, eu quero saudar todas e todos, parabenizar as pessoas que também ajudaram aqui com a sua presença, presença justa, democrática, não violenta, pacífica, mas cívica, vigorosa, na defesa dos seus direitos, e nos ajudando a encontrar o caminho de uma sociedade melhor e mais justa.

Eu externo aqui a minha alegria, a minha emoção mesmo, de sentir que o que nós plantamos está dando frutos.

E nós não vamos retroceder nessa opção que fizemos de que, em primeiro lugar, os recursos devem estar destinados às pessoas, às famílias e às comunidades que mais precisam.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Nós que agradecemos a sua presença militante, forte, simbólica, nesta Comissão, garantindo o quórum no momento em que ele estava muito escasso aqui. Você sempre esteve aqui, nos fortalecendo nessa luta de todos os beneficiários.

É um impacto de 4,7 bilhões. Agora há pouco, a Senadora Zenaide falava dos impactos da desoneração do agrotóxico. Assim... É uma fração do benefício que algumas poucas empresas recebem.

E não é uma questão de ser contra os ricos. O recurso que o Deputado Marcelo Ramos conseguiu identificar não é um recurso que está voltado para o desenvolvimento. É um recurso que está parado, protegendo-se, e sem pagar os impostos que todos pagamos.

Por isso que é mais simbólica ainda esta votação de relatório, porque nós estamos aqui apontando um caminho. Um caminho, inclusive, para discutir dentro da reforma tributária. Pode ser que vire uma questão importante da agenda deste ano, mas pode ser que não, porque é mais fácil deixar essa agenda para depois do que enfrentar. Então, nós começamos a fazer isso.

E eu passo a palavra agora para o Deputado Marcelo Ramos, que nos trouxe esse caminho, um caminho que transcende a questão, exclusivamente, de financiar esses benefícios que nós votamos hoje. Vai mais longe isso que nós estamos fazendo aqui.

Deputado Marcelo Ramos, por favor.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Pela ordem.) – Deputado Camilo, Senador Randolfe, eu acho que todos os méritos desta Comissão e dessa vitória devem ser divididos entre os membros da Comissão, mas sem deixar de reconhecer o protagonismo de V. Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Se eu estive aqui em determinado momento para ajudar, foi por conta da dedicação e do empenho de V. Exas. a esse tema. Foram vocês que me trouxeram para cá. E, só por vocês me trazerem para cá, eu tive condições de dar alguma contribuição, para que nós chegássemos a esse acordo. Então, acho que é mais do que justo reconhecer o protagonismo.

Em momentos que parecia que era difícil, que não ia dar quórum, que ninguém acreditava que era possível votar, vocês seguiram acreditando, fazendo os diálogos necessários, sendo ponderados, sendo razoáveis, sem intransigência, sem radicalismo, e construindo um acordo possível para essa aprovação de hoje. Então, quero primeiro fazer esse registro, porque é da mais absoluta justiça.

Hoje, no debate de que nós participamos, de manhã, tratando do projeto de lei da Deputada Tabata, que regulamenta o Programa Bolsa Família, alguns dados me tocaram muito, e o dado mais significativo sobre o que foi apresentado lá é que, com o crescimento que o País teve em 2019, o único segmento que continuou tendo perda na renda é o dos mais pobres. Então, os mais ricos já começaram a ter uma recuperação, a classe média já começou a ter uma recuperação, mas os mais pobres seguem perdendo renda, nos últimos anos, no nosso País.

O contraponto disso é que, no momento histórico em que os mais pobres perdem renda, o Bolsa Família, em 2019, teve 1 milhão a menos de beneficiários do que em 2018. E também reduziu o valor médio dos benefícios, numa contradição absoluta, em que, no País, os mais pobres ficam ainda mais pobres e a política mais efetiva de transferência de renda e diminuição da miséria, que é o Bolsa Família, deixa de atender a 1 milhão de pessoas e passa a ter redução na média de contribuições. Isso é muito simbólico.

Por outro lado, nós estamos tomando uma decisão aqui corajosa. Registro: o come–cotas, a cobrança de Imposto de Renda sobre rendimento de fundos exclusivos, não é uma inovação nossa. Foi apresentado pelo Presidente Temer como medida provisória, já foi cobrado durante o período de validade da medida provisória, a medida provisória caducou, e há um projeto de lei tramitando na Casa com esse objeto, que simplesmente não consegue sair da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Nós estamos dando um passo à frente em algo que já deveria ter sido tratado pela Câmara há muito tempo, com o décimo terceiro do Bolsa Família ou sem o décimo terceiro do Bolsa Família.

A cobrança do come-cotas vem como uma solução para o financiamento do décimo terceiro do Bolsa Família e do BPC, mas ela deveria existir, mesmo que não fosse para isso, por um motivo simples: não há cabimento em os mais ricos do País não pagarem um tributo que todos nós pagamos, os de classe média e até os pobres, mais ainda num sistema tributário covarde como o sistema tributário brasileiro, em que o pobre nem sabe que está pagando imposto, porque o imposto está inserido no preço do arroz, no preço do feijão, no preço da conta de energia, no preço do transporte coletivo.

Hoje há um artigo do economista Pedro Nery, que é assessor aqui do Senado, no jornal *O Estadão*, em que ele diz o seguinte: "Um País que tem a coragem de fazer a caretice do equilíbrio fiscal precisa ter a coragem de fazer a paixão do combate à desigualdade. O equilíbrio fiscal só tem sentido se for instrumento de combate à desigualdade, e o combate à desigualdade não existe num País desequilibrado, do ponto de vista fiscal".

Portanto, é falsa essa contradição, e nós estamos demonstrando, aqui nesta Comissão, que é falsa essa contradição. Um país precisa de equilíbrio fiscal, precisa ser responsável do ponto de vista fiscal, mas essa responsabilidade tem que ter, como objetivo final, o combate à desigualdade.

Vencemos uma batalha e vamos juntos para a próxima, que é aprovar a medida provisória no Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito obrigado, Deputado Marcelo Ramos, mais uma vez registrando a importância da sua contribuição para o resultado final dos trabalhos desta Comissão.

Eu queria, neste momento, passar a palavra para o Senador Eduardo Girão. E, por último, falará aqui o nosso Relator, Senador Randolfe.

Senador Eduardo Girão, muito obrigado pelo apoio que o senhor deu para os trabalhos desta Comissão, pela sua presença e pelo seu desejo de ver esse tema sendo votado, sendo colocado em debate e sendo apreciado.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Parecia tão difícil, não é, Presidente? Parecia tão difícil, e foi lá e fez. Sem saber que era impossível, fomos lá e fizemos juntos. Porque foi um trabalho, como foi bem colocado por alguns colegas aqui, em conjunto, de muita paciência, de muita serenidade, mas com base na verdade – não é, Ministro? –, com base na verdade para diminuir um pouco essa brutal e gigantesca desigualdade que a gente tem no Brasil. Vergonhosa. Então, isso aqui é um pedacinho pequenininho, para diminuir um pouco.

Então, acho que está de parabéns hoje esta Casa; estão de parabéns as pessoas que se mobilizaram, que estão aqui; estão de parabéns os assessores que ajudaram aqui – era um falando com o outro, chamando Deputado, Senador, os colegas... Foi um trabalho muito bonito de equipe para a gente chegar a esse resultado.

Como bem colocou o Deputado Marcelo, essa questão dos fundos fechados é algo que não dá para entender, porque é intocável, não dá para acessar. É um absurdo isso! O Brasil e a Estônia são os países que não tributam dividendos. São apenas o Brasil e a Estônia. Então, é um passo importante que abre novos caminhos.

Essa solução a que nós chegamos é uma solução que dá superávit! Dá superávit! Olhem que solução interessante a que nós chegamos aqui! Dá superávit para o Governo.

Está chegando aqui o Capitão Wagner, que é outro entusiasta dessa vitória de hoje, da qual participou ativamente.

E, para fechar, eu queria só colocar que esse argumento do dinheiro, de que falta dinheiro, eu respeito mas não concordo. Não concordo, porque nós estamos vivendo um momento, e o Senador Randolfe Rodrigues sabe bem, a Senadora Zenaide também...

Eu já recebi aqui, hoje, 300 mensagens; ontem, umas 600. Eu acho legal isso. É o povo brasileiro participando da questão do Veto 52, pela manutenção do veto. Eu acho que um povo organizado, que se manifesta, é muito bem visto aqui. Pelo menos eu vejo que isso é muito saudável para a democracia e sensibiliza os Parlamentares sim.

E como é que não se tem dinheiro, se, enquanto a gente está conversando aqui, agora, está havendo aí rumores de um acordo, de um novo acordo do Governo, para mandar dois PLNs, mais tarde, aqui, para o Congresso Nacional, para compensar a manutenção do veto, que, graças à pressão popular, virou? Então, que história é essa de que não tem dinheiro? O que é isso? Há uma solução aqui que dá até superávit, para se cumprir o décimo terceiro do Bolsa Família e do BPC.

Então, parabéns, Presidente! Parabéns pela sua condução, sem perder a fé e com muita coragem! O Senador Randolfe é um irmão que eu já admiro há muitos anos, e mais uma vez abraçando uma causa positiva. Parabéns a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Vamos agora para outra. Como foi bem colocado aqui, foi uma batalha, mas, para vencer a guerra, a gente tem mais duas etapas importantes – e correndo contra o tempo. Por isso, vamos precisar da mobilização das pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito obrigado, mais uma vez, Senador Eduardo Girão. Obrigado pela mobilização. Nós somos todos mobilizadores aqui; não só a sociedade civil, mas todos, ligando e chamando. Foi bom o senhor registrar isso, porque foi um pouco angustiante em alguns momentos, mas finalmente conseguimos.

Eu passo, então, a palavra agora para o Deputado Capitão Wagner, do Ceará, que também foi um grande guerreiro nessa luta, desde o início nos ajudando, dando a sua presença aqui e registrando seu apoio.

Deputado Capitão Wagner.

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

De forma muito rápida, eu fiz questão de correr até aqui, à Comissão, não só para registrar a nossa felicidade, a nossa alegria, mas também para parabenizar cada Parlamentar aqui que foi insistente, que argumentou... O Deputado Marcelo foi um monstro aqui na argumentação técnica e nos deu uma aula em relação à solução para esse problema. O senhor, como Presidente, teve toda a paciência... O nosso Relator, o Senador Randolfe, Eduardo Girão, e os demais Parlamentares que aqui, de forma a permitir que o debate fosse realizado, encontraram uma solução para uma situação que o Governo próprio apresentou, através da MP, e para a qual o Congresso – o Senado e a Câmara – conseguiu encontrar uma solução melhor até do que a que o Governo apresentou inicialmente. Então, eu só tenho que registrar a nossa alegria de poder ter participado da Comissão.

Mesmo como suplente, em todas as reuniões eu estive como titular, porque o titular teve outras demandas em outras Comissões. Então, para mim é uma alegria muito grande.

Essa é uma bandeira que a gente já defende lá no nosso Estado, que a gente empunhou enquanto Vereador, que a gente empunhou enquanto Deputado Estadual. E aqui, como Deputado Federal, eu tenho a alegria de ter participado da Comissão.

Logicamente que muitas batalhas ainda virão daqui para a frente, e a mobilização das instituições, dos pais, de todas as pessoas nas redes sociais e aqui na Comissão foi extremamente importante para que a gente tivesse esse resultado finalmente.

Então, parabéns à Comissão! Eu tenho muito orgulho de ter participado dessa luta.

E vamos continuar as batalhas que virão pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Mais uma vez obrigado, Deputado Capitão Wagner.

Neste momento, eu tenho a satisfação de passar a palavra para o Relator, o Senador Randolfe Rodrigues, que foi muito habilidoso nessa costura – não é uma costura muito simples de ser feita –, que buscou, junto conosco...

Com o Deputado Marcelo, nós fomos ao Palácio do Planalto ouvir o Governo, ouvir os ministérios, para compreender qual era o caminho, e o Senador Randolfe conseguiu, com o seu conhecimento na área jurídica, com o seu conhecimento e a sua habilidade parlamentar, construir um relatório que pudesse ser aqui aprovado por unanimidade.

Nós não tivemos nesta reunião de votação nenhum voto contrário ao relatório, tampouco nas votações antecedentes. E até o Governo se ausentou: não houve um voto contrário. Havia defesa, mas não havia o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

voto. A posição do Governo foi defendida, mas ela não se materializou em nenhum voto aqui nesta Comissão. Isso mostra que o relatório estava fechado, coerente...

Eu parabenizo e passo, neste momento, a palavra para o Senador Randolfe Rodrigues, que é do meu Estado do Amapá. Eu fico feliz de estar aqui com um conterrâneo meu – Amapá e Amapá – numa Comissão. Isso não acontece todo dia, não é, Senador?

O senhor tem a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, Deputado Camilo, primeiro, eu quero agradecer também. Dizem que tudo que acontece na vida tem seu momento e seu destino. Para mim é uma honra enorme ter partilhado o trabalho desta Comissão com um conterrâneo do Amapá, companheiro de jornada e de sonhos. Poucos sabem, mas eu, com muita honra, fui Vice, fui candidato a Vice-Prefeito de Macapá na chapa de Camilo em 2008, numa campanha belíssima. Acho que o Marcelo esteve por lá, mas o Marcelo teve notícias...

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. *Fora do microfone.*) – A dele ganhou, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – O Marcelo é pé-quente! Ele só entra para ganhar. (*Risos.*)

Ele só entra no da vitória.

Mas, em 2008, fizemos uma campanha belíssima. Para mim é uma satisfação... Temos posições políticas no mesmo campo político nacionalmente e no Amapá. Houve uma conspiração do destino para estarmos juntos, amapaenses que somos, de mesmas posições, de posições políticas muito próximas, conduzindo, dirigindo essa medida provisória. O Deputado Camilo teve muita habilidade na costura, que é o papel de um Presidente, e na construção desse relatório final.

Eu queria também saudar aqui todos os companheiros, colegas e irmãos, iniciando pelo Senado. Em nome dele, quero saudar todos que participaram da construção e da aprovação desse relatório, como o meu irmão de caminhada, de posições e de sonhos aqui, meu irmão Eduardo Girão, Senador do Ceará, que muito honra os cearenses, e a minha companheira também de jornada Senadora Zenaide, do Rio Grande do Norte, que muito honra os potiguares com suas posições sempre a favor dos mais fracos, dos oprimidos, dos mais pobres.

Eu queria também cumprimentar o Capitão Wagner, que, desde o começo, tem estado nesta Comissão, por ter garantido, ao final, a aprovação desse relatório.

O Patrus dispensa comentários, porque o Patrus é quase sinônimo do programa de bolsa. O programa de bolsa cresceu no Brasil na gestão do Ministro Patrus. Eu tenho identidade também com o Patrus desde o período em que ele foi Prefeito de Belo Horizonte. Como o Patrus vem da Igreja, dos setores populares da Igreja Católica, das comunidades de base, ele me ensina também – ele tem a mesma formação, a mesma origem da qual venho – que a verdadeira vocação cristã é a da opção pelos mais fracos, pelos mais pobres, está nas várias passagens do Evangelho e nas escolhas de Cristo.

Eu queria, por fim, registrar e agradecer o apoio também desse companheiro de posições políticas, com o qual tenho tido muita identidade... Cada vez mais, encontro identidade com as posições do Deputado Marcelo Ramos; com ele, cada vez mais, encontro identidade.

Neste caso, tenho de fazer o registro de que o meu relatório nada seria sem a contribuição do Deputado Marcelo. A solução... Eu quero, humildemente, aqui reconhecer: as soluções que eu tinha apontado... Inicialmente, nós tivemos má vontade por parte do Governo quanto ao diálogo e à alternativa para resolver um problema que foi apresentado pelo próprio Governo. Afinal, o Governo, que concedeu o décimo terceiro do bolsa em dezembro último, queria que a MP que ele próprio editou caducasse, algo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

errático, incompreensível. E foi a partir do diálogo com o Deputado Marcelo que nós encontramos a solução. Eu pensei em algumas alternativas, mas, tecnicamente – reconheço aqui –, elas eram insuficientes. O Deputado Marcelo diagnosticou a tramitação de um projeto de lei na Câmara dos Deputados de cobrança de Imposto de Renda sobre os chamados fundos exclusivos. Mas não é só um projeto de lei perdido que ele encontrou lá. Ele já tinha sido objeto de uma medida provisória editada pelo Presidente Michel Temer, e havia a expectativa de arrecadação de R$10 bilhões!

Ora o Governo fala... Falou-se muito aqui em déficit, em rombo. Nós estamos dando superávit para o Governo. O custo do décimo terceiro da Bolsa é 2.5. O custo do 13º do BPC é cinco ponto alguma coisa. Somados os dois, dá 7.38. Nós aprovamos e colocamos no texto da medida provisória a cobrança do Imposto de Renda sobre os fundos exclusivos, cobrança sobre os chamados come-cotas. Isso trará um lucro de mais de 2,5 bi para o Governo. Estamos encontrando superávit, tanto que eu fico na dúvida sobre o dilema do Governo: se é conceder aos mais pobres ou se é não ter coragem de tributar os mais ricos. E eu repito: é uma tributação que não foi feita por nenhum Governo de esquerda, socialista ou coisa que o valha; foi feita pelo Governo de Michel Temer, cujo Ministro da Economia era Henrique Meirelles, que tem a mesma orientação econômica do Ministro Paulo Guedes. Foi ele que mandou a medida provisória para cá e foi ele, o Governo Michel Temer, que mandou depois o projeto de lei. Nós estamos querendo ajudar o Governo com isso e não prejudicá-lo. Todos os demais critérios técnicos foram atendidos, inclusive o atendimento ao princípio da anterioridade. Todos, todos! Nós esgotamos, de todas as formas, as possibilidades de diálogo com o Governo, mas, claramente, mais uma vez, Marcelo – permita-me chamá-lo assim –, o que fica aparecendo é que há uma grande facilidade hoje no Brasil de retirar dos mais pobres, mas uma grande dificuldade de sempre tributar os mais ricos.

O Senador Girão falou algo importante: o Governo acaba de mandar um PLN para cá também de 15 bi. O valor desse PLN é de 15 bi. Se o Governo manda um PLN de 15 bilhões para cá, por que o Governo não pode também conceder 7 bilhões para atender às necessidades dos que mais precisam?

Mas eu queria fazer este registro, Deputado Marcelo Lira, e agradecer-lhe do fundo do coração pela sua contribuição e a todos. Eu acho que este Parlamento, esta Comissão Mista... Realmente, Marcelo, você falou algo importante. É uma batalha! Temos ainda que aprovar no Plenário da Câmara e depois no Plenário do Senado, mas, como foi dito por você e pelo irmão Girão, parecia que era impossível. Nós todos viemos aqui e fizemos. Agora, segue para o Plenário da Câmara, e eu acho que essa é uma homenagem que se faz, é um reconhecimento que este Congresso Nacional faz, através desta Comissão Mista de Deputados e Senadores, de que não é possível neste País só sacrificar os mais pobres. A desigualdade aumentou neste País nos últimos anos. Os mais pobres, como já foi dito, perderam mais nos últimos anos. Os mais ricos têm... Principalmente o sistema financeiro só tem ganhado, e muito!

Então, está na hora de este Parlamento fazer uma sinalização para aqueles que menos têm, e nada melhor do que fazer a sinalização atendendo àqueles que recebem Benefício de Prestação Continuada e Bolsa Família.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito obrigado, Senador Randolfe, por toda a sua dedicação no transcurso dessa batalha que ainda não terminou.

Eu acho que aqui nós fizemos uma coisa que a população brasileira espera de nós que é mostrar caminhos. São caminhos em duas direções muito importantes: uma é mostrar que as classes privilegiadas deste País podem contribuir muito mais do que elas têm contribuído até hoje, para que nós possamos construir política social e lutar contra a desigualdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E a outra é que nós podemos aqui, sim, contribuir com o Governo, dando um norte para a política social que está perdida. Essa é a realidade! O que aconteceu aqui, nesta reunião, mostra que a política social do Governo não tem rumo. Governo sem voto nenhum mostra que não há política social no Governo. É o Congresso que está tentando empurrar, encontrar algum caminho. Então, a vitória é mais ampla no sentido simbólico do que nós estamos apontando.

No entanto, a mobilização vai ter que continuar, e mais forte ainda, para que possamos reproduzir no Plenário da Câmara e do Senado esta vitória que nós tivemos aqui hoje. Contem conosco. Tenho certeza de que todos que estamos aqui vamos ser grandes batalhadores, agora, no Plenário.

Eu queria dizer da minha gratidão e da minha honra de poder presidir Parlamentares de tamanha qualidade aqui, nesta Comissão, uma Comissão que foi muito subestimada, muito desacreditada, e que termina com uma grande vitória.

Muito obrigado a todos! Parabéns! E vamos à luta nos Plenários! (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 27 minutos do dia 11/02/2020. Reaberta às 14 horas e 30 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas do dia 12/02/2020. Reaberta às 15 horas e 01 minuto, a reunião é suspensa às 16 horas e 53 minutos do dia 19/02/2020. Reaberta às 14 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 15 minutos do dia 03/03/2020.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 900, DE 2019, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e cinquenta e nove minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Deputado Sidney Leite, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 900, de 2019, com a presença dos Parlamentares Luis Carlos Heinze, Eduardo Gomes, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Jaques Wagner, Lasier Martins, Zé Vitor, Raimundo Costa, Elias Vaz, Carlos Gomes, Bia Cavassa, Jose Mario Schreiner, Pr. Marco Feliciano, Bia Kicis, Telmário Mota, Nelsinho Trad, Dário Berger, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Luis Miranda, Jorginho Mello, Paulo Azi, Izalci Lucas, Delegado Pablo, Carlos Chiodini, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Fred Costa e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Marcio Bittar, Plínio Valério, Weverton, Sérgio Petecão, Carlos Viana, Paulo Rocha, Rodrigo Pacheco, Arthur Lira, Hercílio Coelho Diniz, Nilto Tatto, Eduardo Bolsonaro, Tadeu Alencar, Túlio Gadêlha e Daniel Coelho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Medida Provisória n° 900, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, a contratar instituição financeira para criar e gerir fundo privado constituído por recursos decorrentes da conversão de multa de que trata o art. 72, § 4º, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Senador Alessandro Vieira, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 900, de 2019, pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, pela sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, por sua aprovação, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 49, 51, 54, 57, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 89 e 92 e pela rejeição das demais emendas apresentadas, nos termos do Projeto de Lei de Conversão apresentado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e das anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinco minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Sidney Leite
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 900, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/18

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 900, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Passo a palavra ao Relator, Senador Alessandro Vieira, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se do relatório referente à Medida Provisória nº 900, que cuida do procedimento de conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Eu me preservo para fazer diretamente a leitura do voto, apenas fazendo algumas observações.

O mote do trabalho até agora realizado, com a acolhida de diversas emendas, foi garantir um projeto com maior transparência e possibilidade de fiscalização pelo Poder Público e pela sociedade. O Ministério do Meio Ambiente foi um parceiro nessa construção e entendeu a necessidade de ter um processo absolutamente transparente e fiscalizável.

E, por conta disso, em face do exposto, votamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 900, de 2019; pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria; pela sua adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, por sua aprovação, com acolhimento total ou parcial das Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 49, 51, 54, 57, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 89 e 92, e pela rejeição das demais emendas apresentadas, nos termos do seguinte projeto de lei de conversão, que segue aqui juntamente com o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos a matéria para a votação.

Em votação o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Gostaria de fazer algum comentário?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, apenas quero referendar os parabéns pela condução da Comissão até o presente ponto e garantir que estamos fazendo um trabalho que busca transparência e qualidade na prestação final do serviço, que é de melhoria e amparo ao meio ambiente. Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Quero parabenizar o Senador Alessandro pela iniciativa de contemplar propostas de Parlamentares, tanto do Senado quanto da Câmara, mas sem perder a perspectiva de dar celeridade, só possibilitando que essas multas possam se transformar em ações e recursos e, com isso, ter investimentos em cadeias produtivas, em projetos voltados à necessidade do meio ambiente, que são prementes do norte ao sul do País. E há essa demanda em todas as áreas. É o que a gente vê no dia de hoje.

Eu não tenho dúvida de que este é um passo importante, porque eu acompanho, Senador, a discussão da questão do Fundo Amazônia. No meu Estado, que é o Estado do Amazonas, pouco ou quase nada se vê consolidado de cadeia produtiva que atenda os povos e as populações tradicionais de centenas e centenas de famílias que estão espalhadas ao longo da floresta, sejam ribeirinhos, sejam pescadores, sejam indígenas, sejam quilombolas, que são poucos, mas que existem no Estado do Amazonas. Então, tenho certeza de que esta proposta encaminhada pelo Governo e que V. Exa. melhora ouvindo os colegas Parlamentares, também com essa preocupação de modernizar e dar celeridade aos serviços públicos no Brasil, servirá, inclusive, de modelo para que a gente possa avançar no âmbito dos Estados e Municípios.

Era o que eu tinha dizer.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e das anteriores.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 902 DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Deputada Benedita da Silva, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 902 de 2019 com a presença dos Parlamentares Luiz Pastore, Major Olimpio, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Alceu Moreira, Neri Geller, Carlos Jordy, João Roma, Luis Miranda, Diego Garcia, Pr. Marco Feliciano, Alessandro Vieira, Irajá, Flávio Bolsonaro, Dário Berger e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho. **Resultado:** Aprovados os Requerimentos nº 3 (Plano de Trabalho), do Senador Nelsinho Trad, nº 1, dos deputados Benedita da Silva e Carlos Zarattini, e nº 2, do Deputado Diego Garcia. Aprovada a ata da 2ª reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e sete minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputada Benedita da Silva

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 902 de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 902 DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Deputada Benedita da Silva, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 902 de 2019 com a presença dos Parlamentares Luiz Pastore, Jarbas Vasconcelos, Major Olimpio, Soraya Thronicke, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Jorginho Mello, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Bia Kicis, Marcelo Ramos, Elias Vaz, João Roma, Samuel Moreira, Luis Miranda, André Figueiredo, Pr. Marco Feliciano, Delegado Pablo, Paulo Paim, Eduardo Girão, Eliziane Gama, Túlio Gadêlha, Hugo Leal, Flávio Bolsonaro, Chico D'Angelo, Eduardo Braga, Dário Berger, Julio Cesar Ribeiro, Leila Barros, Aline Sleutjes, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Mecias de Jesus, Alexis Fonteyne, Irajá, Izalci Lucas e Glauber Braga. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 902, de 2019. **Participantes:** Jonathan José Formiga de Oliveira, Subsecretário de Fiscalização da Receita Federal; Leonardo Gomes Vieira, Coordenador de Orçamento e Finanças do Departamento de Polícia Federal; Salim Mattar, Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados; Carolina de Assis Barros, Diretora de Administração do Banco Central. Eduardo Zimmer Sampaio, Presidente da Casa da Moeda do Brasil. **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e um minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputada Benedita da Silva

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 902 de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 902 DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência daDeputada Benedita da Silva, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 902 de 2019 com a presença dos Parlamentares Luiz Pastore, Vanderlan Cardoso, Soraya Thronicke, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Alceu Moreira, Bia Kicis, Marcelo Ramos, Elias Vaz, Luis Miranda, Diego Garcia, Pr. Marco Feliciano, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Delegado Pablo, Carlos Chiodini, Paulo Paim, Eduardo Girão, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Túlio Gadêlha, Flávio Bolsonaro, Dário Berger e Leila Barros. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 902, de 2019. **Participantes:** Carlos Roberto De Oliveira, Ex-Diretor Técnico da Casa da Moeda do Brasil; Aluízio Firmiano da Silva Junior, Presidente do Sindicato Nacional dos Moedeiros; Bruno Henrique Miniuchi Pellizzari, Diretor da Sociedade Numismática Brasileira; e Rodrigo da Silva Ferreira, Advogado da Casa da Moeda. **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e oito minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputada Benedita da Silva

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 902 de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 903, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e treze minutos do dia onze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Veneziano Vital do Rêgo, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 903, de 2019 com a presença dos Parlamentares Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Roberto Rocha, Major Olimpio, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Elmano Férrer, Paulo Bengtson, Rogério Peninha Mendonça, Carlos Jordy, Marcelo Ramos, Elias Vaz, João Roma, Domingos Sávio, André Figueiredo, Léo Moraes, Pr. Marco Feliciano, Eduardo Braide, Izalci Lucas, Pedro Lupion, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Carlos Chiodini, Arolde de Oliveira, Capitão Wagner, Sanderson, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Eduardo Braga, Leila Barros, Luiz Pastore, Marcos do Val, Angelo Coronel e Luis Miranda. Deixam de comparecer os Parlamentares Weverton, Sérgio Petecão, Irajá, Jean Paul Prates, Carlos Zarattini, Bia Kicis, André de Paula, Wellington Roberto, Tadeu Alencar, Jhonatan de Jesus e Elmar Nascimento. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Medida Provisória n° 903, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Domingos Sávio. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Deputado Domingos Sávio, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela presença dos requisitos constitucionais de relevância e urgência, bem como pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira; pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade; e pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência da Medida Provisória nº 903, de 2019; no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 903, de 2019, e pela rejeição da emenda apresentada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e quatro minutos. Aprovada a presente Ata, que será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Veneziano Vital do Rêgo

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 903, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. PSB - PB) – Havendo número regimental, declaramos aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 903, de 2019.

Eu quero aqui, desde já, agradecer a presença dos nossos companheiros que já marcaram suas respectivas presenças, quero agradecer também a atenção qualificadíssima do meu querido Deputado e Relator Domingos Sávio na equipe que nos acompanha, nos assessora e, de logo, já passo a palavra a V. Exa., eminente Deputado Domingos Sávio, para que possa proceder à leitura do relatório.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço suas palavras iniciais e cumpro prontamente a missão. Eu, primeiro, registro aqui que encontrei nos pares desta Comissão, tanto na Câmara quanto do Senado, não só a solidariedade, mas o apoio inconteste, para que pudéssemos relatar em tempo o mais hábil possível, o mais exíguo possível, para que nós não possamos comprometer a eficácia dessa medida provisória, que já está prestando um grande serviço ao Brasil. Não fosse a edição dessa medida provisória, nós teríamos aí algumas centenas de profissionais imprescindíveis à vigilância sanitária, a todo o processo de exportação de proteína animal, a toda a segurança alimentar brasileira, teríamos, infelizmente, esses profissionais desligados sumariamente do quadro, porque a legislação assim o preceitua. Com a medida provisória, desde que aprovada agora, nós teremos por mais dois anos essa renovação.

Então, eu vou de pronto ao relatório, com os seguintes dizeres: a Medida Provisória de nº 903, de 6 de novembro de 2019, foi submetida à apreciação do Congresso Nacional pela Mensagem 558, de 2019, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, acompanhada da Exposição de Motivos Interministerial 00081/2019, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério da Economia.

Com apenas dois artigos, sendo um deles o da vigência, a medida provisória autoriza o MAPA a prorrogar por dois anos os contratos por tempo determinado de 269 médicos veterinários, firmados a partir de 20 de novembro de 2017 e ainda vigentes na data da publicação da MP.

A contratação por tempo determinado dos médicos veterinários fundamenta-se na alínea "f" do inciso VI do *caput* do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, para as atividades "de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa agropecuária, no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio internacional de produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana."

A prorrogação por dois anos estabelecida pela medida provisória é adicional ao prazo limite de dois anos de prorrogação dos contratos, estabelecido pelo inciso I do parágrafo único do art. 4º da Lei 8.475, de 1993. Ou seja, o prazo total de duração dos contratos passa a ser de quatro anos.

De acordo com a exposição de motivos apresentada, o bom funcionamento do sistema de defesa agropecuária, com pessoal qualificado e em quantidade suficiente, é fundamental para a continuidade da importante contribuição do agronegócio brasileiro para a geração de divisas internacionais. Por isso, em 2017 o MAPA contratou emergencialmente 300 médicos veterinários, por tempo determinado (até dois anos), para suprir a carência gerada pela crescente baixa funcional na carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário, que contabilizou a aposentadoria de 649 servidores entre o ano de 2016 e 2019. Entretanto, em novembro de 2019 seriam finalizados 220 desses contratos temporários, de um total de 269 ainda em exercício, o que poderia levar a uma interrupção da imprescindível fiscalização de produtos de origem animal realizada por esses profissionais, com iminente risco à saúde dos consumidores e severos prejuízos ao comércio interno e à exportação do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Por esse motivo, em caráter excepcional e de urgência, foi apresentada a medida provisória para a prorrogação dos contratos, por tempo determinado, de médicos veterinários por um período total de até quatro anos.

No prazo regimental, foi apresentada apenas uma emenda à medida provisória, que visava acrescentar o inciso IX do art. 12-B da Lei 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, a qual "dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, fixa remuneração de seus cargos e dá outras providências", para prever que a cessão dos integrantes das carreiras de que trata a referida lei poderá ser autorizada, além das demais hipóteses elencadas no artigo, para "Estados da Federação, para exercício de cargo de Secretário de Estado ou Secretário Adjunto".

A Medida Provisória nº 903, de 2019, autoriza o MAPA a prorrogar por dois anos os contratos vigentes, pelas razões já mencionadas, pelo risco de interrupção desses contratos.

No que tange à admissibilidade da medida provisória, entendemos serem – e eu já entro agora, portanto, Sr. Presidente, no voto do Relator – atendidos os pressupostos de relevância e urgência, pois a necessidade de prorrogação dos contratos temporários de médicos veterinários é agravada pela crescente baixa funcional na carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário, que contabilizou a aposentadoria de 649 servidores entre o ano de 2016 e 2019. A falta de servidores poderia levar à interrupção dos serviços de fiscalização de produtos de origem animal, com iminente risco à saúde dos consumidores e severos prejuízos para o comércio interno e as exportações do setor.

Com base no exposto, manifesto-me pela admissibilidade da Medida Provisória nº 903, de 2019.

Atendidos os pressupostos de urgência e relevância e constatando que as matérias tratadas no diploma legal sob análise não se enquadram no rol das vedações impeditivas à edição de medidas provisórias, listadas nos incisos I a IV do art. 62 e no art. 246 da Constituição Federal, nem se inserem entre aquelas cuja competência é exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer uma de suas Casas, tampouco ferem qualquer princípio ou preceito da Lei Maior, voto pela constitucionalidade e pela juridicidade da Medida Provisória nº 903, de 2019.

Quanto à técnica legislativa, entendo atendidos os requisitos da Lei Complementar nº 95, de 6 de fevereiro de 1998.

A exposição de motivos informa que a prorrogação dos contratos previstos na MP terá um impacto estimado da ordem de R$73,5 milhões, já previstos no orçamento vigente, razão pela qual voto pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 903, de 2019.

Em relação ao mérito, apesar de a extensão dos contratos temporários não significar uma solução definitiva para o problema da fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal realizada pelo Poder Público, entendemos que seja adequada no atual contexto da crise fiscal. Além disso, conforme o exposto pelo Governo, esse tipo de contratação é uma das ações previstas no Projeto de Reforma Administrativa, que, no caso da defesa agropecuária, tem a vantagem de possibilitar a celebração de contratos com alocação dos profissionais em localidades específicas e remanejamentos para suprir eventuais carências.

Com base no exposto, voto pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira; pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade; e pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência da Medida Provisória nº 903, de 2019.

No mérito, voto pela aprovação da Medida Provisória nº 903, de 2019, e pela rejeição da emenda apresentada.

Sala das sessões, em 11 de fevereiro de 2010.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Deputado Domingos Sávio, Relator.

E este o nosso parecer, Sr. Presidente, colegas Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. PSB - PB) – Agradecer de já o percuciente relatório, até porque feito e lido por quem tem o conhecimento de causa.

Pois bem, em discussão a matéria.

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (MDB - SC) – Sr. Presidente, deixe-me...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. PSB - PB) – Não! Permita-me abraçá-lo, abraçar esse querido e estimado Deputado Rogério Peninha, com quem eu tive a honra, enquanto seu companheiro, da mesma forma como também ao lado do Deputado Domingos Sávio, a aprender muito do pouco que sei. Então, fico felicíssimo de termos dividido à época, enquanto Deputados Federais que fomos, também a mesma legenda. Então, alegre e honrado de poder vê-lo entre nós e abraçá-lo desde já, de antemão deixando à sua disposição os microfones para discutir a matéria.

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (MDB - SC. Para discutir.) – Obrigado pelas palavras, Senador Veneziano.

Dizer que a Câmara também já está sentindo falta da sua presença lá conosco, dos seus pronunciamentos inteligentes, com boas colocações. Mas esperamos que V. Exa. não volte para lá, que depois do Senado suba para governador, o que com certeza será merecido.

Mas em relação ao relatório do Deputado Domingos Sávio, sem dúvida é um relatório bem feito. É isso que se espera. Não podemos permitir a paralisação desse trabalho. Aliás, ele, como médico veterinário, conhece mais do que qualquer um de nós essa realidade e a necessidade da continuação desses trabalhos. Tenho também um pouco de conhecimento da área, até como engenheiro agrônomo. Já fui Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária lá do Estado de Santa Catarina. O nosso Estado é um Estado produtor de proteínas, principalmente em termos de suínos e aves. Sem dúvida esse trabalho, no Ministério da Agricultura, dos médicos veterinários é fundamental e não pode ser paralisado.

Parabéns, Deputado Domingos Sávio. Aliás, assim também tem sido o seu comportamento e a sua atuação como Deputado ao logo desses três mandados, o terceiro que lá estou e que tenho acompanhado o seu trabalho. Com certeza também sou um admirador do seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. PSB - PB) – Obrigado, querido Deputado Rogério Peninha.

Indago do Deputado Léo Moraes se gostaria...

Pois bem, nenhum outro companheiro expôs o desejo de debater a matéria, eu queria, meu estimado amigo que me deu a honra de ladeá-lo, fazer um comentário, até porque haveremos de travar esse bom debate. V. Exa., nas linhas que contêm os parágrafos do seu relatório, falava sobre um ponto que é o de enfrentarmos proximamente uma reforma administrativa, que nós sabemos ser necessária. Mas como se dará e qual o tamanho que nós proporemos e quão daquela ideia do Governo central será abrigada por nós... Digo isso, Deputados, digo isso, meu querido Relator, em face de um exemplo. Nós estivemos vivenciando nesses primeiros dias de 2020 a realidade que termina por tragar nefastamente mais de 2,5 milhões de cidadãos brasileiros que buscaram os serviços a serem prestados pelo INSS e, na ausência de profissionais, se viram padecendo por situações invisíveis e indesejáveis, exatamente a ausência de servidores públicos.

Agora nós estamos tratando, e de uma forma a atender os requisitos que são exigidos às edições das medidas provisórias, que são exatamente a urgência e a relevância, e é incontroverso tanto uma quanto outra, mas por quê? Porque nós temos uma limitação de profissionais também na área veterinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

V. Exa. dizia no seu relatório que haverá, na proposta que vai ser discutida, repito, pelo Congresso, da reforma administrativa, a previsão para que esses contratos assim sejam celebrados. Mas será que isso traz-nos a segurança devida? Contratar por tempo determinado, trazendo a insegurança para o próprio profissional que, mais à frente, tendo concluído a sua passagem, será simplesmente posto lateralizado? Uma questão que tem que ser levada como relevante.

Perdoe-me a oportunidade para fazer menções a esse respeito. Ademais, sem mais quem queira discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório.

Os parlamentares presentes, que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório de S. Exa., Deputado Domingos Sávio, que passa a constituir o parecer da Comissão.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Presidente, me permita?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. PSB - PB) – Pois não, com o maior prazer, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Como Relator.) – Presidente, eu quero agradecer a V. Exa., agradecer aos colegas Deputados, as palavras do Deputado Peninha, mas eu quero me unir também a V. Exa. quanto a essas preocupações sobre uma reforma administrativa, que julgo imprescindível para o País, imprescindível, assim como foram a reforma trabalhista e a reforma da previdência, mas que deve ocupar de todos nós uma atenção muito especial para que nós não nos precipitemos, primeiro, não cometendo a leviandade de sermos injustos com relação à importância, ao papel relevante, às carreiras que desempenham os servidores públicos.

Os servidores públicos têm um papel fundamental em toda a organização do Estado democrático e sem eles pereceria a estrutura de um Estado Democrático.

Não basta termos representantes do povo eleitos, não basta termos a estrutura do Judiciário ou do Executivo, se não tivermos os servidores de carreira que de fato labutam para cumprir uma missão. Obviamente, ao longo de décadas e décadas foram se acumulando equívocos ou até distorções, porque algumas atividades foram desaparecendo.

Hoje, com os processos de evolução tecnológica você pode alterar e muito a forma de gestão em Prefeituras, em Estados e na própria União.

E eu diria, Presidente, já para concluir, que nessa matéria mesmo nós teremos uma oportunidade de debater algo, e eu como médico veterinário não poderei me omitir, embora saiba que é polêmico, e já tomei iniciativa inclusive de apresentar uma proposta de um projeto de lei. Eu me refiro a termos no Brasil o que já existe em praticamente todos os países com controles sanitários e de vigilância avançadíssimos, o chamado autocontrole, com a responsabilidade direta de quem produz e processa os alimentos. Obviamente isso não significa a omissão do Estado, mas significa o Estado que estabelece com clareza regras e fiscaliza.

O que nós temos hoje chega a ser um pouco surrealista. Você tem funcionário público federal dentro da indústria, quase que se confundindo como funcionário da indústria, se responsabilizando, de certa forma, pela linha de produção, em tempo integral. E isso acaba criando um custo elevado para o Estado e até, em algumas situações, algo constrangedor porque a produção diariamente ali está sendo feita com a premissa de que ela já está sendo tacitamente aprovada pela inspeção federal que ali dentro está localizada.

Eu defendo claramente que nós tenhamos um aprimoramento da legislação para que a responsabilidade seja de quem produz. Eu não estou facilitando, aparentemente está facilitando a vida de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

quem produz quando você tira o fiscal de lá de dentro. Não, eu estou dizendo que ele tem que ter responsabilidade e obviamente terá que ter veterinários, terá que ter profissionais qualificados para atestar que a qualidade daquele produto atende a todas as exigências sanitárias para o mercado interno e para a exportação. E você vai dispor da estrutura do Estado para fazer a fiscalização e isso não significa ter um em cada lugar.

Por isso, embora eu tenha sido procurado por colegas alegando que não, devíamos agilizar novos concursos, eu sinto que nós devemos nesse momento de fato prorrogar essa contratação temporária e, feita a reforma administrativa, nós dimensionarmos qual Estado que de fato vai atender ao interesse público e vai ser mais eficiente. Não só nessa função especificamente, mas nas outras inúmeras funções, e em algumas vamos acabar encontrando a obsolescência daquela função porque ela já superada pelas tecnologias. Em outros campos, vamos encontrar a ausência de profissionais qualificados.

Talvez esse caos que está na Previdência seja um sintoma disso. Talvez você tenha ali inclusive determinadas funções na Previdência que já estão obsoletas e às vezes faltam pessoas que dominem a digitalização e o processamento de dados e as metodologias mais ágeis, de tal forma que as coisas pudessem acontecer mais rapidamente.

Desculpe se me alonguei, Presidente, mas é porque eu creio que nós teremos uma boa parceria de Senado e Câmara neste trabalho. Tenho visto o Presidente do Senado, nosso querido Davi Alcolumbre, assim como o Presidente Rodrigo Maia, falarem em aprovarmos no primeiro semestre. Então, para fazer isso, dada a gravidade e a responsabilidade de que se reveste a matéria reforma administrativa, espero eu ter a felicidade de estar compartilhando da sua sabedoria bem ao seu lado para debater essa matéria em breve.

Muito obrigado e acredito que prestamos um bom serviço ao Brasil deixando a matéria pronta para votação, para não haver a menor possibilidade de ela não ser votada na Câmara ou no Senado em tempo hábil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. PSB - PB) – Eu que agradeço. Deputado Domingos Sávio, sem que possa transparecer aquilo que de fato é o sentimento verdadeiro de um amigo que reconhece os seus qualificativos, os seus predicados, que não precisam ser apenas mencionados na individualidade de uma fala neste momento reservado, mas que todos os que já, como o próprio Deputado Rogério Peninha bem o disse, compartilharam ao longo de alguns anos da sua companhia, da sua fidalguia, do seu equilíbrio, da sua moderação, de quem foi eleito por diversas vezes, responsável por relatar matérias extremamente delicadas, controversas, mas sempre soube trazer a uma convergência.

Saiba disso. Eu era um observador do seu trabalho como Deputado Federal, que eu apenas compartilhei durante quatro anos.

Pois bem, antes de encerrarmos os trabalhos, nós aqui estamos a propor a aprovação da ata da presente reunião.

Os nossos queridos e queridas Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião, renovando o agradecimento a todos os que participaram conosco, de forma especial e particular ao nosso qualificado corpo de profissionais, servidores do Senado da República e da Câmara dos Deputados.

Um abraço e boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(*Iniciada às 15 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 905, DE 2019, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e quatorze minutos do dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Confúcio Moura, Esperidião Amin, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Carlos Viana, Paulo Rocha, Paulo Paim, Zenaide Maia, Christino Aureo, Herculano Passos, Carlos Chiodini, Rogério Correia, Sidney Leite, Hugo Leal, Lucas Vergilio, Bira do Pindaré, Ossesio Silva, Eduardo Cury, Kim Kataguiri, Fred Costa, José Nelto, Dário Berger, Nelsinho Trad, Leila Barros, Daniella Ribeiro, Alexis Fonteyne, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Kajuru, Jarbas Vasconcelos, Bia Kicis e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Irajá, Rodrigo Pacheco, Lasier Martins, Paulo Pimenta, Major Fabiana, Danilo Cabral, Julio Cesar Ribeiro, André Figueiredo e Paulo Pereira da Silva. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho e dos demais Requerimentos. **Resultado:** Aprovado o Requerimento n° 15 (Plano de Trabalho), com as alterações efetuadas em Plenário. Rejeitados os Requerimentos nº 1 a 14. Os parlamentares Bira do Pindaré, Rogério Correia e Paulo Paim registram seus votos em contrário quanto às votações. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dois minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 905, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e dezesseis minutos do dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Sérgio Petecão, Lucas Vergilio e Christino Aureo, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Irajá, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Paulo Rocha, Paulo Paim, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Lasier Martins, Carlos Chiodini, Átila Lira, Paulo Pimenta, Rogério Correia, Bia Kicis, Lincoln Portela, Bira do Pindaré, Julio Cesar Ribeiro, Eduardo Cury, Kim Kataguiri, Fred Costa, André Figueiredo, José Nelto, Pr. Marco Feliciano, Paulo Pereira da Silva, Nelsinho Trad, Dário Berger, João Roma, Marcos do Val, Luiz Pastore, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Delegado Pablo, Alessandro Vieira, Marreca Filho, Flávio Bolsonaro e Túlio Gadêlha. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Herculano Passos, Sidney Leite e Danilo Cabral. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 905, de 2019. **Participante:** Rogério Simonetti Marinho, Secretário Especial da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 905, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e cinco minutos do dia onze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência doDeputado Lucas Vergilio, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Confúcio Moura, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Arolde de Oliveira, Paulo Rocha, Paulo Paim, Lasier Martins, Christino Aureo, Darcísio Perondi, Carlos Chiodini, Átila Lira, Paulo Pimenta, Rogério Correia, Bia Kicis, Sanderson, Sidney Leite, Hugo Leal, Bira do Pindaré, Julio Cesar Ribeiro, Kim Kataguiri, Paulo Ramos, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Capitão Wagner, Flávio Bolsonaro, Coronel Chrisóstomo, João Roma, Telmário Mota, Dário Berger, Leila Barros, Marcos do Val, Luiz Pastore, Wellington Fagundes, Angelo Coronel e Luis Miranda. Deixam de comparecer os Parlamentares Sérgio Petecão, Irajá, Rodrigo Pacheco, Danilo Cabral, Eduardo Cury, José Nelto e Paulo Pereira da Silva. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 905, de 2019. **Participantes:** Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); Adolfo Sachsida, Secretário de Política Econômica do Ministério da Economia; Armando Vergílio dos Santos Júnior, Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros (FENACOR); João Manoel Pinho de Mello, Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central; Ives Gandra Martins Filho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; Juíza Noemia Aparecida Garcia Porto, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); Solange Paiva Vieira, Superintendente da SUSEP; Henrique Brandão, Presidente do Sindicato dos Corretores de Seguro do Estado do Rio de Janeiro (SINCOR-RJ); Maurício Antônio Ungari da Costa, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS); Bruno Silva Dalcolmo, Secretário do Trabalho do Ministério da Economia; José Márcio Antônio Guimarães de Camargo, Professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Helio Zylberstajn, Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). **Resultado:** Audiência pública realizada. São apresentados os Requerimentos nºs 20 e 21, de autoria, respectivamente, do Deputado Christino Aureo e do Senador Paulo Paim. Aprovados os Requerimentos nºs 16, 17, 18, 20 e 21, de audiência pública para debater a matéria. Prejudicado o Requerimento nº 19. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 905, DE 2019, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Sérgio Petecão e Christino Aureo, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Confúcio Moura, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Irajá, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Paulo Rocha, Paulo Paim, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Darcísio Perondi, Paulo Pimenta, Rogério Correia, Sidney Leite, Hugo Leal, Bira do Pindaré, Julio Cesar Ribeiro, Eduardo Cury, Paulo Ramos, Paulo Pereira da Silva, Eliziane Gama, Vicentinho, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Leila Barros, Luiz Pastore, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha e Alexis Fonteyne. Deixam de comparecer os Parlamentares Lasier Martins, Bia Kicis, Lucas Vergilio, Danilo Cabral, Kim Kataguiri e José Nelto. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa** **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 905, de 2019. **Participantes:** JOÃO CARLOS GONÇALVES, Secretário-Geral da Força Sindical; ALEXANDRE FURLAN, Presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI e Vice-Presidente da Organização Internacional dos Empregadores (OIE); GERSON CASTELLANO, Representante da CUT Nacional; FREDERICO TOLEDO MELO, Assessor Jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); RICARDO PATAH, Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT); PATRICIA DUQUE, Chefe da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); JAIRO MENDONÇA, Representante da CTB DF; PEDRO CAPANEMA, Consultor Jurídico da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); CLÓVIS SCHERER, Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); ANTÔNIO NETO, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); CLÓVIS QUEIROZ, Coordenador Geral de Relações do Trabalho e Sindical da Confederação Nacional de Saúde (CNS); LUCIANA FREIRE, Diretora Executiva Jurídica da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); ÉRIKA MORREALE DINIZ, Presidente do Conselho de Relações do Trabalho da FIEMG. EDSON CARNEIRO, Secretário Geral da Central da Classe Trabalhadora - lntersindical. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Audiência pública realizada. Aprovados os Requerimentos nºs 22 e 23, de inclusão de convidados nas audiências públicas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 905, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e cinco minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Christino Aureo e Darcísio Perondi, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019 com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Paulo Rocha, Paulo Paim, Lasier Martins, Rogério Correia, Bia Kicis, Lincoln Portela, Bira do Pindaré, Julio Cesar Ribeiro, Eduardo Cury, Fred Costa, Marcos do Val, Flávio Bolsonaro e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Confúcio Moura, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Irajá, Rodrigo Pacheco, Paulo Pimenta, Sidney Leite, Lucas Vergilio, Danilo Cabral, Kim Kataguiri, Paulo Ramos, José Nelto e Paulo Pereira da Silva. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 905, de 2019. **Participantes:** Vinícius de Assumpção Silva, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF); Adauto de Oliveira Duarte, Diretor de Políticas e Relações Trabalhistas da FEBRABAN; Graça Machado, Presidente em exercício da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB); Márcio Amazonas Cabral de Andrade, Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho; Bruno Bianco Leal, Secretário Especial Adjunto de Previdência e Trabalho; Seme Arone Júnior, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Estágios (ABRES); Bruno Silva Dalcolmo, Secretário de Trabalho do Ministério da Economia; Antonio Paulo dos Santos, Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Faber Lima Mesquita de Medeiros, Gerente Jurídico do Grupo Guararapes Riachuelo; Julimar Roberto, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS). Carlos Eduardo Chaves Silva, Assessor Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 905, DE 2019, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e sete minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Sérgio Petecão e Christino Aureo, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019 com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Arolde de Oliveira, Paulo Rocha, Paulo Paim, Jorginho Mello, Lasier Martins, Carlos Chiodini, Átila Lira, Bia Kicis, Sidney Leite, Lincoln Portela, Bira do Pindaré, Julio Cesar Ribeiro, Kim Kataguiri, Fred Costa, Mauro Benevides Filho, José Nelto, Dário Berger, Telmário Mota, Leila Barros e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Confúcio Moura, Plínio Valério, Irajá, Rodrigo Pacheco, Darcísio Perondi, Paulo Pimenta, Lucas Vergilio, Danilo Cabral, Eduardo Cury, Paulo Ramos e Paulo Pereira da Silva. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa.** **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 905, de 2019. **Participantes:** Otávio Amaral Calvet, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho (ABMT); Mario Luiz Guerreiro, Diretor do Departamento de Direitos Trabalhistas da Procuradoria-Geral da União; Vilson Antonio Romero, Coordenador de Estudos Socioeconômicos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP); Carlos Fernando da Silva Filho, Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT); José Reginaldo Inácio, Vice-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST); Marco Antonio Arguelho Clemente, Diretor Jurídico da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão (FITERT); Carlos Henrique Leite Corseuil, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Nicolino Eugênio da Silva Júnior, Representante da Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF); Alessandro Dessimoni Vicente, Assessor Jurídico da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (ABAD); Karoline Pereira, Representante da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS); e Paulo Barela, Membro da Secretaria Executiva Nacional da Central Sindical e Popular (CSP). **Resultado:** Audiência pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e das anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos. As Atas serão assinadas pelo Senhor Presidente e publicadas no Diário do Congresso Nacional.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 905, DE 2019, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2020, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Lucas Vergilio, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019 com a presença dos Parlamentares Parlamentares Confúcio Moura, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Paulo Rocha, Paulo Paim, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Lasier Martins, Christino Aureo, Carlos Chiodini, Átila Lira, Rogério Correia, Bia Kicis, Bira do Pindaré, Julio Cesar Ribeiro, Eduardo Cury, Kim Kataguiri, José Nelto, Pr. Marco Feliciano, Eduardo Girão, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Marcelo Ramos, Túlio Gadêlha, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Dário Berger, Leila Barros, Luiz Pastore, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Luis Miranda, Alexis Fonteyne e Delegado Pablo. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Irajá, Paulo Pimenta, Sidney Leite, Danilo Cabral, Paulo Ramos e Paulo Pereira da Silva. Havendo número regimental, a reunião é aberta e em seguida suspensa, com reabertura prevista para quatorze horas e trinta minutos do mesmo dia. À quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Medida Provisória n° 905, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Christino Aureo. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório do Deputado Christino Aureo. Concedida vista coletiva da matéria. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e um minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Muito bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 905, de 2019.

Em virtude da elaboração do relatório por parte do Relator, nós iremos suspender esta reunião e a reabriremos às 14h30, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário 3.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Boa tarde a todos.

Declaro reaberta a 8ª Reunião da Comissão destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 905, de 2019.

Antes de passar a palavra ao Relator, esta Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

1º – O relatório já está disponibilizado na tramitação da matéria na internet e aos Srs. Parlamentares nos computadores das bancadas aqui da Comissão;

2º – O Relator irá fazer a leitura resumida do relatório disponibilizado;

3º – Após a leitura será concedida de ofício vista coletiva da matéria, nos termos do art. 32, do Regimento Interno do Senado Federal. Por esse motivo, não será iniciada a discussão no dia de hoje.

Com a palavra o nobre Relator, Deputado Christino Aureo, para que proceda a leitura do relatório.

O SR. CHRISTINO AUREO (PP - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Petecão, Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Lucas Vergílio, demais Parlamentares e todos aqueles que estão presentes aqui nesta reunião e que nos acompanham também pelas mídias do Congresso, todos sabem da grande expectativa em torno desta medida provisória, medida provisória cuja extensão e abrangência fez desta tramitação um grande desafio.

Um desafio sob todos os pontos de vista, tanto da geração de um volume considerável de trabalho... Eu quero agradecer aqui, sem poder nominar cada um, às equipes da Câmara, do Senado, às equipes da Liderança do nosso Partido Progressista, pelo apoio que recebemos aqui das equipes do Senador Petecão e da Comissão Mista propriamente dita, que nos deu o suporte necessário para que, mesmo com todas as dificuldades e com o tempo extremamente curto que tivemos para poder avaliar e também levar em consideração individualmente cada uma das 1.928 emendas que foram apresentadas e que permaneceram em discussão dentro da medida provisória. Nós chegamos à data de hoje com um relatório que busca, da melhor maneira, responder alguns dos questionamentos e algumas das proposições que foram amplamente discutidas aqui, no conjunto de cinco audiências públicas, sem contar diversas reuniões havidas tanto no ambiente do Congresso como também em visitas às entidades de trabalhadores, às entidades patronais e também à academia e a todos aqueles que puderam, de alguma maneira, contribuir para gerar o convencimento sobre pontos desse relatório.

Evidentemente que um dos grandes desafios quando se tem um volume desse de emendas, e eu dizia isso ontem ao comentar com alguns Parlamentares na Comissão, que, com quase 2 mil emendas, nós só fomos batidos aqui em recorde pela França, que apresentou 30 mil emendas para a reforma da previdência.

Então, evidentemente que aqui no Brasil se constitui uma situação pouco comum nós termos a afluência de um tamanho número de temas a serem debatidos dentro da medida provisória.

Então, acho que, olhando para o que é a alma da medida provisória – esse é o ponto central que eu queria destacar –, o principal objetivo da medida provisória ou os seus principais objetivos tratam da criação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

de um ambiente onde se possa promover, neste momento em que a economia brasileira dá sinais de que pode retomar pelo menos níveis aceitáveis de crescimento, essa medida provisória...

Boa tarde, Senador.

Essa Medida Provisória nos dá a oportunidade de criar condições para que o emprego seja catalisado. E quando a gente fala em catalisador, evidentemente que, se não é a geradora da vaga, porque a geradora da vaga é a força do desenvolvimento, criar ou estimular programas que de alguma maneira criem condições para que essa vaga seja ocupada, é certamente um dos objetivos centrais dessa medida provisória.

Há que se ter em mente que também programas dessa natureza não são propriamente inéditos. O Brasil já teve outros programas, em outras circunstâncias, assim como a literatura aponta para a experiência internacional com várias outras modalidades apresentadas ao longo dos anos, nos mais diversos países.

Ocorre que a aplicação de um programa como esse tem que ocorrer no momento exato, no momento oportuno. Criar um programa, estabelecer um programa de estímulo ao emprego, especialmente ao emprego em faixas mais vulneráveis da nossa população, se estiver descasado com o momento vivido pela economia ele tem pouco resultado prático.

Então, se você promove um programa num momento de pleno emprego, o custo fiscal é alto perante o efeito absolutamente desnecessário, vez que o mercado estaria absolutamente receptivo, o mercado estaria naquele momento, pela sua própria força, estabelecendo um movimento de colocação dessa mão de obra.

Por outro lado, promover programas dessa natureza em momentos de depressão econômica, como nós vivemos ao longo, principalmente, do biênio 15/16 é também ir contra a natureza do próprio mercado de trabalho e da dinâmica econômica, porque sem faturamento, sem perspectiva de que a atividade econômica possa de alguma maneira avançar, as empresas mesmo estimuladas, mesmo desoneradas, não teriam interesse em promover o encaixe vaga/ocupante.

Então, nesse momento a gente percebe nitidamente que existem esses sinais e esses sinais não precisam ser nem da situação nem da oposição, eles são números que tratam, ainda que timidamente, de uma retomada da economia.

Então, julgamos que, primeiro, sob esse ponto de vista, nós temos uma situação onde o programa, o Contrato Verde e Amarelo pode e certamente irá cumprir esse papel de fazer a aceleração desse processo.

Sr. Presidente, eu faço essa introdução, ao mesmo tempo em que quero aqui agradecer, de maneira muito clara, na presença e nas pessoas do Deputado Bira do Pindaré e do Senador Paulo Paim, as inúmeras contribuições havidas ao longo deste debate aqui que, como nós dissemos, sob a sua coordenação e desde a votação do plano de trabalho, procuraria ser dentro das condições e dos prazos existentes para a votação de uma medida provisória, o mais amplo possível, o que de fato foi.

Eu, como bem observou o Deputado Bira, procurei registrar e acompanhar, se não 100%, mas 99% do tempo das audiências. Fiz isso em proveito da geração de um relatório que, se por um lado pode não contemplar as aspirações, necessidades e visões de mundo de todos que debateram, mas certamente eu procurei acolher, dentro daquilo que é o papel do Relator, o maior número possível de ponderações e também de trabalho parlamentar realizado aqui na Casa e no âmbito da Comissão.

Então, quero pedir, Sr. Presidente, dado que a medida provisória aqui é robusta e o conjunto das emendas também, ao senhor a dispensa da leitura completa desse texto, relatório e voto, uma vez que ele já está disponibilizado no sistema e eu – já está na via eletrônica – passaria, então, com a sua concordância, a abordar, de maneira resumida, os pontos centrais, um resumo dos pontos centrais da nossa abordagem no relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Deputado Christino, nosso Relator, os colegas não estavam presentes e eu dei um informe na abertura dos trabalhos. Eu gostaria de repetir até para que os senhores ficassem cientes.

Antes de passar a palavra ao Relator, esta Presidência presta os seguintes esclarecimentos: Primeiro, o relatório já está disponibilizado na tramitação da matéria na internet e aos Srs. Parlamentares nos computadores de bancada, está aí com os senhores; o Relator irá fazer uma leitura resumida do relatório disponibilizado; terceiro, após a leitura, será concedida, de ofício, isso aqui foi um acordo, vista coletiva da matéria, porque, como não havia ninguém aqui podiam: "Olha, nós vamos...".

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Fora do microfone*.) – Foi o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós vamos cumprir o acordo: vista coletiva da matéria, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado, e, por esse motivo, não será iniciada a discussão no dia de hoje, porque já vamos dar de ofício.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Carlos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado. Uma boa tarde aos Senadores presentes e boa tarde ao Deputado Christino.

A questão da vista coletiva está esclarecida, uma vez que o assunto requer mais tempo e dedicação.

Quero lembrar a V. Exa. que vai ser daqui a pouquinho instalada a Comissão da reforma tributária, da qual inclusive eu sou membro, e vai acabar também exigindo a presença de V. Exa. lá.

Nesse ponto, é um pedido do Presidente Davi, com relação às autoridades que estão vindo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

Bom, então, Senador Paim, Bira, vamos ouvir aqui o nosso Relator. E, em seguida, já vamos dar a vista coletiva para nós avançarmos, viu, Paim?

Um abraço.

O SR. CHRISTINO AUREO (PP - RJ. Como Relator.) – Iniciando, o desafio aqui era conhecer, aprofundar o conhecimento e tomar decisões sobre o acolhimento do conjunto de emendas.

Então, se formos aqui olhar esse volume expressivo de mais de 1.900, nós conseguimos com esse debate acatar 476 emendas, ou seja, quase 500 emendas. Esse acatamento se deu sob a forma de 242 acatadas inteiramente, o acatamento integral, e 234 parcialmente.

O relatório obviamente... Eu posso fazer aqui e vou fazer uma leitura bastante rápida dessas emendas acatadas, integralmente e parcialmente, e as demais naturalmente estarão rejeitadas.

Então, diante do exposto, nos encaminhamos para a conclusão sobre a medida provisória e suas emendas. E, desse total de 1.930 oferecidas, acatamos as de n^{os}: 2, 4, 17, 35, 47, 51, 52, 59, 63, 70, 88, 89, 90, 93, 94, 98, 112, 120, 128, 143, 153, 154, 156, 157, 174, 194, 196, 216, 217, 220, 222, 223, 244, 248, 255, 262, 263, 268, 282, 284, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 303, 312, 341, 348, 358, 365, 389, 393, 422, 476, 480, 492, 494, 495, 496, 497,

571, 572, 577, 589, 612, 615, 616, 618, 620, 627, 641, 656, 710, 735, 746, 765, 767, 800, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 818, 833, 874, 899, 902, 904, 905, 942, 955, 969, 972, 976, 977, 979, 987, 1.003, 1.019, 1.065, 1.075, 1.077, 1.082, 1.087, 1.089, 1.098, 1.099, 1.100, 1.101, 1.103, 1.104, 1.105, 1.106, 1.108, 1.109, 1.164, 1.184, 1.194, 1.215, 1.223, 1.224, 1.225, 1.233, 1.245, 1.247, 1.249, 1.254, 1.283, 1.285, 1.289, 1.296, 1.307, 1.311, 1.314, 1.315, 1.316, 1.317, 1.320, 1.327, 1.334, 1.335, 1.336, 1.338, 1.339, 1.341, 1.342, 1.343, 1.346, 1.348, 1.356, 1.376, 1.386, 1.387, 1.393, 1.401, 1.405, 1.414, 1.434, 1.435, 1.437, 1.438, 1.439, 1.440, 1.441, 1.447, 1.448, 1.450, 1.452, 1.465, 1.468, 1.469, 1.472, 1.473,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

1.474, 1.475, 1.477, 1.478, 1.487, 1.489, 1.495, 1.499, 1.513, 1.516, 1.520, 1.533, 1.534, 1.536, 1.537, 1.539, 1.545, 1.548, 1.555, 1.569, 1.570, 1.575, 1.576, 1.577, 1.578, 1.580, 1.581, 1.582, 1.583, 1.584, 1.621, 1.658, 1.665, 1.672, 1.683, 1.684, 1.693, 1.704, 1.713, 1.732, 1.733, 1.776, 1.792, 1.793, 1.795, 1.796, 1.797, 1.806, 1.809, 1.811, 1.814, 1.816, 1.817, 1.820, 1.825, 1.831, 1.844, 1.855, 1.868, 1.871, 1.882, 1.900, 1.907,1.929.

Essas... Deixe-me achar a minha caneta aqui em algum lugar, por favor, Presidente. Essas aqui são as acatadas na íntegra.

Tenho uma lista, agora, das acatadas parcialmente. É menor. Então, vamos lá: 15, 18, 19, 34, 36, 38, 40, 56, 65, 66, 68, 71, 81, 84, 85, 96, 99, 117, 123, 145, 166, 168, 170, 172, 193, 201, 203, 229, 232, 234, 238, 258, 264, 266, 269, 271, 276, 288, 337, 344, 346, 349, 350, 360, 370, 371, 392, 397, 410, 414, 418, 423, 431, 435, 439, 452, 466, 479, 493, 505, 511, 514, 573, 578, 588, 594, 606, 611, 619, 622, 628, 638, 671, 681, 683, 691, 701, 709, 714, 726, 736, 737, 738, 740, 744, 752, 755, 758, 768, 769, 781, 790, 798, 801, 814, 815, 817, 828, 829, 830, 832, 846, 859, 875, 876, 886, 926, 928, 938, 948, 952, 965, 970, 986, 1.001, 1.012, 1.017, 1.020, 1.031, 1.046, 1.057, 1.069, 1.074, 1.076, 1.081, 1.084, 1.093, 1.094, 1.102, 1.120, 1.145, 1.175, 1.188, 1.246, 1.248, 1.269, 1.270, 1.274, 1.275, 1.278, 1.281, 1.299, 1.305, 1.326, 1.329, 1.330, 1.337, 1.358, 1.369, 1.371, 1.383, 1.394, 1.400, 1.432, 1.436, 1.453, 1.458, 1.460, 1.461, 1.462, 1.463, 1.464, 1.466, 1.470, 1.483, 1.484, 1.491, 1.494, 1.497, 1.500, 1.505, 1.509, 1.519, 1.546, 1.556, 1.559, 1.561, 1.562, 1.579, 1.586, 1.587, 1.588, 1.594, 1.609, 1.610, 1.618, 1.629, 1.631, 1.632, 1.644, 1.649, 1.662, 1.669, 1.677, 1.682, 1.705, 1.707, 1.710, 1.711, 1.717, 1.730, 1.735, 1.736, 1.741, 1.755, 1.786, 1.787, 1.790, 1.800, 1.808, 1.812, 1.815, 1.818, 1.823, 1.860, 1.888, 1.898, 1.899, 1.903, 1.906, 1.915, 1.916, 1.918 e 1.919.

Estão, então, rejeitadas as demais.

Isso é narrativa, não é, Sr. Presidente? Narrativa de corrida.

Bom, vou tomar um pequeno fôlego e vou diretamente aqui aos comentários a respeito dos pontos centrais. Evidentemente que não vamos conseguir esgotar com essa abordagem aqui o conjunto dos pontos. Mas, como eu já disse, a disponibilidade... O relatório e os votos vão estar, de alguma maneira, à disposição dos senhores e senhoras.

Bem, olhando, sob o aspecto daquilo que é o coração da MP, nós tratamos basicamente de manter os pontos que digam respeito às desonerações constantes da proposta. Nesse sentido, esclarecendo pontos que foram suscitados aqui, relativos, por exemplo, no texto, ao gozo de férias, ao primeiro período aquisitivo, deixando bem claro que o parcelamento se refere tão somente às verbas ali de um terço, mas não à supressão do gozo de férias ao final do primeiro período aquisitivo, como alguns andaram até questionando e levantando, como se fora uma hipótese. Ou seja, para ficar bem claro, a pessoa contratada dentro da modalidade, ao final do primeiro ano do período aquisitivo, fará efetivo gozo das férias, na forma regulamentar.

O parcelamento a que se refere o texto é o pagamento parcelado das verbas incidentes, como, por exemplo, um terço de férias e as multas que estão ali, os 20% da multa do Fundo de Garantia, e aquilo que se refere a alguma coisa proporcional.

Então, feitos esses esclarecimentos no texto, a questão da desoneração permaneceu como antes colocada, ou seja, a desoneração de 20% de contribuição previdenciária, a questão do FGTS de oito para dois; a multa, por metade, quarenta a vinte; e o pagamento mensal dessas parcelas.

No que se refere à compensação orçamentária, quer dizer, à solução da questão fiscal, nós afastamos a compulsoriedade da taxação do Seguro-Desemprego. Ou seja, acerca do Seguro-Desemprego, não haverá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

obrigatoriedade, por parte do beneficiário do Seguro-Desemprego, ou seja, da pessoa desempregada, de fazer o pagamento da contribuição previdenciária.

O texto garante que, caso queira exercer o direito de ser contribuinte da previdência sobre as verbas do Seguro-Desemprego, a pessoa deverá manifestar esta opção. Então, ele deixa de ser compulsório, como estava posto na medida provisória, e passa a ser opcional.

E para cobrir o custo do programa, desde a negociação do orçamento no final do ano passado, nós tratamos junto à Comissão Mista de Orçamento (CMO) e lá está assinalada uma reserva orçamentária que consta do orçamento aprovado no valor de 1,5 bilhão. É esse o valor que irá cobrir a compensação dos custos decorrentes do programa no seu primeiro ano.

Tem na abordagem seguinte uma situação que é a criação... Nós estamos propondo... E aqui aproveitando também emendas e também a nossa própria abordagem de um assunto em que, já desde a reforma previdenciária, nós tínhamos essa discussão, que é a inclusão da faixa assim chamada 55+, por alguns denominada "economia prateada", por outros conhecida por outras denominações. Mas fala de uma faixa que, com a elevação do sarrafo da idade mínima, certamente é uma faixa que tende a permanecer por mais tempo no mercado de trabalho e, como tal, sujeita também às dificuldades inerentes a esse mercado.

Então, diferentemente das condições de elegibilidade da faixa de 18 a 29 anos, que se tornam elegíveis pelo fato de não terem tido vínculo formal, exceto aqueles que já estão na medida provisória – trabalho intermitente, aprendiz –, nenhuma dessas condições tira a elegibilidade do jovem. Já no caso da faixa 55+, o fator de elegibilidade é estar há pelo menos 12 meses sem vínculo formal, aí considerado o registro da carteira.

Então, vínculo formal é traduzido dessa forma, sem nenhuma outra excepcionalidade, como forma de tratar exatamente aquela faixa em que, estando há mais tempo fora do mercado, se consolida um círculo vicioso: quanto mais tempo fora mais desatualizado está do processo produtivo, quanto menos atual está na capacitação... E isso vai tornando, assim como faz com que o jovem sub-29 – usando uma expressão aqui mais direta –, quanto maior tempo ele passa sem estar engajado no mercado sofre um prejuízo na sua formação, envelhecendo sem amadurecer, no caso da faixa 55+, a característica é de que ela vai perdendo, na medida em que se distancia do último vínculo, sua capacidade de produzir dentro do mercado. Então, a lógica da inclusão se deu por esse fator.

Com isso, e contemplando aqui o conjunto de emendas que propunham algo nesse sentido, nós também estamos ampliando aquele percentual de 20% do contingente de folha para 25%. Isso quer dizer que, para comportar essa nova faixa, ao invés de 20%, nós estamos então tratando de 25% sobre o contingente de folha aquilo que é possível se contratar na modalidade do Contrato Verde e Amarelo.

Seguindo em frente. Aumentou de 20% para 25%, não é desoneração, são os 25% porque é possível contratar nessa modalidade um excedente de até 20%, 20% acima. Agora nós estamos elevando para 25% para acomodar a faixa dos mais de 55, para não ocasionar que os mais velhos venham substituir o que já estava previsto de vagas para os de até 29.

Bem, na continuidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CHRISTINO AUREO (PP - RJ) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Permita-me, me perguntaram aqui, não tem nada a ver com a previdência? Senão deu a impressão, de 20 para 25. Nada a ver?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. CHRISTINO AUREO (PP - RJ) – Não, nada a ver com desoneração da previdência. Nós estamos tratando exclusivamente do contingente, do número de pessoas, 20% era aquilo previsto acima de um determinado número na folha. Isso são contratações adicionais. Então, estamos elevando essa possibilidade justamente porque nós estamos incluindo isso.

E novamente respondendo a uma possível indagação sobre como cobrir esse custo, esse bilhão e meio está distribuído da seguinte forma: 1,2 bilhão para cobrir os custos de contratações da faixa sub-29 e 0,3 bilhão – ou seja, 300 milhões – para cobrir o custo da faixa 55+. É essa estimativa, com base em números levantados pela consultoria.

Bom, indo em frente, eu vou tentar dar uma dinâmica aqui, meu Presidente, sabendo do adiantado da hora: no que diz respeito... Nós tivemos discussões aqui durante as audiências públicas, e setores que evoluíram, já vêm evoluindo no sentido das suas convenções coletivas de abrangência nacional e que manifestaram aqui dos dois lados convergências em pontos importantes, nós tomamos o cuidado de que a medida provisória não viesse prejudicar o conceito de negociação já havida e evoluída nesse processo.

Então, no que diz respeito, por exemplo, a bancários, o texto mantém jornadas e mantém aquilo que está integralmente nas convenções coletivas no que diz respeito ao não funcionamento em dias não úteis.

Então, o que está consagrado nas convenções coletivas, nós não só reafirmamos no texto, mas também procuramos, num dos artigos – se não falhar aqui a memória, se não me engano, é o 226 –, confirmar que eventuais demandas existentes questionando a validade das convenções... Nós estamos ali reafirmando o negociado sobre o legislado com toda a caracterização que esses setores têm na sua evolução de negociação.

Então, esse é um ponto. Com isso, não altera jornada e não altera finais de semana e aquela abordagem, exceto situações que já estão de alguma maneira previstas na relação do trabalho nos bancos, como, por exemplo, setores de TI, que dão suporte a rede, segurança bancária, serviços contínuos associados a esse suporte de operações, além de alguns pontos relativos a feiras e eventos que ocorrem em finais de semana ou locais que funcionam rotineiramente em finais de semana, sempre de acordo com as convenções coletivas a serem acertadas. Então, esse é o teor dessa abordagem – vamos dizer – do setor bancário.

Nos demais setores, prevaleceu o que está proposto na medida provisória: funcionamento em domingos e feriados no formato, inclusive, já aprovado pela própria Câmara dos Deputados e, ali, com as características presentes no texto da medida provisória, com a inclusão dos setores da agropecuária, da pesca e da aquicultura. Esses são fatores relacionados ao funcionamento.

No que diz respeito à qualificação profissional, foi feita uma complementação aproveitando o conjunto das emendas. Essa complementação da qualificação remete a uma série de elementos, principalmente prestigiando o sistema de formação profissional através de EAD (ensino a distância) com vistas a reduzir o impacto sobre os custos eventualmente imputados ao empregado, de deslocamentos e coisa da espécie, mas sem prejuízo de que o presencial seja mantido dentro do acordo que vier a ser firmado. O que a medida provisória faz é estimular e remeter para o âmbito da área própria do Ministério da Economia, na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, a regulamentação num prazo de 90 dias para que tenhamos claramente qual é a abordagem de qualificação tendo esses pilares do *e-learning* e do ensino a distância como foco do oferecimento de uma formação de melhor qualidade.

A respeito de outros pontos, como, por exemplo, o Conselho de Reabilitação, que citava de maneira um tanto genérica a composição governamental, mas citava dois membros da sociedade civil, nós estamos deixando claro no texto que é um membro representando os empregados e um membro representando os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

empregadores. Ou seja, a participação, que estava em aberto, se explicita, além da participação do Ministério da Saúde. E, como forma de valorizar a importância do acompanhamento por parte das Casas legislativas, um representante da Comissão Mista de Orçamento por indicação do Presidente do Congresso.

Neste ponto aqui do programa de reabilitação, quero fazer um esclarecimento, porque ele tem uma conexão também com a discussão a respeito do Ministério Público do Trabalho.

Nós tivemos diversas audiências aqui, também diversas reuniões com os representantes do próprio Ministério do Trabalho, e, nessas reuniões, nós também convidamos a presença do Executivo, do Governo, para que, a exemplo de outros setores, houvesse a possibilidade de que o texto colocado na medida provisória, por alguma forma de acordo, viesse a ser expresso no relatório.

Não sei se pela exiguidade de tempo, não sei se por dificuldades, talvez, na superação de alguns desses elementos, não foi possível que esse acordo fosse fechado. Então, em respeito à manutenção da tentativa de que esse acordo ainda venha a ocorrer, eu mantive no texto, *ipsis litteris*, sem entrar em mérito, sem entrar no qualitativo de pontos, o que veio na medida provisória, esperando que o debate possa permanecer e que a tramitação da medida provisória, ao longo desse debate que vai persistir e até a sua votação final, possa criar as condições de haver, não só neste assunto do Ministério Público do Trabalho como também em outros... Isso, se ocorrer, a Casa Legislativa tem, evidentemente, toda a legitimidade para fazer constar, sobre os diversos instrumentos que tenha, num eventual texto final.

No que diz respeito a microcrédito, as alterações são pequenas, mas são importantes no sentido de estimular a maior competição na oferta do microcrédito. Está bem claro que ele está instituído através do Programa Nacional de Microcrédito, e, durante muitos anos, todos nós concordamos que o desempenho está muito abaixo do potencial identificado no Brasil, comparativamente com outros países, comparativamente com países que têm perfil de tomadores potenciais muito semelhantes. Isso, em parte, está atribuído a uma série de amarras existentes nesse processo.

Então, além da nossa discussão aqui, eu também procurei o Banco Central – procurei o Presidente do Banco Central especificamente e, através dele, o acesso às diversas diretorias –, e nós procuramos contemplar, além das diversas emendas que trataram do tema, que vinham na direção da simplificação, da desburocratização, o aumento da competição entre as entidades ofertantes de microcrédito.

Então, o leque de possibilidades, a inclusão de entidades nesse processo... Cooperativas das mais diversas origens, tanto ligadas às entidades de trabalhadores quanto patronais, vão ter a oportunidade de estar dentro desse processo. Nós teremos as entidades estaduais de fomento... As entidades federais – sejam bancos no sentido estrito, sejam bancos de desenvolvimento – terão a possibilidade, inclusive, de criar estruturas mais leves, especializadas, para o fornecimento do microcrédito.

A simplificação daqueles exemplos que nós demos: quando uma senhora, na busca de comprar um eletrodoméstico, vai a uma rede de varejo e tenta comprar uma geladeira, ela tem um sistema de crédito muito mais desburocratizado e descomplicado para comprar essa geladeira. Se mudar de nome – em vez de "geladeira", passar a se chamar "câmara fria" – e, em vez de ser um centro de custo, essa câmara fria passar a ser um meio de produção, para que ela produza algo para vender no comércio, ela deixa de ser uma cliente do crédito geral e passa a ser do microcrédito.

Acontece que, no microcrédito, ela tem que ter uma primeira visita presencial. Se ela mora – e frequentemente mora – em áreas distantes, áreas de risco, essa visita nunca ocorrerá. Isso além de uma série de outros empecilhos que fazem com que o microcrédito seja uma ficção para grande parte dessa clientela potencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, essa simplificação, desburocratização, virá acompanhada também... Tão logo aprovado o microcrédito, tão logo aprovada a lei, a medida provisória, o Banco Central encaminhará, através do Conselho Monetário Nacional também, uma série de regramentos que visam exatamente modificar a oferta de recursos oriundos de depósito à vista, atribuindo metas, atribuindo obrigações às instituições assim credenciadas junto ao Banco Central, para a aplicação desses recursos.

Então, nós vamos, depois... Isso não é matéria cabível aqui na MP, mas nós vamos fazer um acompanhamento desse regramento posterior junto ao Conselho Monetário Nacional.

Sigo adiante.

Elementos aqui convencionados, como, por exemplo, multa por não comparecimento a assembleias sindicais, coisas que vieram na medida provisória, já decorrentes, inclusive, de um acordo verbal firmado em Plenário: nós também promovemos a exclusão.

Quanto ao programa de alimentação do trabalhador, há uma considerável insegurança jurídica tratando da incidência de tributos e de contribuição previdenciária sobre essas verbas.

A medida provisória já atacava esse ponto. O que nós estamos fazendo no texto é tornar mais nítida essa não incidência e também colocar, na legislação, referências, para que isso não ocorra, de forma retroativa, a períodos alcançáveis por penalizações que, em última instância, acabavam por inibir o oferecimento dessa condição, seja alimentação ao trabalhador...

Isso também se reflete na PLR. A PLR, naquilo que se refere a tributação, também recebeu do relatório o acolhimento dessa tese da não tributação. A PLR está em item diverso aqui, mas eu vou incorporar na hora de expor. No texto ela é tratada – cada um nos seus artigos, evidentemente –, mas o sentido é o mesmo, ou seja: confirmar a não incidência e olhar para as potenciais autuações no passado.

Sob esse ponto de vista, na PLR, o texto vindo do Governo excluía a participação dos sindicatos da negociação da PLR. Nós, ao mesmo tempo em que, durante o texto, de maneira bastante abrangente, estamos tratando sempre da possibilidade de prestigiar a convenção coletiva, de prestigiar a consagração do entendimento entre patronal e laboral, aqui também nós estamos retornando para o texto com a participação dos sindicatos. Os sindicatos são parte dessa negociação.

O que nós estamos deixando claro é que a ausência formal da representação sindical no colegiado formado para discutir a PLR abrirá o espaço para que patrões e empregados ajustem, finalmente, essa condição. Então, não há exclusão automática. Há, sim, a necessidade de formalização, para evitar casos em que o silêncio... A não participação de entidade sindical levava à não ocorrência do acordo ou, pior, ao questionamento a respeito da validade desse mesmo acordo. Então, essa é a forma encontrada no texto para tratar de maneira intermediária.

No que diz respeito à fiscalização na dupla visita, basicamente se mantém o que está colocado, com poucas alterações em relação ao texto inicial, evidentemente chamando atenção para o fato de que o texto da medida provisória prevê que a existência de dupla visita não cobre aquelas situações graves de não assinatura da CTPS, da carteira, e não cobre faltas graves, como trabalho análogo à escravidão e outras decorrentes.

No que diz respeito à questão dos juros – de encargos, não é? – incidentes sobre débitos trabalhistas, está acolhida a nova redação dada pela medida provisória, ou seja, juros de poupança mais IPCA-E, e o que se fez no texto foi tornar mais nítidas, na abordagem, forma de cálculo e incidência dessas situações sobre o saldo.

A PLR e prêmios: eu já descrevi aqui quanto nós falamos de alimentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E, entrando num outro fator, que tratava, na medida provisória, da extinção de registros profissionais no Ministério, eu rejeitei a redação da medida provisória, ou seja, eu acatei o conjunto de todas as emendas que restabeleciam os registros profissionais. Portanto, o Ministério permanece tendo as atribuições e as profissões, o mesmo padrão de registro que tinham antes da publicação da medida provisória, em novembro. Então, as categorias que aí estavam abrangidas, todas elas abrangidas pelo art. 51, estão restabelecidas no Ministério quanto ao registro.

O que se procura, o que se busca – e, nesse processo negocial, em que ainda poderemos fazer isso, creio, espero eu, de forma consensual, antes da votação – é, por um voto complementar, dar uma atribuição específica ao Ministério para modernizar, criar formas de acesso mais plenas, mais francas ao registro. E trata-se de fazermos isso sob a perspectiva de que futuramente isso abra espaço, de fato, para a autorregulação, para a regulamentação, para a autogestão no futuro. Mas, uma vez que o mercado não está maduro para isso, o caminho foi rechaçar essa hipótese na medida provisória.

De outra forma, há um item – e, por isso, eu deixei aqui ao final também, porque eu, já tendo em vista a dificuldade que foi chegar a uma redação, ainda que o princípio esteja já consagrado na discussão, estou convencido de que seria um caminho claro para colocar no relatório; ontem cheguei a compartilhar essa visão com alguns Parlamentares integrantes da Comissão –, que é relacionado a acidente de trabalho de trajeto. Da forma como está posto na medida provisória, retira-se completamente a cobertura previdenciária e completamente os vínculos com a empresa desse acidentado em trajeto.

A fórmula que nós encontramos, cuja redação eu já me comprometo aqui a trazer sob a forma de um voto complementar, uma vez que havia polêmica sobre esse ponto, será, no que diz respeito ao trajeto, toda a cobertura previdenciária, seja auxílio-doença, sejam as implicações para efeito de aposentadoria por invalidez ou futura pensão por morte, esses estarão cobertos pela previdência, ou seja, não haverá prejuízo do trabalhador acidentado em trajeto. Isso faz com que se obedeça a uma lógica. Os acidentes de trajeto estão estatisticamente relacionados com condições precárias de transporte público em geral, não é o transporte ofertado pela empresa; condições de tráfego, levando a uma incidência elevada de sinistros; condições precárias de segurança pública, que têm impacto sobre o trajeto; e outros itens, o que faz com que essa cobertura previdenciária seja uma atribuição, então, para o conjunto das atribuições de governo.

Na outra ponta, a medida provisória retira o vínculo completo em relação à empresa. Este ponto também está sendo afastado, ou seja, a responsabilização da empresa ocorrerá nas condições específicas em que a empresa oferte o transporte, mas que o transporte apresente qualidade que leve a imputar dolo ou negligência na relação com o trabalhador. Então, é isso que vai estar no texto.

Esse texto não foi apresentado hoje, porque, quanto aos cuidados necessários para essa desvinculação dessas obrigações, mas mantendo o vínculo previdenciário, nós achamos que seria mais prudente... E eu já estou dizendo claramente que o conceito elaborado é esse, mas essa redação eu estarei apresentando sob a forma de um voto complementar, até porque as emendas não contemplavam essa, digamos, partição do processo: ou elas seguiam a linha e a tese do Governo – e aí só colocando mais tinta na tese do Governo – ou elas eram completamente supressivas em relação a esse ponto.

Então, de um modo geral, salvo um ou outro aspecto, e aqui certamente cada um tem a sua expectativa em relação a detalhes da MP, eu procurei, Presidente, contemplar o maior número de abordagem das emendas, procurei ser seletivo nesse sentido.

Agradeço a contribuição, literalmente, de todos os Parlamentares. E tenho certeza de que todos os presentes, de uma forma ou de outra, estiveram contemplados aqui no acolhimento das emendas.

Se o senhor, Presidente, não tiver nenhuma outra indagação, eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Presidente, eu gostaria só de fazer uma pergunta ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com certeza.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – É só uma complementação: qual foi a decisão do Relator no seu voto, em relação a termo de compromisso e termo de ajustamento de conduta; termo de compromisso no âmbito do Ministério Público do Trabalho e o ajustamento de conduta no âmbito do Ministério Público do Trabalho. Qual foi o seu entendimento sobre isso?

O SR. CHRISTINO AUREO (PP - RJ. Como Relator.) – Deputado, eu, como disse aqui, nessa matéria, não entrei em detalhe qualitativo sobre qualquer dos pontos. Ela está trafegando, vai tramitar exatamente como foi proposto. Há uma Adin que tem uma abordagem a respeito da legitimidade, vamos dizer, dessa situação. Então, eu reproduzo aqui o que eu também disse nos encontros com os procuradores e disse também para o Governo: que eu não iria tratar pontualmente nem fazer juízo qualitativo enquanto um acordo não pudesse fazer com que houvesse aqui a possibilidade de um relatório, e deixar para o Plenário, se não houver, ou para a própria Comissão, no curso do da votação, algum outro debate. Então, esse ponto não foi abordado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Está o.k.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Na verdade, como nós vamos ter vista, nós vamos ter tempo para poder fazer essa discussão. Eu vou dar vista coletiva, como já tinha anunciado. E aí, quando retomarmos o trabalho, nós poderemos fazer mais alguns ajustes. Pode ser assim?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pode.

Só apenas um esclarecimento, Presidente, sobre a questão...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Fique à vontade.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Primeiro, parabenizo o Relator pelo trabalho. Evidentemente nós vamos nos debruçar sobre o relatório e fazer ainda um debate político em torno dele, mas sempre um debate queremos fazer do conteúdo da matéria.

Para o entendimento do procedimento futuro, eu tinha entendido que hoje nós faríamos a leitura e mesmo o pedido vista poderia ficar para depois do Carnaval. V. Exa. está falando do pedido de vista coletivo. Como é que seria o funcionamento, daqui para frente, dos debates, porque, sendo dada a vista, como é que fica o debate? Eu pensei que nós faríamos o debate depois para, aí, sim, poder ficar delegado a quem quisesse fazer o pedido de vista. Foi esse o entendimento que eu tinha tido do acordo e por isso o não pedido de vista coletiva ainda durante o dia de hoje, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim, nós temos uma proposta aqui: na terça-feira, dia 3, abrir uma discussão. Se nós conseguirmos avançar e fechar na terça-feira, iremos concluir o trabalho; se não, poderíamos levar até quarta-feira para que nós pudéssemos fechar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O que eu tinha entendido era que não haveria hoje a vista, para que nós pudéssemos fazer a discussão, e, se fosse o caso, a partir da discussão, fazer o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, não foi esse o acordo. Não foi esse o acordo! Inclusive, nós abrimos a reunião aqui, e não havia ninguém. Poderíamos ter colocado em votação. Aguardamos chegar, não havia ninguém aqui, porque nós tínhamos que cumprir o acordo. Nós iríamos conceder vista conjunta para que nós pudéssemos, na próxima terça-feira, dia 3, salvo engano, abrir um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

debate. Se não concluirmos na terça-feira, vamos até a quarta-feira; tentamos concluir na quarta-feira. Não sei...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Realmente, eu havia entendido que hoje seria apenas a leitura do relatório, sem, inclusive, pedido de vista.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Presidente, para ajudar, de fato, eu cheguei aqui e V. Exa. repetiu o que tinha dito antes. O que nós queremos, na verdade, assegurar é que haja o debate necessário, uma discussão profunda sobre o tema, porque realmente a gente não leu o relatório, esse longo relatório. Mas o acordo vai nesta linha, entendo eu: nós teremos o Carnaval para estudar o relatório; voltaremos aqui, na próxima terça-feira, depois do Carnaval; aí iniciamos a discussão. E os senhores sabem, até mesmo pela nossa experiência aqui, que, se for um dia, ou dois dias, ou três dias, não há problema. No máximo, sei lá, terça, quarta, quinta, a matéria estará votada. O que a gente quer assegurar é só o ritual do debate, da discussão, e votar no encerramento da discussão. Não há nenhuma protelação. Fique claro aqui que ninguém está propondo protelação. Estamos propondo só que a discussão seja feita de forma adequada, e a votação, uma vez marcado o prazo; nós vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Inclusive, nós poderíamos não encerrar a reunião hoje. Eu poderia prorrogar com este quórum. Não vou fazer isso, até para respeitar os senhores. Encerra-se a reunião hoje; chamamos, na terça, uma nova reunião; montamos um outro quórum, se Deus quiser, e faremos o debate na terça ou na quarta. Agora, quinta-feira, não dá, porque você sabe que nós não vamos ter ninguém aqui. Nós vamos ter que encerrar na quarta-feira.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Não é a minha intenção; foi força de expressão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Um dia a mais, um dia a menos não resolve nada.

Mas, Presidente e Relator, me permitam ainda dizer que a Senadora Simone Tebet não pôde estar aqui, a Presidente da CCJ, mas fez um pronunciamento no Plenário em discordância quanto à MP 905. Inclusive, destacou lá que, na reforma trabalhista, ela estava em oposição à minha posição; na 905, tanto ela quanto outros Senadores têm uma série de considerações que queriam fazer em que discordam. Nesse sentido, ela leu esse documento na tribuna – não é discutir a matéria – e pediu que eu o entregasse ao Relator, com alguns questionamentos que ela entende e um documento firmado, inclusive, lá no Mato Grosso, com a participação dela e de 40 entidades. A minha intenção é só entregar o documento para o Relator sobre essa discordância com a MP 905. Claro que não é em todos os artigos. É que ela citou os artigos, e existem mais questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Está entregue, Senador Paim.

Conforme explicado anteriormente, fica concedida vista coletiva da matéria.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião. Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Agradecemos a presença de todos os senhores.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 25 minutos, a reunião é suspensa às 10 horas e 26 minutos.*

Reaberta às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 50 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 905, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 04, 10, 11 E 17 DE MARÇO DE 2020, NO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia quatro de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidência do Parlamentar Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Confúcio Moura, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Irajá, Carlos Viana, Paulo Rocha, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Lasier Martins, Alvaro Dias, Christino Aureo, Hildo Rocha, Carlos Chiodini, Átila Lira, Paulo Pimenta, Rogério Correia, Felício Laterça, Dra. Soraya Manato, Sidney Leite, Hugo Leal, Lincoln Portela, Bira do Pindaré, Julio Cesar Ribeiro, Eduardo Cury, Kim Kataguiri, Fred Costa, Paulo Ramos, José Nelto, Léo Moraes, Paulo Pereira da Silva, Orlando Silva, Daniella Ribeiro, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Alexis Fonteyne, Fernando Bezerra Coelho, Oriovisto Guimarães, Neri Geller, Eliziane Gama, Vicentinho, João Roma, Dário Berger, Leila Barros, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Luis Miranda, Styvenson Valentim, Rogério Peninha Mendonça, Delegado Pablo, Eduardo Girão, Pr. Marco Feliciano, Marcelo Ramos, Flávio Bolsonaro, Dr. Jaziel, Bia Kicis, Telmário Mota, Nelsinho Trad, Aline Sleutjes e Luiz Pastore. Deixa de comparecer o Deputado Danilo Cabral. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Medida Provisória n° 905, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Christino Aureo. **Relatório:** Pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 905, de 2019; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das emendas e, no mérito, pelo acatamento das Emendas nºs 2, 4, 17, 35, 47, 51, 52, 59, 63, 70, 88, 89, 90, 93, 94, 98, 112, 120, 128, 143, 153, 154, 156, 157, 174, 194, 196, 216, 217, 220, 222, 223, 244, 248, 255, 268, 282, 284, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 303, 312, 341, 348, 358, 365, 389, 393, 422, 476, 480, 492, 494, 495, 496, 497, 571, 572, 577, 589, 612, 615, 616, 618, 620, 627, 641, 656, 710, 735, 746, 765, 767, 800, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 818, 833, 874, 899, 902, 904, 905, 942, 955, 969, 972, 976, 977, 979, 987, 1003, 1019, 1065, 1075, 1077, 1082, 1087, 1089, 1098, 1099, 1100, 1101, 1103, 1104, 1105, 1106, 1108, 1109, 1164, 1194, 1215, 1223, 1224, 1225, 1233, 1245, 1247, 1249, 1254, 1283, 1285, 1289, 1296, 1307, 1311, 1314, 1315, 1316, 1317, 1320, 1327, 1334, 1335, 1336, 1338, 1339, 1341, 1342, 1343, 1346, 1348, 1356, 1373, 1386, 1387, 1393, 1401, 1405, 1414, 1434, 1435, 1437, 1438, 1439, 1440, 1441, 1447, 1448, 1450, 1452, 1465, 1468, 1469, 1472, 1473, 1474, 1475, 1477, 1478, 1487, 1489, 1495, 1499, 1513, 1516, 1520, 1533, 1534, 1536, 1537, 1539, 1544,1545, 1548, 1555, 1569, 1570, 1575, 1576, 1577, 1578, 1580, 1581, 1582, 1583, 1584, 1621, 1658, 1665, 1672, 1683, 1684, 1693, 1704, 1713, 1732, 1733, 1776, 1792, 1793, 1795, 1796, 1797, 1806, 1809, 1811, 1814, 1816, 1817, 1820, 1825, 1831, 1844, 1855, 1868, 1871, 1882, 1900, 1907, 1929; pelo acatamento parcial das Emendas nºs 15, 18, 19, 34, 36, 38, 40, 56, 65, 66, 68, 71, 81, 84, 85, 96, 99, 117, 123, 145, 166, 168, 170, 172, 193, 201, 203, 229, 232, 234, 238, 258, 262, 263, 264, 266, 269, 271, 276, 288, 337, 344, 346, 349, 350, 360, 370, 371, 392, 397, 410, 414, 418, 423, 431, 435, 439, 452, 466, 479, 493, 505, 511, 514, 573, 578, 588, 594, 606, 611, 619, 622, 628, 638, 671, 681, 683, 691, 701, 709, 714, 726, 736, 737, 738, 740, 744, 752, 755, 758, 768, 769, 781, 790, 798, 801, 814, 815, 817, 828, 829, 830, 832, 846, 859, 875, 876, 886, 926, 928, 938, 948, 952, 965, 970, 986, 1001, 1012, 1017, 1020, 1031, 1046, 1057, 1069, 1074, 1076, 1081, 1084, 1093, 1094, 1102, 1120, 1145, 1175, 1188, 1246, 1248, 1269, 1270, 1274, 1275, 1278, 1281, 1299, 1305, 1326, 1329, 1330, 1337, 1358, 1369, 1371, 1383, 1394, 1400,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

1432, 1436, 1453, 1458, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1466, 1470, 1483, 1484, 1491, 1494, 1497, 1500, 1505, 1509, 1519, 1546, 1553, 1556, 1559, 1561, 1562, 1579, 1586, 1587, 1588, 1594, 1609, 1610, 1618, 1629, 1631, 1632, 1644, 1649, 1662, 1669, 1677, 1682, 1705, 1707, 1710, 1711, 1717, 1730, 1735, 1736, 1741, 1755, 1786, 1787, 1790, 1800, 1808, 1812, 1815, 1818, 1823, 1860, 1888, 1898, 1899, 1903, 1906, 1915, 1916, 1918, 1919; pela rejeição das demais emendas; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 905, de 2019, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. **Resultado:** Em 04/03/2020 a reunião é aberta. Lida a Complementação de Voto do Deputado Christino Aureo. A reunião é suspensa e a reabertura agendada para 10/03/2020. Em 10/03/2020, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, a reunião é reaberta. Lida Errata à Complementação de Voto. Encerrada a discussão da matéria. Acatada pelo Relator sugestão de emenda apresentada pelo Deputado Lucas Vergílio. A reunião é suspensa e a reabertura agendada para 11/03/2020. Em 11/03/2020, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, a reunião é reaberta. Rejeitada, em globo, a admissibilidade dos Requerimentos de destaque nºs 24 a 187, com exceção da admissibilidade dos Requerimentos nºs 66, 74, 104, 107, 108 e 112, que foram aprovados, e dos Requerimentos nºs 65 e 96, que foram retirados pelos autores. A reunião é suspensa e a reabertura agendada para 17/03/2020. Em 17/03/2020, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19 a reunião é reaberta. Apresentados os Requerimentos nºs 205 a 211, de votação nominal dos destaques. Colocado em votação, o Relatório é aprovado. Solicitada a verificação de votação. Procedida a chamada nominal, com o seguinte resultado: 14 votos favoráveis e 1 voto contrário. Aprovado o Relatório do Deputado Christino Aureo, ressalvados os destaques, que passa a constituir o Parecer da Comissão. Rejeitados os Requerimentos nºs 205 a 211. Rejeitado o destaque objeto do Requerimento nº 104. Fica mantido o texto do PLV. Rejeitado o destaque objeto do Requerimento nº 107. Fica mantido o texto do PLV. Rejeitada a Emenda nº 132, objeto do Requerimento de destaque nº 66. Solicitada a verificação de votação. Procedida a chamada nominal, com o seguinte resultado: 9 votos favoráveis e 7 votos contrários. Aprovada a Emenda nº 132, que será incorporada ao texto do PLV. Rejeitado o destaque objeto do Requerimento nº 108. Fica mantido o texto do PLV. Rejeitado o destaque objeto do Requerimento nº 112. Fica mantido o texto do PLV. Rejeitada a Emenda nº 579 objeto do Requerimento nº 74. Fica mantido o texto do PLV. A presidência submete à Comissão a ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e oito minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/04

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/10

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/11

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 905, de 2019... (*Pausa.*)

Eu queria só fazer um pedido à nossa assessoria, às pessoas que estão nos prestigiando com a sua presença, porque nós temos alguns Parlamentares que estão de pé... O Bira está em pé.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Assessoria, por favor, temos alguns Parlamentares que estão de pé. (*Pausa.*)

Amigos Deputados, amigos Senadores, eu gostaria de dar um informe. Nós encerramos agora uma reunião no meu gabinete, com a presença de vários Senadores – estava presente o Senador Paim, o Senador Paulo Rocha, o Deputado Paulinho da Força, e outros Deputados, o Bira estava presente –, e eles fizeram alguns questionamentos ao nosso Relator que o Relator achou pertinentes.

E aqui, até porque nós fizemos um acordo antes do Carnaval, porque ele iria fazer a leitura do relatório. Nós iríamos ter o Carnaval todo para estudar esse relatório, mas o nosso Relator entendeu, e nós entendemos também que o acordo, o diálogo é melhor do que o enfrentamento. Então, mais uma vez, nós vamos agora... Nós já temos aqui, e o Kim me perguntava agora se nós iríamos votar hoje... Ele veio para votar hoje, ele quer votar, pegou até avião, com passagem mais cara, mas fez questão de estar aqui para votar.

Mas, como você é um democrata, vai entender esse apelo nosso, aqui da Presidência e do nosso Relator, atendendo o pedido dos nossos Parlamentares para que nós possamos ter mais esse final de semana... E fizemos um acordo para que na terça-feira, às 10h...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Às 13h? O acordo foi 13h, 13h30min... (*Risos.*)

Às 13h... Mas nós vamos abrir a reunião de hoje para que nós possamos registrar o quórum de presença.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós já temos o quórum.

Eu vou passar a palavra aqui ao nosso Relator para que ele faça a complementação que ele já tinha pedido para fazer, até para informar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, nós não vamos encerrar, nós vamos suspender a reunião para que possamos usar o mesmo quórum. Isso fez parte do acordo, na presença dos Senadores.

Nós não iremos encerrar a reunião. Nós vamos... Ele vai ler aqui a complementação do relatório e aí, em seguida depois do debate...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Há um informe aqui da assessoria: quem participar do debate hoje não vai poder participar do debate na terça-feira, porque nós estamos falando da mesma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Presidente...
Presidente...
Presidente, para ajudar.
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Certo, Paim.
O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Nós conversamos assim que chegamos – e já agradeço a boa vontade de V. Exa. e do Relator, Senador Petecão e Deputado Christino –, V. Exa. só lê o relatório e encerramos, porque, se começarmos a debater hoje, não terminamos mais. Só a leitura do voto complementar e fazemos o debate na terça.
O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Esse é o acordo, Presidente. Hoje é apenas a leitura do complemento e a discussão fica para a próxima semana.
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Ou, então, Presidente, a gente poderia só começar, só abrir os debates, e aí se encerra e se continua na próxima semana. Eu não vejo nenhum prejuízo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Qual é a justificativa que eu dei? O Senado tem uma sessão ao meio-dia, para votar medida provisória.
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Se der tempo, se a gente conseguir acelerar aqui, talvez... Vamos começar, Presidente?
O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Presidente, para ter um meio-termo, quem quiser falar hoje fala hoje, mas aí não fala na semana que vem.
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – É porque nós não podemos, isso é regimental, proibir que o colega fale, entendeu, Paim? Mas, Kim, eu faço um apelo para que nós possamos... Ele faria a leitura, nós encerraríamos e levamos para terça-feira.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – E aí você se prepara melhor, Kim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – O Petecão mandou, a gente obedece.
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, eu não mando nada; eu peço, eu não mando nada.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Passo a palavra ao Relator, Deputado Christino Aureo para as suas considerações.
O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente...
Presidente...
Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Antes, eu queria registrar a presença da nossa colega Deputada argentina... Posso falar em espanhol ou em português?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – A nossa Deputada Federal Lucila Masin, de Chaco... Lá perto do Acre, não é? (*Palmas.*)
O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, nós teremos uma sessão especial à tarde. O Presidente da Câmara, Deputado Sergio Massa, com uma delegação de Parlamentares argentinos que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

no Brasil, hoje. Quero aqui estender o convite a todos os Parlamentares, inclusive a V. Exa., retribuindo uma visita que nós fizemos.

Então, estará conosco hoje à tarde. Estão conhecendo o Parlamento.

Seja muito bem-vinda, Deputada!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Sejam bem-vindos, *hermanos* argentinos!

Com a palavra o nosso Relator.

O SR. CHRISTINO AUREO (PP - RJ. Como Relator.) – *Muy bien...* Podem deixar que eu vou falar em português... (*Risos.*)

Sr. Presidente, Senador Petecão; Sr. Vice-Presidente, Deputado Lucas Vergilio; Deputadas e Deputados; Senadores e Senadores; e todos aqueles que comparecem hoje aqui nesta nossa reunião da Comissão Mista que debate a 905; primeiro, quero registrar a satisfação de poder ter esta Casa cheia no dia de hoje, que é um dia importante para a gente poder complementar um relatório que, como vocês sabem, foi um relatório construído com bastante profundidade e debate.

A medida provisória, pela complexidade de temas e também pela importância dos temas, é a medida provisória recordista do recebimento de emendas na história do Parlamento, com 1.930, sendo que, com a retirada de duas, foram 1.928 emendas. Esse conjunto foi trabalhado com a finalidade de aproveitarmos ao máximo a contribuição dos Parlamentares, as diversas formas de enxergar a medida provisória e também as diversas visões de mundo que naturalmente compõem a pluralidade que é o Parlamento.

Ao construirmos esse relatório, foi de grande validade aqui e de grande importância o conjunto das audiências públicas que nós pudemos fazer aqui na Casa, respeitando esse contraditório, tendo as audiências uma participação muito equilibrada de todas as vertentes possíveis, tanto de trabalhadores quanto de empregadores, de Governo, órgãos também do Judiciário, especialistas da academia, enfim, tudo que pudemos reunir ao longo dessas semanas.

O prazo dessa medida provisória se expira no dia 20 de abril, o prazo final. Nós procuramos, tanto quanto possível, dentro do cenário justamente do grande afluxo de propostas, tentar fazer um relatório que cumprisse os prazos, desse condições de uma análise por parte da Câmara confortável e cumprisse também uma premissa de uma análise por parte do Senado dentro de um prazo razoável, para não acontecer aquilo que já é recorrente de uma matéria chegar ao Senado com seus prazos próximos do esgotamento do prazo final.

Então, esse relatório inicial lido no dia 19 mereceu esse complemento, exatamente porque muitos desses pontos precisavam ser, de alguma maneira, um pouco mais aclarados em alguns aspectos, seja na forma, na redação, seja porque suscitou algum tipo de dúvida sobre conteúdo. E, por isso, nós já ressalvávamos naquele momento a necessidade, Presidente, dessa complementação de voto.

Como, no transcorrer da discussão da medida, embora as posições fossem bastante divergentes entre si, uma marca foi o respeito às posições, uma marca que tem sido justamente essa forma muito correta de lidar e de colocar essas contradições. Isso se buscou tratar no relatório. Do conjunto de emendas propostas, das mais de 1,9 mil, aproximadamente 500 emendas foram acolhidas, total ou parcialmente, o que representa um esforço muito grande de trabalhar justamente as contribuições e o aperfeiçoamento necessário que as Casas produzem a partir de uma proposta em cima de medida provisória.

Então, este complemento de voto não tem o objetivo de, evidentemente, retornar àquelas questões, mas um ponto que... E pedindo já ao Presidente aqui para me dispensar da formalidade da leitura completa do relatório – principalmente naquela parte que se refere a cantar o numeral de cada emenda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

que parece uma narrativa de corrida de cavalo aqui, porque com todas estas emendas é impossível – e para irmos aqui aos pontos que, de fato, são importantes. Vocês sabem que o financiamento do programa, a forma de financiar o programa, proposto originalmente em cima de uma compensação, a partir da taxação da contribuição previdenciária dos desempregados, foi rechaçada no relatório. Não entendemos como cabível colocar compulsoriamente a taxação do seguro-desemprego como forma de financiar a renúncia de receitas existentes no programa.

Então o que se colocou é que nós, desde a discussão da proposta orçamentária, no final do ano passado, na CMO, nós garantimos uma reserva orçamentária que hoje, no orçamento, está assinalada e carimbada com a MP 905, no valor de 1,5 bilhão. Essa reserva orçamentária, para esse exercício de 2020, segundo todas as avaliações feitas pelo próprio Ministério da Economia e também na discussão nossa aqui na Comissão, esse 1,5 bilhão é suficiente para dar suporte ao primeiro ano do programa, sem prejuízo, naturalmente, já esclarecendo a alguns, que, durante a discussão do orçamento de 2021, nós, ou confirmaremos a origem ou iremos à busca de outras fontes, visto que o orçamento impositivo também nos dá a responsabilidade no Parlamento justamente de definir essas fontes para financiar programas.

Sendo assim, visto que não há mais a necessidade da taxação obrigatória do seguro-desemprego, ele passou a ser opcional. Apenas aqueles que, no momento da demissão optarem por se tornarem contribuintes da previdência no período da recepção... E, vejam, foi feita uma alteração aqui no voto complementar fazendo com que essa opção seja uma opção ativa. Isso é importante. A opção ativa quer dizer que o empregado terá, no ato de aderir ao seguro-desemprego, que fazer espontaneamente a adesão ativa à contribuição previdenciária no período. Não será passiva, como o texto original previa; ou seja, o texto original previa que, em algum momento, se ele não se manifestasse, a cobrança seria feita. Nós invertemos essa lógica.

A outra questão diz respeito ao aperfeiçoamento também dos chamados acidentes de trabalho do trajeto. Nesse ponto, que mereceu uma parte muito grande das emendas, a medida provisória propunha que o acidente de trajeto, a ida ou a volta do trabalhador deixariam de constar, em todas as circunstâncias, como acidente de trabalho.

Nós trabalhamos esse tema também à exaustão, não tínhamos conseguido fechar a redação até a leitura do voto, mas conseguimos, no complemento, chegar a um entendimento, com a área previdenciária do Governo, com o Ministério da Economia, no sentido de que uma solução conciliatória será que toda a responsabilidade previdenciária, ou seja, mesmo desenquadrado o trajeto da figura tradicional do acidente de trabalho, ele passa a contar, diferentemente do que estava no texto da medida provisória, ele passa a contar com toda a cobertura previdenciária. Então, o acidentado no trajeto conta com o auxílio-doença e com uma eventual aposentadoria por invalidez nos mesmos níveis, como se fora um acidente classificado no modelo anterior, ou seja, não há perda pecuniária de nenhuma espécie para o acidentado nessas circunstâncias. Porém, ele deixa de figurar nas estatísticas como um seguro-desemprego.

E a lógica dessa opção é porque o empregador tem responsabilidade sobre o risco oriundo de onde ele pode controlar o risco, ou seja, no ambiente da empresa ou do transporte oferecido pela empresa. Todos os acidentes ocorridos no ambiente externo – e, portanto, submetidos a condições em que a empresa não tem como controlar o risco – são de responsabilidade do Poder Público. Acidente de trajeto causado por má conservação de via, acidente de trabalho ocasionado por má conservação de transporte público, acidente de trabalho decorrente de eventos relacionados à segurança pública são de responsabilidade do Poder Público e, por isso, eles estão constando como responsabilidade da cobertura previdenciária, assinalando que nunca foi responsabilidade do empregador pagar essas verbas, apenas o vínculo; não havia responsabilidade do empregador sobre o pagamento das verbas, apenas o vínculo e a manutenção do vínculo durante esse período da suspensão do contrato de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Avançando um pouco, eu quero destacar, ir basicamente para os itens que falam da medida provisória naquilo que ela tem, que a gente chamou aqui, durante o debate, de alma da medida provisória, que é o Contrato Verde e Amarelo. A interpretação nossa é de que nós estamos, na verdade, preocupados com a epidemia que a gente está vivendo, com a possibilidade de uma pandemia, mas a gente já vive uma epidemia do desemprego no País. Nós temos hoje números que apontam para cerca de 12 milhões de desempregados, sendo que, nessa faixa dos 18 aos 29 anos, esse número, o que seria um percentual entre 11% e 12%, esse número salta para 26%. Os números relativos à informalidade beiram a casa de 42% da força ocupada.

Evidentemente que pode haver várias visões a respeito desse assunto, mas diferentes Governos, compostos aqui, inclusive, por Parlamentares pertencentes a diferentes correntes, já propuseram, em diferentes momentos, programas de incentivo ao primeiro emprego, programas que visavam, de alguma maneira, desonerar e, através da desoneração, estimular a contratação. A diferença do que está proposto aqui é que se definiram faixas abrangidas ou por taxas elevadas de desemprego, como é o caso da sub-29, ou por uma faixa que nós estabelecemos na discussão da Comissão, aproveitando, inclusive, sugestões e emendas de Parlamentares, que é a chamada cinquenta e cinco mais, porque, se a taxa de desemprego não é da mesma dimensão da sub-29, ela tem uma característica que é um percentual de recolocação do mercado que, na medida em que a recessão se aprofundou, ela só diminuiu, a ponto de hoje ser inferior, Marcelo, a 10% do fator de desemprego. Ou seja, entre aqueles profissionais que perdem a vaga com carteira assinada, menos de dez conseguem, nessa faixa etária, se recolocar no mercado, com um agravante: com a subida do sarrafo da idade mínima, essas pessoas vão ter muito mais dificuldade em cumprir, no final da sua trajetória de trabalho, o volume de contribuições necessárias para se aposentarem dentro de uma melhor condição.

Então, deixar essa faixa fora, além de ter os efeitos óbvios sobre o desemprego, tem também o fator de que podemos estar produzindo ali um cliente para o BPC, um cliente para a assistência social, em vez de mantermos essa pessoa encaminhada como um contribuinte da previdência oficial e também constando com valores capazes de produzir uma aposentadoria de mais consistência. Então, juntando esses dois públicos, ou seja, inserindo a faixa cinquenta e cinco mais, o objetivo também é criar uma mescla de culturas dentro das empresas, onde pessoas mais experientes venham, de alguma maneira, a contribuir e se somar ao vigor da juventude.

Dessa forma e visando também esclarecer um ponto, no relatório nós tínhamos introduzido, entre as condições de elegibilidade para o Verde e Amarelo, a elegibilidade além da faixa etária, trata, admite, que a pessoa tenha sido aprendiz, ou seja, ela mantém a condição de primeiro emprego tendo sido aprendiz; ela mantém a condição de primeiro emprego tendo sido intermitente, temporário. E nós tínhamos introduzido a possibilidade de quem tenha tido um vínculo inferior a 180 dias, mas essa introdução gerou a interpretação por muitos de que ali se estava abrindo uma trava para substituição de mão de obra. Então, para ficar muito claro que não há motivação de substituição de mão de obra, nem na medida provisória que foi encaminhada e muito menos no relatório que nós produzimos, entre as condições de elegibilidade, nós estamos retirando o inciso V, que dava a possibilidade de que pessoas, nessas faixas etárias, com vínculo inferior a seis meses, pudessem ser elegíveis. Então, permanece aquilo que foi encaminhado na medida provisória. E permanece a trava lá no art. 2º, no §4º, permanece a trava de que um trabalhador que tenha sido demitido e que pertencesse a outro contrato, ao contrato tradicional da CLT, que ele tenha que ter uma carência de 180 dias para voltar a ser recontratado pela mesma empresa, como medida para que não haja qualquer tipo de esperteza ou qualquer tipo de conduta com vista a promover a substituição de mão de obra.

Então, a retirada do inciso V, que deixa de ser elegível quem já tenha tido um vínculo, ainda que inferior a seis meses, e a manutenção da trava somados ao comparativo Caged... E aqui nós tiramos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também os seis meses de vínculo para não contaminar a informação de Caged, porque, eu fui checar no Ministério da Economia, a informação de Caged é precisa no que diz respeito à substituição qualitativa ou de faixa etária, ou seja, você tem a informação se uma empresa, pelas regras que há aqui, em que você tem a média dos dez primeiros meses de 2019, se essa substituição for tentada, a informação não só é qualitativa em relação à média colocada, como ela também pode ser qualitativa e ensejar a autuação da empresa com as penalidades que estão previstas aqui. Isso é só para esclarecer, Presidente, esse ponto, que esteve muito em discussão, da chamada possibilidade de substituição de mão de obra.

De outra forma, nós estamos trabalhando a ideia dessa medida provisória e das medidas de desoneração e de incentivo à contratação como medidas anticíclicas. Está claro que vários países do mundo que estavam numa situação de normalidade e agora estão afetados por uma crise como essa estão adotando medidas anticíclicas. O Brasil certamente terá que adotar, mas também está visto que medidas, somente no campo monetário, como redução da taxa de juros, não têm sido suficientes para provocar a dinamização da economia no seu cotidiano.

Então, se nós olharmos para a pauta do Congresso, de um modo geral, as grandes reformas, que alguns consideram necessárias e urgentes, outros nem tanto, mas o fato é que, se nós conduzirmos só a pauta das grandes reformas sem olhar para o cotidiano, e essa medida provisória olha para o cotidiano, ela certamente faz com que a gente possa ter, então, algo na direção de propor uma ação que ingresse no dia a dia da população.

Então, essas medidas adotadas, como, por exemplo, elevar de 20% para 25% o percentual que as empresas poderão contratar na modalidade, visam acomodar o incremento da faixa cinquenta e cinco mais, porque o percentual anterior era de 20%. Além disso, alguns esclarecimentos que são importantes, como, por exemplo, essa taxação opcional do seguro-desemprego vai ficar fixa para quem optar em 7,5%, e não escalonada a 7,5 e 9, de acordo com o que estava colocado. Então, esse é um outro elemento introduzido.

Avançando, ainda na discussão do Verde e Amarelo, nós acatamos também sugestão para que possa ser negociada, entre o empregador e o contratado, a questão relativa àqueles que estão cursando o ensino médio, o ensino profissionalizante ou o ensino superior, a possibilidade da flexibilização dessa jornada para aqueles que integram esses grupamentos, atendendo, inclusive, a um debate que foi feito aqui pelas entidades de estágio, que contempla também emendas nesse sentido. A qualificação profissional, que era muito superficial na proposta original, foi incrementada no relatório final e aqui aperfeiçoada no voto complementar.

Alguns outros pontos – e eu vou aqui já caminhando para finalizar – que eu vou destacar dizem respeito, por exemplo, à confirmação daquilo que foi trazido aqui pelas centrais no sentido de deixar muito claro, na medida provisória, o valor do negociado sobre o legislado, trazendo de volta para o texto a questão constitucional, ou seja, a menção constitucional no texto. Essa emenda foi acatada *in totum*, apresentada por Deputados, representando essa tendência. Então, eu quero fazer esse registro, porque não é só numericamente a avaliação de quantas emendas foram acatadas, também na qualidade da emenda e no que ela representa. Então, setores que aqui estiveram, como o setor bancário, já muito maduros sob o ponto de vista da consolidação dos pontos das suas convenções coletivas, isso foi absolutamente preservado. Havia a preocupação de que a medida provisória invadisse esses acordos. Ela não o fez. Não só isso, como confirmou aspectos como esse, de que, na ausência eventual de uma convenção ou de um acordo durante um determinado ano, a lei assegura e garante esses pontos.

Nós tivemos alguns erros materiais, no relatório anterior, que alguns apontaram e que a gente pode corrigir; erros de redação, coisas desse gênero, que a simples leitura do relatório fala por si.

Quanto a essa questão do Conselho de Reabilitação e dos efeitos dos valores, nós acatamos uma emenda da Senadora Mara Gabrilli que cria uma possibilidade importante, que seja a destinação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

valores desse fundo de reabilitação para pessoas com deficiência fora do ambiente da Previdência Social, porque a redação original era restritiva em relação a isso. Então, num momento em que a gente luta por universalizar a oferta, o texto restringia a oferta e para um setor tão já fragilizado.

Então, nós acatamos, embora com uma redação um pouco diferenciada, mas nós acatamos. Aliás, acatamos outras sugestões, que a avaliação não seja só física, que ela seja psicossocial; incorporamos basicamente os conceitos que faziam parte do conjunto de emendas da Senadora naquilo que diz respeito a pessoas com deficiência.

Avançando um pouco mais, eu queria chamar atenção da situação das assistentes sociais do INSS. Nós, atendendo também a solicitação e a um conjunto grande de emendas, mantivemos a condição anterior à medida provisória. Mesmo com a discordância das áreas do Governo, mas julgamos que era importante preservar não só como categoria, mas as atribuições. Então, está mantida. Esse voto esclarece isso.

E também uma situação importante no art. 53. O conjunto de muitas das decisões que nós estávamos tomando em relação à legislação estavam sendo submetidas, no art. 53, a atos do ministro da Economia. Então, independentemente da personalização no ministro, houve a discussão e o entendimento de que submeter inclusive decisões que afetam contratações na modalidade verde e amarelo, que já está operacional a partir da vigência da medida provisória, e outros atos não é compatível com a autonomia que se quer para o Congresso.

Então, nós retiramos do art. 53 essa menção aos atos do ministro. Aquilo que precisar de regulamentação do ponto de vista das renúncias e eventuais incentivos contidos está num outro inciso abaixo, que está preservado. E o que precisar de um ato superior para regulamentar virá por decreto do Presidente.

Então, de um modo geral, eu acho que esses são os pontos abordados no complemento de voto. Quanto ao restante há coisas relacionadas e esclarecimentos, por exemplo, à jornada de trabalho de bancários, que tinha uma interpretação de que nós estaríamos abrindo a jornada dos caixas para além de 6 horas. Não tem nada disso. O que está no relatório é *ipsis litteris* aquilo que está na convenção coletiva. Se algo estiver diferente do ponto de vista da redação, eu estou disposto a sentar e a rever. Mas, do dia 19 para cá, eu já voltei a discutir o assunto, e nós corrigimos eventuais pontos em que existia dúvida.

Então, Presidente, sob a ótica do que mereceu essa avaliação, nós fizemos aqui.

Quero só destacar, para finalizar, a questão do microcrédito. Microcrédito está contido na medida. Aqui nós estamos lidando com vários trabalhadores: trabalhadores que estão abrangidos hoje pela legislação do trabalho, trabalhadores por conta própria que não têm nenhuma proteção, trabalhadores completamente desempregados que não têm nem atividade de conta própria e muito menos vínculo nesse momento, e temos o trabalhador que é o empreendedor – empreendedor por convicção ou empreendedor por pressão das circunstâncias. E, nesse contingente, há muita gente que é passível de ser amparado pelo microcrédito.

E eu queria chamar atenção na justificação aqui do apoio via microcrédito, seja para aqueles que tocam por conta própria ou para aqueles que têm um negócio formal.

Quando a gente olha para as horas despendidas, o pequeno empreendedor, segundo dados da Pnad do IBGE, o pequeno empreendedor trabalha 45 horas semanais, tempo superior ao do setor privado de um modo geral, empregado, que é de 39 horas. Ou seja, o empreendedor é um trabalhador também e é um trabalhador que, na maior parte das vezes, trabalha com uma carga horária excessiva. Ele e mais o empregado, ele por conta própria. Esse trabalhador, esse empreendedor está contemplado, aqui no conjunto, muito mais por essas medidas de microcrédito. Então, aqueles que falam da desoneração dos patrões têm que pensar que de cada 10 empregos, seis são gerados por esse pequeno empreendedor. Repetindo: de cada 10, seis Se colocarmos a informalidade, de cada 10, 7,8 empregos são gerados por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

esse pequeno empreendedor. Então, as desonerações vão ser, em grande parte, absorvidas por esse pequeno empreendedor, que vai ter uma redução das contribuições sociais e que vai transformar isso, certamente, numa facilidade de contratação.

Na outra ponta do microcrédito, o Brasil tem ridículos 5 bilhões – um País deste tamanho – de estoque de microcrédito, perde para quase todos os países do mesmo porte. Não vou colocar nenhum da OCDE, estão todos fora. Nenhum, nenhum do porte do Brasil tem um valor tão medíocre em microcrédito. É de aproximadamente um bilhão vírgula qualquer coisa, dependendo do dólar de hoje ou de amanhã. É muito pouco. Então, nós temos potencial, só com a libertação de compulsório – o mínimo que foi anunciado aqui com o Banco Central –, temos potencial para libertar, até o final de 2022, algo como 40 bilhões de disponibilidade. Mas digamos que não seja, que sejam 10: é o dobro do estoque que tem hoje.

Agora a simplificação contida aqui: através da possibilidade de democratização do acesso de diferentes organizações na concessão de microcrédito, acompanhadas pelo Banco Central, mas sem a exclusividade dada a grandes instituições – muito pelo contrário –, o acesso e um percentual, a ser definido em resolução do Conselho Monetário Nacional libertando o compulsório e libertando valores de depósito à vista, podem formar um ambiente necessário para que a gente saia desses 2 milhões de pessoas atendidas e 5 bilhões de estoque para alguma coisa na casa de 4 a 5 milhões de pessoas atendidas e, no mínimo, 10 bilhões de estoque, no prazo de 1 a 2 anos.

Então, Presidente, feitas essas observações, queria, disponibilizar – já está disponibilizado via sistema – para que cada um pudesse consultar. Enfim, podemos seguir na nossa trajetória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mais uma vez agradecemos ao nosso Relator pelo empenho, pela dedicação.

Amigos, Srs. Parlamentares, nós temos aqui uma lista de inscrição. Estavam inscritos o Deputado Paulo Ramos, a Deputada Alice Portugal e o Deputado Átila Lira. Isso aqui foi antes do acordo. Então, acho que vamos manter a ordem de inscrição para a próxima sessão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Para a próxima. E vamos manter o acordo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É para se inscrever, então, hoje?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Acho que semana que vem. É porque eles já estavam inscritos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – A gente vai ler direitinho o voto complementar, inclusive.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Da minha parte nada a opor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Diante do acordo feito pela nossa liderança, declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 10 de março, às 13h.

Está suspensa a reunião.

Obrigada a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 57 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 36 minutos.*)

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Declaro reaberta a 9ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 905, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Paulo, só um pouquinho.

Nós temos Parlamentares aí que estão sem lugar para sentar. Peço ao pessoal da assessoria que possa nos ajudar. A partir da quarta fileira, nós temos alguns Parlamentares que estão em pé. Por favor, tá? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Os Parlamentares conseguiram assento?

Obrigado pela compreensão.

A Presidência comunica que, no dia 19 de fevereiro, o Deputado Christino Aureo procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria.

Na mesma data foi publicada uma errata do relatório, em virtude de flagrante erro material em relação ao relatório anteriormente disponibilizado. Não houve, portanto, prejuízo da concessão de vista, uma vez que a errata foi publicada na mesma data do relatório original.

Desculpem pela voz aqui. Eu estou com uma gripe, mas não é o corona não, é o "coroavírus".

Em 04/03, o Relator procedeu à leitura de uma complementação de voto. Na ocasião, a discussão da matéria não foi iniciada e foi suspensa a reunião, que agora é retomada.

O Deputado Christino Aureo irá fazer novas considerações sobre a matéria. Ao fim do uso da palavra pelo Relator, cada Parlamentar inscrito poderá usar da palavra, se membro da Comissão, por 5 minutos; se não membro, por até 3 minutos, facultado aos Líderes o acréscimo do tempo regimental de Liderança.

A inscrição deve ser solicitada à Mesa.

Quero comunicar aos Deputados e Senadores que tivemos ali uma reunião com algumas lideranças que estão presentes aqui na Comissão e fizemos mais um acordo. Nosso Relator e esta Presidência, nós flexibilizamos no sentido de tentar encontrar um acordo, que achamos da maior importância.

O entendimento foi este: nós iremos abrir aqui uma discussão, tentaremos encerrar esta discussão e, amanhã, nós faremos a votação. Esse foi o entendimento que tivemos ali entre os Deputados e Senadores.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Certo.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Foi exatamente o assunto que V. Exa. levantou em relação aos vários momentos de modificação dos relatórios. Estou falando aqui como Líder do Bloco da Resistência Democrática do Senado Federal.

Eu fiz parte de um acordo – eu é que tomei a iniciativa, inclusive, de dialogar –, em que o nosso Relator teve um papel importante, como está tendo ao longo do tempo, no diálogo. Não há nenhuma reclamação em relação ao nosso Relator, tem ouvido todos os setores etc.

Na última sessão, quando ele leu o relatório, nós julgávamos ser o relatório final. Por isso nós fizemos um acordo. Qual foi o acordo? O acordo foi que, de posse das modificações que ele iria ler naquele dia, nós transferiríamos para hoje, às 13 horas, a discussão e votação, e concordávamos – pedido por V. Exa. – que se mantivesse a presença, o quórum da sessão daquele dia.

Nós estamos cumprindo o acordo de nossa parte. Nós não temos nenhum objetivo de procrastinação, para não ficar essa acusação de que ali nas conversas perpassa. Só que, se há uma quebra de acordo, foi da modificação que veio na tal da errata.

A errata tem uma justificativa: é de redação. Mas há uma leitura nossa que entende que, nas modificações de redação, modificou-se também o mérito de algumas questões. Então, qualquer levantamento aqui do Plenário em relação a essa questão... Nós não nos responsabilizamos pelo acordo feito, porque nós o cumprimos. Só para ficar bem claro.

Outra coisa: ainda não se fechou o acordo de que se abriria e fecharia a discussão hoje e só amanhã se votaria. Começamos a conversa, houve divergência nisso, mas não está fechado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Por outro lado, já aproveitando que eu estou com a fala, o art. 13 não diz que são três minutos. Qualquer Parlamentar, para a discussão de matéria, tem direito ao prazo máximo de até 15 minutos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Só um minutinho.

Senador Paulo Rocha, eu não entendi... O senhor estava participando ali do acordo. Quer dizer que aquele tempo que nós perdemos ali não serviu para nada?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Todo diálogo constrói...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Nós começaríamos a discussão hoje e votaríamos amanhã. Aí alguns companheiros levantaram – companheiro do PDT, companheiro do PSB etc. – que nós faríamos o seguinte: leríamos – aí ficou a dúvida se o pessoal aceitaria iniciar a discussão hoje – e amanhã continuaríamos a discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Como o senhor acabou de dizer aqui... O senhor disse aí no microfone que nós não vamos votar hoje exatamente por conta da errata. É por isso que nós não vamos votar hoje, vamos votar amanhã.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente, uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Só para concluir.

Nós temos duas opções: ou entramos em um acordo... A parte do Governo aqui está querendo ir para o voto.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, questão de ordem: art. 33 do Regimento, que diz... Essa matéria...

Quero primeiro elogiar V. Exa. pela forma como vem conduzindo os trabalhos da Comissão. Eu vejo que há uma grande harmonia, que, naturalmente que resulta da competência de V. Exa. na condução dos trabalhos.

Quero também elogiar o Relator, que tem tido o maior empenho no sentido de fazer as modificações que tem entendido necessárias e, muitas vezes, em algumas delas, atendendo àquilo que poderia, imaginariamente, ser pleito da oposição, mas que passa a ser um pleito de todos.

Mas a matéria é uma matéria que impõe muitas divergências, muitas contrariedades. E, quando isso acontece, Presidente, na impossibilidade de se alcançar um acordo, é preciso cumprir o Regimento. É o Regimento que resolve os conflitos de interesses. Então, cada um se manifesta de acordo com aquilo que entende ser o seu dever no exercício do mandato e até o seu dever partidário.

O que é que diz o art. 33 do Regimento? V. Exa. mesmo, quando discorreu sobre os acontecimentos até hoje, V. Exa. falou: "O Relator fez uma complementação do voto." Ele agora chama a complementação de errata. Então, o que diz o Regimento?

Desculpe-me, Deputado Christino Aureo, meu grande Líder.

O art. 33 diz: "Os avulsos das matérias constantes da Ordem do Dia serão distribuídos aos Congressistas [no caso, os membros da Comissão] com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas." Isso é o que diz o Regimento, e nós queremos que esse artigo seja respeitado. E sei que V. Exa., em homenagem à harmonia, no desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, se agarrará ao Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Relatório não é matéria, Deputado. Relatório não é matéria!

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Não, é matéria que foi apreciada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – É não.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Claro que é matéria!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Lógico que não!

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Tanto que tem que distribuir. E tem mais...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Relatório não é matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Presidente, ainda que fosse matéria...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Eu posso? Estou concluindo.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – ... foi disponibilizado 24 horas antes.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Quero concluir, Presidente, se houver permissão.

Então, quando nós debatemos no sentido de buscar alcançar um entendimento... Aliás, não vou chamar de acordo não. O Presidente da República faz acordo, chama de entendimento... Faz entendimento, não quer que chame de acordo. Então, eu não quero entrar nesse debate. Mas... Aliás, o Presidente não cumpre os entendimentos ou os acordos que faz. O Presidente que eu digo é o Presidente da República; não é V. Exa., que conta aqui com todo o nosso apreço.

Mas para dizer que, quando V. Exa. também estabelece o tempo para discussão, deferido a cada membro da Comissão que queira fazê-lo, V. Exa. também restringe o tempo. Está aqui, está aqui: "Apresentado o parecer, qualquer membro da Comissão Mista poderá discuti-lo pelo prazo de 15 minutos." Está aqui no Regimento: 15 minutos, uma única vez.

Então, primeiro, não há, acredito eu, da parte de parcela dos membros da Comissão, a concordância com o início da discussão enquanto nós não contarmos com um parecer definitivo do Relator. "Este é o parecer último." Vamos receber, vamos analisar, tendo o prazo de 24 horas, iniciada a discussão, para depois a votação. E o tempo conferido regimentalmente a cada membro da Comissão para discutir a matéria é de 15 minutos.

Não sei se V. Exa. vai fazer qualquer modificação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Excelência, não, não vou. O senhor está se referindo ao art. 13, é isso?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Ao art. 13.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Isso. Acho que o Regimento com que o senhor está é o mesmo que tenho em mãos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É o art. 33; depois, o art. 13.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O art. 13. O Regimento Comum diz que qualquer membro poderá discutir o relatório apresentado pelo prazo máximo de 15 minutos. É isso? Confere?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não tem máximo não, tem 15 minutos. Essa palavra "máximo" não está aqui não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Então, nós estamos com um...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Na minha transcrição...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Então a sua assessoria esqueceu. É prazo máximo de 15 minutos, uma única vez. Ora, se o dispositivo estipula o limite máximo de tempo é porque, obviamente, admite tempo inferior aos 15 minutos. É por isso que nós tomamos a decisão. Desculpe-me aí!

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão de ordem.

O art. 211 diz que consistem as proposições em: I - propostas de emenda à Constituição; II - projetos; III - requerimentos; IV - indicações; V - pareceres. Então, o Regimento define que pareceres são proposições. Portanto, eles devem seguir o mesmo rito estabelecido no Regimento para qualquer proposição.

Na medida em que nós temos uma complementação, Presidente...Veja bem, o senhor sabe quantas páginas tem essa complementação? Oitenta e uma! Tem aqui: complementação. Então, nós não estamos falando de uma coisinha, são 81 páginas que o Relator, inclusive, teria que ler. É novo isso aqui, não foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

lido. À medida que ela foi modificada, precisaria ser lida novamente, até para que a gente possa entender o que mudou, o que não mudou, o que foi alterado, o que não foi alterado. Na medida em que há uma mudança, é um texto novo.

Então, o que me parece razoável, Presidente, para o entendimento? Em vez de a gente ficar aqui perdendo tempo discutindo aqui e ali, a gente faria um acordo. Hoje a gente aproveita para o Relator apresentar a errata, explicar para nós. A gente tira as dúvidas sobre as coisas que foram modificadas. Alguns Deputados aqui estão levantando de maneira muito tranquila... Há várias emendas que são coisas simples, que nós ainda poderíamos tentar ver se ele absorve. E a gente esgota isso hoje. Amanhã a gente abre com a discussão. Concluída a discussão, a gente faz a votação.

Parece-me um roteiro que facilita o bom entendimento, até porque daqui a pouco vai abrir o Congresso. Então, nós faríamos hoje a apresentação, tiraríamos dúvidas, conversaríamos com o Relator sobre a possibilidade de incorporar mais alguma coisa. Amanhã, abre-se com o debate e, ao final dos debates, a gente vota. Não lhe parece um bom entendimento, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Deputado...

É só para responder, Bia. Depois eu passo para você.

Deputado Paulo, segundo a nossa assessoria aqui – e o Regimento com certeza é o mesmo, o senhor deve estar com ele aí nas mãos –, na verdade, ele apresentou um relatório, entendeu? Então não tem... Depois que este Plenário o aprovar, passa a ser um parecer. Até agora nós não o aprovamos ainda. O relatório não é proposição, é um relatório, entendeu? Art. 132.

Acho que o nosso Relator queria acrescentar...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – A proposta que lhe fiz de entendimento não lhe parece razoável?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Paulo, estamos prorrogando esta sessão há 12 dias, há 12 dias!

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Porque não tem parecer definitivo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Exatamente porque nós vamos flexibilizando, e não vai haver nunca. Do outro lado aqui, há um grupo que quer votar, e que nós temos de respeitar também. Não é só ir... Agora, nós vamos tomar uma decisão.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Por isso estamos propondo o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Ou entramos em um entendimento ou vamos a voto. Não dá gente! Aqui não tem nenhuma criança.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Estou propondo o entendimento exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O entendimento... Eu achei que aquele tempo que nós estávamos ali era tentando o entendimento.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Foi exatamente o que tentamos fazer lá.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O Relator quer acrescentar aqui por conta das 82...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Colega, o senhor acabou de usar a palavra.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Dez segundos, Bia, por favor. O Relator pediu; em seguida, passo a você.

O SR. CHRISTINO AUREO (PP - RJ. Como Relator.) – Então, boa tarde, Presidente, Vice-Presidente, Deputadas e Deputados, Senadores e Senadores e todos que acompanham esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Quero esclarecer pontos de maneira bem objetiva, bem rápida, porque a gente tem que ganhar tempo nesta discussão.

Foi apresentado no dia 19 o parecer. Esse parecer foi apresentado... Perdão, o relatório. O relatório foi apresentado já...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – É parecer ou relatório? O nosso assessor...

O SR. CHRISTINO AUREO (PP - RJ. Como Relator.) – Relatório. O parecer é depois da apreciação. Mas já corrigi, Senador Paulo.

Muito bem, já foi retificada na apresentação que nós teríamos um voto complementar em função exatamente da complexidade do relatório. O relatório trabalhou, como vocês sabem, com 1.928 emendas em análise. Além disso, foram ouvidas aqui na Comissão, em cinco audiências públicas, entidades de todos os matizes possíveis: representantes de trabalhadores, representantes de empregadores, academia, especialistas e tantos mais que contribuíram. Desse universo, houve sugestões que, somadas às emendas, às aproximadamente 500 emendas do total, foram incorporadas ao relatório. E foi ressalvado naquele dia da apresentação que nós trataríamos o que fosse de forma através de uma errata no mesmo dia – e publicamos a errata no próprio dia 19 – e através de uma complementação de voto, que foi apresentada no retorno dos trabalhos aqui, no dia 3. Pois bem, essa complementação de voto é que detém as mais de 80 páginas a que se referiu aqui o Deputado Paulo Pimenta e não...

Quero deixar claro, até porque há pessoas que não têm acompanhado os trabalhos e podem imaginar que a errata – aí sim – publicada ontem conteria oitenta e tantas páginas, o que não é a realidade. Apenas quando se republica o relatório se republica o conjunto dele, contendo essas erratas.

E as erratas eu vou de maneira muito clara aqui colocar, porque elas foram feitas em função – são quatro itens basicamente – daquilo que foi visto como algo que, de alguma maneira, ingressou na complementação de votos ou porque na redação o artigo não combinava com o *caput* ou porque, de alguma maneira, entrou na complementação de voto sem que fosse emenda ou proposição do Relator, ou seja, na hora de fazer a junção, alguns assuntos que não deveriam estar permaneceram lá.

É o caso, por exemplo, nesse fator da organização do processo – eu vou ler os itens –, do art. 161 da CLT, onde foi acrescentado, no §3º, a expressão "harmonização nacional dos procedimentos", que ficará a cargo da secretaria nacional. Embora fosse óbvio que a harmonização do sistema nacional ficaria a cargo da Secretaria Nacional de Previdência e Trabalho, isso não estava explícito na forma.

Da mesma maneira, mas seguindo em uma direção pouco diversa, o art. 198 tratou de uma supressão de uma discussão sobre carregamento de peso de sacaria que não era objeto de emenda nenhuma; foi uma sugestão do Governo que veio em um dos textos fora do conjunto das emendas, e que eu não tinha deliberado de acatar. Quando vi esse tema tratado, que não era emenda e não era proposição minha, pedi para incluir na errata, ou seja, suprimindo essa discussão do texto.

No art. 627 há uma questão relativa à dupla visita que tinha sido despertada em uma discussão aqui, que era a dupla visita em canteiros de obras, que se instalam e se desinstalam muitas vezes em prazos inferiores aos 180 dias previstos para o retorno do auditor para segunda visita. Então, foi feito um tratamento ali porque nos pareceu óbvio: os canteiros de obras têm uma dinâmica completamente diferente de uma empresa que se instala e vai tocar a sua vida, vai perdurar naquele endereço. É diferente. Então, foi feito o ajuste da dupla visita, assim como foi reafirmado um princípio: não se vai admitir dupla visita diante de casos graves, ou seja, serão autuados na primeira visita casos graves.

Foi mencionado de uma maneira muito firme que as condições análogas à escravidão faziam parte dessa gravidade, mas o texto da complementação de voto não contemplou assim. Então, foi reafirmado esse princípio. É claro que condições análogas à escravidão são falta gravíssima e não comportam dupla visita. É autuação na primeira. Então, isso foi aclarado no art. 627, §2º, V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

E, no art. 628, a obrigação da lavratura de auto e a devida correspondência legal não se aplicam em caso de infrações a preceitos legais e a regulamentações sob segurança e saúde, ou seja, outra excepcionalização que tem a ver com o redacional, que não tinha emenda, e quem foi redigir a complementação de votos entendeu que, não sendo objeto de emenda, não poderia constar. Mas, veja, até o momento da complementação de votos, o Relator tem, sim, a prerrogativa de incluir termos dessa natureza.

Então, ciente dessa questão...

Ainda há uma outra: o art. 46 do PLV, que faz uma alteração no art. 23, §2º, da Lei 8.036/90. Essa alteração na questão do FGTS foi feita para melhorar a referência a outros artigos, ao art. 23, para efeito de aplicação de multa, e ao art. 634 da CLT. Então, é uma remissão ao texto original.

Assim, isso que está posto aqui faz parte... Isso não gerou oitenta e tantas páginas de relatório. Isso, quando muito, gerou uma, duas, três, quatro, cinco, seis alterações de artigos ou incisos, típicos de uma errata. No entanto, conversamos antes aqui, conversei com o Presidente e, dentro do espírito de entendimento, se esses pontos aqui levantados suscitaram essa questão, é exatamente por isso que a discussão do acordo passou a incorporar a ideia de se votar o relatório amanhã, mas hoje se abrir a discussão e avançar nela.

Então, não quero fazer nenhuma consideração a mais além dessa, porque considero que esses itens, na sua grande maioria, representam itens passíveis de serem abrangidos por uma errata, que, diga-se de passagem, foi publicada no dia de ontem. Isso aqui não é nenhum item incluso a partir de agora; ele está disponível para discussão desde o dia de ontem.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Como eu tinha cedido a palavra aos Parlamentares, a Bia Kicis e o Kim estavam pedindo. Depois deles, nós vamos seguir o que está na lista e o critério estabelecido aqui.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Presidente, a gente pode fazer uma pergunta para o Relator?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Vou falar muito brevemente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Só um pouquinho, Paulo, por favor.

Bia.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Vou falar muito brevemente, até porque eu estou inscrita também na lista. É só para dizer que essas palavras do Relator mostram que as alterações foram bem pontuais, pequenas, e a maior parte delas de interesse do pleito dos Parlamentares que estão pedindo que se espere para analisar melhor. Então, o que eu peço é que a gente dê prosseguimento, porque precisamos abrir as discussões e, na medida do possível, até encerrar as discussões ainda hoje, para que possamos concluir essa matéria que... É polêmica? Sim, mas vem sendo discutida há muito tempo já. E, se não for assim, Sr. Relator, Sr. Presidente, eu acho que nós deveríamos simplesmente partir para o voto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Kim, por favor...

Em seguida, vamos seguir a ordem de inscrição.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, tentando fazer um encaminhamento com base no que foi colocado pelo Relator e com base no que foi colocado por Parlamentares da oposição, primeiro, é importante frisar o esclarecimento do Relator de que não houve nenhuma violação ao Regimento. Pelo contrário, o que foi apresentado é um relatório. Ainda que fosse um parecer, o parecer foi disponibilizado 24 horas antes. E o acordo é simples: é para que haja uma discussão, para que a discussão seja feita hoje e para que seja cumprido o Regimento. Iniciou-se a Ordem do Dia do Congresso Nacional, acaba a discussão, e a gente passa para a votação amanhã, seguindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

aquele acordo também de conceder os seis destaques para a votação. Vale lembrar que esses destaques já são uma concessão gigantesca por parte do Relator e por parte do Presidente da Comissão, porque em Comissão Mista não existe destaque de bancada. Existe uma maioria consolidada dentro desta Comissão Mista para, se o Presidente quiser e o Relator quiser, nós derrotarmos todos os destaques já na admissibilidade.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) – Mas ainda há o Plenário, Kim.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para discutir.) – Tudo bem, a gente pode deixar para o Plenário.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) – Você pode ter uma alegria aqui e uma tristeza lá.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para discutir.) – Mas a gente pode deixar para o Plenário, Deputado Wellington.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) – Eu queria, para que houvesse celeridade, que o Relator fizesse o acordo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Excelência, nós temos um colega que está com a palavra.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) – Eu estou indo na linha do mesmo raciocínio dele.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Eu só estou pedindo que o senhor o respeite, porque ele está com a palavra.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) – Eu o estou respeitando.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Conclua, por favor, Kim.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para discutir.) – O que eu quero fazer, Deputado Wellington, é só um encaminhamento de acordo...

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) – E o senhor me respeite também!

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para discutir.) – ... para que seja feita a discussão hoje, para que a gente passe para a votação amanhã e para que a gente siga com os destaques amanhã, com os destaques que foram colocados. Até a errata do Deputado Christino, fiquei sabendo agora, atende um destaque do Deputado Bira. Em vez dos seis, poderemos até ter cinco destaques. Esse já foi atendido pela errata do Relator.

Então, é uma coisa simples. Toda concessão que foi feita dentro do Regimento, no âmbito desta Comissão, foi feita para fazer concessão e para fazer acordo com a minoria. Foi no caso da vista prolongada do Carnaval e foi no caso das audiências públicas extras e dos convidados, sem aprovação de requerimento.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Deixe-me fazer uma pergunta, até para ver se nós estamos falando a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Em discussão...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, a proposta do Deputado é começar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Agora, vou começar agora.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Mas, veja bem, só um minutinho. Daqui a pouco, começa a Ordem do Dia. Aí continua amanhã de onde paramos e depois votamos. E isso?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós vamos encerrar a discussão hoje, se Deus quiser. Vamos lá! Temos que começar, senão não terminamos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Minha única dúvida é essa.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para discutir.) – Deputado Paulo Pimenta, é exatamente isso.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para discutir.) – Se não encerrarmos e se começar a Ordem do Dia...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Se não encerrarmos, continuamos amanhã a discussão.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para discutir.) – Se começar a Ordem do Dia, continuamos amanhã. Regimentalmente, a gente nem pode continuar.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Então, começamos a discussão hoje, recomeçamos amanhã para concluirmos a discussão, seguindo a lista de quem está inscrito. É isso?

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para discutir.) – Isso!

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Então, não há esse negócio de encerrar a discussão hoje.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para discutir.) – Não! Segue a discussão até começar a Ordem do Dia. Começou a Ordem do Dia, encerramos a discussão. E amanhã fazemos a votação com seis destaques.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vamos à leitura da lista dos inscritos.

Pela ordem, temos aqui o Deputado Paulo Ramos...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – ... o Deputado...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – ... falta decidir uma questão. É essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas eu não estou lendo, rapaz?

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – É preciso a gente ter um entendimento aqui. Espere aí, Presidente! Não passe o rolo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Estão inscritos Paulo Ramos, Alice Portugal e Átila Lira.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente Petecão, olhe para mim aqui. Vai se iniciar a discussão e terminar hoje, ou se vai só iniciar a discussão? Fica a discussão ainda para amanhã, para depois fazer a votação?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Acabei de responder para o Deputado Paulo. Vou responder mais uma vez para o senhor. Nós vamos abrir a discussão agora. Se pudermos, se não houver nenhum empecilho por conta da sessão do Congresso, nós vamos terminar hoje. Se não puder, continuamos amanhã. E amanhã nós vamos votar. Amanhã nós vamos votar.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Há outra questão que falta decidir com V. Exa.: são três minutos ou quinze minutos?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – São cinco minutos para membro e três minutos para não membro. Certinho?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Mas onde é que está escrito isso? E os Líderes?

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas Líder tem a prerrogativa de mais cinco minutos.

Paulo, agora nós vamos tocar.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Mas por que mais cinco minutos?

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para discutir.) – Eu quero falar também pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O seu tempo é de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para discutir.) – Pela Liderança do PDT, quanto tempo eu tenho, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – São cinco minutos com mais cinco minutos de Liderança.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para discutir.) – Só para esclarecer, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Já está contando o seu tempo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para discutir.) – Não faz mal. V. Exa. pode contar o meu tempo.

O Regimento diz: poderá discuti-lo pelo prazo máximo de 15 minutos. Não existe prazo mínimo. Existe prazo máximo de 15 minutos. É o que diz o Regimento. Eu quero falar pelo prazo disponibilizado pelo Regimento. Eu quero falar... Eu não posso falar por 16 minutos, mas eu posso falar pelo prazo máximo de 15 minutos, que é o que diz o Regimento, mais o tempo da Liderança. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Eu já respondi.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para discutir.) – Não, V. Exa. somente fez uma retificação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Qual é o papel do Presidente? (*Fora do microfone*.)

O que eu estou fazendo aqui? Eu é que vou estabelecer o prazo. Já não falei que são cinco minutos?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para discutir.) – Não, mas isso não é definido por V. Exa., não!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Por quem é então?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para discutir.) – Eu posso falar pelo prazo máximo de 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Cinco minutos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para discutir.) – Eu posso falar e eu quero falar pelo prazo máximo de 15 minutos. Se eu posso falar...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Você não vai falar; você vai falar pelo prazo de cinco minutos com mais cinco minutos da Liderança.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para discutir.) – Mas V. Exa. está reduzindo de 15 minutos para 5 minutos. V. Exa. está reduzindo meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, eu não estou reduzindo. O senhor está reduzindo, porque já está contando o seu tempo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para discutir.) – É ato de império? É na violência? Não há problema. Se é na violência, é na violência!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Que violência, rapaz? Que conversa besta!

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para discutir.) – É na violência, Sr. Presidente!

Então, Sr. Presidente, senhoras e senhores membros desta Comissão Mista, nós vivemos hoje no nosso País, Sr. Presidente, uma situação lamentável. É uma situação conduzida pela elite empresarial do nosso País. É uma vergonha a elite empresarial do nosso País! E, quando eu falo da elite empresarial do nosso País, não estou falando dos micro e pequeno empresários, não; eu estou falando daqueles que têm força política para participar de reuniões com o Ministro da Economia, Paulo Guedes. A elite empresarial do nosso País se habituou a viver dos favores do Governo, mas, com o passar do tempo, a elite empresarial do nosso País, completamente desmoralizada, passou a viver de favores, com isenções fiscais, incentivos aqui e ali, empréstimos subsidiados. E a elite empresarial do nosso País hoje é liderada, até por justas razões, por um Ministro, o Ministro Paulo Guedes, que não tem autoridade política nem autoridade moral para ser Ministro da Economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O Ministro Paulo Guedes, ao longo da sua trajetória, viveu no subterrâneo da economia brasileira, criando sociedades e fundos de investimento, buscando sempre recursos nos fundos das empresas estatais, no BNDES. O Ministro Paulo Guedes é investigado em vários procedimentos criminais. Vários! E não só ele, mas também pessoas ligadas a ele societariamente, pessoas, inclusive, da própria família dele. São muitas sociedades que ele integrou e integra que estão sendo investigadas. São várias as investigações.

O Ministro Paulo Guedes se apresenta com uma autoridade que não tem. E é por isso que essa elite empresarial brasileira tem o seu representante verdadeiramente compatibilizado, que a elite brasileira... E eu falo, Sr. Presidente, lamentando, porque eu poderia citar aqui... Quais são os empresários brasileiros hoje dessa elite que podem ser apresentados como referências nacionais? Eu posso falar de alguns do passado, como José Ermírio de Moraes, como José Mindlin. Eu poderia falar de outros, mas hoje a elite empresarial do nosso País está quase completamente desmoralizada. Se pegar as empresas de engenharia, vamos verificar o que acontece, mesmo indo para o agronegócio, com os joesleys da vida!

Então, hoje, a elite empresarial do nosso País se submete e vive da bajulação, dos favores do Governo. Não tendo possibilidade de competir em função da globalização, associando-se minoritariamente com empresas estrangeiras, essa elite empresarial, que defende as privatizações, agora está completamente encalacrada. Os aeroportos começam a ser devolvidos.

Essa elite, não tendo mais onde buscar favores, se volta, com a liderança do Ministro Paulo Guedes, investigado em procedimentos criminais... Eu nem sei, Sr. Presidente, por que a Comissão de Ética da Presidência da República não divulga as declarações feitas obrigatoriamente, por força da lei, pelo Ministro Paulo Guedes para assumir o Ministério da Economia, porque ele tem interesse em várias políticas públicas que ele próprio patrocina. Há conflito de interesses. Essa elite empresarial, não tendo mais para onde se voltar, completamente desmoralizada, associa-se a reformas que acabam por aniquilar direitos fundamentais dos trabalhadores. Assim foi na reforma trabalhista já no Governo Temer – é preciso dizer –, um Presidente da República que assumiu depois de um golpe e que não tinha condições de assumir a não ser se submetendo, pelos riscos que corria.

O Ministro Paulo Guedes é blindado pela grande mídia, e tudo aquilo em que ele está envolvido ainda não foi devidamente divulgado. Eu, aliás, encontrei um velho professor de Economia que me disse: "Fui investigar a vida do Ministro Paulo Guedes e encontrei um prontuário". Eu quero dizer que fiz o mesmo. Eu tenho, hoje, Sr. Presidente, dados os mais concretos comprovando que o Ministro Paulo Guedes não pode ser Ministro da Economia. O Presidente Bolsonaro fala em moralidade pública. Eu não sei... Ele tem assessores, ele tem informações que demonstram o que o Ministro Paulo Guedes representa.

E agora essa elite empresarial se associa a um projeto para aniquilar ainda mais os direitos dos trabalhadores. Talvez, para essa elite empresarial, o ideal fosse o trabalho escravo. Mesmo o texto fazendo algumas considerações sobre o trabalho escravo, caminhamos, no nosso País, para a afirmação do trabalho escravo, com o trabalhador sem qualquer direito. Os antigos empresários tinham um projeto nacional, os empresários brasileiros queriam lucro, mas tinham um compromisso com o País. Eles viam os trabalhadores como parceiros, e não como submissos, escravos.

E agora estamos aqui diante dessa farsa de medida provisória, que tenta se apresentar como uma medida provisória para criar empregos para a juventude. A leitura do texto demonstra que isso é um biombo, é um rótulo, porque essa medida provisória culmina por suprimir vários direitos dos trabalhadores. Aliás, ainda procura diminuir a participação, a importância, os deveres do Ministério Público do Trabalho. Para culminar com essa supressão de direitos, talvez pretenda o Governo no futuro – e passos estão sendo dados – até extinguir a Justiça do Trabalho, porque já acabou com o Ministério do Trabalho e o fundiu ao Ministério da Economia, com o Ministro Paulo Guedes. Eu nunca vi isso.

A luta de classes está aí...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para discutir.) – ... mas o Presidente da República, legitimado pelo voto popular, extrapola e demonstra claramente que também caiu na armadilha, não tem alternativa e chama Congressistas, Parlamentares de chantagistas. E esta Casa reage como? Faz acordos e não cumpre. Ele tenta jogar a opinião pública contra o Parlamento e consegue, mas consegue através da farsa das redes sociais, com as quais ele tem todas as alianças.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, mesmo com o esforço do Relator para reduzir danos, essa medida provisória é completamente inaceitável.

Eu digo que a elite empresarial brasileira precisa assumir as suas responsabilidades e saber que não vai ser aniquilando os direitos dos trabalhadores que nós vamos ter um modelo de desenvolvimento sustentável, que, pelo menos, contemple com direitos fundamentais a classe trabalhadora.

Por último, Sr. Presidente, eu tenho dito que não tem sido permitido aos trabalhadores comemorar, que significa o seguinte: quem come e mora comemora. No nosso País, a elite empresarial associada a esse projeto liderado pelo Ministro Paulo Guedes não permite aos trabalhadores acesso ao mínimo para terem uma vida digna, uma vida respeitável. Essa elite será derrotada porque já está desmoralizada.

O voto do PDT será "não".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra... O critério vai ser um Deputado Federal e um Senador membro da Comissão. Depois, iremos chamar os não membros.

Com a palavra o nobre Deputado Paulo Rocha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Desculpa! Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente e Deputado Paulo Ramos, as conquistas que nós levantamos ao longo dos anos de história de luta dos trabalhadores ou da história de luta e de negociações entre patrões e empregados foram se consolidando ao longo do tempo em leis. A CLT foi um instrumento consolidado nesse processo, e ali está assegurado um conjunto de conquistas e de direitos que foram produto de lutas e de negociações, como, por exemplo, o descanso remunerado aos domingos. Até Deus concedeu o descanso aos domingos, ou Deus o concedeu; desculpa eu ter falado "até".

Isso foi consolidado na CLT, na convenção. Depois são acordos, são negociações que se transformam em leis. Já com a presença da nossa geração aqui, o grande momento desses pactos e dessas negociações que nós colocamos, inclusive, na Constituição se deu em 1988, com a Constituição que hoje está aí, chamada pelo grande Parlamentar Ulysses Guimarães de Constituição Cidadã.

Estão lá todos os direitos individuais e coletivos, estão lá todas as regras da constituição de um Estado democrático e, a partir dele, das conquistas sociais. Nós não aceitamos a ideia, com a justificativa de desenvolvimento – não sei o que mais que usam –, de que retirem esses direitos através de uma legislação, de medidas provisórias que vêm com a força do Executivo sem que a gente aqui, os verdadeiros representantes do povo de todos os setores... Todos estão aqui. Empresários, representantes de empresários, de trabalhadores, de mulheres, de negros, todos estão aqui representados.

Isso não pode ser feito desta forma autoritária, através de medidas provisórias que não só fazem uma verdadeira reforma na CLT, mas que também atacam a Constituição brasileira. Vejam o que está aí. Mexem com a jornada de trabalho dos bancários. E a jornada de trabalho dos bancários foi uma conquista negociada entre banqueiros e bancários, porque foi uma categoria que avançou, inclusive, no processo da criação do novo sindicalismo no Brasil. Nossas reivindicações eram para haver negociações nacionais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

contratos nacionais. E foram os bancários uma grande categoria; inclusive, é a categoria do nosso Relator, que avançou nessas negociações. As jornadas dos bancários foram conquistadas assim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Para discutir.) – E as negociações de trabalharem aos domingos ou ficarem de plantão nisso ou naquilo são negociadas. Essa é uma conquista da negociação coletiva.

O que vem aí nessa medida provisória? Além de mexer com todas essas conquistas, mexe com o poder de fiscalização do Ministério do Trabalho, mexe com o poder de negociação dos sindicatos, mexe, inclusive, com o fato de se acabar com categorias importantes do nosso País. Não é possível a gente aceitar isso!

Então, o encaminhamento nosso é que nós vamos votar contra. Em todas as instâncias em que essa medida provisória passar, nós nos posicionaremos contra, porque isso é prejudicial aos trabalhadores, mas também é prejudicial à relação entre capital e trabalho no processo de desenvolvimento do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Muito bem, Senador!

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Agora, faltam os meus cinco minutos...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – ... como Liderança, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Já foram acrescidos.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Ah, o senhor não me deu 15 minutos, não?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não.

Com a palavra a Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Falo como Líder da Minoria na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Deputada, são três minutos, como não membro, e mais cinco minutos, como Líder.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – São oito minutos. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Por favor...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Para discutir.) – Quero cumprimentar todos os presentes e dizer, Sr. Presidente, que, observamos, sem dúvida, o esforço do Relator, e faço questão de fazer essa menção, em reduzir algum dano, mas quero lamentar que para os trabalhadores brasileiros as reduções conquistadas, acredito eu, sob gritantes protestos da equipe econômica do Governo, ainda são insuficientes. Isso é insuficiente e transforma a Medida Provisória 905 no diploma, talvez, dos mais perversos já consumados neste Congresso Nacional.

A medida provisória enviada nos finais de 2019 vem para especializar o mal já feito pela famigerada reforma trabalhista. Ela vem arrebentar, de verde e amarelo, os direitos que restaram dos trabalhadores brasileiros sob a justificativa falaciosa de que vem para reduzir desemprego. Nós temos mais de 12 milhões de desempregados, temos uma legião de subempregados, especialmente mulheres, especialmente as mulheres negras. E faço referência à passagem do dia 8 de março, quando ficou a caracterizado pelo IBGE que as mulheres, em 2019, perceberam salários para igual tarefa 22% menores do que os salários dos homens.

São injustiças embutidas em injustiças! A reforma trabalhista mexeu com toda a regulamentação do trabalho brasileiro, desregulamentou direitos que já eram precários, alterou jornada, fez com que o negociado valesse mais que o legislado, fez com que a lei investisse contra os sindicatos, retirando-lhes a seiva de manutenção, para impedir o grito livre e autônomo dos sindicatos brasileiros. E ela ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

encontra aderentes para querer tirar a liberdade que a unicidade é quem dá aos trabalhadores, porque divididos eles não são nada, não somos nada. Efetivamente, aquela reforma trabalhista enfraqueceu a Justiça do Trabalho, tendo sido repudiada pela magistratura trabalhista e pelo Ministério Público do Trabalho, que virou um poder lamentavelmente enfraquecido diante de regras tão injustas.

E agora a Medida Provisória 905 vem e tenta arrebentar com o início da vida laboral dos mais jovens e prevê pagamento de alíquota de previdência para os segurados desempregados. Já não bastou a injustiça da reforma da previdência, que o afasta da aposentadoria, que é matéria fina. O trabalhador paga a previdência pública quando está hígido, saudável, para, quando a sua capacidade laboral se extinguir, receber aquilo que investiu.

Infelizmente, a terceirização, o desemprego, a informalidade, as fraudes não fiscalizadas contra a previdência, os débitos da União com o caixa previdenciário, que não lhe pertence – nunca pagou ao caixa previdenciário dos trabalhadores –, tudo isso levou ao esvaziamento desse sistema de vasos comunicantes. E fizeram uma reforma nefasta, injusta, absurda, cruel com os mais pobres! E, agora, infelizmente, vêm propor o pagamento de contribuição previdenciária daqueles que recebem seguro-desemprego! A alíquota foi baixada, é bem verdade, em 7,5%. A original previa 20%. Mas quem está desempregado pode pagar? Isso é um absurdo, isso é uma iniquidade, isso é uma perversidade! Não sei como vai ter coragem de pedir voto nos Municípios ao trabalhador pobre e desempregado, que trabalha aos domingos sem pagamento em dobro, aos comerciários e às comerciárias que trabalham de pé, que sofrem com problemas graves de coluna e de circulação, sem falar do absenteísmo por depressão! Elas estão trabalhando aos domingos no *shopping*, tendo que chamar cliente na porta. E está aqui, não vale em dobro. Não vale em dobro, sem pagamento, desde que o empregado possa descansar em outro dia da semana. Isso é trabalho semiescravo.

Propõe a redução da alíquota de FGTS para empresas que contratarem. Esses itens foram mantidos no relatório, Sr. Relator. Com todo o respeito que tenho por V. Exa., esta redução da alíquota do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi de 8% para 2%, mas quem pode reduzir a alíquota de FGTS para o patrão? Esse é um fundo que lhe garante, no momento que você deixa... Por um instrumento legal, como uma doença rara ou um câncer, você retira o Fundo de Garantia. Mas é para acabar com o fundo, porque essa é a vontade de Paulo Guedes, o mercador do Brasil, o mercador barato do Brasil!

Propõe a redução de multa rescisória do FGTS.

Paulo Pimenta, Paulo Paim, nosso líder na luta em defesa do serviço público, nós perdemos, nessa medida provisória, os 10% obrigatórios para demissão imotivada, que foi o que deu o primeiro passo em direção ao Minha Casa, Minha Vida. Esse povo ficou não sei quantos anos no Governo, e, depois do BNH, nunca mais houve um programa de moradia para o povo pobre. Temer começou a acabar, e agora o demagogo que gosta de palhaçada e de brincadeira acabou de acabar, tirou os 10% e agora diminui pela metade a multa para demissão, de 40% para 20%!

A medida provisória – meu tempo vai-se esvaindo – é uma medida iníqua, inócua, inconstitucional. É inconstitucional! Eu citaria todas as outras questões. Falo apenas do fim da equiparação de acidentes no trajeto de trabalho como acidente de trabalho *in itinere*. O cara vai trabalhar, a senhora vai trabalhar, cai da escada do ônibus, quebra o pé, e não é acidente de trabalho, não. Ela que se vire! A empresa não tem nenhuma relação com isso.

Então, de fato, aonde nós queremos chegar? E a que ponto se dá o engano nas redes sociais para a população brasileira de que se está cuidando do povo brasileiro, de que é Brasil acima de tudo! Nada! É Trump em cima do Brasil. É o comércio, é o ultraliberalismo por cima da soberania e dos direitos dos trabalhadores.

A Minoria traz a posição contrária a essa matéria. O PCdoB, partido que, com muita honra represento nesta Casa em cinco mandatos, repudia a Medida Provisória 905.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Átila Lira, membro da Comissão. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Sidney Leite. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Orlando Silva. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Eduardo Cury. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Kim.

Lembro que seu tempo é de cinco minutos.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, não vou utilizar todos os cinco minutos.

Quero elogiar o trabalho do Relator e agradecer, aliás, ao Relator por ter acatado minhas emendas em relação ao microcrédito. Acho que a gente dá um avanço importante à política nacional de incentivo ao microcrédito, para ajudar o empreendedorismo, para ajudar principalmente as pessoas de baixa renda a empreender, a ter dignidade para sustentar sua família neste momento de desemprego. Acho fundamental não só a geração de emprego, mas o incentivo também ao empreendedorismo.

A gente tem experiências internacionais de microcrédito muito bem-sucedidas principalmente para pessoas de baixa renda. Há livros publicados sobre o assunto. Eu trabalhei durante alguns meses nesse tema. Apresentei projeto de lei que foi incorporado na forma de emenda à medida provisória pelo Deputado Christino Aureo.

Apresentei outra emenda, que pretendo defender em Plenário para facilitar aqui agora a tramitação dentro da Comissão Especial, no sentido de desonerar completamente as gorjetas, o que foi uma demanda que recebi tanto do sindicato patronal, a Abrasel, dos bares e dos restaurantes, como do sindicato dos trabalhadores de restaurantes, de instituições de turismo, de comércio, que viram o seu rendimento mensal cair em até 40% e perderam o sustento das suas famílias por causa da modificação na Lei da Gorjeta. É absolutamente impensável a gente tributar, seja por INSS, seja por FGTS, seja por qualquer outra contribuição compulsória, o ganho dessas famílias, que já estavam acostumadas, que já tinham determinado padrão de vida, que já tinham determinada renda, muitas vezes pagando plano de saúde, pagando escola particular para as suas famílias, para os seus filhos, e que acabaram perdendo, da noite para o dia, em razão da aprovação da Lei da Gorjeta, de 30% a 40% dos seus rendimentos.

Então, pretendo trabalhar na defesa dessa emenda em Plenário, destacando na bancada, tentando convencer os colegas da importância de se manter a renda dessa classe, que tem centenas de milhares de trabalhadores, que já acordam, que já entendem dos malefícios da aprovação da Lei da Gorjeta e que querem, sim, receber e levar para casa todo o dinheiro que recebem, voluntariamente, pelo bom serviço prestado aos seus clientes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Relator.

E que a gente continue nesse ritmo aqui na Comissão para poder votar o mais rápido possível. A oposição fala; quem quer votar vota.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado, Deputado.

Agora vamos chamar um Senador membro.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, o tema é vasto e é profundamente estudado no mundo. Há uma literatura impressionante feita por um economista peruano chamado Hernando de Soto, que escreveu um livro chamado *Economia Subterrânea*, estudado no mundo todo, em que ele mostra a propagação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

incontrolável da informalidade no mundo. Há outros estudos feitos em países pobres, como Bangladesh, onde o crédito e microcrédito vieram a reduzir sobremaneira a pobreza extrema daquele país.

Essa medida provisória é grandiosa, é polêmica, mas estabelece uma temporalidade dos contratos do primeiro emprego para jovens, de dois anos, limita o percentual em 20% e reduz os encargos patronais em 34% a menos.

Diante de tudo isso, Sr. Presidente, e pela extensão não controlada do trabalho informal aqui no Brasil e também pelo avanço das tecnologias da informação, pelo Uber e por todas as plataformas digitais e os robôs – as indústrias substituindo por robôs 100, 200, 500 homens –, as leis têm que procurar se ajustar ao momento contemporâneo; têm que se ajustar obrigatoriamente, por bem ou por mal.

Desta forma, Sr. Relator, V. Exa. tem sobre seus ombros o peso desse relatório grande e polêmico, mas é necessário que ele saia e seja aprovado.

Assim, eu me congratulo com a Relatoria e com a Presidência, desejando que a medida provisória, com tantas emendas... Por certo, V. Exa. acatou muitas, mais de 500, pedaços de emendas. V. Exa. está de parabéns.

A coisa é séria, o desemprego existe, ele é latente, e nós temos aqui que dar solução para esse problema. Ainda mais, hoje, ontem, esta semana, estes últimos dias, o mundo deu um grito de desespero. O mundo deu um grito de desespero que atormentou países inteiros. O mundo está acuado. Nós precisamos dar respostas. E as respostas que nós temos que dar passam por leis, leis modernas, leis que avancem, leis que ajudem a tirar o Brasil dessa situação de inércia econômica e trabalhista para o ramo da produção, seja com carteira assinada, com esse modelo intermediário, pela informalidade ou pelo comércio legitimado, mas é preciso criar alternativas.

Essas são as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado, Senador.

Com a palavra a Deputada Bia Kicis. Lembro que seu tempo é de apenas três minutos por não ser membro desta Comissão.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, nobre Relator, vou utilizar um pouco do tempo da Liderança também, mas vou falar muito pouco, porque pretendo que a Comissão possa andar, que possamos encerrar as discussões e os debates ainda hoje.

Quero aqui reafirmar a grande importância dessa medida provisória. Como disse aqui o nobre Senador Confúcio, o mundo está passando por momento de crise muito grande e, além desse momento específico de crise, há muito tempo a legislação trabalhista deste País é obsoleta. Foi feita uma reforma trabalhista que trouxe avanços, mas precisamos avançar muito mais.

Enquanto vivemos uma realidade de 14% de desemprego para as pessoas em geral, nós temos 20% entre os jovens. Tenho assistido a muitos depoimentos, entrevistas e declarações de jovens. Hoje mesmo, se não me engano na GloboNews, havia uma jovem reclamando que está formada, e não consegue emprego; depois de quatro anos de universidade, está procurando, já entregou mais de 30 currículos. Falou: "Como conseguir o primeiro emprego se a alegação é de que não temos experiência? Mas não temos experiência porque nunca pudemos trabalhar."

Então, esta medida provisória vem em muito boa hora. É preciso que nós aqui tenhamos essa consciência e deixemos para trás velhos paradigmas que não servem mais. Não adianta querermos continuar usando uma roupa que não nos serve mais. Então, a Justiça do Trabalho... A gente ouve muito esta queixa: querem acabar com a Justiça do Trabalho. Nós temos que modernizar a Justiça. Para que ela não seja extinta, ela tem que se modernizar, sim, para atender as necessidades do momento atual.

Há a questão do microcrédito, que também vai impulsionar a economia...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para discutir.) – E os jovens podem ficar felizes, porque neste momento se acena para eles com a possibilidade de emprego. Também as pessoas acima de 55 anos terão oportunidade de novamente trabalhar. Em razão da reforma da previdência, a aposentadoria ficou mais distante.

Temos aqui o Secretário Bruno Bianco, uma pessoa tão aguerrida, tão determinada, tão dedicada, estudiosa. Quero parabenizar toda a equipe econômica do Governo, quero parabenizar o Relator por esse trabalho incansável. Não é fácil, é uma medida provisória extensa. Então, quero cumprimentar e encerrar minhas palavras desejando que este Congresso não se furte ao seu papel tão importante de dar uma resposta à população, que precisa de emprego, que precisa de crédito, que precisa ser cuidada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Muito bem, Deputada.

Com a palavra o nobre Deputado Bira do Pindaré. Lembro que o seu tempo é de cinco minutos, pois o senhor é membro da Comissão.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Peço que acrescente o tempo de Liderança pelo PSB.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Então, o senhor terá o tempo de cinco minutos como membro mais cinco minutos como Líder, dez minutos.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela Liderança.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nós estamos diante de um tema que é de grande envergadura e muito mal esclarecido à população brasileira. Ontem, inclusive, foi ao ar uma matéria no Jornal Nacional. O Jornal Nacional... Aliás, com todo respeito, aquilo não é uma matéria; aquilo é uma propaganda, porque em matéria se ouvem os dois lados, se abordam todos os aspectos que estão em questão, e não foi o que aconteceu ontem na matéria do Jornal Nacional. O Jornal Nacional vendeu como se fosse apenas um benefício que se oferece aos mais jovens, que vão ter acesso ao mercado de trabalho, e a verdade não é essa – a verdade não é essa.

Na verdade, o Contrato Verde e Amarelo, a política do primeiro emprego, nessa medida provisória, é apenas uma fachada, um invólucro, uma embalagem. O que nós temos na verdade é um conjunto de alterações que retira direitos dos trabalhadores. Começando pelos jovens, que vão ser contemplados com acesso e vão conseguir, em grande medida, mas exatamente porque estão precarizando o trabalho dos jovens, estão diminuindo direitos, portanto, diminui o custo da mão de obra. E é óbvio que o empregador vai preferir a mão de obra mais barata. É óbvio que eles vão optar por esse caminho, é lógico, qualquer um raciocina da mesma forma, e eu não culpo os empregadores por isso, mas nós estamos discutindo e decidindo a política aqui, e, à medida que a gente precariza o trabalho, diminui o custo da mão de obra pelos direitos que são excluídos, está-se penalizando os mais jovens, não se está favorecendo. Sobretudo porque, quando você apresenta o projeto – o projeto é apresentado aqui para nós –, ao mesmo tempo em que traz essas desonerações, exclusão de direitos, não houve nenhuma preocupação em pensar uma política de formação profissional para os jovens. Como é que a gente pode querer pensar em política de primeiro emprego sem pensar na formação profissional dos jovens? Não consta dessa matéria a formação profissional. É uma precarização, é o jogo rasteiro de querer enriquecer quem já está rico em nosso País, porque não serão os pequenos empregadores que vão se beneficiar com essa medida provisória. Quem vai se beneficiar são os grandes, são os bancos, as grandes redes de comércio, as empresas de *telemarketing*. São essas grandes empresas que vão ser beneficiadas com essa política que está sendo traçada aqui. Não são os pequenos, não se trata disso, e não se gera emprego por isso.

Então, é importante esclarecer à população que os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras estão sendo excluídos, eliminados mais uma vez. E não deveria ser assim, porque, se nós estamos em crise mundial, teríamos que ter medidas anticíclicas que garantissem investimentos públicos para ativar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

economia, para gerar empregos. Isso sim é o que gera empregos, mas não é o que está em pauta aqui. Aqui está em pauta a exclusão de direitos.

Eu pergunto a vocês: o que a reforma trabalhista resolveu para o povo brasileiro? Nada. O que o teto de gastos resolveu para o povo brasileiro? Nada. O que a reforma da previdência resolveu para o povo brasileiro? Nada. Então, é um engodo, é uma enganação, é uma enrolação permanente que se faz contra a população brasileira, sempre alegando crise, mas sempre enricando aqueles que já são bilionários, que se favorecem desse sistema.

De maneira que nós precisamos esclarecer isso à população. Esclarecer que a CLT não pode ser alterada só pela sua antiguidade. Essa lógica de raciocínio é perversa, extremamente perversa e vai nos conduzir a uma conclusão desastrosa, catastrófica. Ora, se a CLT é antiga e deve ser revogada, que dirá a Lei Áurea, que é de 1888, muito mais antiga do que a CLT! É esse o raciocínio que vai presidir as nossas decisões? Minha gente, pelo amor de Deus!

Isso aqui já deixou de ser neoliberalismo. Isso aqui é capitalismo selvagem. Estão querendo voltar para os primórdios do capitalismo, um regime sem lei, sem proteção, sem direitos. Essa é a lógica que preside o atual Governo. Ele não faz outra coisa a não ser querer tirar o direito da classe trabalhadora. Todo dia chega projeto aqui para excluir direito do povo.

Eu quero perguntar qual foi o benefício que o nosso povo já teve com esse atual Governo. Eu não consigo ver. Os programas sociais estão sendo desmantelados, Bolsa Família não querem mais pagar, Minha Casa Minha Vida estão desmontando, tudo que é moradia popular. Vários programas estão sendo atacados. O salário mínimo, acabaram com o aumento real do salário mínimo. Aí, vem aqui e traz mais um projeto como esse, que destroça completamente o direito dos trabalhadores. E o argumento é o seguinte: o mundo mudou, a tecnologia está aí, é preciso que a gente se adapte à nova tecnologia.

Gente, pelo amor de Deus, será que nós vamos regredir inclusive na inteligência? Porque, se tem tecnologia, se ela veio, nós temos que usá-la em nosso benefício, e não para prejudicar a humanidade. É uma lógica perversa essa lógica que preside esse tipo de concepção. Não! Tem que adaptar à nova realidade. Todo mundo tem que virar Uber. Essa é a lógica deles. Todo mundo tem que virar Uber, trabalho sem direitos, sem jornada, sem patrão real, é um patrão virtual. Ninguém vê, ninguém viu.

É isto que vocês querem: que a gente se submeta a essa lógica? Eu não me conformo com isso, eu não aceito isso. Estamos aqui exatamente para confrontar projetos dessa envergadura, dessa natureza, que prejudicam sobremaneira o povo brasileiro.

Aqui eles mexeram com tudo. São mais de 80 dispositivos da CLT que estão sendo alterados, que estão sendo excluídos, que retiram direito dos trabalhadores, começando pela jornada de trabalho. A folga aos domingos e feriados, estão acabando com isso. Dizem que vai gerar mais emprego. Como é que pode gerar mais emprego? Na verdade, vai diminuir a oferta de empregos, porque o patrão vai poder explorar o trabalhador que hoje está empregado muito mais ainda, vai estender o tempo de trabalho dele. Então, essa lógica não vai gerar emprego; pelo contrário, vai diminuir a oportunidade de emprego. Se diminuísse a jornada, aí sim, você geraria mais emprego. Esta era a lógica que a gente deveria estar buscando: como fazer para reduzir a jornada para gerar mais empregos, mas não é o que está presidindo aqui.

Eu tenho que concluir e dizer o seguinte: na verdade, essa medida provisória – eu já disse e repito – é um verdadeiro "jabutizal", é o maior "jabutizal" que eu já vi neste Congresso Nacional, porque fala de primeiro emprego para os jovens, mas, na verdade, mais da metade dessa medida provisória trata da exclusão de direitos dos trabalhadores, da jornada de trabalho, das garantias de segurança no trabalho, da fiscalização, da atuação do Ministério Público do Trabalho. Tudo isso está sendo abordado.

Infelizmente o tempo não vai permitir que a gente decline aqui o detalhe, mas nós temos destaques que foram apresentados e vamos debater cada um deles para tentar atenuar os danos. Vamos fazer uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

luta muito forte, não só nesta Comissão, mas também no Plenário do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, para garantir que essa medida provisória não seja aprovada.

O PSB está apresentando um voto, mostrando que há caminhos para a gente construir uma política de primeiro emprego sem prejudicar os trabalhadores e sem precarizar o trabalho dos jovens. É uma enganação o que estão fazendo com o povo brasileiro mais uma vez, e eu não posso deixar de registrar o nosso repúdio e a nossa luta para que essa medida provisória não prospere nesta Casa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o nobre Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (REDE - ES. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, obrigado pela oportunidade. Eu queria pedir a V. Exa., porque eu estou aqui na qualidade de Vice-Líder da Rede Sustentabilidade, se for possível, para acrescentar o tempo. Prometo que tentarei ser o mais didático e breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Senador. Como o seu tempo como membro era de cinco minutos – e o senhor tem direito –, vamos conceder mais cinco minutos para V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (REDE - ES. Pela Liderança.) – O.k.

Bom, é necessário aqui nós fazermos uma retrospectiva histórica. Em 2017, nós tivemos uma reforma trabalhista que instituiu a terceirização de atividade fim, trabalho intermitente, mulheres grávidas e lactantes trabalhando em local insalubre, homologação de rescisão de contrato de trabalho feita pelo empregador. Foi uma verdadeira violação de direitos trabalhistas, tudo com o canto da sereia de que nós iríamos gerar emprego e renda, nós iríamos alavancar a economia, o que não foi feito.

O ano passado aprova-se a reforma da previdência. Mesmo discurso, a mesma coisa.

Será, Sras. e Srs. Senadores, que nós não temos a responsabilidade sobre o que nós estamos conduzindo? Porque é cômodo para funcionário público, seja ele municipal, federal ou estadual, ter um discurso, mas nós temos estudo de que, em um ano de carteira assinada, o trabalhador não fica com ela 12 meses assinada; fica de cinco a sete meses. Então, para conseguir se aposentar com 40 anos de contribuição, ele vai morrer, mas não vai se aposentar.

E agora vem essa medida provisória, que é outra perversidade. Você... Multa por rescisão de contrato trabalho, que é 40% – que é justamente para não estimular a demissão do trabalhador, para mantê-lo no emprego –, agora sai de 40% para 20%. A alíquota do recolhimento do Imposto de Renda, que é de 8%, vai para 2%. Trabalhar em local de periculosidade, que era 30%, vai para 5%.

Ora, nós estamos num país de 25 milhões de brasileiros desempregados ou subutilizados, minha gente. Quantas pessoas ganham um salário mínimo? Viva você com um salário mínimo, aí venha, sim, fazer discurso aqui, falando que nós temos que alavancar a economia! É muito cômodo, Senador Paim, é muito cômodo, porque nós temos plano de saúde vitalício; porque os funcionários públicos têm estabilidade; muitos têm inamovibilidade, irredutibilidade de vencimentos; e aí eu falo que nós temos os predicados da magistratura e do Ministério Público.

Nós temos uma reforma da previdência que veio com o discurso de que iria acabar com privilégios, mas não incluiu nem Estados, nem Municípios; não incluiu todos os funcionários públicos, mas incluiu aquele que menos ganha, aquele que vive de um salário mínimo, aquele sem vez, sem voz, sem teto, sem dignidade, sem nada. Porque não basta a Constituição, que se diz cidadã, vir, no art. 6º, e falar que todos têm direitos sociais à saúde, educação, habitação, moradia, se as pessoas estão morrendo nos corredores dos hospitais públicos; as pessoas não têm acesso à educação pública de qualidade; as pessoas não têm carteira assinada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

É cômodo nós termos uma Constituição que se diz cidadã, que, no art. 7º, inciso IV, diz que a União tem que instituir um salário mínimo digno, capaz de suprir as necessidades da pessoa e da família com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário, higiene. E nós termos esse mísero salário, esse salário mínimo de pouco mais de R$1 mil, enquanto funcionários públicos ganham 15, 20, 30, 40, 50, R$100 mil. É cômodo nós virmos com esse discurso.

Todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Eu nunca li uma frase tão mentirosa na minha vida. No Brasil uns são mais iguais que outros; no Brasil se criminaliza a pobreza; aqui nesta Casa se criminaliza a pobreza com os terceirizados; nos Estados se criminaliza a pobreza, quando eu não vejo a polícia dando geral em *playboys* em bairros nobres. O prerrequisito para ser criminoso é ser pobre?

Eu tenho orgulho de vir de uma família, Senador Petecão, de um motorista de ônibus, de uma mulher semianalfabeta que cuidou de seis filhos. É por isso que eu estou aqui. Eu jamais colocaria a minha digital numa perversidade dessa. Você estabelecer que mulheres grávidas e lactantes podem trabalhar em ambiente insalubre? Não fosse o Supremo, como o guardião do verdadeiro Estado democrático de direito, Senador Paim, isso estaria permanecendo com o aval, com a nossa digital, tanto da Câmara, como do Senado. Graças a Deus, o Supremo veio e deu um basta nisso.

Agora nós temos essa medida provisória que viola tudo que é mais sagrado na relação de trabalho. Como eu posso achar razoável, crível, aceitável que 50 empresas do agronegócio devam 200 bilhões à União? Por que a União não executa essas empresas? Por que não se institui um imposto sobre grandes fortunas? Por que não se cumpre o que está no art. 145 da Constituição, que diz que a União tem de estabelecer uma alíquota de contribuição para que quem mais ganha mais pague? As empresas produzem e vendem agrotóxico no Brasil com isenções e reduções.

Eu saí daqui, porque passou da hora de nós, políticos, derrubarmos os muros do Senado e da Câmara e interagirmos diretamente com a população, porque eles são os verdadeiros destinatários – todo poder emana do povo. Eu saí daqui e fui visitar as aldeias indígenas, os guaranis-kaiowás, que estão sendo dizimados. Há um genocídio estatal com a digital deste Presidente da República, com a digital das instituições que compõem a União. Isso não se faz! Isso não se faz! E o que nós, como Senadores, como Deputados, estamos fazendo? Estamos chancelando essa perversidade. Estamos criminalizando a pobreza.

Tracem um perfil socioeconômico de quem está preso. Eu fui delegado por 27 anos e cansei de ser utilizado como chicote só para dar em quem mais tem seus direitos violados. Cansei. Tracem o perfil socioeconômico: as cadeias estão lotadas de pobres, negros, semianalfabetos, quando os crimes de maior prejuízo quem pratica são os políticos, os funcionários públicos, crimes de sonegação fiscal, contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro. E qual o percentual dessa população no cárcere? E aqui, eu não faço apologia ao crime, Senador Petecão. Quando há um furto aqui em Brasília, uma violação ao art. 155, "subtrair para si ou para outrem coisa alheia ou móvel", pena de reclusão de um a quatro anos e multa, quando um Deputado, um Senador, um Governador, um Prefeito desvia verbas da saúde, ele está matando milhões de pessoas! Quando se desvia verba da educação, ele está matando milhões de sonhos de jovens! E qual é o percentual desses funcionários, desses agentes públicos, desses servidores públicos que estão compostos na população carcerária brasileira?

Agora, não, o sistema é tecnológico. Claro. Nós vamos botar mais gente na informalidade.

Eu ando de Uber todos os dias. Pergunto... A maioria deles: jovens. Trabalham 16, 17, 14, 15 horas por dia, sem garantia de nada. Claro! Agora, desempregados, subutilizados.

E, mais uma vez, nós estamos aqui neste canto da sereia para passar uma reforma, outra reforma trabalhista, eu não tenho dúvida, porque ela altera quase 100 dispositivos – 136 dispositivos da CLT; nós estamos aqui, de novo, enganando.

Será que a população não vai acordar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Por que nós, como Parlamentares, não cobramos aquilo que o Governo efetivamente tem de fazer? Executem essas grandes empresas; instituam o imposto sobre grandes fortunas; acabem com o plano vitalício para político; acabem com essas mordomias!

Quem sabe, um dia, nós possamos usar a fala, aqui ou em qualquer plenário, para falar que eu tenho orgulho de viver num verdadeiro Estado democrático de direito, em que todos somos iguais perante a lei, independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem, pessoa com deficiência ou idoso?! Enquanto isso não acontecer, este Congresso Nacional, que não representa o povo... É um Congresso composto por homens brancos, ricos, engravatados, decidindo a vida de milhões de pobres, que têm seus direitos mais elementares violados, que estão morrendo nos corredores dos hospitais públicos, que não têm oportunidade de entrar numa universidade federal, num curso de Medicina; se não for o sistema de cotas, eles jamais vão entrar.

Eu não tenho como falar que é razoável apenas 37% das escolas do ensino fundamental públicas no Brasil terem biblioteca; 27% terem quadra esportiva; e apenas 8%...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (REDE - ES. Pela Liderança.) – ... das escolas públicas de ensino fundamental no Brasil terem laboratório de ciências. Não dá para suportar isso! A vontade que eu tenho é de invocar o que o poeta José Régio disse:

> Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,
> E vós amais o que é fácil!
> Eu amo o Longe e a Miragem,
> Amo os abismos, as torrentes, os desertos...
> Ide! Tendes estradas,
> Tendes tratados, tendes filósofos, tendes sábios...

Minha gente, coloquemos a mão na consciência, porque essa medida provisória, que vem sucessivamente depois de uma reforma trabalhista de 2017, uma reforma da previdência aviltante, criminosa, e agora mais essa medida... Carteira verde e amarela! Eu tenho até vergonha de falar essas duas palavras, porque isso é um tratamento sanguinário, isso é um genocídio praticado pelo Estado, e que não terá a minha digital.

Eu espero que as Sras. e Srs. Senadores tenham um mínimo de ombridade e tenham a compreensão de que a verdadeira função de um Parlamentar é lutar por aqueles que mais precisam: pobres, negros, índios, quilombolas, mulheres, os que têm seus direitos diuturnamente violados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Muito bem.

Com a palavra o Deputado Camilo Capiberibe. (*Pausa.*)

Em face da ausência, com a palavra o nobre Deputado Paulo Pimenta, como membro da Comissão.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Gostaria de pedir a V. Exa. para incluir também o tempo de Líder, Presidente.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Deputado Paulo, o senhor tem cinco minutos como membro titular da Comissão e cinco minutos como Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Para discutir.) – Pode começar meu tempo então, por gentileza. Pode zerar o cronômetro e começar meu tempo, vou começar a falar.

Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores considera essa medida provisória o mais duro ataque aos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras promovido por este Governo. O Governo Bolsonaro se caracteriza por ser um Governo cruel contra os trabalhadores, contra as trabalhadoras, contra os aposentados e as aposentadas, um Governo covarde no trato de todas aquelas questões que dizem respeito ao grande capital.

Algumas pessoas sempre perguntam, Sr. Presidente, por que razão, neste momento, a moeda brasileira é a moeda que mais se desvalorizou no mundo. Por que o nosso dinheiro é o dinheiro que mais perdeu valor no mundo nos últimos dias? Não é difícil, Sr. Presidente, a gente encontrar uma explicação. Enfrentar uma turbulência é algo complicado; imagina um avião enfrentar uma turbulência sem piloto. Um navio pegar um mar revolto é algo compreensível; imaginem um navio sem capitão.

A economia mundial está derretendo. E eu vi uma imagem do Presidente da República, no estúdio do Romero Brito, brincando de pintor, fazendo uma espécie de um esboço daquilo que seria uma caricatura da Sra. Micheque Bolsonaro, encomendando para o Romero Brito uma pintura da Micheque.

Agora eu vejo que o Sergio Moro estava ligando para o Paraguai para pedir a soltura do embaixador – porque é um embaixador – Ronaldinho Gaúcho, embaixador do turismo do Bolsonaro. Certamente o Moro estava ligando para ver se consegue liberá-lo a tempo de vir nos atos das pessoas de bem que estão sendo convocados para daqui a alguns dias.

O Presidente deu uma entrevista hoje: "Bolsonaro diz que 'pequena crise' do coronavírus é fantasia e não é 'isso tudo' que mídia [do mundo inteiro divulga] [...]". Essa sumidade, de profundo conhecimento médico, chegou à conclusão de que o mundo está vivendo uma fantasia, a China está vivendo uma fantasia, a Itália está vivendo uma fantasia. Então, esse cara virou motivo de piada, de piada de mau gosto. Um país mergulhado numa crise, desemprego, subemprego, o dinheiro indo embora do Brasil, e onde está o Presidente? Passeando em Miami, brincando.

Então, realmente essa medida provisória é a cara deste Governo. Eu me admiro, Sr. Presidente, quando vêm aqui colegas, Deputados e Deputadas e dizem: "Não, essa medida é para modernizar. Nós queremos modernizar o Brasil". O mundo inteiro discute políticas de controle e restrição para o uso de veneno. Eles liberam, inclusive, a venda no Brasil de venenos que são proibidos em tudo que é lugar, o lixo que sobrou traz para o Brasil, e é para modernizar. Vamos acabar com o trabalho aos domingos, Paulinho, para modernizar as relações de trabalho no Brasil. Gente, é acabar com os direitos previdenciários, os direitos trabalhistas para modernizar. Nós estamos falando em conquistas da classe trabalhadora do século XIX que estão sendo retiradas por este Governo.

Em qualquer lugar do mundo, hoje, o que as pessoas discutem? É preciso retomar a atividade econômica, é preciso haver investimento público, é preciso gerar emprego. Para poder movimentar a indústria, tem que botar dinheiro na mão do trabalhador, da trabalhadora para ela poder consumir. É tudo o contrário do que este Governo está fazendo. É o Governo que faz parte de uma lógica, que mentiu para o povo. "Vamos tirar o PT que o PIB vai dobrar". O PIB deu 1,1%, conseguiu ser pior do que o do Temer. Vamos mudar a regra de exploração do pré-sal porque aí o Brasil deslancha. Entregaram o petróleo para as multinacionais. Vamos aprovar a reforma da previdência, vamos aprovar a reforma trabalhista, vamos acabar... Tudo mentira! Tudo mentira! Governo covarde! Governo mergulhado em suspeitas gravíssimas. Cada vez que alguém fala em Queiroz, o Presidente entra em desespero, entra em pânico. Cada vez que surge uma notícia... Porque essa história do Cap. Adriano e essa história do Queiroz, Presidente, mais dia, menos dia vão ter que aparecer. Esse Queiroz foi PC Farias da Família Bolsonaro durante dez anos. A mãe e a mulher do Cap. Adriano eram nomeadas no gabinete do Flávio Bolsonaro, botavam o dinheiro na conta do Queiroz, o Queiroz pagava as contas da família, inclusive da Lady Micheque. A Lady Micheque tinha as contas pagas pelo Queiroz. Portanto, o dinheiro do crime organizado entrava na conta do Queiroz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

e esse dinheiro pagava as contas da família. Por que o Flávio Kopenhagen tem tanto medo de que seja quebrado o sigilo bancário do Queiroz? Por que esse desespero?

Veja bem, Presidente, qual seria uma conduta de alguém decente? "Olha, eu tenho o maior interesse em esclarecer. Vamos quebrar esse sigilo e eu vou provar para todo mundo que nunca entrou dinheiro do crime organizado para pagar as contas da minha família". Ele deveria ser o primeiro a querer esclarecer. Não, tem medo. Aí pergunto: "Por que ninguém quer investir no Brasil?". Quem é que vai investir num país em que metade do Governo acha que a Terra é plana e a outra acha que o coronavírus é uma fantasia e que não existe? E agora resolveu ir para o exterior, dar uma entrevista e dizer que a eleição no Brasil foi fraudada. Eu ganhei no primeiro turno, mas houve fraude.

Gente, isso é um ataque à Justiça! Isso é um ataque ao Poder Judiciário! É um ataque ao Poder Legislativo todos os dias! Isso é crime de responsabilidade! Quem é que vai investir num país em que o Presidente, cada vez que abre a boca, é motivo de vergonha para o seu próprio povo? Se pagasse imposto cada vez que diz bobagem, nós superávamos a crise só com imposto recolhido pelas bobagens da família, Presidente.

É por isso que nós não vamos cometer a insensatez de aprovar uma medida como essa. Essa é uma medida para tirar direitos do trabalhador, da trabalhadora, para beneficiar ainda mais aqueles que sempre foram beneficiados, o que contraria inclusive um sentimento justo de muitas pessoas que votaram neste Governo acreditando naquilo que ele dizia na campanha...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Para discutir.) – ... acreditando que ele ia segurar o preço do dólar, o preço da gasolina, o preço do gás. Tudo mentira, Presidente!

Agora que eu entendi por que ele quer sair desse partido 17. Porque é o partido do 171, é o partido do estelionato. E essa medida provisória é a cara desse Governo estelionatário, covarde, que envergonha o nosso País.

E é por isso que a bancada do Partido dos Trabalhadores quer reafirmar ao povo brasileiro: não há caminho para superar essa crise que não seja voltar a crescer, distribuir renda, criar oportunidades, gerar emprego, colocar dinheiro na mão do povo, ter um crédito barato, fazer aquilo que a gente sabe fazer.

E é por isso que o PT vai votar 100% contra a 905, porque nós continuamos do mesmo lado em que nós sempre estivemos, do lado do povo trabalhador deste País.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra a nobre Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

Em face da sua ausência, chamamos o nobre Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu queria fazer uma afirmação que eu fiz hoje de manhã, Sr. Presidente, Senador Sérgio Petecão: nós estamos vendo uma ação deliberada do Governo de desmonte e de desorganização do Estado brasileiro. Se nós analisarmos a PEC que fez a reforma da previdência, é uma PEC que retira da população mais pobre do Brasil parte da sua renda, é uma reforma que tira de um setor que tem um caráter redistributivo, ou seja, que leva recursos para a população em qualquer lugar do País e o utiliza para tapar um rombo de uma dívida pública que o Governo não tem coragem de publicizar e trazer à luz do dia para resolver, que é a dívida pública do País. E disso quem está pagando a conta é a população mais pobre.

Foi dito aos brasileiros que a reforma trabalhista geraria e renderia um maior número de empregos, melhoraria o ambiente de negócio. Nós estamos com quase 12 milhões de desempregados e quase 30 milhões de desalentados, desempregados e subempregados no nosso País. Portanto, aquela conta que se pediu que o povo brasileiro pagasse que era a reforma trabalhista não resolveu o problema do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

investimento externo, que tanto se espera, e que está com a corda, com a faca no pescoço dos brasileiros, com o Brasil refém.

Então, no primeiro momento, era a reforma trabalhista: "Se me entregar todos os direitos trabalhistas, nós resolveremos e vamos ter o investimento". Aí vem com a chantagem, mantendo os brasileiros e o Brasil reféns, com a reforma da previdência. E a gente viu que os investimentos não só não vieram, como foi a maior saída de capitais da história do Brasil, no curto espaço de tempo de três meses. Saíram mais recursos da bolsa de valores...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Gente, por favor, eu pediria um pouco de silêncio, nós temos o orador aí, que está fazendo um esforço grande – porque eu estou olhando para a cara dele – para poder ser ouvido. Por favor, um pouquinho de silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para discutir.) – Eu agradeço, Presidente.

Como eu estava falando, nós estamos com um país refém de um pequeno grupo que todos os dias apresenta um novo pagamento e um novo resgate à sociedade brasileira. Foi a reforma trabalhista; depois foi a reforma da previdência, que obrigou o País a retirar dos mais pobres recursos, e recursos da economia. Agora é a PEC da extinção dos fundos, que se propõe a acabar com o Fundo Social, que vai retirar 200 bilhões da educação, das bolsas dos pesquisadores do CNPq e da Capes, que vai retirar dinheiro do ensino fundamental. São 200 bilhões que sairão do Fundo Social que está sendo extinto com a PEC 187.

Nós estamos agora com a PEC 186, que é a PEC que vai obrigar ou que vai retirar, reduzir salário dos servidores públicos. E a gente sabe que, no final das contas, toda a perversidade vem com o objetivo de desestruturar o Estado, porque a economia é de apenas R$8 bilhões. Isso não vai salvar o País.

Cria regras para dizer que estamos numa emergência fiscal baseado na regra de ouro. O mundo inteiro utiliza o déficit estrutural, que é uma outra fórmula de fazer o cálculo da dificuldade do país de fechar as suas contas. O mundo inteiro tem utilizado essa outra regra. Inclusive, em determinados momentos de crise como o que nós estamos vivendo, como o Reino Unido fez recentemente, em 2008, regras de nenhum tipo emergencial, como a regra de ouro, caíram para poder garantir uma ação anticíclica para a retomada da economia.

Aqui nós estamos diante de mais uma perversidade igual àquela da medida provisória do pente-fino, cujo resultado, ao final e ao cabo, que seria de 10 bilhões de economia, é o que nós estamos vendo: milhões de brasileiros perdendo benefícios já conquistados. Pessoas que estavam aposentadas por doença, pessoas que tinham incapacidades comprovadas estão se desaposentando e voltando para o mercado de trabalho sem a menor condição de exercer alguma atividade profissional. Portanto, estamos colocando milhões de brasileiros na miséria e na indignidade. Isso foi a PEC do pente-fino. O discurso era o da moralização, mas, na prática, é o discurso da retirada de direitos.

E agora essa PEC que está em debate é uma PEC que piora ainda mais a reforma trabalhista que foi feita no Governo do ex-Presidente Michel Temer.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos diante de um Governo que não tem feito o seu dever de casa. Ou seja, esse Governo tem como objetivo principal o desmonte do Estado, tornar o Estado inapto para exercer a função de Estado. É um Estado que não vai regular, é só olhar quantos agrotóxicos foram liberados; um Estado que não regula o setor financeiro, é só ver as taxas que o Banco Central autorizou cobrar dos correntistas; um Estado que não protege o cidadão, é só ver a reforma da previdência; um Estado que retira direitos; um Estado que não coordena e que não articula a atividade pública com a atividade privada; um Estado inexistente.

O que nós estamos vendo com essa medida provisória e com todas as PECs é a destruição do Estado brasileiro e o fim de uma era em que a gente sonhava em ter um Estado que funcionasse, que regulasse, que fizesse investimento público, que coordenasse o investimento privado, que protegesse os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

cidadãos, principalmente os mais pobres, que garantisse direitos e que consolidasse um senso de cidadania do ser brasileiro.

O que nós estamos vendo é, ao contrário, a destruição de qualquer sonho de nação que um dia o povo brasileiro teve. Em todas as pesquisas – é importante que os Parlamentares que votam nesta Comissão saibam –, em todas as pesquisas qualitativas a que a gente tem tido acesso, o sentimento maior da população é de desamparo; o sentimento maior da população é de desalento, é de desproteção. E esse Governo não tem no seu vocabulário: pobre, desigualdade social, geração de riqueza, geração de emprego. Esse Governo não tem no seu vocabulário e na sua atuação nenhuma medida que possa acolher, que possa gerar proteção, que possa mudar, melhorar a vida dos nossos irmãos brasileiros e brasileiras, que trabalham e que entregam a sua vida... Vejam: há 50 milhões de brasileiros que lutam para fazer uma renda de até um salário mínimo, e nós estamos querendo aqui, ou o Governo está querendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para discutir.) – Nós, não; o Governo está querendo aqui retirar ainda o pouco que resta de proteção a esses que passam o dia inteiro para ao final do mês conseguirem chegar a uma renda de um salário mínimo.

Enquanto isso, nós temos 1,7 milhão de brasileiros na fila da previdência esperando a aposentadoria; nós temos um milhão de famílias a menos no Bolsa Família; nós estamos com a Justiça Federal no Brasil inteiro virando um balcão de reclame. O pronto-socorro social do Brasil virou ou viraram as varas da Justiça Federal, em todo o País, por conta da destruição do Estado e da rede de proteção social.

Essa medida provisória é mais uma maldade contra os pobres e é a referência do preconceito contra os pobres do nosso País, que virou criminoso no Governo do Presidente Jair Bolsonaro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós é que agradecemos, Senador.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente, eu venho agora da Comissão que está analisando a emenda à Constituição do Fundeb, para transformar o Fundo da Educação Básica em fundo permanente, e lá o Governo está obstruindo. O Governo não quer o Fundeb.

Imagine o retrocesso de um país sem um fundo de educação básica! Nós voltaremos, provavelmente, àquela época que se tinha bolsa de estudo, que hoje se chama de *voucher* – um nome mais chique – de bolsa de estudo. Agora, um Governo que pretende obstruir a criação de um fundo da educação básica, que possibilitou à educação pública funcionar do Brasil, não me estranha que ele apresente ao Congresso Nacional, na forma de medida provisória, a "carteira sem direitos". Trata-se disso a Carteira Verde e Amarela: ela possibilita ao empresariado demitir com direitos e contratar sem direitos.

Por isso, é desoneração que eles chamam, mas na verdade o empresário não terá mais multa, que será paga num valor que era de 80% e foi para 20%, facilitando que ele possa fazer a demissão e, no seu lugar, vai contratar trabalhadores que terão a carteira com muito menos direitos, incluindo aí o décimo terceiro e o terço de férias, e que, para não ficar em confronto à Constituição, o Governo diz que poderá ser pago em 12 parcelas e não como décimo terceiro. Na verdade, o patrão colocará o mesmo valor do salário em doze vezes. Essa é a Carteira Verde e Amarela! Portanto, é a carteira da semiescravidão, é também a chamada "bolsa patrão": o patrão tem a folha desonerada e contrata trabalhadores com direitos muito menores.

Diz o Paulo Guedes que isso vai gerar empregos, mas o Paulo Guedes, conhecido como "tchutchuca dos banqueiros", já não tem moral mais para prometer nada no Brasil. Aliás, o PIB, que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

dizia que ficaria entre 2,5% e 3%, ficou em 1,1%, e o PIB que vai vir em 2020, infelizmente, a se manter essa política econômica, vai ser próximo de 1,1%, e alguns já falam em recessão econômica por causa do coronavírus.

Então, é um governo que vai aplicando, cada vez mais, uma dose de remédio que está matando o paciente. Vendo que o paciente está morrendo, em vez de mudar o medicamento, ele aumenta a dose do remédio, Senador Paim, e, aí, apressa a morte do paciente! É o que está acontecendo com o Brasil: as políticas recessivas não fazem o Brasil crescer. O patrão, o empresário, não vai contratar mais gente enquanto não houver demanda. Ninguém vai abrir uma porta a mais na sua loja ou uma indústria a mais se não tiver certeza de que há pessoas para comprar. Isso é do beabá do capitalismo, e o Paulo Guedes simplesmente finge que não sabe disso e mantém essa política econômica nefasta.

Não bastasse isso, o Governo ainda ataca a democracia. Vocês viram, agora, o PLN 4: ele fez um acordo... Não foi conosco da oposição não, fez um acordo com o centrão, mandou um projeto de lei e agora vai para a imprensa dizer que quer que o projeto de lei dele seja derrotado. Eu mostrei, da tribuna do Congresso agora, a assinatura dele, a assinatura do Jair Messias Bolsonaro no PLN 4, que ele agora pede que seja derrotado. Ora, basta que ele peça ao Líder dele para retirar o projeto de lei! Ele faz gracinha, é um Presidente que faz brincadeiras!

O coronavírus, ele acha que é brincadeira também. Agora passou a debochar do vírus! É impressionante, a ciência não vale nada, é obscurantismo acima de tudo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir.) – Isso é o Governo Bolsonaro.

As eleições, para ele, foram fraudadas no primeiro turno, porque ele já iria ganhar no primeiro turno, ou seja, o TSE também não vale nada, como não vale o Congresso, não vale o Supremo Tribunal Federal.

E o seu Ministro agora, o Moro, já não bastasse o Ministro Paulo Guedes, o "tchutchuca dos banqueiros", vem agora pedir ao Primeiro-Ministro do Paraguai que não prenda alguém que está sendo investigado por lavagem de dinheiro, investigado no Paraguai. Olhem que vergonha: vai o Ministro da Justiça do Brasil, o Ministro da Justiça brasileiro, ligar para o ministro paraguaio para dizer que está descontente com a investigação que está sendo feita lá, de lavagem de dinheiro. Que vergonha! É o mesmo ministro que também não quer saber das falcatruas da família Bolsonaro.

Eu aqui vou terminando, Presidente. Peço a V. Exa. mais um minuto para o término da minha argumentação. Mas é tão impressionante, que o Presidente da República agora, em vez de sentir o grande problema que o Brasil está vivendo do ponto de vista da sua economia, do dólar, que já bate em R$5, uma das moedas mais fragilizadas por esse processo de crise, um Brasil que vai, infelizmente, afundando na política econômica recessiva, nessas medidas do Governo. O Governo faz uma cortina de fumaça com vários assuntos e não entra naquilo que precisa entrar, que é estabelecer uma política desenvolvimentista para o Brasil, de geração de empregos, geração de renda e de crescimento econômico. A Carteira Verde e Amarela, ou a carteira da semiescravidão, ou a "bolsa patrão", ou a carteira sem direitos, que é essa que nós vamos votar daqui a pouco, ou votar amanhã, na prática é a carteira que fará com que pessoas com direitos sejam substituídas por trabalhadores sem direitos. Nós encaminhamos contrariamente a essa medida provisória.

Reconheço o esforço do Presidente, do Deputado Christino Aureo como Relator, para melhorar o texto, mas o problema é que faz parte de uma medida amarga do Governo Bolsonaro; faz parte da política econômica que já deu errado de Paulo Guedes. Persistir nela vai fazer com que o Brasil caia em uma recessão econômica ainda maior e vá torrando cada vez mais as reservas em dólar que foram deixadas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Lula e por Dilma. O Brasil, infelizmente, vai para o buraco, e o Governo Bolsonaro, como comandante do Titanic, manda acelerar para que o navio bata no rochedo e afunde mais rapidamente.

Tomara que a gente consiga derrotar essa medida provisória e estabelecer no Congresso Nacional um cronograma de votação de questões positivas, como o Fundeb, o aumento de verba na saúde e a geração real de emprego no Brasil.

Muito obrigado, Presidente, pela paciência. Espero que a gente derrote essa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o nobre Senador Rodrigo Pacheco. (*Pausa.*)

Em face da sua ausência, com a palavra o nobre Senador Paulo Paim.

Comunico aos Srs. Parlamentares que o Senador Paulo Paim é o último Senador inscrito.

Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Para discutir.) – Presidente Sérgio Petecão, Deputado Christino Aureo, eu tenho um respeito e um carinho muito grande por V. Exas., mas confesso que eu estou assustado e preocupado principalmente com o Relator. Sabe por quê, Relator? Com o respeito que eu tenho a V. Exa., o último relator da reforma trabalhista do Temer não voltou. E V. Exa., que é um bom Parlamentar, que eu tenho acompanhado, com essa proposta aqui vai ter sérios problemas ao longo da sua vida política, que eu não gostaria que tivesse. É muito ruim! Eu confesso que perguntaram para mim quantos destaques eu iria apresentar. Eu digo: vinte, trinta, quarenta, cinquenta, sessenta, porque não tem como você, com seis destaques, melhorar o texto. Não vai melhorar o texto. Não vai melhorar!

Relator, eu estou falando diretamente com V. Exa. E por que isso? Sabe o que eu vi na imprensa esta semana, na grande imprensa? "Vai gerar 1,8 milhão de empregos". Aí eu faço uma pergunta a V. Exa.: essa medida provisória foi editada em 12 de novembro. Nós estamos em março, chegando aqui a 15 de março. Quantos empregos gerou? Ela tem força de lei. Ela está em vigência. Nenhum! Que eu saiba, nenhum. Olha que eu fiz um levantamento. Nenhum. As empresas estão demitindo, até pela crise toda instalada no nosso País. Como é que nós vamos votar um projeto como esse, que só retira direito dos que mais precisam? Não vai gerar emprego.

Esteve aqui um estudioso da Lei de Estágio, e ele provou por A mais B que a Lei de Estágio gera muito mais emprego do que esse absurdo que está aqui. Como aqui foi dito por todos: quando falaram em reforma trabalhista, previdenciária, liberdade econômica, tudo dizia que eram milhões e milhões de empregos. Onde estão os milhões e milhões de empregos? Aumentou a informalidade. Repito, posso repetir: 41, 42 milhões de pessoas na informalidade. Mais de 12 milhões de desempregados. A miséria absoluta aumentou, e todos nós estamos acompanhando.

Presidente, Sr. Relator, eu sei que eu só tenho cinco minutos, mas eu vou dedicar o meu tempo, não este agora, porque eu acabo de apresentar o voto em separado. Porque, no voto em separado, eu quero chamar o Deputado Christino para uma parceria.

No meu voto, eu faço uma limpeza de todas as maldades e centro o fogo exatamente naquilo que o País espera, uma política de emprego, respeito ao microcrédito. Não sou daqueles que é totalmente contra – e já falei, não vou mudar o meu discurso – de nós termos uma política para a pessoa que tem mais de 55, 50 anos. Não sou contra, mas eu faço uma mudança. Não é tirando da previdência, não é tirando do desempregado 7,5%, 5% ou 8% que nós vamos resolver essa questão. Não é.

Eu apresento no meu relatório, que V. Exa. vai conhecer amanhã, caminhos. Revogo, sim, alguns artigos da CLT que eu entendo obsoletos. Então, eu queria convidar V. Exa. para que, amanhã ou depois de amanhã, a gente sentasse e construísse talvez um grande entendimento, porque como está realmente não dá.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Para discutir.) – Esta Comissão não merece essa depreciação, eu diria, de votar um projeto como esse, que não adianta. Escrevam o que eu estou dizendo. Eu vi a liberdade econômica. Vocês acham que a Câmara não vai fazer uma limpeza, como já fizeram uma limpeza na liberdade econômica. Acha que o Senado vai engolir tudo isso?

Eu tenho aqui aquele documento da Simone Tebet, ela aqui me manda as emendas pedindo pelo amor de Deus dupla visita, mexe na questão dos auditores fiscais, mexe na questão do Ministério Público do Trabalho. Isso é bom para quem? Diminuir a fiscalização é bom? É para acontecer mais acidentes? Eu fui supervisor de segurança no trabalho.

Eu estou indo direto nos temas. Fundo de Garantia, que foi fundamental para construir casas populares. Quem andar por aí vai ver que foi o Fundo de Garantia. Estão desaparecendo com o Fundo de Garantia. Isso é bom para quem? No ato da indenização, diminuir direito do trabalhador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Para discutir.) – ... é bom para quem?

No ato da periculosidade. Na periculosidade ficou até engraçado. O cidadão que for contratado dessa forma e que tiver 55 anos vai ter direito a 5% de periculosidade. Quem for contratado com 29 para baixo, vai ter 5%. E quem tiver dos 30 aos 54, vai ter 30%. E daí? O risco não é o mesmo? O perigo não é o mesmo? A maldade não é a mesma? Por que esse cidadão não terá o mesmo adicional do que aquele outro que fica na chamada linha intermediária?

A questão do desemprego... Olha, no Plenário do Senado, o Senador Tasso Jereissati – eu vou me socorrer dele –, quando eu falava dessa MP, eu falava de todas as maldades e tinha deixado para o fim essa história de querer taxar o desempregado, disse: "Paim, a maior maldade você não fala; essa você sabe que vai cair aqui". Eu disse: "Eu ia falar no fim, Senador Tasso Jereissati". "Conte comigo para não permitir que o desempregado seja taxado." E nós, que fizemos uma reforma da previdência – com o nosso voto contra, mas foi aprovada – dizendo que ela estava falida, abrimos mão de 20% da contribuição do empregador.

Há outros caminhos. Por que prejudicar a previdência? Por que prejudicar o jovem que está entrando no mercado de trabalho, para ele não ter os mesmos direitos? Por que não achar outras fontes de recurso? E no meu relatório – não vou falar agora –, eu mostro outras fontes de recurso que beneficiam o empregador, não penalizam o jovem e apontam caminho, fortalecendo o primeiro emprego ou o emprego daquele que tem mais de 65 anos.

V. Exa. foi tolerante, eu sei. Eu vou concluir só dizendo que eu vou ler amanhã meu voto em separado e eu espero que, na conversa que teremos amanhã aqui, antes da votação final, a gente construa até mesmo um grande entendimento.

Como está, é ruim para o Relator, é ruim para a Câmara dos Deputados e é muito ruim para o Senado. Por isso que ficou três meses engavetada, na mão do Presidente, porque ele não sabia o que fazer com essa bomba – porque é uma bomba.

Eu espero que esta Comissão amanhã, quando for votar, construa um entendimento possível e que o meu voto em separado – que não é só meu, é o voto de inúmeros Senadores – seja apreciado e aceito por V. Exa., Relator, Deputado Christino Aureo.

Senador Sérgio Petecão, obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o nobre Deputado Lucas Gonzalez. (*Pausa.*)

Está ausente.

Com a palavra o nobre Deputado José Nelto. Lembro que seu tempo é de cinco minutos, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO. Para discutir.) – O meu tempo é de oito minutos, porque eu falo como Vice-Líder do partido e também como membro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Deputado, por conta da prerrogativa de Vice-Líder, o seu tempo é de dez minutos, cinco mais cinco.

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO. Para discutir.) – O senhor foi generoso comigo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, foi dado para todos.

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Petecão, nosso Relator Christino Aureo, Srs. Parlamentares, Senadores da República e Deputados, é muito bom o discurso. Todos nós Parlamentares queremos uma boa relação de trabalho entre o empregado e o empregador. Mas vamos voltar um pouco ao passado, à nossa relação trabalho com patrão. Pelo que eu vejo em vários discursos nesta tarde, o patrão é o vilão. Não há trabalhador sem patrão.

Eu até gostaria que o Presidente da República e o Ministro Paulo Guedes pudessem mandar para o Congresso Nacional, para o Parlamento brasileiro uma medida provisória concedendo o valor de R$5 mil para cada desempregado para que ele pudesse aprender uma profissão, pudesse trabalhar e não depender de um emprego neste País, pudesse ser patrão.

Nós sabemos o quanto é difícil hoje manter uma empresa, Deputado Christino Aureo. Não é brincadeira! Hoje o empresário é praticamente, ou o contrário: o Governo é sócio do empresário, e nós temos que criar alternativas para que o cidadão possa trabalhar. Todos nós queremos trabalho para o desempregado, ao jovem a oportunidade de ter o primeiro emprego.

A crise do primeiro emprego é grande, não é só no Brasil. Eu fiz um estudo, Senador Paulo Paim, que é uma grande autoridade na área trabalhista, respeitado em todo o Brasil, mas a crise, Senador, tem aumentado na América Latina, na Europa e também na América. Nós temos que ter alternativas. Se V. Exa. tiver uma alternativa para melhorar essa relação de trabalho entre patrão, empregado e principalmente a nossa juventude, porque é muito triste, Senador, um pai ou uma mãe vindo a um gabinete de um político à procura de um emprego e a saída que eu vejo...

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – O voto em separado, sem querer fazer aparte, eu vou entregar a V. Exa.

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO. Para discutir.) – Eu lhe concedo um aparte, Senador.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Não precisa nem de aparte.

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO. Para discutir.) – É um prazer conceder um aparte.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Só para dizer – é uma pergunta que V. Exa. me fez e eu me sinto até prestigiado pela forma generosa como me citou – que, no voto em separado, que já está entregue, eu mostro alternativas e em nenhum momento o empregador perde, ele não perde nada e o trabalhador também não perde. Então, eu vou lhe entregar uma cópia do voto em separado.

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO. Para discutir.) – Aceito a cópia, Senador, e seria importante que o Relator pudesse realmente receber e fazer um estudo, porque o que nós queremos aqui é desonerar a carga tributária, porque é altíssima; segundo, dar oportunidade para que o jovem possa ter o seu primeiro emprego. Não há outro debate.

Eu não vou entrar aqui no debate ideológico, primeiro, porque eu não apoio este Governo, eu não sou da base do Governo. Voto aqui com muita independência e quero o melhor para o Brasil. Não vou entrar no debate da esquerda, da direita, do quanto pior melhor, não; o meu debate é realmente para ter propostas para tirar o Brasil da crise; essa é a realidade. Lamentavelmente o Presidente da República não tem contribuído, quer realmente tencionar o País, dividir o Brasil e essa não é a alternativa. Propostas necessárias, propostas inteligentes que venham melhorar esta medida provisória têm que ser estudadas, acatadas, porque simplesmente, se a proposta é da esquerda, ou da direita, ou da outra direita, mas, se ela for boa para o País, para melhorar a relação de trabalho entre o empregado e o empregador, diminuir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

carga tributária e dar a oportunidade ao jovem, ao primeiro emprego, eu quero votar favorável. O meu partido, o Podemos, será favorável a qualquer medida que possa beneficiar tanto o empresário, que sofre com essa carga tributária que é caríssima, altíssima, e esse jovem, que procura o primeiro emprego.

Mas, Sr. Relator, é importante dizer que hoje a Justiça do Trabalho é cara para o povo brasileiro, para a União, para o Erário. A Justiça Eleitoral é cara. A Justiça Militar... Eu entendo. Não aqui copiando, mas o que é bom você tem que copiar, nos Estados Unidos da América, só tem uma Justiça; lá não tem Justiça do Trabalho, não tem Justiça Eleitoral nem Justiça Militar. Aqui nós temos os castelos, os privilégios, salários altíssimos além do teto constitucional. Eu não vou votar e não vou proteger altos salários neste País.

O que nós queremos de verdade é achar uma solução. Gostaria de pedir ao Líder competente Christino Aureo que pudesse receber essa emenda, essa propositura do Senador Paulo Paim. Olha, quem sabe esta propositura poderá melhorar mais ainda esta medida provisória. Algo tem que ser feito. Não podemos cruzar os braços diante de tanto desemprego. O Governo já está chegando a quase um ano e meio de Governo e a crise não está melhorando. A economia está diminuindo, ruindo; essa é a grande verdade. A crise hoje do petróleo e do coronavírus o Governo trata como se nada estivesse acontecendo no Brasil; essa é a realidade.

Então, nós, Senadores da República e Deputados, temos que ajudar a conduzir o nosso País, tirar o Brasil desse buraco em que se encontra: 13 milhões de desempregados. A imprensa fala em 12 milhões de desempregados. São 12 milhões de pais de família desempregados e, quando eu vejo, Sr. Presidente, uma empresa fechando uma porta, isso me dá uma dor no coração, uma tristeza, porque eu sei que amanhã é mais um pai de família procurando ou entrando na lista dos desempregados do País. Por isso, vamos tratar esta medida provisória não na questão ideológica, mas, na verdade, naquilo que nós mais queremos: nos princípios que possam alavancar a nossa economia que está estagnada. Melhorar a renda do povo brasileiro todos nós queremos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO. Para discutir.) – E qual é a saída? Entendo que temos que aprovar as reformas, a reforma administrativa, que o Governo não tem proposta. O Ministro Paulo Guedes não tem proposta e agora quer cobrar do Parlamento brasileiro a reforma tributária. A reforma administrativa, de que o Governo fala, também não está no Parlamento. Se as reformas não estão andando no Parlamento brasileiro, a culpa é do Governo, é do Ministro Paulo Guedes. A abertura do sistema financeiro, que hoje é um dos mais perversos, com os juros mais altos, e nós do Partido Podemos entramos com uma Adin contra o Governo, o Conselho Monetário Nacional, que aumentou em 0,25% os juros do cartão de crédito para quem usa e quem não usa. Olha a inconstitucionalidade e a ilegalidade!

Então, nós queremos, já concluindo, Sr. Presidente, cobrar do Governo Federal, já que ele quer criar mais empregos... Nós queremos, o Parlamento brasileiro quer criar mais empregos, melhorar a economia, melhorar a vida dos negros, melhorar a vida dos desempregados, enfim, de toda a sociedade, mas não podemos, aqui, tratar todos igualmente, dizer que vamos dar um tratamento especial para uma categoria. Temos que dar tratamento, hoje, para todos que queiram produzir, gerar emprego no Brasil, para o grande empresário, o médio empresário. E, neste momento da crise do coronavírus, Sr. Presidente, Senador Petecão, seria importante que o Governo fizesse o que o Governo americano está fazendo.

E o que o Governo americano está fazendo? Ele está diminuindo os impostos para as pequenas empresas lá no seu país. O Governo americano está dando todas as condições para que quem queira produzir possa produzir. Agora, com essa guerra ideológica que nós vivemos no Brasil, nós não vamos sair do buraco e a economia irá piorar muito mais para o Brasil. Com a economia piorando para o Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

o reflexo será para o Governo, porque o Governo tem a responsabilidade, mas será também para o Congresso Nacional, para o Judiciário e para toda a sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, eu encaminho meu voto favorável, mas peço ao Relator que possa ouvir e estudar a proposta do Senador Paulo Paim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Muito bem.

Nós temos aqui inscrito agora, voltou a se inscrever, agora como Líder do Democratas, o nobre Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG. Para discutir.) – Exmo. Sr. Senador Sérgio Petecão, Presidente desta Comissão da Medida Provisória 905, dileto colega do Senado da República, a quem rendo minhas homenagens pelo trabalho desenvolvido à frente desta Comissão, permitindo que se possa ter uma discussão com base em fundamentos e, democraticamente, garantindo a todos que se pronunciem, quero cumprimentar o Vice-Presidente desta Comissão, meu dileto amigo Lucas Vergilio, com quem convivi na Câmara dos Deputados, especialmente nas pautas da Comissão de Constituição e Justiça, quando eu, Presidente, e S. Exa., muito atuante na Comissão, pudemos ter uma convivência muito produtiva em defesa dos nossos Estados e em defesa das pautas do Brasil.

Eu quero cumprimentar também o eminente Relator, Deputado Christino Aureo, pelo trabalho até aqui desenvolvido, pedindo uma especial atenção a V. Exa. quanto ao que aqui defenderei como destaque de uma emenda outrora apresentada.

Eu quero saudar todos os Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas que integram esta Comissão e que participam da sua discussão.

Esta medida provisória acaba por estabelecer um segundo capítulo da reforma trabalhista brasileira. Eu, como Deputado Federal, na legislatura passada, votei favoravelmente à reforma trabalhista, compreendendo a necessidade da sua modernização, da modernização das normas, com algum grau de liberalidade e de liberalismo das relações, e defendendo sempre que o Brasil precisa passar por um momento que seja de uma cultura não só de emprego, mas de trabalho, de oportunidade de trabalho, além, pura e simplesmente, da geração de emprego.

Obviamente todos nós perseguimos a geração de emprego, mas, a partir do momento em que se permite a flexibilização e novas formas de se realizar o trabalho, obviamente preservados direitos básicos que precisam ser preservados, esse é o ideal para nós avançarmos em termos de uma cultura que não seja propriamente só do emprego, mas também do trabalho no nosso País.

No final das contas, o que se pretende é gerar aquilo que é o melhor, mais seguro, mais viável, mais palpável programa social de desenvolvimento de uma nação civilizada, que é a geração de trabalho e a geração de emprego. Foi essa a nossa lógica na reforma trabalhista, que, ainda que não tenha surtido os efeitos que nós almejávamos naquele momento, eu acredito muito que, a partir do momento em que se tiver essa cultura também na Justiça do Trabalho e no próprio meio empresarial, na relação entre empregados e empregadores, nós possamos chegar a esse ponto alto do que era o objetivo da reforma trabalhista.

E agora esse segundo capítulo, à guisa dessa Medida Provisória 905 já editada neste Governo, tem muitos méritos e terá o meu apoio em diversos pontos. No entanto, há um ponto que mereceu de minha parte o destaque, que é uma emenda apresentada pelo Senador Acir Gurgacz à medida provisória já sob a apreciação do eminente Relator, Deputado Christino Aureo.

O que diz – e peço a atenção dos nobres pares, especialmente do Senador Paulo Paim e do Deputado Rogério Correia, que estão aqui do meu lado – em relação ao que pretendeu o Senador Acir Gurgacz? Diz: "Inclua-se, no art. 28 da Medida Provisória 905, de 2019, uma alteração no art. 611-B da Consolidação das Leis do Trabalho [...], aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, [...] de 1943, mediante a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

adoção da alínea XXXI, com a seguinte redação". E aí diz o Senador Acir Gurgacz: "Art. 611-B. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou redução dos seguintes direitos [...]". E insere o inciso XXXI ao especificamente dizer: "Vale-transporte do empregado, instituído pela Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985".

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG. Para discutir.) – Justifica o eminente Senador Acir Gurgacz, Relator da emenda:

> O Vale-Transporte completará, em dezembro próximo, 34 anos de existência e, desde sua criação, tem contribuído diariamente com o trabalhador brasileiro ao garantir a sua locomoção da sua residência até o local de trabalho e vice-versa.
> Apesar desse grande benefício à classe trabalhadora, neste longo período de existência, constatou-se a prática de diversas irregularidades contrárias ao mesmo, como o fornecimento do benefício em dinheiro por parte de empregadores e fraudes com a falsificação de vales e violação da segurança dos cartões eletrônicos de vale-transporte.

Ele entende, o Senador Acir Gurgacz, que a proposta ora apresentada dará a proteção necessária a esse direito social do trabalhador, principalmente contra aqueles que querem reduzir o número de direitos a que fazem jus à classe trabalhadora brasileira.

Por tais razões, o Senador Acir Gurgacz pede apoio aos nobre pares para a aprovação da emenda.

Digo eu, eminente Relator, Sr. Presidente, que apresentei o requerimento desse destaque para aprovação em separado da emenda apresentada pelo Senador Acir Gurgacz que trata sobre a inclusão desse inciso XXI no art. 661-B da CLT. Esse artigo prevê um rol de matérias que não podem ser objeto de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho para supressão ou redução dos direitos ali previstos. As negociações coletivas que tratem dos direitos previstos no rol do referido artigo se dispuserem sobre supressão ou redução de tais direitos serão nulas, tendo em vista que o objeto das tratativas será tido como ilícito, segundo o *caput* do referido artigo.

Os operadores dos direitos trabalhistas criticam o art. 611-B da CLT por entenderem, nem todos, mas boa parte, que direitos considerados indisponíveis foram omitidos do rol de seus incisos. Nesse sentido, a fim de ampliar o rol de direitos que não podem sofrer redução ou supressão, considerada a sua relevância social e para o trabalhador, o Senador Gurgacz apresenta emenda à Medida Provisória 905, de 2019, para incluir o vale-transporte do empregado entre os direitos não passíveis de negociação coletiva.

Entendo, Srs. Senadores, Sras. Senadores, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que a matéria merece destaque para ser tratada com mais profundidade. O art. 6º da Constituição Federal elenca o rol de direitos sociais dos trabalhadores brasileiros, entre eles o transporte tem lugar relevante no cotidiano das pessoas. Isso porque a locomoção e por conseguinte os meios de que se utiliza o indivíduo para se locomover e transportar estão intimamente ligados à liberdade de ir e vir, conferindo, portanto, autonomia às pessoas.

No que diz respeito ao transporte do trabalhador, o vale-transporte foi instituído pela Lei 7.418, de 1985, e completará 34 anos de existência em dezembro próximo. Trata-se de importante benefício trabalhista em que o empregador antecipa ao trabalhador a despesa de deslocamento até o local de trabalho, garantindo, assim, a locomoção do emprego da sua residência até o local de trabalho e vice-versa.

Impedir que as negociações coletivas de trabalho possam dispor de modo a suprimir ou reduzir o direito ao vale-transporte é dever do legislador. A inclusão do vale-transporte no rol do art. 611-B da CLT tem como escopo coibir práticas irregulares contrárias a esse direito social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Dessa forma, com alteração, a legislação celetista se alinha à proibição de retrocesso social, conferindo maior proteção aos trabalhadores diante das conquistas dispostas na Constituição Federal de 1988.

Eu peço uma reflexão deste Plenário em relação a esse ponto e a outros pontos que serão evidentemente destacados por Senadores e Deputados nessa discussão e na apreciação dessa medida provisória, mas de maneira muito singular a essa conquista que remonta já há mais de 30 anos, que é a questão do vale-transporte, que não pode estar transigido em acordo trabalhista, em dissídio coletivo, porque feriria o direito básico do trabalhador brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Só para comentar, Senador Rodrigo Pacheco, num aparte, rapidíssimo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não cabe aparte, colega.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É apenas um comentário, Senador Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Rodrigo, é porque o seu tempo já está concluído.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG) – Não era de dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não. O senhor tinha cinco minutos.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG) – Ah, perfeito!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É apenas para fazer um breve comentário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas nós temos outros colegas que estão inscritos e que estão me pedindo, que estão me cobrando ali, atrás. Por trás do senhor eles estão me cobrando.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Só um comentário. O preço do metrô em Belo Horizonte foi agora, nesse domingo, para R$4,25.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra, o nobre Deputado Felício Laterça.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Sr. Presidente, peço para acrescer o tempo de Liderança do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Deputado.

O senhor tem cinco minutos e mais cinco minutos como Vice-Líder do PSL.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para discutir.) – Primeiro, gostaria de parabenizar, Senador Petecão, pela resiliência desenvolvida nesta Comissão. Nós fomos forjados aqui, porque o que nós já ouvimos aqui não é fácil.

Parabenizo o Deputado Christino, pela relatoria.

A gente sabe que não é fácil. Criticam, a medida provisória, apelidada de Verde e Amarela – coincidentemente, hoje, eu estou com uma gravata amarela –, e a gente sabe que o Governo vem buscando avanços, que aqui vão se aperfeiçoar. No Parlamento, a ideia é a do aperfeiçoamento da legislação, mas o que a gente vê aqui são uma série de críticas infindáveis e rememorando e culpando o atual Governo pelo estado em que o Brasil se encontra.

Um amigo meu dizia que o impossível a gente faz e o milagre demora mais um pouco. Eu vou pedir para os senhores da oposição aguardarem, para a gente fazer o milagre, porque não é fácil trabalhar com tanta gente remando contra.

Vamos vir aqui e vamos debater ideias. Parece que o Senador Paulo Paim disse que trouxe uma outra proposta para integrar. Não sei, cabe ao Relator avaliar. Eu coloquei duas emendas que não foram acolhidas. Vim aqui para defendê-las, vou fazer menção a elas, mas a gente precisa, de fato, fazer o que o Parlamento tem como seu mister, que é o aperfeiçoamento da legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Falam que o Governo fez isso, fez aquilo... Aí, me perdoem, eu até digo meus pares e ímpares, o Governo atual tem um ano e dois meses. O Deputado José Nelto, estava aqui e se ausentou, já colocou um ano e meio. O PT ficou 13 anos e meio, praticamente, no poder e essas mazelas nós as herdamos. Não foram feitos milhões de desempregados da noite para o dia.

Ninguém quer ter desempregado, acredito eu. Estamos falando de reforma trabalhista para tentar emprego, sim, senhores. Estamos tentando mudar essa realidade. Agora, eu faço gestão, minha bandeira é emprego e renda, como outras bandeiras. E, se nós não aperfeiçoarmos a legislação, só vamos aumentar o desemprego.

Foi dito que a medida provisória está em vigor e não criou nenhum emprego. Se já não criou, imagine se, de fato, não fizermos a alteração necessária? Só a título – ouviu, Senador? –, só a título de elucubração. A gente precisa trabalhar em prol do Brasil, porque não é possível que todo mundo queira ter um desempregado próximo de si. A gente precisa mudar essa realidade.

Aí, vocês querem falar de alguns arroubos do nosso Presidente. Muito bem. Me desculpem, me perdoem, mas a ex-Presidente Dilma dos senhores é campeã de público e renda. Ela via atrás de uma criança, um cachorro; ela fala em estocar vento e são tantas outras coisas, até na Matemática ela errou numa conta, três menos quatro ela não sabia. Então vamos ter um pouquinho de paciência. Vamos trabalhar com seriedade. O ex-presidiário... Ah! É ex-Presidente também. Saiu agora e foi receber uma comenda na França. Então, nós precisamos ver o Brasil como ele é, pegar o momento e ter um mínimo de seriedade, porque a gente vem aqui para ficar num mi-mi-mi, entendeu? Aliás, como se diz numa linguagem futebolística, chororô. Nós estamos usando aqui o tempo de discussão só para falar, e aí eu acabo tendo que ficar aqui também para colocar os pingos nos "is", porque tem que ter o contraponto, em tudo tem que ter o contraponto.

Eu espero hoje, Presidente, que de fato termine essa discussão, pelo visto se encaminha para encerrar a discussão, que se vote o melhor que se puder desse texto, dessa medida provisória. E agora eu vou entrar especificamente nas emendas que eu trouxe aqui.

Tem uma emenda, também da CLT, que é o trabalho remoto. É um trabalho que facilita para o trabalhador, ainda mais hoje quando se discute mobilidade urbana. A gente tem uma dificuldade nas grandes cidades, uma dificuldade imensa de deslocamento das pessoas. E hoje o atendimento remoto já é uma realidade, e isso aí gera emprego. Então, a gente, às vezes, precisa adquirir um produto que precisa ter um profissional em outro Estado para fazer atendimento, com toda a tecnologia de que hoje nós dispomos. Mas, de comum acordo com o nosso digno Relator, ficou acordado que noutro momento nós iremos apresentar isso junto com o Ministério da Economia e fazer acontecer.

Mas eu quero fazer coro com aqueles que defenderam a retirada do art. 457-A, que versa sobre a gorjeta dos garçons. Recebi inúmeros pedidos dos garçons, inúmeros! Essa discussão precisa ser muito mais bem debatida nesta Casa. A gente sabe o problema com os empreendedores. Mas os empreendedores sofrem com o absurdo dos impostos, com o absurdo dos juros bancários, e isso é outra questão que precisamos discutir seriamente aqui, e junto ao Governo, porque juro come na mesa. Isso eu aprendi no berço, aprendi na minha casa minha casa. Minha mãe dizia: "Meu filho, cuidado com dívida! Juro come junto conosco na nossa mesa".

Então, precisamos desafogar. Precisamos muito da reforma tributária. É isso que o empreendedor espera neste País. Nós precisamos fazer isso acontecer. Precisamos diminuir os entraves, como também está sendo mitigada aí a questão de fiscalização. A fiscalização ela tem que ir primeiramente no estabelecimento, de forma correcional, como funciona uma corregedoria. Melhorar, aperfeiçoar, fazer uma notificação no estabelecimento... Mas hoje nós temos tanta legislação, seja federal, estadual ou municipal, que o empreendedor, para abrir o seu negócio, ele fica enlouquecido. Chega o fiscal fica procurando defeito no estabelecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Há estabelecimentos que eu frequento lá no nosso Estado do Rio, Deputado Cristiano, que tem uma placa, um quadro, para botar um sem-número de avisos, porque tem que botar a placa do Procon, tem que botar a placa de que é proibido fumar, tem que botar placa disso, placa daquilo, sem falar na questão da acessibilidade. Nós queremos cuidar dos nossos deficientes, mas há um lugar que não cabe, não permite a abertura... Um boteco, vamos falar assim: mas aí tem que adaptar. Gente, a gente tem que agir de acordo com a realidade! O que se pede a um grande empresário não se pode pedir a um microempresário, a um pequeno empresário. São essas distorções que nós precisamos acertar no Brasil.

Agora, voltando à questão da gorjeta: eu acho que deixar na mão do empregador algo que não está solidificado, o respeito ao trabalho, ao trabalhador... Nós precisamos, de fato, tirar essa matéria e deixar isso para outro momento. Eu fiz um destaque para retirar esse artigo, fiz um destaque supressivo, e gostaria muito, Sr. Relator, que isso fosse acolhido. Acho que isso vai dar pano para manga ainda na votação em Plenário.

Então, fica aqui meu registro, meu apelo. A gente precisa fazer o Brasil avançar, com coronavírus ou sem coronavírus. A crise está na nossa porta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Se não bastasse o pouco tempo que nós temos de governo, ainda as mazelas estão vindo de paraquedas! Então, nós temos que nos preparar para enfrentar essa dura realidade com firmeza de propósitos, com firmeza de princípios, ideais e valores, algo que tanto nós pregamos e que precisa acontecer.

Parabenizo todos desta Comissão, em especial o Presidente e o Sr. Relator. Esperamos aprovar um bom texto em prol de um Brasil melhor.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Deputado, só para ver como a gente se entende: essa lei que V. Exa. quer manter é de minha autoria. Isso é um bom sinal, mostra que é possível...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o nobre Deputado Lucas Vergilio, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Eu sou Líder do PT aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Certo.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Eu queria um tempo para eu responder ao Deputado Felício sobre os ataques que ele fez ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – A nossa assessoria comunica aqui, Senador Paulo Rocha, que o Senador Rogério Carvalho já usou o tempo da Liderança do PT.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – E usou para fazer intervenção no mérito da... Quero falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vamos ouvir...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, o Deputado atacou de graça o PT e as suas principais lideranças...

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Senador, não fiz ataque nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O senhor solicitou o tempo da Liderança do PT...

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – ... só fiz um contraponto.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – ...chegou até a falar de "ex-presidiário"...

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – E não é ex-presidiário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Estou dizendo ao senhor que o tempo da Liderança do PT foi usado pelo Senador Rogério Carvalho.

Vamos ouvir o Lucas.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – De qualquer maneira, eu quero registrar a minha indignação, porque, ao ouvir isso aqui... Eu aprendi na política que a gente não deve responder a bêbado e a provocador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Está registrado.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados e Senadores, vou elaborar aqui uma emenda modificativa que visa aprimorar a proposta apresentada pelo Relator.

É um texto à parte da MP, no que tange aos corretores de seguros, um acordo que nós fechamos entre todos os envolvidos.

Emenda modificativa.

Altera os arts. 53 e 54 da medida provisória com a seguinte redação:

Art. 53. Os arts. 122, 123, 124, 127, 128, 128-A e 152-A do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 122. O corretor de seguros, pessoa física ou jurídica, é o intermediário legalmente autorizado a angariar e promover contratos de seguro entre as sociedades seguradoras e as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 123. O exercício da profissão de corretor de seguros depende de prévia habilitação e registro pelas entidades autorreguladoras de corretagem de seguros ou pela Susep, na forma definida pelo órgão regulador de seguros.

Parágrafo único. O corretor de seguros poderá ter prepostos de sua livre escolha e designará dentre eles o que o substituirá.

Art. 124. As comissões de corretagem só poderão ser pagas à corretores de seguros previamente habilitados.

.....

Art. 127. Caberá responsabilidade profissional perante as entidades autorreguladoras do mercado de corretagem de seguros e na forma definida pelo órgão regulador de seguros ao corretor que deixar de cumprir as leis, regulamentos e resoluções em vigor ou que der causa dolosa ou culposa a prejuízo a sociedades seguradoras ou aos segurados.

Art. 128. O corretor de seguros estará sujeito às penalidades seguintes:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária do exercício da profissão;

d) cancelamento do registro.

Parágrafo único. As penalidades serão aplicadas pela Susep ou pelas entidades autorreguladoras do mercado de corretagem aos seus membros associados em processo regular quando designados.

Art. 128-A. Os corretores de seguros que não se associarem ou se filiarem a uma entidade autorreguladora do mercado de corretagem de forma facultativa deverão ser supervisionados pela Susep.

.....

Art. 152-A. Revoga-se o art. 125 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966."

Art. 54. A Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

I – a identificação do risco do interesse que se pretende garantir;

II – a recomendação de providências que permitam a obtenção da garantia do seguro;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

III – a identificação e recomendação da modalidade de seguro que melhor atenda às necessidades do segurado e beneficiário;

IV – a identificação e recomendação da seguradora;

V – a assistência ao segurado durante a execução e vigência do contrato e, bem como a ele, ao beneficiário por ocasião da regulação e liquidação de sinistro;

VI – a assistência do segurado na renovação e preservação de garantia de seu interesse.

Art. 2º O exercício da profissão de corretor de seguros depende de prévia habilitação técnica e registro em entidade autorreguladora do mercado de corretagem ou na Susep, nos termos definidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Art. 3º O interessado na obtenção do registro de que trata o art. 2º deverá comprovar documentalmente:

.....

c) não ter sido condenado nos 5 (cinco) anos anteriores ao pedido de registro por crimes a que se referem a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986; e as Seções II, III e IV do Capítulo VI do Título I, os Capítulos I a VII do Título II, o Capítulo V do Título VI, os Capítulos I a IV do Título X e o Capítulo I do Título XI, todos da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

d) REVOGADA

e) ter habilitação técnico-profissional para a atividade e modalidade de seguro em que irá atuar, nos termos definidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) –

§1º Se se tratar de pessoa jurídica, deverá a requerente provar que está organizada segundo as leis brasileiras, ter sede no País e que seus diretores ou administradores preenchem as condições deste artigo.

§2º Pelo requerente os requisitos deste artigo terá ele direito a obtenção do respectivo registro previsto no *caput* desse artigo.

§3º A associação à entidade autorreguladora do mercado de corretagem de seguros não pode ser condicionante à obtenção do registro, conforme inciso XX do art. 5º da Constituição Federal.

Art. 4º O cumprimento da exigência da alínea "e" do artigo anterior consistirá na aprovação em exames ou na realização de cursos periódicos, presenciais ou a distância, em instituições de ensino de reconhecida capacidade.

Parágrafo único. O CNSP definirá critérios e condições para habilitação de instituições de ensino de que trata o *caput*.

.....

Art. 7º O registro de corretor de seguros, inclusive preposto, será expedido pela Susep ou por entidade autorreguladora do mercado de corretagem.

.....

Art. 11 Os sindicatos de corretores de seguros e a Federação à qual estão filiados poderão divulgar, nos respectivos sítios eletrônicos, para fins de acesso ao público em geral, a relação devidamente atualizada dos corretores e prepostos registrados nas entidades autorreguladoras do mercado de corretagem, resguardadas as informações de caráter sigiloso.

Art. 12 O corretor de seguros poderá ter prepostos de sua livre escolha, bem como designar entre eles quem o substituirá nos impedimentos ou faltas registradas na forma do art. 7º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Art. 13 Somente ao corretor devidamente habilitado nos termos desta lei e que houver assinado a proposta deverão ser pagas as corretagens pactuadas para cada modalidade de seguro, inclusive em caso de ajustamento de prêmio.

§1º Nos casos de alteração de prêmios por erro de cálculo na proposta ou por ajustamentos negativos, deverá o corretor restituir a diferença da corretagem.

§2º Ao corretor de seguros não poderá ser atribuído nenhum custo administrativo da seguradora decorrente de proposta, mesmo as não efetivadas.

Art. 14 O corretor deverá ter o registro das propostas que encaminhar às sociedades seguradoras, podendo, na forma digitalizada, em todos os assentamentos necessários, a elucidação completa dos negócios em guia intervia.

Art. 15 O corretor deverá recolher, incontinente, ao caixa da sociedade seguradora o prêmio que porventura tiver recebido do segurado para pagamento do seguro realizado por seu intermédio.

.....

Art. 18 As sociedades de seguro só poderão receber propostas de contratos de seguro:

a) por intermédio de corretor de seguros devidamente habilitado;

b) diretamente dos proponentes e dos seus legítimos representantes.

.....

Art. 20 O corretor responderá profissional e civilmente pelas declarações inexatas contidas em propostas por ele assinadas, independentemente das sanções que forem cabíveis aos outros responsáveis pela infração.

Art. 21 Os corretores de seguro, independentemente de responsabilidades penais e civis em que possam incorrer no exercício de suas funções, são passíveis das sanções administrativas de advertência, multa, suspensão, cancelamento de registro, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.

.....

Art. 26 O processo da cominação das penalidades previstas nesta lei reger-se-á, no que for aplicável, pela legislação vigente e normas disciplinadoras complementares editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.

.....

Art. 31 Os corretores já em atividade em sua profissão quando da vigência desta lei, bem com os prepostos, poderão continuar a exercê-las, desde que atualizem seu registro no prazo de 180 dias a contar da vigência da lei.

§1º A atualização de registro de que trata o *caput* se dará por meio das entidades autorreguladoras do mercado de corretagem e, excepcionalmente, de forma direta pela Susep, nos termos definidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.

§2º Os corretores que estiverem exercendo sua atividade sem registro, por força de vigência da Medida Provisória 905, de 11 de novembro de 2019, poderão continuar a exercê-la, desde que obtenha, no prazo de 60 dias, o registro de que trata o art. 2º desta lei.

.....

Art. 33-A Revogam-se a alínea "d" do art. 3º e os arts. 5º, 6º, 8º, 9º, 10º, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30 e 32 da Lei 4.594, de 29 de dezembro de 1964.

Essa é a emenda modificativa sugerida por mim, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra, o nobre Deputado Paulo Pereira. (*Pausa.*)

Em face da ausência do orador, com a palavra...

O SR. CHRISTINO AUREO (PP - RJ. Como Relator.) – Só manifestando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Só para finalizar aqui, com a palavra a Deputada Soraya Manato.

Eu pediria, Soraya, só um minutinho, porque o Relator...

O SR. CHRISTINO AUREO (PP - RJ. Como Relator.) – Trinta segundos?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Por favor.

O SR. CHRISTINO AUREO (PP - RJ. Como Relator.) – Esse texto que acabou de ser lido faz parte de uma discussão que vem desde a primeira etapa, em que o setor de seguros, que tinha sido excluído... O registro do profissional tinha sido revogado, ou seja, lei e decreto. Nós restituímos.

Além do mais, tínhamos acatado uma emenda que originalmente previa essa questão da autorregulação. O assunto não evoluiu positivamente, houve uma discussão bastante grande na feitura do relatório e essa emenda visa ajustar os termos daquilo que tinha sido a propositura inicial do Governo na medida provisória que revogava e com a qual nós não concordamos no nosso relatório, ou seja, na prática, para ser bem claro, nós restituímos as condições dos corretores, mas, por outro lado, a autorregulação dependia de um ajuste. E esse ajuste está sendo feito por essa emenda que foi negociada com o setor e com o Governo.

Então, eu estou acatando essa emenda para o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra, a nobre Deputada Soraya.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, o programa de alimentação do trabalhador foi criado na década de 70 com o intuito de incentivar os empregadores a proporcionarem uma alimentação de qualidade a seus trabalhadores para que eles possam exercer suas funções com segurança e produtividade. As empresas que aderem ao programa recebem incentivos fiscais. O intuito do programa é que o trabalhador de baixa renda seja beneficiado.

Ocorre que, na realidade, quem era para se beneficiar está pagando a conta. Caso a empresa não forneça alimentação por serviço próprio de refeição ou pela distribuição de alimentos através de cestas básicas, ela fornece o benefício por meio do cartão alimentação ou cartão refeição. Quando as empresas do setor de cartões/*vouchers* alimentação negociam com o empregador que quer contratar seus serviços, elas, em geral, por questões de concorrência, oferecem uma taxa negativa para o contratante. Exemplo: a empresa de benefício negocia da seguinte forma com a empresa contratante que tem, por exemplo, cem funcionários: "Será cobrado R$100 no cartão alimentação de cada um de seus funcionários, mas você só me paga R$96 por cada cartão". Nesse exemplo, aplicou-se a taxa negativa de 4%. A diferença de R$4 é cobrada no final da cadeia no ponto de venda. É cobrada de quem aceita o vale alimentação, como supermercados, restaurantes, padarias, que repassam para o consumidor. Nesse caso, a empresa de benefício cobra uma taxa de 4% a 10% cada vez que for passado um cartão alimentação de sua bandeira na maquininha de supermercado. Para os supermercadistas, o aceitável seria de 3% a 3,5%, mas eles cobram de 4% a até 11%. Esse percentual cresce, já que a porcentagem é apenas para cobrir a taxa negativa aplicada na negociação para ganhar o novo cliente pessoa jurídica, isto é, o empregador.

Somando a esse percentual os custos operacionais e o lucro, esse percentual sobe para taxas exorbitantes. Eles têm criado formas indiscriminadas de cobrança. Eles cobram taxa de administração, taxa de transferência, taxa de operação, taxa de renovação, aluguel da máquina, taxa de publicidade. Se o cliente passa o cartão só para ver o saldo também é cobrado. Os supermercados e restaurantes acabam embutindo esse custo no preço dos produtos e, no final, quem paga a conta é a sociedade, ou seja, o trabalhador, que deveria ser o beneficiado no processo. Os supermercados e restaurantes que aceitam o *ticket* alimentação, para não ficarem com o prejuízo, acabam acrescentando ao preço final de seus produtos os valores dessas taxas. Com esta prática todos os consumidores acabam pagando a conta gerada pelas operadoras de cartões da modalidade alimentação.

Em última análise, o trabalhador paga a conta de um benefício que deveria receber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Muito obrigado, Sr. Presidente. Esse é o meu Destaque 25.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o nobre Deputado Léo Moraes. (*Pausa.*)

Em face da sua ausência, com a palavra o Deputado Orlando Silva, que esperou com toda paciência. Eu não sei nem se seria a de Jó...

Comunico que o seu tempo é de cinco minutos.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Para discutir.) – Pensei que teria um bônus, Presidente, pela minha paciência.

Eu quero cumprimentar o nosso caro Presidente, Senador Sérgio Petecão, o nosso Deputado Lucas Vergílio, o Deputado Christino Aureo, na sua ausência.

Presidente, há um ditado popular que diz que pau que nasce torto morre torto. Esse ditado popular poderia ser bem aplicado a essa Medida Provisória 905, que tem a pachorra de se apresentar como Medida Provisória da Carteira Verde e Amarela.

Eu digo isso porque eu reconheço todo o empenho do Deputado Christino Aureo, todo esforço que ele fez para tentar excluir as barbaridades introduzidas pela medida provisória, mas, como diz o povo, pau que nasce torto morre torto. O texto é ruim demais, a proposta é cruel, e o mais grave, Presidente, é que a proposta parte de premissas equivocadas.

Quantos de nós não ouviram a cantilena de que, feita a reforma trabalhista, seriam gerados milhões de empregos? O que aconteceu? Nada. Cresceu o que nós anunciamos, o risco; cresceu a precarização do trabalho; cresceu a informalidade. Aliás, a reforma trabalhista se constituiu numa bomba fiscal. A reforma trabalhista enfraqueceu as contas da previdência.

Essa proposta, tal qual foi apresentada, era grave quando estabelecia a flexibilização das regras para jovens até 29 anos e ela ficou gravíssima quando criou o critério de flexibilidade para trabalhadores com mais de 55 anos, ampliando ainda mais o universo de trabalhadores que não vão colaborar com a previdência pública nos níveis que poderiam, deveriam ou até mesmo em que gostariam de colaborar com a previdência pública.

Essa proposta é cruel quando tributa o desempregado. É inacreditável o Governo propor tributar um desempregado. E mesmo com a boa vontade do Deputado Christino, quando fala de ser facultativo, o problema é que a espada está sobre a cabeça dos trabalhadores, que vão ser clientela do Benefício de Prestação Continuada, sim, porque a orientação da política econômica do Governo, deste Governo...

E não adianta querer falar do Governo anterior. Chega, pessoal, já deu! Tem que sentar na cadeira e governar.

Um Líder do PSL chegou a falar, Presidente, que é necessário seriedade. Seriedade? Como levar a sério este Governo, que trata a população como trata? Aliás, colocou um palhaço para ser porta-voz do pibinho de 1,1%. Não há seriedade possível em um Governo desse tipo.

Essa medida provisória desrespeita o Parlamento brasileiro. Eles reintroduziram temas que foram rejeitados pelo Parlamento, como foi com o trabalho aos domingos sem a justa remuneração. Nós não deveríamos nem admitir debater essa matéria aqui, porque foi rechaçada pelo Senado da República. Portanto, é um desrespeito também ao Parlamento.

Não pode haver restrição à ação sindical, e a medida provisória ainda mantém restrições à ação sindical. Percebe-se a demagogia, se fala tanto do negociado sobre o legislado. Isso impõe restrição para o que pode ter participação dos sindicatos em uma negociação e em um acordo.

É muito grave quando fala da dupla visita. E eu acho incrível como o Deputado fala: "Mas a dupla visita vai impedir a atividade empresarial no Brasil!". A medida provisória fala de dupla visita e a medida provisória argumenta que a nova regra de contratação não permitirá rotatividade de mão de obra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Basta ouvir os auditores fiscais do trabalho e perceber que há um desmonte do Ministério do Trabalho.

Presidente, eu posso contar com a benevolência do nosso Relator, que vai seguramente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Ele gostaria de estar olhando para V. Exa., mas infelizmente...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Para discutir.) – Eu peço só a recomposição no meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – É que nós estamos aqui numa relação de...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Para discutir.) – Isso porque ele nem ouviu os elogios que eu teci ao esforço gigantesco para que ele corrigisse uma matéria incorrigível.

Então, Presidente, o Ministério do Trabalho vive um desmonte hoje, e esse Ministério, desmontado, que capacidade de fiscalização terá para saber se há ou não a substituição de mão de obra nas empresas? Que capacidade terá? Vai ser, Deputado Bira, a cada dois anos, quem sabe, a volta do fiscal para checar se as orientações foram cumpridas.

Portanto, é uma farsa a proposta que foi apresentada aqui.

Evidentemente que nós sabemos que o que gera desemprego, Presidente, não é a legislação. Isso aí é uma matéria sabida por todos nós. A legislação anterior permitiu em 2010 pleno emprego no Brasil. Portanto, falar que se não mudar a lei não vai gerar emprego soa como chantagem barata, e é falsa, é mentira. E a história prova que não é lei que gera ou destrói emprego. O que gera emprego é crescimento econômico.

E a cantilena de que a reforma da previdência ia produzir investimento internacional do Brasil? Cadê? Quantos reais entraram de investimento no Brasil? Ao contrário, em março de 2020, já temos o equivalente a todo ano 2019 de retirada de dinheiro do Brasil, porque o Brasil não está sendo levado a sério. Um País que trata o meio ambiente nos termos de Jair Bolsonaro não é levado a sério no mundo! Um País que não tem estabilidade institucional, como vivemos hoje, graças ao Presidente da República, que se levanta contra o Parlamento, contra o Judiciário... Nenhum investidor do Planeta colocará um real no Brasil, porque o Brasil, infelizmente, não inspira segurança.

Por isso, Presidente, eu quero concluir dizendo que nós lamentamos que cheguemos a essa fase com esse texto. Queria pedir ao nosso Relator que refletisse, no tempo disponível, pela supressão de itens que foram questionados.

Há uma emenda, Relator, que o senhor conhece, da Associação Brasileira de Estágios, no art. 8º, §5º, que procura fazer um ajuste relativo aos estágios. Ao invés de "poderá", ser alterado para "deverá", fixando seis horas diárias, 30 horas semanais.

Queria pedir a atenção ao Relator para trabalhar, como trabalhou em outras matérias, tentando mitigar, minimizar os graves ataques vividos pelo trabalho no Brasil.

Concluo, Presidente, de verdade, dizendo só o seguinte: não haverá mudança relevante na geração de emprego no Brasil com essa medida, como não houve com os remédios apresentados até aqui. E Edmar Bacha, que não pode ser acusado... Aliás, hoje em dia até pode, porque hoje em dia todo mundo é comunista. Capaz de chamarem agora Edmar Bacha também de comunista. Edmar Bacha falou uma frase chave na semana passada: "A agenda liberal no Brasil foi tropicalizada". Tropicalizada, porque na agenda liberal todo ônus vai para o trabalho, e não alcança o empregador, o empresário, o capital. Deixo essa reflexão do Edmar Bacha, com risco de ele ser acusado de comunista, aliado de Orlando Silva, para reflexão dos Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para que tenhamos uma agenda de fato que garanta a retomada do desenvolvimento econômico, sem esmagar ainda mais o pobre trabalhador brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado, Deputado Orlando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, nós não temos mais oradores inscritos. Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Para conhecimento, foram apresentados 164 requerimentos de destaque, que serão apreciados. Agora, como foi feito o acordo, Paim, nós vamos suspender a presente reunião...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – ... marcando a reabertura para o dia 11 de março, amanhã, às 10h da manhã.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O senhor está convocando uma reunião, Presidente?

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Amanhã, para votação.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente. Presidente!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O senhor falou reabertura, eu entendi que era continuação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não. Declaro suspensa a presente reunião.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Declaro suspensa a presente reunião.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente! Presidente!

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Quórum vai ter amanhã. Tem que encerrar.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Nós queremos que encerre a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós não vamos encerrar, porque nós fizemos um acordo.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Não, nós fizemos o acordo para esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não vai encerrar, rapaz.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós queremos que encerre para suspender o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Você quer que encerre, mas não vamos encerrar.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não. Essa é uma decisão do Presidente. Eu não vou encerrar.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem.) – Pode ser, é seu direito. Suspender o acordo... Agora a reunião tem que ser encerrada.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Consulte o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não. Não vai... Esta é uma decisão do Presidente. Nós vamos... Christino, Paulo Rocha, eu falei...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Christino, até agora foi sem ameaça. Sem ameça, tá? Sem ameaça, hein? Sem ameaça.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Não, aí, não. Quer mostrar o dente no final? Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vamos comunicar aos senhores que temos uma emenda do Deputado Lucas, que foi acatada pelo Relator que e será publicado um novo texto com a emenda do Deputado Lucas.

Declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 11 de março, às 10h.

Está suspensa a reunião.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Qual a base regimental, Presidente?

Qual a base regimental, Presidente?

Qual a base regimental, Presidente?

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Está bom.

Presidente, Presidente, Presidente...

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Não há base regimental, pode dar problema isso.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, só quero registrar uma questão aí...

(*Iniciada às 10 horas e 57 minutos e suspensa às 11 horas e 36 minutos do dia 04/02/2020, a reunião é reaberta às 14 horas e 39 minutos e suspensa às 17 horas e 45 minutos do dia 10/03/2020.*)

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Declaro reaberta a 9ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 905, de 2019.

A Presidência comunica que a discussão da matéria foi encerrada no dia 10 de março, tendo usado da palavra 18 Parlamentares.

Estamos em processo de votação do relatório apresentado pelo Deputado Christino Aureo.

Há sobre a mesa o requerimento de adiamento da votação da matéria por 48 horas. Há ainda requerimento para que a votação do adiamento seja feita pelo processo nominal, e não simbólico.

Vamos primeiro votar o procedimento de votação.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Ainda falta uma votação anterior, que é a aprovação da ata da reunião anterior.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para fazer um questionamento aqui aos Deputados e Senadores da oposição em relação ao acordo que havia sido feito para que nós votássemos os seis destaques em troca de não haver obstrução. Tendo encaminhamento favorável e contrário a cada um dos seis destaques, mas sem nenhum requerimento de obstrução, nem pedidos de votação nominal, nem da ata... Claro, na votação nominal na hora de analisar os destaques ou de analisar a medida provisória em si, mas sem nenhuma votação nominal prévia. Porque, se houver quebra de acordo nesse sentido, nós vamos descartar a análise dos destaques e analisar os destaques só pela admissibilidade em globo e destacar todos de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim...

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Pela ordem.) – Só para confirmar se vão querer manter esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Deputado.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, desde o início a nossa preocupação aqui foi sempre manter os acordos firmados. A proposta de seis destaques numa medida provisória com quase 2 mil emendas foi fruto de um amplo acordo entre todos os setores que estão neste Plenário.

Eu não estou aqui querendo realmente ir na linha da obstrução, mas faço uma ponderação a V. Exa. Eu apresentei um voto em separado, ainda ontem na minha fala lembrava da importância... Não é aquele voto em separado, pelo menos, que eu apresentei que vai na linha de uma construção. Muitas questões aqui eu coloco, o Relator acatou; outras, naturalmente que não acatou, e aponto no final alguns caminhos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

e poderíamos chegar até num grande entendimento, claro, dentro do possível. Uns até estão representados nos destaques.

Então, apelo a V. Exa., como foi feito em todas Comissões de que participei até hoje, que V. Exa., não no tempo em que eu acharia necessário... Claro que se olhar meu voto vai dizer: "Bom, mas com esse voto você vai precisar de cinco horas." Que V. Exa. me desse oportunidade de fazer a leitura do voto num tempo que a Presidência entenda viável, mediante a ideia de que realmente hoje a gente possa aprofundar o debate desse tema.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para colaborar com essa proposta feita pelo Senador Paulo Paim: que se desse aí um prazo de 10 ou 15 minutos para ele fazer a leitura do relatório, mas, em troca, que não houvesse nenhum requerimento de obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Na verdade, Senador Paim, a nossa assessoria aqui nos informa que não existe nada no Regimento que lhe garanta essa leitura, seria uma abertura da Mesa, desta Presidência.

Ali o Deputado está fazendo um questionamento por conta desse entendimento a que nós estamos querendo chegar. Há aqui requerimentos de adiamento da votação da matéria. O Senador Paulo Rocha fazia um questionamento sobre as atas. As atas já foram todas aprovadas.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. *Fora do microfone.*) – Inclusive a de ontem?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Aprovada... A de ontem não foi aprovada porque não terminamos, vamos votar hoje. Nós não terminamos a reunião de ontem.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – É verdade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, ela não terminou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós vamos votar, vai encerrar hoje. Aí vamos fazer ata só no término da reunião. Ontem nós não terminamos a reunião. Então, só para lhe dar esse informe.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Pode falar.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Eu repeti ontem e eu fui um dos Líderes que iniciei, chamei vocês para fazermos um processo de acordo no procedimento e o fizemos.

O papel do Relator a gente sabe. Eu já fui relator em época de oposição e também fui relator em matéria de Governo. Então, a gente sabe a dificuldade do papel do Relator. E estamos chamando a atenção para essa questão da medida provisória, que ela coloca mil assuntos em temas que não têm nada a ver com o processo do interesse principal de Governo, que é a Carteira Verde e Amarela. Nesse ponto, se a medida provisória fosse reduzida a isso, nós já a tínhamos aprovado por acordo, inclusive. Mas todos esses temas que vieram, há a própria dificuldade para a Mesa e para o acordo – e agora vocês estão vendo a dificuldade de encaminhar e a dificuldade de o Relator fazer o relatório... Só ele já fez três modificações, na medida em que ele vai ouvindo, em que ele vai sendo pressionado democraticamente pelos vários setores.

Então, se o Relator tem esse direito – e o tem –, aqueles que se contrapõem à matéria também têm o direito de processar, inclusive defender suas posições no procedimento. O que nós queremos é que haja um procedimento capaz de expressar aqui – quem sabe a gente não ganha alguns para nossa posição – e de expressar também para a sociedade, que está nos vendo aqui, essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Então, quando o Senador Paulo Paim pede o direito de ter o seu voto em separado – que o tem regimentalmente – ele quer o tempo necessário para ele expor todo o processo do seu voto em separado. A gente não concorda com uma proposta de dez minutos para um voto em separado desta matéria, em que o próprio Relator já fez três modificações ao longo do seu relatório. Não há oportunidade de colocarmos nossas divergências.

Então, não tem como a gente fazer acordo de procedimento desse tipo. Entendeu? Nós fizemos o acordo e estamos cumprindo. O nosso processo de forçar aqui através de um procedimento mais democrático para a gente colocar o debate transparente – e por isso nossos requerimentos – é para forçar exatamente. Porque ontem, num acordo que nós fizemos da semana passada para a semana, ontem se quebrou. Não foi do nosso lado, quebrou-se a oportunidade de o Relator apresentar outro acréscimo de voto que ele justificou que foi errata. Mas mesmo a errata tem que dar oportunidade para a oposição ler.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas foi dada ontem.

Senador Paulo Rocha...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Foi dada... Para não dizer que nós estamos quebrando e está ameaçando com o negócio do destaque. Aí, não!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, Senador Paulo Rocha, não tem ninguém ameaçando ninguém.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Está, ele ontem fez e vem agora na fala do Deputado da base.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Pela ordem.) – Não, isso não é ameaça, Senador, é meramente... Se a oposição não vai cumprir o acordo, a gente também não vai cumprir da nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador, estou tentando, dentro das nossas possibilidades, Senador Paulo Paim – o senhor, que é mais comedido –, manter esse acordo, com altos e baixos, mas tentar...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. *Fora do microfone*.) – Eu também sou comedido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, rapaz, estou falando... (*Risos*.)

Comedido da palavra, que fala pouco.

Então, nós estamos tentando um acordo, não é obrigado a ter acordo. Se o Senador Paulo Rocha não quer o acordo, lá os Parlamentares, nós vamos ter que ir ao voto, não tem outro jeito. Que nós vamos votar hoje, vocês podem ter certeza de que nós vamos votar. Não adianta criar qualquer tipo de mecanismo, Paulo Rocha. Nós somos os mais velhos, os mais antigos, então nós temos que dar o bom exemplo, vamos votar. Não tem jeito. Vamos votar hoje.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Qual é o bom exemplo para você?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O bom exemplo é que nós possamos respeitar o colega, que nós possamos respeitar os acordos que foram firmados e que nós possamos, dentro da normalidade, fazer uma reunião tranquila.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – O que nós estamos desrespeitando do acordo?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, eu estou falando com o Paulo Rocha, que está perguntando o que é o bom exemplo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Mas qual encaminhamento que nós fizemos que estaria em desacordo com o que nós combinamos?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, estou falando do acordo, vamos deixar isso bem claro. Há acordo ou não há acordo? Se não há acordo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Sim, mas Presidente, qual foi o item do acordo? Votação nominal nós vamos pedir nos destaques, correto? Nunca ninguém disse que nós não pediríamos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – É que o Paulo Rocha está dizendo que foram quebrados os acordos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Não, nós estamos tentando. Vamos só recuperar aqui, então. Nós vamos fazer nominal nos destaques. E nós temos requerimentos que são requerimentos normais.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – São requerimentos de obstrução, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Sim, mas veja bem, em algum momento...

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – É, mas foi feito acordo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – ... nós combinamos que não se encerraria a reunião, que se manteria o quórum...

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – E que não haveria obstrução para votar os destaques.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Mas, veja bem, obstrução...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – ... é uma ferramenta legítima regimental.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Eu gostaria só de ler aqui sobre o voto em separado.

Esclareço ao Plenário que o Regimento Comum é omisso sobre a possibilidade de apresentação de voto em separado, devendo-se recorrer ao Regimento Interno do Senado. Neste diploma normativo, o voto em separado encontra-se disciplinado unicamente no art. 132, do Regimento Interno do Senado, que diz, no §6º: "Os membros da Comissão que não concordarem com o relatório poderão dar voto em separado".

Não fala de leitura. Está falando em "dar voto em separado".

Portanto, o voto em separado é apenas uma declaração de voto do Parlamentar que não concorda com o relatório. É uma possibilidade facultada ao Parlamentar, para que ele possa apresentar suas razões, por escrito, de discordância com o relatório apresentado.

Em suma, o voto em separado não é um relatório alternativo nem seu autor tem as prerrogativas do Relator. (*Pausa.*)

Como encontra-se aqui na mesa um requerimento de votação da matéria, o adiamento da votação da matéria por 48 horas, então nós vamos votar, primeiramente, o procedimento de votação.

Nos termos do art. 41, do Regimento Comum, o requerimento não admitirá a discussão, podendo ser encaminhado por dois membros de cada Casa...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente... Obstrução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – ... de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de cinco minutos.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sr. Presidente... Uma questão de ordem, Presidente. Questão de ordem.

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF) – Sr. Presidente, isso não é uma quebra de...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Não foi feito um acordo de que não haveria obstrução? Foi feito um acordo de que seria sem...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas eles não retiraram o requerimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Mas é obstrução. Então, nós também não temos acordo.

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Então, quebrou o acordo. Então, a gente não vai cumprir o acordo também, que foi combinado com eles. Vamos fazer em globo então.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Pela ordem.) – Presidente, permita-me fazer uma última ponderação aos Parlamentares de oposição, com todo o... Combinar o procedimento. (*Pausa.*)

Permita-me, Deputado Paulo Pimenta, da petulância da minha juventude frente à experiência de V. Exa. aqui, dentro desta Casa, sugerir o encaminhamento.

A oposição terá muito mais oportunidades de expor o seu posicionamento se o acordo for manter os seis destaques e que a oposição encaminhe esses destaques, com os seus respectivos autores dos seus partidos. Haverá muito mais oportunidades de fala do que haveria se V. Exas. mantiverem os requerimentos de obstrução e insistirem no voto em separado. E sem os destaques, que vão ser todos rejeitados em globo.

Então, é muito mais vantajoso, do ponto de vista procedimental, para a oposição manter o acordo, ter os seis destaques e não haver o requerimento de obstrução do que a gente partir para o voto aqui, para o qual temos maioria e vamos derrotar os requerimentos e derrotar os destaques em globo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, permita-me dialogar também com o que o Deputado Kim colocou.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sr. Presidente, Senador, permita-me apenas...

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP) – Presidente, eu acho que nós não temos um acordo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Permita-me dialogar com o que o Deputado Kim colocou, em relação ao acordo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vamos ouvir o colega aqui.

Só para finalizar e vou encaminhar pelo Regimento, que está aqui na mesa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, o Deputado Kim colocou uma questão relativa ao procedimento, buscando um acordo.

É evidente que nos interessa, sim, ter um acordo de procedimento, para não ficarmos discutindo a forma e não entrarmos no conteúdo. Então, nós já tínhamos feito um acordo de seis destaques.

Bem, a obstrução é algo inerente à oposição e tem que ser respeitada também. Não se pode simplesmente dizer que não se faz nenhum procedimento de obstrução. Alguns que estão entrando, por exemplo, é para voto nominal. O voto nominal não é bem um processo de obstrução. Ele é, na prática, encaminhar favoravelmente a que se tenha conhecimento público do voto. Então, esse é um requerimento que deve ser mantido.

Lembro e falei, ontem, ao Deputado Kim que eu estou também na Comissão que está analisando a PEC 15, do Fundeb. O Governo requereu lá falas de 15 minutos. O procedimento está lá. Será longo. Provavelmente, vai ficar uma semana ou mais na discussão. E foi acatado: não houve acordo com o Governo nesse procedimento. Ou seja, em um processo igual ao Fundeb, que é o Fundo de Educação Básica e que se não tiver, hoje, este ano, votação, isso inviabiliza a educação básica no Brasil, há todo esse processo demorado de debate que o Governo está solicitando.

Poxa, aqui, que é uma medida provisória complexa dessa, que retira direitos, quer se votar de uma forma em que a oposição não pode sequer pedir votação nominal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Então, eu acho que alguns dos requerimentos que são colocados não são protelatórios, mas eles fazem parte de um pacote em que a oposição deve mantê-los. Cito esse, da votação nominal, além dos destaques, o que é o mínimo, não é? Em 2 mil emendas, nós fazermos seis destaques? Parece que, no Brasil, é difícil. O Fundeb é tão demorado... Ou seja: o que é para pobre é uma dificuldade; agora, o que é para prejudicar o pobre, é rápido.

Então, que nós mantivéssemos alguns desses...

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Sr. Presidente...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Então, não há acordo, e a gente vai manter o requerimento da votação em globo.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Três minutos...

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF) – Então quebraram o acordo, não é isso?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Três minutos para o Deputado Paulo Ramos, que vai encaminhar. Três minutos.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Três minutos, para encaminhar.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Presidente, eu quero manter o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas como é que quer manter o acordo, Paim, se...

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF) – Sr. Presidente, quebraram o acordo. Vamos seguir, Sr. Presidente. Vamos para o globo. Vamos para o globo.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Eu quero manter o acordo...

Sr. Presidente, e aí? Eu quero ler meu relatório...

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF) – Sr. Presidente, quebraram o acordo. Vamos seguir. Vamos seguir.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Tá, mas ele está pedindo...

Eu tenho que seguir o Regimento! Está aqui o requerimento... Aqui há um requerimento sobre a mesa! Eu tenho que obedecer...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Temos que construir um caminho, Presidente, para chegar lá...

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF) – Sr. Presidente, é isso que a oposição quer: quer tumultuar, quer fazer demorar... Então, a gente precisa fazer caminhar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu também sou autor de um voto em separado. Permita-me falar. Eu queria fazer um apelo a V. Exa...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Presidente, nós temos aqui...

Muito bem: a gente tem sido assíduo nesse debate. V. Exa. é testemunha disso. Temos o maior esforço, a maior dedicação.

Sabemos que é uma medida provisória complexa, gigantesca, teve quase 2 mil emendas, e o que nós estamos vendo aqui é um açodamento desnecessário.

Nós tivemos a discussão da reforma da previdência, que também era muito complexa. Todo o tempo foi dado para que houvesse o debate justo, adequado, e a gente tomasse a decisão, mas o que nós estamos vendo aqui é uma negociação draconiana! Querem que se abra mão de prerrogativas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Mas é isso, Presidente.

Eu queria fazer um apelo a V. Exa...

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF) – Ninguém está querendo nada não, Presidente.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – ... permita-nos ler o voto em separado no tempo que V. Exa. conceder...

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF) – Foi feito um acordo. Não querem seguir? Vamos seguir o Regimento!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Eu sou obrigado a seguir o Regimento...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Nós queremos o direito de expressar nossa posição, Presidente. O direito de expressar nossa posição. Apenas isso.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Sr. Presidente, mantenha a linha.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Mantenha a linha, Presidente.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP) – Pela ordem!

Presidente, pela ordem.

Pela ordem, Sr. Presidente.

Pela ordem, Sr. Presidente.

Pela ordem, Sr. Presidente.

Pela ordem, Sr. Presidente.

Presidente, pela ordem.

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, eu queria fazer uma intervenção. É só para tentar encontrar o ponto que é o ponto de equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vai falar a favor do requerimento?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Não, é só uma pequena questão de ordem.

Nós queremos cumprir o acordo: um; queremos preservar os seis destaques; e já compreendemos que somos minoritários. Mas pelo menos – e esta é a minha reivindicação – nós queríamos ter a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

oportunidade de votar, pelo menos, nominalmente o parecer do Relator, ressalvados os seis destaques e outros destaques que alguém queira apresentar. Mas, no nosso acordo, nós queremos ter a oportunidade de votar pelo menos nominalmente, numa votação, o parecer do Relator, porque nós temos uma posição contrária à medida provisória... Pelo menos o parecer do Relator, ressalvados os destaques, os seis destaques, ser votado nominalmente. Uma votação nominal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Seis? Sete?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, tudo bem: sete destaques?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Isso. Somente...
Nós preservamos o acordo, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, o acordo é preservado, mas...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Sr. Presidente, se garantir a votação nominal...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, Presidente, eu quero...
Estou sendo claro?
Aí tumultuou...
Quero pedir a V. Exa. que me deixe concluir, Presidente. Para simplificar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Eu vou suspender a reunião por cinco minutos, para que a gente possa chegar a um acordo.

Cinco minutos. Cinco minutos.

(*Suspensa às 11 horas e 15 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 24 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Declaro reaberta a reunião.

Foi comunicado a esta Presidência que foi feito um acordo: nós vamos ter a leitura de dois votos em separado.

Já abro passando a palavra ao...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paulo Rocha.
Desculpe: Deputado Paulo Ramos.
O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O senhor precisa retirar...
O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Nós estamos ajustando aqui, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – ... o requerimento.
O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Ah, o requerimento.
O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O requerimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, nós estamos ajustando aqui.

Ajustaram os quatro?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Paulo, o Paim vai lendo enquanto vocês resolvem aí.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Perfeito. Só que...

Presidente...

Há o voto em separado também da Bancada do PT na Câmara. Eu queria mais meia hora para fazer a apresentação do voto em separado do PT na Câmara.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É só entregar.

Presidente...

Por favor, Senador...

Senador...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – É preciso que o colega, o Deputado Paulo, retire o requerimento por favor. Só para ficar...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não podendo resistir ao apelo de V. Exa., eu peço para retirar o requerimento de minha autoria, nos termos do parágrafo único do art. 44...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Deputado Bira, há um requerimento seu aqui também.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Sr. Presidente, em razão do acordo firmado, nós estamos declinando do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, também vou retirar. Eu só pediria a V. Exa. uma paciência de 30 segundos, pois, para a definição dos nossos destaques, há uma dúvida em relação a um ponto que eu tinha até conversado já com o nosso Relator. Seria importante que ele pudesse esclarecer essa dúvida para a definição dos quatro destaques que nós vamos definir.

Se V. Exa. me permitir, em dois minutos eu exponho a dúvida, quando for na pauta. Mas eu estou retirando o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

Obrigado, Deputado.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com certeza.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – O meu nome ficou doce na sua boca hoje.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – São coisas lá do Norte. Não tente entender. (*Risos.*)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – É o seguinte: diante do procedimento, do acordo, nosso objetivo era exatamente esse, era expressar as nossas diferenças. E, diante do voto em separado do companheiro Paulo Paim e do Bira do Pindaré e diante do processo de votação dos destaques e da matéria principal, a gente retira todos os destaques que estão pedindo requerimentos de adiamento, leitura de ata, votação artigo por artigo etc., etc.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Muito bem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Felício...

Temos requerimento também do Deputado Felício Laterça e do Kim.

É preciso que V. Exas. também, diante do acordo já...

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Cumpra-se o acordo, Presidente. Retiro o requerimento. Felício Laterça.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Retirado o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Muito bem.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – O Senador Paulo Rocha mandou, a gente obedece.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Para a definição dos destaques, eu poderia já fazer o pedido de esclarecimento ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não. Nós vamos passar a palavra ao Senador Paim e, aí, V. Exa., inclusive, já passa aqui, porque depois o senhor vai pedir no microfone, e o Relator vai tentar ajudá-lo, dentro das possibilidades.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Para voto em separado.) – Presidente, o relatório que eu apresento, em nome de inúmeros Parlamentares aqui, tem mais de 200 páginas. Mas, conforme conversei com V. Exa. e o tempo que me foi assegurado, eu vou começar quase que pelo final – Deputado Christino, nosso Relator, você sabe que é impossível, V. Exa. mesmo teve que fazer um resumo do seu ponto de vista. Então, eu vou começar quase no final, para assegurar o tempo que foi colocado à minha disposição.

Mas, enfim, como eu estou dando continuação aqui, estou discutindo a MP 905 da seguinte forma.

A simples enumeração de tantas alterações – que está no meu relatório – e suas idas e vindas já evidenciam o quanto a MPV 905 é problemática, levando o próprio Relator, reconheço, a ter dificuldades para processar ajustes ao seu conteúdo, tamanha a confusão do texto em exame.

E, apesar de diversos ajustes promovidos, a abordagem tecnocrático-fiscalista pró-mercado da MPV 905 se mostra presente, e o projeto de lei de conversão oferecido pelo Relator preserva o seu caráter de peça legislativa que não apenas incorre numa série de inconstitucionalidades, mas é de grande complexidade e alcance – estou dizendo que entendi a situação do Relator, porque, de fato, é uma colcha de retalhos –, modificando diversas leis de uma só vez e misturando temas distintos, visando à produção de fatos consumados e dificultando o debate.

Não somos contrários ao aperfeiçoamento da legislação trabalhista, a sua modernização, à desburocratização, à maior eficiência das empresas, à dinamização dos negócios, à busca de racionalidade. Não somos contrários, como muitos dizem, ao empresariado. Nós temos uma visão clara.

Eu defendo sempre tanto o empregado como o empregador, repito, mas somos contrários a toda medida que venha em prejuízo dos direitos assegurados aos trabalhadores, fruto que são de uma evolução da história e da economia, o que não pode ser desconsiderado sob o argumento dessa ou daquela crise. As crises passam, o povo permanece.

A mudança de paradigmas no mundo do trabalho precisa ser debatida – claro que precisa! – e enfrentada, mas não por meio de uma medida provisória cujo conteúdo não respeita o devido processo legislativo nem a própria Constituição e que, por isso, não pode ser acatada da forma que foi colocada.

Assim, entendemos ser necessária a apresentação de um novo PLV, na forma deste voto em separado, que corrija a Medida Provisória 905, assegurando que possa contribuir para a geração de empregos, mas sem fragilizar direitos ou vulnerar instituições.

Há um grande leque de emendas apresentadas à Comissão – cerca de 2 mil emendas – que seguem essa orientação e que devem ser acolhidas para que a lei a ser aprovada reflita, de forma mais correta, as aspirações dos membros do Congresso Nacional e não seja o que já foi, lembramos – e lá também eu li o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

voto em separado –, a reforma trabalhista: apenas um meio para gerar mais exclusão social e redução de direitos a pretexto de gerar empregos.

Sr. Presidente, aqui eu passo diretamente a fazer a leitura do substitutivo.

> CAPÍTULO I
> DO CONTRATO DE TRABALHO VERDE E AMARELO
> Art. 1º Fica instituído o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo como modalidade de contratação destinada à:
> I – criação de novos postos de trabalho para as pessoas entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove anos) de idade, para fins de registro do primeiro emprego em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); [É bom lembrar que a luta pelo primeiro emprego não é só deste ou daquele Governo.]
> II – estimular a contratação [também] de pessoas [...]
> [Estou sendo coerente com aquilo que eu falei aqui durante todo o debate.]
> II – estimular a contratação de pessoas com 55 (cinquenta e cinco anos) ou mais, que estejam sem vínculo formal de emprego há mais de 12 (doze) meses. [Até porque eu tenho um projeto de lei que vai exatamente nesse sentido.]
> §1º O Contrato de Trabalho Verde e Amarelo é destinado às pessoas de que trata o *caput* que sejam membros de famílias com renda mensal *per capita* de até [um salário mínimo e] 1/2 (meio) salário mínimo, excluídos benefícios de aposentadoria ou pensão e benefícios de prestação continuada da assistência social ou de transferência de rendas condicionados, percebidos por membros do grupo familiar.
> §2º Para fins da caracterização como primeiro emprego ou vínculo formal, não serão considerados os seguintes vínculos laborais:
> I – menor aprendiz;
> II – contrato de experiência;
> III – trabalho intermitente; e
> IV – trabalho avulso.
> Art. 2º A contratação de trabalhadores na modalidade Contrato de Trabalho Verde e Amarelo será realizada exclusivamente para novos postos de trabalho e [não] terá como referência a média do total de empregados registrados na folha de pagamentos entre 1º de janeiro e 31 de outubro de 2019.
> § 1º A contratação total de trabalhadores na modalidade Contrato de Trabalho Verde e Amarelo [...]

No meu relatório, Relator, para ver-se que nem tudo aqui a gente diz que é contra, eu caminhei para os 25%, entendendo que uma parcela – eu sempre defendi isso, e por isso sou o autor do Estatuto do Idoso – vai para aquele cidadão com mais de 55 anos. Coisa que eu coloquei aqui nos debates, e V. Exa., de uma forma ou de outra, apontou o caminho, e aqui eu faço um aprimoramento.

Prossigo:

> [...] do total de empregados da empresa, levando-se em consideração a folha de pagamentos do mês corrente de apuração.
> § 2º As empresas com até 12 (doze) empregados, inclusive aquelas constituídas após 1º de janeiro de 2020, ficam autorizadas a contratar na modalidade Contrato de Trabalho Verde e Amarelo:
> I - um empregado, no caso de contarem com até quatro empregados em seu quadro de pessoal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

II - dois empregados, no caso de contarem com cinco a oito empregados em seu quadro de pessoal; e
III - até 3 (três) empregados, no caso de contarem com 8 ou mais empregados, e, na hipótese de o quantitativo de 12 (doze) empregados ser superado, será aplicado o disposto no § 1º.
§ 3º Para verificação do quantitativo máximo de contratações de que trata o § 1º deste artigo, deverá ser computado como unidade a fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) e desprezada a fração inferior a esse valor.
§ 4º O trabalhador contratado por outras formas de contrato de trabalho, uma vez dispensado, não poderá ser recontratado pelo mesmo empregador, na modalidade Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, pelo prazo de doze meses, contado da data de dispensa, ressalvado o disposto no § 2º.
§ 5º O trabalhador contratado na modalidade Contrato de Trabalho Verdade e Amarelo, uma vez dispensado sem justa causa, poderá ser contratado novamente nessa modalidade, por uma única vez, desde que a duração do contrato anterior tenha sido igual ou inferior a 180 dias.
§ 6º Fica assegurado às empresas que, em outubro de 2019, apurarem quantitativo de empregados inferior em, no mínimo, 30% (trinta por cento) em relação ao total de empregados registrados em outubro de 2018, o direito de contratar na modalidade Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, observado o limite previsto no § 1º e independentemente do disposto no *caput*.
Art. 3º Poderão ser contratados na modalidade [...] [listada aqui por nós] os trabalhadores com salário-base mensal [em vez de 1,5] de até dois salários-mínimos nacionais.

Aumenta-se, assim, o salário do primeiro emprego.

Parágrafo único. É garantida a manutenção do contrato na modalidade Contrato de Trabalho Verde e Amarelo quando houver aumento salarial, após 12 (doze) meses de contratação, limitada a isenção das parcelas especificadas no art. 9º desta Lei ao teto fixado no *caput* deste artigo.
Art. 4º Os direitos previstos na Constituição são garantidos aos trabalhadores contratados na modalidade [...].
Parágrafo único. Os trabalhadores a que se refere o *caput* deste artigo gozarão dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e nas convenções e nos acordos coletivos da categoria a que pertençam.
Art. 5º O Contrato [...] [aqui listado] será celebrado por prazo determinado, garantido o mínimo de doze meses, por até 24 (vinte e quatro) meses, a critério do empregador.
§ 1º O Contrato de Trabalho Verde e Amarelo poderá ser utilizado para qualquer tipo de atividade, transitória ou permanente, exceto para contrato de safra no trabalho rural e para substituição de trabalhadores em greve.
§ 2º O Contrato de Trabalho Verde e Amarelo será convertido automaticamente em contrato por prazo indeterminado quando ultrapassado o prazo máximo [aqui] estipulado [...], passando a incidir as regras do contrato por prazo indeterminado previsto na CLT, a partir da data da conversão, ficando afastadas as disposições previstas nesta Lei.
§ 3º A empresa de trabalho temporário, de que trata a Lei 6.019, de 3 de janeiro de 1974, não poderá utilizar a modalidade do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo.
Art. 6º Por convenção ou acordo coletivo de trabalho, poderá ser fixada cláusula que defina o pagamento de parcela de décimo terceiro salário e de férias proporcionais com acréscimo de um terço, ao final de determinado período de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Art. 7º O empregador depositará a importância [todo mês] de 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) sobre a remuneração devida, no mês anterior, a cada empregado, destinada ao pagamento da indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, prevista no art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, não se aplicando ao empregado o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 18 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990.
§ 1º Nas hipóteses de dispensa por justa causa ou a pedido, ou de falecimento do empregado, os valores previstos no *caput* serão movimentados pelo empregador.
§ 2º Na hipótese de culpa recíproca, metade dos valores previstos no *caput* será movimentada pelo empregado, enquanto a outra metade será movimentada pelo empregador.
§ 3º Os valores previstos no *caput* serão depositados na conta vinculada do empregado, em variação distinta daquela em que se encontrarem os valores oriundos dos depósitos mensais devidos a título de FGTS.
§ 4º À importância monetária de que trata o *caput*, aplicam-se as disposições da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e da Lei no 8.844, de 20 de janeiro de 1994, inclusive quanto a sujeição passiva e equiparações, prazo de recolhimento, administração, fiscalização, lançamento, consulta, cobrança, garantias, processo administrativo de determinação e exigência de créditos tributários federais.
Art. 8º A duração da jornada diária de trabalho no âmbito do Contrato [...] Verde [...] poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de 2 (duas), exceto se estudantes, desde que estabelecido por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
§ 1º A remuneração da hora extra será, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) superior à remuneração da hora normal.
§ 2º É permitida a adoção de regime de compensação de jornada por meio de acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês.
§ 3º O banco de horas poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de 6 (seis) meses.
§ 4º Na hipótese de rescisão do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, o trabalhador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração a que faça jus na data da rescisão.
§ 5º No caso de estudantes frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de ensino profissional e de ensino médio, a duração da jornada de trabalho poderá ser reduzida, mediante acordo individual tácito ou escrito.
Art. 9º ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Para voto em separado.) –

Art. 9º Ficam as empresas isentas das seguintes parcelas incidentes sobre a folha de pagamentos dos contratados na modalidade Contrato [...] Verde e Amarelo:
I – contribuição previdenciária prevista no inciso I do *caput* do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
II – contribuição para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

> § 1º A União compensará o Fundo do Regime Geral de Previdência Social, de que trata o art. 68 da Lei Complementar [...]

Notem aqui que eu faço uma mudança dizendo que não desconta do trabalhador, não desconta do desempregado, eu digo, e a União tem a obrigação de fazer a compensação para o Regime Geral da Previdência se for mantida essa ideia de retirar 20%, ou seja, não perde a Previdência, não perde o trabalhador, não perde o empregador, e a União é que vai subsidiar para garantir que esse trabalhador tenha seu direito assegurado.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Muito obrigado, nobre Senador...

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Só um minuto! Só um minuto para concluir, para fechar o voto, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – O tempo regimental, Senador, infelizmente...

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Presidente, só para complementar. Calma! Só quero complementar o voto. Só para complementar!

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Um minuto.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Sei que V. Exa. será...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Um minuto, Senador.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Para voto em separado.) – Enfim, eu estou resumindo o máximo que pude aqui. Os que estão acompanhando sabem que eu pulei folhas e folhas, pulei mais de 200 folhas.

Eu digo só o seguinte:

> [...] O seguro a que se refere o *caput* deste artigo terá cobertura para as seguintes hipóteses:
> I – morte acidental;
> II – danos corporais;
> III – danos estéticos; e
> IV – danos morais.

Indo agora para as...

Senador Petecão, como é longo, inclusive, o meu substitutivo, eu estou indo já para a última página para concluir. E peço a todos que, dentro do possível, leiam este substitutivo. Todos estão percebendo que ele é muito equilibrado: não vai na linha do tudo ou nada; vai na linha de construir um caminho intermediário para que a gente possa, então, votar e aprovar, reconhecendo a importância do primeiro emprego e também do voto para aquele cidadão que tem mais que 55 anos.

Eu só estou aqui agora indo para a última página, Sr. Presidente.

Mediante tudo que aqui foi lido, Sr. Presidente, eu reafirmo a nossa disposição de continuar esse debate – estou terminando agora –, no Plenário da Câmara e no Plenário, naturalmente, do Senado. E este substitutivo mostra que é possível chegarmos ao meio-termo.

O Relator vai perceber que muita coisa que ele acatou eu também acato, outras não – é natural –, e por isso o voto em separado.

Termino dizendo, Sr. Presidente, que eu espero que a gente aprove, naturalmente, o meu substitutivo. Se não tivesse essa convicção, porque certeza eu não posso ter de que vai ser aprovado... Então, eu peço o apoio de todos os nossos pares. Vão ver que não é o céu e a terra, mas, sim, uma linha intermediária buscando uma alternativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

E, pelo outro lado – só para concluir, termino com esta última frase –, Sr. Presidente, eu diria que o debate há de continuar, tanto aqui como na Câmara e também no Senado, tenho certeza, como foi na MP da liberdade econômica. A Câmara fez mudanças profundas e teve todo o meu apoio, e o Senado também fez outras mudanças – o Senador Petecão e outros Senadores aqui presentes participaram –, como, por exemplo, para garantir a liberdade de o fim de semana ficar assegurado para os trabalhadores, tanto na área do comércio, como na da indústria.

Era isso.

Obrigado, Presidente e todos os Senadores e Senadoras que garantiram – eu sei que não estava no Regimento – a leitura do voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Senador Paim.

Com a palavra o nobre... Antes de passar a palavra ao nobre Deputado Bira, falta o encaminhamento dos quatro...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. *Fora do microfone*.) – Daqui a cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o Deputado Bira para poder fazer a leitura do seu voto em separado.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para voto em separado.) – Sr. Presidente, em nome da Bancada do Partido Socialista Brasileiro, quero fazer a leitura deste voto em separado. E, tendo em vista que o tempo é muito breve, apenas cinco minutos, ficarei com as últimas páginas, pois são as páginas conclusivas deste voto.

Editada em 12 de novembro de 2019, a Medida Provisória 905 teve recorde de emendas apresentadas: foram 1.930 ao todo, o que demonstra a insatisfação de grande parte dos Congressistas, não apenas da oposição como também da base do Governo, com o texto apresentado, que tenta mascarar uma série de mudanças cruéis nas legislações que regulam as relações de trabalho, apresentando um programa que parece pouco eficiente no combate ao desemprego, e que insere os mais jovens no mercado de trabalho já em condições de desigualdade perante outros profissionais, reduzindo drasticamente seus direitos em contraponto aos benefícios que estão sendo garantidos aos empregadores.

Foram realizadas cinco audiências públicas apenas para discutir essa medida provisória e, por óbvio, não foram suficientes para esgotar os diversos temas abordados pela matéria, frustrando sobremaneira o debate, que deixou de esclarecer pontos cruciais da reforma pretendida. O PSB e outros partidos da oposição repudiaram veementemente, desde o início dos trabalhos, o número exíguo de audiências com as entidades e sociedade civil, o que prejudicaria em demasia a construção de um texto menos perverso.

O nobre Relator, Deputado Christino Aureo, apresentou projeto de lei de conversão, mantendo a essência da medida provisória, que legitima contratos de trabalho precários, reduzindo custos com a demissão, que é o momento em que o trabalhador deve ser amparado pela legislação, liberando o trabalho não remunerado aos domingos e feriados, enfraquecendo os mecanismos de registro dos empregados, esvaziando os órgãos de fiscalização bem como a punição aos infratores, aumentando a jornada de trabalho e permitindo o trabalho aos sábados no setor bancário, dentre outras coisas.

As Bancadas do PSB, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, apresentaram um conjunto de emendas com o objetivo de tentar reparar os impactos negativos e evitar que uma investida tão agressiva aos direitos trabalhistas, logo após uma reforma de grande porte na legislação feita em 2017, acabe por enterrar de vez direitos conquistados pelos trabalhadores a duras penas.

O art. 62 da Constituição Federal prevê que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso, o que neste caso não ocorre. Portanto, não é caso de urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O art. 6º da Constituição Federal prevê o trabalho como direito social e, logo adiante, no art. 7º, descreve como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, seguro-desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal, gozo de férias anuais remuneradas, reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho, seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para voto em separado.) – ... cor ou estado civil, dentre outros direitos.

Pois bem, a medida provisória flexibiliza todos esses direitos acima descritos, seja no Contrato Verde e Amarelo, seja nas alterações promovidas na CLT e nas legislações correlatas. O *caput* do art. 6º é muito claro quando estabelece que a garantia de direitos deve visar à melhoria da condição social do trabalhador. Nunca – nunca, jamais – retroceder! A Constituição Cidadã serve como modelo basilar de garantir um trabalho digno, e não a precarização, o subemprego, de modo que os trabalhadores precisem sujeitar-se a todo tipo de desqualificação para ter sua carteira assinada.

Sr. Presidente, isso é parte do nosso voto em separado, que eu espero que seja considerado, seja neste momento, seja num debate futuro, tanto no Plenário da Câmara quanto no Plenário do Senado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Bira.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Presidente... Presidente... Presidente... (*Pausa.*)

Presidente, há um voto em separado da Bancada do PT, assinado por mim e pelo Deputado Rogério Correia. Numa demonstração de boa vontade pelo acordo que foi construído, nós só queremos solicitar a V. Exa. o registro, para que conste na ata o voto em separado apresentado pelo Deputado Rogério Correia e por mim, e que ele possa ser incorporado à ata com todos os documentos provenientes dos relatórios que sairão desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Deputado. Já faz parte do processo, inclusive está publicado na...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Está incluído já? Já está incluído na ata, em tudo? (*Pausa.*)

Senador, já está incluído em tudo? Na ata, em tudo?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Eu quero comunicar aos nobres Parlamentares que, conforme nosso entendimento, nós temos aí já os dois... (*Pausa.*)

Em votação a matéria.

Foram apresentados 163 requerimentos de destaque para votação em separado.

A Presidência comunica que a apreciação da matéria dar-se-á da seguinte forma: votaremos em primeiro lugar o requerimento de admissibilidade do destaque e, em seguida, o relatório, ressalvados os destaques; e, por último, os destaques cuja admissibilidade tenha sido aprovada.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – De acordo com o art. 50 do Regimento Comum, os requerimentos que tratam das admissibilidades dos destaques não serão discutidos e nem encaminhados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, já foi falado quais são os destaques? A gente ainda não ouviu. Já foram apresentados os destaques?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vou passar aqui para o nosso Relator, que vai fazer a conferência, para que eu possa fazer a leitura. Trinta segundos, meu Deputado. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, tem que haver boa vontade de todo mundo para os acordos poderem prosperar, não é? Fizemos um acordo para que seja uma defesa contra e uma a favor dos destaques. Agora, no texto principal, vamos cumprir o Regimento, que fala em dois e dois.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone.*) – Mas não foi combinado isso, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Se não foi combinado, vale o Regimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, é o texto principal. O texto principal! É o texto principal, Presidente. Vamos manter as duas de cada!

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – O Presidente é soberano, gente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Votação simbólica em globo da admissibilidade dos destaques apresentados.

Consulto o Plenário para saber se há acordo entre os Parlamentares que possa rejeitar em globo a admissibilidade de todos os requerimentos de destaque apresentados, com a exceção do Requerimento nº 66, do Senador Rodrigo Pacheco; Requerimento nº 74, do Deputado Marcelo Ramos; Requerimento nº 104, do Senador Paulo Rocha; Requerimento nº 107, do Senador Paulo Rocha; Requerimento nº 108, do Senador Paulo Rocha; e Requerimento nº 112, do Deputado Rogério Correia.

Os Parlamentares que concordam...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Posso manter ou tirar? Como é que é?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Quem me chamou? Quem está chamando?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

A Mesa do Congresso, segundo informações que eu tive, acabou de determinar o cancelamento de todas as Comissões, ressalvada a CMO. Então eu gostaria que V. Exa. consultasse, porque foi a informação obtida agora, pelo Presidente Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas não foi comunicado. O Presidente sequer está no Plenário.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Pediria que V. Exa. confirmasse a informação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, mas eu não fui... Eu fiz... A sua preocupação foi a minha preocupação: mandei entrar em contato com a Mesa, e o Presidente sequer chegou lá ainda. E, quando chegar, eles comunicam. Quando iniciar a votação, eles comunicam. Pode ficar tranquilo. Fique tranquilo.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, uma questão de ordem! Questão de ordem.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Diga, querido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Esse encaminhamento da constitucionalidade, relevância, urgência e etc., nós mesmos da Bancada do Partido dos Trabalhadores, ao entrar a medida provisória aqui, entramos com uma ação perante a Mesa para devolver.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – E daí o processo desses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Nós vamos encaminhar... Vamos votar contra, mesmo que não seja nominal, mas nós vamos votar contra a constitucionalidade, urgência e relevância da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós não estamos votando o mérito. Nós estamos...

Os Parlamentares que concordam...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – É mérito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – ... permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vou registrar o voto contrário de Paulo Pimenta... (*Pausa.*)

... Senador Paulo Rocha, Senador Paim, Deputado Paulo Ramos, Deputado Rogério Correia, Deputado Paulinho da Força, Deputado Bira e Deputado Paulo Ramos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Em votação o relatório...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Começou a votação lá. Esta votação não era para se fazer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – ... ressalvados os destaques, cuja admissibilidade foi aprovada.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, já começou a Ordem do Dia. Já tenho informação de que esta votação, ela não cabe.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, foi aberta, mas não foi...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Fui informado de que...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nem sequer está na... Nós precisamos continuar. Eu não entendo essa sua vontade...

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Presidente Petecão.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Foi lido em Plenário.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – A Soraya, que é a Presidente do Congresso, já leu e solicitou que fossem interrompidas as reuniões.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – A Mesa Diretora. Foi lido em Plenário.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Nós não podemos iniciar.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – Não foi aberta a Ordem do Dia lá, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Eu pedi que nos comunicasse...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, a CCJ do Senado já não está funcionando. Já foi comunicado pela Presidenta do Congresso, a Soraya, que suspendessem todas as reuniões, com exceção da CMO. Então, nós não podemos dar continuidade com isso. É completamente regimental, e V. Exa. sabe disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – É regimental, é regimental.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Nós não podemos ferir o Regimento.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – Deputado Rogério, foi reaberta a sessão, mas não iniciou a Ordem do Dia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Já. A Ordem do Dia.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – Não iniciou.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Foi comunicado que apenas a CMO poderia estar funcionando.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – Não iniciou a Ordem do Dia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Já iniciou. Tem que ser consultada a Mesa. A reunião vai acabar anulada. Vai anular.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Sr. Presidente! Sr. Presidente! Presidente Petecão!

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é muito fácil saber se já começou: vá ali na televisão e veja.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Presidente Petecão! Presidente Petecão! Presidente Petecão, eu queria aqui registrar em ata o início desta votação agora e o horário exato do que você está anunciando, da votação desta matéria agora. Por favor. Tem que manter em ata.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Pela ordem.) – Pelo o que vi, o Presidente está decidindo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós estamos querendo exatamente, atendendo ao apelo do colega... Para que nós possamos suspender a sessão e votar lá.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Pela ordem.) – É isso mesmo, Presidente. Bom senso.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – É só uma questão de registro para precaver.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas nós não estamos atendendo ao pedido do colega?

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Estamos nos precavendo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas nós estamos atendendo. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Pela ordem.) – Mas, iniciou a Ordem do Dia, a ordem é...

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, me permita, art. 107, é inquestionável. Questão de ordem, Sr. Presidente! Art. 107. Art. 107 do Regimento...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – A reunião do Congresso estava apenas suspensa, por isso é que já iniciou na Ordem do Dia. Ela não tinha a parte preliminar de Deputados e Senadores, e sim a suspensão.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Eu acho que a reunião do Congresso hoje não termina antes da noite.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – É melhor deixarmos isso para depois da reunião.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Eu acho que, ao final da sessão do Congresso, o senhor avisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, caso seja realmente suspenso, vamos jogar para amanhã. Vamos marcar aqui para amanhã. Todos virão com o maior carinho.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim, eu vou suspender aqui por cinco minutos para que a gente possa entrar num entendimento aqui do horário.

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Vamos marcar para amanhã, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Amanhã não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem.) – Convoque no final!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – A sessão está suspensa por cinco minutos!

(*Suspensa às 12 horas e 06 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 16 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Declaro reaberta a reunião.

Conforme questionamentos feitos aqui por alguns Srs. Deputados e Srs. Senadores e por conta de estar acontecendo lá na Câmara Federal a sessão do Congresso, nós fomos comunicados pela nossa assessoria que teríamos de suspender a reunião para as 14h para que nós possamos dar continuidade e realizar a votação da nossa medida provisória.

Então, a reunião está suspensa para às 14h.

Gostaria de fazer um apelo, solicitando a presença de todos os Srs. Deputados e Srs. Senadores aqui na Comissão às 14h.

Vamos comunicar ao Plenário.

(Suspensa às 12 horas e 18 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 20 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Declaro reaberta a reunião.

Por conta da sessão do Congresso, eu quero comunicar aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados que nós vamos manter suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 17 de março, terça-feira, na próxima terça-feira, às 14h.

Dia 17 de março, na próxima terça-feira, às 14h.

Está suspensa a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 57 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 36 minutos do dia 04/02/2020. Reaberta às 14 horas e 39 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 45 minutos do dia 10/03/2020. Reaberta às 10 horas e 51 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 22 minutos do dia 11/03/2020.*)

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Declaro reaberta a 9ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 905, de 2019.

Continuamos a votação.

Antes da suspensão da reunião, havia sido aprovada em globo a admissibilidade dos seguintes requerimentos de destaque: Requerimento nº 66, do Senador Rodrigo Pacheco; Requerimento nº 74, do Deputado Marcelo Ramos; Requerimento nº 104, do Senador Paulo Rocha; e Requerimento nº 107, do Senador Paulo Rocha; Requerimento nº 108, do Senador Paulo Rocha; e Requerimento nº 112, do nobre Deputado Rogério Correia. Os demais requerimentos foram rejeitados.

Votação do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Em votação o relatório, ressalvados os destaques...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Só um pouquinho, só para finalizar aqui a leitura.

... ressalvados os destaques.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir verificação. Nós tínhamos, inclusive, um acordo de ser votação nominal. Então, eu pediria que fosse votação nominal. E peço verificação. Foi o acordo que nós fizemos na reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Primeiro eu vou comunicar o resultado; e aí o senhor pede votação nominal ou não.

O SR. FABIANO CONTARATO (REDE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, ressalvados os destaques. (*Pausa.*)

Verificação.

Solicito à nossa assessoria que faça a abertura do painel. (*Pausa.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Quem está chamando? (*Pausa.*)

Oi, Deputada. Por favor...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Presidente, prezados colegas, eu gostaria de pedir que todo tipo de obstrução fosse retirada. Nós temos aqui um problema sério para resolver, não devemos ficar muito tempo aqui confinados nesta sala. Sabemos que teremos votos, as pessoas estão vindo. Pedir verificação a esta altura é um claro desserviço à Nação brasileira.

Gostaria de pedir à oposição que tenha clemência e que neste momento retire qualquer obstrução para que possamos votar rapidamente, de forma ágil. Há destaques da oposição para serem votados, podem ser apreciados aqui, podem até ter sucesso. Agora, ficar levantando obstrução e até querer fazer nominalmente todas as votações, eu acredito que seja um grande desserviço ao Brasil neste momento.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (REDE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO. Pela ordem.) – Presidente, eu até entendo que a votação nominal foi um acordo feito por nós aqui, todos desta Comissão acordamos isto: que poderia ser feito nominalmente. Então, eu faço um pedido a quem pediu a verificação nominal: que a gente possa, ao menos no texto principal, fazer de forma simbólica, para que a gente possa dar continuidade. Eu sei que é direito, que é regimental e que foi acordado, mas fica aqui somente um pedido para que se possa retirar essa votação nominal do texto principal, para a gente avançar um pouco mais.

Peço isso e peço que a gente possa deixar os destaques... Eu não sei se vai dar o quórum... É só um pedido. Eu já falei que é acordo...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu queria fazer outro pedido: é a única Comissão que está aberta hoje. Nenhuma outra Comissão está aberta, exatamente porque nós temos um risco de coronavírus sério. Nós temos Senadores que têm mais de 65 anos, que não puderam vir, como é o caso do Paim, que solicitou, inclusive, um requerimento, e do Paulo Rocha. É a única Comissão, todas as outras foram suspensas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O que eu faço é um requerimento no sentido de que V. Exa. não suspenda esta reunião. Agora, não se pode pedir – sinceramente, Deputada, é muito – a quem está contrário a determinado processo que não faça sequer a discussão do assunto em uma reunião que está marcada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Houve um acordo, mas... É legítimo o seu...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – O correto seria não fazermos esta reunião. Então, se há alguém que está colocando em risco os outros, Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O seu pedido é legítimo. Vamos ouvir o Senador Contarato.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Só um minutinho. Eu não terminei, Presidente. Eu tenho tempo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas há um colega aqui que está pedindo... Eu já lhe concedi a palavra.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Pois é, mas eu posso terminar?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O colega aqui está pedindo a palavra.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Eu posso terminar?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Sim, conclua, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Pois não, Presidente.

Eu acho uma atitude irresponsável manter a reunião. Sinceramente, é a única reunião que está havendo. Nem o Plenário do Senado nem o Plenário da Câmara... Foram feitas várias solicitações para que nós não tivéssemos uma reunião.

Agora, querem o quê? Que façam uma reunião que é a única que funciona dentro do Congresso Nacional, e nós não podemos discutir, fazer os destaques que nós havíamos combinado de serem feitos? Isso sem obstrução, porque nós não entregamos requerimentos de obstrução.

Nós estamos, aliás, cumprindo o acordo. Acho que o acordo que não está sendo cumprido é o acordo com a Casa de terminar esse processo de reuniões, que, sinceramente, fazer presenciais num momento desse me parece um pouco o que o Presidente Bolsonaro está fazendo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Dizer que não vale nada, que coronavírus não vale nada, que isso é coisa de histeria, coisa da imprensa, vírus comunista do Chile, da China. Isso é Presidente Bolsonaro. Então, sinceramente, a atitude aqui fica parecendo essa.

E a Deputada vem fazer provocação de que a gente retire qualquer hipótese de debater o tema? Ora, ela que...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, mas foi feita a discussão, colega.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Ela que não venha na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O senhor participou da discussão.

Com a palavra o Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (REDE - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Nós não podemos nem encaminhar, porque há vários Parlamentares que não podem estar aqui, porque têm mais de 65 anos, que não podem fazer parte do processo. Essa reunião é absolutamente antidemocrática.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., mas agora você tem que respeitar o colega.

O SR. FABIANO CONTARATO (REDE - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria fazer um apelo aqui, Sr. Presidente, pela experiência do senhor, pela qual eu tenho admiração, mas porque foi estabelecido um acordo. E nós temos as duas Casas. O sistema bicameral é isso. Nós temos a Câmara dos Deputados; e há uma instrução normativa autorizando Senadores com mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

de 65 anos a aqui não comparecer. Como fica a isonomia? Nós estamos debatendo uma matéria de tamanha relevância.

Eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente e nós cancelamos a reunião. A prudência é: vamos respeitar os colegas, é uma questão de deferência.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Para falar como Líder, Presidente. Eu queria o tempo de Líder.

O SR. FABIANO CONTARATO (REDE - ES. Pela ordem.) – Por gentileza, deixe-me concluir.

Vamos respeitar o princípio da isonomia, que vigora no País.

Agora, falar que nós não podemos fazer uma solicitação de verificação de quórum, falar que nós não podemos exercer o que há dentro do processo legislativo, quando está ferindo o princípio da isonomia, porque nem todos os Senadores podem aqui estar? Eu cito aqui o Senador Paulo Paim, o Senador Flávio Arns, o Senador Paulo Rocha, entre tantos colegas; o próprio Senador Randolfe.

Eu faço um apelo aqui, porque nós vivemos numa democracia: essa é a única Comissão que está funcionando; vamos respeitar esse acordo, suspenda essa reunião, e, aí sim, passada essa turbulência, até para garantir o principal bem jurídico que é a vida, a integridade física e a saúde, nós podemos deliberar isso com calma. Por que tanta pressa?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, respondendo aqui a alguns questionamentos feitos pelo nobre Senador: infelizmente, Senador, os prazos regimentais são contados. E, até devido à grande epidemia do coronavírus, nós precisamos deliberar também projetos para recuperar a economia. Então, foi acordado que nós faríamos essa reunião desta Comissão, bem como também foi acordado o pedido de verificação nominal que se está procedendo.

A única coisa que eu fiz foi um apelo à oposição para que pudesse suspender, pelo menos no texto principal, a votação nominal, para que a gente possa avançar um pouco mais. O tempo da medida provisória está exaurindo, e nós ainda precisamos, em meio a toda essa turbulência, votar essa medida na Câmara e no Senado.

Então, é simplesmente isso, cumprindo todos os acordos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela Liderança.) – Eu queria cumprir aqui o meu tempo de Líder.

Primeiro, nós estamos diante de uma situação muito grave. Nós temos 50 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem por conta própria ou subempregados, ou desempregados, ou prestadores de serviços, E, num momento como este, em que precisamos tirar as pessoas de circulação, colocar as pessoas em casa, nós não temos como lidar com essas pessoas.

Então, hoje eu vim falar que existe a possibilidade de ser distribuído um *voucher* com uma renda mínima para essas pessoas poderem ficar em casa.

E nós estamos aqui, neste momento, tentando votar uma medida provisória que vai ampliar ainda mais os desprotegidos do Estado, num momento de pandemia, em que precisamos rever os nossos conceitos, em que precisamos rever a Emenda à Constituição 95.

Vejam, se é um País liberal, um País conservador, com Governo conservador, não está em discussão essa questão neste momento. Nós estamos vendo a Inglaterra colocando 12 bilhões de libras esterlinas para conter o vírus e para garantir que as pessoas possam ficar em casa.

Eu queria pedir ao Presidente que a assessoria permitisse que nós nos manifestássemos de forma adequada, que o tempo fosse assegurado, Sr. Presidente. Certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Nós estamos falando uma coisa séria. O País está vivendo o risco de uma pandemia. Nós estamos diante de um quadro em que as pessoas que não têm emprego, que vivem de subemprego, que trabalham por conta própria sequer têm a quem recorrer. E nós estamos diante da votação de uma medida que vai agravar essa situação.

Então, eu sugeri a V. Exa., sugeri ao Presidente, ao Relator que nós sustássemos a tramitação, que se suspendesse o prazo de tramitação, que parasse a tramitação de todas as medidas provisórias até podermos avaliar isso num outro momento, numa outra conjuntura, numa outra circunstância.

E há aqui alguns requerimentos. Há uma deliberação do Presidente desta Casa, do Presidente da Câmara, que diz que Senadores com mais de 65 anos – e alguns são parte desta Comissão – não podem estar aqui. E não estão aqui não é porque não querem, porque querem protelar. É porque não devem estar aqui por uma questão sanitária.

Então, acho, de uma certa maneira, um exagero o que nós estamos fazendo no dia de hoje, quase uma forma um pouco deselegante o que nós estamos fazendo no dia de hoje com os nossos colegas Parlamentares que têm mais de 65 anos.

Nós poderíamos fazer um acordo de procedimento, que é suspender a tramitação dessas medidas, suspender a tramitação. E, quando passarmos por esta tempestade, retomaremos o debate sem prejuízo do tempo de tramitação.

É isso que eu queria apelar à Mesa, para que a Mesa pudesse consultar a Presidência da Casa, para que chegássemos a um acordo nesse sentido. Aqui, não atrapalharia a tramitação, nem o prazo, nem o debate, nem inviabilizaria, nem caducaria a medida provisória. Nós só suspenderíamos o debate, num momento de crise como este.

Era isso o que eu queria colocar, Sr. Presidente.

Lembro que aqui há membros titulares desta Comissão que avalia a medida provisória que não estão aqui por determinação dos Presidentes das Casas!

No mais, quero dizer que, em função disso, entramos em obstrução. O Partido dos Trabalhadores entra em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Um comunicado sobre a obrigatoriedade do voto.

De acordo com o art. 48 do Regimento Comum, nenhum Parlamentar presente à reunião pode deixar de votar, salvo em caso de impedimento comunicado previamente à Mesa. E, mesmo nesse caso, computando-se seu comparecimento para efeito de quórum.

Portanto, todos os Parlamentares que estejam aqui presentes deverão votar. Quem não o fizer ainda assim será contabilizado para efeito de quórum, conforme dispõe o art. 48 do Regimento Comum.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SOLIDARIEDADE - SP) – Presidente Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Só um pouquinho.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SOLIDARIEDADE - SP) – Presidente.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SOLIDARIEDADE - SP) – Eu pedi primeiro.

Sem ser pela ordem, mas eu pedi primeiro.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Paulinho da Força.

O colega havia pedido antes, Paulinho.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SOLIDARIEDADE - SP) – O Bira pediu depois de mim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Júlio César Ribeiro.

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para ratificar que realmente até entendemos que muitos Senadores não podem estar aqui, mas este é um tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

que, desde a semana passada, vimos tentando votar nesta Comissão. E, infelizmente, nós não conseguimos. Nós poderíamos ter vencido semana passada e, por conta do procedimento legal – e entendemos como é que funciona –, nós não conseguimos votar. Poderíamos ter voltado aqui no mesmo dia, porque não houve sessão no Congresso. E preferimos deixar para hoje.

Agora, é importante que realmente votemos hoje. Eu fiz questão de estar aqui porque acho que é uma medida que vai ajudar o nosso País. E nós não podemos protelar.

Assim como muitos Deputados e Senadores vieram aqui, acreditamos também que outros poderiam vir caso, salvo juízo, aqueles realmente acima de 65 anos, que esta Casa realmente já liberou. Mas nós precisamos hoje, sem dúvida alguma, sair daqui e até dar uma resposta para a população. Nós precisamos realmente avançar neste debate, avançar com pautas positivas. E nós estamos aqui hoje e vamos até o final. Precisamos sair daqui hoje com esta matéria votada, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Muito bem.

Paulinho da Força.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SOLIDARIEDADE - SP. Pela ordem.) – Petecão, primeiro, passei hoje de manhã na casa do Presidente Rodrigo Maia para conversar sobre algumas questões, entre elas a questão da 905 e também sobre outras questões, por exemplo como vamos fazer com os milhões de trabalhadores que estão na informalidade. Essa é uma das discussões que devemos ter agora, às 16h, com o Presidente Rodrigo Maia e com os Presidentes de centrais sindicais, porque essas pessoas, na medida em que o País vai paralisar, essas pessoas vão passar fome. Então, nós precisamos ter uma medida.

A Espanha, por exemplo, a França está gastando 400 bilhões de euros para atender às pessoas.

Então, como é que nós vamos fazer? Eu mostrei uma foto do metrô de São Paulo. E não adianta nós estamos aqui nos protegendo – estou vendo alguns Parlamentares com máscara – quando você tem milhões de pessoas andando no metrô de São Paulo.

Então, nós estamos numa situação bastante difícil.

Segundo o Governo de São Paulo, nos próximos 20 dias, São Paulo terá 250 milhões de pessoas contaminadas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SOLIDARIEDADE - SP. Pela ordem.) – Duzentos e cinquenta mil pessoas. Desculpem-me. Senão, é muita gente.

Ou seja, então, uma grande parte da população de São Paulo estará infectada pelo vírus.

Uma das conversas que tive com ele foi sobre a 905. A grande polêmica da 905 é que ela, de certa maneira, tenta fazer uma reforma trabalhista. A impressão que eu tenho é que o Governo queria apenas criar emprego. Se é isso, nós estamos de acordo. Agora, fazer uma reforma trabalhista numa medida provisória, não dá para a gente aceitar.

Então, uma das possibilidades é que nós pudéssemos fazer um acordo sobre quais pontos poderiam ir direto para o Plenário sem que precisasse passar por comissão.

Infelizmente, não conseguimos conversar com o Davi Alcolumbre, porque poderíamos ter feito um entendimento disso.

Nós poderíamos entrar em consenso sobre alguns pontos, o que eu particularmente acho que, na medida provisória, é importante. Agora, do jeito que ela está, simplesmente votar do jeito que ela está, e hoje aqui com essa determinação, inclusive, do Ministro da Saúde de que as pessoas com mais de 60 anos ficassem nas suas casas – eu estou descumprindo; eu tenho mais de 60 anos e estou sem máscara também –, acho que nós poderíamos talvez fazer um entendimento aqui, Cristina, de quais são os pontos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

importantes da medida provisória e levar direto para o Plenário. O Rodrigo está, neste momento, numa reunião com os Líderes acertando um procedimento de votação sem que estejamos presentes, apenas com o Líder de cada partido.

Então, quanto a ter um entendimento sobre quais são os pontos importantes para poder criar emprego neste momento, nós estaríamos de acordo. Agora, do jeito que está a medida provisória, nós vamos ter de ficar aqui criando dificuldades.

Eu sugiro que nós pudéssemos, talvez, suspender esta votação, discutir quais são os pontos que podemos levar direto para o Plenário e votar a medida provisória diretamente no Plenário, em vez de ficarmos aqui neste debate, até porque, se alguém pedir vista aqui ou pedir verificação, com certeza não vai ter a maioria dos votos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Deputado, Líder.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) – Estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, o Bira está com a palavra. Depois, o senhor.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) – Está bom.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria insistir neste apelo a V. Exa. e ao Relator desta matéria, da Medida Provisória 905, que trata de emprego para jovens, mas também traz consigo uma série de medidas que configuram uma outra reforma trabalhista.

Nós estamos vivendo uma situação delicada, complexa, absolutamente nova, como nunca se viveu no Brasil nem no mundo. E toda a população, preocupada; a Casa, extremamente preocupada. Inclusive, baixou aqui uma orientação geral para que venham trabalhar apenas dois funcionários por gabinete, para que as pessoas com mais de 65 anos sejam dispensadas de vir à Câmara, para que, a partir da próxima semana, venha trabalhar apenas um funcionário por gabinete e para que, na semana que vem, pessoas com mais de 60 anos sejam dispensadas de vir à Câmara, ou seja, tamanha a precaução que se está tomando em relação a esta situação, que é grave e de que não podemos desdenhar, não podemos negligenciar, não podemos desconsiderar a gravidade disso.

Nós não podemos repetir a postura do Presidente da República, que foi – este final de semana, ao invés de seguir a orientação do próprio Ministério de Saúde – para a praça pública cumprimentar seus apoiadores, contrariando todas as orientações.

Não é uma fantasia o que está se vivendo no mundo! É uma situação grave e que exige de nós uma postura, uma preocupação, uma precaução em relação a tudo isso.

Esta é a única Comissão que tenta funcionar hoje aqui na Casa, além daquela Comissão externa que trata especificamente sobre a questão do coronavírus. Esta é a única hoje aqui nesta Casa que insiste em querer funcionar!

Então, faço um apelo para que a gente possa suspender esta reunião e a gente possa também colaborar com todo o País e com o Mundo nas medidas preventivas em relação a esse problema que nós estamos enfrentando. É um apelo!

Eu acho que os temas que abordam essa medida provisória não vão contribuir de maneira decisiva para o quadro que nós estamos vivendo agora. Ela foi pensada com outro propósito, não foi para enfrentar o coronavírus. Não foi para enfrentar isso, ela entrou aqui no ano passado e está tramitando desde então.

Portanto, é um apelo que a gente faz a V. Exa.

Quero declarar que o PSB está em obstrução e V. Exa. sabe que esse é um direito assegurado aos partidos, é uma prerrogativa sobretudo das minorias.

Portanto, quero que fique registrada a nossa obstrução e que nós vamos fazer todo o possível para que esta reunião não seja reconhecida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Vários Parlamentares não estão aqui, não porque não querem, mas porque não podem estar. De maneira que não é correto a gente tomar uma decisão como essa, de um assunto extremamente polêmico, cerceando a participação de Parlamentares, porque, aqui, o que está acontecendo na prática é isso. Parlamentares estão sendo cerceados de exercer as suas funções, as suas prerrogativas, de dar o seu voto, de participar dessa decisão.

Então, não me parece correto que a gente se comporte desta forma. Eu faço um apelo a V. Exa. que tem o poder, como Presidente desta Comissão, de suspender essas atividades para que a gente possa retomar tão logo seja possível.

Se quiser discutir outras medidas no âmbito do Congresso, eu acho que é tudo pertinente, inclusive a suspensão dos prazos, tudo isso pode ser debatido, mas esta reunião aqui não faz sentido acontecer, Presidente.

Perdoe-me, mas essa é a nossa posição e eu quero deixar consignado nos *Anais* desta Casa e desta Comissão Especial que analisa a Medida Provisória 905.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu queria me inscrever para...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... orientação de voto, por favor.

Inscrição para orientação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Sim, mas a palavra está com...

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Para discutir.) – Presidente, eu já tenho uma opinião absolutamente contrária ao Deputado Rogério, porque, na realidade, o que nós estamos passando no Brasil hoje é uma necessidade urgente de preservação dos empregos e de aumentar a empregabilidade.

Muitos setores – como hoteleiros e de eventos – já estão demitindo e gostariam de não estar demitindo, gostariam de estar suspendendo ou, eventualmente, fazendo uma licença parcialmente remunerada.

Portanto, caberia até nesta MP uma emenda nesse sentido, permitindo que, em casos de crise grave, como a que o Brasil está passando, que as empresas possam pagar parcialmente, dando licenças para as pessoas ficarem em casa, mas sem perder o emprego. Porque um funcionário treinado é um custo, mas também é um investimento importantíssimo. Mandar embora alguém no Brasil custa muito caro, não é interesse de nenhuma empresa e pessoas desempregadas pioram ainda mais a saída da crise. A crise vai vir e vai vir forte! Nós temos que sair num próximo momento.

Empresas vão quebrar se tiverem que ficar pagando fundo de garantia, décimo terceiro, multa, todo aquele monte de multas indenizatórias de quem vai mandar embora. Só que só poderá mandar embora se tiver capital de giro, senão, simplesmente, vão mandar embora e não vão pagar as verbas rescisórias.

Então, nós, seja esquerda, sejam liberais, seja direita, temos que nos unir para manter a empregabilidade, manter os empregos,

Essa medida provisória ajuda nesse sentido. Foram feitas algumas modificações, com que até não concordo muito, essa questão de conselhos de profissionais, acho que isso poderia ter avançado, mas não vou discutir mais isso, acho que agora nós temos que discutir o principal, que é a empregabilidade, que é poder gerar ambiente de emprego.

O Governo está tomando as medidas adequadas, talvez vá tomar mais para poder aumentar o capital de giro, pagar menos impostos, mas acho importante a gente avançar nessa matéria. Nós vamos ficar falando só de saúde, saúde, que é importante nesse momento zero, mas o próximo momento é emprego, é crise econômica. E aprovar essa medida provisória é aprovar a modernidade e a retomada dos empregos mais rapidamente.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para orientar a bancada.) – Presidente, para orientar, eu queria, em nome do Partido dos Trabalhadores, orientar obstrução e também dizer que estamos em obstrução. É a orientação do Partido dos Trabalhadores.

Também quero perguntar a V. Exa. como pretende permitir o painel. É uma reunião delicada, uma reunião em que todos correm risco, inclusive aqui, e eu queria saber de V. Exa. até que horas irá a abertura do painel, se nós temos um prazo para isso. Visto, inclusive, que V. Exa. não quer acatar uma solicitação nossa...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O painel já está aberto já.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para orientar a bancada.) – Que horas V. Exa. irá fechar o painel?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O tempo necessário para que nós possamos votar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para orientar a bancada.) – Mesmo com o coronavírus, fica-se o tempo que precisar?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O senhor já falou isso três vezes. O senhor já falou uma vez, já falou a segunda vez, é a terceira vez...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para orientar a bancada.) – Mas agora eu estou orientando exatamente a obstrução e perguntando a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – V. Exa. já orientou a obstrução.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para orientar a bancada.) – ... se não há um limite?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para orientar a bancada.) – A orientação de obstrução tem três minutos. Por isso...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Capitão Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que nós estamos vivendo um momento inédito na história do País, cuja mobilização da sociedade é justamente pela preservação da vida, da integridade das pessoas, e uma sensação, no mundo todo, não só aqui no Brasil, de perplexidade.

Aquela sensação conforme a música de Raul Seixas: O Dia em que a Terra parou. Em que se procurava o padeiro e o padeiro não estava lá, em que se procurava qualquer profissional e ele não estava lá.

Realmente, é um momento emergencial que temos de tratar essa emergência e gerir todos os esforços possíveis para minimizar os impactos para a sociedade.

Logicamente, o fato de estarmos aqui neste momento pode ser uma situação de risco do contágio, como pode ser da transmissão, mas estamos aqui dentro da nossa obrigação.

Nós temos prazos, por mais que haja ainda a possibilidade de evolução, e lógico que há a possibilidade de evolução. Em itens da medida provisória, vê-se um esforço da Comissão, do Relator e de cada um na busca de minimizar os efeitos, de tal forma que esse objetivo de proporcionar facilitadores para a empregabilidade, nesse momento, por maior que seja o esforço – o Ministro Paulo Guedes falou em R$147 bilhões para tentar irrigar a economia –, as necessidades serão maiores. Os empresários e os comerciantes, em todos os níveis, estão dizendo que, se não suspenderem o pagamento de tributos, não conseguirão aguentar e isso poderá gerar uma quebradeira maior. Tudo isso vai mexer mais profundamente com a possibilidade da empregabilidade.

Então, eu vejo que... A medida provisória tem senões? Lógico! Sempre, no processo de discussão, vai se chegando ao aperfeiçoamento, mas o que nós temos no momento já traz facilitadores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

principalmente para a tentativa – não é nem que será efetivo – de garantir essa questão de empregabilidade.

Então, o PSL, no Senado, vai orientar e votar pela aprovação do relatório. Nós temos ainda seis destaques colocados, mas gostaria de esclarecer que o processo pela obstrução poderá gerar impactos lá no dia 20 de abril, com a eventual caducidade da medida provisória, cujo resultado poderá ficar um pouco pior do que já está. Com a medida provisória, nós temos uma possibilidade da ampliação do mercado de trabalho. Houve uma evolução da discussão com o acolhimento do Relator, abrangendo também trabalhadores com mais de 55 anos de idade.

Mas esclareço que, de fato, hoje vim para a sessão, não tinha expectativa de que fosse votado ou que houvesse sessão do Congresso realmente, mas tinha expectativas. Falaram: "Olha, essa é a única Comissão que está funcionando".

Nós temos dezenas e dezenas de Parlamentares que para cá se deslocaram, que não estão dentro do quadro de risco, com mais de 65 anos de idade. Do Senado, nós temos 26 Parlamentares, quase um terço do Senado, que têm mais de 65 anos de idade. Mas muitos aqui estão. Não podemos deixar a oportunidade para fazer a nossa obrigação – aqueles que puderem votar.

A obstrução ou a contrariedade é mais que legítima, faz parte da democracia. Temos que agradecer a todos que estão presentes, mas aqueles que já estão presentes, se há margem de risco, já estamos dentro dessa margem de risco. Para cá já viemos e estamos fazendo a nossa obrigação, para a qual a população aqui nos colocou. Então faço esta manifestação.

É lógico: se conseguíssemos conduzir, como foi colocado pelo Paulinho da Força – por ele, pelo Mota, representantes maiores de trabalhadores no Congresso –, e conseguirmos fazer um grande acordo, que pudesse levar a um elemento facilitador neste momento...

Eu acho que neste momento não dá para ser de direita, centro, esquerda, Governo, contra Governo. Todos nós – eu pelo menos – repudiamos a posição do Presidente, de ter se colocado em risco pessoal, risco à sua assessoria, risco à sociedade, estando nas ruas no domingo, mas não é este o momento em que nós estamos discutindo. A questão é da empregabilidade mesmo, é uma possibilidade para que, se existirem empresas, daqui a um mês, dois, três, quatro, cinco, que elas tenham uma capacidade e uma possibilidade maior de fazer contratações, para minimizar tragédias.

Nós podemos ter tragédia em decorrência da saúde pública. Estão sendo tomadas todas as medidas possíveis. Deve-se avançar com mais recursos para essa medida.

Eu aproveito a oportunidade para pedir o apoiamento de uma emenda que eu fiz, na medida provisória dos recursos para o enfrentamento do coronavírus: que aprovássemos a minha emenda, que tira os R$2 bilhões do Fundo de Financiamento de Campanha, num esforço... Faltam, hoje, 201 dias para as eleições, e não sei se nós vamos ter eleições este ano, em função do coronavírus, mas que nós pudéssemos pegar esses 2 bilhões e conduzir para a saúde. Seria uma coisa muito benéfica feita pelo Congresso Nacional para a população brasileira.

Mas, neste momento, já até votei pela aprovação do relatório, mas encarecendo a mesma condução, para que nós pudéssemos ter essa matéria pronta, para minimizar essa questão de empregabilidade no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o nobre Deputado Felício Laterça.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, boa tarde.

Primeiro, quero parabenizar V. Exa., o Relator, o esforço para estarmos aqui e a abnegação e o compromisso com o povo brasileiro para fazer a votação desta medida provisória. Não só esta, como outras, nós temos o dever de votar, não só nas Comissões, finalizarmos os trabalhos aqui, como também levar ao Plenário do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Nós ouvíamos aqui a oposição, que, mesmo no momento que estamos vivendo, faz obstrução ao andamento dos trabalhos. Acho que precisa ter um pouco de sensibilidade a tudo o que nós estamos vivenciando. Não é possível a gente continuar jogando contra o Brasil. Não temos mais tempo para isso. Eu vi outros que me antecederam aqui, o colega Deputado, o Senador Major Olímpio, dizendo da importância do momento.

E, na verdade, nós sequer temos a dimensão do que vai acontecer com nosso País. O Ministro Paulo Guedes anunciou uma série de medidas, e, é óbvio, além dessas, advirão outras. Nós sabemos disso. Mas sabemos também que, provavelmente, muitas outras terão que vir, e não sabemos se teremos recurso necessário.

Foi falada aqui da preocupação com os empregadores do Brasil e os empreendedores. Isso é fato. Quando nós estamos preservando o empreendedor e o empregador, nós estamos poupando os trabalhadores, porque, se a empresa fecha, se a firma fecha, a fábrica fecha, é desemprego. Aumenta a fila do desemprego.

Então, é duro nós fazermos este esforço, virmos para cá para fazer aprovar uma medida provisória importante, e ainda termos obstáculos, obstrução, em vez de fazer o que precisa ser feito.

Eu até vi Parlamentares falando também que todos deveriam estar aqui. Acho que também não. Os nossos Parlamentares com idade, que estão na questão do risco, também precisam ser poupados. Até porque, ao virem para cá, podem estar já até contaminados, ou não, e vão trazer, vão agravar o problema. Porque, se começarem os Parlamentares a contrair a doença, aí que nós não poderemos estar em funcionamento.

E já foi dito pelo Presidente da Câmara também que nós precisamos funcionar, porque medidas de emergência precisam do Congresso Nacional, e é isso que nós estamos fazendo aqui. Nós estamos cumprindo com o nosso dever.

Também já dei o meu voto "sim" pela aprovação do relatório da Medida Provisória 905, em favor do Contrato Verde e Amarelo, para que possamos avançar no Brasil.

E não dá para ficar aqui mais fazendo palanque para desgraça. E nós precisamos nos unir cada vez mais e fazer o nosso Congresso funcionar e aprovar as medidas que a população espera.

E tomara Deus que, mais uma vez, não abandone a nossa Nação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Cury.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator...

Eu gostaria de começar cumprimentando e agradecendo a todos os Deputados que vieram a esta Comissão, mesmo os que estão obstruindo e são contra. Acho que é um gesto que mostra à Nação a sua preocupação com o País, mesmo que discordem. Eu acho que é um gesto bonito nesse esforço.

Reconheço aqueles que não puderam vir também. Reconheço pessoas que estão em quarentena ou que, na verdade, têm uma idade que demanda um certo cuidado, mas eu queria fazer este primeiro registro.

O segundo é em relação ao próprio mérito da matéria. Quero aqui parabenizar o nosso Relator, Deputado Christino, pelo esforço que nós acompanhamos. É óbvio que não existe relatório perfeito, nós sabemos que o ideal, o ótimo, é inimigo do bom.

Cumprimento também o nosso Presidente pelo esforço de tentar caminhar com esta Comissão, de votar, num dia difícil, num momento difícil da Nação, mas isso deve ser considerado.

Mas não posso deixar também de considerar que essa medida, de enorme importância, se tornou pequena. Esse passo se tornou pequeno, perto do enorme desafio que temos no País neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Na semana passada, conversando com dois grupos de Deputados, eu já tinha... Na verdade, a minha preocupação já estava nas alturas. Eu já tinha dito: "Olha, nós vamos ter que colocar muito dinheiro no setor aéreo". E olha, gente, eu não sou amigo de nenhum dono de companhia aérea e de nenhum executivo de companhia aérea. Era inevitável que se teria que colocar muito dinheiro no setor aéreo, porque, senão, nós não teremos setor aéreo daqui a algum tempo.

Era inevitável que teríamos que colocar muito dinheiro no setor de turismo, e aqui alerto aos Deputados do Norte do País, cujo PIB do turismo é muito considerável em relação ao PIB total da sua economia: temos que colocar muito dinheiro no setor de turismo, porque, senão, pequenos donos de hotéis, restaurantes, teriam enormes sacrifícios perante esse novo desafio.

Estou falando isso que eu falei dez dias atrás. Dez dias atrás. Eu quero dizer que essa minha fala ficou absolutamente fora, ela ficou absolutamente sem sentido nos dias de hoje. A intervenção que nós vamos ter que fazer vai ter que ser muito maior.

Reconheço a iniciativa da equipe econômica, mas quero dizer o seguinte: é muito tímida, muito tímida, e, infelizmente, não atenderá às necessidades atuais do País. Países de primeiro mundo que fizeram anúncios, dois dias atrás, já retificaram no dia de hoje. As intervenções terão que ser maciças, para que a gente possa restabelecer a confiança das pessoas.

É óbvio que parte disso é real, ou seja, o vírus é real, a pandemia é real, mas existe também o sentimento das pessoas. Quanto mais medo nós tivermos, menos nós vamos consumir e, por consequência, nós vamos estartar uma cadeia negativa da nossa economia.

Nós precisamos – nós, que estamos aqui – dar o exemplo, dar o exemplo. Se forem necessários sacrifícios desta Casa, nós teremos que contribuir.

Na semana passada... Eu quero até compartilhar com os senhores a minha loucura: eu tinha dito que seria necessário, talvez, um empréstimo compulsório da massa salarial, em torno de 10%, pelas contas que eu tinha feito – de toda a massa salarial federal, em torno de 10% –, e nós poderíamos dar o exemplo de 50%, por quatro meses, para atender, criar um fundo emergencial, não só para o coronavírus. Primeiro, obviamente, dinheiro para o Ministério da Saúde, mas principalmente para atenuar e amortecer a economia, para que, daqui a quatro ou cinco meses, quando nós retomarmos, depois desta trágica pandemia, nós possamos realmente olhar para trás e falar: salvamos as nossas empresas, salvamos os nossos pequenos comerciantes, salvamos as pessoas.

Eu quero dizer que, se nós não fizermos uma grave, uma forte intervenção econômica, o custo desta pandemia será altíssimo! Nós estamos falando em empregos de garçons, nós estamos falando de cozinheiros, de atendentes, de pequenos empresários... E não adianta a fórmula convencional que vimos anos atrás: "Olha, baixa a taxa de juros". A taxa de juros já está no chão! "Vamos mexer na Selic". Não é o caso. As pessoas não vão ter dinheiro para pagar o salário do funcionário na semana seguinte.

Então, essa intervenção é absolutamente diferente das outras.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que acredito que o Congresso não terá dificuldade em apoiar medidas nessa direção. Nós temos que ver que isso tem que ser feito na economia real. Quarenta por cento da nossa economia é informal. Não adianta mandar dinheiro para banco, porque isso não vai chegar à economia informal, lá na ponta. Nós temos que tomar medidas reais.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que essa medida, a Medida Provisória 905, é só o início desse processo. Nós temos, a partir de agora... Hoje nós temos a obrigação de aprová-la, para mostrar para a sociedade que nós estamos atentos à sua dor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o nobre Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (REDE - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Eu queria fazer, mais uma vez, um apelo. Nós temos o art. 18 da Resolução 1 do Congresso Nacional, que determina a suspensão dos prazos no período de recesso. Se, numa situação ordinária, já é previsível, com muito mais razão nesta situação extraordinária pela qual o Brasil está passando. Nós temos uma determinação do Presidente da Câmara dos Deputados e do Presidente do Senado da República. Este é o Poder Legislativo. Aqui nós temos que cumprir as leis que regem o País. Nós estamos rasgando a Constituição Federal. Eu estou fazendo um alerta às Sras. e aos Srs. Deputados e Senadores. Se nós aprovarmos esta medida provisória, e o Supremo for instado a falar, a declarar a constitucionalidade disso, eu não tenho dúvida de que isso vai ser declarado inconstitucional, porque como fica o princípio da isonomia, da paridade? Nós temos Senadores aqui com mais de 65 anos que não podem aqui estar. Nós temos um problema de comoção internacional! Então, eu estou fazendo, mais uma vez, um apelo. Esta reunião tem que ser suspensa. E eu tenho certeza de que o meu Líder, o Senador Randolfe Rodrigues, vai orientar a Rede para a obstrução, porque isso está violando a Constituição Federal. Não há que se falar aqui... Eu acho que o interesse aqui está sendo, mais uma vez, a demonstração de que este Governo é um governo não dos pobres. Este não é um governo da inclusão. Este não é um governo dos negros, dos índios, das minorias. Este é um governo dos empresários, dos banqueiros. Qual é a relevância de se aprovar isso com tamanha urgência, violando o direito de Deputados e Senadores que poderiam aqui estar exercendo o seu direito, porque todo poder emana do povo? Isso está na Constituição Federal e é representado por nós num processo democrático, num processo eleitoral. Agora falar que nós estamos aqui obedecendo à Constituição para votar esta medida provisória, sendo que nós temos uma determinação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal falando que não se pode estar aqui... Esta é a única Comissão que está funcionando. Como fica a sensibilidade de V. Exas.? Está em jogo aqui uma medida provisória que, verdadeiramente, é outra reforma trabalhista. Já não chega o estrago que foi feito em 2017? Já não chega o estrago que foi feito, no ano passado, com a reforma da previdência? Agora vem esta medida provisória, que estão querendo aprovar, violando o direito de Deputados e Senadores que aqui, legitimamente, deveriam estar participando, mas não estão porque não podem, porque existe um ato, tanto da Câmara dos Deputados como do Senado Federal, determinando isso. Olha, o apelo que eu faço é, mais uma vez... Eu sou Presidente de Comissão. Não estamos funcionando! Vamos agir num momento de serenidade, de sobriedade emocional, de equilíbrio. Mas, agora, em nome de fortalecimento de que economia? Porque esse discurso já veio lá atrás.

Nós fizemos uma reforma trabalhista que foi uma verdadeira violação dos direitos dos trabalhadores, com a fundamentação, Senador Rogério, de que nós íamos gerar emprego, alavancar a economia. Veio a reforma da previdência, falando que vai combater privilégios, mas não incluiu políticos, não incluiu o Poder Judiciário, não incluiu o Ministério Público, não incluiu os funcionários públicos, não incluiu União, Estado, Município... E só quem paga essa conta é quem vive da CLT, que não fica um ano com carteira assinada; fica de cinco a sete meses. E agora vai acabar com a multa de rescisão do contrato, o Fundo de Garantia, de 40% para 20%; a contribuição do Fundo de Garantia de 8% vai para 2%; a periculosidade, que é 30%, vai para 5%.

O que mais nós podemos fazer de tamanha perversidade contra o trabalhador brasileiro, contra aquele que mais precisa? Qual é o momento, minhas senhoras e senhores? Nós estamos num momento de pandemia. Isso é um risco que nós estamos fazendo. Coloquem-se no lugar dos Deputados e Senadores que, por um impedimento por sua idade, não estão aqui exercendo, que poderiam estar aqui bravamente, lutando, defendendo seu ponto de vista.

Então, aqui eu não tenho dúvida. A Rede orienta pela obstrução. Eu queria muito, mas nós vamos aqui fazer um apelo a V. Exa., Senador Sérgio Petecão, para que... Mais uma vez, aprovada essa medida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

provisória, o Supremo vai ser instado a falar se essa aprovação vai ser constitucional ou não, porque como pode? Como fica a isonomia disso?

Eu faço um apelo aos Deputados, às Senadoras, aos Senadores, a todos que estão aqui: coloquem-se no lugar das outras pessoas. Que urgência nós temos nisso aqui neste momento? Urgência é nós termos que dar condições para o Ministério da Saúde a preservar o principal bem jurídico, que é a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde de todos os brasileiros e brasileiras.

Então, mais uma vez, eu faço um apelo para que nós suspendamos esta reunião, para que nós suspendamos isso. Nós temos previsibilidade no Regimento de que, não havendo quórum, passados 30 minutos, suspende-se, acabou, está encerrada.

Agora, nós temos que, efetivamente, dar uma resposta com serenidade e com sobriedade emocional. E o que está sendo feito aqui, mais uma vez, é uma violação para aquele que menos ganha, aquele que mais sofre na violação de seus direitos elementares, como saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário, não tem emprego, elevada carga tributária, que é o pobre, o menos favorecido, a pessoa que não tem oportunidade de emprego e que não tem uma carteira profissional assinada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Pois não, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Eu queria lembrar que a existência de suplentes é exatamente para este tipo de coisa, para este tipo de situação. Quando um Senador não pode estar, por qualquer motivo que seja, os suplentes existem para isso. Então, não há qualquer inconstitucionalidade nisso aqui. É uma decisão política, porque entendemos a urgência de votarmos essa matéria, que vem sendo adiada pela oposição já há bastante tempo. É urgente. E, quando se fala em quem está pensando nos vulneráveis, é exatamente quem quer votar, porque essa medida provisória vai abrir empregos para desempregados, principalmente para os jovens.

Por favor, vamos prosseguir. Estamos perto de conseguir o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o nobre Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Petecão, Deputado Christino Aureo, que relata muito bem esta medida provisória, quero parabenizar V. Exas. pelo trabalho realizado. Conseguiu-se melhorar ainda mais o texto. A medida provisória é muito boa e importante, porque ela cria oportunidades de se gerarem empregos para as pessoas que estão justamente com mais dificuldade de acessar uma oportunidade de atividade remunerada. Então, eu vejo que essa matéria é importante, já deixou de ser votada desde a semana passada. E esta semana é crucial. Nós estamos vivendo um momento de muita dificuldade, uma crise econômica que vem sendo fomentada por um vírus, um inimigo invisível. E nós temos que, realmente, votar no dia de hoje. Eu acredito até que já tenha dado quórum de votação.

Mas, Sr. Presidente, eu queria apenas comentar que esse novo coronavírus amedronta as pessoas, mas, lá no Maranhão, Estado que eu represento aqui no Congresso Nacional, 26 pessoas, neste ano, já morreram de H1N1, e mais de 20 já morreram de dengue; de coronavírus, ainda ninguém. Mas o Governo Federal está se preparando. O Presidente Jair Bolsonaro já liberou 14 milhões para o Governador Flávio Dino. Não sei se ele fará bom uso desse dinheiro, porque ele costuma não fazer bom uso do dinheiro que ele recebe lá no Maranhão. A nossa preocupação é essa, porque, se o dinheiro for desviado, vai morrer muito mais gente, tanto que esse H1N1 já existe há muito tempo, e até agora não houve a vacinação. É lógico que a vacinação é nacional, a competência de comprar a vacina é do Governo Federal, mas nada impede que o Governo do Estado possa comprar a vacina. Se o Governo do Estado pode gastar dinheiro e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

tem dinheiro para propaganda na Rede Globo de Televisão, em outros canais de televisão, jornais, revistas e blogues, por que não tem dinheiro para comprar a vacina para combater o H1N1 no Maranhão?

Então, nós ficamos, assim, muito preocupados, porque, essa decisão... Eu acho que deveriam mandar o dinheiro diretamente para os Municípios, onde eu vejo que o dinheiro é muito mais bem aplicado, principalmente na Atenção Básica, Sr. Presidente. Eu queria fazer essa colocação e dizer que essa matéria é importante. Quem está votando contra, quem está obstruindo está sendo contra os jovens do Brasil e está sendo contra os maiores de 50 anos do Brasil também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o nobre Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Em face da ausência do orador, com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou reiterar o apelo, porque nós já estamos há uma hora em votação e, portanto, não por motivo de obstrução, mas por falta de Senadores e de quórum, colocando em risco não apenas Senadores e Deputados aqui presentes, mas também a assessoria. Não é adequado que fiquemos mais de uma hora neste ambiente. V. Exa. está retardando a colocação de votação, que foi colocada, mas não obteve quórum, já por uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas eu estou concedendo a palavra.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Sim, mas nós já teríamos que ter – e solicitamos – terminado, porque existem vários outros requerimentos de destaque. Mesmo – é a ponderação que faço a V. Exa. – que venha a ser aprovado aqui o texto inicial, nós ainda temos seis destaques. Vamos pedir verificação em todos eles, que é um direito regimental. Aliás, foi um acordo que fizemos, um acordo procedimental. Não estamos fazendo obstrução além do que foi acordado. E, depois, isso terá que ser votado no Plenário da Câmara, que não será votado tão breve como se possa pensar porque as votações serão por consenso na Câmara Federal. O Presidente Rodrigo Maia já determinou isto: que as votações sejam consenso. Não existe consenso em relação a esse ponto.

O que os Senadores colocaram – o Senador Rogério e outro Senador – é que o certo seria nós fazermos um acordo com o Presidente desta Casa no sentido de que o prazo para a apreciação fosse paralisado e nós tivéssemos um prazo posterior, mas tentar fazer esta votação aqui hoje, com este risco que nós temos... E não adianta dizer que isso é um problema da oposição. Nós estamos exatamente nos propondo a fazer aquilo que acordamos na última reunião: pedindo apenas verificação. O problema é que não existe quórum, porque Senadores com mais de 65 anos não estão vindo, outros acham que não é o momento de estar nesta sala. Repito, aqui não estão só Deputados e Senadores, mas também assessores, que são, de certa forma, obrigados a ficar aqui e estão também em risco, enfim, para votar algo que não irá para a Câmara Federal com essa pressa.

Então, se depender da Câmara Federal... Hoje, por exemplo, o Presidente determinou que lá não fossem os Deputados votar, que ficassem os Líderes e vai-se tentar um acordo para que a votação seja uma votação pela via eletrônica posterior para aqueles projetos em que haja consenso. Nós podemos construir um consenso de agenda no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas ela terá que ser feita dessa forma.

Então, eu pediria a V. Exa. que nós não atrasássemos mais esta reunião e pudéssemos suspendê-la para que o risco seja menor. Já tivemos, no final de semana, o Presidente da República dando um mau exemplo, indo cumprimentar eleitores, tirando *selfie*, na maior irresponsabilidade.

O Senado não pode – e o Congresso Nacional – ser tão irresponsável quanto o Presidente da República.

Então, eu pediria a V. Exa. que nós pudéssemos suspender a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Com a palavra, a nobre Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Presidente, mais uma vez, eu quero aqui reafirmar o entendimento, como Vice-Líder do Governo, de que esta é uma medida provisória de extrema importância que vai abrir postos de trabalho para jovens, para pessoas idosas e vai injetar também crédito no mercado, fazendo com que, nesse momento, em que empresários estão num verdadeiro terror... Tenho visto nas redes o seguinte meme: haverá mais falidos do que falecidos por causa do coronavírus. Sabemos que é grave a situação, mas a iminência de fechamento de postos de trabalho de empresas é uma coisa que já se vislumbra com muita certeza, inclusive.

Então, Presidente, eu faço aqui um apelo aos nobres colegas, àqueles que ainda não... Estamos por um Senador para completarmos o quórum e aprovarmos esse relatório tão bem trabalhado pelo ilustre Relator, o Deputado Christino Aureo, que ouviu todos, que contemplou a oposição também com os destaques. Então, Presidente, não há nenhum motivo...

Nós temos que ter a coragem de estarmos aqui. Da mesma forma que médicos se arriscam pela saúde, é nosso dever nos arriscarmos pela população, porque somos representantes do povo, temos que estar aqui, sim, temos que votar todas as medidas emergenciais, temos, sim, que separar o joio do trigo e deixar para depois o que não é tão importante. Mas aquilo que é relevante, que é necessário para a saúde não só física, como para a saúde financeira deste País, para que o Brasil possa continuar a crescer ou, pelo menos, nesse momento, que não despenque, não deixe que a economia despenque...

O Governo trará novas medidas, crédito para a praça, novas soluções, assim como outros países estão fazendo, mas este Congresso não pode se furtar ao seu dever, tem que honrar o seu dever de olhar para a necessidade do povo brasileiro e estar aqui, de máscara, sem máscara, do jeito que for. E aqueles que estão vulneráveis, naquele grupo de mais vulneráveis, esses estão, sim, escusados, não venham, mas há os seus suplentes que podem estar presentes.

Então, Sr. Presidente, vamos aguardar e, se Deus quiser, completaremos esse quórum para aprovar o relatório do Deputado Christino, que tanto tem trabalhado pelo sucesso desta medida provisória.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra, o nobre Deputado Lucas Vergilio.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SOLIDARIEDADE - SP. Pela ordem.) – Vamos pedir para o Trad e para o Cezinha virem para cá para acompanharem a votação.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, Deputadas, Deputados, Senadores e Senadoras, gostaria de parabenizar o nobre Relator, Deputado Christino Aureo, que, com brilhantismo, soube conduzir esse relatório nesta Comissão Especial. Não podem dizer que não foi dada a palavra, vez e voz para quem quisesse se manifestar nesta Comissão. Foram feitas várias audiências públicas, foram dezenas e dezenas de convidados aqui, para darem a sua contribuição. O Deputado Christino Aureo participou de todas essas audiências públicas do começo ao fim. Em vários momentos eu estava presidindo a sessão ao lado do Deputado e o via anotando as falas de todos e ele conseguiu fazer um relatório excepcional. É claro que há divergências políticas, é natural, é claro que há divergências de opinião, o que também é muito natural e salutar para o Parlamento, mas agora a gente chega no momento da votação e é democrático também quem se posiciona contra o relatório do Deputado Christino Aureo, que não acredita naquilo que ele colocou ou, ao menos, em parte, porque o Deputado Christino Aureo também retirou muitas coisas dessa MP, refez muita coisa, atendeu várias demandas, inclusive, da oposição, e eu não poderia dizer que poderia haver um relatório de maior consenso ou de menor dissenso como foi este relatório apresentado.

Quero parabenizar também todos os Deputados, todas as Deputadas, Senadores e Senadoras que se fizeram presentes nesta Comissão Especial, que deram a sua contribuição e, em especial, aos que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

aqui hoje, trabalhando. O nosso País não pode parar. O Parlamento brasileiro não pode e não deve parar. Nós precisamos votar aqui medidas para atenuar não só a crise na saúde pública do nosso País, mas também a crise econômica que está se instalando. Nós precisamos fazer com que o nosso País possa sair fortalecido dessa crise.

É claro que nós temos divergências políticas e essas divergências estão sendo colocadas também durante essa crise. Participei, na semana passada, da reunião para a qual vieram o Ministro Paulo Guedes, o Ministro Mandetta, o Ministro Ramos, o Ministro Jorge Oliveira. Conversamos com o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e com o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e foram expostos esses dois pontos de vista, o ponto de vista econômico, o ponto de vista da saúde pública, e eu acredito que nós vamos conseguir.

Infelizmente, o nosso Presidente Bolsonaro não está tratando o tema com a seriedade com que os Ministros dele estão. Tenho apoiado o Governo na sua pauta econômica, tenho apoiado as medidas que fazem o nosso País crescer, ir para frente, mas também há que se fazer a crítica quando necessária e acho que falta seriedade por parte do Presidente Bolsonaro. Algumas ações têm que ser colocadas como Chefe de Estado, e não como Presidente. Algumas ações têm que ser colocadas com a tamanha seriedade que o nosso País demanda. Eu respeito a divergência, respeito a opinião daqueles que foram para as ruas protestar, é legítimo, mas a nossa saúde tem que estar em primeiro lugar.

O Governador Caiado, Governador do meu Estado – e friso que não sou da base de apoio ao Governador Caiado –, foi à manifestação para dizer que as pessoas ali estavam erradas. O Governador Caiado é o Governador que mais apoia o Presidente Bolsonaro e teve a coragem de ir lá e se posicionar, falar que a saúde pública está à frente das divergências políticas e que, após essa crise, que se retomem, então, as discussões políticas.

Espero que o nosso Presidente Bolsonaro possa amadurecer muito após a crise do coronavírus, que ele possa administrar o nosso País com mais seriedade, deixar um pouco as brincadeiras de lado e fazer o que nós estamos fazendo aqui hoje. Hoje, nós estamos aqui, trabalhando pelo País, trabalhando pelas pessoas, expondo, sim, até a nossa saúde, mas, como bem falado aqui pela Deputada Bia Kicis, também os profissionais de saúde, todos do nosso País estão expostos. As famílias deles também estão preocupadas e nós aqui, também, não podemos parar de trabalhar. Temos que avançar.

Eu acredito, sim, que essa medida provisória, na forma do texto colocado pelo Relator, Christino Aureo, vai contribuir positivamente com o nosso País. Então, nós devemos, sim, votar, aqui, hoje, avançar. É legítimo o posicionamento da oposição em pedir a verificação nominal, porque, além de regimental, foi acordado isso e nós que estamos aqui para votar essa medida provisória temos a obrigação de colocar o quórum. A oposição veio aqui, fez o seu discurso legítimo, orientou a obstrução e nós já sabíamos que seria assim. Então, peço aqui aos Senadores que estão nos seus gabinetes, que, apesar do risco em si, o risco maior para o nosso País é se essa medida provisória não for votada e aprovada aqui hoje. Então, peço que venham até aqui, rapidamente. Não vai levar mais de dois minutos para entrarem, votarem e se retirarem, voltarem para os seus gabinetes.

Parabenizo também o Deputado Rogério Correia, que tem feito esse trabalho aqui brilhante, na oposição. Nenhum outro Deputado, nenhum outro Senador esteve aqui tão presente como V. Exa. e está aqui hoje também trabalhando pelo nosso País. Uma vez que acredita que a medida provisória é ruim, ele tem a legitimidade de vir aqui e votar contra a medida provisória, mas o que ele não pode fazer é deixar de trabalhar por aquilo em que ele acredita. Parabéns, meu amigo Rogério Correia, o único da oposição que sobrou no Plenário. Quero registrar aqui... Ah, não sobrou o Bira do Pindaré. É que o Bira é contrário à medida provisória. Ele está aqui. Ele estava de costas, e eu não pude vê-lo, mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO. Pela ordem.) – O Bira também colocou aqui suas opiniões, e muitas das questões que ele colocou foram acatadas pelo nosso Relator. Então, parabéns também aos Deputados e Senadores da oposição que estão aqui trabalhando pelo nosso País. Continuarei aqui o tempo que for necessário votando todos os destaques para que a gente possa dar continuidade a essa matéria, que ainda precisa passar pelo Plenário.

Um pouco, aqui, da fala do nobre Senador Contarato... Nós entendemos que tem alguns Parlamentares que estão no grupo de risco, mas esta é uma Comissão composta pela proporcionalidade da Casa. Então, nesta Comissão pode haver troca de membros, o que é regimental. Infelizmente, a meu ver – não sei o parecer que tem a Casa –, o prazo das medidas provisórias é previsto na Constituição. Então, eu não sei se, regimentalmente, nós temos alguma decisão aqui para suspender o prazo, como foi sugerido pelo Deputado Rogério Correia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO. Pela ordem.) – ..., mas é por isso que nós estamos aqui, uma vez que nós não temos como impedir que o prazo corra.

Então, eram essas as considerações que eu tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Muito bem.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO. Pela ordem.) – E agradeço a todos os meus nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Muito bem, Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Felício Laterça.

Em seguida, Kim Kataguiri.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – Então, vamos lá, Presidente!

Senador Petecão, vamos continuar nessa batida. A oposição já foi mencionada aqui, o Deputado Rogério...

Deputado Rogério, o senhor já fez sua parte, já pode ir descansar. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – Mas tenho que dizer que os Deputados do PSL aqui estão a favor. O Senador Major Olimpio, do PSL, está aqui. Estamos a favor da medida e estamos aqui na defesa, porque maior do que o receio do coronavírus, Presidente, é o de a nossa economia afundar de vez.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – Há um murmurinho aqui dizendo que ela já foi. Então, querem piorar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – Nós não podemos... Desde o ano passado, não. Foram 13,5 anos de desgoverno. Nós herdamos essa maldição. Então, nós precisamos combater isso. E eu já disse, em outro momento, nesta Comissão, outro dia, que é preciso nós fazermos voz contrária. Essa conta não é nossa, não é do atual Governo. Então, a gente precisa fazer valer e acontecer.

Falaram no acordo. Eu acho que está na hora, Senador Petecão, que preside tão bem esta Comissão, de propor outro acordo. Já que estamos tão preocupados, alguns, com o coronavírus, não vamos votar os destaques, vamos tirar todos eles. É uma medida salutar. Quem sabe não podemos fazer isso, chamar a oposição e falar: "É verdade, nós estamos preocupados com a saúde dos Parlamentares...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

E, sobre a saúde dos Parlamentares, vou trazer aqui para os senhores o que foi decidido aqui na Câmara dos Deputados na reunião do Colégio de Líderes: aprovar um projeto de resolução para votação por aplicativo. Até lá, os Líderes votam por acordo os textos que envolvam o coronavírus esta semana. Lembramos que hoje é preciso registrar a presença, e esse quórum vai ser mantido pelo Presidente da Câmara. E lembro aos Parlamentares, aos colegas Deputados que basta a presença ser registrada na Casa, não precisa, necessariamente, ser registrada no Plenário.

Passo a fazer um apelo, aproveitando o momento desta Comissão, além do tema que está sendo debatido na Câmara dos Deputados sobre a importante tarefa de nós adotarmos medidas para combater os malefícios desse novo vírus, discutir as medidas econômicas que precisam ser levadas a efeito, para trazer aqui um problema de relações exteriores. Eu recebi, lá da minha base eleitoral, um chamado de seis atletas de *muay thai* do Estado do Rio de Janeiro. São da seleção brasileira de *muay thai*. Seis atletas estão ilhados no Peru. O Peru, país vizinho, adotou medidas de contenção, inclusive o fechamento da fronteira. Recebemos um vídeo da nossa base, de seis atletas, quatro da cidade de Araruama, um de Petrópolis e um de Casimiro de Abreu, todos do Estado do Rio de Janeiro.

Eu quero que isso chegue imediatamente... Eu já estou adotando as medidas de oficiar ao Ministério das Relações Exteriores, à Presidência da República...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Fronteira com meu Estado.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – É fronteira com seu Estado, não é, Senador?

Precisamos resgatar esses atletas. Inclusive, são dois menores. São todos da seleção brasileira de *muay thai* e todos do nosso Estado do Rio de Janeiro. Então, nós precisamos buscar esses atletas. O colega aqui também acabou de ver, está recebendo aqui o vídeo. É uma medida grave. O Governo brasileiro já fez isso em outro momento, resgatando os brasileiros que se encontravam na China, e agora é hora de olhar para os nossos atletas que estão no Peru. Segundo o vídeo, foi relatado que eles foram à Embaixada brasileira e não conseguiram sequer ser atendidos. Então, isso precisa chegar à Presidência da República, ao Ministério das Relações Exteriores, para fazermos com que esses atletas sejam resgatados imediatamente.

Este é o apelo do Deputado Federal Felício Laterça, do Estado do Rio de Janeiro. Não podemos descuidar das vidas das pessoas, especialmente de atletas que estão no exterior.

Voltando ao tema da medida provisória... Parece que o quórum vem aumentando, felizmente, e a sensibilidade tem tocado...

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO. *Fora do microfone*.) – Ele está vindo.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – Vai chegar, Deputado Lucas.

Todos entendem a preocupação com o momento que estamos vivenciando. Então, precisamos, mais do que nunca, abraçar essa causa. Não podemos deixar. Volto a insistir, como colegas Deputados aqui já afirmaram e reafirmaram, que, se o momento é ruim, pior ficará se não aprovarmos as medidas que aqui estamos propondo nessa medida provisória apelidada de Verde e Amarela. Se o contrato hoje é temporário, imagina se não houvesse essa previsão! Simplesmente não haveria emprego. O que mais nós ouvimos nas ruas... "O que o senhor pretende do seu candidato? O que o senhor espera?". "Emprego! Emprego!". Nós, como Parlamentares, não nos cansamos de receber currículos de pessoas. E nós temos que falar para as pessoas da situação caótica em que deixaram o Brasil. O Brasil teve uma herança maldita que agora nós temos que combater. E, mesmo assim, aqueles que nos trouxeram essa herança maldita aqui ainda defendem que as medidas aqui adotadas e outras que vêm sendo apresentadas não são favoráveis ao trabalhador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Senhores da oposição, o trabalhador quer emprego! O trabalhador quer trabalhar! O nome diz. Aliás, o partido que tem esse nome é o que mais prejudica os próprios trabalhadores. Eu já disse isso também. Ficam falando de mimimi, trazendo frases de efeito... Vamos arregaçar as mangas e trabalhar! Nós precisamos trabalhar pelo Brasil. Não dá mais para ficar apostando no erro do quanto pior, melhor. Nós precisamos mudar essa realidade, e o tempo está passando. Como se não fosse bastante, chegou ao Brasil esse outro vírus. Mas como bem falou aqui o Deputado Hildo Rocha, nós não temos só o coronavírus, nós temos o H1N1, que mata de forma recorrente, inclusive em governos de oposição ao Presidente Jair Bolsonaro que não adotam as medidas sanitárias, não adotam medidas de prevenção, não vacinam seu povo. Então, nós precisamos que, em vez de fazerem discursos contra o atual Presidente da República, façam na prática o que eles mesmos podem fazer. Os Governos estaduais podem fazer, os Governos municipais podem e devem fazer. Está bem?

Fica o nosso recado, e vamos para a aprovação!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone.*) – Já deu quórum, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Temos inscritos aqui o Deputado Kim, o Deputado Alex e o nosso querido Senador Major Olimpio. Mas, como nós já temos... (*Pausa.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL - SP. Pela ordem.) – Retiro minha inscrição, Presidente.

Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, já votaram. Agora nós vamos...

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO. Pela ordem.) – Na hora em que abrir o próximo painel, V. Exa. passa a palavra para quem está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Então, nós vamos abrir.

Em seguida, Kim, como você está inscrito aqui pela ordem, eu passo a palavra ao senhor.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL - SP. Pela ordem.) – Então, mantenho a inscrição para os destaques depois. (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vamos à votação.

Tivemos 14 votos SIM e 1 voto NÃO.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, ressalvados os destaques.

A votação das matérias destacadas será realizada dispositivo a dispositivo, conforme sua ordem na medida provisória.

Primeiramente serão votados, a cada dispositivo, os trechos destacados daquele artigo, sendo, em seguida, votadas as emendas supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas.

Para a apreciação do destaque, a Presidência adotará as seguintes normas: poderá usar da palavra um Parlamentar a favor e um contra, sendo o primeiro, preferencialmente, o autor, por três minutos cada um. Após esses Parlamentares, usará da palavra o Relator, caso deseje.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Primeiro destaque...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sr. Presidente, uma questão antes. Eu apresentei...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Só para concluir, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Primeiro destaque, Requerimento 104.

Votação em separado do art. 6º do PLV com o objetivo de suprimir os incisos I e II do §1º, e o §2º, e o art. 7º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Há requerimento para que a votação do destaque seja pelo processo nominal.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, antes de apreciar o requerimento, eu gostaria de fazer uma indagação a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vou passar a palavra ao senhor. Como o senhor foi autor do requerimento, o senhor tem dois minutos para falar sobre o requerimento.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para questão de ordem.) – Mas é ainda antes do requerimento. É uma questão de ordem que eu levanto no seguinte sentido: havia um acordo feito na semana passada de que a votação seria de oficio, nominal de oficio. Então, eu gostaria de saber de V. Exa. se está mantido esse acordo, se vai cumprir o acordo, porque não seriam necessários os requerimentos se houver o cumprimento do acordo que fizemos, que seria nominal de ofício.

Foi o acordo feito entre todos nós que fizemos parte do processo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Deputado, nós vamos... (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Porque, se for mantido o acordo, eu vou retirar os requerimentos, porque nós já temos o acordo feito de a votação ser nominal. Foi o acordo que nós fizemos amplamente com todos os Partidos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Na verdade, V. Exa. está cobrando um acordo. Os Parlamentares aqui da base do Governo... A proposta deles... No seu requerimento o senhor pede para que a votação dos destaques seja em processo nominal, mas... (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Se for nominal de ofício conforme o acordo, eu estou retirando os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Há um questionamento. Existe a sua proposta e uma proposta do Plenário. Vamos colocar em votação, o Plenário é soberano.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu quero saber se V. Exa. vai cumprir o acordo que fizemos com todos os partidos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, Excelência...

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL - SP) – O PSL, no Senado, não participou desse acordo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O acordo foi feito com todos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Até porque os acordos não foram cumpridos. Os acordos não foram cumpridos...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Foram...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Sabe que não foram cumpridos... Há questionamento aqui e...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Se V. Exa. não vai cumprir o acordo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – E nós temos que atender... o Plenário é soberano, nós vamos botar para votação, não tem jeito.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu pediria que V. Exa. ponderasse...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas não tem acordo, amigo. Temos uma proposta sua, uma proposta de V. Exa., e a proposta aqui da base, que... V. Exa. quer que sejam votados todos nominalmente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Esse foi o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – ... e a base do Governo não quer que seja nominal.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, mas V. Exa. afiançou um acordo que nós fizemos todos, os membros da sessão, de todos os partidos. O Deputado Kim, por exemplo, estava aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

presente quando nós fizemos. Nós retiramos todo *kit* obstrução... Presidente, eu pediria que V. Exa. levasse em consideração isso.

A oposição retirou todo o *kit* obstrução que nós tínhamos direito de fazer.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, nós retiramos... Só para lembrar ao Presidente como foi o processo, nós tínhamos um *kit* obstrução que seria apresentado. Bem, depois de longo debate, a oposição retirou, e nós cumprimos a parte do nosso acordo. Todos os requerimentos de obstrução nós retiramos, todos, não entramos com nenhum. E um ponto desse acordo foi exatamente que os destaques seriam feitos nominalmente de ofício.

Esse foi o acordo que nós fizemos para retirar os requerimentos. Eu pediria à base do Governo...

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... e ao Líder do Governo e aos outros que cumprissem o acordo que nós fizemos com a base do Governo.

Agora, vem o Senador dizer que ele não participou... Mas a base participou e o partido dele também. Então, sinceramente, foi um acordo que nós fizemos...

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL - SP) – Estou dizendo que o PSL, no Senado, não participou, Deputado. Com todo respeito, mas não participei.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Participou. V. Exa. não participou, mas todo o acordo foi feito entre nós todos. V. Exa. não estava no dia, mas o partido de V. Exa. e todo o Senado participou desse procedimento.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria só lembrar, inclusive, para quem estava ausente, que isso foi consenso nesta Comissão. Não faz sentido a gente atropelar o entendimento que foi estabelecido. Ficou assegurado votação nominal em todos os destaques. Esse foi o acerto que nós fizemos.

V. Exa., se quiser descumprir, pode até fazê-lo, mas vai ter que assumir que está descumprindo com aquilo que nós acertamos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Deputado Paulo Ramos é quem...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Então, é um precedente grave nas relações políticas que a gente constrói aqui, porque, se é assim, tudo bem, e quem quiser passar o trator vai passar, mas nós vamos também usar os nossos artifícios, porque isso é legítimo da oposição. Nós abdicamos da obstrução em nome de um entendimento.

Então, não faz sentido agora um outro encaminhamento que não seja esse.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, pela Liderança do Democratas no Senado, que obviamente não compõe a oposição – não compõe a oposição propriamente dita –, eu devo aqui, e não posso me omitir nisso, afirmar e registrar que, de fato, na semana passada, em uma conversa que nós tivemos entre vários Líderes partidários, e a base de Governo fez parte dessa conversa, havia o compromisso de se votar nominalmente o texto-base e, na sequência, também nominalmente de ofício os seis destaques que foram apresentados: dois da base de Governo, um deles inclusive o meu, que seria o primeiro da ordem de destaques a serem apreciados, e quatro da oposição.

Portanto, de fato, houve naquele instante um acordo. Eu não sei se houve algum fato superveniente que tenha, em razão de descumprimento do acordo por algumas das partes, acabado com aquele acordo.

Mas houve de fato a celebração desse acordo, e cabe a V. Exa. afirmá-lo neste momento para que se possa fazer a votação nominal de cada um dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Nós temos aqui um quórum já bastante alto, já votamos... Vamos ao destaque. Existe questionamento pela base do Governo aqui... No momento em que a oposição entra em obstrução... Se V. Exa. entra em obstrução, então quebra o acordo.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Não, senhor. Sr. Presidente, me desculpe, não senhor. A gente obstruiu a votação, que é legítimo, sobretudo pelas circunstâncias que estamos vivendo aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Eu não estou falando que não é legítimo. Eu estou falando que...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – A gente não apresentou requerimentos de obstrução...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Nós retiramos todos os requerimentos de votação.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – ... a gente expressou o nosso voto, a nossa posição na votação por obstrução. É um direito legítimo nosso. Isso não tem cabimento, Sr. Presidente, me desculpe.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI. Pela ordem.) – Um Senador do PT, que é Líder, acabou de entrar em obstrução aqui atrás.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, V. Exa. sabe bastante bem do Regimento para tergiversar. Isso é um sofisma.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, o que nós fizemos em obstrução da votação...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Há requerimento para que a votação do destaque seja por processo...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, Presidente, V. Exa., primeiro, tem a questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Eu quero votar o seu requerimento. Estou atendendo o seu pedido.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu estou retirando o requerimento se for cumprido o acordo que foi feito, como o Senador Rodrigo acabou de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Estou dando continuidade...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu estou retirando o requerimento para que se garanta o cumprimento do acordo que nós fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas não existe acordo. Não estou lhe falando que não existe acordo? – por conta dos Parlamentares da base.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas não existe acordo. Não estou lhe falando que não existe acordo, por conta dos Parlamentares da base: Aí eu cumpri o que o senhor pediu...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Não vai respeitar, não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, foi feito um acordo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Há um requerimento dele que precisa ser votado...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, nós retiramos todos os requerimentos nossos...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – V. Exa. tem o poder de ofício de encaminhar o requerimento sem votação, de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Estou apenas dando continuidade à sessão. Há um requerimento dele, que, ou vai ser aprovado ou rejeitado.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Não, Senador. Se V. Exa. colocar de ofício como foi feito o acordo, não há necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Há requerimento para que a votação do destaque seja em processo nominal, que é o pedido dele.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Os senhores que forem a favor do requerimento se manifestem, quem for contra...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sinceramente, nós fizemos um acordo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Eu tenho que cumprir o que está aqui, amigo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, V. Exa. não está cumprindo, V. Exa. está descumprindo um acordo que aqui o Senador presenciou e vários outros...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Se V. Exa. quiser descumprir o acordo, está dentro da sua Presidência, agora que é uma quebra de acordo todos aqui sabem que foi.

Aliás, o Deputado que retirou todos os requerimentos foi o Paulo Ramos, que não pôde estar aqui hoje porque está no grupo de risco, com mais de 65 anos. Ele retirou na época e disse: "Olha, a oposição está retirando todos os requerimentos de obstrução". Qual o acordo que será feito? De ofício, a votação dos destaques.

O Deputado Kim estava presente e participou desse acordo ativamente, o Senador Rodrigo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Há um requerimento aqui de V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu estou retirando, Sr. Presidente, para cumprir o acordo, para que se cumpra o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Então, vamos votar simbolicamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E a votação será feita de ofício?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Simbolicamente. Não vai ser nominal.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – V. Exa., então, não cumprirá o acordo?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, não vou cumprir... Não é questão de cumprir acordo, rapaz. Estou cumprindo o rito que está aqui. Se o senhor retirou, nós vamos votar simbolicamente, não tem jeito.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Tem jeito. V. Exa. está descumprindo um acordo, sinceramente. Com todo respeito que tenho pela Presidência, isso não foi o que nós combinamos. Os Deputados que estão aqui viram bem isso, participaram...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu vou me retirar, porque sinceramente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Rejeitado o requerimento.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... fazer o que V. Exa. está fazendo....

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Eu peço verificação, Sr. Presidente, dessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Em votação o destaque.

Os Parlamentares que...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Sr. Presidente, eu pedi verificação nessa votação do requerimento.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Já foi superada, Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Verificação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Só pode pedir a próxima daqui uma hora. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – "Procedida à verificação de votação, e havendo número legal, não será permitida nova verificação antes do decurso de uma hora..." (*Pausa.*)

Nós anunciamos o resultado exatamente às 15h30. Agora, a próxima será às 16h30.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Em votação o destaque.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Pela Liderança do PT, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, pedi a palavra pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Há Parlamentar pedindo a palavra.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Estou pedindo a palavra pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Está em votação. Eu vou dar a palavra para ele, só um minutinho.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Sr. Presidente, vai ser assim? Não vai haver defesa? Não vai haver defesa?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Destaque tem defesa, não tem?

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Há defesa, Sr. Presidente. V. Exa. Está atropelando tudo, não está respeitando nada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O autor do destaque...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Para retirar direito do trabalhador é desse jeito, Sr. Presidente? Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O autor do destaque é o Senador Paulo Rocha e ele não está presente.

Amigo, eu estou cumprindo o que está no Regimento...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu estou subscrevendo, Sr. Presidente.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Mas qualquer um de nós pode...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Já foram admitidos os destaques.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Vamos fazer o debate, Presidente!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – V. Exa. não pode simplesmente desconhecer os destaques. Agora nem defender os destaques...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, nós todos estamos subscrevendo o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós estamos discutindo o mérito do destaque. O mérito. O autor não está presente.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Mas qualquer um aqui pode subscrever, Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Já foi admitido, eu estou me inscrevendo para defender.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Em votação o destaque.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Para discutir o destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Deputado Rogério, está se inscrevendo agora? Para discutir o destaque? Dois minutos para V. Exa. Eu só cumpro o que está no Regimento. Fora do Regimento, eu não tenho condição...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – São três minutos ou dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Dois minutos, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pelo Regimento, são dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Dois minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pelo Regimento são três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Dois minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Vou pedir para V. Exa. verificar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O senhor está perdendo tempo ali. O tempo está contando.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas quanto tempo eu tenho pelo Regimento? Questão de ordem. São três minutos. Quanto tempo eu tenho regimentalmente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Segundo a minha assessoria da Mesa, como ele não está presente, não havia nem necessidade de botar em votação, por conta da ausência do titular. Nós colocamos em votação. O senhor vai usar os dois minutos?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Vou usar para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Fique à vontade.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir.) – Eu vou usar esse tempo para dizer que realmente eu estou abismado de ver como se faz aqui neste Senado, no Congresso Nacional, um acordo explícito, e a Presidência simplesmente não cumpre o acordo, com a anuência de vários que estavam aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir.) – ... e sabem que esse acordo foi feito. Realmente, assim é difícil que a gente possa chamar isso de Parlamento.

Isso para quê? Para aprovar, de afogadilho, uma medida provisória polêmica, em que destaques foram feitos e acordados. Tudo isso numa pressa enorme para retirar direitos dos trabalhadores brasileiros. Tudo isso para que um trabalhador brasileiro não possa ter, nos seus direitos de celetista...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Pela Liderança.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir.) – ... não possa ter na sua carteira de trabalho o direito de receber um décimo terceiro, um terço de férias, na ilusão de que isso gerará mais empregos.

Nós perguntamos a vários dos debatedores que vieram aqui quantas carteiras foram criadas nesse processo. Praticamente não se criaram Carteiras Verde e Amarela durante todo esse período. E agora, com essa crise aguda, não é isso que vai resolver os problemas, em especial com a crise que nós estamos vivendo agora no mundo.

O Presidente dos Estados Unidos já apontou a possibilidade de recessão nos Estados Unidos. Imagine o que vai acontecer no Brasil. Nós precisamos ver medidas mais sérias, que não sejam medidas para tirar direitos dos trabalhadores.

E vem o Ministro Paulo Guedes dizer que, para resolver o problema, tem que aprofundar as reformas neoliberais, que já levaram o Brasil para o buraco durante o ano passado, com crescimento de 1,1%.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir.) – E, diante disso, qual atitude esta Comissão toma? Desfazer acordos que foram feitos, de homem para homem, de mulher para homem, dentro deste Congresso Nacional.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Deputado Rogério, nós estamos criando oportunidades. É isso que o senhor precisa entender.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Excelência, conclua, Deputado. Já terminou seu tempo. Por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir.) – É, eu sei que o tempo aqui é necessário para esperar quanto tempo for para poder retirar direito dos trabalhadores. Aí, vale tudo, inclusive descumprir a palavra de honra que foi feita aqui entre diversos Líderes na nossa Comissão. Para isso, vale. Agora, para expor a opinião contrária de um procedimento, de uma medida provisória e de um País em crise como este, aí o tempo é cortado, porque não se pode dizer realmente o que se pensa.

Então, Presidente, eu deixo aqui o meu protesto a V. Exa., por não cumprir um acordo de que foi testemunha e que afiançou. Assim como o Relator, que também acompanhou todo esse procedimento. E diversos Líderes aqui, à exceção do Senador Rodrigo, que afiançou que houve mesmo o acordo.

Esse acordo foi feito com o Senador Paulo Rocha, retirando em nome da oposição todos os requerimentos de obstrução. É muito grave isso, Senador. Muito grave!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Excelência, infelizmente seu tempo terminou, por favor.

Senador Randolfe, o tempo da Liderança, foi-nos comunicado aqui, foi usado pelo Líder Fabiano Contarato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Não, Presidente. Ele se inscreveu como membro da Comissão. Pelo art. 5º do Regimento Interno e art. 6º do Regimento Comum, eu peço o tempo de Liderança.

E, Presidente, antes de mais nada, só lembrando a V. Exa., além de ser Líder da Rede Sustentabilidade, sou Líder da oposição no Senado, Líder da minoria.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Como Líder da oposição, o senhor pode... Mas tem que ser um Parlamentar... O colega falou a favor. Aí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, me permita só ler para V. Exa. a inteligência do art. 6º do Regimento Comum: "Ao Líder é lícito usar da palavra, uma única vez, em qualquer fase da sessão, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos, para comunicação urgente". Art. 6º do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Excelência, eu fui comunicado aqui que o senhor, como Líder da Minoria, tem direito a cinco minutos, a exatamente cinco minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

Eu só cumpro o que está no Regimento. Fora do Regimento, nenhuma vírgula.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela Liderança.) – Obrigado, Presidente, pela compreensão de V. Exa.

Mas, Presidente, veja: primeiro, há uma situação que já foi muito bem aqui explicitada pelo meu colega Deputado. Houve um acordo feito com a oposição nesta Casa de retirada de todos os requerimentos de obstrução.

Presidente, este Congresso Nacional se reúne no dia de hoje, no momento de hoje, e não é uma situação normal. Olhemos em volta o que está acontecendo no Brasil, olhemos aqui nas ruas de Brasília, olhemos este Congresso Nacional, quantos de nós aqui estamos. Vejam concretamente o que está acontecendo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Houve uma decisão, m ato, Sr. Presidente, do Sr. Presidente do Congresso Nacional, Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que dispensa de presença no dia de hoje aqueles Srs. e Sras. Parlamentares acima de 60 anos. O autor desse destaque que nós estamos aqui a apreciar não está presente porque ele tem 68 anos. Veja a contradição em si em que nós estamos aqui incorrendo para a qualquer custo submeter à votação esta medida provisória. Uma medida provisória, Sr. Presidente, que vai na contramão do que o mundo está fazendo.

O mundo, Sr. Presidente, não está em uma situação normal. É uma situação excepcional. Qualquer economista liberal do mundo diz que, em momentos como este, precisa-se da ação direta do Estado nacional. Não é o caso dessa medida provisória. Essa medida provisória é o inverso; flexibiliza o papel do Estado, retira direitos dos trabalhadores.

No mesmo momento em que estamos votando essa medida provisória, nós sequer temos um sinal para votar uma outra medida provisória no Plenário da Câmara que estabelece o décimo terceiro salário do Bolsa e o décimo terceiro do benefício de prestação continuada de milhões de famílias brasileiras que precisam e que injetariam bilhões de reais na economia brasileira, que é do que precisa a economia neste momento.

O próprio ministro da Economia, as medidas que ele anunciou no dia de ontem são, extraordinariamente – porque não é a regra deste Governo – medidas anticíclicas. E aí, no dia de hoje, a gente procura aprovar descumprindo todas as normas baixadas pelo próprio Congresso Nacional, pelo próprio Presidente do Congresso Nacional...

Eu repito: o autor desse destaque no dia de hoje é um Senador de 68 anos. É por isso que ele não está presente, pela recomendação em ato publicado no dia de ontem pelo Sr. Presidente do Senado. E nós desconhecemos os acordos feitos para que a oposição retirasse os requerimentos de obstrução, ignoramos por completo isso. Ignoramos o fato de esse destaque não ser apreciado, de os destaques serem derrubados porque, por ato do Congresso, os Parlamentares não podem estar presentes, para aprovar uma medida que é o inverso do inverso, é o avesso do avesso, para citar o trecho da música.

Ontem, o Presidente da França, Emmanuel Macron, entre um conjunto de medidas que anunciou, suspendeu todas as reformas que estavam em curso naquele país. Entre elas, a reforma da previdência. E o Ministro da Economia brasileiro apresenta como única resposta para a grave pandemia que o Brasil começa a enfrentar, já com duas mortes no dia de hoje, o inverso do que ocorre no mundo. Ou seja, aprovar reformas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela Liderança.) – ... que só flexibilizarão mais direitos dos trabalhadores, que só prejudicarão mais os trabalhadores e que retirarão dinheiro da economia.

E o mais absurdo, Sr. Presidente, é nós estarmos fazendo isso aqui, nesta Comissão Mista do Congresso Nacional, descumprindo todas as normas exaradas inclusive pelos Presidentes das duas Casas e pelo Presidente do Congresso Nacional.

É algo, sem dúvida, Presidente, de contrassenso atroz, absurdo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu estou requerendo também o tempo de Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara. Art. 6º, não é? Randolfe é um regimentalista.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Excelência, nossa assessoria aqui informa que, como a sessão manteve o quórum, o Paulo Pimenta já usou na sessão anterior.

Em votação o destaque.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Sr. Presidente, eu requeiro o tempo de Liderança pelo PSB...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Os Parlamentares que...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Sr. Presidente, eu requeiro o tempo de Liderança pelo PSB.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Só um pouquinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, antes da votação, precede o pedido de tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O senhor usou na sessão anterior.

Os Parlamentares que concordam...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O PSB não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – A minha assessoria... Vai ter que pegar as notas taquigráficas, Bira.

Enquanto ele... Se não trouxer a nota taquigráfica...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Então, Presidente, se torna inócuo... Se o senhor colocar em votação, se torna inócuo o pedido. Se não foi assegurado anteriormente o direito do art. 6º para ele, tornar-se-á inócuo se o senhor botar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas eu tenho uma assessoria aqui que está trabalhando com muita seriedade, e eu estou seguindo à risca...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Mas é só para checar, Presidente. Só para checar. Só confirme com a assessoria se o tempo de Líder dele foi utilizado ou não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Podia ter seguido à risca o acordo também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Estou falando da minha assessoria, Bira. Tenho que respeitar a minha assessoria. Ela jamais estaria dando uma informação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Presidente, ninguém está desrespeitando a assessoria nem a consultoria do Senado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – A assessoria também viu o acordo que foi feito. Poderia ter orientado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Só queremos...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Deveria ter orientado sobre o acordo que foi feito. A única coisa que não valeu foi o ....

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Foi checado ali, Bira. Depois, se você estiver se achando prejudicado, entra com um recurso contra a Mesa, contra a assessoria. Estou falando o que está lá.

Em votação o destaque.

Os Parlamentares que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado o destaque.

Mantido o texto do Relator.

Segundo destaque.

Requerimento nº 107.

Votação em separado do art. 28 e 59, com as supressões que especifica.

Há requerimento para que a votação do destaque seja em processo nominal.

V. Exa. tem dois minutos, como autor do requerimento.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, são cinco minutos, no Regimento. Encaminhamento de votação...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O prazo máximo é de cinco minutos. A Mesa está concedendo-lhe um prazo de dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Pediria a V.Exa. que concedesse cinco minutos, Presidente.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Essa interpretação não é correta. Quer dizer que se V. Exa. quisesse conceder 30 segundos seria esse o nosso tempo?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas eu estou concedendo dois minutos.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Mas V. Exa. não é razoável, são cinco minutos, Presidente. Pelo amor de Deus!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, peço a V. Exa. que considere o tempo regimental.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Essa interpretação é equivocada. Não é praticada em nenhum lugar deste Congresso Nacional. V. Exa. está atropelando o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O tempo máximo é de cinco minutos.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Está atropelando o Regimento para atender banqueiro, para tirar direito de trabalhador. É isso o que V. Exa. está fazendo aqui.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Presidente, quero dizer que quem chegou ao acordo foi a Oposição...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Não é correto o que está acontecendo aqui. Não é correto! Cerceia a participação dos Parlamentares, não permite o debate, não permite que a gente faça a discussão. Isso não é correto, Sr. Presidente, não é correto.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sr. Presidente...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Seja razoável.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra...

Mantenha a palavra, Excelência.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Não, V. Exa. não está correto. Desculpe-me.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Quem quebrou o acordo foi a oposição, botando obstrução num acordo fechado para que não tivesse obstrução.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Não está correto. Não está correto.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu tenho antes uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Dois minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, antes dos dois minutos, quero fazer uma questão de ordem.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Para tirar direito dos trabalhadores é desse jeito? Pelo amor de Deus!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para questão de ordem.) – Presidente, questão de ordem. Tenho cinco minutos para fazer a apresentação da questão de ordem, Presidente? Por favor.

Vou apresentar uma questão de ordem em relação ao art. 41 do Regimento Comum...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O senhor tem dois minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para questão de ordem.) – Não, Presidente, estou fazendo uma questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP. Pela ordem.) – Não, Presidente, a questão de ordem precede. Ele está pedindo uma questão de ordem antes de encaminhar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para questão de ordem.) – A questão de ordem são cinco minutos. Estou citando o artigo.

É o art. 41 do Regimento Comum e o art. 308 do Senado. Quero fazer uma questão de ordem, tenho cinco minutos para a questão de ordem. Cinco minutos, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Presidente, o art. 41...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Só um pouquinho, só um pouquinho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – A nossa assessoria acabou de me entregar... Confere, Deputado?

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Confere.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para questão de ordem.) – O art. 41 – é a questão de ordem que eu apresento – do Regimento Comum, diz o seguinte:

> O requerimento apresentado em sessão conjunta não admitirá discussão, podendo ter a sua votação encaminhada [como é o caso] por 2 (dois) membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo máximo de 5 (cinco) minutos cada um.
> [...] O requerimento sobre proposição constante da Ordem do Dia [etc.].

O art. 308, que é do Regimento do Senado: "Anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao Senador usar da palavra por cinco minutos para encaminhá-la".

A questão de ordem que eu faço é para que V. Exa. conceda, portanto, conforme o Regimento do Senado, cinco minutos para que eu possa fazer a defesa do requerimento que apresentei, de votação nominal, que aliás tinha sido um acordo que está sendo descumprido aqui nesta Casa, infelizmente, que era para a votação, de ofício, nominal. A assessoria participou, também, daquele procedimento. Então, já não está sendo respeitado o acordo feito, de cavalheiros. No meu entendimento, é muito grave, nesta Casa, não respeitar um acordo que todos sabem que foi feito.

Agora, além disso, não conceder a palavra pelos cinco minutos que estão mencionados nos dois Regimentos, parece-me uma medida de muita violência regimental, de muito pouco diálogo, de pouca compreensão sobre o que precisamos ter no Parlamento.

Queria ressaltar que essa medida provisória é bastante polêmica. Fico impressionado de ver como, na contramão da crise econômica mundial, o Governo mantém uma medida provisória que vai diminuir o papel do Estado – como muito bem lembrou o Senador Randolfe – e, ao mesmo tempo, vai fazer com que os trabalhadores tenham menos direitos.

Essa política econômica em curso levou, o ano passado, a que nós tivéssemos um pibinho de 1,1%, ainda sem a crise do coronavírus. Ainda sem a crise do coronavírus, um pibinho de 1,1%, prometido que estava de pelo menos 3,5%, 3% – era o que se falava do crescimento econômico brasileiro. Isso não ocorreu, sem coronavírus. É evidente que se mantiverem a mesma política econômica que o Sr. Paulo Guedes e o Sr. Bolsonaro estão fazendo, o Brasil, este ano, vai entrar numa recessão ou numa depressão econômica. Os Estados Unidos estão preocupados com isso. E o Governo mantém o mesmo remédio amargo que aplicou durante um ano. O Sr. Paulo Guedes é um economista, entre aspas, assassino das questões de evolução econômica e do crescimento brasileiro, porque ele deu um remédio tão amargo que o PIB foi para baixo, para menos de 1,5%, para 1,1%, menos do que no Governo Temer. Ou seja, a receita deu errado. E o que diz o Ministro Paulo Guedes agora? "Eu vou aumentar a dose, agora vou tirar mais dinheiro do mercado. Ao invés de ampliar a renda do trabalhador, de ampliar os recursos, com essa crise que vem, para que as pessoas comprem, para que os outros possam vender, eu vou fazer o seguinte: eu vou tirar mais ainda. Vocês, agora, não terão décimo terceiro, um terço de férias, não terão nada". Vai ser a medida provisória do "bolsa patrão", só o patrão ganha.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para questão de ordem.) – Mas o patrão também não ganha porque não consegue abrir uma porta a mais na sua loja, para contratar ninguém, porque não há quem compre, não há demanda.

Então, essa medida do Governo Bolsonaro é um desastre. Agora, é compreensível quando vem um Presidente desse, um Presidente que, recomendado internacionalmente a combater o coronavírus, ele vai tacar vírus no povo, mandar todo mundo se reunir, sair pela rua se abraçando. Que é um Presidente que não acredita na ciência, que não acredita na Medicina, a gente já sabe. Isso é Bolsonaro! Aliás, "Bolsonaro acabou", disse o haitiano para ele e ele não pode falar nada. "Bolsonaro acabou".

Agora, o Ministro Paulo Guedes, que se diz economista, ficar nesse ultrarradicalismo neoliberal em que ele está levando o Brasil para o buraco... E o Senado, com essa pressa de votar essa medida provisória, descumprindo acordo de cavalheiro que se faz aqui.

Sinceramente, Presidente, a questão de ordem que eu faço é para que eu tenha o tempo real do Regimento Interno para fazer minha defesa – de cinco minutos –, no próximo ponto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O tempo de V. Exa., na questão de ordem, se encerrou e o senhor tem dois minutos. O tempo é de até cinco minutos, estamos dando dois minutos. Poderia ser um, poderiam ser trinta segundos e poderiam ser cinco. Nós entendemos que nós precisamos avançar. Nós estamos aqui há mais de duas horas já, começou às 14h. Entendeu? Vocês fizeram todas as considerações necessárias, usaram todo tipo de argumento e eu preciso avançar. Dois minutos, excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – Pois não, Presidente. O senhor é muito bondoso e muito compreensivo. Eu agradeço os dois minutos regimentais, mas nos alegam cinco.

Cobro novamente de V. Exa. o acordo que fizemos para que a votação fosse de ofício. V. Exa. participou do acordo, assim como o Relator, mas não querem cumprir o acordo e vão delimitando ainda mais o tempo da oposição para denunciar isso que o Governo Bolsonaro vem fazendo.

Essa imagem do Bolsonaro, com pouquíssimas pessoas nas ruas, os ultrarradicais dele, desafiando o Senado, o Congresso Nacional, a Câmara Federal e o STF talvez seja símbolo daquilo que não deve ser feito num sistema democrático. E mais: estão agora convocando para o dia 31 de março outras manifestações como aquela contra o STF, o Congresso e a Câmara dos Deputados. E os Senadores aqui, os Deputados aqui, em maioria nesta Comissão, por ora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – ... simplesmente abanando a cabeça para o Presidente Bolsonaro. "Pode Bolsonaro, pode fechar o Congresso Nacional, pode debochar dos Senadores, dos Deputados, pode fazer o que quiser, porque eu vou continuar". Agora é 31 de março.

E o coronavírus? "Isso é uma invenção chinesa, isso é um vírus comunista. A Terra é plana e quem não acreditar nisso, azar". E o Congresso Nacional não reage ao Presidente Bolsonaro. Pelo contrário, prefere vir aqui retirar dinheiro do trabalhador brasileiro. O pobre não tem tempo para fazer o seu debate. Tudo, para o pobre, é difícil. Agora, ele vai perder o décimo terceiro e um terço de férias diluídos em 12 vezes, ou seja, o patrão não pagará sequer o décimo terceiro e um terço de férias. Ilusão do patrão de que isso é bom para ele. Isso é bom para quem especula na Bolsa, mas para quem de fato quer investir na economia, não ter dinheiro circulando não resolve o problema.

Então, quero fazer esse encaminhamento para que, neste requerimento, a gente possa colocar a mão na consciência e ver se reverte esse quadro triste que se adianta para o Brasil, com um Presidente como esse Bolsonaro e também com o coronavírus, que tanto nos amedronta, em especial quando temos um comandante que, aliás – e aqui termino –, acabou de substituir o Ministro da Saúde, para ser o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

comandante de combate ao coronavírus, por um general. Não tenho nada contra os generais, mas acho que o Ministro da Saúde deveria estar à frente desse comando. É impressionante tanto obscurantismo e o Senado abaixando a cabeça para o Presidente da República dessa forma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Presidente, questão de ordem.

Suscito o art. 151 do Regimento Comum combinado com o parágrafo único do art. 107 do Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Questão de ordem concedida ao nobre Parlamentar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para questão de ordem.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, argumento essa questão de ordem e suscito, aqui, permita-me destacar... Aliás, Presidente, antes de destacar os dispositivos regimentais, só mais uma vez lembrar uma das várias violências que estão acontecendo nesta tarde de hoje.

Já destacamos aqui que estamos no meio de uma pandemia, nada está funcionando, mas, a fórceps, busca-se a aprovação de uma medida que vai na contramão do mundo todo. Vai ver que o mundo todo está errado e somente o Ministro Paulo Guedes deve estar certo, deve ter alguma lógica. Eu quero imaginar que ele deve encontrar alguma lógica, alguma racionalidade. Eu espero que exista algum local no mundo que sustente a aprovação, a apreciação desse tipo de medida.

Mas esse é só um dos absurdos vários, Presidente, que está acontecendo.

Foi feito um acordo com V. Exa., com vários Parlamentares aqui para suspender obstrução, pelo Senador Paulo Paim, para a retirada de requerimento de obstrução. Em contrapartida, haveria a apreciação nominal de todos os requerimentos de destaques. Foi esse o acordo.

Sr. Presidente, o nosso querido amigo Senador Paulo Paim, sabe por que ele não está aqui hoje? Porque ele completou, no último domingo, 70 anos de idade. Ele é diabético. Ou seja, não pode o Senador Paulo Paim estar presente aqui. Eu utilizo para falar, inclusive, em nome dele. Ele não pode estar aqui. Não está sendo assegurado o direito dele de, inclusive, testemunhar o acordo que fez com V. Exa. e com os outros Parlamentares. Vários Parlamentares não estão aqui – o Senador Paulo Rocha, que tinha destaque; o Senador Paulo Paim, que tem vários destaques –, porque um ato do próprio Senado e a racionalidade médica, da ciência, dizem que eles não podiam estar. E nós estamos atropelando inclusive isto: a lógica, a ciência e o bom-senso. O Senhor Presidente da República fazê-lo, como irresponsavelmente fez no último domingo, até era compreensível, mas nós estamos fazendo a mesma coisa nesta Comissão do Congresso Nacional no dia de hoje. É um absurdo atroz e completo.

Mas, Presidente, arguindo o dispositivo regimental, eu não poderia deixar de fazer esse destaque, utilizando-me de cinco minutos. Mas o dispositivo regimental é o seguinte. Diz o artigo 151, do Regimento comum: "Nos casos omissos neste Regimento aplicar-se-ão as disposições do Regimento do Senado e, se este ainda for omisso, as do da Câmara dos Deputados".

Portanto, então, é o Regimento do Senado. O Regimento do Senado, no art. 107, parágrafo único, diz o seguinte: "Em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas do Senado [ou do Congresso]".

Sr. Presidente, veja, na última sessão, abriu-se a sessão do Congresso Nacional às 11h48. Pois bem, ao meio-dia se fez a votação aqui, ou seja, exatamente 12 minutos depois se fez a votação, nesta Comissão, de rejeição para a apreciação dos regimentos... Fez-se a apreciação de um requerimento nesta Comissão

Presidente, inevitavelmente nós da oposição aqui iremos recorrer da Mesa por todos os absurdos que estão ocorrendo aqui, para que esta sessão seja anulada. Eu só apresento a V. Exa. um flagrante regimental, o de que, já na sessão anterior, ocorreu uma ofensa a todas as normas regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Peço a V. Exa. para que obviamente defira ou indefira. Rogo a V. Exa. para que obviamente defira ou indefira, mas que se posicione sobre a questão de ordem que aqui apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Muito obrigado, nobre Senador Randolfe.

Indefiro a questão de ordem, devido ao fato de que, na hora, quando foi iniciada a Ordem do Dia, foi cancelada aqui e não houve... Quando oficialmente foi comunicado a esta Comissão, foram suspensas todas as deliberações.

Essa questão de ordem deveria ter sido feita na hora. Porém, mesmo assim, não houve deliberação e a admissibilidade dos destaques foi feita somente no dia de hoje. Então, não houve deliberação. Não houve prejuízo nenhum. E a questão de ordem deveria ter sido feita naquele instante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para questão de ordem.) – Presidente, acato o encaminhamento de V. Exa., não sem o protesto devido, porque, veja, conforme a inteligência dos dispositivos regimentais, do art. 151 do Regimento Comum assim como do parágrafo único do art. 107, não há necessidade de comunicação; falam que não podem ocorrer simultaneamente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Mas não houve deliberação, Senador.

Em votação o requerimento.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Rejeitado.

Em votação o destaque.

Os Parlamentares que concordam...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Não foi rejeitado não, Sr. Presidente. Desculpe-me, mas não foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Rejeitado.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Não. Não foi rejeitado, não. Pode pegar as imagens da Câmara que o senhor vai ver que não foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Em votação...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Não foi rejeitado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – ... o destaque.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – ... faça a conta direito.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Com a palavra o Deputado Rogério Correia. V. Exa. tem dois minutos para defender o destaque.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu pedi a V. Exa. que me desse os 5 minutos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Dois minutos foi o tempo que o Senador Petecão estipulou.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas estou solicitando para o encaminhamento de dissenso. Não é requerimento. Eu subscrevi o destaque. Então, eu peço a V. Exa. os 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – São 2 minutos. O tempo de V. Exa. está correndo, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – Eu fico impressionado de ver a pressa em aprovar uma medida provisória como essa. É impressionante! Isso depois, repito, de ter sido feito um acordo que eu esperava que fosse de cavalheiros e que fosse cumprido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Retiramos todos os requerimentos de obstrução que a oposição poderia fazer, na presença de V. Exa., do Relator, do Presidente e de vários Líderes que estão aqui, para agora, simplesmente, desconhecerem o acordo, rasgarem o acordo, estabelecendo prazos menores para a oposição aqui dentro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – Realmente é algo muito sério o que está acontecendo aqui nesta Casa! Isso fica como uma demonstração para o povo brasileiro do que é a política com pê minúsculo, em que a palavra das pessoas não vale absolutamente nada e acordos são feitos e rasgados.

Então, fica aqui, mais uma vez, esse protesto, aproveitando que V. Exa. assumiu agora a Presidência. Não foi respeitado por um Presidente, agora não é respeitado pelo Vice, o Relator nada diz, e nós continuamos atropelando todo o processo de discussão que tivemos aqui.

Eu vou fazer esse protesto sempre e vou fazê-lo também no Plenário da Câmara Federal, até para que Deputados e Senadores saibam com quem a gente pode contar para fazer acordo nesta Casa. É muito grave isso! Foi um acordo em que só faltou a assinatura das pessoas, que envolveu todas as Lideranças que estão aqui, e agora simplesmente são 2 minutos para se defender um destaque, que deveria ser votado conforme o acordo que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Deputado, eu concordo com V. Exa. que os acordos deveriam ter sido mantidos, mas fui informado aqui pelo Presidente, o Senador Petecão, que o acordo foi descumprido pela oposição quando a oposição orientou obstrução durante a votação e por isso é que...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Desculpe-me, Presidente, mas isso aí não foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Desculpe, Presidente, mas a obstrução é um direito regimental da minoria.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – ... o descumprimento de acordo. É o direito de voto de cada Parlamentar...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Em votação o destaque.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – Presidente, V. Exa. me interrompeu e eu não havia terminado.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – O tempo de V. Exa. tinha terminado, Deputado, infelizmente. Não sou de interromper. V. Exa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não me deixou nem concluir!

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – O tempo dele acabou.

Em votação o destaque.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado o destaque.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ah, sinceramente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Mantido o texto do Relator.

Deputado, V. Exa. sabe que o seu tempo terminou. Eu nunca cometeria a indelicadeza e o desrespeito de interromper V. Exa., de forma nenhuma.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu não havia concluído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Quero dizer a V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Votação, em separado, da Emenda nº 132, que tem parecer contrário do Relator.

Há requerimento para que a votação do destaque seja pelo processo nominal.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia por 2 minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – Eu peço à Mesa 5 minutos, Presidente, para isso. Peço a V. Exa. que me dê os 5 minutos a que eu tenho direito, pelo menos para cumprir o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Infelizmente, Deputado, não cabe a mim, que sou Vice-Presidente. Isso foi definido pelo Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – Não, V. Exa. é o Presidente agora.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – ... desta Comissão.

O tempo de V. Exa. está correndo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – Eu vou utilizar esses 2 minutos para dizer a V. Exa. que esse argumento que V. Exa. deu não condiz com a verdade, para não usar um termo mais duro. Não condiz com a verdade. O que nós recomendamos foi obstrução na votação.

V. Exa. já é Deputado há mais tempo que eu e sabe muito bem o que é isso. Para a votação se colocou a obstrução. Mas o *kit* obstrução com requerimento não foi usado em hora nenhuma. Sabe por quê? Porque nós retiramos na presença de V. Exa., na reunião passada, e V. Exa. se comprometeu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – ... a, com isso, dar votação nominal aos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Não sou eu o Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – Então, V. Exa., que está presidindo a reunião agora, é tão cúmplice quanto o outro Presidente ao descumprir a palavra firmada com os pares seus que estão aqui. Eu repito que isso é grave, porque isso equivale a descumprir o Regimento.

Agora, essa medida provisória, para ser votada na Câmara, ela tem que ter um acordo, inclusive, lá. Ela não será votada se não houver acordo nas votações, porque não vai haver mais votação presencial como esta que vocês estão fazendo aqui, com coronavírus e tudo, colocando em risco, repito, assessoria, Deputados, Deputadas, Senadores. Isso não será feito lá na Câmara. Então, de pouco adianta vocês terem essa atitude descortês, essa atitude autoritária de descumprimento de acordo. Pouco adianta isso se, na Câmara, lá no Plenário, isso não poderá ser feito, porque não há consenso e a oposição não terá consenso. Poderia...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – ... construir, mas não vamos construir consenso sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Senador Rodrigo Pacheco, pelo Senado, V. Exa. dispõe de 2 minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – Então, mais uma vez, eu deixo a minha oposição radical a esse atropelamento que vocês estão vergonhosamente fazendo aqui.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria só um esclarecimento inicial – se pudesse ainda não contar o meu tempo –, é apenas para um esclarecimento, porque posso ter ficado perdido aqui diante de certo açodamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O que está sendo apreciado neste instante é o requerimento para a votação, pelo processo nominal, referente ao requerimento de destaque que eu apresentei, correto?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Correto, Senador.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG. Pela ordem.) – Esse requerimento é o meu requerimento ou o requerimento do Deputado Rogério Correia?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Os dois apresentaram o mesmo requerimento; por isso o tempo de 2 minutos para o Deputado Rogério Correia e o tempo de 2 minutos para V. Exa.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG. Para encaminhar.) – Está esclarecido.

Agradeço a V. Exa. se puder voltar o meu tempo de dois minutos. Agradeço o cumprimento...

Eu não posso deixar de fazer o registro inicial de que a minha condução no Senado, como foi na Câmara dos Deputados – V. Exa. testemunhou quando fui Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados –, é de absoluto compromisso com os acordos celebrados. V. Exa. testemunhou isso e, por isso, fomos tão bem-sucedidos lá na apreciação de tantas matérias num momento muito conturbado do País, quando se apreciavam lá, inclusive, denúncias contra Presidente da República e Ministros de Estado. Conseguíamos fazer acordos com diversos partidos, das mais diversas matizes ideológicas, em razão de acordos que foram cumpridos.

Devo deixar esse registro aqui: de fato, me surpreendeu. Aqui estou hoje... Não estou necessariamente no grupo de risco, mas sou portador de diabetes tipo 2. Não deveria estar aqui, mas estou em razão dessa medida provisória, porque a compreendo e a entendo como necessária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG. Para encaminhar.) – ... para o País, e porque também fiz um destaque cuja ausência poderia prejudicá-la na apreciação do Plenário.

Relativamente a esse destaque: eu quero pedir muito a compreensão e a atenção de todos os pares para a pertinência dele. Mas, de fato, faço este registro de que me surpreendi com o fato de que, na semana passada, tendo feito o acordo da apreciação e da votação nominal de todos esses seis destaques – dois da tida base do Governo e quatro de oposição –, aqui não estar havendo esse formato. Por isso fiz esse requerimento de votação pelo processo nominal, porque entendo que seja adequado, em razão do quão importante é esse destaque que faço, que é referente justamente à preservação de um direito. Muitos direitos estão sendo sacrificados, mas não é possível que sacrificaremos o direito ao vale-transporte do trabalhador brasileiro.

É esse destaque que faço e para o qual peço a aceitação e a compreensão dos demais pares, porque é muito importante a preservação de um direito já de 35 anos, concebido numa lei ordinária e que é um grande avanço social, inclusive previsto na Constituição Federal.

Então, o meu requerimento é favorável ao processamento nominal desse destaque pelo Plenário desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Sou testemunha da excelente Presidência de V. Exa. na Comissão de Constituição e Justiça. Infelizmente, cabe a mim aqui, como Vice-Presidente, conduzir da maneira que me foi colocada.

Em votação o requerimento.

Os Parlamentares que concordam...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – ... permaneçam como se acham; os contrários se manifestem.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. *Fora do microfone.*) – Tem questão de ordem. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Rejeitado.

A questão de ordem foi levantada... O Senador Randolfe levantou a questão de ordem enquanto eu estava falando.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Presidente, mas é uma outra questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Questão de ordem concedida ao Senador Randolfe.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG. *Fora do microfone*.) – V. Exa. não pode fazer a votação antes de ouvir a questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Mas eu já tinha iniciado a votação. V. Exa. sabe disso, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – V. Exa. me concede uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Questão de ordem dada a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para questão de ordem.) – Agradeço a V. Exa.

Eu não tinha pedido anteriormente em respeito ao nobre colega Senador Rodrigo, que estava falando.

Então, Presidente, a minha questão de ordem é arguindo novamente o art. 151 do Regimento Comum, do Congresso Nacional, combinado com o art. 412 do Regimento do Senado. Obviamente, já dito anteriormente, o art. 151 do Regimento Comum diz que, "nos casos omissos neste Regimento, aplicar-se-ão as disposições do Regimento do Senado e, se este ainda for omisso, as da Câmara dos Deputados".

Presidente, veja: o art. 412 do Regimento do Senado, subsidiariamente ao art. 151 do Regimento Comum, diz:

> Art. 412. A legitimidade na elaboração de norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos [o primeiro dos princípios básicos]:
> I - a participação plena e igualitária dos Senadores (...)
> (...)
> III - impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, exceto quando tomada por unanimidade mediante voto nominal, resguardado o quórum mínimo de três quintos dos votos dos membros da Casa;
> IV - nulidade de qualquer decisão que contrarie norma regimental.

Presidente, o art. 412, nos seus incisos, é o primeiro do título do Regimento do Senado, que atende aqui subsidiariamente ao Regimento Comum, que trata dos chamados princípios do processo legislativo. Qual é o princípio basilar do processo legislativo? Está no inciso VII do próprio art. 412. Este princípio basilar é a preservação dos direitos de minoria.

Presidente, existe nessa sessão, primeira sessão... Reitero: está acontecendo em uma circunstância extraordinária, está acontecendo a fórceps, inclusive colocando sob risco a saúde de Parlamentares aqui presentes e de seus assessores, porque é de conhecimento de todos a circunstância de pandemia que nós estamos a enfrentar.

O direito da minoria não está assegurado, não está garantido, não está preservado, Presidente, porque eu posso citar pelo menos dois Parlamentares da minoria – Senador Paulo Rocha e Senador Paulo Paim – que, por um ato formal assinado pelo Presidente do Senado e Presidente do Congresso Nacional – há um ato formal publicado no dia de ontem no *Diário Oficial da União –,* libera, dispensa de presença aqui no Senado aquelas Sras. e Srs. Senadores acima de 60 anos. É o que ocorre com o Senador Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Rocha. O Senador Paulo Paim, eu quero repetir e reiterar a circunstância dele. Ele completou, no último domingo, 70 anos de idade, e é diabético. Se não se sobrestasse o ato do Presidente do Congresso Nacional e Presidente do Senado, tem ele a recomendação médica para não vir, para não estar em ambiente público. Obviamente, são dois membros da oposição, da minoria nesta Comissão, que estão, por força das circunstâncias, pela força maior que está colocada... Inclusive, os princípios de emergência e urgência em decorrência de força maior ou emergência nacional estão até acima do Regimento Comum...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para questão de ordem.) – ... estão acima de qualquer Regimento, estão na ordem jurídica, estão na ordem constitucional, na ordem jurídica legal, estão lá amparados. Não é só o Regimento que nós estamos a não observar, não é só a situação extraordinária que nós estamos a viver que está sendo aqui claramente ofendida: é, além disso, Sr. Presidente, um princípio básico e elementar da convivência entre nós.

Se nós não respeitarmos, se nós não conseguirmos, entre nós, dar conta de respeitar a Maioria e a Minoria aqui – está havendo, claramente, um desrespeito à Minoria, visto que, por força de um ato do Presidente do Congresso Nacional, alguns Parlamentares da Minoria não podem estar presentes –, então, nós estamos inclusive ofendendo e quebrando o nosso pacto de relação, o nosso pacto civilizatório.

É por isso, Sr. Presidente, que nós arguimos esse dispositivo do Regimento Interno.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, permita-me um minuto apenas para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Só um minuto, Deputado.

Indeferida a questão de ordem de V. Exa. devido ao fato de o Presidente Davi Alcolumbre ter autorizado o funcionamento desta Comissão Especial.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, permita-me dois minutos só para fazer uma justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Em votação os destaques.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, só para fazer...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Dois minutos para o Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Eu tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Pediria a V. Exa. dois minutos só para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Essa votação já vai ser nominal, Deputado, porque já passou o interstício de uma hora. Então, só para informar V. Exa. que essa votação será nominal por já ter passado o interstício.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Pacheco, por dois minutos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, eu quero pedir verificação de quórum.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG. Para encaminhar.) – V. Exa. pode voltar meu tempo, Sr. Presidente, por gentileza?

Srs. Senadores e Srs. Deputados, eu sou um Senador do Democratas, tenho compromisso com as reformas deste País, de todas as searas, das mais diversas e necessárias para o avanço, o progresso e o desenvolvimento econômico do nosso País. Votei favoravelmente, quando Deputado, à reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

trabalhista, votei igualmente no texto-base dessa medida provisória entendendo como necessária para a modernização das relações de trabalho, votei favoravelmente à reforma da previdência.

Estamos buscando incessantemente modernizar a legislação tributária e a legislação de cunho administrativo, especialmente através de uma reforma administrativa no nosso País. Mas há um ponto que merece destaque nessa medida provisória que é uma emenda apresentada pelo Senador Acir Gurgacz, que fiz questão de destacar, que busca incluir no art. 28 da medida provisória uma alteração...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG. Para encaminhar.) – ... ao art. 611, alínea "b", da Consolidação das Leis do Trabalho, que se refere aos objetos ilícitos de convenção e de acordos coletivos de trabalho, quando inclui, no inciso XXXI do art. 611-B, aspas: "O vale-transporte do empregado, instituído pela Lei nº 7.418, de 16 de novembro de 1985." O que busca esse destaque? Garantir que o vale-transporte seja tido, como sempre foi, como um direito do trabalhador sobre o qual não pode haver qualquer tipo de transigência, de supressão ou de redução mediante acordo coletivo de trabalho, privilegiando o que está previsto e concebido na Constituição Federal como um direito social do trabalhador, que é o da sua mobilidade, do seu transporte, porque senão não vamos saber onde isso vai parar daqui a uns anos se permitirmos que por dissídios coletivos abram mão do direito de transporte de empregados no Brasil.

Então, eu peço a atenção encarecida de todos os pares, Deputado Hugo Leal, para que possam votar favoravelmente a esse destaque – Deputado Kim, meu correligionário do Democratas, Deputado Hildo Rocha, meu querido e estimado amigo e colega da legislatura passada, e todos que aqui estão –, que tenham essa sensibilidade para esse destaque que não afeta o mérito da medida provisória, estabelece justiça aos empregados brasileiros, privilegia um direito social consagrado e constitui, antes de mais nada, uma medida de justiça para todos aqueles que dependem do transporte coletivo de passageiros. Além do mais, o que se espera de um país civilizado é que se possa estimular o quanto mais possível o transporte coletivo, favorável em todos os aspectos: não sobrecarrega o SUS, não contamina o meio ambiente, privilegia o bem-estar das pessoas que dependem desse vale-transporte.

Portanto, é esse o objeto do destaque para que peço o apoiamento nesta votação nominal em que eventualmente, se for vencido, pedirei que possa garantir a inclusão do inciso XXXI ao art. 611, tal como concebido inicialmente pelo Senador Acir Gurgacz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela ordem.) – Queria pedir verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – A verificação de presença a que alude o §2º do art. 29 do Regimento Comum se refere à presença em painel e não à presença física dos Parlamentares. Essa é a interpretação dada ao dispositivo pelo Presidente do Congresso Nacional em resposta à questão de ordem formulada na sessão conjunta do dia 24 de agosto de 2017.

Esta Comissão mista deve seguir a interpretação regimental da Presidência do Congresso Nacional, portanto, ao verificar a presença mínima de um sexto dos Parlamentares no painel eletrônico, a Presidência indefere o pedido de verificação e dá prosseguimento à reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, mas V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Em votação o destaque.

Os Parlamentares que concordam com o parecer do Relator...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – ... permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a gente pede verificação.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Rejeitada a emenda, mantido o texto do Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Verificação.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Verificação concedida.

Quem votar "sim" aprova a emenda e a incorpora ao texto do PLV.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG. Para orientar a bancada.) – A orientação é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Quem votar "não" rejeita a emenda e, portanto, vota com o Relator.

Esta Presidência solicita que se abra o painel para que seja realizada a votação.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG. Para orientar a bancada.) – A orientação do Democratas do Senado é "sim", Sr. Presidente.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Primeiro é orientação, depois abre o painel.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – O painel está aberto, Deputado.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Tem direito à orientação, os partidos têm direito à orientação.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Como vota...

V. Exa. tem direito à orientação.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Não precisa... V. Exa. não pode abrir o painel primeiro, tem que primeiro abrir para orientação.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Posso, sim, Deputado.

Os partidos que querem orientar estão livres para fazer a sua orientação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para orientar a bancada.) – A Rede entra em obstrução, Sr. Presidente.

A Rede entra em obstrução, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para orientar a bancada.) – O PT está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para orientar a bancada.) – Presidente, o PT, na Câmara, também orienta obstrução. E eu queria dizer a V. Exa. que recebi o telefonema do Senador Paulo Paim, indignado com a quebra de acordo. Ele foi um dos principais proponentes do acordo. O Senador Paim trabalhou com muita moderação para que o acordo pudesse existir. Eu fui testemunha disso, porque cheguei a questionar se esse acordo teria validade, e o Senador Paim foi um dos que disse: "Não, aqui no Senado, a gente faz o acordo; o acordo é cumprido".

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Olha, essa narrativa, Deputado...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – O Senador Paim, portanto, deu a declaração dele, fez essa ponderação. Ele, que é um Senador muito ponderado nestas questões, afiançou o acordo, Senador Rogério, que aqui foi feito.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria de...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – A Deputada está me interrompendo..

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Mas só o senhor fala...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – ... de forma agressiva e, como sempre...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Qual é a agressão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – ... como sempre, não permitindo... A agressão do tempo.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Deputado, só o senhor fala nesta Comissão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Quando V. Exa. fala, eu não interrompo V. Exa., não. Eu tenho um pouco de educação.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – O senhor não permite...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Excelências, só um minuto.

Vamos manter a ordem.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Nós estamos em processo de votação, Deputado.

Houve um problema com o sistema eletrônico. Eu farei aqui a chamada nominal de cada Senador e Deputado, para que possa valer a votação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela ordem.) – Orientação...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Eu vou ler aqui.

Titulares: Senador Eduardo Braga, Senador Confúcio Moura, Senador Esperidião Amin, Senador Plínio Valério, Senadora Soraya Thronicke, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Randolfe Rodrigues...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, orientação.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Obstrução...

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Aqui presente, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Senador Sérgio Petecão, "sim".

Senador Irajá, "sim".

Senador Paulo Rocha.

Senador Paulo Paim.

Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (DEM - MG. *Fora do microfone.*) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Voto "sim" do Senador Rodrigo Pacheco.

Senador Eduardo Girão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Não há orientação em Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Não há orientação em Comissão.

Senador Eduardo Girão...

(*Interrupção do som.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – "Sim", é "sim". Obrigado, Presidente, é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Suplente: Senador Izalci Lucas...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – "Sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

Senador Marcelo Castro.
Não há orientação, Deputada.
Senador Eduardo Gomes.
Senador Luis Carlos Heinze.
Senador Major Olimpio.
Senador Fabiano Contarato.
Senador Arolde de Oliveira.
Senador Rogério Carvalho, em obstrução.
Senadora Zenaide Maia.
Os outros Blocos estão cheios.
Passo aqui...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Presidente, sou Líder.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Só um minuto, Deputada.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – O tempo de Líder já foi utilizado.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Nós estamos em votação, Deputada. Após a votação.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Eu tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Deputado Christino Aureo, "não".

Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria justificar o meu voto.

Eu tenho muita consideração pelo Senador Rodrigo. O que ele defende... O que ele defende, o que ele defende...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – A palavra está assegurada ao Deputado Hildo Rocha.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Peço a compreensão de V. Exas.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Pela ordem.) – O que ele defende, Sr. Presidente, foi criado lá atrás pelo ex-Presidente José Sarney, que é o vale-transporte, mas o que está sendo proposto pelo Senador Acir Gurgacz limita muito a negociação entre empregados e patrões. O que vai acarretar é que oferecer um ônibus, um micro-ônibus, às vezes, muito mais confortável do que um transporte coletivo fica impossível com essa aprovação.

Então, eu quero informar que, infelizmente, não posso seguir o pedido do Senador Rodrigo Pacheco.

Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Vota "não" o Deputado Hildo Rocha.

Deputado Paulo Pimenta.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Deputado Felício Laterça...

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Também acompanho o colega Deputado Hildo Rocha. Meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Deputado Sidney Leite.

Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) – Acompanho o Senador Rogério. "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Deputado Bira do Pindaré...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Sr. Presidente, vou votar favoravelmente, mas eu queria lembrar a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Voto "sim" do Deputado Bira do Pindaré.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – ...que eu estou solicitando uma questão de ordem, com base no art. 309...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Assim que eu chamar os Deputados.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – ...e V. Exa. tem a obrigação de me conceder.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Ainda em processo de votação. Tenho a obrigação...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Obrigação. Vou aguardar pacientemente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Concederei. Assim que eu chamar a listagem, concederei a questão de ordem a V. Exa., Deputado.

Deputado Julio Cesar Ribeiro.

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (REPUBLICANOS - DF) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Vota "não" o Deputado Julio Cesar Ribeiro.

Deputado Eduardo Cury.

Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) – Presidente, seguindo aqui o colega Deputado Hildo Rocha e, com respeito também ao Senador, eu voto "não".

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, estou voltando para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Deputado Paulo Ramos.

Deputado José Nelto.

Deputado Paulo Pereira da Silva.

Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Rogério Correia em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Obstrução.

Que outros blocos tem que chamar?

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu mudei para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Mas V. Exa. votou, Deputado Bira, no microfone.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, pelo amor de Deus, eu não posso mais nem...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Você pode fazer...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – O que é isso, Presidente, pelo amor de Deus...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Calma, é que eu achei que depois de ter votado "sim"...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Vocês estão atropelando tudo.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Deputado, não estou atropelando nada, é porque ...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, V. Exa. pode me informar qual foi a verificação no Senado? Porque na nossa contagem aqui deu cinco Sras. e Srs. Senadores, fora a obstrução, então, no Senado, não deu quórum. Não dando quórum no Senado, obviamente, não pode ser levada à apreciação da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Questão de ordem concedida ao Deputado Bira do Pindaré.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Agora, V. Exa. responda à questão dele primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – V. Exa. pediu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Não, Presidente, nós precisamos... Antecede a questão de ordem que apresentamos, veja...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Eu declino. Reapresento depois.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Está checando aqui, Senador. Calma! Está checando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Perfeito.

Com todo o respeito a V. Exa., aguardo ....

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Só para lembrar que, na Medida Provisória 898, eles ficaram uma hora com a lista aberta. Quando é do interesse deles, eles deixam uma hora essa lista aberta, mas, só para informar...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Deputado, cada comissão é uma comissão...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Mas igual a essa eu nunca vi.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Presidente, só para informar. Só para informar que as coisas não são bem assim.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Enquanto não der quórum no Senado, não pode ir para a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Estou checando. Enquanto há a checagem, concedo a questão de ordem a V. Exa., Deputado Bira do Pindaré.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu não consigo falar, Presidente.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Conclua a votação, Sr. Presidente. Conclua a votação. V. Exa. conclua a votação.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Senador Rogério Carvalho, o quórum no Senado Federal está de cinco Senadores, faltam dois Senadores.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Não deu quórum, não alcançou.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – O quórum na Câmara dos Deputados, sete. Já alcançou o quórum na Câmara dos Deputados.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Não deu quórum, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Mas no Senado não há quórum, Presidente. Quem foi que registrou?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – No Senado não tem quórum, não sei na Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Concedo... Deputado, V. Exa. declina questão de ordem?

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Declino. Reapresento depois. Declino. (*Fora do microfone.*)

Não há Senador na Casa, não? Não há Senador.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – E o Senador Petecão é Presidente. Se ele não estava aqui, ele não pode votar.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Ele votou.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Mas ele não vota, porque ele é Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Vota. Eu que não votei, porque eu estou ocupando a Presidência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Daí ele não pode não contar quórum, porque ele é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Conta como quórum, mas não conta a minha votação. Eu não votei.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Nem o dele.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – O dele, por ele não estar na Presidência, conta sim, Deputado. (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Vai ficar esperando o coronavírus pegar todo mundo ou vai terminar?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Eu estou de máscara e sou jovem.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria só de registrar que estou tentando falar há algum tempo, e não consigo. Sobre essa história de que o Senador Paim ligou, está indignado, eu só queria que informassem ao Senador Paim que foi a oposição que rompeu o acordo, quando colocou a obstrução. Fazia parte do acordo não ter obstrução. No momento em que se obstrui, rompeu-se o acordo. Então, não vamos ficar aqui com essa história de ficar repetindo mil vezes uma mentira para que pareça verdade. Não é verdade. Quem rompeu com o acordo foi a oposição, quando colocou a obstrução. E aí, uma vez rompido o acordo, não tem por que só a gente cumprir o acordo.

Então, vamos parar com esse besteirol de ficar dizendo que foi rompido o acordo pelo Governo, pela situação, pela Mesa, pelo Presidente, pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – O Senador Rogério Carvalho vota "sim".

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, eu vou retificar o meu voto. Acompanho: "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – O Deputado Felício Laterça muda o voto para "sim".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, já alcançou o quórum no Senado?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Falta um. Com V. Exa. atinge o quórum, Senador.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Deputado Júlio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Ainda está em obstrução.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Eu queria retificar o meu voto de "não" para "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – O Deputado Júlio muda para "sim". (*Pausa.*)

O Senador Rogério Carvalho muda o voto para "obstrução". (*Pausa.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria de falar que eu estou vendo aqui que o Senador Rodrigo Pacheco é uma pessoa muito querida na Casa, está conseguindo fazer vários colegas mudarem o seu voto. Mas eu queria só lembrar que conversei com o Secretário Bruno, conversei com o Paulinho da Força, e ambos me disseram que esse destaque traz um problema sério, porque vai impedir que, num acordo coletivo, por exemplo, o empregador, caso queira, forneça transporte *in natura*; caso ele queira fornecer um ônibus, não vai poder mais. Então, tira qualquer possibilidade de acordo sobre transporte, que terá que ser sempre entregue na forma de vale-transporte. O próprio Paulinho da Força, que tanto luta pelos empregados, me disse que essa solução é muito ruim para os empregados também.

Então, só quero lembrar, embora o Senador Rodrigo Pacheco seja uma figura muito querida na Casa, que essa solução pode não atender aos interesses nem dos empregadores, nem dos empregados. Por isso, seria importante votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Senador Plínio Valério, vote no microfone, por favor, Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (PSDB - AM) – Meu voto é "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Fica registrado o voto "não" do Senador Plínio. (*Pausa.*)

Voto do Deputado Eduardo Cury.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP) – O voto é "não", Sr. Presidente, porque, na verdade, é uma das poucas medidas que é ruim para o trabalhador e é ruim para o empregador.

E sei que, à primeira vista, parece uma coisa positiva, mas nós estamos tirando a liberdade dos sindicatos representantes do trabalhador e do trabalhador de fazerem a sua opção. Eu nunca... Provavelmente, é uma péssima ideia, mas respeito as votações discordantes.

O voto é "não".

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Fica registrado o voto "não" do Deputado.

Senador Izalci Lucas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, na Câmara já deu quórum?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, há uma questão de ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu quero fazer... Eu acho que a Deputada Bia colocou muito bem, e, de fato, eu tinha conversado com o Paulinho. Eu acho que, no primeiro momento, parece que é bom mesmo. O Senador Pacheco, como advogado, colocou isso muito bem, mas eu acho que você tira realmente a possibilidade de uma negociação favorável. Muitas empresas têm transporte próprio, há empresa que quer pagar em dinheiro, há muita gente vendendo vale-transporte com deságio. Eu vou mudar meu voto para "não".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – O Senador Izalci Lucas vota "não".

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Senador Eduardo Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só faço um questionamento: na Câmara já...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Já deu o quórum, já passou o quórum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, fazendo aqui uma reflexão, ouvindo o argumento da Deputada Bia Kicis, ouvindo o argumento do Senador Izalci Lucas e refletindo realmente para dar uma liberdade de negociação, mas, ao mesmo tempo, havendo a opinião do Paulinho da Força de que vai ser ruim também para os empregados, eu vou mudar meu voto para "não".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – O Senador Eduardo Girão vota "não".

Senador Major Olimpio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, estou mudando a orientação para "sim" ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Votação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Estou mudando a orientação. Estou mudando o voto para "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Registro o voto "sim" do Senador Randolfe. É o voto "sim" do Senador Randolfe.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, na Câmara, estou mudando meu voto para "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Rogério Correia muda o voto dele para "sim".

O Deputado Bira do Pindaré vota "sim".

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL - SP. Pela ordem.) – O PSL orienta e vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Está encerrada a votação.

Passamos à apuração, Senador.

Houve tanta mudança de voto, que agora acho que o "talvez" seja melhor. (*Risos.*)

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – SIM, 09 votos; NÃO, 07 votos.

Aprovada a emenda. Vencido o Relator.

Quarto destaque.

Votação em separado do art. 28, com as supressões que especifica.

Requerimento para que a votação dos destaques seja feita pelo processo nominal.

O Deputado Rogério Correia tem dois minutos. (*Pausa.*)

O Deputado Bira do Pindaré dispõe de dois minutos.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, este destaque é muito objetivo. Embora haja o nosso desconforto com esta sessão, não custa lembrar que a fiscalização do trabalho está sendo duramente atacada com essa... (*Pausa.*)

Perdão, Presidente! É só para unificar aqui a orientação: nós estamos discutindo o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – A votação nominal do destaque.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para encaminhar.) – Estamos discutindo o requerimento de votação nominal. Perfeitamente! Ainda não é o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para encaminhar.) – Perfeitamente.

Então reponha o meu tempo, por gentileza, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Não. O tempo de V. Exa. está contando, Deputado.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para encaminhar.) – Presidente, seja mais condescendente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Está bom. Vou repor seu tempo, Deputado, para não falar que...

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para encaminhar.) – O rigor aqui é demais.

Sr. Presidente, eu queria dizer que esta sessão é absolutamente atípica. Eu nunca vi nada igual neste Congresso Nacional. Aqui está se atropelando tudo, atropelando-se o Regimento e o direito das minorias. E se está desrespeitando um acordo que nós fizemos, que é praxe nesta Casa. E, infelizmente, isso está acontecendo aqui à vista de todos. E por que isso? Por causa de um desejo incontrolável de tirar direitos da classe trabalhadora. É o que essa medida provisória propõe e é o que está acontecendo aqui.

É uma medida que engana a população, porque diz que é para gerar emprego para jovem; no entanto, reduz o Fundo de Garantia, de 8% para 2%, e a multa de rescisão, de 40% para 20%. Reduz o adicional de periculosidade, de 30% para 5%. Assim, está tirando direitos, na contramão daquilo que o mundo precisa e que o próprio mercado também precisa. Esse é o contrassenso, porque a demanda está absolutamente reprimida, e é cada vez menor a capacidade de consumo da população, pela escassez de seus direitos e pela redução de renda, que vem sendo praticada insistentemente neste País, por conta de reforma trabalhista, de reforma previdenciária.

Só se fala em reforma, em tirar direitos, e não se pensa aqui numa política que seja anticíclica, capaz de gerar investimento, de gerar recurso, de gerar renda e de movimentar a economia! É isso que população precisa, é isso que o Brasil precisa, é isso que o mundo precisa, sobretudo agora, com o coronavírus! Mas o que se vê aqui é outra coisa: é um rolo compressor, para tirar direito de trabalhador.

Nós não podemos concordar com isso. Por isso, sustento esse requerimento de votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Obrigado, Deputado.

Em votação o requerimento.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Rejeitado o requerimento.

Em votação o destaque.

Concedo a palavra, por dois minutos, ao Deputado Bira do Pindaré.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. *Fora do microfone.*) – É o Destaque 108?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Isso.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para encaminhar.) – Correto.

Sr. Presidente, aqui é uma defesa da fiscalização do trabalho, que está sendo atacada. Estão retirando o Estado cada vez mais da regulação dos direitos trabalhistas em nosso País, e a prova está aqui, neste dispositivo, para o qual a gente já fez uma sugestão de alteração, que foi acatada parcialmente, mas mantiveram, de maneira muito ardilosa, a palavra "exclusivamente", que pode comprometer a fiscalização do trabalho escravo e também do trabalho infantil. E é por isso que nós estamos sustentando a defesa deste destaque, que é o Destaque 108.

Mas eu queria, Sr. Presidente, continuar a minha arguição sobre essa medida provisória como um todo. É uma medida que, além de enfraquecer a fiscalização do trabalho, reduz custo com a demissão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

aumenta a jornada de trabalho; permite trabalho aos sábados, no setor bancário, com o potencial de desempregar – estão prestando um serviço aos banqueiros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para encaminhar.) – ... para demitir bancários em nosso País –; libera o trabalho nos domingos e feriados; privilegia a negociação individual em detrimento da negociação coletiva – aliás, este Congresso Nacional, aqui mesmo, alterou a legislação, para que prevalecesse o negociado sobre o legislado, mas aqui estão atropelando isso –; exclui os sindicatos da PLR; dificulta a ação do Ministério Público do Trabalho; não trata da política de estágio em nosso País, que é uma política de primeiro emprego, a política de estágio. Eu fui estagiário. Por que não se garante uma jornada de seis horas para quem é estudante, para que o estudante, pelo menos, possa ter preservado o seu direito de ter uma formação? E como nós vamos gerar emprego, dar acesso ao mundo do trabalho sem qualificação profissional? É um contrassenso, Sr. Presidente, o que estão fazendo aqui.

Por isso, eu não posso deixar de expressar a minha indignação e o meu protesto pelo que está acontecendo nesta tarde aqui, nesta Comissão, que atropela, inclusive, as orientações da Casa em relação à prevenção contra o coronavírus.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Muito obrigado.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para encaminhar.) – É um verdadeiro acinte o que estão fazendo contra as minorias desta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Obrigado, Deputado.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para encaminhar.) – ... e contra o povo trabalhador deste País.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Em votação o destaque.

Os Parlamentares que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado o destaque. Mantido o texto do Relator.

Em votação, em separado, os termos do art. 28, com a supressão que especifica.

Há requerimento para que a votação do destaque seja pelo processo nominal.

Dois minutos ao Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, o requerimento é para a votação ser nominal; repito que era o acordo que aqui nós fizemos. Gostem Deputados e Deputadas ou não, o acordo foi feito, sim. E o Senador Paim tem todo o direito de ligar para cá, porque aqui ele não pôde estar, porque fez mais de 70 anos – eu o passei a V. Exa. –, e ele confirmou que foi quem fez a fiança deste acordo. Portanto, o que ocorreu aqui foi, sim, uma quebra de acordo. E não adianta dar a desculpa de que nós orientamos a obstrução na votação, porque quem conhece o Regimento Interno da Casa sabe que orientar a obstrução na votação é muito diferente do que fazer a obstrução com o *kit* obstrução, o qual nós tínhamos retirado. Então, sofismas são coisas da ultradireita, mas não podem ser regra no nosso Parlamento. Aqui se devia cumprir a palavra, e infelizmente não cumpriram a palavra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – ... preferiram passar o trator. E tudo isso para não fazer votação nominal, tudo isso para aprovar uma medida provisória antipovo, antitrabalhador, em plena crise. Em plena crise!

E, agora, com o agravamento do coronavírus, o que a gente vê do Governo Bolsonaro é, em primeiro lugar, dizer que tudo isso é uma farsa, que é a imprensa que está inventando. E nós tivemos hoje já duas mortes no Brasil, as primeiras. Infelizmente, com o Presidente espalhando vírus por aí, serão muito mais mortes, infelizmente, no Brasil, com a irresponsabilidade do Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

E o outro, o Paulo Guedes, que não entende nada de economia, continua com o seu fundamentalismo neoliberal, dizendo que, tirando o dinheiro do povo, ele vai conseguir fazer com que o Brasil cresça e se desenvolva. Não vai!

É por isso que nós queríamos a votação nominal.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Muito obrigado.

Em votação o requerimento. Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Em votação o destaque.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Correia, por dois minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, no que diz respeito a esse destaque, há uma função que está sendo retirada do Ministério Público do Trabalho, porque, além de tirar direitos dos trabalhadores, tiram também o direito de os trabalhadores terem a sua defesa. Estão enfraquecendo o Ministério Público do Trabalho para que ele não possa fazer termo de ajuste de conduta, que, como foi aqui muito bem explicado, às vezes é feito e possibilita, inclusive, na base onde o acordo foi feito, que recursos sejam colocados para entidades que fazem a defesa dos trabalhadores. Mas nem isto: nem o Ministério Público do Trabalho está livre da retirada da sua função de defender os trabalhadores.

Eu queria aqui ressaltar o direito que os trabalhadores perdem com essa "bolsa patrão" que foi aqui votada dessa forma tão abrupta. Os patrões não vão ter mais que pagar a previdência, fique sabendo, povo brasileiro! Os 20% que pagavam à previdência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – ... não pagarão mais os patrões – terão desoneração disso. Também, o que eles pagavam de 8% de FGTS vai ser diminuído para 2%. E a demissão de trabalhadores, cuja multa era de 40%, passa a ser de 20%, para a entusiasmar o patrão a demitir o trabalhador com direito, e aí o patrão contrata o trabalhador sem direito.

Que direito perde o trabalhador? Vou citar dois: décimo terceiro e um terço de férias. Isso é praticamente sagrado, conquistado na época de Getúlio Vargas. O trabalhador não terá o décimo terceiro, o jovem trabalhador, porque ele será diluído em 12 vezes, ou seja, o salário será o mesmo, mas o patrão contará que isso será pago em 12 vezes. A mesma coisa com relação ao terço de férias.

Então, esse projeto, essa carteira não é Carteira Verde Amarela; ela é a carteira chamada "bolsa patrão", é a carteira da escravidão, é a carteira sem direitos que o Dieese, o Ministério Público e todos os sindicatos aqui denunciaram.

Por isso, eu peço que a gente aprove este destaque, porque, pelo menos, protege os trabalhadores com a defesa do Ministério Público do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Obrigado, nobre Deputado.

Os Parlamentares que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado o destaque, mantido o texto do Relator.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, foi aprovado. Ninguém se manifestou. Todo mundo continuou como estava.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Sim, está certo. Eu falei: "Os Parlamentares que concordam com o Relator permaneçam como se encontram". Todo mundo permaneceu como se encontrava. Então, foi rejeitado o destaque e mantido o texto do Relator.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) – Mas é o destaque! Destaque!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Destaque nº 6, Requerimento 74. Votação em separado da Emenda 579, que tem parecer contrário do Relator. Há requerimento para que a votação do destaque seja pelo processo nominal.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia, por dois minutos.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. *Fora do microfone.*) – O Rogério de novo?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – De novo para denunciar o acordo que vocês não cumpriram.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – O Deputado mais atuante desta Comissão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – De novo, para denunciar o acordo que vocês não cumpriram, e a cara não fica nem vermelha. Devia ficar, porque o acordo foi público: todos estavam aqui e afiançaram o acordo. A oposição cumpriu a parte dela, retirou os requerimentos todos para fazer obstrução, e agora, uma semana depois, em plena crise econômica pelo coronavírus, vem a situação, o Governo Bolsonaro, e diz: "Olha, palavra nossa não vale nada!".

Que a palavra do Bolsonaro não vale nada, todos nós sabemos; são palavras ao ar. Aliás, é um Presidente que não pode nem cobrar respeito dos outros porque ele não respeita ninguém; um Presidente que não respeita índios, negros, mulheres; um Presidente que não respeita o povo; um Presidente que, para fazer a sua ideologia de ultradireita, faz o absurdo de se sobrepor à ciência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – ... e ir às ruas, contra recomendações do mundo inteiro de prevenção de uma crise séria de vírus, que ele próprio vai disseminar, e chamar os seus ultrarradicais que querem fechar o Congresso, a Câmara dos Deputados e o Senado às ruas.

Este é o Presidente Jair Bolsonaro: um homem sem palavra; um homem que, quando esteve aqui, praticamente nada fez, ficou 28 anos sem apresentar coisa nenhuma no Congresso Nacional e, agora, assume a Presidência da República para espalhar o terror, para espalhar o vírus do fascismo no Brasil. É isso que o Presidente Bolsonaro, infelizmente, tem feito. Uma pessoa, portanto, imprestável do ponto de vista de política para os pobres e que agora está aqui comemorando a falta de palavra e a aprovação de uma medida provisória que tira direitos dos trabalhadores brasileiros.

"Fora, Bolsonaro!", "Bolsonaro acabou!" é o que o povo está gritando na rua.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Em votação o requerimento para votação nominal.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Em votação o destaque.

O autor não se encontra. Indago ao Deputado Rogério Correia se quer fazer a defesa do destaque.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Quero defender...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Dois minutos a V. Exa., Deputado Rogério.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – Quero defender contra esse destaque porque ele aprofunda mais ainda o que há de ruim já nessa medida provisória. Repito: o que há nessa medida provisória? A "bolsa patrão". Ela desonera para o patrão, que não mais vai pagar o fundo de garantia, que ele teria que pagar, de 8%, e reduz para 2%, mas o trabalhador mantém o mesmo pagamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

de fundo de garantia. Para o trabalhador mantém-se a regra dos 8%, mas para o patrão eles diminuem para 2%.

Também na "bolsa patrão" encontra-se a redução da multa para demissão, e o patrão poderá mandar embora pagando uma multa não de 40%, mas de 20%, para que compense que ele mande um trabalhador com direitos embora e convoque um jovem para trabalhar quase que na semiescravidão, que é o que diz essa "bolsa patrão".

E, por fim, é um projeto que retira direitos dos trabalhadores, como eu já disse, do décimo terceiro, um terço de férias e vários outros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para encaminhar.) – Além disso, medidas e mais medidas que fazem uma reforma trabalhista, como diz o Senador Randolfe, como diz também o nosso Deputado Bira, na contramão daquilo que tem sido feito no mundo inteiro, que é fortalecer o papel do Estado, colocar recursos para girar dentro da economia brasileira. Em vez disso, o Ministro Paulo Guedes anuncia um pacote que não tem dinheiro a mais, é mais uma *fake news* do Paulo Guedes. Paulo Guedes *fake news*! Um economista que é tão radical no ultraliberalismo que é incapaz de enxergar que o remédio que ele está dando ao Brasil, de recessão, de enxugamento da receita, está matando o paciente. E ele aumenta a dose!

Paulo Guedes, tem que fazer o contrário: o Estado tem que agir agora para fazer o Brasil crescer! Você vai levar o povo brasileiro a uma recessão enorme, a maior que nós já vimos no Brasil em todas as épocas, e será maior do que a recessão dos outros países que já anunciaram preocupação com recessão. Paulo Guedes, você está acabando com o Brasil!

"Bolsonaro acabou!", "Fora, Bolsonaro!" é o que o povo está dizendo nas ruas.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Obrigado.

Os Parlamentares que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitada a emenda. Mantido o texto do Relator.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 57 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 36 minutos do dia 04/02/2020. Reaberta às 14 horas e 39 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 45 minutos do dia 10/03/2020. Reaberta às 10 horas e 51 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 22 minutos do dia 11/03/2020. Reaberta às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 08 minutos do dia 17/03/2020.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 906, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia dez de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Parlamentares Vinicius Poit e Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 906, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Luiz Pastore, Luis Carlos Heinze, Luiz do Carmo, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Leila Barros, Telmário Mota, Rodrigo Pacheco, Mauro Lopes, Vilson da Fetaemg, Eduardo Cury, Léo Moraes, Paulo Pimenta, Bia Kicis, Dário Berger, Elmano Férrer, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Irajá, Fernando Bezerra Coelho, Carlos Chiodini, Paulo Paim, Fred Costa e Marcelo Ramos. Deixam de comparecer os Parlamentares Major Olimpio, Randolfe Rodrigues, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Marcos do Val, Ronaldo Carletto, José Ricardo, Vermelho, Bosco Costa, Jhonatan de Jesus, Geninho Zuliani, Leônidas Cristino e Ivan Valente. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906, de 2019. **Participantes:** Silas Cardoso, Diretor da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia - Amobitec; César Mattos, Secretário da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia; João Paulo de Souza, Superintendente de Serviços de Transporte de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; e Otávio Vieira da Cunha Filho, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos - NTU. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Vinicius Poit

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 906, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 907, DE 2019, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 907, de 2019 com a presença dos Parlamentares Dário Berger, Marcelo Castro, Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Albuquerque, Arolde de Oliveira, Zenaide Maia, Chico Rodrigues, Lasier Martins, Felipe Carreras, Newton Cardoso Jr, Herculano Passos, Expedito Netto, Magda Mofatto, Amaro Neto, Roberto Pessoa, Fábio Henrique, Sergio Vidigal, Bia Kicis, Nelsinho Trad, Telmário Mota, Leila Barros, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Paulo Paim, José Nelto, Carlos Chiodini, Pr. Marco Feliciano e Fred Costa. Deixam de comparecer os Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Major Olimpio, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Paulo Rocha, Jean Paul Prates, Helder Salomão, Daniel Silveira, Fernando Rodolfo, Bira do Pindaré, Vinicius Carvalho, Paulo Azi, Renata Abreu e Márcio Jerry. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho. **Resultado:** Aprovados os Requerimentos nºs 1 e 2 (Plano de Trabalho), com as alterações propostas pelos parlamentares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta minutos. É aprovada a Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Luis Carlos Heinze

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 907, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 907, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia três de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Luis Carlos Heinze e Lasier Martins, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 907, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Reguffe, Felipe Carreras, Newton Cardoso Jr, Herculano Passos, Clarissa Garotinho, Magda Mofatto, Vinicius Carvalho, Amaro Neto, Hercílio Coelho Diniz, Eduardo Bismarck, Eduardo Girão, Paulo Paim, Léo Moraes, Eliziane Gama, Marcelo Ramos, Capitão Wagner, Nelsinho Trad, Weverton, Eduardo Braga, Telmário Mota, Leila Barros, Luiz Pastore, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Luiz do Carmo, Angelo Coronel, Rogério Carvalho e Jorge Kajuru. Deixam de comparecer os Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Major Olimpio, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Paulo Albuquerque, Paulo Rocha, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Helder Salomão, Daniel Silveira, Expedito Netto, Fernando Rodolfo, Bira do Pindaré, Roberto Pessoa, Paulo Azi, Fábio Henrique, José Nelto e Márcio Jerry. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 907, de 2019. **Participantes:** Mauro Osório, Presidente do Instituto Pereira Passos - RJ; Pedro Augusto Guimarães, Presidente da Associação dos Promotores de Eventos do Setor de Entretenimento e Afins (Apresenta Rio); Gilson Machado Guimarães Neto, Presidente da Agência Brasileira de Promoção do Turismo (Embratur); Sávio Neves, Diretor da Companhia Trem do Corcovado, e Cláudio Magnavita, Diretor da Associação Brasileira da Industria de Hotéis do Rio de Janeiro (ABIH-RJ). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos. É aprovada a Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Luis Carlos Heinze

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 907, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 907, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia dez de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 907, de 2019 com a presença dos Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Marcelo Castro, Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Lasier Martins, Reguffe, Felipe Carreras, Newton Cardoso Jr, Herculano Passos, Clarissa Garotinho, Expedito Netto, Magda Mofatto, Aliel Machado, Vinicius Carvalho, Amaro Neto, Fábio Henrique, José Nelto, Eduardo Braga, Bia Kicis, Telmário Mota, Leila Barros, Luiz Pastore, Wellington Fagundes, Luiz do Carmo, Irajá, Rogério Carvalho, Rodrigo Pacheco, Delegado Pablo, Paulo Paim, Léo Moraes, Carlos Chiodini, Dra. Soraya Manato, Marcelo Ramos, Pr. Marco Feliciano e Fred Costa. Deixam de comparecer os Parlamentares Major Olimpio, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Paulo Albuquerque, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Helder Salomão, Daniel Silveira, Fernando Rodolfo, Bira do Pindaré, Roberto Pessoa, Paulo Azi e Márcio Jerry. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 907, de 2019. **Participantes:** Marcello Nascimento, Gerente Executivo de Arrecadação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad); Paulo Solmucci Jr, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel); Huilder Magno de Souza, Assessor Jurídico da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih); Alexandre Sampaio, Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA); Geremias dos Santos, Presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço Brasil); Carlos Nogueira Gatto, Conselheiro da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Alagoas (Abih-AL); Laércio Benko Lopes, Diretor do Departamento de Registro, Acompanhamento e Fiscalização da Secretaria Especial de Cultura; Doreni Caramori, Presidente da Associação Brasileira de Promotores de Eventos (Abrape); Manoel Cardoso Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih); Emmanuel Góes Boavista (Manno Góes), Compositor; Marcos Vinicius Carlos Alves (VineShow), Compositor. Roberto Corrêa de Mello, Representante da Associação Brasileira de Música e Artes (Abramus). Apresentados os Requerimentos nº 13 a 15, solicitando a inclusão de convidados em Audiências Públicas. O Requerimento n° 11 é retirado pela autora. Os Requerimentos nº 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14 e 15 são aprovados. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior e da presente reunião, que são aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Resultado: Audiência Pública realizada. Aprovados os Requerimentos nº 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14 e 15. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Luis Carlos Heinze

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 907, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 908, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Deputado Raimundo Costa, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 908, de 2019 com a presença dos Parlamentares Major Olimpio, Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Mário Negromonte Jr., Angela Amin, João Daniel, Carlos Jordy, João Roma, Eduardo Bismarck, Ricardo Teobaldo, Luiz Pastore, Marcos do Val, Irajá, Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Pr. Marco Feliciano, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Dário Berger e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Cunha, Weverton, Otto Alencar, Paulo Albuquerque, Jean Paul Prates, Alvaro Dias, Baleia Rossi, Rejane Dias, Bia Kicis, André de Paula, João H. Campos, Jhonatan de Jesus, Carlos Sampaio, Pedro Lupion, Túlio Gadêlha e Marreca Filho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciação de Plano de Trabalho. **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho (Requerimento nº 1, do Senador Rogério Carvalho). A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Raimundo Costa

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 908, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 908, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quinze horas e quatro minutos do dia onze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Deputado Raimundo Costa, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 908, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Major Olimpio, Soraya Thronicke, Leila Barros, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Jorginho Mello, Diego Andrade, João Roma, Pedro Lupion, Eduardo Bismarck, Paulo Paim, Eliziane Gama, Carlos Chiodini, Chico Rodrigues, Léo Moraes, Arolde de Oliveira, Pr. Marco Feliciano, Sanderson, Capitão Wagner, Flávio Bolsonaro, Eduardo Braga, Telmário Mota, Dário Berger, Marcos do Val, Luiz Pastore, Wellington Fagundes, Sidney Leite, Luis Miranda, Izalci Lucas e Rogério Peninha Mendonça. Deixam de comparecer os Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Cunha, Weverton, Randolfe Rodrigues, Paulo Albuquerque, Jean Paul Prates, Rodrigo Pacheco, Eduardo Girão, Mário Negromonte Jr., Isnaldo Bulhões Jr., Rejane Dias, Bia Kicis, André de Paula, João H. Campos, Jhonatan de Jesus, Adolfo Viana, Túlio Gadêlha, Ricardo Teobaldo e Marreca Filho. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 908, de 2019. **Participante:** Jorge Seif Junior, Secretário Nacional de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Faz uso da palavra a senhora Danielle Blanc, Assessora da Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Raimundo Costa

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 908, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 908, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Deputado Raimundo Costa, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 908, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Jarbas Vasconcelos, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Leila Barros, Angelo Coronel, Isnaldo Bulhões Jr., Angela Amin, Bia Kicis, Eduardo Bismarck, Delegado Pablo, Paulo Azi, Paulo Paim, Leur Lomanto Júnior, Chico Rodrigues, Carlos Chiodini, Pr. Marco Feliciano, Fred Costa, Arolde de Oliveira, Dário Berger, Nelsinho Trad, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Luis Carlos Heinze e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Major Olimpio, Weverton, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Paulo Albuquerque, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Rodrigo Pacheco, Eduardo Girão, Mário Negromonte Jr., Rejane Dias, André de Paula, João H. Campos, Jhonatan de Jesus, Adolfo Viana, Pedro Lupion, Túlio Gadêlha, Ricardo Teobaldo e Marreca Filho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 908, de 2019. **Participantes:** Sr. Dilson Peixoto, Secretário de Desenvolvimento Agrário do Estado de Pernambuco; Sr. Cadu Villaça, Diretor Técnico do Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura; Sr. Walzenir Falcão, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores – CNPA. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Raimundo Costa

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 908, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 908, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e oito minutos do dia três de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Deputado Raimundo Costa, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 908, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Jarbas Vasconcelos, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Weverton, Leila Barros, Angelo Coronel, Bia Kicis, Eduardo Bismarck, Paulo Paim, Eliziane Gama, Eduardo Girão, Léo Moraes, Marcelo Ramos, Capitão Wagner, Eduardo Braga, Telmário Mota, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Luiz Pastore, Wellington Fagundes, Fábio Henrique, Luiz do Carmo, Jorge Kajuru, Izalci Lucas e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Major Olimpio, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Paulo Albuquerque, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Rodrigo Pacheco, Elmano Férrer, Mário Negromonte Jr., Isnaldo Bulhões Jr., Rejane Dias, André de Paula, João H. Campos, Jhonatan de Jesus, Adolfo Viana, Pedro Lupion, Túlio Gadêlha, Ricardo Teobaldo e Marreca Filho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 908, de 2019. **Participantes:** Maria Eliene, Representante da Articulação Nacional das Pescadoras; Diana Maia, Educadora do Conselho Pastoral dos Pescadores do Estado do Ceará. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Raimundo Costa

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 908, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 910, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Deputado Lucio Mosquini, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 910, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Major Olimpio, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Irajá, Paulo Rocha, Zequinha Marinho, Elmano Férrer, Neri Geller, Rogério Peninha Mendonça, Valmir Assunção, Nelson Barbudo, Coronel Chrisóstomo, Joaquim Passarinho, Sidney Leite, Zé Vitor, Vilson da Fetaemg, Bira do Pindaré, João Roma, Jose Mario Schreiner, Luis Miranda, Zé Silva, Subtenente Gonzaga, José Nelto, Capitão Wagner, Pr. Marco Feliciano, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Túlio Gadêlha, Dário Berger, Nelsinho Trad, Luiz Pastore, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Marreca Filho e Carlos Chiodini. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Daniella Ribeiro, Roberto Rocha, Weverton, Eliziane Gama, Omar Aziz, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Alvaro Dias, Jhonatan de Jesus, Celso Sabino e Toninho Wandscheer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho e de Requerimentos. **Resultado:** Rejeitados os Requerimentos nºs 1 a 13. Aprovado o Requerimento nº 14, que consolida os convidados e o cronograma de trabalho da Comissão. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e doze minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Lucio Mosquini

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 910, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 910, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e vinte e um minutos do dia onze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Lucio Mosquini, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 910, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Confúcio Moura, Mecias de Jesus, Major Olimpio, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Irajá, Paulo Rocha, Telmário Mota, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Neri Geller, Rogério Peninha Mendonça, Valmir Assunção, Coronel Chrisóstomo, Joaquim Passarinho, Sidney Leite, Zé Vitor, Vilson da Fetaemg, Bira do Pindaré, João Roma, Mara Rocha, Jose Mario Schreiner, Luis Miranda, Zé Silva, Subtenente Gonzaga, Capitão Wagner, Jorginho Mello, Luizianne Lins, Paulo Paim, Léo Moraes, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, Carlos Chiodini, Pr. Marco Feliciano, Arolde de Oliveira, Sanderson, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Leila Barros, Elmano Férrer, Marcos do Val, Luiz Pastore, Diego Andrade e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Roberto Rocha, Weverton, Omar Aziz, Oriovisto Guimarães, Nelson Barbudo, Jhonatan de Jesus, José Nelto e Toninho Wandscheer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 910, de 2019. **Participantes:** Deborah Macedo Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; Leonardo Mundim, Diretor de Regularização Social e Desenvolvimento Econômico da Terracap; Rodrigo de Oliveira Kaufmann, Assessor Jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Atanásio Darcy Lucero Júnior, Defensor Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União (DPU); e Geraldo Ferreira de Melo Filho, Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (INCRA). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Lucio Mosquini

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 910, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 910, DE 2019, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e vinte e nove minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Deputado Lucio Mosquini, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 910, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Confúcio Moura, Mecias de Jesus, Major Olimpio, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Alessandro Vieira, Randolfe Rodrigues, Irajá, Carlos Viana, Telmário Mota, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Oriovisto Guimarães, Valmir Assunção, Coronel Chrisóstomo, Joaquim Passarinho, Sidney Leite, Zé Vitor, Marcelo Ramos, Vilson da Fetaemg, Bira do Pindaré, Mara Rocha, Jose Mario Schreiner, Luis Miranda, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Fausto Pinato, Julio Cesar Ribeiro, Dário Berger, Júlio Cesar, Leila Barros, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Rogério Carvalho, Luis Carlos Heinze, André Figueiredo, Delegado Pablo, Esperidião Amin, Pr. Marco Feliciano, Flávio Bolsonaro, Túlio Gadêlha, Bia Kicis, Hugo Leal, Nelsinho Trad, Alceu Moreira, Aline Sleutjes e Luiz Pastore. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Roberto Rocha, Weverton, Omar Aziz, Paulo Rocha, Neri Geller, Nelson Barbudo, Jhonatan de Jesus, Zé Silva, José Nelto e Toninho Wandscheer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 910, de 2019. **Participantes:** Alceu Moreira, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária; Roberta del Giudice, Secretária Executiva do Observatório do Código Florestal; Nabhan Garcia, Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Bruno Kono, Instituto de Terras do Pará; Brenda Brito, Pesquisadora Sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); e Juliana da Paula Batista, Advogada do Instituto Socioambiental (ISA). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Lucio Mosquini
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 910, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 910, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e vinte e um minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência doDeputado Lucio Mosquini, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 910, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Neri Geller, Valmir Assunção, Nelson Barbudo, Coronel Chrisóstomo, Joaquim Passarinho, Sidney Leite, Zé Vitor, Vilson da Fetaemg, Bira do Pindaré, Mara Rocha, Jose Mario Schreiner, Luis Miranda, Zé Silva, Bia Kicis, Dário Berger, Nelsinho Trad, Alceu Moreira, Aline Sleutjes, Félix Mendonça Júnior, Sergio Souza, Leila Barros, Reguffe, Rodrigo Cunha, Otto Alencar, Angelo Coronel, Luis Carlos Heinze, Delegado Pablo, Paulo Azi, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Carlos Chiodini, Pr. Marco Feliciano, Fred Costa e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Daniella Ribeiro, Roberto Rocha, Major Olimpio, Weverton, Eliziane Gama, Omar Aziz, Irajá, Paulo Rocha, Oriovisto Guimarães, Aroldo Martins, José Nelto e Toninho Wandscheer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 910, de 2019. **Participantes:** Tereza Cristina Correa da Costa Dias, Ministra de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento; Girolamo Domenico Treccani, Professor da Universidade Federal do Pará. Sérgio Sauer, Professor da Universidade de Brasília. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Lucio Mosquini

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 910, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/02/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 910, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia quatro de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Lucio Mosquini e Coronel Chrisóstomo, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 910, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Confúcio Moura, Eduardo Gomes, Mecias de Jesus, Major Olimpio, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Irajá, Wellington Fagundes, Neri Geller, Valmir Assunção, Joaquim Passarinho, Sidney Leite, Vilson da Fetaemg, Bira do Pindaré, Mara Rocha, Luis Miranda, Zé Silva, Léo Moraes, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Pacheco, Paulo Paim, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, Carlos Chiodini, Pr. Marco Feliciano, José Nelto, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Dário Berger, Julio Cesar Ribeiro, Aline Sleutjes, Lasier Martins, Leila Barros, Joenia Wapichana, Marcos do Val, Luiz Pastore, Luiz do Carmo e Jorge Kajuru. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Roberto Rocha, Weverton, Omar Aziz, Paulo Rocha, Telmário Mota, Oriovisto Guimarães, Nelson Barbudo, Zé Vitor, Aroldo Martins, Jose Mario Schreiner e Toninho Wandscheer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 910, de 2019. **Participantes:** Oriel Rodrigues de Moraes, Advogado da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Gerd Sparovek, Professor da Universidade de São Paulo; Hercules Jackson Moreira Santos, Especialista em Direito Ambiental; Elias D'Ângelo Borges, Secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Saulo Ferreira Reis, Representante da Comissão Pastoral da Terra Nacional (CPT). **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e das reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e três minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Lucio Mosquini
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 910, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 910, DE 2019 DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 11 E 12 DE MARÇO DE 2020, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, E ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e dois minutos do dia onze de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Parlamentar Lucio Mosquini, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 910, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Major Olimpio, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Weverton, Eliziane Gama, Irajá, Paulo Albuquerque, Telmário Mota, Zequinha Marinho, Rogério Peninha Mendonça, Valmir Assunção, Célio Moura, Nelson Barbudo, Coronel Chrisóstomo, Sidney Leite, Vilson da Fetaemg, João Roma, Mara Rocha, Luis Miranda, Zé Silva, Léo Moraes, Capitão Wagner, Rodrigo Cunha, Jorge Kajuru, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Pacheco, Paulo Paim, Esperidião Amin, Carlos Chiodini, Fred Costa, José Nelto, Subtenente Gonzaga, Flávio Bolsonaro, Dr. Jaziel, Leila Barros, Marcos do Val, Luiz Pastore e Rodrigo Agostinho. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às quinze horas e três minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia doze de março de dois mil e vinte. Em doze de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Parlamentar Lucio Mosquini, a reunião é reaberta às nove horas e vinte e seis minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Medida Provisória n° 910, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório do Senador Irajá. Concedida vista coletiva da matéria. Assume a Presidência o Parlamentar Joaquim Passarinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta minutos. Aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Lucio Mosquini

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 910, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/12

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. MDB - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 910, de 2019.

Vou declarar, também, suspensa a presente reunião, aguardando um novo posicionamento com relação ao término da sessão do Congresso Nacional.

Nós não estamos fazendo nenhuma deliberação, muito menos algum tipo de apresentação ou votação.

Então, nós vamos manter suspensa, mantendo o quórum, até segunda deliberação de acordo com a sessão do Congresso Nacional.

O SR. VILSON DA FETAEMG (PSB - MG) – Sr. Presidente, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. MDB - RO) – Boa tarde.

O SR. VILSON DA FETAEMG (PSB - MG. Pela ordem.) – Vai manter o painel?

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. MDB - RO) – Vou manter o painel.

Está suspensa. (*Pausa.*)

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, uma questão de ordem aqui.

"Art. 108, §3º: A suspensão de reunião de comissão somente será permitida quando sua continuação ocorrer em data e hora previamente estabelecidas."

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. MDB - RO) – Respondendo à questão de ordem, a data é esta de hoje, e o horário é após a sessão do Congresso.

(*Iniciada às 15 horas e 01 minuto, a reunião é suspensa às 15 horas e 04 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. MDB - RO) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 7ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 910.

Nós estamos aguardando o Senador Irajá.

O relatório já está disponibilizado.

Então, enquanto o Senador não chega, eu queria abrir a palavra apara os colegas que quiserem fazer uma pequena participação de três minutos. O Senador já me ligou, está aqui na Casa, está chegando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A nossa intenção aqui é que o Relator possa apresentar o relatório aos colegas. Apesar de já estar disponibilizado o relatório para todos, é muito importante que o Senador Irajá possa fazer as considerações dele.

Então, eu queria deixar o tempo para os colegas, se alguém quiser se manifestar, num tempo rápido, enquanto o Senador Irajá se aproxima daqui.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. MDB - RO) – Fique à vontade, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Na verdade, nós queríamos chamar a atenção da Presidência e do Relator sobre esse tema tão importante, que mexe no coração do desenvolvimento do País – e o senhor sabe disso –, que envolve todo esse debate do papel da floresta, do papel ambiental e do papel da produção do campo, tanto do grande quanto do pequeno.

Fazer uma sessão desta, com um relatório tão importante, numa sessão esvaziada? É um desprestígio para nós.

Então, eu queria dar a sugestão para o Relator de que a gente começasse realmente esse debate na terça-feira, com a Casa cheia, num momento importante desse debate.

Nós, da Amazônia... Aqui há três do Amazonas. Do Tocantins... O companheiro Joaquim Passarinho é do Pará. É fundamental para nós esse debate.

O Senador Irajá tem sido um Relator muito diligente no diálogo com a gente, etc. e tal. Acho que isto aqui é um desprestígio. A própria base do Governo, que quer bancar a medida provisória, não está aqui. Então, minha sugestão é que a gente adie isso para terça-feira. *(Interrupção do som.)*

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, realmente, essa Medida Provisória 910 tem colocado o povo da Amazônia preocupado. É uma medida provisória que afeta milhares e milhares de pessoas.

Nós acreditamos nas palavras, por exemplo, do Senador Paulo Rocha de que, com uma medida provisória dessa sendo votada nesta quinta-feira, com tão pouca gente, com poucos Senadores, com poucos Deputados, o Brasil inteiro vai ficar olhando para cá e pensando em como podemos realizar uma reunião para tratar de uma medida provisória tão importante e tão discutida no Brasil inteiro com este quórum tão baixo. Além do mais, o prazo de votação vai até o dia 19 de maio. Nós temos muito tempo pela frente.

Então, seria importante, seria uma medida boa a gente adiar essa votação para a próxima terça-feira, quando teríamos quórum suficiente, com a Casa cheia, com muita gente, para a gente poder discutir melhor, durante esse fim de semana, essa medida provisória. Então, eu peço ao Presidente e ao Relator que a gente adie a votação desse relatório na manhã desta quinta-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. MDB - RO) – Deputado Célio Moura e Senador Paulo Rocha, quero atender ao pedido de V. Exa. O que nós podemos fazer é não votar e até mesmo nem discutir. Eu concederia vista coletiva, de ofício, até terça-feira, e já deixo convocada reunião para terça-feira, às 13h30, e até lá a gente tem tempo para olhar esse relatório, analisá-lo, criticá-lo. Se os colegas estiverem de acordo, posso fazer isso de ofício, porque eu quero uma boa discussão, uma boa tratativa, para a gente poder ter um caminho.

Deputado Agostinho...

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Pela ordem.) – Presidente, Deputado Lucio Mosquini, e demais membros da Comissão, eu gostaria de dizer que nós estamos diante de algo que é muito relevante para o Brasil. Desde o início da ocupação europeia, o Brasil nunca foi passado a limpo. Embora a gente já tenha tido muitas tentativas de mudança da legislação fundiária no Brasil, acho que a gente tem uma oportunidade muito grande.

Como já foi dito aqui, nós estamos tendo conhecimento do relatório agora. A lei muda a Lei de Regularização Fundiária anterior, de 2009, muda a Lei de Licitações, de 1993, muda a Lei de Registros Públicos. Muda até a Lei de Licitações, e já existe um texto tramitando no Senado, que foi aprovado na Câmara e que está sendo alterado aqui na medida provisória.

Então, é importante que as pessoas tenham conhecimento. Fico muito contente de o relatório já estar disponível, mas a gente precisa analisá-lo com calma. São 28 páginas.

Eu acho que o mais importante hoje, Presidente, é que o relatório está público. Agora, todo mundo vai analisá-lo, vai vê-lo com calma. Eu acho que a regularização fundiária é importante para o Brasil, mas nós também precisamos estancar o processo de grilagem de terras, de ocupação de terras públicas, de desmatamento provocado por grilagem de terras.

Então, acho que, pela complexidade, a gente deveria realmente deixar para a semana que vem. Mas fico contente por pelo menos o relatório já estar disponível para todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. MDB - RO) – Está bem.

Com a palavra o Deputado Joaquim Passarinho.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD - PA. Pela ordem.) – Presidente, concordando com V. Exa., também acho que ninguém está pronto para votar. Não conseguimos ler o relatório. E, justamente, a ponderação que o Paulo havia feito, enquanto estávamos lá fora, é a de que não votássemos nada hoje.

Então, se V. Exa. der vista coletiva, já está atendido; se não, já peço vista. Se ninguém pedir, eu peço vista, porque eu não tenho como votar nada hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Mas acho que é importante já termos o relatório em mão, para que a nossa assessoria e nós mesmos, durante o fim de semana, possamos lê-lo com calma, para que, na terça-feira, tenhamos condição de começar a discutir esse relatório.

Como foi falado, é uma medida provisória muito importante não só para o Brasil, mas principalmente para a Amazônia, para quem mora na Amazônia, para quem vive na Amazônia, para os 25 milhões de brasileiros que vivem naquela região e precisam ter sua regularização fundiária, mas precisam também defender a floresta, precisam também combater a grilagem. Isso é verdade. É importante que possamos, nessa medida, ter esse instrumento para fazer essas coisas de que nós precisamos tanto na Amazônia, para que possamos crescer e se desenvolver, para que realmente a Amazônia faça parte do Brasil, porque, muitas vezes, nós somos deixados de fora lá. Os piores IDHs do Brasil estão na Amazônia, o pior fornecimento de drenagens, de coleta de lixo, de saneamento básico está na Amazônia. Nós pagamos a maior taxa de energia elétrica do Brasil na Amazônia. Enfim, nós somos o povo mais pobre deste Brasil. Somos tratados, muitas vezes, não como brasileiros, mas apenas como aliados.

Então, nós precisamos mudar essa forma como o Brasil vê a Amazônia. Nós precisamos realmente defendê-la, para que os brasileiros que moram naquela região, como eu moro, possam ter a mesma dignidade de morar como qualquer um no Brasil.

Então, essa medida provisória é muito importante para nós. Nós precisamos realmente estudá-la.

Volto a dizer, concordando com V. Exa., que, se V. Exa. der vista coletiva, está o.k.; se não, eu já peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. MDB - RO) – Eu vou passar a palavra à Deputada Mara, mas vou conceder, de ofício, a vista coletiva.

Com a palavra a Deputada Mara.

A SRA. MARA ROCHA (PSDB - AC. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente!

Bom dia a todos os amigos Parlamentares e a todos os presentes!

Fico feliz de fazer parte desta Comissão, que é um marco na história da regularização fundiária. Os processos evoluem, e a gente aqui pôde comprovar um processo evoluído.

Ontem, estivemos no Incra conhecendo todo o sistema que vai agilizar esse processo de regularização fundiária, a seriedade com que esse assunto é tratado, com as informações sendo interligadas em vários órgãos para agilizar esse processo.

O Presidente Lucio é da Região Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O senhor é nosso vizinho do Estado de Rondônia e sabe como é importante que a gente tenha essa agilidade, que essa MP saia e favoreça milhares de pequenos produtores que estão lá ansiosos, esperando, por 10, 20 ou até 30 anos, para ser o proprietário da sua terra de fato e de direito.

Essa medida provisória é de extrema importância para a nossa Região Norte, como já foi falado aqui por vários Parlamentares. Quero dizer que, implementada, ela vai ter um reflexo muito positivo no combate ao desmatamento, vai ter um reflexo muito positivo nas queimadas, vai minimizá-las, vai ajudar também um processo tradicional na nossa região que é a roçagem e queima. Nós temos esta prática na nossa região de roçar e queimar porque os produtores não têm condições de irem a um banco adquirir um financiamento para comprar um jerico ou um mini trator para suas propriedades. E, agora, de posse do documento da sua terra, com certeza, muitos já estão ansiosos. Pelo menos é esta sensação que a gente tem no nosso Estado: os produtores estão nessa expectativa de verem essa medida provisória, sim, de fato, concretizada e aprovada nesta Casa, para que eles possam ter realmente o direito à sua segurança jurídica.

Então, fico muito feliz. Quero parabenizá-lo por todo esse processo, como também o Relator.

Quero dizer que fico feliz com o fato de esse processo de até 30 anos, pelo que nós pudemos comprovar ontem no Incra, através desse sistema, ser feito em um dia ou, no máximo, em 30 dias. Então, quem esperou por 30 anos agora pode ver esse processo de regularização fundiária tão ágil, com seriedade, com o envolvimento de todos os órgãos, com todas as informações interligadas, preservando as Áreas de Proteção Ambiental, preservando os parques e as áreas quilombolas e, de fato, favorecendo, sim, os pequenos produtores, que precisam realmente ter a sua segurança jurídica.

Quero agradecer a todos, parabenizá-los mais uma vez e dizer que estamos todos ansiosos pelo fechamento dessa MP e por vê-la aprovada aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. MDB - RO) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Célio Moura.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós queremos rogar a V. Exa., o senhor que é um amazônida e conhece a realidade daquela região – eu sou do Estado do Tocantins, talvez o Estado que mais necessita discutir melhor esse assunto –, que encerre a reunião. Na terça-feira, com um quórum mais qualificado, com mais gente... A base do Governo só veio aqui, registrou a presença e foi embora. Não é possível a gente começar esta reunião com um quórum tão pequeno. O prazo é longo ainda. Nós temos até 19 de maio para votar essa medida provisória. Eu acho que, com esse relatório já colocado para todo mundo, seria importante... Há várias entidades neste País que estão debruçadas sobre essa discussão.

Chegou aqui o meu conterrâneo Senador Irajá Abreu, que também é do Tocantins e conhece como poucos esse assunto, já que ele foi Secretário de Regularização Fundiária do Estado do Tocantins e prestou um serviço relevante ao nosso Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, Senador Irajá, eu já estava falando com o nosso Presidente, que também, como V. Exa., é um amazônida, para que nós suspendêssemos esta reunião e a convocássemos outra para terça-feira, com um quórum mais qualificado, com mais gente aqui nesta reunião. Eu acho que é um desrespeito, tanto ao Presidente Mosquini quanto ao Senador Irajá, a gente continuar esta reunião com tão pouca gente.

O Brasil inteiro está esperando o que vai sair desta Comissão, porque isso mexe com a vida de milhares e milhares de pessoas. Como disse aqui o Deputado Passarinho, lá do nosso querido Pará, são 25 milhões de brasileiros que moram na Amazônia, que, sem sombra de dúvida, será a região mais afetada com essa medida provisória.

Portanto, eu conclamo o Presidente e o Relator para que possamos encerrar esta reunião hoje e voltar novamente a discutir na terça-feira, com esta Casa cheia, com a demonstração da importância que o caso requer. Esse é o nosso pleito.

Eu gostaria que V. Exas. analisassem o nosso pedido, encerrassem esta reunião e convocassem novamente a reunião para terça-feira. Era esse o nosso pedido.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. MDB - RO) – Deputado Célio Moura, nós vamos acatar o pedido de V. Exa. Eu já havia falado isso aqui. Nós vamos ouvir o Relator, o Senador Irajá, que vai fazer as ponderações dele. O relatório já está disponibilizado. Após a apresentação do Senador Irajá, nós vamos encerrar esta reunião, fazer um novo quórum para terça-feira. Vamos conceder vista. É bem tranquilo mesmo.

Eu vou passar a palavra ao Senador Irajá para ele ficar absolutamente à vontade com relação ao relatório. E vou pedir que o Deputado Joaquim Passarinho conduza os trabalhos.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Só para ficar mais clara a sua proposta, Presidente...

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Bom dia a todos os Deputados, Senadores e Senadoras!

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Irajá...

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Senador Paulo...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Só para ficar mais clara a proposta, que é diferente da anterior... V. Exa. considera, então, que a reunião de terça-feira vai iniciar o processo de calendário, quando haverá o direito de se pedir vista. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. MDB - RO) – Não, não! Eu já estou dando vista coletiva agora. Eu já concedi a vista de ofício. Não é coletiva. O Joaquim Passarinho pediu a vista, e eu a estou concedendo de ofício também. Na terça-feira, haverá um novo painel, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Nossa ponderação é a seguinte, amigo Irajá, Relator: a gente, desde o início desse processo, está tendo uma relação muito... Eu já falei isso aqui. Ouviu, Irajá? Isso se deve à sua diligência e ao conhecimento de causa que V. Exa. tem. Portanto, é o Relator, digamos assim, certo para essas questões. No entanto, como eu nem sabia que o prazo ia terminar só em maio e como essa é uma questão premente para a Amazônia, para todos nós, para o interior do nosso País, tanto para o grande quanto para o pequeno... Eu sei que V. Exa. trabalhou arduamente nessa questão. O que nós estávamos propondo? Se começar o pedido de vista hoje, Presidente – esta é a ponderação –, nós vamos entrar já na terça-feira com um quórum alto, mas com um calendário já definido, porque o pedido de vista já se transforma num calendário obrigatório para o próprio Presidente cumprir. Então, o que nós estamos ponderando? Tudo bem, o Relator pode expor, mas que realmente, de fato, a discussão do relatório comece na terça-feira. E aí iniciariam realmente os prazos de vista etc. Então, haverá um prazo. E depois a Câmara e o Senado vão ter um mês e vinte dias para discutir isso. Não sei por que a pressa.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Senador Paulo, só quero tentar complementar o que V. Exa. está pontuando.

Primeiro, eu queria pedir desculpa pelo atraso ao nosso Presidente Lucio e aos meus colegas. Eu estava num exame médico e, em função disso, me atrasei.

Nós não prevíamos que esta reunião fosse acontecer no dia de hoje. Essa é a verdade. Tivemos na terça e na quarta-feira sessão do Congresso, e isso, é claro, inviabilizou o nosso plano de trabalho e só permitiu que nós pudéssemos estar aqui hoje, quinta-feira, pela manhã. Mas eu imagino que, com esse atraso, foi possível que todos pudessem ter acesso ao relatório e assim pudessem também ter a oportunidade de se inteirarem do conteúdo do trabalho que foi realizado em conjunto.

Mas só quero contribuir com o que o Senador Paulo Rocha falou. Nós todos pactuamos aqui na construção, na composição da Comissão Especial um plano de trabalho no sentido de que fossem realizadas quatro audiências públicas e de que, no dia 11, que foi na quarta-feira, no dia de ontem, fosse apresentado o relatório, que estava pronto para ser apresentado, mas isso não foi possível em função da sessão do Congresso.

Então, nós não estamos, Senador Paulo, modificando em absolutamente nada o plano que foi aprovado por todos nós. Ao contrário, nós estamos sendo diligentes, disciplinados com os prazos, apenas isso.

Então, eu queria fazer essa defesa do Deputado Lucio Mosquini, porque eu creio que ele esteja conduzindo com muita responsabilidade o trabalho. A sugestão, o encaminhamento que ele faz está dentro do cronograma com o qual todos nós concordamos e que aprovamos.

Essa era apenas a ressalva que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. MDB - RO) – Senador Paulo Rocha, o Deputado Joaquim Passarinho já pediu vista também. Então, nós a estamos concedendo de ofício. E, na terça-feira, é um novo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

painel. Como falou o Senador Irajá, nós estamos dentro do cronograma nosso. Concedemos a vista de ofício. O que nós estamos fazendo é dar liberdade aqui para o nosso Relator fazer considerações prévias sobre o relatório.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Senador Irajá...

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – ... sinceramente, eu queria fazer esta declaração aqui: nós não estamos querendo procrastinar, porque nós somos favoráveis...

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Sim, é claro!

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – ... ao tema e à medida provisória, diferentemente da nossa posição em relação à MP 905, porque, essa, sim, vamos fazer tudo para derrotá-la ou para que ela caduque.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Perfeito!

Bom dia a todos!

Agradeço mais uma vez ao nosso Presidente Lucio Mosquini. Ele tem um horário de voo e precisou se retirar. O Deputado Lucio Mosquini vem, com muita competência, com muita diligência também, conduzindo os trabalhos da nossa Comissão. Nós trabalhamos em conjunto, de forma afinada, para tentar produzir o melhor relatório, para que ele pudesse agora ser submetido à avaliação de todos vocês, de todos os colegas Deputados e também Senadores.

Quero saudar pela presença o Deputado Joaquim Passarinho, meu amigo, que vai daqui para a frente conduzir o trabalho da Comissão.

Quero agradecer a presença de todos os Deputados, dos meus amigos, colegas, Senador Confúcio, Senador Paulo Rocha, por quem tenho um grande respeito. Tenho admiração pelo trabalho dele. Ele foi fundamental, inclusive, na minha indicação para a relatoria dessa medida provisória. Ele sabe disso.

Portanto, quero fazer esse reconhecimento de público.

Quero agradecer ao Deputado Zé Silva; à Deputada Mara Rocha; ao amigo e Deputado Célio Moura, do meu Estado do Tocantins; ao Deputado Coronel Chrisóstomo; ao Deputado Nelson, também aqui presente; ao Deputado Rodrigo Agostinho, que também está nos prestigiando. Muito obrigado pela presença de todos.

Agradeço à imprensa que nos está acompanhando, a todos que estão também participando através da TV e da Rádio do Senado Federal, às entidades ambientais e agropecuárias que se fazem presentes, ao Ministério Público, aos órgãos fundiários federais e estaduais que também mandaram os seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

representantes. Todos são muito importantes neste dia de hoje, um dia importante porque é quando nós consolidamos um trabalho que fizemos a quatro mãos, ao longo de praticamente 30 dias. Faz 30 dias que o iniciamos na Comissão, com a composição da Comissão Especial.

Eu não poderia deixar de agradecer a confiança de vocês, a confiança dos meus amigos Senadores e dos meus amigos Deputados, por terem aprovado o meu nome na indicação dessa relatoria tão importante para o País, tão importante para os produtores rurais brasileiros.

Eu tenho estudado e me aplicado ao máximo nessa relatoria. Procurei ouvir todos, todas as entidades, dos mais diferentes segmentos. E eu tive a chance de poder ouvir a opinião de cada um, mesmo às vezes divergindo em alguns pontos, concordando em muitos outros, mas eu o fiz porque este é o processo democrático. O diálogo sempre constante é importante para a gente produzir um resultado que seja compatível com a realidade do Pais. E é isso que pautou o meu trabalho ao longo desses 30 dias com relação à Medida Provisória 910, que vai permitir que produtores rurais brasileiros possam definitivamente receber o título da sua área, depois de 10, 20, 30, 40, 50 anos, de uma forma simplificada. Esse é o nosso esforço aqui, para permitir que essas pessoas regularizem a sua situação.

Nós realizamos, ao longo desse período, Presidente Joaquim Passarinho, quatro audiências públicas em que foi dada oportunidade à maioria das entidades ligadas ao setor produtivo, à defesa do meio ambiente e à defesa da soberania, aos militares, a todos os segmentos de expor os seus pontos de vista, para analisarem a medida provisória sob a sua óptica, sob a óptica do seu segmento, é claro muitas vezes divergindo, muitas vezes concordando. Mas todas as contribuições foram importantes durante esses 30 dias, através das audiências públicas, para que a gente formulasse um relatório equilibrado, um relatório responsável, que pudesse atender a demanda dos produtores brasileiros de todos os 27 Estados brasileiros.

Eu gostaria também aqui de fazer um registro importante, que é uma satisfação aos meus colegas Parlamentares e que a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, me solicitou. Nós estivemos reunidos ontem, na parte da manhã, discutindo essa medida provisória, junto com o Presidente do Incra, o Presidente Geraldo. Eu não sei se ele está aqui presente ainda. Mas houve uma sinalização do Governo de que, após a aprovação dessa Medida Provisória 910, que trata da regularização fundiária, houvesse depois, na sequência, algum projeto, através de medida provisória ou mesmo de propositura da Casa, que fosse também direcionado exclusivamente à nossa reforma agrária. Por isso, todas aquelas ideias, todas as sugestões, todas as emendas que foram apresentadas nessa medida provisória poderão ser aproveitadas nessa outra oportunidade e, segundo a nossa Ministra Tereza Cristina, serão encaminhadas talvez através de medida provisória em um curto espaço de tempo.

Então, essa sinalização do Governo, na minha opinião, é importante para que a gente não misture as coisas, para que a gente não misture a regularização fundiária de áreas ocupadas da União em áreas devolutas com projetos de assentamento que também são superimportantes, são urgentes e necessários. Aí nós decidimos por essa separação, para que um não pudesse extrapolar a esfera do outro ou pudesse mesmo prejudicar a tramitação dessa medida provisória aqui na Câmara e também no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Mais de 540 emendas foram apresentadas ao longo desse período. Definimos quatro critérios, quatro filtros importantes na avaliação dessas emendas. Três critérios foram por exclusão, e houve um critério que foi por inclusão. Os três critérios por exclusão foram aqueles que pudessem dar qualquer tipo de conotação ou que pudessem mesmo ser complacentes com o incentivo ao desmatamento. Eu disse isso em outras oportunidades. Havia sugestões inclusive de redução de reserva legal. Então, todas as ideias e todas as emendas que estivessem dentro desse eixo foram rejeitadas. Com todo o respeito aos meus colegas Parlamentares, essa é uma matéria estranha à medida provisória, porque aqui nós tratamos apenas de regularização fundiária. Nós não estamos aqui discutindo uma reformulação no Código Florestal, até porque, no meu entendimento, isso não é cabível. Nós temos uma legislação já moderna que foi amplamente debatida e aprovada no Congresso em 2012. É claro que pode ao longo do tempo sofrer alterações, modificações e aperfeiçoamentos, mas não compete a essa medida provisória tratar desse tema.

Outro tema que foi definido por exclusão foram as emendas que pudessem permitir qualquer tipo de anistia. Existiam dezenas de emendas... Eu não estou entrando aqui no mérito se eram relevantes ou se eram meritórias, mas existiam dezenas de emendas que propunham, por exemplo, que os pagamentos pendentes de títulos antigos, da década de 70, da década 80, pudessem ser perdoados. Então, no entendimento da Comissão, no entendimento do Presidente Lucio Mosquini, no meu entendimento como Relator, não foi possível acolher sugestões que pudessem também dar uma narrativa de que a medida provisória estaria anistiando produtores rurais, em que pese o fato de que alguns estão passando por dificuldade. Muitos deles não pagam por má-fé ou porque passaram por alguma dificuldade ou por alguma outra razão, mas nós não queríamos também que essa medida provisória tratasse desse tema, que não é pertinente neste momento.

Outros temas definidos por exclusão foram os temas ligados à grilagem. Qualquer incentivo à grilagem ou mesmo qualquer complacência com os grileiros também não foram admitidos no relatório dessa medida provisória. Eu posso dar dois grandes exemplos, já antecipando algumas mudanças. Digo, por exemplo, da previsão de que aqueles pedidos de titulação fossem feitos por procuração. Nesses casos específicos, será exigida a vistoria *in locu,* porque sabemos, na prática dos nossos Estados, que muitos se aproveitam da oportunidade em que há pessoas mais humildes, mais simples, que se fazem representadas, e muitas vezes vão lá e pegam uma carona na lei para poderem regularizar as suas extensões de terras, e isso não é feito para beneficiar aquela pessoa que está com a documentação, mas um terceiro, um laranja, os chamados laranjas. Então, nós tivemos esse cuidado de manter a exigência da vistoria *in loco* para aqueles processos que se fizessem representados por procuração, mesmo a procuração pública. Então, isso é um ponto importante.

Um outro aspecto que vai também nesse segmento, Deputado Célio, é com relação àqueles produtores que estão listados na lista do trabalho escravo. Foi uma sugestão, inclusive, do Senador Paulo Paim. A Emenda 002 foi aceita, foi acolhida para que todos os produtores que eventualmente estejam listados na lista suja do trabalho escravo não possam ter direito à regularização fundiária, porque nós entendemos que muitos dos chamados grileiros fazem o uso incessante da mão de obra análoga à escrava. Portanto, a gente também sinaliza nessa direção de que nós não compactuaremos com qualquer tipo de estímulo à grilagem ou mesmo que a lei possa servir de carona para que se estimule a grilagem de terra nas áreas da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, foram os três critérios definidos por exclusão das emendas.

O outro critério, o quarto, que é o da inclusão, é claro que é o da simplificação, o da desburocratização, mas com transparência, com todo o rigor da lei, com segurança jurídica, com responsabilidade, cria a condição de que os produtores possam efetivamente titular as suas terras, porque todos nós aqui sabemos que esse é o maior entrave, é a maior dificuldade desses produtores brasileiros. Então, foi o único critério admitido na seleção das emendas oferecidas pelos Deputados e também pelos nossos Senadores.

O objetivo, como eu sempre frisei, Deputado Joaquim Passarinho, é que nós temos a obrigação e a responsabilidade de formular uma boa lei para 99% das famílias brasileiras, para os produtores brasileiros, as pessoas que geram emprego, as pessoas que geram renda, as pessoas que estão há 20, 30, 40 anos dentro de uma área e sequer têm um documento, um título que reconheça a sua posse. É sobre isto que nós estamos aqui debruçados: uma lei que seja compatível com 99% desses produtores, e não para 1% de criminosos, não para 1% que quer se aproveitar de um marco regulatório para resolver sua situação, para dar um jeitinho, como a gente costuma dizer. Não é para isso que nós estamos aqui.

Bem, eu gostaria, para poder resumir as mudanças que foram implementadas – eu já até adiantei duas delas, que são importantes –, de fazer uma *checklist* para facilitar às senhoras e aos senhores o entendimento em relação às mudanças que foram promovidas no relatório. É claro que vocês irão submeter isso às suas equipes, e é claro que eu sugiro que isso seja feito, porque nós precisamos também, aqui, ter uma relação de isenção máxima possível, mas eu queria, de antemão, antecipar esses pontos que serão objeto de avaliação pelos Parlamentares e, consequentemente, pelas suas equipes do Legislativo.

Nós tivemos aqui praticamente 33 medidas que representam um grande avanço ao texto original – pasmem vocês, foi uma coincidência ser a idade de Cristo, 33; não foi proposital, confesso. Foram 33 e estão listadas aqui nessas colunas das tabelas, que eu vou rapidamente relacionar às senhoras e aos senhores. Nós tivemos 33 importantes medidas que representam um avanço na simplificação, na desburocratização desse marco regulatório. Houve apenas uma coisa em que nós regredimos, eu tenho que admitir. Nós vamos chegar a esse aspecto. O primeiro ponto, o primeiro avanço importante diz respeito à gratuidade das taxas do Incra, uma sugestão feita pelo próprio Presidente do Incra, o Presidente Geraldo, para que se viabilizasse o acesso aos títulos, porque, quando você protocola a documentação, o Incra já começa a cobrar a taxa, como, por exemplo, o próprio CCIR, um exemplo clássico disso. E, a partir da aprovação dessa medida provisória, essa taxa será gratuita para todos os produtores que vierem a ser objeto de regularização fundiária.

Houve também a ampliação da gratuidade dos emolumentos, que são as taxas cobradas pelo cartório no primeiro registro apenas. O que significa isso? Significa que, quando sair da União, que é o proprietário, para um primeiro particular, o cartório não vai cobrar absolutamente nada, será isento, apenas na primeira transferência. Agora, depois de dez anos que ele cumprir as cláusulas resolutivas, se ele for vender, se ele for dar, se ele for fazer alguma coisa, aí, claro, o cartório vai cobrar normalmente por essa transação comercial. Mas, naquele primeiro caso, será gratuito, e com isso também nós vamos viabilizar o registro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

dos títulos, que é você tornar públicos esses documentos, que é você dar fé pública à existência desses documentos, porque não pode ser só um papel, o papel tem que ser reconhecido; por isso a necessidade do registro em cartório.

Nós tivemos também uma redação que nós incorporamos ao projeto que deixa mais claro aos cartórios que, nesse caso da regularização, não se trata de uma transação comercial, porque, por incrível que pareça, existiam muitos cartórios que estavam exigindo e cobrando o ITBI quando havia esse primeiro registro, quando saia da União e ia para o particular. Havia cartório que não cobrava e havia cartório que cobrava. E foi uma sugestão da própria associação dos cartórios – eu peço desculpas, mas não me recordo do nome da associação...

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PSD - PA. *Fora do microfone*.) – Anoreg.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Anoreg, o Passarinho, aqui, me salvou!

A Anoreg sugeriu que nós pudéssemos elucidar dentro da redação que, nesses casos específicos, não seriam cobrados, não poderia ser cobrado nenhum tipo de imposto porque não se trata de uma transação comercial.

Criamos a condição de o Incra poder firmar convênios com as entidades presentes nos 5,5 mil Municípios brasileiros, como os Correios, como os bancos federais, como os próprios cartórios que estão presentes nos Municípios, na grande maioria deles. O objetivo é que se crie a possibilidade de o cidadão, de aquele produtor da sua cidade poder dar entrada na documentação da titulação das suas áreas. Lá ele vai apresentar nos Correios os seus documentos pessoais, a documentação do imóvel, para que lá se inicie o processo de regularização. E cabe a esses parceiros, Correios, bancos e cartórios, checarem a documentação e darem início ao processo de titulação. Isso será encaminhado depois para o Incra, e, claro, o Incra tem toda autonomia e legitimidade de certificar se essa documentação está correta e se atende aos requisitos da lei, e depois vai validá-la com o título. Quero deixar isto muito claro: que não há aqui nenhum tipo de ingerência; a autonomia é do nosso Incra.

Um outro avanço importante é uma sugestão... Inclusive, eu queria fazer este registro, de que esse convênio, essa parceria que nós aceitamos foi uma emenda do Senador Izalci, a Emenda 327, que foi aceita. A da gratuidade dos emolumentos no primeiro registro, na primeira transferência, foram as Emendas do Deputado Zé Silva, nº 22, e também do Senador Roberto Rocha, nº 518. Portanto, eu estou aqui apenas creditando aos autores das ideias o que foi aproveitado.

Foi admitida também a regularização das áreas urbanas com características rurais: "permite a regularização rural em áreas urbanas, mas com finalidade de uso rural". Isso acontece muito nas cidades em que você tem um avanço do perímetro urbano, mas em áreas que são áreas rurais, onde você tem a produção de hortifrúti, de hortaliças, de pequenas propriedades que, embora estejam dentro de um perímetro urbano, precisam ter regularizadas as suas áreas, o seu título.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO) – Seria possível V. Exa. repetir esse caso, porque eu estava um pouco desatento; o caso anterior.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – O da regularização de áreas urbanas com características rurais, é isso?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO) – Sim, senhor.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – A inclusão do Distrito Federal em todas as condições que se enquadram nos Estados. Na verdade, aqui é um reparo à medida provisória, ao texto original; é como se fosse uma emenda de redação, e foi sugerida pela Deputada Celina, 515, e pelo Deputado Luis Miranda, Emenda 122.

Inclusão do CAR como cláusula resolutiva, sugestão da Deputada Tabata, Emenda 406. Incluiu como cláusula resolutiva o cumprimento das obrigações constantes no CAR, no PRA ou em TACs firmados com órgãos integrantes do Sisnama, Ministério Público Federal e estadual. Claro que nós aqui estamos reforçando o compromisso e a obrigação do produtor de poder cumprir com o seu Cadastro Ambiental Rural, eventualmente com algum Termo de Ajuste de Conduta que ele tenha assinado ou mesmo com a sua adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

A cláusula resolutiva para acompanhar o imóvel em caso de leilão, sugestão da Deputada Tabata também, a Emenda 407. A preocupação é que, em caso de sucessão desse imóvel para um terceiro ou em caso de leilão ou mesmo depois de vencido o prazo resolutivo de dez anos, quem viesse assumir que herdasse também essas obrigações admitidas no imóvel pelo proprietário anterior.

Definição de infração ambiental, adequação do conceito de infração administrativa: toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente. Sugestão do Deputado Rodrigo Agostinho, Emenda 254; do Senador Paulo Paim, 003; do Senador Weverton, 400; e do Senador Contarato, 278, que foram nessa direção.

Regularização do CATP (Contrato de Alienação de Terras Públicas), considerando que os contratos de alienação de terras públicas foram emitidos com o pagamento devidamente antecipado e levados ao competente registro imobiliário nas décadas de 70 e 80. A emenda admitida é do Senador Confúcio, Emenda 296.

Retirada da referência ao decreto já revogado, Confúcio, 62.

Renegociação de títulos pendentes de pagamento. Relembrando que isso não trata de anistia, não trata de perdão; é apenas a possibilidade de a pessoa que está devendo ir lá e quitar, pagar e não ter o seu título cancelado, como hoje prevê a nossa lei. Isso é uma emenda do Deputado Jose Mario, Emenda 310.

A admissão da possibilidade do trabalho em condição análoga à do escravo será impeditiva à regularização fundiária enquanto o requerente estiver com o seu nome na lista de trabalho em condição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

análoga à de escravo. É sugestão do Senador Paulo Rocha, 484, e do Senador Rogério Carvalho, 121. Eu já tinha até antecipado esse ponto.

E a exclusão dos efeitos dessa medida provisória para as áreas quilombolas. Essa norma não alcançará as áreas das comunidades quilombolas. Emenda admitida do Senador Paulo Paim, 002.

Como eu disse – e repito –, nós enxugamos ao máximo a medida provisória. Não admitimos que ela tivesse efeito em áreas quilombolas, muito menos em reservas indígenas e mesmo, também – houve algumas sugestões nesta direção –, nos parques estaduais federais que pudessem ser objeto de regularização. Houve também a rejeição disso, para que não houvesse nenhum tipo de mistura com relação ao objetivo pretendido nessa medida provisória.

Para a gente poder avançar, a convalidação dos títulos emitidos pelos Estados. Isso aqui é um problema muito crônico, não é específico do Tocantins, existe praticamente nos 27 Estados brasileiros. São títulos expedidos pelos órgãos fundiários do Estado há 10, 20, 30 anos – principalmente nos últimos 30 anos. Essas pessoas estão lá produzindo, gerando emprego, gerando renda, inclusive essas áreas são objetos de garantia de financiamentos bancários, existe a hipoteca na matrícula, e, nos últimos dez anos principalmente, a União tem informado aos cartórios, através do Incra, do cancelamento dessas matrículas. Isso tem gerado, além de uma instabilidade econômica, conflitos e insegurança jurídica. E, com essa medida, com esse avanço, nós iremos reconhecer os títulos expedidos nos Estados que respeitem os limites estabelecidos na medida provisória. Então, vamos imaginar que exista lá uma área de 5 mil hectares no Estado de Mato Grosso titulada pelo Estado – área da União. Ele será convalidado? Não, porque existe o limite constitucional, que deverá ser observado. É apenas um exemplo. Então, respeitados os parâmetros da lei federal, esses títulos estaduais serão convalidados.

Sucessão e divórcio, cláusula resolutiva de cinco anos. Em caso de sucessão e divórcio, a cláusula resolutiva poderá ser extinta em cinco anos, desde de que cumpridos os requisitos necessários. O que estava acontecendo? Nós temos – está mantido isto – um prazo, na cláusula resolutiva, de dez. Isso está mantido. Mas, nestes casos específicos de divórcio – "Ah, o João separou da Maria" –, eles não são obrigados a ter que esperar dez anos para poderem separar o que vai ficar com um e o que vai ficar com outro. Aqui nós estamos sendo um pouco mais tolerantes com estes dois casos, de divórcio e de sucessão, para que eles possam divorciar – desquitar, não é, Célio? – de direito e de fato; para que a Maria possa ter o pedaço da área dela e possa fazer o que bem entender, e o João também possa continuar desempenhando a sua atividade na sua área.

E assim também na sucessão, porque acontece demais de um produtor com idade mais avançada não ter mais condição nem de trabalhar. Então, é justo que ele possa dividir entre os filhos essa propriedade e que cada filho possa desempenhar o seu trabalho e continuar dentro da atividade produtiva; e que isso não seja um empecilho à produção. Então, nesses dois casos, nós tivemos essa tolerância com o prazo.

Autos de infração e termos de embargo. Autos de infração e termos de embargo existentes da propriedade serão objetos identificados através do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e também dos programas de regularização ambiental e são condicionantes para a regularização fundiária. Então, para fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

a regularização fundiária, tem que ter o CAR. Se tiver passivo, ou ele tem que ter aderido ao Programa de Regularização Ambiental, ou ele tem que ter assinado um Termo de Ajuste de Conduta, ou ele tem que ter pago a dívida. Então, em nenhum desses três casos, ele poderá ter acesso à regularização fundiária. Jamais iríamos ser complacentes aqui com pessoas que devem alguma coisa ao meio ambiente e não estão se comprometendo a regularizar ou não estão pagando as suas pendências ou não estão se comprometendo no pagamento. Então, também foi uma sugestão que foi admitida.

Gente, eu acabei pulando aqui. A convalidação dos títulos foi uma sugestão do Senador Vanderlan, 539, de Goiás; a da sucessão e divórcio foi do Deputado Lucio Mosquini.

Permutas em áreas da União em caso de ocupação irregular e processo de desapropriação. Nós estamos criando aqui uma oportunidade, uma chance de a União poder resolver esses casos em que há a desapropriação, mas não há indenização. E aí vira aquele litígio judicial, aquela disputa, aquela briga, o que inviabiliza que o projeto de assentamento, por exemplo, possa ser implementado. Em alguns casos, isso acontece demais. Então, nós estamos criando aqui a possibilidade de a União poder oferecer a esse produtor que foi desapropriado uma outra área de valor equivalente, evidentemente, para que se resolva esse embaraço jurídico, essa disputa jurídica e, assim, se dê fim ao litígio. Então, é uma previsão que a União terá de fazer ou não, se for do interesse da União fazê-lo.

Exigência do geo para o lote e não para a gleba. Vocês são sabedores de que, para se regularizar um terreno, um lote, você tem que ter o condomínio todo georreferenciado. O condomínio, para as pessoas da cidade, é o que nós chamamos de glebas no meio rural, que são grandes extensões de terra, de 100 mil, 500 mil, 1 milhão de hectares, e lá dentro cada um tem um pedaço, a sua área específica, a sua área individual. Agora, não é justo a gente querer que todo o condomínio esteja georreferenciado para a gente poder fazer a titulação de um cidadão, ou de dois, ou de dez, ou de cem. Então, nós estamos aqui desobrigando a exigência do geo do perímetro inteiro e permitindo que justamente esse produtor possa titular a sua terra, já que a União, infelizmente, não vai fazer o geo dessas glebas todas em tempo hábil – nós sabemos disso –, porque isso requer recurso, requer tempo, e temos o entrave ainda da burocracia.

O órgão fundiário levará o título a registro – sugestão do Deputado Jose Mario. Fica o órgão fundiário obrigado a levar o título expedido a registro no cartório, o que impedirá, ao título ser expedido, de não ser criada matrícula para o seu detentor. Isso é o seguinte: a gratuidade, por si só, vai ser uma facilitadora. Ela vai viabilizar esse produtor que ganhou o título, depois de tantos anos, ir lá ao cartório registrar. Correto? Além disso, nós estamos criando uma autorização para que o órgão fundiário também comunique o cartório, se ainda assim, por algum motivo, o produtor não o fizer, não levar esse título ao cartório. Então, é apenas para cercar: ou de um lado, ou do outro, o cartório vai ser comunicado da existência desse título.

O que mais?

Prazo da cláusula resolutiva – sugestões do Senador Marcos Rogério, 231, e do Senador Acir Gurgacz, 525. O início da cláusula resolutiva deve ser contado a partir do requerimento do cadastro junto ao Incra, e não a partir da expedição do título. O que estava acontecendo, Deputado Rodrigo, Célio, amigos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

colegas Deputados e Senadores? A pessoa apresentava a documentação em 2008, por exemplo, para regularizar o seu terreno; e aí, às vezes, o Incra estava levando cinco anos ou dez anos para titular, quando não era mais tempo. Aí, quando titulava, depois de dez anos, o cidadão que já está lá, há dez anos, produzindo ao longo desse período, ainda fica amarrado mais dez, ou seja, na verdade viram vinte, porque ele deu entrada lá em 2008, e aí ele foi titulado em 2018. Então, as obrigações com relação ao prazo da cláusula resolutiva imputam a ele obrigações até 2028. Então, essa correção, no meu ponto de vista – e respeito as opiniões divergentes –, corrige uma injustiça, para que a contagem comece a partir do momento em que ele apresenta o documento ao Incra. Se o órgão for ineficiente, ou se houver inércia do órgão, como a gente costuma dizer, é um problema do órgão; não é um prejuízo ou problema do produtor. Ele não pode ser penalizado porque o órgão levou cinco, dez, vinte anos para poder titular a sua área. Então, o tempo começa a contar a partir do momento em que ele deixou a documentação em ordem e que o Incra reconheceu que os documentos são documentos idôneos. Então, é, no meu ponto de vista, um avanço importante essa sugestão dos Senadores Marcos Rogério e Acir.

Mora quanto ao pagamento das parcelas oriundas do financiamento não é causa de retomada ou cancelamento do título. A mora por si não é fato para retomada do lote. A pessoa ou seu sucessor podem fazer a quitação do valor que está em aberto, ou seja, se existe a inadimplência e se o proprietário tem condição de ir lá regularizar, por que não dar essa oportunidade de ele ir lá e pagar? Por que nós temos que punir e tomar o título ou a área dele? Então, aqui, nós estamos apenas permitindo que ele possa regularizar e quitar essa pendência financeira e resolver definitivamente esse problema.

Já estou concluindo, gente.

Eu deixei aqui dois temas importantes – não desmerecendo os demais, mas talvez os dois pontos mais sensíveis – para a gente falar no final. Um é o ponto da vistoria, que está sendo muito discutida, questionada, debatida através da imprensa. Alguns querem dizer – no meu ponto de vista, de uma forma incorreta – que está sendo dispensada a vistoria, que está sendo feita auto declaração. Não, não é bem isso. O que nós estamos aqui é reconhecendo que nós vivemos no século XXI, nós não estamos vivendo mais o século passado; que existe a tecnologia e que ela é um instrumento eficaz para nos auxiliar, inclusive, no controle de fiscalização ambiental, como é feito no Cadastro Ambiental Rural; e nós estamos apenas admitindo que ela possa também ser usada para a regularização fundiária. Ela, inclusive, dá mais transparência ao processo, porque tira o fator humano desse jogo, de ter que mandar uma equipe, com caminhonete, com técnico, até o local, para rodar 400, 500 mil quilômetros de distância e depois voltar para trás com essa vistoria. Então, nós vamos dar transparência, porque contra imagem não há questionamento, a imagem está ali para tirar qualquer dúvida; é mais barato, porque evita a vistoria que eu citei, de ter que ir uma equipe, com caminhonete, com diária, com hotel, com etc.; e é mais rápido, porque uma vistoria *in loco* leva, às vezes, semanas para ser realizada – para não dizer um período maior. Então, só há absolutamente vantagens.

Então, aqui no relatório, nós estamos admitindo o uso da tecnologia, a vistoria remota, como um instrumento eficaz de diagnóstico de ocupação e também de levantamento dos ativos, que são as benfeitorias – se há cerca ou não há; se há pastagem ou não há; se há uma casa, se há um curral, o que há –, ressalvados – deixando isto claro, isto está no texto, vocês vão confirmar – os casos de sobreposição, casos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

de conflito, casos de litígio judicial. Quando houver esses casos, aí sim, aí vai se mandar uma equipe *in loco* para checar, para confirmar, para validar o que está acontecendo e resolver o problema. Então, nesses casos, não será admitida a vistoria remota. Eu acho que isso será um grande ganho nesse eixo da simplificação. Eu acho que nós vamos dar um salto extraordinário na rapidez, na agilidade, com transparência e com um custo mais barato.

E o outro ponto... Eu tinha dito lá atrás que nós avançamos em 33 pontos, que eu fui elencando aqui um por um, mas nós regredimos em um ponto, que foi o marco temporal. E, quando eu digo regredir, é porque a medida provisória original previa 2014 como o marco temporal para a regularização fundiária. E, após ouvir praticamente todas as entidades e fazer esse atendimento a essas entidades, que se fizeram representadas pelos Parlamentares em defesa do meio ambiente, nós acolhemos a sugestão e colocamos como marco temporal para a regularização fundiária o ano de 2012. Esse não é um ano inventado; foi o ano em que nós aprovamos o nosso Código Florestal, que se tornou um grande divisor de águas na história do Brasil. E é por isso que nós indicamos o ano de 2012 como esse marco temporal. E principalmente porque vai ser, Deputado Passarinho e meus colegas Deputados e Senadores, uma sinalização deste Parlamento e do Governo também de responsabilidade com os brasileiros. Nós aqui não estamos querendo estimular ou incentivar as pessoas a ficar ocupando terra para depois dar um jeitinho lá na frente. Nós queremos estabelecer o Código Florestal como esse divisor de águas. E eu me prontifiquei, acolhendo o pedido da maioria dos Deputados e dos nossos colegas Senadores, para que fosse modificado esse marco temporal, e aí nós voltamos para o ano de 2012, para que isso seja um exemplo para os brasileiros e para os nossos produtores rurais.

Então, são essas as minhas considerações. Eu queria me colocar à disposição das senhoras e dos senhores. Quero muito pedir o apoio de vocês, para que a gente aprove o relatório. Eu me esforcei ao máximo para que a gente produzisse um bom trabalho, um trabalho propositivo, responsável, equilibrado, para que nós pudéssemos corresponder à expectativa que milhões de produtores têm hoje em torno dessa medida provisória.

Antes disso – Deputado Luis Miranda, bem-vindo, amigo –, eu gostaria apenas de ressaltar que o prazo final da MP vence dia 19 de maio. Nós temos que votar na Câmara e no Senado até 19 de maio, temos que concluir os nossos trabalhos até 19 de maio. Já estamos a 60 dias... Desde a edição da medida provisória, nós já estamos a 60 dias – completando hoje –, o que era, inclusive, o nosso plano de trabalho para concluir aqui na Comissão Especial. Então, agradeço mais uma vez a confiança, a paciência e a tolerância. E estou à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PSD - PA) – Obrigado, Senador Irajá.

Também cumprimento pela presença o Deputado Luis Miranda, nosso Relator Revisor. Obrigado pela presença.

Vou ratificar aqui a decisão do nosso Presidente Mosquini.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida vista coletiva da matéria na data de hoje.

Como já foi dito, fica concedida vista coletiva; não há discussão ainda hoje. Começa apenas na próxima terça-feira. Mas nós vamos ouvir os Deputados que ainda querem falar, como o Deputado Coronel Chrisóstomo, para mim general, que está querendo ainda usar a palavra por dois minutos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO. Pela ordem.) – Inclusive eu vou lá no banco ver como está o meu salário, porque já estou general, não é? Estou esperando.

Chama-me a atenção aqui um caso específico – só vou aqui trazer à tona; não para discutir –: o dos Municípios da faixa de fronteira. Se nós observarmos, Relator, os Municípios da faixa de fronteira, eles são os Municípios mais pobres de todo o Brasil. É só darem uma olhada lá nos 150km, Deputado, que vão ver que eles não estão sendo considerados aqui. O Rio Grande do Sul é um exemplo. Lá há faixa de fronteira, lá em Itaqui e tudo mais. Como é que fica esse caso? Foi uma das emendas que eu coloquei. Não é para discutir, é só para vir à tona para a gente começar a pensar, para os Parlamentares pensarem também, porque, em muitos Estados, vários Municípios estão inseridos na faixa de fronteira. E esses cidadãos precisam também regularizar suas terras. Como fazer? É uma discussão que não está sendo considerada aqui. Pelo visto não foi considerada, porque já foi dito aqui que está fora. E o povo está perguntando.

Em Rondônia, os Municípios mais pobres estão na faixa de fronteira. No Amazonas, então... No Acre... Cadê a Deputada? Não está mais aí. E agora? O que fazer? É hora de nós resolvermos a questão desses cidadãos.

Então, vamos aguardar novos momentos.

Muito obrigado. Era só esse caso específico.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PSD - PA) – Obrigado, Coronel Chrisóstomo.

Terça-feira começaremos a discussão, e V. Exa. poderá trazer o tema.

Eu queria, antes de encerrar...

Deputado Célio Moura, pois não.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente Passarinho, lá do norte do Pará, Senador Irajá Abreu, eu estou aqui com uma publicação que coloca muita tristeza ao saber que, no mês de janeiro e fevereiro de 2018, naquela época, foram desmatados 270km^2 de floresta. Já em 2020, foram desmatados já 467,2km^2, ou seja, o dobro – de 2019 para 2020.

E o medo que nós temos é de que, entre a discussão dessa medida provisória e sua votação, muitos espertalhões grileiros da nossa Amazônia – nós que já moramos naquela região há 40 anos sabemos o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

foi feito com as nossas florestas –, a preocupação é de que muitas pessoas possam utilizar esse tempo, enquanto começa a discussão da regularização fundiária, para entrar nas terras públicas e grilar, desmatar e colocar o Brasil, mais uma vez, nessa difícil posição de país que acaba com suas florestas.

Da mesma forma, Sr. Presidente e meu amigo Relator, Senador Irajá, o Incra é um órgão que está numa situação muito difícil, calamitosa, inclusive sob ameaça de que várias de suas superintendências sejam fechadas. Nós entendemos que, após a aprovação dessa medida provisória, o Incra tem que estar preparado para poder regularizar essas terras. No Pará mesmo, Presidente, nós temos lá a ameaça de que a Superintendência do Incra... Parece que algumas delas, porque são três no Pará, vão fechar, não sei se será a de Marabá ou aquela outra, de Santarém. Estão sob ameaça.

O quadro de funcionários está defasado. Existe lá aquela dificuldade dos funcionários que ali estão de não já estarem com condições de trabalho. Então, vai existir uma demanda muito grande, e o Incra está um órgão desarticulado. Ou seja, lá no Tocantins, por exemplo... Eu tenho vários amigos, conheço várias no Incra. Lá em Araguaína, por exemplo, a sede do Incra em Araguaína, uma unidade do Incra, está com o quadro de funcionários totalmente defasado. Muita gente aproveitou... Com medo dessa reforma da previdência, a maioria dos funcionários do Incra se aposentou. E agora, com a dificuldade de concurso, nós vamos ter dificuldade para legalizar as terras depois da aprovação dessa medida provisória.

Portanto, era essa a nossa preocupação, de que, após a aprovação da medida, não tenha dúvida, os trabalhos do Incra tripliquem, quadrupliquem, e o Incra não está preparado para essa tarefa tão importante.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PSD - PA) – Obrigado, Deputado Célio Moura. Foi muito boa a sua observação. Nós precisamos, realmente, que o Incra tenha a sua estrutura reforçada.

Antes de dar por encerrada a reunião, eu queria apenas fazer um relatório, porque o Senador Irajá colocou... Nós fizemos quatro audiências públicas longas, mas, fora isso, ele atendeu, em seu gabinete, muita gente, inclusive a mim e a muita gente do Pará.

Então, Senador, meu reconhecimento, o reconhecimento do meu Estado pela maneira como V. Exa. se portou durante todo esse processo de receber emendas, não só durante o recebimento das emendas, mas após o prazo das emendas, recebendo as pessoas, recebendo as sugestões, incorporando-as no seu relatório. Foi muito importante a maneira democrática e aberta como V. Exa. se portou durante todo esse processo. Meu reconhecimento, pelo meu Estado, pela sua postura, pelo seu trabalho até aqui, que, com certeza, vai coroar isso até o final.

O nosso Deputado Relator Luis Miranda também gostaria de falar por dois minutos.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Pela ordem.) – Cumprimento o Presidente Joaquim Passarinho, que preside a reunião, o nosso Relator, Senador Irajá, e todos os demais colegas Deputados e Senadores aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O que foi levantado agora pelo nobre Deputado é muito importante. Eu comentei, há pouco, com o Senador Irajá que o Incra, na última reunião que nós fizemos, afirmou que já tem 147 mil processos pendentes, e me preocupa muito se o nosso relatório vai ser um marco divisor para a regularização dessas áreas. Eu não duvido de que, entre esses 147 mil processos, haja processos que, de fato, já deveriam ter sido regularizados há décadas, o que, provavelmente, traz um dano imenso ao setor produtivo de pequenas e grandes regiões do Amazonas e de todo o Brasil. Aqui, no Distrito Federal mesmo, há famílias que vieram atrás de mim por estarem, há 60 anos, ocupando a terra da União e não conseguirem regularização fundiária mesmo atendendo a todos os crivos legais necessários.

Então, o objetivo da MP é atender a esse tipo de produtor. Não é atender grileiro, não é atender beneficiários. E o Incra apresentou várias tecnologias possíveis para poder retroagir nas datas do marco legal que aqui estamos definindo, em acordo com todos os que participaram das reuniões. É possível ver, através de imagens de satélite, é possível analisar se a área já estava sendo explorada e fazer uma comparação com a data atual, para evitarmos a possibilidade de um crescimento esporádico de desmatamento e, infelizmente, de maior grilagem de terras.

Então, eu acho que esse ponto está pacificado. A questão é: nos 147 mil processos que existem, nós vamos conseguir ter efetividade? Eu vou analisar ainda com o Senador se não seria possível transferir também para que os Estados fizessem... A MP está contemplando isso, a possibilidade de convênio com os Estados para que as secretarias de agricultura ou os Estados que possuem departamentos de regularização fundiária possam fazer a regularização fundiária, se for o caso até mesmo... Ainda tem essa questão da constitucionalidade, mas eu ainda bato nessa tecla de transferir para que o Estado faça isso de fato, de verdade, de transferir o domínio da terra para que o Estado faça exclusivamente a regularização fundiária atendendo os princípios que estão aprovados na MP, evitando uma certa morosidade. Aí, sim, temos o levantamento de alguns que alegam que pode existir, mais uma vez, desvio do destino final dessa terra, a má-fé por parte de alguns Governadores, o que, infelizmente, a gente sabe que pode ocorrer.

Então, é um debate que... O relatório está pronto, atendendo, no sentido de convênios. Então, a gente tem essa preocupação. O nosso Senador foi Secretário de Regularização Fundiária no Tocantins e sabe a dificuldade que é fazer a regularização fundiária quando não se tem o domínio da terra. Mas, infelizmente, o Incra, provavelmente, mesmo após a aprovação dessa MP, tenha 147 mil processos. Sem essa aprovação, sem aprovar o relatório como aqui se encontra, se não corrermos, se ficarmos colocando dificuldades que, de fato, podem existir, mas foram eliminadas com todo o esforço do Senador Irajá, o que vai ocorrer é que essas regularizações nunca acontecerão. Temos a oportunidade de entregar a vários produtores, pequenos agricultores familiares que não conseguem financiar um tratorzinho, porque não possuem o domínio da sua terra para apresentar de garantia num banco, mesmo pagando juros. Então, nós precisamos pensar nesse lado também. Não podemos pensar só nos especuladores, que, certamente, são a grande minoria. A grande maioria sofre há décadas aguardando a regularização, e a MP vem trazer isso.

Então, eu gostaria de contar com o apoio de todos. Sei que muitos não estão aqui, mas devem estar nos vendo, porque a aprovação da MP não é para grileiros, não é para bandido, mas para proteger os pequenos e médios agricultores e aqueles que acreditaram no Brasil e há décadas estão aguardando isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

tanto que estamos colocando como marco temporal quase dez anos. Então, ninguém adivinharia que em algum momento apareceria a MP 910. A MP não é uma incentivadora, mas uma solucionadora de problemas.

Então, peço desculpas aos colegas que não entenderam exatamente qual o nosso objetivo, mas o Senador Irajá foi categórico: nenhuma emenda que aumentaria possíveis desmatamentos, nenhuma emenda que beneficiasse grileiros foi atendida. Então, nós estamos fazendo nosso papel e contamos com o apoio de todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PSD - PA) – Senador Irajá, para complementar.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Eu queria me somar à fala do Deputado Luis Miranda, nosso Relator revisor.

Na época, Luis, como Secretário de Regularização Fundiária, o meu sonho, minha obsessão, na verdade, era que as áreas da União pudessem transferir seu domínio para o Tocantins, porque o Estado tem muito mais interesse em poder regularizar, porque vive o dia a dia, é diretamente beneficiado com a regularização, do que a União, porque a União tem muitas prioridades. Então, o Estado tem a prioridade que é a dele, ali dentro do território dele. Então, se pudesse transferir... Eu trabalhei nisso incansavelmente durante o período em que estive lá, mas, infelizmente, eu não tive sucesso.

Nós conseguimos avançar, foi no que a gente agora teve o avanço na medida provisória, no convênio em que o Incra permite que o Estado e também os Municípios, além de cartórios, além de correios, possam dar entrada na documentação, possam formar o processo, instruí-lo e entregá-lo mastigado ao Incra. O Incra só vai confirmar se está tudo o.k. e entregar o título. Então, esse trabalho braçal poderá ser feito através do convênio, e nós fizemos isso nessa experiência que eu tive lá. Foi muito proveitoso, deu agilidade a vários processos e resolveu parte deles, porque realmente existia uma demanda enorme, e o Incra não conseguia, em função da sua dificuldade de equipe e de material humano e tecnológico, atender à demanda. Então, a gente conseguiu, através do convênio, dividir essas tarefas. Foi um grande avanço.

Existe, Luis, um precedente no País. Foi um decreto presidencial, salvo engano, da época do Presidente Lula, em que o Estado do Amapá teve a doação das áreas de domínio da União para o Estado. Salvo engano, foi o único precedente no País, mas foi um decreto presidencial. Eu estudei demais esse tema aqui na medida provisória, e, pelo que eu consultei dos especialistas – eu não sou advogado, mas procurei consultar vários –, nós poderíamos incorrer numa ADIn, numa ação de inconstitucionalidade, caso tivéssemos essa previsão. Ou seja, a medida provisória ainda poderia sofrer um prejuízo maior se a gente insistisse num tema que é importante – eu quero me somar à sua fala –, mas, nesse caso, não seria competente a medida provisória. Então, foi só por isso, porque lá para o meu Tocantins, então – não é, Célio? –, para o nosso Tocantins, seria uma redenção, iria ajudar demais. Mas, infelizmente, não foi possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.109343/2020-62

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

É apenas para dar aqui uma satisfação ao nosso Relator revisor.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PSD - PA) – Muito obrigado, Senador Irajá.

Bom, antes do encerramento dos trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e convoco nova reunião para o dia 17 de março, às 13h 30min.

Tenham todos um bom dia e um bom fim de semana.

(*Iniciada às 15 horas e 01 minuto e suspensa às 15 horas e 04 minutos do dia 11/03/2020, a reunião é reaberta às 9 horas e 26 minutos e encerrada às 10 horas e 39 minutos do dia 12/03/2020.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4AE09A70039864C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.